Relatório
& Contas
2025

5 DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

Jerónimo
Martins

Jerónimo Martins

2025

Relatório de Informação Não-Financeira

Centro de Distribuição da Azambuja, Portugal.

Declaração de Sustentabilidade

1. Destaques de 2025 277
2. Divulgações Gerais 279
3. Informação Ambiental 302
4. Informação social 391
5. Informações sobre a Governação 474
6. Compromissos de Sustentabilidade 488
7. Frameworks de reporte 504

1. Destaques de 2025

O ano de 2025 reforçou a solidez de uma história empresarial com mais de dois séculos, construída sobre uma visão de longo prazo e um compromisso contínuo com a criação de valor responsável em toda a cadeia. Este percurso consistente, aliado ao trabalho diário das nossas equipas, voltou a ser reconhecido internacionalmente: marcámos presença em mais de 180 índices de sustentabilidade que distinguem as nossas boas práticas e o impacto positivo que geramos. Em baixo apresentamos algumas das pontuações mais relevantes que obtivemos em 2025, e a respetiva evolução face às duas avaliações anteriores (quando existentes):

	2025		2024		2023	
	Pontuação	Classificação do sector / Classificação de risco	Pontuação	Classificação do sector / Classificação de risco	Pontuação	Classificação do sector / Classificação de risco
CDP Clima	**A**	**Liderança**	A	Liderança	A	Liderança
CDP Florestas	**A**	**Liderança**	A-	Liderança	A-	Liderança
CDP Água	**A**	**Liderança**	A-	Liderança	A-	Liderança
Ecovadis	**78/100**	**Prata | Top 15%**	-	-	-	-
Global Child Forum	**9,0**	**3rd**	8,5	3rd	8,9	1st
ISS ESG	**B-**	**Prime**	B-	Prime	C+	Prime
MSCI	**A**	**Média**	A	Média	A	Média
Sustainalytics	**16,5**	**Baixo risco**	16,2	Baixo risco	14,1	Baixo risco
WDI	**71%**	**Mais transparente**	-	-	-	-

No plano ambiental, o nosso desempenho destacou-se novamente à escala global. Pela primeira vez, um retalhista alimentar multinacional alcançou o triplo A do CDP – a distinção máxima da principal organização independente a avaliar práticas ambientais. Esta distinção reflete as nossas ações no combate às alterações climáticas e à desflorestação, bem como na gestão da água, reconhecendo também a forma transparente como comunicamos o que fazemos e o que alcançamos.

Os esforços desenvolvidos pelas nossas Companhias e o investimento contínuo que temos feito permitiram reduzir de forma substancial a nossa pegada carbónica: em 2025, as emissões foram 18,4% inferiores às de 2021, o nosso ano-base, apesar de, no mesmo período, o volume de negócios ter crescido 72,3%.

Também a nossa estratégia de transição energética está a produzir resultados. O consumo de energia, por milhão de euros de vendas, diminuiu 32% face a 2021 e a nossa aposta em fontes renováveis é hoje evidente. Além de termos painéis fotovoltaicos instalados em mais de 2.700 estabelecimentos e mais de metade da energia que consumimos provém de fontes renováveis.

Parte destes investimentos tem sido realizada através de instrumentos de finanças sustentáveis, que representam cerca de 29% do nosso financiamento consolidado em 2025 (face a 25% em 2024).

No eixo social, reforçámos o nosso compromisso na Colômbia com um investimento de dois milhões de euros destinado a combater a carência alimentar e apoiar grupos populacionais vulneráveis – em particular crianças, jovens e mães. Estes projetos beneficiaram mais de 64 mil pessoas. No total, os apoios às comunidades mais necessitadas dos países onde operamos atingiram 91 milhões de euros, um aumento de mais de 12% face ao ano anterior.

Enquanto grande empregador, criámos mais de 7.800 postos de trabalho e contamos agora com quase 148 mil colaboradores de 86 nacionalidades. Continuámos a expandir práticas de inclusão, sendo já

praticamente 3.500 os colaboradores com deficiência ou incapacidade no nosso universo, o que corresponde a 2,4% da força de trabalho total (face a 1,6% em 2024).

Aumentámos ainda o investimento dedicado aos nossos colaboradores, com 361 milhões de euros aplicados a medidas de reconhecimento, 54 milhões de euros em programas de responsabilidade social interna e 18 milhões de euros em formação.

A distribuição alimentar, que representa mais de 98% das vendas consolidadas, é o centro da nossa atividade e, todos os dias, trabalhamos para garantir produtos seguros, de qualidade e a preços competitivos. Este compromisso traduz-se em investimentos contínuos em auditorias e análises rigorosas aos nossos produtos e fornecedores, bem como na promoção de soluções alimentares mais equilibradas. Em 2025, a reformulação de receitas evitou o consumo de 320 toneladas de açúcar, 275 toneladas de gorduras e 39 toneladas de sal – sem comprometer o sabor nem a preferência dos consumidores. Em paralelo, reforçámos o contributo para as economias locais: 92% dos produtos alimentares que vendemos foram adquiridos a fornecedores locais.

Os resultados de 2025 confirmam, uma vez mais, que os nossos modelos de negócio – que juntam equipas comprometidas, orientação à eficiência e investimentos em sustentabilidade – criam valor económico, social e ambiental de forma consistente.

Destaques ambientais

- Reduzimos as emissões de carbono (âmbitos 1 e 2) em 18,4% face a 2021.
- O consumo de energia (por milhão de euros de vendas) diminuiu 32% face a 2021.
- Temos painéis solares fotovoltaicos em mais de 2.700 estabelecimentos.
- Reduzimos os materiais de embalagem em 3,7% (por milhão de euros de vendas) face a 2024.

Destaques sociais

- Investimos mais de 361 milhões de euros no reconhecimento dos nossos colaboradores e 18 milhões de euros na sua formação.
- Aplicámos 54 milhões de euros em medidas de responsabilidade social interna.
- Apoiámos as comunidades envolventes com mais de 91 milhões de euros, mais de 12% do que em 2024.
- Evitámos a entrada no mercado de 320 toneladas de açúcar, 275 toneladas de gorduras e 39 toneladas de sal através de reformulações nutricionais nas nossas gamas de produtos de Marcas Próprias e perecíveis.

Destaques de governação

- Mais de 118 mil colaboradores (80% da nossa força de trabalho) já receberam formação sobre o Código de Conduta e mais de 31 mil sobre a Política de Anticorrupção.
- 92% das compras de produtos alimentares foram feitas a fornecedores locais.
- Pagámos mais de mil milhões de euros em impostos e contribuições sociais nos principais mercados onde temos operações de distribuição alimentar.

2. Divulgações Gerais

2.1. Base de elaboração

[ESRS 2 BP-1, ESRS 2 BP-2]

A Declaração de Sustentabilidade do Grupo Jerónimo Martins foi elaborada de acordo com as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS, na sigla inglesa), conforme estabelecido na CSRD (Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativo). No subcapítulo 7. "*Frameworks* de reporte" deste capítulo, temos como objetivo relacionar esta Declaração com outras normas de sustentabilidade, nomeadamente o GRI (Global Reporting Initiative), o SASB (Sustainability Accounting Standards Board) e o IFRS (International Financial Reporting Standards Sustainability). Esta abordagem permite uma maior interoperabilidade e comparabilidade da informação, garantindo que a Declaração responde às expectativas de vários *stakeholders*, entre os quais investidores atuais e potenciais. Fornece igualmente informações adicionais sobre sustentabilidade exigidas por outra legislação e metodologias específicas de reporte de informação não-financeira.

Como ler este relatório?

As páginas seguintes deste relatório referem-se à cadeia de valor do Grupo Jerónimo Martins[9], incluindo os impactes, riscos e oportunidades identificados a montante, a jusante e nas operações próprias.
Em casos específicos, podemos omitir informação devido a "propriedade intelectual, o saber-fazer ou os resultados da inovação", conforme descrito nas ESRS. Quando isto acontece, essa nota é explicitada no respetivo indicador.

Como parte da nossa estratégia de negócio e reporte, alinhada com o princípio do desenvolvimento sustentável, esta Declaração foi preparada numa base consolidada, considerando o mesmo âmbito das demonstrações financeiras. Este relato diz respeito ao ano de 2025 (de 1 de janeiro a 31 de dezembro) e inclui as Companhias do Grupo, nomeadamente a *holding* de Jerónimo Martins e as suas subsidiárias.

Todas as empresas subsidiárias incluídas na consolidação estão isentas da obrigação de preparar relatórios individuais ou consolidados de sustentabilidade. No caso das Companhias do Grupo com operações na União Europeia – e cuja dimensão tornaria obrigatório o seu reporte – as mesmas estão isentas uma vez que a empresa-mãe (Jerónimo Martins, SGPS, S.A.) o faz na presente Declaração de Sustentabilidade. No caso das Companhias com operações fora da União Europeia, como a Ara, não existe ainda obrigatoriedade de elaborarem relatórios de sustentabilidade, sendo este reporte feito de forma consolidada e voluntária na presente Declaração.

O horizonte temporal considerado neste relatório é o mesmo que é utilizado nas demonstrações financeiras. O Grupo Jerónimo Martins avalia impactes, riscos e oportunidades, na sua generalidade, nos horizontes temporais definidos pelas ESRS 1: curto prazo (um ano), médio prazo (dois a cinco anos) e longo prazo (mais de cinco anos). Sempre que seja aplicado um horizonte temporal diferente do previsto nas ESRS, este é mencionado no respetivo tópico.

Os indicadores reportados nesta Declaração de Sustentabilidade são dados reais, recolhidos através de fontes e bases de dados internas. Reconhecemos que na divulgação de informação quantitativa poderão verificar-se casos em que recorremos a aproximações e estimativas para determinar, por exemplo, informação que provém da cadeia de valor e que utilizamos para calcular as emissões de gases com efeito de estufa de âmbito 3. Também recorremos a fatores de conversão de fontes externas, cujos valores podem sofrer variações ao longo do tempo com base no progresso tecnológico ou no aumento do conhecimento científico (ex., fatores de emissão de gases com efeito de estufa utilizados para converter atividades operacionais em emissões de carbono equivalente, ou fatores de conversão de soja para o cálculo das *commodities* associadas a risco de desflorestação), entre outros fatores. Estas dependências externas podem afetar as estimativas, bem como a variabilidade potencial entre projeções e dados verificados.

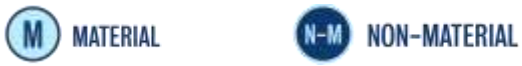
[9] O esquema da cadeia de valor do Grupo Jerónimo Martins encontra-se representado na Figura 1 subcapítulo "Divulgações Gerais", secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades (IRO)" e análise de dupla materialidade, ponto "Cadeia de valor", do presente capítulo.

Para reforçar a transparência e a compreensão da informação divulgada, identificamos, sempre que aplicável, a metodologia de cálculo, incluindo aproximações, fatores de emissão e critérios adotados, e eventuais alterações metodológicas ou evoluções no processo de preparação da informação. O mesmo se aplica aos casos em que o âmbito das Companhias considerado difere do das demonstrações financeiras.

Os indicadores que envolvem estimativas ou julgamentos significativos, incluindo aqueles que dependem de dados da cadeia de valor, podem apresentar divergências futuras face às estimativas inicialmente comunicadas. Estas variações não refletem necessariamente uma alteração de desempenho, mas antes o aperfeiçoamento de metodologias, a melhoria das fontes de dados ou o aumento do grau de granularidade e cobertura. As métricas quantitativas e/ou os valores monetários divulgados não estão sujeitos a um elevado nível de incerteza.

A divulgação de indicadores e informação de sustentabilidade nesta Declaração foi significativamente ampliada para cumprir os requisitos da CSRD e das ESRS. Estes requisitos foram implementados pela primeira vez em 2024, ainda que a transposição da CSRD para a legislação nacional ainda não tenha ocorrido em Portugal, onde se localiza a sede do Grupo. Este relatório inclui dados e informações para cumprir com as normas de reporte revistas. Caso se tenham verificado alterações nas práticas ou tenham sido identificados erros em períodos de reporte anteriores, estes são claramente descritos nas secções específicas onde os tópicos são discutidos. Até à publicação final do relatório no website corporativo, a informação fornecida será também revista sempre que for considerado importante e necessário para garantir a sua exatidão e fiabilidade. Adicionalmente serão feitas atualizações no website dedicado ao Relatório e Contas de 2025, sempre que se verifique a sua importância e necessidade.

As nossas políticas, estratégia e objetivos estão distribuídos pelas várias dimensões da fórmula ESG, em linha com as recomendações das ESRS. O nosso compromisso com a transparência no reporte corporativo, reforçado pela presença em mais de 180 índices de sustentabilidade, traduz-se nos esforços contínuos para melhorar a qualidade e a granularidade dos dados divulgados ano após ano. Por este motivo, esta Declaração de Sustentabilidade fornece, de forma detalhada, informações de natureza obrigatória relativas aos nossos tópicos materiais, bem como um conjunto de ações e indicadores que, embora não sejam abrangidos pelo requisito de materialidade, consideramos relevantes para a nossa atividade e/ou para alguns dos nossos *stakeholders*. A distinção clara entre informação obrigatória e informação voluntária é assegurada pela utilização da seguinte iconografia específica junto aos títulos/subtítulos de cada secção:



A Declaração de Sustentabilidade está sujeita a uma revisão de garantia de fiabilidade limitada efetuada pelo auditor externo e independente nomeado pelo Grupo. Este processo de revisão envolve a avaliação da exatidão e fiabilidade das informações apresentadas, proporcionando credibilidade e confiança adicionais nos dados divulgados.

As tabelas de Requisitos de Divulgação das ESRS incorporados por referência e Datapoints das ESRS associados a outras legislações da UE são disponibilizadas no subcapítulo 9 “Anexos”.

Para mais informações sobre as bases de apresentação deste relatório, consulte o capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", o capítulo 3 "Demonstrações Financeiras", subcapítulo 3.1. “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, secção 3.1.2. “Políticas contabilísticas”, subsecção 3.1.2.1. “Bases de apresentação” e o capítulo 4 “Governo da Sociedade", Parte I - “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”.

2.2. Governo e estratégia

[ESRS 2 GOV-1, ESRS 2 GOV-2, ESRS 2 GOV-3, ESRS 2 GOV-4, ESRS 2 IRO-1]
[GRI 2-9; GRI 2-12; GRI 2-13: GRI 2-14; GRI 2-15; GRI 2-16; GRI 2-17; GRI 2-18; GRI 2-19; GRI 2-23; GRI 2-24]

Vários mecanismos e funções internas colaboram para assegurar que o nosso modelo de governo de sustentabilidade é acompanhado, apoiado e gerido de forma eficaz. O Conselho de Administração mantém a autoridade sobre as matérias de gestão estratégica do Grupo, em particular as relacionadas com a definição das suas políticas gerais e da sua estrutura corporativa. O Conselho tem como objetivo assegurar a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental dos objetivos de longo prazo da Companhia, contribuindo também de forma eficaz para a comunidade em geral. O Conselho de Administração eleito para o mandato 2025-2027 é composto por onze membros, quatro mulheres (36,4%) e sete homens (63,6%), resultando num rácio médio de mulheres para homens – como definido nas ESRS – de 57,1%. Do total de membros, um é executivo e dez são não-executivos, dos quais 7 são independentes (64% do Conselho de Administração).

A nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração é decidida na Assembleia Geral Anual de Acionistas. A Sociedade incentiva a que as propostas a apresentar pelos acionistas para cada novo mandato dos órgãos sociais sejam fundamentadas quanto à adequação dos perfis, conhecimentos e currículos para as funções a desempenhar por cada candidato. Como tal, as propostas submetidas devem mencionar estes elementos, nomeadamente para fundamentar as nomeações com base na adequação do perfil, nas competências e no currículo, tendo em consideração os últimos cinco anos de experiência. O Grupo Jerónimo Martins apela ainda aos seus acionistas para que, na construção das propostas que venham a apresentar para os novos mandatos dos órgãos sociais, considerem requisitos de diversidade, dando particular atenção à diversidade de género, nos termos da lei, e que contribuam igualmente para a melhoria de desempenho de tais órgãos e para o equilíbrio da sua composição, para além de observarem, nomeadamente, critérios de competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência. O Grupo considera que os seus acionistas mantiveram a salvaguarda da diversidade de género, a diversidade etária, a diversidade de habilitações e a diversidade de experiência profissional.

No que diz respeito à experiência e conhecimentos em matéria de sustentabilidade, o Conselho de Administração assegurou, para o mandato 2025-2027, a inclusão destas competências na sua composição. A diversidade de perfis do Conselho de Administração reflete uma sólida especialização na área da sustentabilidade, nomeadamente, em temas como finanças sustentáveis, igualdade de género e proteção do ambiente. Entre os membros, contam-se uma administradora com reconhecido contributo no desenvolvimento das finanças sustentáveis na União Europeia e representação num projeto global que visa promover a liderança feminina, dois administradores envolvidos na governação de uma fundação dedicada à conservação marinha e uma administradora com experiência na gestão de uma organização de biotecnologia focada na produção de ingredientes biodegradáveis. Há ainda vários membros do Conselho de Administração com experiência em governação corporativa e conduta empresarial.

Durante o ano de 2025, esta composição contribuiu diretamente para a capacidade de avaliar e acompanhar os temas de sustentabilidade mais relevantes para o Grupo, tais como a integração de perspetivas financeiras na tomada de decisões sobre tópicos ambientais, suportada pela experiência em iniciativas de finanças sustentáveis, a monitorização de práticas laborais, consolidada pelas competências reconhecidas na promoção da igualdade e governação responsável, e a verificação dos aspetos associados à qualidade e segurança de produto, processos responsáveis e sustentáveis de produção e inovação, ao beneficiar da experiência em biotecnologia sustentável.

Do ponto de vista da gestão corrente dos negócios, há diferentes direções funcionais que contribuem para assegurar o alinhamento e a incorporação de questões de sustentabilidade nos nossos negócios. Destaca-se a Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas, responsável por desenvolver a estratégia de sustentabilidade do Grupo, reforçar a sua reputação e promover práticas de gestão responsável em todas as Companhias e ao longo da cadeia de valor. A Chief Corporate Communications and Responsibility Officer do Grupo assegura esta área ao mais alto nível e responde diretamente ao Administrador-Delegado que é também o presidente do Conselho de Administração.

A Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa (CGSRC) assume a supervisão do Grupo em questões de sustentabilidade e colabora diretamente com o Conselho de Administração. Esta

comissão é responsável por avaliar e propor linhas de orientação estratégica, acompanhando e supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i) ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii) à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii) aos códigos internos de ética e de conduta; e iv) aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita as relações entre a Sociedade e os seus acionistas ou outros *stakeholders*. Nas reuniões agendadas, a Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas apresenta uma atualização dos resultados e estatísticas conhecidos até à data pela CGSRC, bem como uma visão geral da forma como a Direção está a implementar medidas e ações para abordar as tendências e questões emergentes em matéria de sustentabilidade.

Adicionalmente, cada uma das Companhias do Grupo[10] possui um Comité de Sustentabilidade dedicado, sendo realizadas reuniões regulares com uma frequência de duas a quatro por ano em função do volume de negócios e do impacto que as atividades de cada Companhia possam ter na estratégia e no progresso de sustentabilidade do Grupo. Estas reuniões têm como objetivo promover alinhamento e definir estratégias de atuação em áreas como mecanismos regulatórios europeus e internacionais em matéria de sustentabilidade, auditorias sociais e ambientais a fornecedores, bem-estar animal e ecodesign, bem como estabelecer objetivos de desempenho, cujos progressos são divulgados, numa lógica de melhoria contínua. Os Comités de Sustentabilidade são constituídos por diretores das direções funcionais de cada Companhia e por responsáveis de várias direções do centro corporativo, o que garante um alinhamento transversal no Grupo. No total, foram realizadas 18 reuniões em 2025.

Para saber mais sobre a composição, experiência e papel dos órgãos de administração, gestão e supervisão envolvidos em matéria de sustentabilidade, a forma como são informados sobre questões relacionadas com sustentabilidade e como estas questões são abordadas, consulte o capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I - “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secções A “Estrutura Acionista”, B “Órgãos Sociais e Comissões” e C “Organização Interna”.

A definição de objetivos e a monitorização do desempenho em matéria de sustentabilidade são realizadas de forma sistemática e integrada. O CEO, que preside ao Conselho de Administração e ao CGSRC, é responsável por tomar as decisões estratégicas sobre sustentabilidade e por apresentar ao Conselho políticas, compromissos, planos de ação e orçamentos. A implementação dos objetivos é objeto de discussão em reuniões do Conselho de Administração e encontra-se integrada na estratégia empresarial e no planeamento financeiro (ciclo 2024–2026), com objetivos intermédios e recursos definidos. Quanto à monitorização, nos Comités de Sustentabilidade, as Companhias do Grupo informam sobre o estado regular do progresso na execução das várias metas de sustentabilidade. A Chief Corporate Communications and Responsibility Officer, que reporta diretamente ao Administrador-Delegado, assegura a partilha regular do progresso das iniciativas fixadas. Também o CGSRC analisa regularmente esse progresso, uma vez que a sustentabilidade é ponto permanente da sua agenda.

A Sociedade está empenhada em integrar o desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos, garantindo que os tópicos ambientais e sociais se refletem nos objetivos e incentivos dos colaboradores e equipas. O processo de avaliação de desempenho do Administrador-Delegado é anual, com acompanhamento trimestral, sendo disponibilizado à Comissão de Vencimentos um conjunto de documentação de suporte. Estas avaliações são sustentadas por evidências concretas e envolvem uma monitorização regular da execução e cumprimento de objetivos, incluindo metas de sustentabilidade, sendo a presença da Sociedade em índices específicos de ESG e as classificações obtidas em análises levadas a cabo por analistas independentes especializados importantes indicadores de desempenho[11]. De acordo com a política de remunerações, este indicador de desempenho faz parte de um conjunto de indicadores-chave que têm um peso de 50% na remuneração variável anual do Administrador-Delegado. O cumprimento de objetivos relacionados com o clima e com outros objetivos de responsabilidade corporativa fazem parte do regime de incentivos dos colaboradores em funções que influenciam a definição ou a implementação dos compromissos e metas climáticas do Grupo.

[10] Ara, Biedronka, Hebe, Hussel, Jeronymo, Jerónimo Martins Agro-Alimentar, Pingo Doce e Recheio são as Unidades de Negócio (Companhias) que contam com Comités de Sustentabilidade dedicados.
[11] Para informações mais detalhadas relativas aos esquemas de incentivos relacionados com o desempenho de sustentabilidade, consultar Capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade, Secção D - Remunerações, Subsecção III - Estrutura das Remunerações, ponto 69. Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, subponto 3. Modelo organizativo e estrutura remuneratória, sub-subponto 3.2. Administradores com funções executivas, sub-subsubponto 3.2.1. Metodologia de avaliação e atribuição da remuneração variável.

Para mais informações sobre a forma como integramos a performance de sustentabilidade nos sistemas de incentivos, consulte o capítulo 4 “Governo da Sociedade", Parte I - "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".

Para cumprir as recomendações europeias em matéria de dever de diligência, as Companhias do Grupo têm vindo a implementar um conjunto de medidas que permite prevenir e mitigar os impactes negativos da atividade quer no ambiente, quer nas áreas de direitos humanos, laborais e outros aspetos sociais. Este processo de diligência devida segue as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.

Principais procedimentos de diligência devida em vigor

Elementos fundamentais da diligência devida em sustentabilidade	Localização na Declaração de Sustentabilidade
a) Integração da diligência devida em matéria de sustentabilidade na governação, na estratégia e no modelo de negócio	• Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia): Salvaguardas mínimas • GOV-1 Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão • GOV-2 Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos • GOV-3 Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos • MDR-P Visão geral de políticas • E1-1 Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas • E1-2 Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas • E5-1 Políticas relacionadas com a utilização de recursos e economia circular • E2-1 Políticas relacionadas com a poluição • E3-1 Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos • E4-2 Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas • S1-1 Políticas relacionadas com a mão de obra própria • S3-1 Políticas relacionadas com as comunidades afetadas • S4-1 Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais • G1-1 Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial
b) Colaborar com os *stakeholders* afetados em todas as etapas fundamentais da diligência devida	• S1-2 Processos para dialogar com os próprios trabalhadores e os representantes dos trabalhadores sobre impactos • S3-2 Processos para dialogar com as comunidades afetadas sobre impactos • S4-2 Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos • G1-2 Gestão das relações com os fornecedores
c) Identificar e avaliar impactos adversos	• SBM-3 Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócio • E1-9 Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima • E5-6 Efeitos financeiros previstos dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular • S1-3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações • S4-3 Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações
d) Tomar ações para lidar com estes impactos adversos	• E1-3 Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas • E2-2 – Ações e recursos relacionados com a poluição • E3-2 – Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos • E4-3 – Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas • E5-2 Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular • S1-4 Tomada de medidas sobre os impactos materiais na mão de obra própria e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades relacionadas com a mão de obra própria, bem como a eficácia dessas medidas • S3-3 – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações • S3-4 – Tomar medidas sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações • S4-4 Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações

Elementos fundamentais da diligência devida em sustentabilidade	Localização na Declaração de Sustentabilidade
	As medidas tomadas em relação aos impactos materiais, as abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais e a eficácia dessas medidas, relacionadas com: • temas ambientais como alterações climáticas, poluição, recursos hídricos e marinhos, biodiversidade e ecossistemas são descritos mais pormenorizadamente no subcapítulo 3. "Informação ambiental", nas respetivas subsecções da secção 3.3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais" neste capítulo. • mão de obra própria, comunidades afetadas e consumidores e utilizadores finais são descritos mais pormenorizadamente no subcapítulo 4. "Informação social", nas respetivas subsecções do subcapítulo 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais" neste capítulo.
e) Acompanhar a eficácia destes esforços e comunicar	• E1-4 Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas • E1-5 Consumo energético e combinação de energia • E1-6 Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE • E1-8 Fixação interna do preço do carbono • E5-3 Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular • E5-5 Saídas de recursos • S1-1 Políticas relacionadas com a mão de obra própria • S1-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais • S1-9 Métricas de diversidade • S1-10 Salários adequados • S1-11 Proteção social • S1-12 Pessoas com deficiência • S1-14 Métricas de saúde e segurança • S1-15 Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada • S1-16 Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total) • S3-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais • S4-5 Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais

A nossa Política de Gestão de Risco e respetiva metodologia visa alinhar os objetivos e a estratégia do Grupo com uma avaliação estruturada e consistente dos riscos específicos e transversais. Esta abordagem permite-nos também monitorizar os riscos emergentes que podem afetar o Grupo e as suas Companhias.

O processo anual de gestão de risco desenvolvido pela nossa equipa de Risco envolve cerca de 70 *managers* representativos das Companhias do Grupo e dos países em que este opera. O principal objetivo da gestão de risco é assegurar a identificação, monitorização, avaliação e reporte dos riscos a que o Grupo e as suas Companhias estão expostos, bem como as medidas de mitigação mais relevantes. A avaliação anual é integrada no processo de planeamento estratégico, fornecendo informação às equipas executivas de gestão de todas as unidades de negócio, bem como à Comissão de Auditoria e ao Conselho de Administração, sendo esta avaliação devidamente considerada no processo de desenvolvimento e aprovação de todos os planos estratégicos. A avaliação de risco é igualmente partilhada com os nossos auditores internos e externos, constituindo um contributo relevante para os respetivos planos de auditoria. São realizadas revisões trimestrais para abordar questões críticas do negócio e monitorizar ativamente quaisquer riscos emergentes que sejam relevantes para o Grupo.

Para informações detalhadas sobre a gestão de risco e os controlos internos relativos ao reporte em matéria de sustentabilidade, consulte o capítulo 4 "Governo da Sociedade," secção C – Organização Interna, subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos.

2.3. Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação

[ESRS 2 SBM-2]
[GRI 2-16]

As visões e interesses dos nossos principais *stakeholders* internos e externos são regularmente auscultados pelas áreas e departamentos relevantes.

A Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas comunica com transparência o desempenho ESG do Grupo, incluindo os resultados positivos e as áreas de melhoria. Esta disciplina na divulgação e comunicação contribui para o alinhamento de práticas responsáveis em todas as Companhias e, consequentemente, para o reforço da nossa reputação. Através de um diálogo constante com os vários *stakeholders* internos e externos – cujas preocupações e expectativas são incorporadas nas nossas prioridades estratégicas e principais linhas de ação – promovemos também um melhor entendimento comum sobre a visão de negócio.

A Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa acompanha e supervisiona as matérias relativas ao governo societário, responsabilidade social, ambiente, ética, sustentabilidade dos negócios, códigos internos de ética e de conduta e sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre o Grupo e os seus *stakeholders*.

O Gabinete de Relações com Investidores organiza e participa em eventos que visam proporcionar aos investidores e analistas financeiros uma visão atualizada e clara sobre as estratégias, o desempenho operacional e as perspetivas do Grupo. No que diz respeito à estratégia de reporte, as nossas apresentações trimestrais de resultados e os nossos Relatórios e Contas são elaborados de acordo com as informações coligidas junto das várias Companhias do Grupo e sistematizadas observando as principais metodologias e os pedidos de informação feitos pelos nossos *stakeholders*.

Com vista a construir parcerias duradouras e privilegiar relações de qualidade com os vários públicos com os quais interagimos, definimos canais de comunicação internos e externos específicos de acordo com as necessidades e expectativas desses públicos.

***Stakeholders* do Grupo Jerónimo Martins**

Stakeholders	Interlocutores	Canais de comunicação
Acionistas e investidores	Gabinete de Relações com Investidores.	Website corporativo, e-mail, Relatórios e Contas, revista corporativa, comunicados financeiros, reuniões, conferências, *roadshows*, app Jerónimo Martins IR, e assembleias gerais.
Analistas	Gabinete de Relações com Investidores, Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail, Relatórios e Contas, revista corporativa, comunicados financeiros, reuniões, conferências, app Jerónimo Martins IR.
Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais	Conselho de Administração, Comissão de Auditoria, Gabinete de Relações com Investidores, Departamentos Fiscais, Departamentos Jurídicos, Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail e correio físico, revista corporativa e reuniões.
Fornecedores e parceiros de negócio	Departamento Comercial, Marketing, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Segurança Alimentar, Ambiente, Operações Regionais, Técnicas, Expansão, Tecnologias de Informação e Comissão de Ética.	Website da Comissão de Ética, Portal JM Direct, visitas de acompanhamento, auditorias de qualidade e segurança alimentar, auditorias sociais e ambientais, reuniões de negócios, contactos diretos, webinars e revista corporativa.
Colaboradores	Direções de Recursos Humanos, Escola de Formação, Comissão de Ética, Núcleos de Ética, Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, Comité de Convivência Laboral e Serviços de Atendimento ao Colaborador.	Website da Comissão de Ética, canais de comunicação da área de Recursos Humanos, apoio telefónico, e-mail, canais de comunicação interna (intranet, eventos e outros).
Representantes dos colaboradores	Departamento de Relações Laborais, sindicatos, fóruns de diálogo social, representantes sindicais.	Carta, e-mail, fóruns de diálogo social.
Clientes e consumidores	Serviço de Apoio ao Cliente, Provedoria do Cliente e Comissão de Ética.	Apoio telefónico, e-mail, websites corporativo e de cada Companhia, correio físico, redes sociais.
Comunidades locais	Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas, lojas e centros de distribuição.	Visitas de acompanhamento, reuniões, protocolos e parcerias/mecenato, questionários de impacto social.
Jornalistas	Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, comunicados de imprensa, conferências de imprensa, reuniões, Relatório e

Stakeholders	Interlocutores	Canais de comunicação
		Contas, revista corporativa, redes sociais (LinkedIn).
Organizações e associações não-governamentais	Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Website corporativo, e-mail, reuniões, parcerias/mecenato, revista corporativa, redes sociais (LinkedIn).

Os órgãos de administração, de gestão e de supervisão são regularmente informados sobre o que os *stakeholders* do Grupo consideram serem temas relevantes de sustentabilidade. Desde logo através dos processos descritos na secção 2.2. "Governo e estratégia", descrita neste subcapítulo, e da articulação direta com as direções funcionais do centro corporativo que detêm a responsabilidade pela interação com os nossos *stakeholders*, como descrito no ponto 21. "Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade" do capítulo 4 "Governo da Sociedade". Além disso, a cada três a quatro anos, é realizada uma auscultação extensiva às partes interessadas do Grupo Jerónimo Martins, no âmbito da análise de dupla materialidade, cujo detalhe se encontra na seção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade". Os resultados desta análise – tratados de forma consolidada, mas também por Companhia e por grupo de *stakeholders* – são partilhados tanto com o Conselho de Administração como com os membros dos Comités de Sustentabilidade das Companhias para que possam ser vertidos nas estratégias e planos de atuação.

Os nossos processos de diligência devida relativos aos impactos materiais são moldados pelos pedidos, necessidades, exposições e sugestões veiculados pelas nossas partes interessadas nos órgãos internos e através dos canais de comunicação, assim como pela sua participação no nosso estudo de dupla materialidade. Esta análise ajuda a definir os impactos materiais de temas como a segurança e qualidade dos produtos, o acesso a produtos a preços acessíveis, a relação com as comunidades e a gestão responsável da cadeia de abastecimento integrando assim os pontos de vista dos *stakeholders* no alinhamento entre expectativas externas e o modelo de negócio do Grupo. Estas contribuições ajudam a identificar domínios onde os riscos sociais e ambientais exigem atenção reforçada, bem como a calibrar a relevância dos impactos ao longo da cadeia de valor, garantindo que a avaliação final de dupla materialidade incorpora tanto a análise técnica como as expectativas e preocupações manifestadas pelos *stakeholders*.

2.3.1. Mecanismos e canais para expor preocupações

[ESRS S1-3; ESRS S1-17; ESRS S2-3; ESRS S3-3; ESRS S4-3; ESRS G1-1]

Por forma a garantir que os nossos *stakeholders*[12] expõem as suas preocupações e recebem respostas diretas e adequadas, o Grupo Jerónimo Martins disponibiliza diversos canais internos:

- a Comissão de Ética, um órgão especializado que supervisiona, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção, por forma a gerir eficazmente os riscos à luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade. Este órgão divulga e disponibiliza uma plataforma digital para, de forma confidencial, e anónima se desejado, denunciar irregularidades;
- os Núcleos de Ética, canais de reporte independentes em Portugal, Polónia e Eslováquia que, em conjunto com a Comissão de Ética, são responsáveis pela receção e seguimento das exposições de quaisquer irregularidades que violem a legislação da União Europeia, a legislação nacional e o Código de Conduta;
- a Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, formada sempre que existe uma denúncia sobre estes temas na Polónia;
- o Comité de Convivência Laboral na Colômbia, que investiga queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outras questões laborais;
- os Serviços de Atendimento ao Colaborador para comunicar, clarificar e resolver questões laborais, e para receber e encaminhar pedidos de carácter social. Este canal garante a

[12] Incluindo representantes de alguma entidade mencionada na tabela "*Stakeholders* de Jerónimo Martins", outros grupos ou, a título individual, como os defensores do ambiente e direitos humanos.

confidencialidade, independência e imparcialidade, assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação ou diminuição dos seus direitos;
- os Serviços de Apoio ao Cliente das Companhias, que podem ser envolvidos diretamente ao nível das lojas, através dos nossos colaboradores, nomeadamente os gerentes de loja, com quem os consumidores podem interagir e resolver qualquer questão. Os clientes podem igualmente optar por contactar os canais dos Serviços de Apoio ao Cliente (e-mail, website, telefone, aplicações móveis, redes sociais, entre outros), que são estruturas especializadas em cada Companhia que visam assegurar uma resposta eficiente às suas sugestões, elogios, ideias, pedidos de informação e reclamações. Estes meios de contacto, dependendo da Companhia, podem ser, quando aplicável, anunciados nas lojas, nas embalagens dos produtos de Marca Própria, nos talões de pagamento e nos websites das Companhias;
- a Provedoria do Cliente, com o objetivo de preservar a confiança e satisfação dos consumidores, medeia a relação dos clientes com as Companhias, sendo independente e neutra. Cada processo remetido para a Provedoria é analisado e as necessárias diligências executadas, culminando num parecer não vinculativo e em recomendações de atuação às Companhias;
- página de contactos corporativos, onde as partes interessadas podem selecionar a área à qual se querem dirigir, nomeadamente apoio ao cliente, apoios e patrocínios, novos fornecedores, relações com investidores, relação com os media ou responsabilidade corporativa.

Para obter informações e dados detalhados sobre contactos/procedimentos que ocorreram em 2025, consulte o capítulo 4 “Governo da Sociedade”, secção C – “Organização Interna”, e o subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Ética e conformidade” neste capítulo, bem como o subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5. “Salvaguardas mínimas” neste capítulo.

Todos estes canais de comunicação são disponibilizados aos nossos *stakeholders* no nosso website corporativo, aberto ao público. As questões relacionadas com a Comissão de Ética e com os Núcleos de Ética podem ser endereçadas no website específico da Comissão de Ética. Adicionalmente, estão disponíveis nos websites de quatro das nossas Companhias (Ara, Biedronka, Pingo Doce e Recheio).

A eficácia destes mecanismos está patente na elevada percentagem de casos resolvidos. Para obter informações e dados detalhados sobre contactos/procedimentos que ocorreram em 2025, consulte o subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Ética e conformidade”, bem como a subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”, ponto “Correção dos impactos e canais para os consumidores manifestarem preocupação” neste capítulo.

2.3.2. Gestão de riscos do reporte em matéria de sustentabilidade
[ESRS 2 GOV-5]

O Conselho de Administração é o responsável máximo pelas divulgações em matéria de sustentabilidade do Grupo. No entanto, existem níveis anteriores de decisão para garantir a coerência, integridade e solidez da divulgação de dados ESG. É o caso da Comissão de Auditoria, que é responsável, entre outros, por monitorizar a preparação e a divulgação de informações financeiras e não-financeiras[13]. A CGSRC do Grupo, na qualidade de comissão especializada para as questões de sustentabilidade, também é informada sobre os processos e diligências do Grupo para assegurar o alinhamento com os *frameworks* de reporte de sustentabilidade, como as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS), e as ações, previstas e em vigor, para assegurar a consistência, robustez e integridade do reporte.

A Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas do Grupo, com o apoio da sua Direção de Sustentabilidade e Relações ESG, é responsável pelo desenvolvimento, implementação e monitorização da estratégia de sustentabilidade, e é também responsável pelos processos estabelecidos pelas Companhias para a recolha e tratamento de dados relacionados com sustentabilidade ambiental e social. O mesmo

[13] Informações sobre as responsabilidades da Comissão de Auditoria disponíveis no capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção B – “Órgãos Sociais e Comissões”, subsecção III – “Fiscalização (Comissão de Auditoria)”, ponto 30. “Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adotado”.

departamento é ainda responsável por providenciar atualizações periódicas à CGSRC, à Comissão de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Os nossos sistemas de controlo de reporte em matéria de sustentabilidade seguem uma abordagem semelhante à do sistema de controlo do relato financeiro, embora não atinjam ainda o mesmo estádio de maturidade. De facto, as divulgações em matéria de sustentabilidade são verificadas externamente através da Garantia Limitada de Fiabilidade, enquanto as divulgações financeiras são objeto de Garantia Razoável de Fiabilidade. É nosso objetivo trabalhar progressivamente no sentido de assegurar que o nível de garantia em matéria de sustentabilidade corresponda ao nível de garantia em matéria financeira.

A gestão de risco face ao reporte de sustentabilidade contempla a seguinte metodologia, composta por oito fases sequenciais e interligadas:

- A primeira, de planeamento e calendário anual, estabelece a estrutura do ciclo através de um plano que define responsabilidades, periodicidades dos indicadores e da atualização da materialidade integrada.
- A segunda fase, de recolha de dados, assegura a obtenção de informação através de *templates* normalizados, controlos de acesso e periodicidades ajustadas ao risco (mensal, trimestral ou anual).
- Na terceira fase, é elaborada uma validação mediante cálculos. De seguida, a informação é revista seguindo o princípio dos "quatro olhos", sendo as revisões documentadas.
- Segue-se a fase de revisão analítica transversal, que compara resultados entre áreas e períodos, estabelecendo limites/limiares (*thresholds*) para identificar desvios que devem ser explicados e suportados com base em evidências.
- Já na fase de consolidação e aprovação, os dados são reconciliados, consolidados e sujeitos a aprovação formal segundo a matriz de autorizações aplicável.
- A fase de relato e divulgação garante que toda a informação cumpre as normas de relato adotadas pelo Grupo -–disponibilizadas no subcapítulo 7. "*Frameworks* de Reporte" deste capítulo – e que a narrativa final é coerente e metodologicamente consistente.
- Segue-se a fase de garantia externa, que funciona como última linha de defesa através de uma verificação independente de fiabilidade limitada, suportada por documentação e testes fornecidos à entidade auditora.
- Por fim, dá-se a fase de melhoria contínua, que integra as recomendações do departamento de auditoria interna, da auditoria externa e de outras revisões internas, consolidando planos de ação, monitorizando progressos e reportando periodicamente à Comissão de Auditoria.

Tal como referido, e uma vez que o âmbito dos relatórios de sustentabilidade tem vindo a aumentar significativamente ao longo dos anos – atualmente verificamos mais de 300 indicadores relacionados com ESG, de acordo com diferentes *frameworks* de sustentabilidade –, estabelecemos um leque mais vasto de controlos internos para apoiar a identificação e mitigação dos riscos relacionados com a exatidão e integridade dos dados.

Foram identificados sete riscos no processo de reporte de sustentabilidade, cada um mitigado por controlos estruturados recomendados pelo departamento de auditoria interna. O primeiro risco, relacionado com a fiabilidade e completude da informação, é mitigado através de análises e revisões já existentes, validação por diferentes intervenientes e correção de discrepâncias, sendo agora reforçado com análise transversal sistemática, limiares (*thresholds*) definidos e aplicação formal do princípio dos "quatro olhos". O segundo risco, de não conformidade com normas internacionais e requisitos locais, é gerido através de análises de alinhamento, formação especializada, participação em grupos de trabalho das associações a que o Grupo pertence, e auditorias externas anteriores. O terceiro risco, ligado à potencial falta de documentação estruturada, é mitigado por um manual existente, cujos procedimentos continuamos a robustecer, e por práticas de recolha sistematizada, sendo reforçado com a necessidade de detalhar metodologias e controlos, garantir ciclos formais de revisão e assegurar atualização contínua. O quarto risco, de deteção tardia de tendências ambientais, sociais ou regulatórias, é mitigado através de diálogo externo e exercícios de materialidade já realizados, bem como pela participação em grupos de trabalho das associações a que o Grupo pertence. O quinto risco, relacionado com limitações tecnológicas, é mitigado por sistemas implementados para recolha e arquivo, bem como por iniciativas tecnológicas em curso. No que concerne o sexto risco, de potenciais conflitos de funções, à já clara distribuição de responsabilidades entre equipas juntam-se, como medida de mitigação, requisitos formais de documentação da segregação de funções e evidência da revisão independente. Finalmente, o sétimo risco,

relativo ao desalinhamento entre a estratégia de sustentabilidade e a estratégia do negócio, é mitigado por estruturas de governação já existentes e pela inclusão da sustentabilidade ao nível executivo.

2.4. Gestão de impactos, riscos e oportunidades (IRO) e análise de dupla materialidade

[ESRS 2 SBM-1, ESRS 2 SBM-2, ESRS 2 SBM-3, ESRS 2 IRO-1, ESRS 2 IRO-2]
[GRI 2-25, GRI 3-1, GRI 3-2 e GRI 3-3]

Em 2023, a Direção de Sustentabilidade e Relações ESG, que é parte integrante da Direção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas, levou a cabo a primeira análise de dupla materialidade do Grupo, de acordo com a versão preliminar dos requisitos estabelecidos pela CSRD da UE e pelas ESRS. Este processo começou com a identificação de uma lista preliminar de tópicos materiais potenciais e dos seus impactos, riscos e oportunidades (IRO).

Em seguida, foi realizada uma auscultação de *stakeholders* para recolher contributos sobre como é percebido e avaliado o impacto das nossas atividades em diferentes tópicos de sustentabilidade. Esta análise recolheu informação de mais de 16.600 *stakeholders* de nove grupos distintos[14] - na Polónia, em Portugal e na Colômbia - para avaliar a materialidade de impacto ao longo da nossa cadeia de valor, considerando tanto a severidade (escala, âmbito e irremediabilidade do impacto) como a probabilidade de ocorrência. Para além dos contributos destes *stakeholders*, a matriz de impacto também teve em conta *expertise* interna e externa. As questões financeiras materiais foram identificadas utilizando o sistema de gestão de risco do Grupo[15]. A análise considerou riscos e oportunidades ao longo da cadeia de valor, com base na sua magnitude (potencial impacto financeiro nas vendas e nos custos) e na probabilidade de ocorrência.

No final, o exercício foi também validado por quadros superiores e membros da Direção Executiva, aprovado na Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa e, posteriormente, comunicado nos Comités de Sustentabilidade das Companhias[16]. Com base nas conclusões, identificaram-se os tópicos e subtópicos materiais, de que resultaram os requisitos obrigatórios de divulgação de sustentabilidade para o Relatório e Contas de 2023.

Em 2024, com a ajuda de uma consultora especializada externa e independente, revimos este estudo de acordo com a versão final das ESRS[17] e as versões finais das orientações de aplicação publicadas, em maio de 2024, pelo EFRAG (European Financial Reporting Advisory Group). Por se considerar desnecessária, não foi levada a cabo uma nova auscultação de *stakeholders* em 2024, tendo-se considerado as conclusões do exercício de 2023. Os IRO foram novamente analisados e complementados com investigação documental e análise de referência que considerou a informação publicamente disponível de 16 empresas do sector do retalho alimentar (como, por exemplo, os relatórios de sustentabilidade, os relatórios anuais e os websites corporativos) relativamente aos seus processos de dupla materialidade em conformidade com as ESRS. Este processo de revisão de materialidade encontra-se atualizado e vigente em 2025.

Após a identificação das normas temáticas materiais, a materialidade foi avaliada ao nível dos requisitos de divulgação e dos *datapoints*. O processo de avaliação de materialidade e a utilização de limiares estão descritos nas secções 2.2. “Governo e Estratégia” e 2.5. “Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade”, deste subcapítulo (ESRS 2 IRO-1).

A metodologia aplicada no processo de revisão de dupla materialidade do Grupo privilegiou a análise dos impactos avaliando a severidade com base na escala, âmbito, irremediabilidade e probabilidade, com recurso a uma classificação numérica de 1 a 5. A priorização dos impactos negativos resulta da média

[14] Foram recolhidas respostas de representantes de nove grupos: colaboradores, consumidores, fornecedores e prestadores de serviços, organizações não-governamentais, instituições particulares de solidariedade social, analistas e investidores, media, associações sectoriais e seguradoras. Para mais detalhes sobre as formas como nos relacionamos com os nossos *stakeholders*, consulte a página “Os Nossos Públicos” no nosso website corporativo.
[15] Para mais informações, consulte o capítulo 4 “Governo da Sociedade”, secção C “Organização Interna”, subsecção III “Controlo Interno e Gestão de Riscos”.
[16] Para mais detalhes sobre o exercício realizado em 2023, consultar o Relatório e Contas 2023.
[17] Publicadas a 22 de dezembro de 2023 no Jornal Oficial da União Europeia.

entre as variáveis escala, âmbito, irremediabilidade e probabilidade de ocorrência, cumprindo regras diferenciadas para impactos atuais e potenciais. Já o impacto positivo resulta da média entre as variáveis escala, âmbito e probabilidade para impactos atuais ou potenciais.

No âmbito financeiro, asseguramos o alinhamento com a Matriz de Risco do Grupo descrita no ponto 54. "Descrição do Processo de Identificação, Avaliação, Acompanhamento, Controlo e Gestão de Riscos", do capítulo 4 "Governo da Sociedade", que recorre a uma escala numérica de 1 a 5 e avalia critérios como probabilidade e impacto para hierarquizar riscos e oportunidades.

Dada a integração da sustentabilidade na estratégia de negócio, não existe uma hierarquia distinta entre os riscos de sustentabilidade e os restantes riscos identificados (ex., operacionais, financeiros e comerciais). Pela sua natureza indissociável, os riscos são avaliados de forma integrada.

Foram ainda fixados limiares explícitos para materialidade de impacto e materialidade financeira aplicados uniformemente na decisão final. A metodologia inclui ainda ponderações entre *stakeholders*, os contributos internos do Grupo e a consultora especializada externa e independente.

A identificação dos IRO foi realizada considerando as nossas diferentes áreas de negócio (distribuição alimentar, retalho especializado e agroalimentar) e os três países mais relevantes (Polónia, Portugal e Colômbia), permitindo capturar particularidades operacionais e contextuais que influenciam o risco de ocorrência de impactos adversos. Cada impacto foi ainda avaliado quanto à sua ligação às etapas relevantes da cadeia de valor (a montante, operações e a jusante), assegurando que relações comerciais e atividades mais sensíveis, como cadeias de abastecimento extensas ou dependências de matérias-primas críticas, fossem tratadas com maior detalhe. O processo incluiu também análise de *benchmarks*, normativas sectoriais e tendências de risco em cada mercado, refletindo fatores externos e pressões regulatórias que podem aumentar a probabilidade ou severidade do impacto, garantindo que áreas, atividades ou contextos suscetíveis de gerar impactos adversos são identificados e tratados de forma proporcional ao risco.

No total, foram identificados 145 IRO nesta revisão, discriminados da seguinte forma:

Impactos, riscos e oportunidades totais considerados

Impactos, riscos e oportunidades	Total	Direção		Ocorrência		Horizonte temporal			Relevância na cadeia de valor*		
		Positiva	Negativa	Real	Potencial	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo	A montante	Operações próprias	A jusante
Impactos	62	31	31	38	24	24	20	6	43	61	29
Riscos	47	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	11	26	10	24	47	11
Oportunidades	36	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	11	18	7	17	36	15

* Os mesmos IRO podem ser identificados (total ou parcialmente) para diferentes níveis da nossa cadeia de valor, justificando assim um número de IRO superior ao indicado na coluna com o total.

A avaliação dos IRO teve em conta diferentes horizontes temporais (curto, médio e longo prazo) e a fase da cadeia de valor em que podem ocorrer. Dos 145 IRO analisados, 21 foram avaliados como materiais. Foram identificados 35 subtópicos ESG, dos quais 10 foram considerados materiais para o Grupo Jerónimo Martins, de acordo com os nossos limiares internos, nomeadamente os intervalos aplicáveis aos nossos processos de gestão de risco corporativo.

Impactos, riscos e oportunidades associados a tópicos materiais para Jerónimo Martins

Tópico	Tópico ESRS	Subtópico material*	Impactos		Horizonte temporal			Riscos	Oportunidades	Relevância na cadeia de valor	Requisitos materiais
			Positivo	Negativo	Curto prazo	Médio prazo	Longo prazo				
Ambiente	Alterações climáticas	Alterações climáticas	0	1	1	0	0	0	0	Operações próprias, a montante e a jusante	E1-1 a E1-9
	Economia circular	Redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos	0	1	0	1	0	0	0	Operações próprias, a montante e a jusante	E5-1 a E5-3 E5-5
		Desperdício alimentar	0	0	1	0	0	0	1	Operações próprias, a montante e a jusante	E5-1 a E5-3 E5-5 e E5-6
Social	Mão de obra própria	Direitos laborais e condições de trabalho	0	0	0	0	0	1	1	Operações próprias	S1-1 a S1-11 S1-14 a S1-17
		Formação e desenvolvimento dos colaboradores	0	0	0	0	0	1	2	Operações próprias	S1-1, S1-4, S1-5 e S1-13
	Comunidades afetadas	Envolvimento e apoio às comunidades locais	2	1	0	3	0	0	0	Operações próprias e a jusante	S3-1, S3-2, S3-4 e S3-5
	Consumidores e utilizadores finais	Inovação de produtos e serviços	0	0	0	0	0	1	1	Operações próprias e a jusante	S4-1, S4-4 e S4-5
		Produtos a preços acessíveis	0	1	0	0	1	1	1	Operações próprias, a montante e a jusante	S4-1 a S4-5
		Normas de qualidade e segurança de produtos	1	0	1	0	0	1	1	Operações próprias, a montante e a jusante	S4-1, S4-2, S4-4 e S4-5
Governação	Conduta empresarial	Práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento	2	0	1	1	0	0	0	Operações próprias e a montante	G1-1, G1-2 e G1-6

* Alguns dos subtópicos materiais identificados não constam formalmente no AR16 das Normas ESRS. Entre eles, destaca-se o desperdício alimentar e a inovação de produtos e serviços, que não são reconhecidos como subtópicos ESRS.

Os impactos, riscos e oportunidades (IRO) identificados abrangem dimensões ambientais, sociais e de conduta empresarial, refletindo a amplitude dos temas analisados. Entre os impactos negativos atuais, destacam-se as emissões de gases com efeito de estufa e a geração de resíduos plásticos associados, sobretudo, às embalagens dos produtos. Relativamente aos impactos negativos potenciais, salientam-se riscos ligados a dificuldades económicas no acesso aos produtos e eventuais quebras de confiança por parte dos consumidores nas empresas do sector alimentar.

Já os impactos positivos atuais incluem o estímulo a comportamentos mais sustentáveis nas comunidades e o reforço da responsabilidade na cadeia de fornecimento, traduzido em mecanismos de garantia de qualidade e em prazos mais favoráveis de pagamento aos fornecedores. Nos impactos positivos

potenciais, evidencia-se o fortalecimento das comunidades e a mitigação de riscos associados à segurança dos produtos, contribuindo para o aumento da confiança dos *stakeholders*.

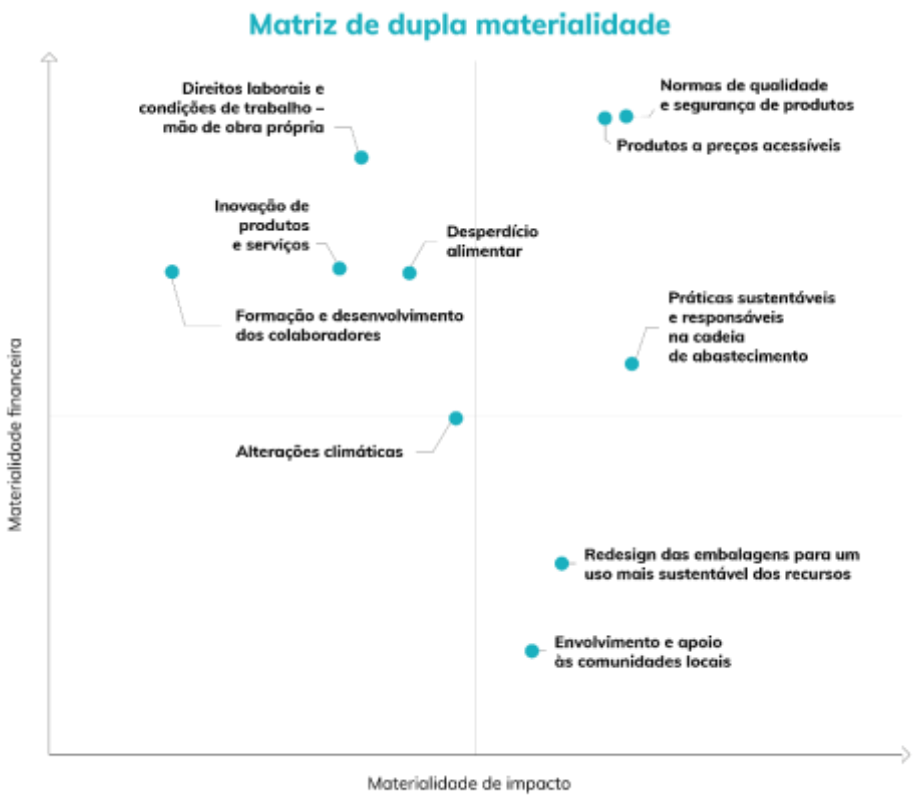
No que respeita às oportunidades, destacam-se o potencial de redução do desperdício alimentar, a melhoria do envolvimento e satisfação dos colaboradores, o reforço da formação e desenvolvimento de competências e a promoção da inovação em produtos e serviços, incluindo desenvolvimento de alternativas que respondam a novas preferências dos consumidores.

Do lado dos riscos, incluem-se desafios relacionados com a gestão e desenvolvimento de talentos, como lacunas na formação e desenvolvimento de competências, riscos decorrentes da rápida evolução tecnológica, que pode comprometer a competitividade, bem como questões de acessibilidade económica e perceção de preço por parte dos consumidores.

Não foram identificados IRO materiais nos temas ambientais relacionados com poluição, recursos hídricos e marinhos, biodiversidade e ecossistemas. Relativamente a aspetos sociais, o exercício não revelou materialidade no tema dos trabalhadores na cadeia de valor.

O processo de identificação, avaliação e gestão de impactos e riscos de sustentabilidade encontra-se incorporado no modelo geral de gestão de riscos da empresa e contribui para a definição do perfil global de risco. Para informações detalhadas sobre a relação interdependente entre a avaliação e gestão de riscos de sustentabilidade e o modelo geral de gestão de riscos, consulte o subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5.“Salvaguardas mínimas”, ponto “Identificar e avaliar os impactos adversos”, neste capítulo.

Como resultado deste exercício, foram identificados os seguintes tópicos materiais:



Nota: Temas materiais resultantes da aplicação de linha de corte.

Em resultado da análise de dupla materialidade, aqui consolidada, os dez tópicos materiais mais relevantes identificados em 2024 foram os seguintes:

- Normas de qualidade e segurança de produtos
- Produtos a preços acessíveis

- Práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento
- Direitos laborais e condições de trabalho - mão de obra própria
- Desperdício alimentar
- Inovação de produtos e serviços
- Alterações climáticas
- Redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos
- Formação e desenvolvimento dos colaboradores
- Envolvimento e apoio às comunidades locais

Os tópicos "Normas de qualidade e segurança de produtos" e "Produtos a preços acessíveis" foram considerados os mais relevantes, tanto do ponto de vista da materialidade do impacto como do financeiro (riscos e oportunidades).

Os tópicos identificados diretamente pelos *stakeholders* auscultados (materialidade de impacto), e que estão incluídos na nossa matriz de dupla materialidade, são os seguintes:

- Práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento
- Redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos
- Formação e desenvolvimento dos colaboradores
- Envolvimento e apoio às comunidades locais

A avaliação de risco destacou, como tendo maior potencial para ter um impacto financeiro positivo ou negativo na atividade do Grupo, os seguintes tópicos:

- Direitos laborais e condições de trabalho – mão de obra própria[18]
- Desperdício alimentar
- Formação e desenvolvimento dos colaboradores
- Inovação de produtos e serviços

É nossa intenção repetir esta análise a cada três ou quatro anos. Nos anos intermédios, serão conduzidas calibrações para assegurar que a análise se mantém atual.

A relação entre o modelo de negócio, estratégia e cadeia de valor, e os IRO resultantes do exercício de dupla materialidade

Modelo de negócio e estratégia

O Grupo Jerónimo Martins opera essencialmente no sector alimentar, promovendo soluções e produtos alimentares seguros, saudáveis e acessíveis através das suas Companhias e Marcas Próprias. O respeito por todos os *stakeholders* e o compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável são parte integrante da sua estratégia de crescimento e criação de valor.

A estratégia do Grupo integra os tópicos materiais de sustentabilidade identificados acima. Estes temas orientam políticas e compromissos de curto, médio e longo prazos, pelos quais são estabelecidos programas e iniciativas que visam cumprir as metas definidas. Ao longo desta Declaração de Sustentabilidade – e na secção dedicada a cada um dos tópicos materiais identificados – é referida a estratégia do Grupo, os principais desafios e as iniciativas que estão a ser implementadas para assegurar que os IRO são devidamente abordados.

Cada impacto é descrito em função da sua relevância concreta para o negócio, refletindo dependências operacionais, sociais ou ambientais que influenciam o modo como o Grupo cria e preserva valor. Esta abordagem permite demonstrar, de forma consistente, como os impactos decorrem das características estruturais do modelo de negócio (ex., cadeias de abastecimento extensas, operações de grande escala, interação diária com milhões de consumidores) e como se relacionam com áreas estratégicas prioritárias, como qualidade e segurança dos produtos, acessibilidade alimentar, eficiência operacional, práticas responsáveis na cadeia de fornecimento e desenvolvimento das pessoas.

[18] O tópico de 2023 "Compensação e benefícios" foi integrado em "Direitos laborais e condições de trabalho - mão de obra própria" de forma a alinhar a nomenclatura com os subtópicos incluídos nas ESRS.

É ainda conduzida uma avaliação sobre os impactos e dependências para identificar os riscos e oportunidades que deles podem surgir. Impactos materiais como alterações climáticas, uso de recursos, condições laborais, confiança dos consumidores, cadeia de abastecimento ou relação com comunidades são analisados em conjunto com dependências críticas como energia, matérias-primas, fornecedores e mão de obra própria. Esta análise permite avaliar quando, e se, um impacto se pode transformar num risco operacional, financeiro ou reputacional, e também quando pode gerar oportunidades de eficiência, inovação, reforço de competitividade ou criação de valor social. Estas práticas permitem ao Grupo tomar decisões estratégicas e operacionais que mitigam riscos materiais e, simultaneamente, captar oportunidades de ganhos de eficiência, inovação, reforço da circularidade e fortalecimento das relações com trabalhadores, fornecedores e comunidades, assegurando a resiliência sustentável do modelo de negócio no curto, médio e longo prazos. Assim, os impactos e dependências orientam diretamente a gestão dos riscos, o desenvolvimento de oportunidades no modelo de negócio e a estratégia.

Os eventuais e/ou atuais efeitos financeiros associados a estas ações (ex., transição para fontes de energia renovável, potencial custo do carbono, volatilidade das matérias-primas, entre outros) são estrategicamente mitigados através da gestão das oportunidades de eficiência e do crescimento em novos segmentos de mercado, bem como do acesso a financiamento bancário e a potenciais instrumentos associados ao desempenho ambiental ou social. Dado que os efeitos financeiros antecipados dos IRO são um requisito das ESRS ao qual o efeito *phase-in* se aplica, utilizamos esta possibilidade tendo em vista a implementação contínua de uma adaptação dos nossos sistemas de controlo interno que nos levará a reportar de forma integral estes *datapoints* nos próximos ciclos de reporte.

Cadeia de valor

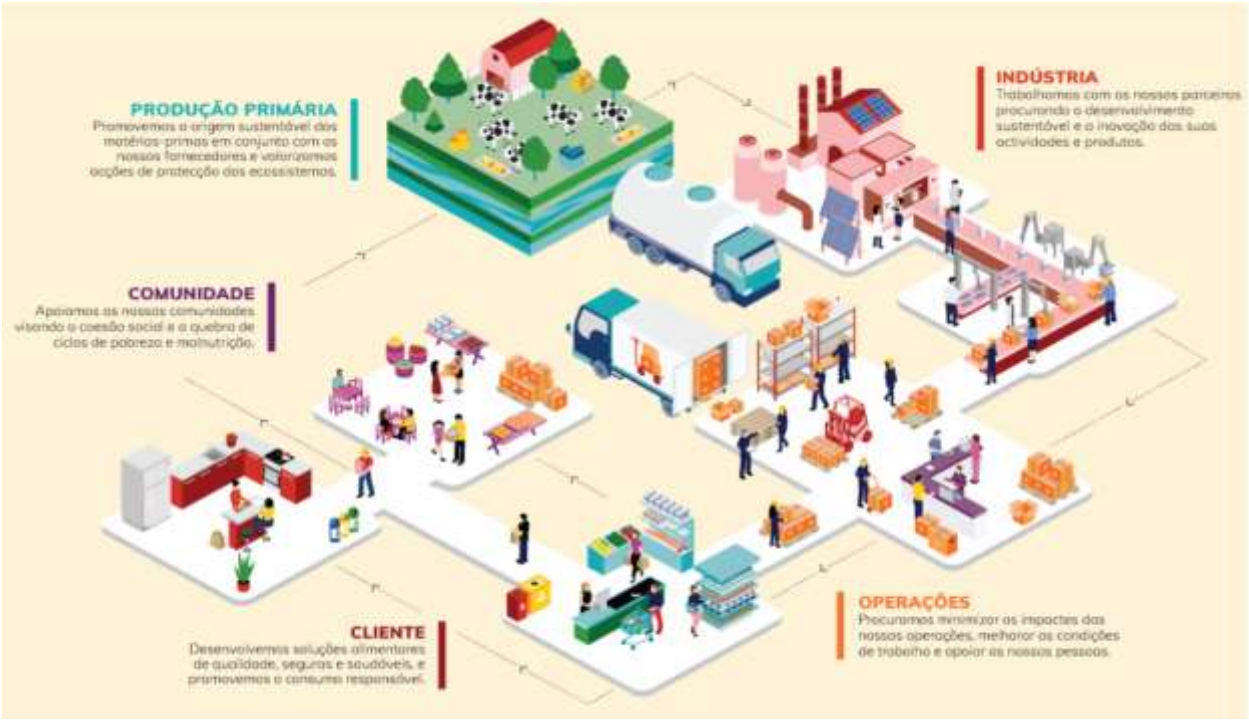


Figura 1 – Esquema da cadeia de valor do Grupo Jerónimo Martins.

A cadeia de valor do Grupo desenvolve-se desde a produção das matérias-primas até à sua disponibilização ao cliente final, integrando também as comunidades onde opera. A montante, o Grupo trabalha com produtores agrícolas, pecuários e do setor da pesca, que asseguram o fornecimento das principais matérias-primas, e com a indústria transformadora, que é responsável pelo desenvolvimento de produtos seguros e inovadores. No centro da cadeia de valor encontram-se as operações internas, que abrangem o funcionamento das lojas e dos centros de distribuição, o transporte e a logística. A jusante, o Grupo concentra-se na relação direta com os clientes, assegurando a disponibilização de produtos alimentares e não-alimentares, e promovendo práticas de consumo responsáveis e saudáveis. Paralelamente, mantém um compromisso ativo com as comunidades locais através de iniciativas sociais que contribuem para o seu desenvolvimento económico e social.

O Grupo posiciona-se no centro desta cadeia de valor do sector alimentar, desempenhando um papel integrador entre produção primária, indústria e consumidor final. Esta posição permite influenciar positivamente práticas agrícolas e industriais mais sustentáveis, incentivar escolhas alimentares mais saudáveis e contribuir para o progresso socioeconómico das comunidades onde opera.

Desta cadeia de valor resultam um conjunto de *inputs* provenientes dos diferentes elos da cadeia. Os *inputs* principais são:

- o capital humano, essencial às operações;
- os produtos alimentares provenientes de produção primária (agricultura, pecuária e pesca);
- os produtos transformados adquiridos à indústria agroalimentar e a parceiros de transformação;
- a energia e recursos naturais;
- a tecnologia e infraestruturas (sistemas de informação, logística automatizada e equipamentos de loja) necessários ao funcionamento das lojas e operações logísticas.

Como forma de garantir a continuidade, qualidade e integridade dos *inputs*, o Grupo desenvolve um conjunto de esforços multidimensionais que passam por procurar aplicar mecanismos contínuos de desenvolvimento das competências dos seus colaboradores, garantir ambientes de trabalho seguros, estabelecer parcerias de longo prazo com fornecedores estratégicos(incluindo agricultores e produtores locais) para assegurar a previsibilidade e estabilidade na relação comercial, adotar políticas de gestão de risco e de continuidade de negócio por forma a assegurar a resiliência do abastecimento (nomeadamente em matérias-primas sensíveis), criar programas de promoção de práticas agrícolas sustentáveis para valorizar origens responsáveis, e implementar auditorias e sistemas de monitorização da qualidade e segurança alimentar em toda a cadeia de abastecimento.

Os principais *outputs* do Grupo materializam-se na disponibilização diária, através das suas diferentes insígnias, de produtos e soluções alimentares seguras e acessíveis . Estes produtos incluem uma vasta gama de artigos de Marca Própria desenvolvidos segundo rigorosos critérios de qualidade, segurança e responsabilidade nutricional, garantindo que os consumidores têm acesso a opções alinhadas com padrões elevados de confiança e transparência. Paralelamente, o Grupo assegura um conjunto de serviços logísticos e operacionais que permitem manter a disponibilidade contínua do produto, assegurando a frescura, conveniência e eficiência ao longo de toda a operação.

A criação de valor vai além dos produtos disponibilizados, refletindo-se nos *outcomes* gerados para diversos *stakeholders*. Aos clientes, o Grupo garante disponibilidade permanente de alimentos seguros, saudáveis e acessíveis, contribuindo para escolhas de consumo mais responsáveis e para a promoção de hábitos alimentares equilibrados. Já os colaboradores beneficiam de oportunidades de emprego estáveis, formação contínua, desenvolvimento de competências e condições de trabalho adequadas, que promovem a retenção de talento e o bem-estar das equipas. No relacionamento com os fornecedores, é promovida a estabilidade e previsibilidade através de relações de longo prazo, apoio técnico, e valorização dos produtores locais. Esta abordagem fortalece a resiliência das cadeias de abastecimento e contribui para a adoção de práticas mais sustentáveis. Para os investidores, o Grupo mantém um modelo de negócio resiliente, caracterizado por um crescimento sustentável e por uma gestão de riscos ESG ao longo da cadeia de valor, reforçando a confiança e a reputação corporativa. Ao nível das comunidades locais, as operações do Grupo geram emprego direto e indireto, reforçando a coesão social e contribuindo para o desenvolvimento económico das regiões onde está presente. Em simultâneo, o Grupo mantém iniciativas de apoio social que visam combater a pobreza e a malnutrição, estabelecendo parcerias estáveis com instituições sociais e entidades das comunidades locais.

O Grupo está associado aos seus impactos materiais quer por via das atividades que desenvolve quer pelas relações que as Companhias mantêm ao longo da cadeia de valor. Os impactos relacionados com clima, resíduos e circularidade resultam das suas operações próprias e também das práticas dos fornecedores que produzem, transformam e embalam os produtos que as Companhias comercializam. Os impactos nas comunidades decorrem da presença física e da atividade das insígnias, e também da forma como parceiros e entidades externas conduzem operações que influenciam os territórios onde o Grupo atua. No que respeita aos consumidores, os impactos provêm diretamente das decisões comerciais relativas a preço, qualidade e segurança dos produtos, bem como indiretamente das práticas dos fornecedores que impactam a confiança na cadeia de valor. Por fim, os impactos associados à conduta

empresarial resultam das práticas internas de gestão e também das relações com fornecedores e parceiros, que podem reforçar ou comprometer padrões éticos e de sustentabilidade.

Para informações detalhadas sobre a estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor do Grupo, consulte o capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 2 “Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento” e o capítulo 4 “Governo da Sociedade”. As informações sobre a discriminação das receitas totais por sector significativo das ESRS são apresentadas na nota 3.2. “Reporte por segmentos de atividade” no capítulo 3 “Demonstrações Financeiras”.

2.5. As nossas políticas

[ESRS 2 MDR-P]

Na tabela abaixo, é possível encontrar um conjunto de políticas relacionadas com sustentabilidade. Informações detalhadas podem ser encontradas no nosso website corporativo.

Política	Descrição de conteúdos-chave	Stakeholders mais impactados
Código de Conduta	Define o propósito, princípios éticos e valores que pautam as operações do Grupo e as relações com os *stakeholders*. Destina-se a todos os colaboradores, clientes, fornecedores, parceiros de negócio e investidores. O Código de Conduta engloba quatro princípios fundamentais: Respeito pela Lei e pelos Direitos Humanos, Honestidade e Integridade, Diversidade e Inclusão, e Responsabilidade Social Corporativa. Este código integra-se no âmbito dos seguintes requisitos de divulgação: E1-1, E2-1, E3-1, E4-1, E5-1, S1-1, S2-1, S3-1, S4-1 e G1-1.	• Colaboradores • Consumidores • Fornecedores • Parceiros de negócio • Investidores • Comunidades locais • Organizações e associações não-governamentais • Jornalistas
Política Ambiental	Dá prioridade ao respeito pelo ambiente no crescimento e desenvolvimento da atividade do Grupo, incluindo o compromisso de promover práticas sustentáveis de produção, distribuição e consumo, melhorando continuamente a eficiência e a eficácia da cadeia de abastecimento. A política integra critérios de desempenho ambiental nas operações e nas decisões de gestão, incentiva a ecoeficiência e a ecoinovação e promove ativamente a participação em iniciativas *multistakeholder*. As principais prioridades incluem a luta contra as alterações climáticas, proteção dos recursos hídricos, preservação da biodiversidade e aceleração da transição para uma economia circular. O Grupo tem como objetivo reduzir o consumo de energia, as emissões de gases com efeito de estufa e os resíduos, melhorando simultaneamente a qualidade e a disponibilidade da água. A política estabelece que todas as iniciativas devem ser regularmente monitorizadas, avaliadas e comunicadas para garantir a melhoria contínua e a conformidade com a legislação aplicável. Esta política integra-se no âmbito dos seguintes requisitos de divulgação: E1-1, E2-1, E3-1, E4-1 e E5-1.	• Colaboradores • Fornecedores • Parceiros de negócio • Comunidades locais
Política Anticorrupção	Estabelece os princípios e obrigações delineados do Código de Conduta, que devem ser observados no local de trabalho e nas interações com fornecedores, clientes e outras entidades externas, de forma a prevenir a corrupção e evitar potenciais conflitos de interesse. Esta política aplica-se a todas as Companhias do Grupo Jerónimo Martins e aos seus colaboradores, independentemente do seu vínculo contratual, cargo ou país de atividade. Em linha com o Código de Conduta do Grupo, a política detalha os canais de comunicação disponíveis e define que as denúncias de potenciais infrações feitas de boa-fé não darão lugar a retaliações, reprimendas ou quaisquer outras ações adversas ou discriminatórias. Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S1-1	• Colaboradores • Fornecedores • Parceiros de negócio • Governos • Comunidades locais • Organizações e associações não-governamentais • Jornalistas

Política	Descrição de conteúdos-chave	Stakeholders mais impactados
Política de Compras Sustentáveis	Visa estabelecer uma abordagem sustentável através da incorporação de preocupações sociais e ambientais na cadeia de abastecimento, com vista a contribuir, de forma gradual e sustentada, para impactos positivos e minorar os impactos negativos reais ou potenciais das suas atividades. Esta política visa garantir a qualidade e a segurança alimentar, oferecer preços justos, promover o consumo responsável, apoiar o bem-estar social e contribuir para a sustentabilidade dos ecossistemas e das comunidades. O Grupo privilegia uma seleção rigorosa dos fornecedores, fomentando relações éticas a longo prazo e incentivando boas práticas ambientais. Comprometida em fazer cumprir a legislação e proteger a biodiversidade, esta política está alinhada com as áreas prioritárias da ONU para assegurar os serviços dos ecossistemas e o bem-estar das populações. Esta política integra-se no âmbito dos seguintes requisitos de divulgação: E1-1, E2-1, E3-1, E4-1, E5-1, S2-1, S3-1, S4-1 e G1-1.	• Colaboradores • Fornecedores • Parceiros de negócio • Comunidades locais • Consumidores

Política	Descrição de conteúdos-chave	Stakeholders mais afetados
Código de Conduta de Fornecedores	Estabelece os padrões e princípios éticos que os fornecedores devem seguir nos seus negócios com o Grupo. Sublinha a importância de promover a eficiência, a satisfação dos clientes, os interesses dos acionistas e o desenvolvimento sustentável. Espera-se que os fornecedores mantenham elevados padrões nas práticas laborais, na proteção ambiental e na qualidade e segurança dos produtos. O Código exige o cumprimento das leis e tratados internacionais, práticas empresariais ambientalmente conscientes e a adesão aos mais elevados padrões de qualidade e segurança dos produtos. Exige também que os fornecedores cumpram as leis laborais, garantido os princípios de não-discriminação, ausência de trabalho forçado ou infantil, ambiente de trabalho seguro e saudável, remuneração justa e cumprimento das horas de trabalho legais, juntamente com o respeito pela liberdade de associação dos trabalhadores. Adicionalmente, os fornecedores não devem oferecer ofertas ou benefícios pessoais aos colaboradores de Jerónimo Martins, com exceção de ofertas simbólicas até um determinado montante pré-definido. A abrangência deste Código assegura o alinhamento dos fornecedores com o compromisso do Grupo: práticas empresariais éticas e sustentáveis. Este código integra-se no âmbito dos seguintes requisitos de divulgação: E1-1, E2-1, E3-1, E4-1, E5-1, S2-1, S3-1, S4-1 e G1-1.	• Colaboradores • Fornecedores • Parceiros de negócio • Comunidades locais • Consumidores
Política de Apoio às Comunidades Envolventes	Destaca a importância da responsabilidade alargada e da contribuição ativa para o bem-estar das comunidades envolventes das zonas onde o Grupo desenvolve a sua atividade. O foco desta política está na promoção dos valores da Humanidade, do Mérito, do Empreendedorismo e da Cidadania. Apoia projetos destinados a combater a subnutrição, a fome, a pobreza e a exclusão social, especialmente juntos dos idosos e crianças e jovens carenciados. A política considera igualmente o apoio à investigação científica relacionada com a saúde através da alimentação e da preservação do património cultural e ambiental. Define que todas as medidas de apoio sejam acompanhadas e avaliadas, a fim de garantir que os recursos sejam atribuídos de forma eficaz para criar o maior impacto possível. Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S3-1.	• Colaboradores • Organizações e associações não-governamentais

Política	Descrição de conteúdos-chave	Stakeholders mais afetados
Política Nutricional	Procura promover a adoção de estilos de vida saudáveis através da oferta de alimentos seguros, nutritivos e acessíveis, centrando-se na prevenção de doenças relacionadas com a alimentação, como a obesidade e a diabetes. Entre os seus objetivos estratégicos estão a segurança dos produtos, o cumprimento da legislação, a oferta de uma variedade de produtos saudáveis e o fornecimento de informações claras e fiáveis aos consumidores. A política baseia-se em seis pilares: perfil nutricional, ingredientes, rotulagem, tamanho das porções, melhoria contínua e comunicação. O documento também promove a adoção de práticas de marketing responsável, especialmente no que diz respeito às crianças, e a melhoria contínua dos perfis nutricionais dos produtos. A política sublinha que as ações devem ser monitorizadas para avaliar o seu impacto e precisão. Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S4-1.	• Fornecedores • Consumidores

Política	Descrição de conteúdos-chave	Stakeholders mais afetados
Política de Qualidade e Segurança de Produto	Compromete-se a garantir os mais elevados padrões de qualidade e segurança dos produtos de Marca Própria e perecíveis. A política centra-se no objetivo de preservar os preços competitivos, estabelecendo parcerias de longo prazo com os fornecedores, assegurando sistemas de gestão da qualidade e certificações de segurança relevantes. Os principais objetivos incluem a compreensão e satisfação das exigências dos clientes, monitorização e otimização dos processos internos, promoção da inovação, manutenção do capital reputacional das marcas, controlo da qualidade dos produtos, formação dos recursos humanos, reforço das parcerias com fornecedores, cooperação com as autoridades e a comunidade científica, desenvolvimento de mecanismos de informação aos clientes, cumprimento dos requisitos legais e regulamentares, melhoria contínua do Sistema de Gestão de Qualidade, garantia da segurança dos produtos para a saúde humana e animal e minimização dos impactes ambientais. A política inclui igualmente princípios específicos como a conformidade legal, o envolvimento com os *stakeholders*, a aplicação de normas rigorosas de qualidade e segurança baseadas em provas científicas e a garantia da segurança dos produtos mediante apoio jurídico e científico. O Grupo compromete-se a adotar práticas como a proibição de testes em animais, exceto em casos específicos como os testes sensoriais para alimentação animal, adotar uma abordagem conservadora em relação aos OGM e a garantia de transparência na rotulagem, evitar a utilização de nanotecnologia nos produtos alimentares e nas embalagens, reformular os produtos para eliminar os microplásticos, respeitar as normas de segurança relativamente a substâncias que suscitam preocupação e a materiais de embalagem, implementar procedimentos e rastreabilidade para garantir a segurança dos produtos e comunicar claramente as informações sobre os produtos aos consumidores. Esta política integra-se no âmbito dos seguintes requisitos de divulgação: E2-1, E4-1, E5-1 e S4-1.	• Fornecedores • Consumidores

Política	Descrição de conteúdos-chave	Stakeholders mais afetados
Política de Proteção de Dados Pessoais	Assegura a privacidade dos dados pessoais de todas as pessoas que interagem com as Companhias de Jerónimo Martins, incluindo clientes, colaboradores, fornecedores e parceiros. Estabelece as medidas necessárias para proteger os dados pessoais e assegura o cumprimento da legislação de proteção de dados em todas as suas operações, através de uma equipa de Data Privacy dedicada e de Encarregados de Proteção de Dados para desenvolver, implementar e verificar os procedimentos de proteção de dados. A política garante que os dados pessoais são geridos de forma legal, justa e transparente, apenas para fins legítimos claramente comunicados aos titulares dos dados. Desta forma, garante que os dados são tratados para fins específicos e legítimos, e conservados apenas durante o tempo necessário. A política também garante a minimização, exatidão, integridade e confidencialidade dos dados através de medidas de segurança robustas e de uma seleção cuidadosa de parceiros. Além disso, estabelece que os princípios de proteção de dados são integrados em novos projetos desde o início, envolvendo a equipa de Data Privacy para mitigar quaisquer riscos. Contempla igualmente o direito que os titulares têm sobre o controlo dos seus dados pessoais, com direitos de acesso, retificação, oposição, portabilidade, limitação e eliminação de dados, que é facilitado através dos nossos canais dedicados. Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S4-1.	• Acionistas e investidores • Analistas • Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais • Fornecedores e parceiros de negócio • Colaboradores • Consumidores • Comunidades Locais • Jornalistas • Organizações e associações não-governamentais
Política de Comunicação de Irregularidades	Define regras para a receção, registo e tratamento de comunicações de irregularidades no Grupo. Assegura a adoção de mecanismos eficazes de deteção e prevenção de irregularidades, promove uma cultura de transparência, integridade e responsabilidade, e incentiva o comportamento ético, honesto e profissional dos colaboradores e líderes. Assegura igualmente a conformidade com a legislação da UE, a legislação nacional e o Código de Conduta da Companhia, e apoia uma gestão eficaz dos riscos. A política define quem é considerado um denunciante, quais os temas que configuram irregularidades e o que pode constituir um motivo para a denúncia. Estabelece princípios de total privacidade, confidencialidade em todo o processo e não retaliação. Do ponto de vista processual, descreve as etapas do processo de denúncia, desde a queixa até à comunicação do resultado através de mecanismos de denúncia internos e externos, e explica como os dados são registados e geridos. Esta política integra-se no âmbito dos seguintes requisitos de divulgação: S1-1, S2-1, S3-1, S4-1 e G1-1.	• Acionistas e investidores • Analistas • Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais • Fornecedores e parceiros de negócio • Colaboradores • Consumidores • Comunidades locais • Jornalistas • Organizações e associações não-governamentais
Diretrizes Fundamentais do Trabalho	Visam promover os direitos humanos e laborais dos colaboradores, inspirando o Grupo, as estruturas corporativas e as Companhias a criar um ambiente de trabalho saudável, seguro e equilibrado. Estas diretrizes têm os seguintes objetivos: • clarificar os princípios fundamentais internacionais globais que se aplicam diretamente às Companhias do Grupo Jerónimo Martins em matéria de gestão de recursos humanos; • estabelecer os comportamentos padrão e as principais linhas de conduta para todas as Companhias de Jerónimo Martins; • atuar em conformidade com a legislação e princípios internacionais nas áreas dos direitos humanos, trabalho e gestão de recursos humanos, na adoção de políticas, procedimentos, práticas, iniciativas ou outras ações equivalentes; • garantir e promover que todas as Companhias adotam um mecanismo (ex., canais de comunicação específicos) que permita aos colaboradores enviar e/ou expor qualquer pedido ou reclamação. Através destas diretrizes, reforçamos os seguintes princípios e direitos: • princípio de equidade e não-discriminação; • direito ao trabalho; • direito ao descanso; • direito à igualdade retributiva e à remuneração justa; • direito à liberdade de associação, atividade sindical e contratação coletiva; • direito a um local de trabalho seguro; • direito à parentalidade; • direito à privacidade e vida privada; • direito à remediação. Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S1-1.	• Colaboradores • Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais • Acionistas e investidores • Analistas

Política	Descrição de conteúdos-chave	Stakeholders mais afetados
Orientações para a Prevenção e Combate a Assédio e Discriminação	Visa formalizar os princípios de equidade e não discriminação definidos no Código de Conduta do Grupo e o princípio da prevenção do assédio no local de trabalho, que são comportamentos intoleráveis que importa prevenir, combater e, se necessário, sancionar adequadamente, nomeadamente através do estabelecimento de: • regras de prevenção e resposta a comportamentos que consubstanciem discriminação e/ou assédio, sob qualquer modalidade, no local de trabalho e/ou por razões de índole laboral; • canais de contacto entre os colaboradores e as suas Companhias neste âmbito; • linhas orientadoras do processo de análise e investigação das denúncias recebidas. Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S1-1.	• Colaboradores • Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais • Acionistas e investidores • Analistas
Política de Recrutamento e Seleção	Define regras e diretrizes de recrutamento para atrair e selecionar os candidatos adequados, interna e externamente, de acordo com as necessidades de recrutamento do Grupo, e proporcionar uma experiência excecional aos candidatos e colaboradores, reforçando o valor da marca Jerónimo Martins como empregador de referência, em todos os países onde estamos e queremos estar presentes. Os processos de recrutamento e seleção estabelecidos nesta política assentam, assim, na promoção e cumprimento de critérios de ética, equidade, não discriminação e igualdade de oportunidades a todos os níveis da nossa organização. As equipas de recrutamento e seleção garantem a imparcialidade na análise dos perfis e devem aplicar, em todas as fases do processo, critérios previamente estabelecidos relativos à experiência e às qualificações, entre outros. Asseguram igualmente o cumprimento da lei, dos regulamentos e das regras de gestão de riscos e da privacidade, respeitando as exigências de cada país, nomeadamente no que diz respeito à idade mínima para trabalhar. Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S1-1.	• Colaboradores • Candidatos e potenciais candidatos • Fornecedores e parceiros de negócio
Política Global de Formação	Define regras e orientações para a identificação e implementação de soluções de formação adequadas nos diferentes locais onde Jerónimo Martins e as diferentes Companhias do Grupo estão presentes. Estabelece, entre outros, os seguintes objetivos: • assegurar um forte alinhamento entre os planos de formação, objetivos das Companhias e estratégia do Grupo; • alinhar conceitos de formação e definir o macroprocesso de formação que deve ser cumprido por todas as Companhias e pela estrutura corporativa no que diz respeito à gestão das atividades de formação; • estabelecer padrões de qualidade das soluções de formação. Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S1-1.	• Colaboradores • Fornecedores e parceiros de negócio
Política de Gestão de Desempenho	Define o processo, as principais regras e orientações relativas à gestão do desempenho dos *managers* e ao alinhamento com os objetivos de negócio, e procura promover uma cultura meritocrática e orientada para os resultados, baseada no feedback regular e no desenvolvimento das pessoas. Visa assegurar que o desempenho e contributo individual de cada *manager* estão alinhados com os objetivos de negócio e com os valores do Grupo e comportamentos esperados. Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S1-1.	• Colaboradores
Política de Saúde e Segurança no Trabalho	Define os princípios orientadores para o desenvolvimento e implementação de processos e boas práticas, garantindo o cumprimento da legislação e contribuindo para a manutenção de um ambiente de trabalho seguro e saudável para colaboradores, clientes, prestadores de serviços, fornecedores e comunidades. É possível encontrar mais informações sobre as nossas políticas de segurança e saúde no trabalho no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho", deste capítulo, Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S1-1.	• Colaboradores • Clientes • Fornecedores e parceiros de negócio • Comunidades locais • Organismos oficiais, entidades de supervisão e autoridades locais

Política	Descrição de conteúdos-chave	Stakeholders mais afetados
Política de Envolvimento	Visa promover uma cultura organizacional que fomente elevados níveis de compromisso e desempenho no Grupo, através de uma metodologia que mede e monitoriza o envolvimento dos colaboradores. A Política de Envolvimento tem como objetivos: • construir uma cultura de envolvimento e de compromisso com a visão, missão e valores, estratégia e objetivos do Grupo; • disponibilizar um canal, disponível a todos os colaboradores, que permita avaliar o envolvimento organizacional; • atuar como "Corporate and Companies Advisor", através da disponibilização de contributos-chave; • apoiar a identificação e implementação de iniciativas estratégicas que alavanquem a cultura de envolvimento e elevado desempenho; • reforçar o valor da marca Jerónimo Martins como um empregador de referência. Esta política integra-se no âmbito do seguinte requisito de divulgação: S1-1.	• Colaboradores

Para todas as políticas e códigos, o nível mais elevado da organização responsável pela sua implementação é o Administrador-Delegado. A maioria dos documentos acima mencionados encontra-se divulgada publicamente no nosso website corporativo e na página específica sobre políticas de sustentabilidade. No entanto, algumas políticas e diretrizes são internas e enquadram-se na alegação do Grupo de omissão de informação devido a "propriedade intelectual, o saber-fazer ou os resultados da inovação", conforme descrito nas ESRS.

2.6. Compromissos

[ESRS 2 MDR-M; ESRS 2 MDR-T]

Os objetivos de sustentabilidade para o Grupo e para as suas Companhias foram definidos tendo em conta a estratégia de responsabilidade corporativa, incluindo as políticas que a suportam, e os resultados da análise de dupla materialidade. A cada tópico material identificado correspondem objetivos específicos.

Estes objetivos articulam-se diretamente com os produtos, clientes, países e *stakeholders* do Grupo. No plano dos produtos, várias metas incidem sobre a reformulação e melhoria nutricional dos produtos alimentares de Marca Própria, a expansão de gamas específicas (ex., produtos sem lactose, sem glúten, biológicos, vegetarianos, veganos e para clientes com estilo de vida mais ativo) e a aplicação de esquemas de rotulagem como o Nutri-Score, adaptados aos perfis de consumo dos três principais países onde temos operações (Polónia, Portugal e Colômbia). Estas metas respondem às necessidades de diferentes categorias de clientes, como crianças, idosos, pessoas com restrições alimentares, orientadas para escolhas mais saudáveis ou de produtos biológicos. Compromissos ambientais, como a redução de emissões e do consumo de energia e água, e a certificação ambiental de unidades operacionais, relacionam-se com as especificidades operacionais do Grupo. No plano social, é tida em conta a realidade geográfica de cada Companhia, que se reflete em necessidades distintas, desde planos de formação e desenvolvimento para colaboradores, até à concretização de programas de apoio às comunidades mais vulneráveis. Para prosseguir estes objetivos, o Grupo envolve partes interessadas, como os fornecedores, no contexto da redução de emissões de âmbito 3, ou as instituições locais, que conhecem e compreendem as necessidades das comunidades envolventes.

A definição dos objetivos é feita em estreita ligação com os Comités de Sustentabilidade de cada Companhia, através de reuniões específicas realizadas para o efeito.

Para informações detalhadas sobre os nossos objetivos e respetivo progresso, consulte o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" neste capítulo.

3. Informação Ambiental

3.1. As nossas políticas ambientais

[ESRS 2 MDR-P; E1-2; E2-1; E3-1; E4-2; E5-1]
[GRI 2-16; GRI 2-23; GRI 2-24: GRI 2-25; GRI 2-26]

Como especialistas na venda de produtos frescos – incluindo carne, pescado, fruta e legumes –, as nossas atividades diárias dependem e impactam os ecossistemas dos quais provêm muitos desses produtos. Os grandes desafios ambientais, como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a utilização de recursos naturais e a poluição, afetam a capacidade produtiva global e a qualidade de vida das sociedades.

A integração destas variáveis no nosso modelo de negócio pode gerar benefícios económicos, sociais e ambientais. Para além de diminuir o risco de não-conformidade, a adoção de práticas sustentáveis – como a gestão eficiente de resíduos, a redução dos consumos de energia e água ou o combate ao desperdício alimentar – pode aumentar a eficiência operacional e contribuir para um desempenho mais responsável. Algumas destas ações podem incluir o investimento em projetos de conservação de *habitats* naturais, a seleção de fornecedores com práticas agrícolas e de produção de alimentos mais responsáveis, a promoção de dietas mais saudáveis e sustentáveis na nossa oferta, e a execução de projetos de economia circular.

A gestão dos desafios ambientais é enquadrada pelas seguintes políticas e códigos:

- Política Ambiental
- Política de Compras Sustentáveis
- Política da Qualidade e Segurança dos Produtos
- Código de Conduta
- Código de Conduta dos Fornecedores

Uma descrição detalhada destes documentos pode ser encontrada no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, seção 2.2. “Governo e estratégia”, deste capítulo. Estes documentos também estão disponíveis para consulta no nosso website.

3.2. Como gerimos os nossos tópicos ambientais

3.2.1. Alterações climáticas

MATERIAL

Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas

[ESRS 2 SBM-3]

A nossa ambição climática

A identificação, a avaliação e a gestão de riscos e oportunidades climáticas são eixos centrais do nosso Plano de Transição Climática, orientando ações que reforçam a resiliência do negócio e aceleram a descarbonização ao longo da cadeia de valor. O plano define as metas de redução de gases com efeito de estufa (GEE) e apresenta a estratégia rumo à neutralidade carbónica suportada por um conjunto de medidas nas operações próprias e também nas cadeias de abastecimento das nossas Companhias. Continuaremos a desenvolver o nosso Plano de Transição Climática de forma a robustecer a atuação ao nível das emissões de âmbito 3, nomeadamente no que respeita a nossa relação com os fornecedores.

Em 2024 as nossas metas de redução de GEE foram validadas pela Science Based Targets initiative (SBTi[19]), aprofundando o nosso compromisso com o combate às alterações climáticas. Essa validação assegura que os nossos objetivos estão alinhados com a ciência, tornando-nos a primeira empresa de retalho alimentar com sede em Portugal a ver as suas metas de curto prazo e de neutralidade carbónica aprovadas por aquela iniciativa.

[19] Para saber mais, consultar https://sciencebasedtargets.org/.

Em 2025, alcançámos um marco no reconhecimento independente das nossas práticas de sustentabilidade: pela primeira vez, obtivemos a classificação A do CDP nas três dimensões que avalia – Combate às Alterações Climáticas, Gestão da Água enquanto Recurso Crítico e Gestão das *Commodities* Associadas ao Risco de Desflorestação (óleo de palma, madeira/papel, carne bovina e soja)[20]. Esta é a máxima pontuação possível e representa um nível de excelência em transparência no reporte, governação ambiental robusta e ação rumo à resiliência climática. Este resultado coloca o Grupo Jerónimo Martins no restrito grupo de 23 empresas a nível mundial reconhecidas com a classificação máxima pelo CDP e marca a primeira vez que um retalhista alimentar atinge este nível de distinção globalmente.

O nosso modelo de governo

[ESRS 2 GOV-3]

A estratégia de descarbonização e gestão dos riscos e oportunidades climáticos é acompanhada e apoiada pelo Conselho de Administração, garantindo que os temas relacionados com o clima são integrados na estratégia corporativa ao longo de toda a cadeia de valor. A responsabilidade ao nível do Conselho de Administração recai sobre o Administrador-Delegado do Grupo, que é também presidente do Conselho de Administração e da Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa (CGSRC). Esta Comissão, que inclui na sua composição membros do Conselho de Administração, supervisiona matérias de governação, ética, responsabilidade social e ambiente, entre as quais as relacionadas com as alterações climáticas. Mais informação sobre estes órgãos é detalhada nos pontos 21. e 29. do capítulo 4. “Governo da Sociedade” e no subcapítulo 2. “Divulgações Gerais”, secção 2.2. “Governo e estratégia”, deste relatório.

Os temas relacionados com riscos e oportunidades climáticos são trabalhados nas reuniões regulares dos comités de sustentabilidade de cada uma das Companhias e na CGSRC, que suporta o Conselho de Administração avaliando e submetendo as propostas de orientação estratégica no domínio da responsabilidade corporativa. A mitigação e adaptação às alterações climáticas e as metas de redução das emissões GEE definidas no Plano de Transição Climática estão incluídas nessas propostas.

O Conselho de Administração também define a política e objetivos da gestão de risco do Grupo. Os riscos associados às alterações climáticas, incorporados nos riscos ambientais, estão integrados no processo de gestão multidisciplinar do Grupo. Os nossos mecanismos de gestão de risco, incluindo os riscos ambientais, estão detalhados nos pontos 52., 53. e 54. do capítulo 4. “Governo da Sociedade” deste relatório.

As questões relacionadas com o clima fazem parte integrante da estratégia de negócio. A implementação dos nossos compromissos climáticos é sustentada por investimentos contínuos, com ciclos de execução alinhados com os planos de negócios, designadamente:

- a instalação de sistemas fotovoltaicos para autoconsumo de eletricidade renovável na Polónia, em Portugal e na Colômbia;
- a utilização de instalações e equipamentos de refrigeração e congelação de elevada eficiência com recurso ao uso de gases de refrigeração naturais ou com baixo Potencial de Aquecimento Global (PAG);
- a aquisição de eletricidade renovável certificada para alimentar as nossas operações em Portugal e na Polónia.

Exemplos recentes de integração dos temas relacionados com o clima nos mecanismos de governo incluem a aprovação das nossas metas de emissões líquidas zero e das metas de redução de curto e longo prazos (validadas pela SBTi em 2024), bem como a decisão de alocar à sua implementação um montante médio anual correspondente a cerca de 10% do CAPEX consolidado.

O cumprimento de objetivos relacionados com o clima e outros objetivos de responsabilidade corporativa faz parte do esquema de incentivos aos colaboradores em funções que influenciam a definição e/ou implementação dos compromissos e metas climáticas assumidos pela empresa. As formas como integramos o desempenho relacionado com a sustentabilidade no esquema de incentivos a colaboradores estão detalhadas no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, na secção 2.2. “Governo e estratégia”, neste

[20] As nossas respostas ao CDP estão disponíveis no nosso website.

capítulo e no ponto 69. “Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização” do capítulo 4. “Governo da Sociedade” deste relatório.

A nossa estratégia

[ESRS 2 MDR-A, ESRS E1-3]

Reconhecemos o impacte das nossas atividades e das desenvolvidas nas nossas cadeias de abastecimento nas emissões de GEE para a atmosfera. A nossa estratégia de mitigação e adaptação às alterações climáticas tem por objetivo reduzir os riscos físicos e de transição, através da diminuição sustentada daquelas emissões nas operações próprias e na nossa cadeia de abastecimento.

Alinhado com uma trajetória de redução de GEE que limita o aumento da temperatura média a 1,5ºC, o nosso plano apresenta medidas de intervenção nas operações próprias (centros de distribuição, lojas, unidades industriais e unidades agroalimentares), na logística, no envolvimento com os nossos fornecedores (especialmente de produtos alimentares) e no desenvolvimento de produtos com menores emissões de carbono associadas.

Para o efeito, estabelecemos metas e medidas como a transição para energias renováveis ou o aumento de eficiência dos nossos estabelecimentos, entre outras, que se encontram detalhadas nas secções 5.1. “Iniciativas para reduzir as emissões de GEE dos âmbitos 1 e 2” e 5.2. “Iniciativas para reduzir as emissões de GEE de âmbito 3” do nosso Plano de Transição Climática, secção 3.3. Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) e secção 3.4. Finanças Sustentáveis. O progresso destas ações, bem como dos restantes objetivos de redução de GEE, encontra-se no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade” deste capítulo.

Atendendo à inevitabilidade de alguns efeitos das alterações climáticas, trabalhamos para aumentar a resiliência do negócio, promovendo medidas de adaptação nas operações próprias e na cadeia de abastecimento. Fazemos isto através da partilha de boas práticas e da identificação de origens ou produtos alternativos. Esta colaboração próxima com os nossos fornecedores também nos tem permitido integrar na nossa avaliação as ações de mitigação e adaptação já por eles implementadas para ingredientes com elevado risco climático.

A avaliação de risco também permite identificar, nas nossas operações, alavancas de descarbonização e aumentar a nossa capacidade de produção energética (como é o caso da geração de energia renovável para autoconsumo), bem como de desenvolvimento de produtos inovadores de baixo carbono que respondam às expetativas e necessidades dos nossos consumidores, como representado em baixo.

Iniciativa	Meta	Ações
Transição para gases refrigerantes naturais e com baixo Potencial de Aquecimento Global (PAG)	Utilizar unicamente gases refrigerantes naturais ou com baixo PAG em todas as lojas e centros de distribuição na Polónia e em Portugal até 2030 e na Colômbia até 2035	• Substituir ou reequipar os sistemas de refrigeração com gases refrigerantes naturais ou de baixo PAG (ex., R290 [propano], R717 [amoníaco] e R744 [dióxido de carbono]) • Reduzir as fugas nos sistemas de refrigeração
Transição dos combustíveis fósseis	Aumentar progressivamente a eletrificação da frota de veículos ligeiros e a utilização de biocombustíveis	• Aumentar a percentagem de veículos elétricos e/ou plug-in na nossa frota de veículos ligeiros • Diminuir progressivamente a utilização de combustíveis fósseis nas operações através da eletrificação dos equipamentos e/ou da utilização de biocombustíveis
Transição para energias renováveis	Até 2030, 60% da eletricidade consumida ser proveniente de fontes renováveis	• Aumentar o número de estabelecimentos com produção de energia renovável no local para autoconsumo • Aquisição de produção de energia renovável no local e fora do local através de contratos de aquisição de energia (PPA) ou de contratos de aquisição virtual de energia (VPPA)

Iniciativa	Meta	Ações
		• Aquisição de Garantias de Origem (GO). • Selecionar fornecedores de eletricidade que integrem maior teor de fontes renováveis no seu *mix* energético
Aumento da eficiência energética dos nossos estabelecimentos	Reduzir, até 2026, o consumo de energia em 10% face a 2021 (por 1.000€ de vendas)	• Construção e remodelação de estabelecimentos com aumento de eficiência global, nomeadamente em sistemas e equipamentos de refrigeração, iluminação e AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado) • Promover e incentivar a adoção diária de boas práticas pelos colaboradores

Gestão de riscos e oportunidades climáticas

[ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 IRO-1; ESRS E1-9]

Como retalhista alimentar também com atividades na área agroalimentar, dependemos de forma substancial de condições climáticas favoráveis, que podem impactar a nossa cadeia de abastecimento alimentar e não-alimentar. São exemplos as alterações na disponibilidade de água para a agricultura, a interrupção de processos logísticos devido a eventos climáticos extremos e, ao nível dos nossos estabelecimentos, o risco de inundação.

O desafio crescente que as alterações climáticas colocam às sociedades e às empresas, e a complexidade da avaliação dos riscos e oportunidades financeiros associados, levou à adoção, em 2020, das recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), agora integradas nas normas do International Sustainability Standards Board (ISSB), gerido pela International Financial Reporting Standards (IFRS).

Apesar do elevado grau de incerteza associado à avaliação do impacte dos riscos climáticos, o processo que implementámos engloba todas as fases da nossa cadeia de valor:

- a montante (ex., o impacte da alteração dos padrões de precipitação nas cadeias globais de produção alimentar);
- nas operações próprias (ex., o impacte no CapEx da substituição de sistemas de refrigeração);
- a jusante (ex., a oportunidade de aumentar a confiança dos mercados de capitais na empresa através de uma gestão otimizada dos riscos e oportunidades financeiros relacionados com as alterações climáticas).

A avaliação de riscos e oportunidades climáticos de curto, médio e longo prazos abrange a cadeia de valor das Companhias do Grupo com faturação superior a 100 milhões de euros (representando 99,95% do nosso volume de negócios total) e envolve os fornecedores de Marca Própria e perecíveis.

Este processo, alinhado com a ISO 31000, inclui uma Matriz de Exposição ao Risco com quatro níveis calculados em função de duas dimensões: probabilidade e impacto. Este enquadramento metodológico segue os mesmos princípios, critérios de avaliação e ciclos de monitorização definidos no sistema global de Gestão de Risco do Grupo, sendo aqui descrito com maior detalhe em resposta aos requisitos específicos de reporte em matéria de riscos climáticos e ambientais.

Os riscos são classificados de acordo com cinco níveis de probabilidade de ocorrência e cinco níveis de impacto sobre quatro indicadores (vendas, EBITDA, segurança e reputação), tendo em conta a probabilidade, o impacto e a duração dos riscos climáticos. A probabilidade de ocorrência de qualquer um dos riscos identificados e o nível e gestão do respetivo impacto, incluindo o financeiro, são analisados no âmbito regular dos nossos procedimentos de avaliação de risco a curto, médio e longo prazos. A gestão pode incluir a mitigação (ex., redução do consumo de energia para reduzir a exposição ao aumento dos custos de energia induzido pela regulamentação), a transferência de riscos (ex., seguros contra danos causados por possíveis fenómenos meteorológicos extremos) e a maximização de oportunidades para investidores, de nicho ou tradicionais, que decidam aplicar capital com base na nossa estratégia e no nosso desempenho climático.

A revisão dos riscos é feita trimestralmente e, anualmente, é produzida uma nova matriz de risco global que enumera todos os riscos e medidas de gestão, incluindo as que se destinam a gerir os riscos relacionados com o clima. Dependendo da sua natureza, os riscos são avaliados a curto (1 a 3 anos), médio (3 a 10 anos) e longo (superior a 10 anos) prazos, de modo a captar totalmente os impactes relativos aos riscos físicos climáticos que se podem materializar num futuro mais distante. O curto prazo está alinhado com o ciclo de negócios das Companhias e é particularmente relevante para a avaliação de riscos e oportunidades de transição. O médio prazo permite analisar riscos e oportunidades com potencial de influenciar o desenvolvimento estratégico do Grupo e enquadra metas climáticas operacionais com horizonte até 2030, incluindo as metas de redução de emissões de GEE aprovadas pela Science Based Targets initiative. O longo prazo é utilizado para avaliar impactos potenciais nas operações e cadeia de valor, em particular riscos físicos crónicos que afetam ativos de longa duração, e apoia o alinhamento com metas climáticas de longo prazo.

Os riscos e oportunidades são considerados materiais quando excedem uma proporção do EBITDA definida internamente considerando o risco inerente[21], sendo, nesse caso, identificados, avaliados e geridos ao nível corporativo. Para os riscos ambientais, os indicadores qualitativos Reputação, Criticidade Operacional e Dependência são também determinantes para a classificação. Os riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas que se situam abaixo do limiar de materialidade a nível empresarial do Grupo são identificados e geridos a nível das unidades de negócio/operacionais. A identificação inclui o acompanhamento da regulamentação específica de cada país (ex., impostos sobre o carbono na Polónia, Portugal e Colômbia) e a avaliação da vulnerabilidade das instalações a fenómenos meteorológicos extremos (ex., mapeamento do risco de inundação de lojas e centros de distribuição).

Em 2025, a avaliação e gestão dos riscos e oportunidades teve como objetivos:

- atualizar as metodologias de quantificação financeira dos riscos climáticos físicos e de transição na cadeia de valor do Grupo;
- aprofundar o conhecimento sobre a pegada de carbono dos principais fornecedores das Companhias, promovendo a partilha de informação e a identificação de oportunidades de redução das emissões de GEE;
- melhorar a avaliação de riscos específicos para alguns ingredientes – nomeadamente os que são incluídos em produtos de Marca Própria e perecíveis – durante a sua produção e processamento.

Estes mecanismos estão detalhados nos pontos 52., 53. subponto “Riscos ambientais” e 54. do capítulo 4. “Governo da Sociedade” deste relatório.

Identificação de riscos e oportunidades

[ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 IRO-1; ESRS E1-3; ESRS E1-9]

A identificação de riscos climáticos é baseada em cenários quantitativos usando projeções do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), da Agência Internacional da Energia e de outras bases de dados como a da FAO[22] (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura). Por forma a melhorar o processo de avaliação de riscos climáticos e dar resposta aos requisitos da Diretiva de Reporte de Sustentabilidade Corporativa (CSRD – Corporate Sustainability Reporting Directive), a nossa avaliação considera os dados mais recentes divulgados pelo IPCC.

Nesta análise, incluímos o acompanhamento da regulamentação específica de cada país (ex., impostos sobre o carbono em Portugal, na Polónia e na Colômbia), uma avaliação pormenorizada da vulnerabilidade das instalações a fenómenos meteorológicos extremos (ex., mapeamento do risco de inundação das lojas e dos centros de distribuição nos países onde temos operações), projeções dos mercados de energia (ex., evolução da procura e dos preços de eletricidade na Eslováquia, Chéquia e Marrocos) e uma análise das tendências de mercado, nomeadamente as preferências dos consumidores (ex., preferência por produtos locais, escolha de produtos de baixo carbono ou produtos alinhados com uma alimentação flexitariana). Para a medição dos impactos é considerado o exercício de dupla materialidade descrito na secção 2.5. Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade.

[21] Risco inerente refere-se ao nível de risco sem considerar estratégias de resposta a um determinado risco climático (físico ou de transição).
[22] Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO).

Os riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas podem ser classificados em dois tipos:

- físicos (agudos e crónicos), como o aumento dos custos de aquisição ou perturbações nas cadeias de abastecimento alimentar devido à alteração dos padrões climáticos;
- de transição (incluem riscos políticos e regulatórios, de mercado, tecnológicos e reputacionais), como o aumento dos custos de conformidade com as restrições regulamentares relativas à utilização de gases com elevado potencial de aquecimento global (PAG) em equipamentos de refrigeração e arrefecimento.

Em 2025, concluímos a primeira atualização completa da nossa análise de cenários climáticos, realizada pela primeira vez em 2020. Apesar das revisões anuais que fazemos desde então, a atualização de 2025 permitiu uma avaliação qualitativa e quantitativa em três horizontes temporais: curto prazo (2030), médio prazo (2040) e longo prazo (2050). Foi ainda revista a metodologia de cálculo das medidas de mitigação e adaptação implementadas nas operações próprias e na cadeia de abastecimento, melhorando a quantificação do risco inerente e residual[23].

A análise baseou-se em três cenários, que refletem diferentes trajetórias de evolução das políticas climáticas e dos impactos físicos das alterações climáticas:

- **Cenário "Net Zero 2050"** – Pressupõe uma transição rápida e eficaz para uma economia de baixo carbono, em linha com os objetivos do Acordo de Paris. Permite avaliar a resiliência da nossa estratégia de negócio num contexto de forte ação climática. Este cenário destacou os riscos de transição, nomeadamente os associados aos mercados energéticos específicos de cada país, e os riscos tecnológicos, como a substituição antecipada de equipamentos de refrigeração com elevado PAG.
- **Cenário de transição adiada** – Representa um cenário de aquecimento moderado, em que as políticas climáticas têm sucesso parcial na redução das emissões. Este cenário permite avaliar a resiliência da estratégia empresarial num contexto de evolução gradual, mas não totalmente eficaz, das políticas climáticas.
- **Cenário de políticas atuais** – Assume a manutenção das políticas climáticas atuais, sem reforço significativo. Reflete um futuro com riscos físicos elevados e riscos de transição reduzidos, permitindo avaliar a resiliência da estratégia empresarial num mundo em que os impactos físicos das alterações climáticas são mais severos. Este cenário destacou os riscos físicos, com especial enfoque na exposição das nossas operações e das cadeias de abastecimento a riscos crónicos (ex., alterações nos padrões de precipitação e impacto na produtividade agrícola) e agudos (ex., ondas de calor que afetam o funcionamento dos sistemas de refrigeração nas lojas).

A avaliação dos riscos físicos foi realizada com base nas projeções dos modelos climáticos do 6.º Relatório de Avaliação do IPCC, utilizando três cenários:

- cenário de desenvolvimento sustentável com aquecimento limitado (SSP1-2.6);
- cenário intermédio com mitigação moderada (SSP2-4.5);
- cenário de desenvolvimento intensivo baseado em combustíveis fósseis (SSP5-8.5).

Já a avaliação dos riscos de transição baseou-se em três projeções dos Cenários NGFS[24] 2024 para Bancos Centrais e Supervisores:

- Net Zero 2050 (1,5°C);
- Transição Adiada;
- Políticas Atuais.

A avaliação que concluímos em 2025 utilizou dados específicos das operações próprias e das cadeias de abastecimento das nossas Companhias, incluindo o uso de coordenadas geoespaciais dos nossos estabelecimentos e dados ao nível regional para as origens e locais de processamento dos ingredientes:

- **Operações próprias –** Foram avaliados todos os estabelecimentos das Companhias (lojas alimentares e especializadas, centros de distribuição, cozinhas centrais e unidades industriais, nas cerca de 6.400 localizações na Polónia, em Portugal e na Colômbia) e uma avaliação de alto nível para Chéquia e Eslováquia. Foram analisadas projeções de variáveis climáticas críticas (ex., graus-dia de aquecimento regional) e preços de energia em cada país, bem como o perfil dos

[23] O risco inerente corresponde ao nível de risco existente antes da aplicação de quaisquer medidas de mitigação ou adaptação. O risco residual reflete o risco que permanece após a implementação dessas medidas, como iniciativas de eficiência energética.
[24] Network for Greening the Financial System (Rede para a Sustentabilidade do Sistema Financeiro).

equipamentos críticos (ex., vulnerabilidade dos sistemas de refrigeração das lojas). O impacto financeiro potencial foi expresso como valor climático em risco: investimento adicional (CapEx) para a substituição antecipada de equipamentos; custos operacionais adicionais (OpEx) com energia e manutenção; perda de receita devido ao encerramento temporário de lojas. Devido à crescente pressão sobre os recursos hídricos, e dada a elevada dependência da nossa área de produção agroalimentar, reavaliámos o nível de stress hídrico associado às localizações dos estabelecimentos das nossas Companhias, com especial foco nas explorações da JMA.

- **Cadeia de abastecimento (origem e processamento dos ingredientes)** – Foi realizada uma avaliação do portefólio alimentar das nossas insígnias na Polónia, em Portugal e na Colômbia (incluindo Marcas Próprias e de fornecedores, representando cerca de 80% das vendas), com base numa amostra representativa de 50 artigos por insígnia e numa análise detalhada de 22 dos seus ingredientes. A cada ingrediente foi atribuída uma pontuação de risco, combinando a probabilidade de ocorrência de eventos climáticos nos países de origem/processamento (ex., variações mensais de temperatura e precipitação) com a sensibilidade específica do produto (ex., intervalo ótimo de temperatura e consumo de água para o crescimento de culturas ou animais, período crítico e tolerância). Os resultados foram extrapolados para grupos de produtos semelhantes. O impacto financeiro potencial foi expresso através de um valor climático de risco: valor de vendas dos grupos de produtos com os dois níveis de risco mais elevados.

Os principais riscos e oportunidades identificados para os nossos negócios estão relacionados com a origem dos ingredientes utilizados e com a exposição a riscos climáticos físicos, como fenómenos extremos de curto prazo, caracterizados pelo aumento da frequência e severidade (ex., ondas de calor, incêndios florestais ou inundações), e os riscos climáticos crónicos, caracterizados por alterações de longo prazo nos padrões climáticos, como o aumento da temperatura média, a alteração dos padrões de precipitação e a subida do nível médio do mar. Foram também avaliados os riscos e oportunidades associados à transição para uma economia de baixo carbono que, entre os riscos relativos à transição energética, incluem, por exemplo, o aumento dos custos energéticos relacionados com o cumprimento das metas estabelecidas pelo Acordo de Paris.

Como retalhista alimentar, apresentamos um portefólio muito variado de produtos e temos uma rede logística madura e eficiente, o que garante a continuidade da oferta nas nossas lojas de produtos similares ou alternativos em caso de disrupção pontual de abastecimento. O aumento de produção de alguns bens alimentares em regiões onde as alterações climáticas têm possibilitado aumentos de produtividade e o desenvolvimento de produtos inovadores e alternativos são as principais oportunidades que as Companhias têm explorado ao longo dos últimos anos. Um exemplo é o aumento de produção de fruta e legumes na Polónia.

Da nossa avaliação, resulta que os riscos físicos e de transição inerentes (ou seja, sem considerar medidas de mitigação) nas **operações próprias** não foram identificados como materiais. No que se refere ao risco de calor extremo sobre os equipamentos de refrigeração nas nossas operações – nas quais observámos um aumento do impacto financeiro, ainda que não material – para os horizontes de médio e longo prazos, avaliámos a depreciação acelerada desses equipamentos devido à redução da sua vida útil e ao aumento potencial das despesas operacionais com refrigeração, resultante da maior necessidade de arrefecimento. O risco de transição associado aos mercados energéticos (*i.e.*, custo de energia) apresenta um risco financeiro moderado, não material, para o médio e longo prazos, nos cenários “Net Zero 2050” e “Transição adiada”.

Nas **operações próprias**, a transição dos sistemas de refrigeração para sistemas com gases refrigerantes de baixo PAG apresenta um impacto financeiro moderado no curto e médio prazos, sendo a Colômbia o país que representa o maior desafio, já que a rede de fornecimento e manutenção deste tipo de tecnologia encontra-se ainda em desenvolvimento.

Na nossa **cadeia de abastecimento**, os riscos físicos e de transição classificados como materiais foram o risco de temperaturas extremas, as horas de frio[25] e a alteração dos padrões de precipitação, com particular impacto na produção primária. No caso das temperaturas extremas, regista-se uma tendência de redução do impacto do risco de frio extremo a longo prazo.

[25] Horas de frio referem-se ao número de horas em que a temperatura se mantém abaixo de um determinado limite de temperatura, necessário para a quebra da dormência de certas plantas.

O expectável aumento de intensidade e frequência do calor extremo (dias com temperaturas acima de 35ºC) terá impacto na produtividade das culturas e na agropecuária já a partir de 2030, com potencial disrupção pontual no abastecimento de determinados produtos. No processamento, é expectável que o calor extremo influencie diretamente a eficiência dos processos dependentes das cadeias de frio, com impactos negativos no consumo de energia, no tempo de vida dos sistemas e nas condições de operação, e efeitos ao nível da qualidade dos alimentos e/ou elevação do risco de propagação de micro-organismos (ex., bactérias e fungos). De acordo com os diferentes cenários de transição energética, o aumento do consumo de energia apresenta um risco financeiro material para todos os horizontes temporais e cenários climáticos analisados.

Relacionado com o aumento gradual da temperatura, a diminuição do número de horas de frio acumuladas provoca alterações no ciclo de produção, nomeadamente nas fases de floração e formação dos frutos. As culturas mais afetadas são aquelas que dependem de um elevado número de horas de frio para completar a dormência e garantir a frutificação adequada.

A alteração dos padrões de precipitação, sentida quer pelo aumento da intensidade e frequência de inundações e de secas (dependendo da região do globo), pode resultar numa diminuição da produtividade de determinadas culturas ou na perda de produtos, afetando diretamente a segurança alimentar a partir de 2030. Este impacto é já evidente em culturas como a do cacau: mais de 60% da produção mundial concentra-se na África Ocidental, onde a sucessão de episódios de precipitação extrema e secas severas tem favorecido a propagação de doenças (ex., *black pod*), conduzindo à perda de árvores, à redução das colheitas e ao aumento dos custos ao longo da cadeia de valor.

No que se refere ao risco reputacional, este está relacionado principalmente com as expectativas dos *stakeholders* sobre a redução das emissões de carbono, a preservação da biodiversidade e o combate à desflorestação. Estas são também preocupações transversais à nossa estratégia de Responsabilidade Corporativa, e que se traduzem na definição de planos de ação com objetivos definidos, bem como na nossa participação em coligações como a Science Based Targets Initiative (SBTi) e a Forest Positive Coalition of Action do The Consumer Goods Forum.

Apesar dos riscos identificados, consideramos que a implementação de medidas de mitigação e adaptação por parte dos setores agrícola e industrial, como os identificados na tabela abaixo, permitirá uma gestão atempada e equilibrada desses riscos. Ao mesmo tempo, alguns dos riscos identificados podem também apresentar oportunidades em determinadas regiões do mundo. Um exemplo é o do aumento da temperatura média, que poderá favorecer o crescimento da produção alimentar, especialmente se acompanhado pela implementação de medidas de mitigação e adaptação por parte da indústria agroalimentar.

Principais oportunidades climáticas identificadas para o Grupo

Categoria	Oportunidades	Impactos
Eficiência energética	Redução de custos em operações e infraestruturas através de uma melhor gestão energética, incluindo a modernização de equipamentos (ex., sistemas de refrigeração eficientes, iluminação LED) e a redução do consumo em lojas e centros de distribuição	• Redução de custos operacionais
Energia renovável	Substituição de fontes convencionais de energia por fontes de energia renovável (ex., instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo)	• Redução de custos operacionais. • Redução da exposição à volatilidade dos preços de energia
Infraestruturas	Investimentos em infraestruturas resistentes a fenómenos climáticos extremos (ex., sistemas de frio adaptados para ondas de calor extremo, prevenindo interrupções e garantindo autonomia operacional)	• Redução do número de dias de encerramento de lojas devido a eventos extremos • Redução de custos operacionais
Produtos	Diversificação e desenvolvimento do portefólio de produtos para incluir produtos alternativos de baixo carbono, variedades mais resilientes (ex., culturas resistentes a secas para reduzir disrupções no abastecimento) e identificação de origens alternativas	• Alinhamento com as preferências dos consumidores • Aumento da resiliência da cadeia de abastecimento • Redução de emissões de âmbito 3

Categoria	Oportunidades	Impactos
Cadeia de abastecimento	Envolvimento de fornecedores na descarbonização da cadeia de abastecimento (ex., colaboração para adoção de práticas de baixo carbono na produção primária e processamento)	• Redução de emissões de âmbito 3. • Aumento da resiliência da cadeia de valor
Mercado	Diversificação dos instrumentos de financiamento (ex., empréstimos verdes) com critérios ligados à sustentabilidade, para apoiar investimentos em energias renováveis, cadeias de abastecimento resilientes e desenvolvimento de produtos de baixo carbono no retalho	• Melhoria das condições de financiamento

Acreditamos que a nossa influência na adoção de boas práticas deve refletir-se nas nossas próprias operações. É por isso que elaborámos um Plano de Gestão de Água para as atividades agrícolas e industriais da JMA, que, pela sua natureza apresentam consumos de água significativos quando comparados com as nossas atividades de distribuição. Esse plano define medidas para aumentar a resiliência das atividades durante períodos de seca severa, para melhorar a monitorização dos consumos e para aumentar a eficiência hídrica dos processos produtivos.

Reportamos ainda os riscos e oportunidades climáticos, de forma detalhada e pública, nas nossas respostas ao CDP.

Relativamente às oportunidades de negócio na nossa cadeia de abastecimento, continuamos a apoiar e estimular o investimento dos nossos fornecedores na produção de energia renovável para autoconsumo, em particular para processos intensivos de energia (ex., processamento de matérias-primas como a torra do grão de café ou a refinação de açúcar), e na produção de matérias-primas, área na qual destacamos a crescente utilização de combustíveis de baixo carbono em máquinas agrícolas e a valorização de resíduos para a produção desses mesmos combustíveis. Estes investimentos dos nossos fornecedores em tecnologias de baixo carbono são fundamentais para a redução das emissões indiretas associadas às nossas compras de bens e serviços. A aposta em novas variedades, o investimento em práticas e tecnologias que tornam a produção mais resiliente às alterações climáticas e a diversificação dos países de origem são oportunidades identificadas pelos nossos fornecedores.

Principais oportunidades climáticas identificadas pelos nossos fornecedores

País das nossas operações	Fase da cadeia de valor	Oportunidade
Portugal Polónia Colômbia	Produção primária	Produção e comercialização de variedades melhoradas de fruta e vegetais mais resilientes às alterações climáticas
Portugal Polónia Colômbia	Produção primária	Produção em estufas ou recintos cobertos que asseguram a produção fora de época e permitem alcançar novos mercados
Portugal	Produção primária	Desenvolvimento de fórmulas de rações de baixo carbono para produção de carne e peixe
Portugal Polónia Colômbia	Produção primária	Aumento da fertilidade e rendimento dos solos com a adoção de práticas de agricultura regenerativa
Polónia	Produção primária	Desenvolvimento de produtos de baixo carbono baseados em proteína vegetal para mercados com metas de redução de emissões
Polónia	Processamento	Redução de custos energéticos através do investimento em sistemas de cogeração e energia fotovoltaica para o processamento de leite
Portugal	Logística	Redução da exposição à variação dos preços dos combustíveis através da eletrificação e utilização de combustíveis renováveis (ex., bicombustível) na frota de pesados e ligeiros

Métricas, objetivos e evolução

No âmbito da nossa gestão de riscos e oportunidades climáticas e do nosso Plano de Transição Climática, definimos metas de curto, médio e longo prazos que podem ser consultadas na secção 4. "Os nossos objetivos" no Plano de Transição Climática e no subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo.

Em 2026, temos como objetivo continuar a trabalhar na avaliação dos riscos e oportunidades financeiros associados às alterações climáticas e reforçar a colaboração com a cadeia de abastecimento para:

- envolver os fornecedores na estratégia de descarbonização das Companhias e identificar iniciativas de transição para uma economia de baixo carbono;
- avaliar a maturidade da pegada de carbono dos nossos fornecedores para melhorar o cálculo das emissões associadas à compra, uso e fim de vida de produtos das nossas Companhias;
- alargar o número de produtos de Marca Própria e perecíveis sujeitos ao processo de identificação e avaliação de riscos e oportunidades climáticas através da integração de novos ingredientes e origens;
- aumentar a precisão do cálculo do risco residual através da recolha de informação sobre medidas de mitigação e adaptação identificadas na nossa cadeia de abastecimento;
- mapear e quantificar oportunidades de negócio associadas ao desenvolvimento de novos produtos e identificar origens alternativas ou potenciais aumentos de produção de algumas culturas em regiões com condições climáticas favoráveis.

Pegada de carbono

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E1-3, ESRS E1-6, ESRS E1-7]
[GRI 305-1; GRI 305-2; GRI 305-3; GRI 305-4; GRI 305-5]

MATERIAL

As nossas emissões de GEE de âmbitos 1 e 2[26] corresponderam a cerca de 786 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO_2e) em 2025, mais 0,2% do que em 2024 e menos 18,4% do que em 2021, definido como o ano-base dos nossos compromissos alinhados com a SBTi e com o nosso Plano de Transição Climática. O aumento ligeiro das emissões absolutas de âmbitos 1 e 2 é explicado pelo crescimento do parque de lojas (abrimos mais de 400 lojas em 2025) e pelas operações da Supreme Fruits e Tasty Fruits na JMA. Para além disso, e ao contrário de 2024, registaram-se aumentos nos fatores de emissão da Polónia e na Colômbia, associados ao fenómeno El Nino e à menor disponibilidade de água e de produção hidroelétrica.

Apesar do ligeiro aumento das emissões absolutas de âmbitos 1 e 2, registou-se uma redução de 0,9% face a 2024 nas emissões de energia e indústria, contribuindo assim, para as nossas metas de redução destas emissões. Esta redução justifica-se sobretudo pelo investimento na compra e produção de energia renovável, pelo aumento da eficiência de processos e equipamentos, e pela aquisição de sistemas de refrigeração com gases refrigerantes naturais ou de baixo potencial de aquecimento global (PAG).

Emissões de âmbitos 1 e 2 (2025 e 2024) por GEE

Pegada de carbono (t CO_2e)[(a)]	2025	*2024	Δ 2025/2024
Pegada de carbono global (âmbitos 1 e 2) por GEE	**786.189**	**784.418**	**+0,2%**
Dióxido de carbono (CO_2)	653.972	672.864	-2,8%
Metano (CH_4)	31.200	22.551	+38,4%
Hidrofluorocarbonos (HFC)	97.734	85.695	+14,0%
Perfluorocarbonos (PFC)	0	0	-
Óxido nitroso (N_2O)	3.286	3.308	-0,7%
Hexafluoreto de enxofre (SF_6)	0	0	-
Pegada de carbono global (âmbitos 1 e 2)	**786.189**	**784.418**	**+0,2%**
Biedronka (Polónia)	573.611	609.632	-5,9%
Biedronka (Eslováquia)	772	0	-
Hebe	17.221	21.559	-20,1%
Pingo Doce[(b)]	27.269	31.348	-13,0%
Recheio	2.812	3.758	-25,2%
Ara	123.763	87.989	+40,7%

[26] Emissões de âmbito 2 *baseadas no mercado*.

Pegada de carbono (t CO_2e)[a]	2025	*2024	Δ 2025/2024
JMA	39.597	28.749	+37,7%
Hussel/Jeronymo	1.144	1.383	-17,3%
Pegada de carbono (âmbito 1 – impactes diretos)	**242.572**	**204.133**	**+18,8%**
Fugas de gases refrigerantes	97.799	85.768	+14,0%
Utilização de CO_2	30.458	28.796	+5,8%
Combustão estacionária de combustíveis	59.526	45.746	+30,1%
Combustão móvel de combustíveis	23.262	20.750	+12,1%
Emissões da agricultura e pecuária	31.527	23.073	+36,6%
Emissões biogénicas de CO_2 provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa[27]	0	0	-
Pegada de carbono (âmbito 2 – impactes indiretos)[c]	**543.617**	**580.285**	**-6,3%**
Consumo de eletricidade (*baseadas no mercado*)	518.738	567.718	-8,6%
Aquecimento (*baseadas no mercado*)	24.879	12.568	+98,0%
Consumo de eletricidade (*baseadas na localização*)	608.344	748.027	-18,7%
Aquecimento (*baseadas na localização*)	33.532	19.311	+73,6%
Emissões biogénicas de CO_2 provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa[9]	0	0	-
Pegada de carbono (âmbitos 1 e 2 – Floresta, Solos e Agricultura (FLAG),	**33.089**	**24.657**	**+34,2%**
Pegada de carbono (âmbito 1 – Energia e Indústria)	**209.483**	**179.476**	**+16,7%**
Pegada de carbono (âmbito 2 – Energia e Indústria)	**543.617**	**580.285**	**-6,3%**
Pegada de carbono (âmbitos 1 e 2 – Energia e Indústria)	**753.100**	**759.761**	**-0,9%**
Receita líquida (milhões de euros)	**35.991**	**33.464**	**+7,6%**

***** Valor corrigido em função de uma atualização dos cálculos nas Companhias Hebe, Hussel e Jeronymo.

a) As Companhias do Grupo não adquiriram créditos de carbono para compensar as suas emissões de âmbitos 1, 2 ou 3, nem desenvolveram projetos de remoção ou armazenamento nas suas operações ou na sua cadeia de valor.
b) Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias foram contabilizados no Pingo Doce.
c) Informação associada à eletricidade adquirida agrupada com instrumentos como a Garantia de Origem ou os certificados de energias renováveis encontra-se no subcapítulo 7. "Frameworks de Reporte", na secção 7.1. "ESRS- Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade". As emissões de gases com efeito de estufa associadas às garantias de origem são estimadas de acordo com o consumo de eletricidade estabelecido no contrato, uma vez que o valor real apenas é disponibilizado após a publicação do Relatório e Contas.

Emissões de âmbitos 1 e 2 (2025 e 2024) por país

Pegada de carbono (t CO_2e)** de âmbitos 1 e 2 por país	2025	2024	Δ 2025/2024
Polónia	590.633	*631.107	-6,4%
Colômbia	123.763	87.989	+40,7%
Portugal	70.515	*65.050	+8,4%
Eslováquia	950	0,3	-
Marrocos	306	188	+62,8%
Chéquia	20	85	-76,5%

* Valor corrigido em função de uma atualização dos cálculos nas Companhias Hebe, Hussel e Jeronymo.
** As Companhias do Grupo não adquiriram créditos de carbono para compensar as suas emissões de âmbitos 1, 2 ou 3, nem desenvolveram projetos de remoção ou armazenamento nas suas operações ou na sua cadeia de valor.

Emissões de âmbito 3 (2025 e 2024)

Pegada de carbono (t CO_2e)* (âmbito 3 – outros impactes indiretos)	2025	**2024	Δ 2025/2024
Pegada de carbono (âmbito 3) por país	**30.223.284**	**33.179.124**	**-8,9%**
Polónia	20.386.437	23.255.905	-12,4%
Portugal	6.057.347	6.360.378	-4,6%
Colômbia	3.725.616	3.552.267	+4,8%
Marrocos	8.689	9.423	-7,8%

[27] As emissões biogénicas não foram contabilizadas devido à ausência de informação específica sobre o teor real de biocombustíveis nas misturas adquiridas. Na falta de dados dos fornecedores sobre a composição efetiva dos combustíveis, os consumos foram assumidos como integralmente fósseis.

Pegada de carbono (t CO_2e)* (âmbito 3 – outros impactes indiretos)	2025	**2024	Δ 2025/2024
Eslováquia	44.881	8	-
Chéquia	314	1.143	-72,5%
Pegada de carbono (âmbito 3) por categoria	**30.223.284**	**33.179.124**	**-8,9%**
C1. Produtos e serviços comprados	25.972.816	29.126.300	-10,8%
C2. Bens de capital	594.472	452.588	+31,3%
C3. Atividades relacionadas com combustível e energia	269.362	296.397	-9,1%
C4. Transporte e distribuição a montante	272.298	267.219	+1,9%
C5. Resíduos gerados nas operações	53.272	55.254	-3,6%
C6. Viagens de trabalho	3.280	3.691	-11,1%
C7. Viagens pendulares	22.349	21.108	+5,9%
C8. Ativos alugados a montante	-	-	-
C9. Transporte e distribuição a jusante	-	-	-
C10. Transformação de produtos vendidos	569	1.425	-60,1%
C11. Uso de produtos vendidos	1.658.918	1.624.066	+2,1%
C12. Fim de vida de produtos vendidos	1.366.193	1.320.803	+3,4%
C13. Ativos alugados a jusante	-	-	-
C14. *Franchises*	-	-	-
C15. Investimentos	9.755	10.273	-5,0%
Emissões biogénicas de CO_2 provenientes da combustão ou biodegradação da biomassa	0	0	-
Receita líquida (milhões de euros)	**35.991**	**33.464**	**+7,6%**

* As Companhias do Grupo não adquiriram créditos de carbono para compensar as suas emissões de âmbitos 1, 2 ou 3, nem desenvolveram projetos de remoção ou armazenamento nas suas operações ou na sua cadeia de valor.
** Valor corrigido em função de uma atualização dos cálculos.

Nota 1: O cálculo da pegada de carbono das diferentes atividades segue a metodologia do Greenhouse Gas Protocol do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) e do World Resources Institute (WRI), nos seus três níveis: impactes diretos, indiretos e de terceiros. As emissões de âmbitos 1 e 2 correspondem às atividades sob controlo financeiro do Grupo e que representam 99,996% do volume de negócios. Os valores apresentados tiveram em conta o seguinte para os âmbitos 1 e 2: (i) gases refrigerantes – fatores de emissão definidos pelo IPCC; (ii)fertilizantes químicos - fatores de emissão definidos pelo IPCC e pela Agência Portuguesa do Ambiente; (iii) emissões entéricas de bovinos, ovinos, caprinos e gestão de estrume (emissões de metano) – fatores de emissão definidos pela Agência Portuguesa do Ambiente; (iv) combustíveis e aquecimento – o definido pela Direção-Geral de Energia e Geologia de Portugal, pela Unidad de Planeación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético Colombiano) e pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (Centro Polaco para Balanço e Gestão de Emissões); (v) eletricidade – o definido pela Agência Internacional de Energia (eletricidade *baseada na localização*), pelos fornecedores (eletricidade *baseada no mercado* em Portugal, Polónia e Eslováquia), pela Association of Issuing Bodies para lojas franchising ou lojas localizadas em instalações propriedade de terceiros (eletricidade *baseadas no mercado* na Polónia, Eslováquia e Chéquia), pela Unidad de Planeación Minero Energética (eletricidade *baseadas no mercado* na Colômbia) e pela United for Efficiency (U4E), iniciativa liderada pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) (eletricidade *baseadas no mercado* em Marrocos); (vi) combustíveis utilizados na frota de ligeiros – o definido pelo Greenhouse Gas Protocol; aquecimento – para o cálculo das emissões associadas ao consumo de calor em regime *baseadas no mercado* na Polónia, foram utilizados os fatores de emissão publicados pelo Urząd Regulacji Energetyki (URE).
Para o cálculo da pegada de carbono de âmbito 1 por GEE foram considerados os fatores de emissão definidos pelo IPCC para a combustão estacionária, gases refrigerantes e emissões entéricas e pelo Greenhouse Gas Protocol para os combustíveis utilizados na frota de ligeiros. No caso da desagregação para as emissões de âmbito 2, foram consideradas as percentagens de cada GEE nos fatores de emissão da Agência Internacional de Energia.
Nota 2: O cálculo das emissões de âmbito 3 tiveram em conta o seguinte: C1 – Não existem dados validados ou fornecidos pelos fornecedores, pelo que utilizamos o peso e/ou o valor dos produtos comprados e os fatores de emissão da Agribalyse e da Environmental Protection Agency (EPA), nomeadamente os fatores Environmentally-Extended Input-Output (EEIO). Para a aquisição de serviços foram considerados os fatores de emissão EEIO da EPA. Foram ainda consideradas as emissões associadas ao consumo de água utilizando os fatores do UK Department for Environment, Food & Rural Affairs (DEFRA); C2 – para o cálculo da pegada de carbono são considerados os fatores de emissão EEIO da EPA para as diferentes tipologias de investimento; C3 – nesta categoria são calculadas as emissões "Well-to-Tank" (WTT) associadas à extração, produção e transporte de energia (eletricidade, aquecimento e combustíveis) que não estão incluídas nos âmbitos 1 ou 2, utilizando os fatores de emissão da DEFRA e da Agência Internacional de Energia (AIE); C4 –nesta categoria são calculadas as emissões do consumo, bem como as emissões WTT associadas à extração, produção e transporte de combustíveis utilizados no transporte de mercadorias entre unidades operacionais do Grupo e serviços de entrega aos clientes, utilizando os fatores de emissão da DEFRA; C5 – são considerados os fatores de emissão da DEFRA para os diferentes tipos de destino dos resíduos gerados nas operações, os resíduos dos clientes e as águas residuais para diferentes destinos; C6 – para o cálculo das emissões das viagens de trabalho são consideradas as viagens de avião e de comboio e as estadias em hotel, utilizando os fatores de emissão da DEFRA (nas viagens de avião são considerados os efeitos indiretos das emissões de outros GEE para além do CO_2), incluindo emissões WTT; C7 – o cálculo das emissões associadas às viagens pendulares de colaboradores não inclui colaboradores com viatura de serviço (reportado em âmbito 1) e teve em consideração a política de trabalho remoto das Companhias do Grupo. Foi estabelecido um fator de emissão personalizado com base nos fatores de emissão da DEFRA e dados estatísticos sobre a distância média

percorrida por modo de transporte; C10 – são calculadas as emissões associadas ao processamento de produtos vendidos pela JMA a empresas externas ao Grupo, utilizando os fatores de emissão da Agribalyse e EEIO da EPA; C11 – nesta categoria são consideradas as emissões diretas de produtos elétricos e eletrónicos e combustíveis vendidos, recorrendo aos fatores de emissão da AIE para o consumo de energia dos produtos elétricos e eletrónicos e da DEFRA para as emissões diretas do consumo dos combustíveis vendidos. São também consideradas as emissões resultantes da utilização de subprodutos agrícolas vendidos a terceiros, nomeadamente o estrume, tendo em conta que este é aplicado como fertilizante nos solos e terá associadas emissões de N_2O. Neste caso, são considerados dados do Código de Boas Práticas Agrícolas (Diário da República) e fatores de emissão da Agência Portuguesa do Ambiente e do IPCC; C12 – nesta categoria são consideradas as emissões associadas ao fim de vida dos produtos e respetivas embalagens utilizando os fatores de emissão da DEFRA; C15 – nesta categoria são considerados os investimentos das Companhias do Grupo em empresas subsidiárias ou joint ventures e são calculadas as respetivas emissões utilizando os fatores de emissão EEIO da EPA ou as emissões publicadas pelas participadas. As restantes categorias de emissões de âmbito 3 não foram consideradas por não serem aplicáveis às atividades do Grupo ou por não se revelarem materialmente relevantes face ao seu modelo de negócio. Em particular, não foram identificadas atividades relevantes nas categorias C8 (ativos arrendados a montante), C9 (transporte e distribuição a jusante), C13 (ativos arrendados a jusante) e C14 (franchises).
Nota 3: as emissões de GEE de âmbito 1 das atividades das nossas Companhias não são abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados.
Nota 4: As emissões das atividades agrícolas e pecuárias da JMA incluem emissões entéricas de bovinos, ovinos e caprinos, o uso de fertilizantes químicos e a gestão do estrume.
Nota 5: O parâmetro C14. inclui franchising e modelos similares, atualmente considerados nas emissões de âmbitos 1 e 2.
Nota 6: No âmbito da elaboração do Plano de Transição Climática, o Grupo realizou uma avaliação qualitativa do potencial de emissões de gases com efeito de estufa (GEE) "locked-in" associadas aos principais ativos e produtos. Para este efeito, foram analisadas as características operacionais dos ativos relevantes, incluindo lojas, centros de distribuição, infraestruturas industriais, bem como a respetiva vida útil, intensidade energética e ciclos de renovação tecnológica. Considerando a natureza das atividades do Grupo, centradas no retalho alimentar, não foram identificados ativos industriais estruturalmente intensivos em carbono que possam originar emissões relevantes e inevitáveis ao longo de horizontes temporais prolongados.
Os principais ativos operacionais do Grupo encontram-se sujeitos a ciclos regulares de modernização e substituição tecnológica, incluindo substituição progressiva de equipamentos de refrigeração por soluções com menor potencial de aquecimento global e aumento da utilização de eletricidade de origem renovável. Com base na avaliação realizada, o Grupo concluiu que o valor reduzido das emissões de GEE "locked-in" associadas aos seus principais ativos ou produtos não tem materialidade suficiente para comprometer o cumprimento das metas de redução de emissões de GEE definidas no plano de transição climática ou originar riscos de transição significativos.
Nota 7: O Grupo avaliou os critérios de exclusão aplicáveis aos EU Paris-Aligned Benchmarks, conforme definidos no Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 da Comissão, que estabelece os requisitos mínimos para os benchmarks alinhados com o Acordo de Paris. Com base nesta análise, o Grupo não desenvolve atividades que determinem a exclusão automática destes benchmarks, nomeadamente atividades relacionadas com a exploração, produção ou transformação de carvão térmico, petróleo ou gás, ou outras atividades intensivas em carbono explicitamente excluídas pela referida regulamentação. Consequentemente, a exclusão do Grupo de índices que utilizem estas metodologias cabe exclusivamente às entidades responsáveis pela gestão dos mesmos.

Relativamente às emissões de âmbito 3, registou-se uma redução de 8,9% em resultado da atualização dos fatores de emissão, em particular, para os produtos alimentares. A variação das emissões de âmbito 3 está também associada à utilização de estimativas no cálculo destas emissões que, na sua maioria, são indexadas ao volume de compras e vendas das Companhias.

Em 2025, as emissões calculadas com base em dados primários de atividade representaram 12,0% do total das emissões de âmbito 3. Para aumentarmos o conhecimento sobre a pegada de carbono da nossa cadeia de abastecimento, lançámos uma plataforma de comunicação com fornecedores e iniciámos em 2024 um programa de envolvimento que tem como objetivo partilhar os objetivos de descarbonização das Companhias e iniciar a partilha de dados que permitam aumentar a precisão da pegada de carbono da nossa cadeia de valor.

A interação com alguns dos principais fornecedores da Biedronka, Pingo Doce, Recheio, Ara, Hebe e JMA revelou um panorama diversificado em termos de compromisso e ações implementadas para a redução das emissões de GEE. A maioria dos 52 fornecedores contactados em 2025 demonstra um alinhamento com os padrões internacionais de contabilidade de GEE, com 48% a atualizarem os seus inventários anualmente e 38% a garantirem a verificação por terceiros das suas emissões. Em relação às metas de redução de emissões, 58% dos fornecedores contactados estabelecem metas para as emissões de âmbitos 1 e 2, e 30% incluem também metas para o âmbito 3. Adicionalmente, 21% destes 52 fornecedores têm metas validadas pela Science Based Targets initiative (SBTi) e 17% estão em processo de definição das suas metas, o que revela interesse por parte da nossa cadeia de abastecimento relativamente ao compromisso de mitigar as alterações climáticas. A implementação de estratégias climáticas é outro aspeto positivo, com 50% dos fornecedores contactados a publicarem planos de transição climática ou de descarbonização.

As ações implementadas pelos fornecedores contactados para reduzir o consumo de energia e as emissões de GEE são diversificadas. A medida mais frequentemente reportada é a melhoria da eficiência energética através de atualizações tecnológicas e modernização de equipamentos, adotada por 81% dos 52 fornecedores que responderam. Adicionalmente, 60% referem formação de colaboradores em práticas de eficiência energética, e 56% indicam a realização de auditorias energéticas e/ou a implementação de planos de eficiência energética. A compra e/ou geração de energia renovável (incluindo PPA, tarifas verdes

e produção on-site) é reportada por 54% dos fornecedores. Em medidas mais específicas, 28,8% referem o uso de gases refrigerantes naturais ou de baixo PAG em sistemas de AVAC e refrigeração, e 23% indicam ações de redução de emissões no transporte.

As medidas adicionais especificadas pelos fornecedores evidenciam um reforço das estratégias de descarbonização, assente em investimentos estruturais e em abordagens integradas. Destacam-se a instalação de unidades fotovoltaicas para autoconsumo e a construção de centrais solares de maior dimensão, bem como a modernização de infraestruturas industriais, incluindo sistemas de refrigeração mais eficientes, recuperação de calor, cogeração e eletrificação de processos. Vários fornecedores reportam ainda a implementação de programas corporativos de eficiência energética, com metas e indicadores definidos, bem como a definição de estratégias formais de descarbonização com objetivos de neutralidade carbónica ou net zero até 2040–2050. Adicionalmente, algumas iniciativas incidem sobre a cadeia de abastecimento e a reformulação de produtos, privilegiando matérias-primas com menor intensidade carbónica, bem como a redução do consumo de recursos naturais.

Com o objetivo de obter dados primários de maior granularidade por parte dos fornecedores, a Biedronka tem vindo a desenvolver calculadoras da pegada de carbono para os principais produtos de Marca Própria e perecíveis, tendo desenvolvido oito calculadoras e organizado em 2025 cinco *workshops* para 320 fornecedores. Também a JMA tem vindo a calcular a pegada de carbono dos seus produtos, tendo já obtido a certificação da pegada de carbono da carne bovina Aberdeen Angus da Best Farmer (2024) e da carne de borrego Ovinos da Tapada (2025).

À medida que se reduzir a nossa dependência de estimativas para o cálculo de emissões de âmbito 3, será mais fácil identificar oportunidades adicionais de redução da pegada de carbono junto dos nossos fornecedores e assim convergir com as nossas metas de redução deste âmbito, definidas no nosso Plano de Transição climática e na secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.1.“Alterações Climáticas”, ponto “Compromissos”, deste capítulo.

No que diz respeito à intensidade das emissões de GEE (âmbitos 1, 2 e 3) com base nas receitas líquidas (cada 1.000 euros de vendas) esta diminuiu de **1,015** para **0,862** toneladas de CO_2e, refletindo o aumento da eficiência nas nossas operações.

Intensidade das emissões de GEE com base nas receitas líquidas

Intensidade das emissões de GEE	2025	2024	Δ 2025/2024
Pegada de carbono global (t CO_2e)**	**31.009.473**	***33.963.542**	**-8,7%**
Âmbito 1 – impactes diretos	242.572	204.133	+18,8%
Âmbito 2 – impactes indiretos	543.617	580.285	-6,3%
Âmbito 3 – outros impactes indiretos	30.223.284	33.179.124	-8,9%
Receita líquida (Milhões euros)	**35.991**	**33.464**	**+7,6%**
Intensidade (t CO_2e/000’ euro)	**0,862**	***1,015**	**-15,1%**

* Valor corrigido em função de uma atualização dos cálculos.
** As Companhias do Grupo não adquiriram créditos de carbono para compensar as suas emissões de âmbito 1, 2 ou 3, nem desenvolveram projetos de remoção ou armazenamento nas suas operações ou na sua cadeia de valor.

Gestão do consumo de energia

MATERIAL

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E1-5]
[GRI 302-1; GRI 302-2; GRI 302-3; GRI 302-4; GRI 302-5]

Em 2025, o nosso consumo de energia global aumentou 5,3% face a 2024, em resultado do crescimento do negócio (foram abertas mais 400 lojas) e da inclusão no universo da JMA da Supreme Fruits e da Tasty Fruits. No entanto, quando se olha para o consumo de energia em função das vendas, assistimos a uma redução de 2,0% face a 2024 – 65,0 MWh por um milhão de euros de vendas em 2025 face a 66,0 MWh no ano anterior.

Das nossas atividades com elevado impacte climático[28], o retalho representou 98,1% do consumo de energia, a indústria (Secção C, NACE rev 2) 1,1% e as atividades de agricultura e pescas (Secção A, NACE rev.2) 0,7%. Foi considerada ainda a Jeronymo (Secção I, NACE rev.2), que não se encontra enquadrada nas atividades com elevado impacto climático, e que representa 0,1% do consumo de energia do Grupo.

Consumo de energia total e por unidade de negócio

Consumo de energia total e por unidade de negócio (MWh)	2025	2024	Δ 2025/2024
Grupo	**2.327.478**	***2.209.399**	**+5,3%**
Biedronka (Polónia)	1.259.246	1.216.869	+3,5%
Pingo Doce**	565.687	545.360	+3,7%
Ara	364.396	320.528	+13,7%
Recheio	57.609	58.610	-1,7%
JMA	41.580	34.659	+20,0%
Hebe	31.342	*30.848	+1,6%
Biedronka (Eslováquia)	5.261	-	-
Hussel/Jeronymo	2.357	*2.526	-6,7%
Receitas líquidas provenientes de atividades em setores com elevado impacto climático (em milhões de euros)***	**35.991**	**33.464**	**+7,6%**
Consumo total (MWh/milhões de euros de receita líquida)	**65,0**	***66,0**	**-2,0%**

* Valor corrigido em função de uma atualização dos cálculos nas Companhias Hebe, Hussel, Jeronymo.
** Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias em Portugal, foram contabilizados no Pingo Doce.
*** Inclui Jeronymo.

Em 2025, e com exceção do Recheio, todas as Companhias consumiram mais energia. A Ara e a Biedronka apresentaram o maior aumento absoluto (mais de 40 MWh cada), devido não só à expansão do número de lojas, como também a fatores locais: na Polónia, o inverno mais rigoroso e prolongado aumentou as necessidades de aquecimento; na Colômbia, houve a necessidade de maior recurso a geradores para produção de eletricidade. O consumo de energia do Pingo Doce aumentou 3,7% devido ao alargamento a mais lojas das secções de pronto a comer e *takeaway*.

Em 2025, aumentámos o número de lojas com pontos de carregamento de veículos elétricos e híbridos para 515 na Biedronka, 260 no Pingo Doce e 7 no Recheio, tendo fornecido mais de 15,3 MWh.

[28] Os setores de alto impacte climático considerados no cálculo de intensidade de energia são: Secção A - Agricultura, Florestas e Pescas; Secção C – Indústria; e Secção G - Comércio por Grosso e a Retalho.

Consumo de energia por fonte energética

Consumo de energia por fonte	2025	2024	Δ 2025/2024
Combustível proveniente do carvão e de produtos do carvão (MWh)	0	0	-
Combustível proveniente do petróleo bruto e de produtos petrolíferos (MWh)	155.028	132.488	+17,0%
Combustível proveniente do gás natural (MWh)	176.428	129.976	+35,7%
Combustível proveniente de outras fontes fósseis (MWh)	25.665	18.098	+41,8%
Eletricidade e calor provenientes de fontes fósseis (MWh)	758.869	*746.888	+1,6%
Consumo total de energia fóssil (MWh)	**1.115.989**	***1.027.450**	**+8,6%**
Percentagem de fontes fósseis no consumo total de energia (%)	**47,9%**	**46,5%**	**+1,4 p.p.**
Consumo proveniente de energia nuclear (MWh)	**4.295**	***536**	**+701,3%**
Percentagem de fontes nucleares no consumo total de energia (%)	**0,18%**	**0,02%**	**+0,2 p.p.**
Combustível de fontes renováveis, incluindo biomassa, resíduos industriais e urbanos de origem biológica, biogás, hidrogénio renovável, etc. (MWh)	**0	**0	-
Eletricidade, calor, vapor e arrefecimento provenientes de fontes renováveis (MWh)***	1.071.022	1.099.253	-2,6%
Energia renovável não proveniente de combustíveis gerada pelo próprio (MWh)	136.171	82.160	+65,7%
Consumo total de energia renovável (MWh)	**1.207.193**	**1.181.413**	**+2,2%**
Percentagem de fontes renováveis no consumo total de energia (%)	**51,9%**	**53,5%**	**-1,6 p.p.**
Consumo total de energia (MWh)	**2.327.478**	***2.209.339**	**+5,3%**

* Valor corrigido em função de uma atualização dos cálculos nas Companhias Hebe, Hussel, Jeronymo.
**Não tendo sido possível determinar a percentagem de combustíveis renováveis devido à ausência de dados públicos, assume-se o pior cenário, ou seja, 0% de combustíveis de origem renovável consumidos. O Grupo não possui centrais de geração de energia não renovável, sendo a única geração de energia não renovável realizada apenas pontualmente nos geradores de emergência.
*** Inclui a componente renovável da eletricidade e do calor adquiridos, determinada com base no mix energético dos fornecedores e noutras fontes de informação disponíveis, bem como a eletricidade renovável contratada através de contratos virtuais de aquisição de energia (Virtual Power Purchase Agreements – VPPA) e da aquisição de garantias de origem em Portugal e na Polónia. O consumo de energia associado a garantias de origem é estimado de acordo com o contrato estabelecido, uma vez que o valor real é disponibilizado posteriormente à publicação do Relatório e Contas.

Mais de metade da energia que consumimos é proveniente de fontes renováveis, embora o seu peso tenha diminuído ligeiramente (menos 1,6 p.p. face a 2024) devido à redução significativa da componente renovável no *mix* energético da Polónia. A diminuição do peso das energias renováveis foi atenuada pelo investimento contínuo que temos vindo a fazer em contratos de aquisição de energia e em garantias de origem.

Considerando apenas o consumo de energia elétrica, cerca de 63% foi proveniente de fontes renováveis. Já o aumento expressivo do consumo de energia nuclear resulta da forte penetração deste tipo de produção no setor elétrico eslovaco.

As nossas ações de redução de emissões de carbono

[ESRS 2 MDR-A; ESRS E1-1; ESRS E1-3]

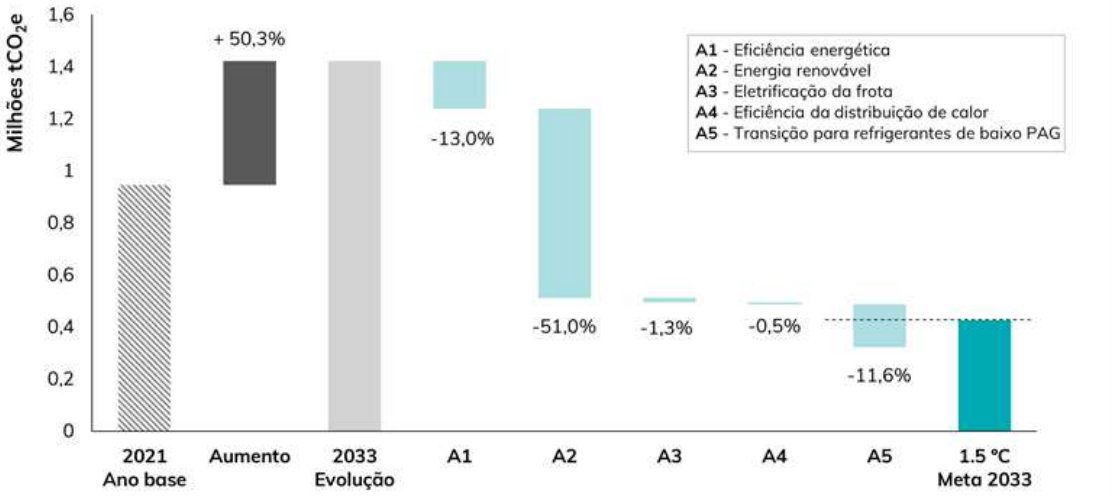
MATERIAL

No âmbito da execução do nosso Plano de Transição Climática, implementámos um conjunto de ações como alavancas da nossa descarbonização, das quais destacamos, para a redução das emissões de âmbitos 1, 2 e 3:

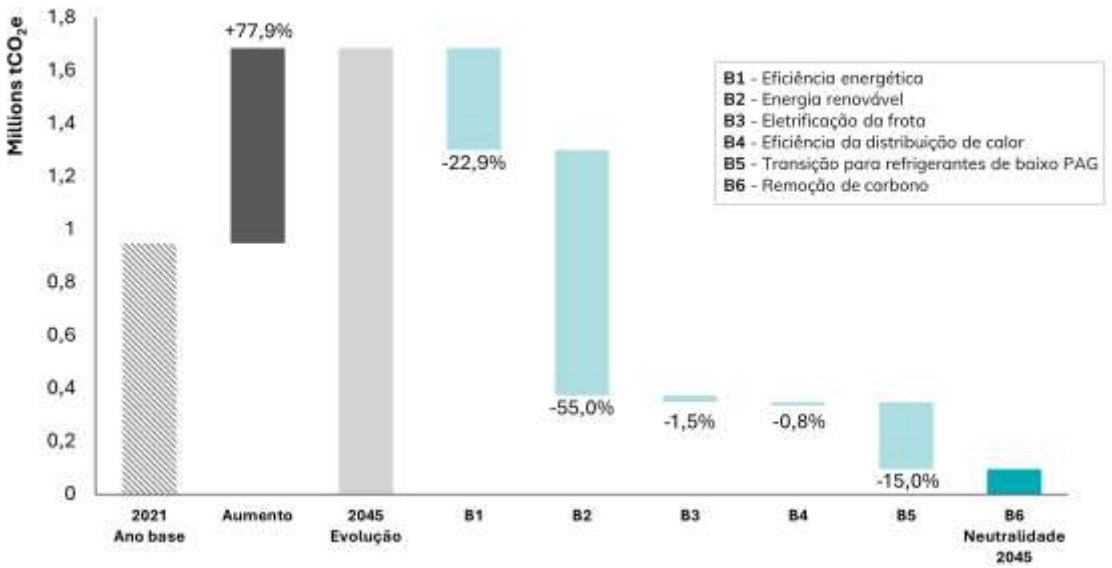
- a transição para gases refrigerantes naturais e com baixo potencial de aquecimento global (âmbito 1);
- o investimento em fontes de energias renováveis e o aumento da eficiência energética das nossas lojas (âmbitos 1 e 2);
- a transição dos combustíveis fósseis e o aumento da eficiência logística (âmbitos 1, 2 e 3);

- a promoção da economia circular[29] (âmbito 3);
- a implementação de um programa de envolvimento com os principais fornecedores das Companhias com o objetivo de redução das emissões de GEE do Grupo associadas à aquisição e vendas de produtos (âmbito 3).

As imagens abaixo ilustram o plano de redução previsto para as emissões de GEE dos âmbitos 1 e 2 para os períodos até 2045.



Plano de redução previsto para as emissões de GEE dos âmbitos 1 e 2 até 2033.



Plano de redução previsto para as emissões de GEE dos âmbitos 1 e 2 até 2045.

Informação adicional está detalhada no subcapítulo 8. “Anexos”, Apêndice 3 “Emissões totais de GEE desagregadas por âmbito 1 e 2 e por emissões significativas de âmbito 3”.

[29] Informação sobre as nossas ações de promoção da economia circular encontra-se na subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”.

Gestão de gases de refrigeração

No negócio de distribuição alimentar, no qual nos distinguimos pela qualidade da oferta de perecíveis especializados, os sistemas de frio e climatização assumem uma importância central. Estes sistemas são essenciais na garantia da qualidade, segurança e preservação dos alimentos, desempenhando também um papel determinante no combate ao desperdício alimentar.

Contudo, a utilização do frio e climatização implica consumir energia e, devido às fugas decorrentes da sua operacionalização, são também emitidos gases com efeito de estufa. É para reduzir estes efeitos que investimos em equipamentos mais eficientes. No âmbito da gestão das emissões de carbono associadas à utilização de gases refrigerantes nestes sistemas, são também instaladas tecnologias de controlo de fugas e, sempre que possível, e de forma voluntária, optamos por gases de refrigeração naturais nas instalações de frio industrial ou com baixo PAG nas instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado.

Estabelecimentos que utilizam gases de refrigeração naturais

Tipo de estabelecimento	Número		Progresso*	
	2025	2024	2025	2024
Lojas – sistema de frio central	3.917	3.439	64%	**60%
Lojas – equipamento autónomo	5.681	5.238	93%	**92%
Centros de distribuição e unidades industriais – sistema de frio central	27	25	73%	69%

* Grau de cobertura face ao total de estabelecimentos.
** Valor corrigido em função de uma atualização dos cálculos.

Em resultado de um processo de inventariação e sistematização de equipamentos nos nossos estabelecimentos, foi possível apurar com maior precisão o progresso na utilização de gases de refrigeração naturais ou de baixo potencial aquecimento global. Em 2025, 73% dos centros de distribuição e unidades industriais e 64% das lojas utilizavam estes gases nas centrais de frio. As unidades autónomas de frio, como arcas congeladoras, encontram-se em 93% das nossas lojas (3.658 na Biedronka, 1.511 na Ara, 472 no Pingo Doce e 40 no Recheio), fruto do investimento que temos vindo a fazer ao longo do tempo. O investimento contínuo em sistemas de refrigeração com gases naturais ou de baixo potencial de aquecimento global permite reduzir as emissões diretas associadas a fugas de refrigerantes e o consumo de eletricidade através de equipamentos mais eficientes, estimando-se um potencial de mitigação superior a 61 mil toneladas de CO_2e.

Eficiência energética e energias renováveis

Para reduzir as nossas emissões de carbono associadas ao consumo de energia, implementámos um conjunto de boas-práticas. O plano de remodelações e aberturas de lojas inclui soluções como:

- tecnologias de geração de energia renovável;
- sistemas de controlo e gestão de energia;
- tecnologias de refrigeração e arcas congeladoras eficientes;
- iluminação eficiente.

Energias renováveis

Tecnologia	Número de edifícios		Energia (GJ/ano)		Poupança* (t CO_2e/ano)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Painéis fotovoltaicos para autoconsumo	**2.721**	**2.101**	**490.992**	**295.776**	**64.619**	**35.567**
Biedronka	2.209	1.804	350.930	202.420	59.169	31.604
Ara	368	249	52.648	26.307	2.588	818
Pingo Doce**	56	36	65.772	48.820	2.153	2.287
Recheio	10	10	12.124	11.836	397	558
JMA	8	2	9.518	6.393	312	300

Tecnologia	Número de edifícios		Energia (GJ/ano)		Poupança* (t CO_2e/ano)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Postes de iluminação e sistema de vigilância alimentados por painéis fotovoltaicos e/ou aerogeradores	**8**	**9**	**581**	**584**	**27,0**	**27,7**
Pingo Doce**	1	1	130	130	4,0	6,0
Recheio	5	5	439	439	21,0	21,0
Biedronka	1	1	9	10	1,9	0,4
JMA	1	2	3	6	0,1	0,3

* Estes valores refletem a atualização dos fatores de emissão da eletricidade (*baseadas no mercado*).
** Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias em Portugal, foram contabilizados no Pingo Doce.

Tecnologia	Número de edifícios		Energia (GJ/ano)		Poupança* (t CO_2e/ano)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Coletores solares para aquecimento das águas sanitárias e/ou utilização no sistema de ar condicionado	**13**	**16**	**2.593**	**3.952**	**87**	**185**
Pingo Doce**	6	7	1.852	3.399	61	159
Recheio	4	7	118	489	6	23
JMA	3	2	623	64	20	3
Sistemas de recuperação geotérmica	**48**	**20**	**7.853**	**4.467**	**1.147**	**697**
Biedronka (bombas de calor)	47	20	6.547	4.467	1.104	697
JMA	1	-	1.307	-	43	-

* Estes valores refletem a atualização dos fatores de emissão da eletricidade (*baseadas no mercado*).
** Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias em Portugal, foram contabilizados no Pingo Doce.

Em 2025, em linha com os planos de investimento das Companhias e com os objetivos que definimos no nosso Plano de Transição Climática, continuámos a avançar na instalação de painéis fotovoltaicos para autoconsumo, em particular na Polónia e na Colômbia. O investimento em produção de energia renovável e em equipamentos mais eficientes garantiu a produção de mais de 502 mil GJ, um aumento de 64% face a 2024.

Desde julho de 2018 que as operações das nossas insígnias em Portugal são alimentadas com eletricidade proveniente de fontes renováveis através da aquisição de Garantias de Origem (GO) para mais de 1,9 milhões GJ – o que equivale a evitar quase 60 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente. A Biedronka, através da aquisição de GO e de um contrato de aquisição virtual de energia (VPPA) solar fotovoltaica garantiu a origem de mais de 527 mil GJ e evitou a emissão de 89 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente. Em 2025, os investimentos em painéis fotovoltaicos, em GO e outras tecnologias de origem renovável nas diferentes Companhias evitaram a emissão de 214 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente.

A sensibilização dos colaboradores para a valorização dos resíduos e a utilização eficiente da água e da energia também contribuiu para o desempenho ambiental dos nossos estabelecimentos. O projeto "Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia", iniciado em 2011 nas lojas Pingo Doce e Recheio, permitiu reduzir os consumos de água em 440 mil m^3 e os de energia em 103 mil MWh, o que equivale a uma poupança acumulada de mais de 11,9 milhões de euros[30]. No Pingo Doce, as ações destas equipas estão enquadradas na iniciativa "Todos pelo Ambiente". O projeto "Let's Go Green", desenvolvido em 2015 com os mesmos objetivos, abrange os edifícios de escritórios em Portugal, Polónia e Colômbia.

[30] Valor calculado com base em relatórios regulares de *benchmarking* interno do qual foram excluídas as lojas remodeladas em 2024 e 2025 pelo facto de os consumos não serem comparáveis.

O investimento em eficiência energética, produção de energia renovável para autoconsumo e gases refrigerantes de baixo PAG ultrapassou os 790 milhões de euros desde 2017, sendo que em 2025 registou-se um investimento de 100 milhões euros, traduzindo o nosso foco reforçado na redução do consumo de energia e das emissões de carbono. O nosso período de recuperação tem uma média de três anos e já evitou a emissão de mais de 1,25 milhões de toneladas de CO_2e.

Nos próximos anos, e com vista ao cumprimento dos nossos objetivos de curto prazo para os âmbitos 1 e 2, a implementação de medidas de descarbonização continuará alinhada com os planos de investimento das Companhias. Em termos de despesas operacionais, iremos manter as nossas iniciativas de aquisição de energia renovável através de Garantias de Origem (GO), Contratos de Aquisição de Energia (PPA) e Contratos de Aquisição Virtual de Energia (VPPA), que incentivam o investimento na instalação de nova capacidade de geração de energia renovável.

Informação adicional sobre o CapEx associado a estas atividades está detalhada no subcapítulo 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)".

Combustíveis fósseis e o aumento da eficiência logística

O nosso plano para reduzir as emissões de carbono associadas ao consumo de combustíveis fósseis nas operações e na logística passa por:

- aumentar a incorporação de veículos elétricos e/ou híbridos plug-in na nossa frota e aumentar a utilização de biocombustíveis e hidrogénio;
- diminuir progressivamente a utilização de combustíveis fósseis nas operações através da eletrificação dos equipamentos e/ou da utilização de biocombustíveis;
- melhorar a eficiência dos processos logísticos.

Em 2025, 12,2% da nossa frota de veículos ligeiros em Portugal e 0,9% na Polónia eram elétricos ou híbridos, em linha com os valores de 2023 (11,7% em Portugal e 0,8% na Polónia). Na Eslováquia e na Colômbia, os veículos existentes são de combustão.

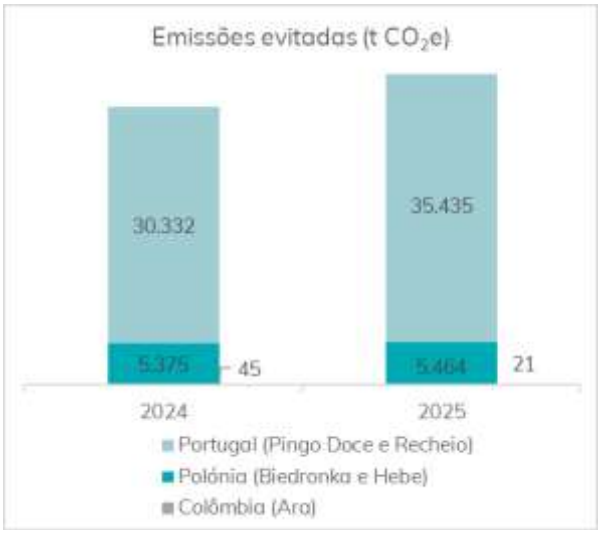
Operações de backhauling e fronthauling

Para melhorar a eficiência dos processos logísticos, estamos a otimizar as rotas de distribuição – por via do *backhauling*[31] e *fronthauling*[32] – e a aumentar o investimento em camiões mais eficientes.

Em 2025, as operações de *backhauling* evitaram que fossem percorridos 46,7 milhões de quilómetros, mais 6 milhões de quilómetros do que em 2024 (3%), contribuindo para a redução de 40.920 toneladas de dióxido de carbono equivalente. A Colômbia continua sem progressos significativos neste projeto, devido quer à limitada disponibilidade de espaço nos camiões para reforçar a logística inversa quer à distância a que os fornecedores ficam das rotas de retorno. O backhauling ainda não foi implementado na Eslováquia, dada a dimensão reduzida da operação, com poucas lojas e apenas um centro de distribuição.

[31] Após entrega de produtos nas nossas lojas, a rota de regresso inclui a passagem pelas instalações de fornecedores do Grupo para recolher mercadorias e transportá-las até ao centro de distribuição.
[32] Após a entrega de produtos nos nossos centros de distribuição, a rota de regresso dos fornecedores às suas instalações inclui a passagem pelas lojas do Grupo para entregar mercadoria. Este projeto só existe em Portugal.

Backhauling

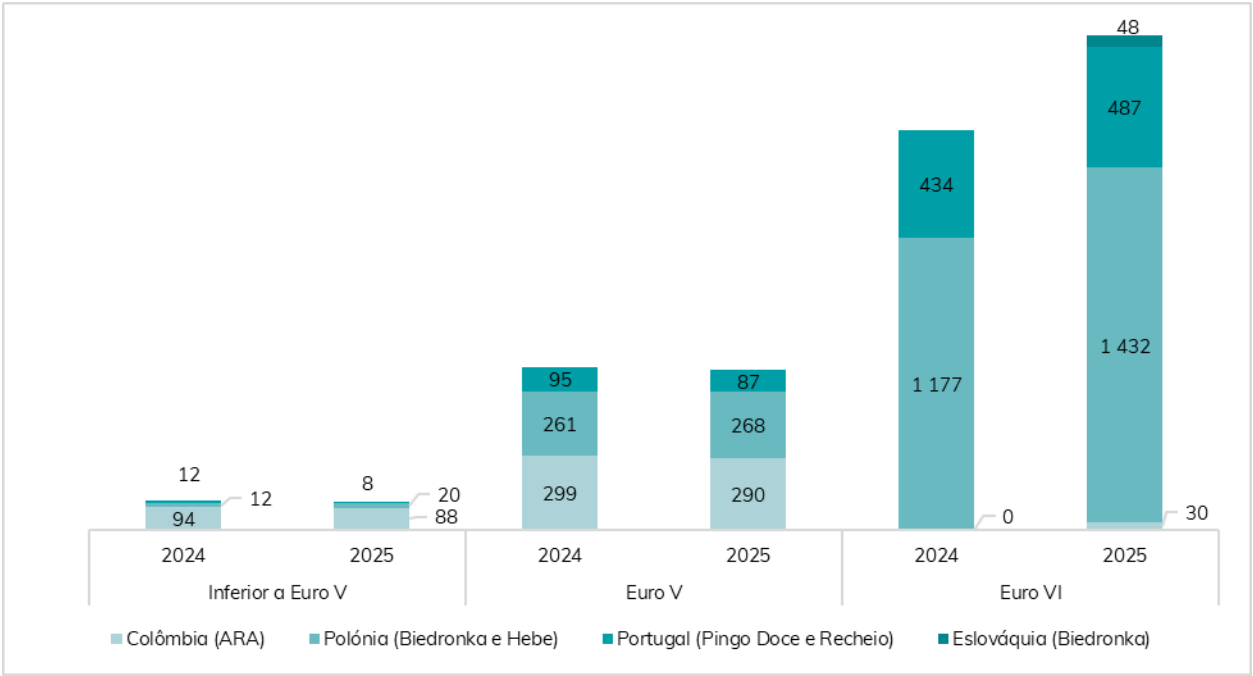


* Valor corrigido face ao valor reportado 2024

O *fronthauling*, que apenas existe em Portugal, poupou 114 mil quilómetros (menos 24,2% do que em 2024) e evitou a emissão de 100 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

Na Ara, o projeto de transporte de mercadorias não paletizadas, focado na otimização das cargas entre instalações dos fornecedores e centros de distribuição, gerou uma poupança superior a 600 mil quilómetros (menos 40% comparativamente a 2024), evitando a emissão de 1.034 toneladas de dióxido de carbono equivalente. Já o projeto by-truck – que utiliza atrelados adicionais para abastecer as lojas mais distantes – evitou 2,6 milhões de quilómetros (mais 29,4% do que em 2024), o que corresponde a uma redução de 2.082 toneladas de dióxido de carbono equivalente.

Distribuição das viaturas de transporte de mercadorias pelas normas Euro



Em 2025, dispusemos de mais 386 camiões Euro VI do que em 2024, mantendo a larga maioria da frota a que recorremos dentro das normas Euro V e Euro VI (96% do total, mais 1 p.p. do que em 2024). Na Colômbia, a frota passou a incluir 30 camiões Euro VI, o que permitiu diminuir a quantidade de camiões das normas Euro V ou inferior.

Em 2025, reduzimos em 6,9% face a 2021 (ano de referência) as emissões de carbono (por mil paletes) associadas ao transporte de mercadorias para as lojas. O nosso objetivo é, até ao final de 2026, reduzir em 5% as emissões de dióxido de carbono equivalente, por mil paletes transportadas, face a 2021.

Emissões de carbono associadas ao transporte de paletes

	2021	2024	2025*
Transporte de mercadorias para as lojas (km)	249.551.570	263.407.687	268.965.377
Transporte de mercadorias para as lojas (t CO_2e)	205.375	214.794	218.270
Emissões de carbono por 1.000 paletes transportadas (t CO_2e/1.000 paletes transportadas)	**5,57**	**5,22**	**5,14**

Nota: o valor de 2025 inclui informação da Biedronka Eslováquia.

Descarbonização da logística

Em 2025, consolidámos o nosso percurso de descarbonização na logística – reconhecido a nível europeu – ao reforçar a posição na iniciativa Lean & Green, cujo objetivo é alcançar a neutralidade carbónica nas atividades logísticas até 2050.

O Recheio conquistou a sua primeira estrela Lean & Green após reduzir as emissões de carbono em 25,1% entre 2021 e 2024, medidas em toneladas de CO_2e por mil paletes movimentadas, e com validação por auditoria independente. A Terra Alegre obteve a segunda estrela Lean & Green, em resultado da redução acumulada de 30,5% das emissões de CO_2e no âmbito logístico entre 2022 e 2024 e da elevada qualidade da informação reportada, tendo beneficiado também do nosso compromisso assumido de cooperar com parceiros logísticos.

Estes resultados assentam nos marcos alcançados em 2024, quando o Pingo Doce se afirmou como referência de excelência ao ser a primeira empresa em Portugal e a quarta na Europa a conquistar as quatro estrelas Lean & Green, na sequência de uma redução de 55% das emissões de CO_2e nas suas operações logísticas em Portugal Continental face a 2018.

A Biedronka também se destacou em 2024, ao ser distinguida com a segunda estrela Lean & Green (obtivera a primeira em 2022). Este reconhecimento surge na sequência de uma redução adicional de 12% das emissões de carbono entre 2021 e 2023, mantendo a redução inicial de 20%, e abrange 12 centros de distribuição responsáveis por mais de 65% do volume transportado pela Companhia.

Valoração do carbono

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E1-8]

MATERIAL

Para atingir as nossas metas de redução de GEE, recorremos à utilização interna de preços sombra de carbono, uma medida que pretende apoiar a nossa tomada de decisão sobre investimentos associados às medidas a implementar (CapEx). Esta ferramenta é utilizada, por exemplo, para a compra de veículos e equipamentos próprios, para os orçamentos de remodelação das nossas lojas e para a avaliação dos riscos de transição dos preços de energia no âmbito da nossa análise de cenários climáticos.

A valoração do carbono está vinculada ao preço das taxas de carbono em Portugal e na Colômbia[33], correspondendo a uma média de 41,74 euros por t CO_2e. Em ambos os casos, o valor é definido por decreto regulamentar. O valor da taxa em Portugal está vinculado ao preço das licenças de CO_2 no âmbito do Esquema de Comércio de Emissões da UE, enquanto na Colômbia o valor está ligado ao Imposto Nacional de Carbono, que incide sobre o conteúdo de carbono equivalente (CO_2e) de todos os combustíveis fósseis, incluindo derivados do petróleo, gás fóssil e combustíveis sólidos utilizados para combustão.

Divulgamos mais informação sobre este tema no subcapítulo 7. “*Frameworks* de Reporte”, na secção 7.1. “ESRS - Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade”.

[33] Não consideramos a taxa de carbono em vigor na Polónia por esta ser considerada significativamente baixa e desalinhada com os valores de referência internacionais (0,09 €/t CO_2), aumentando o risco de resultar num valor excessivamente baixo, o que prejudicaria a utilização da valoração do carbono como uma ferramenta de gestão de riscos e eficiência interna.

Compromissos
[ESRS 2 MDR-T; ESRS E1-4]

MATERIAL

Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo.

MATERIAL

3.2.2. Utilização dos recursos e economia circular

A economia circular tem um papel relevante no cumprimento dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu, ao incentivar um uso mais eficiente dos recursos e ao criar condições para que produtos e respetivos componentes possam ser reintegrados nas mesmas cadeias de valor ou em novas. Esta abordagem assenta, entre outros aspetos, na redução do desperdício alimentar, na incorporação de princípios de ecodesign no desenvolvimento de produtos e embalagens, na melhoria das soluções de valorização de resíduos e na construção de relações de cooperação e capacitação com fornecedores, consumidores e sociedade civil.

Gestão de impactos, riscos e oportunidades associados à economia circular
[ESRS 2 IRO-1; ESRS E5-6]
[GRI 306-1; GRI 306-2]

Os impactos, riscos e oportunidades identificados – especialmente os relacionados com os temas mais materiais para o Grupo, como embalagens e desperdício alimentar – estão associados ao tipo de recursos utilizados (renováveis ou não renováveis), ao desperdício gerado e às possibilidades de valorização dos resíduos. A avaliação destes riscos e oportunidades teve por base a aplicação da metodologia LEAP (Localizar, Avaliar, Analisar e Preparar) às nossas operações próprias e à cadeia de valor (a montante e a jusante das nossas operações).

Impactos associados à economia circular

Os impactos identificados como materiais referem-se sobretudo aos efeitos negativos no ambiente resultantes das operações próprias e das atividades a montante e a jusante, apresentados na tabela abaixo.

Impactos	Fases da cadeia de valor
Depleção de recursos naturais (nomeadamente, não renováveis) decorrente da produção de produtos e embalagens	A montante das operações próprias
Alimentos desperdiçados	Operações próprias e cadeia de valor
Poluição causada pelo descarte inadequado de resíduos	A jusante das operações próprias

Riscos e oportunidades associados à economia circular

Consideramos significativos os riscos e as oportunidades cujo potencial de impacto seja superior a 5% das vendas. Nesses casos, a identificação, análise e gestão são realizadas ao nível corporativo. Situações abaixo deste limiar são igualmente identificadas e avaliadas corporativamente, sendo a sua gestão assegurada pelas Companhias[34]. A identificação de riscos e oportunidades inclui:

- acompanhamento da regulamentação específica de cada país (ex., responsabilidade alargada do produtor);
- avaliação da reciclabilidade das embalagens de Marca Própria, seguindo metodologias e guias de ecodesign (ex., Golden Design Rules), e da quantidade desperdiçada de cada produto alimentar, seguindo as práticas definidas pelo Food Loss and Waste Protocol;
- análise das tendências de mercado, nomeadamente as preferências dos nossos clientes (ex., conveniência nas decisões de compra ou escolha entre embalagens descartáveis e embalagens reutilizáveis).

[34] Estes mecanismos estão detalhados nos pontos 52., 53., e 54. do capítulo 4 "Governo da Sociedade" deste relatório.

Os riscos associados à economia circular foram avaliados e selecionados de acordo com a relevância para as nossas atividades, e podem ser de transição (riscos políticos e regulatórios, de mercado, tecnológicos e reputacionais) ou físicos (como o risco de escassez de matérias-primas).

Estes temas são aprofundados na subsecção 3.2.2, "Utilização dos recursos e economia circular", nos pontos "Ecodesign de embalagens" e "Combate ao desperdício alimentar" e, no caso de materiais de base vegetal, como papel e madeira, as medidas que adotamos são detalhadas na subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", no tópico "Combate à desflorestação".

Riscos associados à economia circular	Fases da cadeia de valor
Prejuízo associado ao desperdício de alimentos, devido ao valor da perda ao longo da cadeia de valor	Operações próprias e cadeia de valor
Aumento de custos associados à gestão de resíduos, à escassez de recursos materiais (virgens e reciclados) e a ações de controlo e reporte	A montante e nas operações próprias
Maior investimento em processos, produtos e serviços, especialmente os relacionados com a reciclabilidade de embalagens, cuja implementação pode depender de novos componentes (ex., alternativas para plásticos flexíveis), de adaptações de tecnologias de embalamento e de avanços no setor dos resíduos (ex., sistemas de triagem e reciclagem)	Operações próprias e cadeia de valor
Impactos na competitividade dos produtos, devido à disparidade de custos entre materiais reciclados e virgens	A montante e nas operações próprias
Danos reputacionais resultantes do não cumprimento de metas impostas pela legislação e de objetivos voluntários a que nos propomos	Operações próprias e cadeia de valor

Oportunidades associados à economia circular	Fases da cadeia de valor
Aumento de receitas devido à valorização de fluxos de materiais e à redução do desperdício alimentar	Operações próprias
Redução de custos pela eficiência no uso de recursos (como a otimização das embalagens e a gestão de resíduos) e pela antecipação do cumprimento de metas de reciclabilidade impostas pela legislação	Operações próprias e cadeia de valor
Melhoria das práticas de economia circular nas cadeias de abastecimento (ex., economia de partilha de embalagens de transporte)	Operações próprias e cadeia de valor
Acesso a condições de financiamento mais favoráveis, através do cumprimento de metas de economia circular	Operações próprias
Ganhos reputacionais decorrentes de comunicação clara e transparente sobre as iniciativas de economia circular que desenvolvemos e do cumprimento de metas e compromissos voluntários	Operações próprias

Iniciativas de economia circular

Desenvolvemos várias iniciativas que promovem a economia circular nas nossas cadeias de valor, tendo em conta os principais impactos, riscos e oportunidades.

Iniciativas	Descrição
Ecodesign	Implementamos boas práticas de ecodesign nas embalagens de perecíveis e nos produtos e embalagens de Marca Própria, com o objetivo de melhorar o seu perfil ambiental bem como a eficiência operacional. Estas melhorias são comunicadas nas embalagens, lojas e outros meios.
Promoção de soluções reutilizáveis	Disponibilizamos aos nossos clientes soluções reutilizáveis (como as opções para preencher as embalagens em casa ou garrafas de água que podem ser enchidas em loja) e embalagens de transporte que os nossos fornecedores podem reutilizar.

Iniciativas	Descrição
Combate ao desperdício alimentar	Damos nova vida a alimentos através do aproveitamento de produtos agrícolas não calibrados, de subprodutos da indústria e de excedentes das nossas operações. Também vendemos com desconto produtos próximos do fim do prazo de validade e doamos alimentos a instituições de solidariedade.
Valorização de resíduos das operações próprias	Investimos para aumentar a quantidade de resíduos que possam ser encaminhados para valorização.
Recolha e valorização de resíduos de clientes	Desenvolvemos soluções (como ecopontos e outros sistemas de recolha) que valorizam os resíduos deixados pelos clientes.
Iniciativas empresariais voluntárias	Participamos em diversas organizações que promovem a economia circular, como o New Plastics Economy Global Commitment, o Pacto para os Plásticos (Polónia, Portugal e Colômbia) e a Plastic Waste Coalition of Action do The Consumer Goods Forum.

Monitorizamos de forma regular o consumo de materiais utilizados na produção das nossas embalagens, os resíduos que produzimos e o volume de desperdício alimentar, com o objetivo de continuarmos a melhorar as nossas práticas de economia circular. Toda a informação relativa ao nosso desempenho e às iniciativas que desenvolvemos nas operações próprias e na cadeia de valor é apresentada em detalhe na subsecção 3.2.2, em "Materiais consumidos e saídas de recursos" e "Ações para promover a economia circular". Assumimos ainda um conjunto de compromissos de economia circular para o triénio de 2024 a 2026 que podem ser consultados no subcapítulo 6. "Compromissos de Sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", subsecção 6.1.1. "Ambiente", deste relatório.

Materiais consumidos e saídas de recursos

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E5-5]
[GRI 301-1; GRI 301-2]

MATERIAL

A forma como gerimos os materiais que utilizamos – desde as embalagens de Marca Própria e de serviço até aos artigos de utilização única – faz parte de um trabalho contínuo com a cadeia de valor para assegurar que o seu desenvolvimento tem como finalidade a reutilização ou a reciclagem.

Promovemos o ecodesign, com foco na eliminação de componentes problemáticos e na preferência por embalagens produzidas com um só material e que sejam compatíveis com as infraestruturas de triagem existentes, mantendo os recursos em ciclos produtivos. Também incorporamos materiais reciclados, contribuindo para a redução do uso de recursos virgens e promovendo a circularidade ao longo da nossa cadeia de valor. Adotamos ainda soluções reutilizáveis, tanto nas embalagens de transporte e nas operações logísticas como nos formatos que disponibilizamos aos consumidores, evitando alternativas descartáveis.

Principais materiais consumidos

As tabelas deste capítulo passam a integrar, neste reporte, os consumos de plástico e de papel de utilização única. O consumo de plásticos de utilização única (PUU) era reportado numa tabela própria – que desaparece – e o consumo de papel de utilização única passa a ser discriminado de forma mais detalhada. Devido a esta nova forma de reportar a informação, os valores de 2024 foram recalculados para garantir uma análise correta da evolução dos consumos.

Consumo específico (toneladas/milhão de euros de vendas)	2025	2024	Δ 2025/2024
Todos os materiais	15,58	16,07	-3,0%
Plásticos de utilização única[a]	5,26	5,61	-6,2%

Consumo total de materiais (toneladas)	2025	2024	Δ 2025/2024
Consumo por unidade de negócio	**560.709**	**537.664**	**+4,3%**
Biedronka (Polónia)	431.002	403.552	+6,8%

Consumo total de materiais (toneladas)	2025	2024	Δ 2025/2024
Biedronka (Eslováquia)	260	0	-
Hebe	1.255	1.465	-14,3%
Pingo Doce[b]	67.753	71.777	-5,6%
Recheio	16.214	15.149	+7,0%
Ara	44.225	45.721	-3,3%
Embalagens de Marca Própria e de serviço	**514.829**	**492.517**	**+4,5%**
Papel e cartão	210.673	204.348	+3,1%
Cartão para líquidos[c]	17.825	15.176	+17,5%
Plástico	160.370	158.994	+0,9%
Vidro	96.833	86.740	+11,6%
Aço	23.039	20.349	+13,2%
Outros materiais[d]	6.089	6.910	-11,9%
Outros plásticos de utilização única (PUU)	**29.004**	**28.823**	**+0,6%**
Sacos de caixa	11.388	10.073	+13,1%
Filme de paletização	3.374	3.328	+1,4%
Sacos do lixo	14.028	15.331	-8,5%
Outros PUU[e]	214	91	+135,2%
Outros produtos de papel de utilização única	**16.876**	**16.323**	**+3,4%**
Sacos de caixa	1.520	1.439	+5,6%
Outros produtos descartáveis de papel[f]	1.252	1.218	+2,8%
Papel de escritório	855	953	-10,3%
Folhetos promocionais	12.264	11.464	+7,0%
Publicações	985	1.249	-21,1%

Materiais reciclados incorporados (toneladas)	2025	2024	Δ 2025/2024
Por unidade de negócio	**241.802**	**239.667**	**+0,9%**
Biedronka	196.778	190.776	+3,1%
Biedronka Eslováquia	0	0	-
Hebe	316	224	+41,1%
Pingo Doce[b]	25.782	27.206	-5,2%
Recheio	7.029	6.633	+6,0%
Ara	11.897	14.828	-19,8%
Embalagens de Marca Própria e de serviço	**214.092**	**212.647**	**+0,7%**
Papel e cartão	169.816	168.741	+0,6%
Cartão para líquidos[c]	-	-	-
Plástico	16.570	12.142	+36,5%
Vidro	27.706	31.764	-12,8%
Aço	-	-	-
Outros materiais[d]	-	-	-
Outros Plásticos de Utilização Única	**18.709**	**16.999**	**+10,1%**
Sacos de caixa	8.563	7.399	+15,7%
Filme de paletização	112	113	-0,9%
Sacos do lixo	10.034	9.487	+5,8%
Outros PUU[e]	-	-	-
Outros produtos de papel de utilização única	**9.002**	**10.021**	**-10,2%**
Sacos de caixa	1.066	1.028	+3,7%
Outros produtos descartáveis de papel[f]	-	-	-
Papel de escritório	0	0	-
Folhetos promocionais	7.849	8.987	-12,7%
Publicações	87	6	+1.350,0%

a) Os centros de distribuição, edifícios centrais e camiões utilizados na distribuição de mercadorias em Portugal foram contabilizados no Pingo Doce.
b) Embalagens compósitas utilizadas no acondicionamento de produtos líquidos.
c) Inclui alumínio, madeira e outros materiais.
d) Inclui talheres, agitadores de bebidas, pratos e taças, copos, palhinhas e cotonetes de Marca Própria e de consumo próprio.
e) Inclui pratos e taças, copos, cotonetes e palhinhas de papel de Marca Própria e de consumo próprio.

O consumo total de materiais aumentou 4,3% em 2025, sobretudo devido ao crescimento das embalagens de serviço e de Marca Própria. Nestes tipos de embalagens, os materiais mais utilizados foram papel/cartão, plástico e vidro. O valor específico – materiais consumidos por cada milhão de euros de vendas – diminuiu 3,0% durante o ano.

As embalagens de serviço, as de produtos de Marca Própria e outros artigos de plástico e papel de uso único incorporaram 43,1% de materiais reciclados (menos 1,5 p.p. face a 2024). A incorporação de material reciclado foi de 64,5% nos outros plásticos de utilização única e de 53,3% nos outros produtos descartáveis de papel.

Compromissos do Grupo

Assumimos diversos compromissos decorrentes da nossa subscrição do New Plastics Economy Global Commitment (iniciativa da Fundação Ellen MacArthur e do UNEP - Programa das Nações Unidas para o Ambiente) e da nossa participação no Pacto Português para os Plásticos, no Pacto Polaco para os Plásticos, no Pacto Colombiano para os Plásticos e no Plastic Waste Coalition of Action do The Consumer Goods Forum. O objetivo é reduzir a entrada e saída de recursos utilizados, promovendo a circularidade e, seguindo a hierarquia de gestão de resíduos, incentivando a redução, reutilização e reciclagem.

Compromissos para 2025	Status
Garantir que todas as embalagens de plástico dos produtos de Marca Própria são reutilizáveis ou recicláveis	56,7% das embalagens de plástico dos nossos produtos de Marca Própria são recicláveis (menos 0,4 p.p. do que em 2024)*. Esta percentagem considera os diferentes polímeros e formatos de embalagens de plástico, e a existência e eficácia dos sistemas de triagem e reciclagem nos países onde temos operações. Embora as nossas Companhias tenham mantido o investimento em embalagens que cumprem os princípios de ecodesign, e apesar de haver indústria de reciclagem em vigor, continua a não haver soluções de triagem para alguns fluxos (ex., plásticos flexíveis multicamadas em polipropileno e embalagens rígidas em poliestireno). Como tal, alguns formatos de embalagem de plástico mantêm-se classificados como "não recicláveis" de acordo com a metodologia utilizada, mesmo quando localmente existem circuitos para a triagem e reciclagem *downcycling*. Para aumentar a reciclabilidade das embalagens de plástico das nossas Marcas Próprias, adotamos estratégias de design para a reciclagem, nomeadamente através da eliminação de componentes problemáticos, como o PVC e o EPS, que comprometem a reciclagem ou diminuem a qualidade e o valor do material reciclado. Em 2025, e em linha com o compromisso estabelecido para 2030, 97,2% das nossas embalagens cumpriam os princípios do design para a reciclagem.
Incorporar pelo menos 25% de material reciclado nas embalagens de plástico dos produtos de Marca Própria	Em 2025 foram incorporados 14,4% de polímeros reciclados, mais 2,8 p.p. face a 2024. No total, foram utilizadas mais de 25 mil toneladas de plástico reciclado, um valor 28,4% superior ao do ano anterior.
Reduzir em 10%, face a 2018, o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por cada milhão de euros de vendas	Reduzimos em 45%, face a 2018, o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por cada milhão de euros de vendas.
Reduzir em 15%, face a 2018, o plástico virgem utilizado nas embalagens dos produtos de Marca Própria	Reduzimos em 3,8%, face a 2018, o consumo de plástico virgem utilizado nas embalagens sob nossa responsabilidade.

* Valor calculado através da aplicação da metodologia Recyclability Assessment Tool, da Fundação Ellen MacArthur.
** Inclui embalagens de Marca Própria, de serviço, sacos de caixa e filme de paletização.

Ao longo dos últimos anos, as condições de mercado para a recolha de resíduos de embalagem e a quantidade de plástico reciclado disponível para incorporar em novas embalagens (em especial, de contacto alimentar) pouco evoluíram nos países onde temos operações. Por estes motivos, e tal como temos vindo a referir em antecipação, até ao final de 2025 não foi possível atingir dois dos nossos compromissos relacionados com o plástico:

- assegurar o uso de, pelo menos, 25% de plástico reciclado nas embalagens deste material;
- reduzir a utilização de plástico virgem em 15%, face a 2018.

Em 2025, a Fundação Ellen MacArthur lançou o Global Commitment 2030, tendo sido aceites os compromissos propostos pelo Grupo para a sua Marca Própria:

- reduzir o plástico virgem em embalagens de plástico em 5%, face a 2018;
- aumentar em 20% a incorporação de plástico reciclado nas embalagens;

- garantir que 100% das embalagens de plástico colocadas no mercado são concebidas para serem recicláveis.

Ações para promover a economia circular

[ESRS 2 MDR-A; ESRS E5-2]

MATERIAL

Ecodesign de embalagens

Com praticamente uma década e meia de existência, o projeto de ecodesign de embalagens do Grupo tem como finalidade otimizar as embalagens dos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis, sem comprometer a integridade do produto. Este projeto assenta nos seguintes objetivos:

- reduzir a quantidade de material utilizado;
- promover a circularidade das embalagens através da integração de materiais reciclados na sua composição, e a sua reciclabilidade;
- trabalhar dimensão, peso e formato das embalagens, para que possam transportar mais quantidades de produto em cada viagem.

Desde o lançamento do projeto, em 2011, evitámos a utilização de 59.638 toneladas de materiais, resultado das mais de 2.900 alterações efetuadas – entre estas, destacam-se as mais de 1.200 embalagens com certificação FSC® ou equiparada. Calculamos que a maior eficiência no transporte tenha evitado a emissão de 7.467 toneladas de carbono equivalente.

Em 2025, implementámos 633 projetos de ecodesign de embalagens (435 na Biedronka, 60 na Hebe, 91 no Pingo Doce, 31 na Ara e 16 no Recheio) – o que significa que, desde 2011, intervencionámos 32,7% dos nossos produtos de Marca Própria. Durante o ano, foi ainda possível determinar que 1,2% das nossas embalagens de plástico são reutilizáveis (+0,1 p.p. que em 2024), de acordo com a metodologia proposta pela Fundação Ellen MacArthur para o reporte deste indicador ao Global Commitment.

Solução de reutilização na Ara

O detergente líquido concentrado para roupa "Edén expert" foi lançado com a opção de o cliente adquirir o primeiro *pack* composto por uma garrafa reutilizável de 2 litros e uma saqueta de solução concentrada para diluir. Nas compras seguintes, basta adquirir as saquetas de solução concentrada e diluí-las com água na garrafa reutilizável.

Uma vez que as saquetas contêm solução concentrada, o seu peso (8,27 g) é bastante inferior ao da garrafa (80 g), evitando a venda repetida, e consequentemente a descartabilidade, da garrafa de 2 litros. Em 2025, esta medida evitou a colocação no mercado de 10,7 toneladas de plástico de utilização única.

Ecodesign de embalagens – destaques de 2025

Biedronka – Todas as embalagens de lasanhas Donatello foram simplificadas: ao invés de ser colocado dentro de um invólucro de plástico, o tabuleiro de alumínio passou a ser selado com um filme superior, eliminando todo o filme plástico do antigo invólucro (à exceção da película de selagem). Esta mudança evita a utilização anual de 157 toneladas de plástico flexível.

Pingo Doce – O alho seco inteiro descascado de 130 g foi lançado com uma embalagem composta por um copo de papel com certificação FSC® e uma tampa com a incorporação de 85% de plástico reciclado, o que permitiu poupar cerca de 950 kg de plástico virgem em 2025.

Recheio – A garrafa de leite achocolatado Amanhecer de 200 ml passou a ser produzida com 30% de plástico reciclado, o que permite evitar a utilização anual de mais de 6.200 kg de plástico virgem.

Ara – A eliminação das etiquetas de plástico de 13 artigos de carne fresca traduziu-se numa poupança de 12,3 toneladas de plástico no ano.

Hebe – O papel das embalagens de 60 referências de Marca Própria passou a ter certificação FSC®, o que significa que o papel provém de florestas geridas de forma responsável ou de outras origens controladas.

Embalagens reutilizáveis

Em 2025, as caixas reutilizáveis nas áreas de perecíveis evitaram o uso de 41,6 mil toneladas de embalagens descartáveis, menos 2% do que em 2024.

O Pingo Doce e o Recheio recorrem a uma reserva de caixas para acondicionar e transportar perecíveis entre as cozinhas centrais, os centros de distribuição e as lojas. Através deste sistema, as caixas foram utilizadas mais de 43,6 milhões de vezes. A Biedronka usou caixas reutilizáveis para produtos de padaria 17,8 milhões de vezes e a Ara registou 21,9 milhões de utilizações de caixas reutilizáveis no transporte de água engarrafada, leite, carne, fruta e legumes.

No final do ano, a solução de enchimento de garrafas de plástico reutilizáveis ECO estava implementada em 309 lojas do Pingo Doce, evitando o consumo de 75 toneladas de plásticos de utilização única (menos 27% do que em 2024, devido à redução dos reenchimentos nos formatos de menor volume).

Soluções reutilizáveis para transporte de compras de clientes

Material consumido por tipo de solução	2025	2024	Δ 2025/2024
Sacos de caixa de papel reutilizáveis (toneladas)	**1.520**	**1.439**	**+5,6%**
Biedronka Polónia	1.375	1.221	+12,6%
Biedronka Eslováquia	3	0	-
Hebe	19	16	+18,8%
Pingo Doce	91	95	-4,2%
Recheio	0	0	-
Ara	32	107	-70,1%
Sacos de caixa de plástico reutilizáveis* (toneladas)	**10.893**	****9.815**	**+11,0%**
Biedronka Polónia	7.350	6.468	+13,6%
Biedronka Eslováquia	11	0	-
Hebe	41	43	-4,7%
Pingo Doce	2.417	2.342	+3,2%
Recheio	9	7	+28,6%
Ara	1.065	**955	+11,5%
***Trolleys* (unidades)**	**30.130**	**30.736**	**-2,0%**
Biedronka Polónia	0	0	-
Biedronka Eslováquia	0	0	-
Hebe	0	0	-
Pingo Doce	30.114	30.722	-2,0%
Recheio	16	14	+14,3%
Ara	0	0	-

* Inclui sacos resistentes de diferentes formatos e materiais que permitem várias utilizações.
** Valores corrigidos em função de uma atualização dos cálculos.

Em 2025, a compra de sacos reutilizáveis pelos nossos clientes aumentou 11% face ao ano anterior. A composição destes sacos inclui plástico reciclado pós-consumo (entre 50% e 90%), correspondendo a mais de 8.500 toneladas em 2025. Os sacos de plástico reutilizáveis em polietileno disponíveis na Biedronka e no Pingo Doce passaram a ter certificação Recyclass.

No caso dos sacos de papel, o teor mínimo de materiais reciclados é de 70% na Biedronka e de 50% no Pingo Doce, correspondendo a 1.066 toneladas em 2025. Na Biedronka e na Hebe, o consumo de sacos de papel aumentou, uma vez que, desde 2017, as nossas Companhias não disponibilizam gratuitamente sacos de plástico nas caixas de pagamento.

Promoção de vendas a granel

Para além da comercialização de fruta e legumes ao peso, disponível na maioria das nossas lojas de distribuição alimentar, estendemos esta opção a outras categorias. As lojas Biedronka e Pingo Doce vendem doces e frutos secos a granel. Em 2025, a Biedronka vendeu 30,9 toneladas de produtos a granel (serviço disponível em 100% das lojas) e o Pingo Doce vendeu 74 toneladas (serviço disponível em 40% das lojas). A Ara vende arroz, açúcar, feijão e lentilhas a granel em 154 lojas (9% da rede). Em 2025, foram vendidas 1,5 toneladas destes produtos, menos 72% face a 2024, devido a restrições impostas pelas autoridades colombianas.

Gestão de resíduos

[ESRS E5-5]
[GRI 306-3; GRI 306-4; GRI 306-5]

As nossas atividades produziram mais de 705 mil toneladas de resíduos, um aumento de 11,2% face a 2024 e que se deve ao crescimento das operações e, adicionalmente, ao esforço de todos os anos melhorarmos a metodologia de recolha de informação, nomeadamente no que se refere à tipologia de resíduos indiferenciados. Quando consideradas as toneladas de resíduos produzidos por cada milhão de euros de vendas, registamos um aumento de 3,4% face ao ano anterior.

Resíduos produzidos (toneladas/milhão de euros de vendas)	2025	2024	Δ 2025/2024
Valor específico	19,60	18,96	+3,4%

Resíduos produzidos (toneladas)	2025	2024	Δ 2025/2024
Por unidade de negócio	**705.317**	**634.335**	**+11,2%**
Biedronka Polónia	534.390	475.577	+12,4%
Biedronka Eslováquia	984	0	-
Hebe	1.378	1.296	+6,3%
Pingo Doce	105.862	102.020	+3,8%
Recheio	7.669	7.640	+0,4%
Ara	51.166	44.062	+16,1%
JMA	3.868	3.742	+3,4%
Por tipo de resíduo	**705.317**	**634.335**	**+11,2%**
Cartão e papel	397.665	372.044	+6,9%
Plástico	17.959	17.087	+5,1%
Madeira	2.928	2.634	+11,2%
Orgânicos	147.670	124.941	+18,2%
Indiferenciados	119.129	100.311	+18,8%
Óleos e gorduras alimentares	263	231	+13,9%
Resíduos de tratamento de efluentes	14.769	11.929	+23,8%
Resíduos perigosos	576	433	+33,0%
Outros resíduos	4.358	4.725	-7,8%

Combate ao desperdício alimentar

Assumimos o compromisso de limitar o desperdício alimentar anual a 2,5% do volume de vendas (em toneladas) de géneros alimentares, no período de 2024 a 2026. Este objetivo constitui uma etapa intermédia no nosso contributo para a meta 12.3 do Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis, integrado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

A nossa aposta na transparência reflete-se no facto de termos sido o primeiro retalhista em Portugal a calcular e divulgar publicamente a sua pegada de desperdício alimentar, seguindo a metodologia do Food Loss and Waste Protocol do World Resources Institute (WRI). Este processo garante uma contabilização rigorosa e uma monitorização contínua do desempenho face às metas definidas.

Desperdício alimentar*	2025	2024	Δ 2025/2024
Valores específicos			
Alimentos desperdiçados por alimentos vendidos e desperdiçados (%)	1,8%	1,8%	0 p.p.
Alimentos desperdiçados por alimentos vendidos (em kg/t)	19,4	19,9	-2,5%

Desperdício alimentar*	2025	2024	Δ 2025/2024
Destino			
(kg de alimentos desperdiçados/tonelada de alimentos vendidos)			
Alimentação animal e processamento biológico	1,3	1,4	-7,1%
Digestão anaeróbia, compostagem e combustão controlada	13,2	11,7	+12,8%
Deposição em aterro, incineração e sistemas de tratamento de águas residuais	5,0	6,8	-26,5%
Por unidade de negócio			
(kg de alimentos desperdiçados/tonelada de alimentos vendidos)			
Biedronka	21,8	21,6	+0,9%
Pingo Doce**	17,5	20,0	-12,1%
Recheio	4,7	5,4	-12.4%
Ara	14,0	15,3	-8,5%

* De acordo com o protocolo Food Loss and Waste, é considerado desperdício alimentar qualquer alimento não encaminhado para consumo humano.
** O desperdício alimentar gerado nos centros de distribuição foi contabilizado no Pingo Doce, embora sejam estruturas partilhadas com o Recheio.
Nota: Utilizamos os sistemas internos de contabilização de todas as unidades de negócio para calcular o peso do desperdício alimentar no Grupo e garantir a rastreabilidade das categorias que mais contribuem para esse desperdício. Quando o peso líquido dos produtos não está disponível em quilogramas, recorremos a estimativas.

Em 2025, o desperdício alimentar foi de 19,4 kg por tonelada de alimentos vendidos, uma redução de 2,5% relativamente a 2024. O desperdício alimentar em relação ao volume de vendas de géneros alimentares manteve-se dentro do nosso objetivo para 2024-2026 (2,5%).

A maioria das Companhias registou uma diminuição do indicador do desperdício alimentar face a 2024, com exceção da Biedronka onde se verificou um ligeiro aumento. Em 2025, não foi possível contabilizar o indicador relativo à Biedronka Eslováquia – estamos a trabalhar internamente para que possa ser apresentado no próximo relatório. Ainda assim, a Companhia realiza doações alimentares, assegurando que os produtos são entregues de forma segura a organizações que trabalham com pessoas com necessidades concretas. Continuamos a desenvolver processos internos para reforçar a consistência e a abrangência da informação reportada.

Em 2025, mantivemos as nossas principais iniciativas de combate ao desperdício alimentar e continuámos a explorar novas oportunidades de atuação. A elevada presença de produtos frescos nas nossas lojas – produtos que têm ciclos de vida mais curtos – constitui um desafio permanente para a eficiência operacional. Cerca de 60% do desperdício alimentar gerado nas nossas operações provém de categorias de produtos perecíveis.

As iniciativas que desenvolvemos a montante e jusante da nossa cadeia de valor e nas nossas operações, permitiram recuperar 97,1 mil toneladas de alimentos (face a 83,3 mil toneladas em 2024), o que corresponde a cerca de 64 mil toneladas de dióxido de carbono evitadas. O nosso compromisso é aumentar em 10% a quantidade de alimentos recuperados nas operações próprias e na cadeia de abastecimento em comparação com 2023. Em 2025, a quantidade aumentou 17% face a 2024 e 41% face ao ano de referência (2023).

A doação de excedentes alimentares das lojas e centros de distribuição a instituições de solidariedade é uma das ações que desenvolvemos de forma regular. Em 2025, estas doações corresponderam a 23,3 mil toneladas de alimentos, mais 25% do que em 2024. Para mais informações sobre estas doações, consultar o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subseção 4.2.2. "Comunidades afetadas", ponto "Apoios diretos às comunidades afetadas", neste capítulo. Para garantir a identificação, seleção e separação dos alimentos seguros para serem doados, damos formação específica aos colaboradores.

Continuámos a incorporar alimentos não calibrados (ou legumes “feios”, cujo perfil nutricional é igual ao dos produtos calibrados) nas sopas que produzimos em Portugal e na Polónia, e em produtos de 4.ª gama (vegetais cortados e lavados, prontos a utilizar) vendidos no Pingo Doce e no Recheio. A comercialização de alimentos fora das especificações, como maçãs *kids*, dióspiros ou abóboras, também continuou em vigor. No total, estas iniciativas permitiram evitar o desperdício de cerca de 13 mil toneladas de alimentos no ano. Entre 2015 e 2025, evitámos o desperdício de 149 mil toneladas de alimentos.

O *markdown* está implementado, desde 2019, no Pingo Doce e, desde 2020, na Biedronka. Este projeto consiste na comercialização a preços reduzidos de produtos que se encontram perto do fim do prazo de validade e, em 2025, evitou o desperdício de 12,5 mil toneladas de alimentos em 1.061 lojas. Com base nesta medida, desde 2019 evitámos o desperdício de 51 mil toneladas de alimentos.

A parceria da Biedronka com a Too Good To Go, em vigor desde 2023, passou a estar disponível em 500 lojas. Em 2025, foram entregues 1,5 milhões de sacos, estimando-se que tenha sido evitado o desperdício de 2.200 toneladas de alimentos (menos 3,5% face a 2024).

O Pingo Doce aproveita sobras de frango e leitão assado para incorporar em vários produtos disponíveis no *takeaway*, como pizzas, saladas e sandes – uma iniciativa que evitou o desperdício de 302 toneladas de alimentos em 2025. A venda a preços reduzidos de cabeças de salmão nas peixarias evitou o desperdício de 197 toneladas deste alimento em 2025. É também comercializada fruta cortada, pronta a comer, o que evitou o desperdício de 167 toneladas ao longo do ano. O Pingo Doce corta em metades os frutos de maiores dimensões (melões, melancias, meloas, papaias e abacaxis), para que o cliente compre apenas a quantidade que deseja, evitando o desperdício em loja e em casa.

Simultaneamente, as Companhias lançam folhetos, comunicação específica e ações de sensibilização junto dos consumidores, em loja e nas redes sociais, incluindo a publicação de livros de receitas para o aproveitamento de sobras alimentares.

A JMA também contribui para o combate ao desperdício alimentar, ao incluir subprodutos da indústria alimentar e legumes não calibrados na alimentação do gado da Best Farmer. Em 2025, foram incorporadas cerca de 29 mil toneladas, mais 59% do que no ano anterior. Entre 2018 e 2025, a JMA aproveitou 112 mil toneladas destes alimentos. Em 2025, leitelho proveniente da fábrica da Terra Alegre passou a ser integrado na alimentação de gado da Best Farmer. Esta medida de economia circular permitiu valorizar 454 toneladas daquele subproduto.

Valorização de resíduos das operações

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E5-5]
[GRI 306-4; GRI 306-5]

Como parte da nossa estratégia de economia circular, nas nossas operações é feita a triagem dos resíduos produzidos, procurando sempre soluções que maximizem o seu encaminhamento para operações de valorização. Em 2025, atingimos uma taxa de valorização de 86,5%, mais 1,7 p.p. do que em 2024, enquanto o peso dos resíduos enviados para aterro diminui 2 p.p.

Valorização e destino de resíduos nas operações

Taxa de valorização de resíduos	2025	2024	Δ 2025/2024
Valor global	**86,5%**	**84,8%**	**+1,7 p.p.**
Biedronka	87,6%	90,0%	-2,4 p.p.
Biedronka Eslováquia	94,8%	-	-
Hebe	80,0%	78,4%	+1,6 p.p.
Pingo Doce	86,7%	65,2%	+21,5 p.p.
Recheio	81,3%	70,3%	+11,0 p.p.
Ara	75,2%	75,7%	-0,5 p.p.
JMA	93,7%	92,4%	+1,3 p.p.
Métodos de gestão dos resíduos	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Valorização*	86,5%	84,8%	+1,7 p.p.
Aterro	12,7%	14,7%	-2,0 p.p.
Incineração (sem valorização energética)	0,0%	0,0%	0.0 p.p.
Outros destinos sem valorização	0,7%	0,4%	+0,3 p.p.

*Inclui encaminhamento para reciclagem, valorização orgânica e incineração com valorização energética.

O aumento das taxas de valorização no Pingo Doce e no Recheio resultou dos esforços para melhorar a recolha de dados reais, reduzindo a dependência de informação extrapolada. Adicionalmente, um dos nossos operadores de gestão de resíduos iniciou um processo inovador de segregação de resíduos orgânicos, permitindo valorizar resíduos anteriormente destinados a aterro.

Valorização de resíduos de clientes

[ESRS 2 MDR-M]
[GRI 301-3; GRI 306-2; GRI 306-3; GRI 306-4]

Para além da segregação de resíduos para valorização nas nossas operações, disponibilizamos soluções (como ecopontos e outros sistemas de recolha de resíduos) que facilitam a separação de resíduos pelos nossos clientes:

- recolha de pequenos eletrodomésticos, óleo de cozinha usado e lâmpadas em 98% da rede Pingo Doce;
- recolha de pilhas usadas em todas as lojas Recheio e Pingo Doce;
- recolha de pequenos eletrodomésticos e pilhas usadas em 99% das lojas da Biedronka;
- recolha de pilhas usadas em 71% das lojas da Ara;
- recolha e valorização de cápsulas de café nas lojas do Pingo Doce (este projeto permitiu entregar 1.594 euros a instituições de solidariedade).

O sistema de depósito e reembolso é um incentivo à devolução de embalagens de bebidas de uso único (garrafas de plástico e latas) que está a ser aplicado em diversos países. Na Eslováquia, o sistema foi implementado desde o início da operação da Biedronka, em março de 2025, permitindo a recolha de mais de 1 milhão de embalagens (garrafas de plástico e latas) durante o ano. Na Polónia, o sistema teve início em outubro, tendo a Biedronka recolhido mais de 183 mil embalagens através de recolha automática ou manual.

O Recheio, em parceria com a Novo Verde (empresa gestora de resíduos de embalagem), promove a separação de resíduos de embalagens de plástico e de metal pelos clientes do canal HoReCa numa das suas lojas. Entre maio de 2023 e janeiro de 2026, foram recolhidas 257 toneladas de resíduos. O Pingo Doce é parceiro de um projeto promovido pelo município de Mafra (arredores de Lisboa) que incentiva os consumidores a devolverem embalagens de bebidas. Desde o lançamento desta iniciativa, em 2019, foram recolhidas 163 toneladas de materiais como PET, vidro e alumínio.

Resíduos recolhidos nas lojas (toneladas)	2025	2024	Δ 2025/2024
Pingo Doce	**605,64**	**626,08**	**-3,3%**
Pilhas	21,09	19,05	+10,7%
REEE*	70,42	46,21	+52,4%
Óleos alimentares usados	63,87	64,63	-1,2%
Cápsulas de café	450,25	496,19	-9,3%
Recheio	**1,95**	**2,15**	**-9,3%**
Pilhas	0,00	0,76	-100,0%
Cápsulas de café	1,95	1,39	+40,3%
Biedronka	**367,72**	**349,24**	**+5,3%**
Pilhas	346,24	318,70	+8,6%
REEE*	21,47	30,54	-29,7%
Hebe	**0,36**	**0,05**	**+620,0%**
Pilhas	0,36	0,05	+620,0%
Ara	**23,85**	**28,52**	**-16,4%**
Pilhas	0,22	0,16	+37,5%
Óleos alimentares usados	0,30	0,07	+328,6%
REEE*	23,34	28,28	-17,5%

* REEE - Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T; ESRS E5-3]

MATERIAL

Os nossos compromissos relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade” deste capítulo.

3.2.3. Recursos hídricos e marinhos

NON-MATERIAL

[ESRS 2 MDR-A; ESRS E3-2]

Em linha com a estratégia de expansão e crescimento das nossas operações, implementamos um conjunto de ações que procuram promover a redução do consumo de água e mitigar o risco de escassez nas regiões onde operamos, sobretudo nas que enfrentam maior stress hídrico. É por isso que o nosso plano de remodelações e aberturas inclui a adoção de medidas como:

- a instalação de redutores de caudal;
- a utilização de torneiras com temporizadores;
- a recolha de águas pluviais para utilização em rega ou lavagem de equipamentos;
- o tratamento das águas residuais para prevenir a deterioração da qualidade da água, entre outras.

Adicionalmente, promovemos a adoção de medidas específicas para a nossa operação agroalimentar, nas quais se incluem:

- o investimento nas unidades agropecuárias em tecnologias de deteção de necessidades de rega com base na meteorologia e humidade do solo;
- a adoção de rega noturna ou gota-a-gota para minimizar perdas por evaporação nas unidades agrícolas;
- a incorporação de fruta e vegetais fora de calibre e de subprodutos da indústria alimentar na dieta dos animais, que contêm altos teores de humidade, reduzindo desta forma o consumo de água para abeberamento.

Complementamos estas medidas com ações de sensibilização junto dos nossos colaboradores, nomeadamente através dos projetos “Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia” no Pingo Doce e Recheio, “Todos pelo Ambiente” no Pingo Doce e “Let’s Go Green” nos edifícios de escritórios em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Estes projetos encontram-se descritos na secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Apoio a projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas”, neste capítulo.

A par das nossas operações, também implementamos medidas de otimização do consumo de água e de melhoria da qualidade da água nas nossas cadeias de abastecimento. O projeto de agricultura sustentável, que promovemos junto dos nossos fornecedores de fruta e legumes desde 2014, ou as auditorias ambientais, nas quais avaliamos quer o consumo de água quer a forma como os nossos fornecedores e prestadores de serviços reduzem eventuais impactos de poluição da água, são dois exemplos relevantes. Estas iniciativas são detalhadas no subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.2 “Sensibilização e formação a fornecedores”. Informação sobre a nossa Estratégia de Pescado Sustentável encontra-se detalhada neste subcapítulo, na subseção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Estratégia de Pescado Sustentável”.

Consumo de água

NON-MATERIAL

[ESRS 2 MDR-M; ESRS E3-3: E3-4]

Captação e reciclagem de água

Captação total (m^3/milhar de euros de vendas)	2025	2024	Δ 2025/2024
Valor específico global	0,229	0,189	+21,2%
Valor específico (Distribuição)	0,102	0,102	+0,0%
Valor específico (Agroalimentar)	27,284	20,386	+33,8%

Captação total (m^3)	2025	2024	Δ 2025/2024
Captação de água por fonte**	**8.265.110**	***6.326.582**	**+30,6%**
Rede municipal e privada	7.595.760	*6.014.013	+26,3%
Água subterrânea	533.718	294.000	+81,5%
Água superficial (inclui água da chuva)	135.632	18.569	+630,4%
Captação de água por unidade de negócio			
Pingo Doce	1.835.513	1.761.136	+4,2%
Recheio	86.040	84.192	+2,2%

Captação total (m^3)	2025	2024	Δ 2025/2024
Biedronka (Polónia)	960.785	974.441	-1,4%
Biedronka (Eslováquia)	13.642	-	-
Hebe	23.487	23.728	-1,0%
Ara	750.571	561.144	+33,8%
JMA	4.584.091	2.910.400	+57,5%
Hussel/Jeronymo***	10.982	11.541	-4,8%

Água reciclada (m^3)	2025	2024	Δ 2025/2024
Água reciclada total****	3.287	2.828	+16,2%

* Valor revisto para desagregar as Companhias Hussel e Jeronymo.
** A totalidade do volume captado corresponde a água doce.
*** Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, o consumo de água da Hussel e da Jeronymo foram estimadas com base nos custos e aplicação do preço médio publicado pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).
**** Apenas na Ara.

Em 2025 reduzimos em 24% o volume de água captada nas atividades de distribuição, por 1.000 euros de vendas, em comparação com 2021, mais do que ultrapassando a nossa meta para 2026 (reduzir o volume de água captada nas atividades de distribuição em 10%, em função das vendas, face a 2021).

Não obstante, reconhecemos um aumento significativo da captação de água em termos absolutos (mais 30,6%), que se justifica em parte pelo crescimento das nossas operações, mas sobretudo por uma maior captação nas redes municipais e privadas destinada para fins agrícolas, resultante da inclusão de novos negócios na JMA. A expansão da atividade de frutas e vegetais, nomeadamente de produção de laranja, toranja e mandarina tango, reflete um aumento da captação de água (mais 57,5%).

Também por estes motivos, em 2025 intensificámos o investimento em tecnologias de reaproveitamento de água. Registámos por isso um aumento de água reaproveitada pela JMA, fruto da maior utilização da água das charcas para abeberamento animal na Best Farmer. Destacamos ainda um aumento no reaproveitamento da água da chuva nos estabelecimentos da Ara e do Pingo Doce.

As nossas atividades de distribuição registaram um aumento de 7,8% da captação de água em termos absolutos face a 2024, o que se justifica pela abertura de mais de 400 lojas. Na Ara, o aumento do consumo (+33,8% face a 2024) está associado ao aumento do número de lojas em 2025 (mais 215 novas lojas no ano).

O valor específico de captação nas atividades de distribuição por 1.000 euros de vendas mantém-se nos 0,102 m^3 em 2025, em linha com a aposta crescente na área dos frescos e nas soluções de conveniência que temos vindo a implementar, das quais são exemplos a expansão das seções de talho e charcutaria na Biedronka ou as secções de Comida Fresca Pingo Doce (restaurantes, *ready meals* e *takeaway*).

Cerca de 90% da água captada para as nossas atividades veio de redes municipais ou de fornecedores privados. Os restantes 10% tiveram origem em captações subterrâneas e superficiais, para as quais detemos as licenças necessárias, sendo utilizadas em operações menos exigentes, como regas e sistemas de refrigeração.

Rejeição de águas [GRI 303-2; GRI 303-4]

Total de águas residuais (m^3)	2025	2024	Δ 2025/2024
Águas residuais por tipo de destino**	**3.155.326**	***2.936.369**	**+7,5%**
Saneamento municipal	3.098.368	*2.883.408	+7,5%
Meio natural	56.958	52.961	+7,5%
Águas residuais por unidade de negócio			
Pingo Doce	1.468.411	1.408.909	+4,2%
Recheio	68.832	67.353	+2,2%
Biedronka (Polónia)	768.628	779.553	-1,4%
Biedronka (Eslováquia)	10.914	-	-
Hebe	18.789	18.983	-1,0%
Ara	600.457	448.915	+33,8%
JMA	210.510	203.423	+3,5%
Hussel/Jeronymo***	8.785	9.233	+4,9%

* Valor revisto para desagregar as Companhias Hussel e Jeronymo.
** Estima-se que a água potável represente menos de 0,5% do volume rejeitado.
*** Para cálculo dos indicadores ambientais reportados neste subcapítulo, o consumo de água da Hussel e da Jeronymo foram estimadas com base nos custos e aplicação do preço médio publicado pela ERSAR (Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos).

As descargas diretas de águas residuais no meio natural são previamente tratadas nos locais onde são geradas, ao abrigo das licenças que nos são atribuídas e de acordo com a legislação local. Em 2025, representam 1,8% do volume total de águas residuais gerado pelo Grupo, um valor praticamente idêntico ao do ano anterior, apesar da expansão das nossas operações.

No setor da distribuição, a Ara regista a maior variação de volume de água descarregada, em coletor municipal, derivado do aumento do número de lojas durante o ano 2025 e, consequentemente, do maior consumo de água nas lojas.

O incremento da quantidade de água rejeitada para meio natural (+7,5%) justifica-se pelo aumento de atividade nos negócios da JMA, Pingo Doce e Recheio. Esta rejeição é feita após passagem por estações de tratamento de águas residuais.

Consumo de água* [GRI 303-1; GRI 303-5]

Consumo de água por unidade de negócio (m^3)	2025	2024	Δ 2025/2024
Total	**5.109.784**	**3.390.213**	**+50,7%**
Pingo Doce	367.102	352.227	+4,2%
Recheio	17.208	16.839	+2,2%
Biedronka (Polónia)	192.157	194.888	-1,4%
Biedronka (Eslováquia)	2.728	-	-
Hebe	4.697	4.745	-1,0%
Ara	150.114	112.229	+33.8%
JMA	4.373.580	2.706.977	+61,6%
Hussel/Jeronymo	2.196	2.308	-4,8%

* O consumo de água foi calculado de acordo com as diretrizes da metodologia Global Reporting Initiative (GRI), que define o consumo de água como a diferença entre o volume de água extraído e o volume de descargas de água.

Stress hídrico [GRI 303-1; GRI 303-2]

Todos os anos avaliamos o stress hídrico associado às captações de água das nossas operações. Esta análise permite avaliar a nossa exposição ao risco de escassez de água potável. Para tal, recorremos ao mapeamento das localizações físicas dos estabelecimentos das Companhias e ao modelo *Aqueduct: Baseline Water Stress Class do World Resources Institute* (WRI).

Classe de stress hídrico	Água captada (m^3)		Água rejeitada (m^3)		Água consumida (m^3)*
	Rede municipal e privada	Água subterrânea e superficial	Saneamento municipal	Meio natural	
Total	**7.595.760**	**669.350**	**3.098.368**	**56.958**	**5.109.784**
Baixo	1.049.337	32.471	847.077	18.370	216.361
Baixo a médio	765.626	301.473	269.810	24.697	772.592
Médio a elevado	3.000.780	203.202	533.907	0	2.670.075

Classe de stress hídrico	Água captada (m^3)		Água rejeitada (m^3)		Água consumida (m^3)*
	Rede municipal e privada	Água subterrânea e superficial	Saneamento municipal	Meio natural	
Elevado	328.738	39.196	294.328	19	73.587
Extremamente elevado	2.451.280	93.008	1.153.247	13.872	1.377.169
Árido	0	0	0	0	0
Sem informação	0	0	0	0	0

* O consumo de água foi calculado de acordo com as diretrizes da metodologia Global Reporting Initiative (GRI), que define o consumo de água como a diferença entre o volume de água extraído e o volume de descargas de água.

Em 2025, 35% do total da água captada (2.912.221 m^3) apresentou um nível de stress hídrico compreendido entre as classes "Extremamente elevado" e "Elevado", o que representa um aumento de 69% face ao mesmo indicador em 2024. Este crescimento reflete a inclusão de novas explorações agrícolas da JMA, que, em resultado da variedade produzida e da localização específica da exploração em território português, têm uma maior propensão para um aumento do risco de stress hídrico, em linha com a natureza desta atividade. No que concerne à água rejeitada, o volume para as classes de risco "Extremamente elevado" e "Elevado" é de 1.461.466 m^3, correspondendo a 46% do total rejeitado. Este valor representa um aumento de 4% face a 2024.

Com o objetivo de melhorar a eficiência na utilização da água e gerir a sua escassez durante os períodos de baixa precipitação, a JMA elaborou em 2024 um Plano de Gestão da Água, que procura igualmente dar resposta ao desafio que as alterações climáticas colocam sobre a disponibilidade deste recurso escasso. Em 2025, e em cumprimento com o roteiro definido, a JMA deu início à monitorização dos furos de água existentes nas unidades de produção agroalimentar. Ao mesmo tempo, investiu:

- na instalação/renovação de sistemas de tratamento de águas e de águas residuais (ETAR e separadores de hidrocarbonetos) nos seus estabelecimentos;
- na instalação de uma nova central de rega;
- na aquisição de sensores de humidade nas unidades agroalimentares, que contam com tecnologias de deteção de necessidades de rega baseadas na meteorologia e na humidade do solo.

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T; ESRS E2-3]

N-M NON-MATERIAL

Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo.

3.2.4. Biodiversidade e ecossistemas

NON-MATERIAL

[ESRS 2 IRO-1]
[GRI 101-1; GRI 101-2; GRI 101-4; GRI 101-5; GRI 101-6]

A biodiversidade desempenha um papel importante na construção de sistemas alimentares sustentáveis, pois constitui a base dos ecossistemas que asseguram os serviços essenciais à produção agrícola. Para nós, a sua proteção não é apenas uma responsabilidade, mas também uma prioridade estratégica, indispensável para garantir a continuidade do negócio a longo prazo. Esta ambição está alinhada com os objetivos estabelecidos na COP 15 das Nações Unidas, que reforçam a necessidade de uma ação empresarial robusta e baseada na ciência para travar a perda de biodiversidade e promover a regeneração dos ecossistemas.

Temos vindo a aprofundar a identificação e avaliação dos riscos e oportunidades associados à natureza, tanto nas nossas operações como na cadeia de valor. Tendo por base a metodologia Ecosystem Services Review (ESR)[35], desenvolvida pelo World Resources Institute (WRI), iniciámos este caminho em 2010 com a identificação sistemática dos riscos relacionados com os diferentes serviços dos ecossistemas.

Procuramos alinhar as nossas práticas com os objetivos do Quadro Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal, nomeadamente no que diz respeito ao apoio a projetos locais de preservação da biodiversidade nos países onde temos operações de maior dimensão e longevidade.

Este compromisso integra-se numa ambição *nature positive* que vem sendo construída há mais de uma década, e que se traduz nas nossas estratégias de combate à desflorestação, de promoção de pescado sustentável, na disponibilização de produtos com certificações que favorecem a proteção e regeneração da biodiversidade (ex., RSPO, RTRS, Global G.A.P. e FSC®) e no aprofundamento de práticas que elevam os padrões de bem-estar animal. Para além disso, em 2025 demos os primeiros passos para a adoção das recomendações da Taskforce on Nature-related Financial Disclosures (TNFD)[36] e o desenvolvimento do Plano de Transição para a Biodiversidade do Grupo Jerónimo Martins.

Reconhecendo a forte interligação entre a natureza e o clima – e a necessidade de abordagens integradas que permitam responder a fatores de risco comuns –, desenvolvemos sinergias entre as estratégias destes dois domínios, em alinhamento com as recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD)[37].

Gestão de impactes, riscos e oportunidades associados à biodiversidade

[ESRS 2 IRO-1]

Em resposta à crescente pressão regulatória em matéria de sustentabilidade, ao aumento das expectativas dos *stakeholders* quanto à divulgação transparente das estratégias de gestão da biodiversidade e aos crescentes desafios que a perda de biodiversidade pode causar nos ecossistemas, iniciámos, em 2025, a nossa primeira avaliação estruturada das interações com a natureza, alinhada com as recomendações da TNFD.

O primeiro passo consistiu na análise das localizações dos ativos do Grupo, com o objetivo de identificar os estabelecimentos situados em áreas consideradas relevantes para a biodiversidade a nível nacional e internacional, com recurso à base de dados *World Database of Protected Areas* (WDPA). Posteriormente, foram mapeados[38] os impactes e dependências relacionados com a natureza e identificados os potenciais riscos materiais[39] para as nossas atividades e as da restante cadeia de valor. Este mapeamento abrangeu as seis maiores empresas do Grupo em volume de vendas (Biedronka, Pingo Doce, Ara[40], Recheio, Hebe e JMA), tendo sido considerados os mercados da Polónia, Portugal, Colômbia e Marrocos.

[35] Esta metodologia foi posteriormente atualizada em 2014.
[36] A *Taskforce on Nature-related Financial Disclosures* (TNFD) é uma iniciativa global que visa promover a integração na estratégia empresarial de riscos e oportunidades relacionados com a natureza.
[37] Ver secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", neste subcapítulo.
[38] Mapeamento realizado com base na metodologia LEAP da TNFD e recorrendo a ferramentas como o ENCORE, o WRI Aqueduct Water Risk Atlas e o WWF Biodiversity Risk Filter.
[39] Considera-se que um risco é material quando apresenta uma classificação igual ou superior a "Médio", numa escala que varia entre "Muito Baixo" e "Muito Alto", refletindo assim um nível de relevância que justifica a sua integração nos processos de gestão do Grupo.
[40] Inclui operação da Bodega del Canasto (70 lojas em 2025).

Ativos localizados em áreas relevantes para a biodiversidade

A utilização da WDPA permite-nos identificar os ativos situadas em áreas legalmente protegidas, Reservas da Biosfera da UNESCO e sítios Ramsar[41]. Das mais de 6.500 instalações do Grupo situadas nos países em análise, apenas 7% se encontra em sobreposição com áreas protegidas:

- Portugal – 2% das instalações em áreas protegidas (tipologias: lojas de retalho alimentar e explorações de aquacultura);
- Polónia – 9% das instalações em áreas protegidas (tipologias: lojas de retalho alimentar, lojas de retalho especializado e centros de distribuição);
- Colômbia – 4% das instalações em áreas protegidas (tipologias: lojas de retalho alimentar, lojas de comércio grossista e centros de distribuição);
- Marrocos – não foram identificadas instalações em áreas protegidas.

Mesmo em localizações situadas em áreas protegidas, as nossas infraestruturas cumprem os requisitos legais em matéria ambiental e, na sua grande maioria, estão inseridas na malha urbana. O Grupo obtém de antemão as devidas autorizações de construção e exploração, colaborando com as entidades governamentais no sentido de assegurar a conservação dessas áreas.

Impactes e dependências

A análise preliminar feita com recurso à ferramenta ENCORE[42], ainda sujeita a refinamento, indica que tanto os impactes potenciais da perda de biodiversidade como as dependências são mais significativos a montante da cadeia de valor do que nas operações próprias.

Dimensão	Operações próprias	Cadeia de abastecimento
Impactes	• Sobre-exploração de recursos; • Alterações climáticas; • Poluição[43].	• Alteração do uso do solo, água e mar; • Sobre-exploração de recursos; • Alterações climáticas; • Dispersão de espécies invasoras e outras perturbações. • Poluição[25]
Dependências	• Serviços de regulação.	• Serviços de aprovisionamento[44]; • Serviços de regulação.

Riscos e oportunidades

A análise preliminar da identificação de riscos relacionados com a biodiversidade[45] associados às nossas atividades nos países avaliados permitiu identificar como relevantes:

- Pressões na biodiversidade (risco físico) na Colômbia, em Marrocos, na Polónia e em Portugal;
- Serviços de regulação-mitigação[46] (risco físico) na Colômbia e em Portugal;
- Serviços de regulação e suporte-viabilização[47] (risco físico) na Colômbia;
- Riscos reputacionais na Colômbia e em Marrocos.

No que diz respeito à gestão da água[48] enquanto recurso crítico, foi possível identificar os seguintes riscos:

- Disponibilidade de água em Portugal;
- Qualidade da água na Polónia;
- Riscos reputacionais na Colômbia.

[41] Sítios Ramsar são Zonas Húmidas de Importância Internacional designadas pelos países ao abrigo da Convenção de Ramsar, um tratado global criado para promover a conservação e o uso racional das zonas húmidas. Estes sítios integram uma rede internacional essencial para a biodiversidade e são reconhecidos pela Convenção por manterem componentes, processos e serviços ecológicos fundamentais, adquirindo assim um estatuto reforçado de proteção a nível nacional e internacional.
[42] O ENCORE é uma ferramenta que ajuda a relacionar atividades económicas com as suas dependências e impactos sobre o capital natural. Utiliza classificações setoriais baseadas em códigos ISIC para identificar pressões ambientais materiais.
[43] No âmbito do ENCORE e da categorização de pressões utilizada pela Science-Based Targets Network (SBTN), a poluição refere-se às emissões de poluentes atmosféricos sem efeito de estufa, às emissões de contaminantes tóxicos e de nutrientes para o solo e para a água, bem como à produção de resíduos sólidos.
[44] Recursos naturais fornecidos pelos ecossistemas – como água, madeira, espécies silvestres e pescado – que servem de matéria-prima para a produção.
[45] Recorrendo à ferramenta WWF Biodiversity Risk Filter.
[46] Refere-se à capacidade dos ecossistemas de reduzir a exposição a perigos naturais, tais como incêndios florestais, deslizamentos de terras, pragas ou calor extremo, que protege as operações e diminui a exposição a riscos físicos desta natureza.
[47] Refere-se aos serviços dos ecossistemas que viabilizam os processos produtivos, incluindo o cultivo de culturas agrícolas ou a criação de animais. Esta categoria de risco inclui cinco dos principais serviços dos ecossistemas de viabilização para diversos tipos de indústrias: condição do solo, condição da água, condição do ar, condição dos ecossistemas e polinização.
[48] Recorrendo à ferramenta WRI Aqueduct Water Risk Atlas.

Os resultados obtidos reforçam a relevância das iniciativas que temos em curso, nomeadamente no combate às alterações climáticas e à desflorestação. Em 2026, pretendemos melhorar a avaliação dos riscos e oportunidades associados à biodiversidade e aos ecossistemas, incluindo a identificação e quantificação dos respetivos efeitos financeiros, uma etapa que permitirá incorporar também as oportunidades ainda não identificadas. Paralelamente, avançaremos no desenvolvimento de metas e métricas alinhadas com a TNFD, estabelecendo linhas de base que assegurem uma monitorização consistente do desempenho e a integração progressiva destes temas na gestão e reporte do Grupo.

Iniciativas e ações para redução de impactes e proteção da biodiversidade

Com o objetivo de reduzir os impactes da sua atividade e contribuir para a proteção da biodiversidade nos países onde operamos, o Grupo Jerónimo Martins desenvolve um conjunto de iniciativas concretas às quais se juntam apoios monetários quer de natureza continuada quer de carácter pontual. Na tabela abaixo apresentamos uma breve descrição das ações mais relevantes, enquadrando o seu âmbito na nossa cadeia de valor (montante, operações próprias ou jusante) e nas políticas internas que as suportam, procurando assegurar uma convergência com os objetivos do Grupo. Cada ação é classificada com base nos quatro níveis de hierarquia de mitigação AR3T[49] - evitar, reduzir, restaurar & regenerar e transformar - propostos pela Science-Based Targets Network (SBTN), que estabelece uma ordem de prioridades para lidar com os efeitos negativos das empresas sobre a biodiversidade e os ecossistemas.

Iniciativa	Âmbito na cadeia de valor	Ações	Hierarquia de mitigação	Políticas associadas
Combate à desflorestação	Montante Operações próprias	Garantir que o óleo de palma, a soja, o papel, a madeira e a carne de bovino presentes nas nossas Marcas Próprias e produtos perecíveis não estão associados à desflorestação ou à conversão de ecossistemas (DCF – Livre de Desflorestação e Conversão).	Evitar	Política Ambiental Política de Compras Sustentáveis Código de Conduta de Fornecedores
		Priorizar o sourcing com certificação de sustentabilidade (e.g. RSPO, RTRS, FSC®), sempre que as *commodities* são provenientes de origens de risco não-negligenciável.	Evitar Reduzir	
		Aumentar a rastreabilidade das *commodities* até ao nível do país ou região de origem.		
	Jusante	Investir em iniciativas *multi-stakeholder*, com o objetivo de apoiar a preservação e a regeneração de ecossistemas – Paisagens sustentáveis no Mato Grosso (Brasil).	Restaurar & Regenerar Transformar	Política Ambiental
Pescado Sustentável	Montante	Identificar as principais espécies e zonas FAO, avaliar o estado de conservação da IUCN das relativo a espécies e dosa stocks de espécies que representam ≥80% do volume de vendas das Companhias do Grupo.	Evitar Reduzir	Política Ambiental Política de Compras Sustentáveis Código de Conduta de Fornecedores
	Operações próprias	Garantir o alinhamento das equipas de *sourcing* com a Estratégia de Pescado Sustentável do Grupo.		
	Montante	Assegurar a rastreabilidade das embarcações que fornecem espécies de atum ao Grupo.		
		Avaliar as artes de pesca e os seus impactes nos ecossistemas marinhos.		

[49] O Action Framework (AR3T), desenvolvido pela SBTN e assente na hierarquia de mitigação, constitui uma abordagem estruturada para gerir os impactos ambientais das empresas. Este enquadramento define uma ordem de prioridades para lidar com os efeitos negativos das empresas sobre a biodiversidade e os ecossistemas. Deste modo, orienta as empresas a: Evitar e Reduzir as pressões que conduzem à perda de natureza; Regenerar&Restaurar os ecossistemas, permitindo que a natureza recupere; Transformar os sistemas subjacentes nos quais as empresas operam, abordando as causas estruturais da degradação da natureza.

Iniciativa	Âmbito na cadeia de valor	Ações	Hierarquia de mitigação	Políticas associadas
Agricultura Sustentável[50]	Montante	Partilhar boas práticas agrícolas com fornecedores de fruta, legumes e flores nas explorações agrícolas em Portugal.	Evitar	Política Ambiental Política de Compras Sustentáveis Código de Conduta de Fornecedores
		Calcular o índice de sustentabilidade das explorações dos nossos fornecedores e avaliar o seu grau de alinhamento com as várias dimensões ambientais, agronómicas, económicas e sociais.	Evitar Reduzir	
Sensibilização, preservação da biodiversidade e regeneração de ecossistemas[51]	Jusante	Apoiar projetos alinhados com o Quadro Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal, em Portugal, na Polónia e na Colômbia, os países onde temos as operações de maior dimensão.	Evitar Reduzir Restaurar & Regenerar	Política Ambiental
Combate às alterações climáticas[52]	Operações próprias	Investir em tecnologias de geração de energia a partir de fontes renováveis (e.g. painéis fotovoltaicos).	Evitar Reduzir	Política Ambiental Plano de Transição Climática
		Transitar para gases de refrigeração naturais e com baixo potencial de aquecimento global.		
		Investir em tecnologias e equipamentos com maior eficiência energética.		
		Promover a economia circular[53].		
		Transitar de combustíveis fósseis para soluções alternativas de baixo carbono e aumentar a eficiência logística.		
Minimização da poluição[54]	Operações diretas	Monitorizar as normas internas de gestão ambiental através de auditorias internas às nossas lojas, armazéns, centros de distribuição e unidades operacionais.	Evitar Reduzir	Política Ambiental
		Aumentar o número de estabelecimentos com certificação (ex., ISO 14001 e Global GAP).		
	Montante	Realizar auditorias ambientais aos nossos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria e aos nossos prestadores de serviços.		

[50] Para mais informações ver subsecção 5.2.2. “Sensibilização e formação a fornecedores”.
[51] A adoção desta iniciativa não resulta de impactes diretos da atividade do Grupo.
[52] Para mais informações ver subsecção 3.2.1. “Alterações climáticas”, neste capítulo.
[53] Para mais informações ver subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, neste capítulo.
[54] Para mais informações ver subsecção 3.2.5. “Poluição”, neste capítulo.

Iniciativa	Âmbito na cadeia de valor	Ações	Hierarquia de mitigação	Políticas associadas
Gestão da água[55]	Operações próprias	Implementar boas-práticas na utilização de recursos hídricos nas nossas operações.	Evitar Reduzir	Política Ambiental
		Implementar um plano de mitigação e adaptação para melhorar a eficiência na utilização da água e gerir a sua escassez durante os períodos de baixa precipitação nas unidades da JMA.		
	Montante	Realizar auditorias ambientais aos nossos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria e aos nossos prestadores de serviços.		
Certificações de sustentabilidade	Operações próprias	Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de marcas próprias e de perecíveis com certificações de sustentabilidade[56].	Evitar Reduzir	Política Ambiental Política de Compras Sustentáveis Código de Conduta de Fornecedores
	Montante	Promover a certificação de sustentabilidade dos nossos fornecedores (ex.,. RSPO, RTRS, Global G.A.P.)[57].		

Adicionalmente, participamos em iniciativas empresariais voluntárias, nacionais e internacionais, que contribuem para o desenvolvimento de políticas e práticas de sustentabilidade com foco na proteção da biodiversidade, consistentes com a nossa matriz de valores, os compromissos públicos assumidos por nós e as ações implementadas nos países onde operamos.

Combate à desflorestação

N-M NON-MATERIAL

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M; E3-3; ESRS E4-1; ESRS E4-3; ESRS E4-4]
[GRI 101-2; GRI 101-4]

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a principal causa da destruição de florestas tropicais é a expansão das atividades agrícolas. A desflorestação e a conversão do uso do solo continuam a ser os fatores que mais contribuem para a perda de áreas florestais e de biodiversidade.

Enquanto retalhistas alimentares, reconhecemos que grande parte das nossas cadeias de abastecimento depende de matérias-primas com origem agrícola, direta ou indiretamente ligadas às florestas. A proteção dos ecossistemas terrestres com Alto Valor de Conservação (AVC) contribui para o sequestro de carbono, bem como para regular o clima.

Por estes motivos, desde 2019 que fazemos parte da Forest Positive Coalition of Action (FPCoA), iniciativa do The Consumer Goods Forum, com o objetivo de reforçar a gestão responsável das matérias-primas mais associadas à desflorestação. Este compromisso abrange os produtos das nossas Marcas Próprias e os artigos perecíveis que utilizam óleo de palma, papel e madeira, soja ou carne bovina na sua composição. A coligação atua como uma plataforma de mobilização para que as empresas implementem medidas coordenadas e individuais que visem eliminar a desflorestação e a conversão de ecossistemas nas cadeias de abastecimento destas quatro *commodities*. Paralelamente, esta coligação promove a adoção de práticas de gestão sustentável, conservação e recuperação das florestas, garantindo que estes esforços são alinhados com o respeito pelos direitos humanos.

[55] Para mais informações ver subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”, neste capítulo.
[56] Para mais informações ver subponto “Ingredientes, produtos e embalagens certificados”, na subsecção 4.2.3 “Consumidores e utilizadores finais”, neste capítulo.
[57] Para mais informações ver subsecção 3.2.4 “Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Combate à desflorestação”; subsecção 4.2.4 “Trabalhadores na cadeia de valor”, ponto “Certificações de sustentabilidade”; e subsecção 5.2.2. “Sensibilização e formação a fornecedores”, neste capítulo.

Compromisso com o combate à desflorestação distinguido em 2025

Em 2025, atingimos um importante marco na avaliação e reconhecimento independentes das boas práticas de sustentabilidade e de cidadania corporativa. Fomos distinguidos pelo CDP (Disclosure Insight Action) com a classificação máxima (A) na gestão das *commodities* associadas ao risco de desflorestação (programa Forests), nomeadamente óleo de palma, soja, carne bovina e papel/madeira.

É a primeira vez a nível global que um retalhista alimentar multinacional alcança este nível de distinção, o que atesta a robustez e a consistência dos nossos compromissos e ações nesta matéria.

Embora tenhamos assumido o compromisso de garantir que, até ao final de 2025, o óleo de palma, a soja, o papel e a madeira, e a carne bovina presentes nos produtos das nossas Marcas Próprias e perecíveis fossem livres de desflorestação e de conversão de ecossistemas (DCF - Deforestation and Conversion Free, na sigla inglesa), constatamos que, apesar dos esforços que temos vindo a desenvolver com os nossos fornecedores, ainda não foi possível atingir integralmente esta meta.

Nesse sentido, estamos a alinhar os próximos passos com a FPCoA, reconhecendo que o cumprimento integral dos objetivos DCF exige um percurso contínuo e estruturado, assente na rastreabilidade, na monitorização, no *sourcing* responsável e no apoio aos produtores – pilares essenciais para a evolução pós 2025.

Em paralelo, seguimos a orientação da Acountability Framework initiative (AFi)[58], uma iniciativa colaborativa que junta organizações ambientais e sociais para promover cadeias de abastecimento éticas e livres de desflorestação, que reforça que, mesmo quando as metas propostas não são plenamente atingidas, a prioridade deve ser acelerar o progresso através de melhorias na rastreabilidade, no envolvimento com fornecedores e nos investimentos em territórios críticos – ações que temos desenvolvido continuamente.

Ao contrário de sectores com cadeias de abastecimento mais simples e relativamente concentradas, a nossa operação, em linha com o praticado no setor do retalho, tem propensão para depender de cadeias longas, fragmentadas e de múltiplos níveis, principalmente nos casos de produtos não-alimentares e de alimentos processados. Nestas cadeias de abastecimento complexas, como são os casos da soja utilizada na ração animal (ex., alimentação dada a uma galinha poedeira que produz ovos que, por sua vez, são utilizados para confecionar um produto alimentar à venda nas nossas lojas) ou dos derivativos de óleo de palma, grande parte das *commodities* surge incorporada indiretamente, através de ingredientes transformados – que muitas vezes são um ingrediente dentro de um ingrediente (ex., óleo de palma numa margarina utilizada para confecionar um produto de padaria) – ou de subprodutos cuja rastreabilidade até à origem é complexa.

Adicionalmente, nos casos do óleo de palma e da soja, a indisponibilidade no mercado de volumes com certificação física ("Identity Preserved" e "Segregated") ou de certificação no caso da carne bovina, não tem permitido mitigar a distância das nossas operações à produção destes ingredientes. Esta realidade cria uma diferença estrutural na capacidade de assegurar a conformidade total com critérios DCF ao mesmo ritmo que indústrias com ligações mais diretas à produção primária.

Apesar destes desafios, continuaremos a mapear a presença de ingredientes associados à desflorestação nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis, recolhendo informação junto dos fornecedores quanto à origem e certificação de sustentabilidade, bem como sobre as suas respetivas políticas de combate à desflorestação. Não obstante, reconhecemos que a plena verificação do estatuto DCF – sobretudo em matérias-primas presentes em cadeias longas, com múltiplas transformações intermédias – requer um esforço conjunto do sector, maior transparência a montante e o desenvolvimento de soluções tecnológicas e normativas que tornem possível alcançar este objetivo de forma robusta, verificável, eficaz e eficiente.

[58] Mais informações sobre posicionamento da AFi podem ser consultadas aqui.

Cadeias de abastecimento diretas e complexas

Enquanto retalhistas alimentares, as nossas cadeias de abastecimento variam em função do tipo de produto, origem das matérias-primas e do número de intervenientes envolvidos. De um modo geral, as cadeias de abastecimento podem ser classificadas como diretas ou complexas.
As cadeias de abastecimento diretas caracterizam-se por uma estrutura relativamente simples e por um menor número de intermediários na cadeia de valor. As matérias-primas são, por norma, adquiridas diretamente a produtores, transformadores ou fornecedores de primeiro nível (Tier 1). Como o fluxo de matérias-primas envolve menos etapas, a rastreabilidade é mais simples e a cadeia de abastecimento pode, com maior facilidade, ser monitorizada até à exploração agrícola ou à unidade de produção.
Em contraste, as cadeias de abastecimento complexas envolvem múltiplos níveis e intermediários, incluindo comerciantes, agregadores, transformadores, importadores, fabricantes e/ou detentores de marcas. Devido ao envolvimento de muitos intervenientes, as cadeias de abastecimento complexas são inerentemente mais estruturadas. A rastreabilidade é mais difícil, especialmente no que respeita a atividades a montante, como a alteração do uso do solo, a colheita ou a produção de rações. A informação sobre a origem das matérias-primas pode tornar-se mais incompleta ou perder-se à medida que os produtos percorrem a cadeia de valor.
No que respeita às nossas cadeias de abastecimento diretas, para cada uma das *commodities* materiais associadas à desflorestação consideramos os seguintes pressupostos:

- Óleo de palma**:** produtos que contêm óleo de palma bruto ou refinado e óleo de palmiste como ingrediente.
- Soja: produtos que contêm uma percentagem de soja como ingrediente igual ou superior a 5%. Categorizando os produtos de acordo com a Soy Measurement Ladder do CGF, incluem-se:
    - Tier 1: soja e seus derivados adquiridos diretamente (por exemplo, bebidas de soja, molhos de soja, óleo de soja, edamame), cujos produtos contêm mais de 95% de soja;
    - Uma parte do Tier 5: soja ou seus derivados que possam estar presentes na cadeia de abastecimento, incluindo lecitina em chocolate, óleo de soja em margarina, bem como subprodutos de soja em cosméticos e produtos de cuidados pessoais em que a soja represente entre 5% e 95% da composição total do produto.
- Madeira: todos os produtos que contêm madeira como ingrediente.
- Carne de bovino: produtos de contêm uma percentagem de carne de bovino igual ou superior a 5%.

Já as cadeias complexas podem ser categorizadas da seguinte forma:

- Óleo de palma: produtos que contêm derivados de óleo de palma ou outras frações como ingrediente.
- Soja: produtos que contêm proteína animal como ingrediente proveniente de animais alimentados com soja e produtos que contêm uma percentagem de soja como ingrediente inferior a 5%. Categorizando os produtos de acordo com a Soy Measurement Ladder do CGF, incluem-se:
    - Tier 2: soja utilizada na alimentação de animais como bovinos, suínos, frangos, peixes de aquacultura e outros animais; produtos de carne e peixe frescos;
    - Tier 3: soja utilizada na alimentação de galinhas poedeiras e vacas leiteiras, e outros animais produtores de leite, para a produção de ovos e produtos lácteos (por exemplo, iogurtes e batidos), em que mais de 95% do produto seja constituído por ovos ou laticínios;
    - Tier 4a: soja utilizada na alimentação de animais cuja carne é incorporada em produtos alimentares transformados (como refeições prontas, salsichas, etc.), em que essa carne ou peixe represente menos de 95% do produto final;
    - Tier 4b: soja utilizada na alimentação de animais cujos derivados são incorporados em produtos alimentares (como bolos, smoothies, gelados, etc.) e para os quais os ovos e laticínios representem menos de 95% do produto total;
    - Uma parte do Tier 5: soja ou seus derivados que possam estar presentes na cadeia de abastecimento, incluindo lecitina em chocolate, óleo de soja em margarina, bem como subprodutos de soja em cosméticos e produtos de higiene pessoal em que a soja represente menos de 5% da composição total do produto.
- Madeira: embalagens com fibras virgens de papel (primárias, secundárias e terciárias) que utilizamos para acondicionar os produtos vendidos nas nossas lojas.
- Carne de bovino: produtos que contêm uma percentagem de carne de bovino superior a 5%.

Consumo das principais *commodities* agrícolas com risco de desflorestação

Consumo das principais *commodities* agrícolas com risco de desflorestação na Marca Própria e perecíveis	Quantidade total (toneladas)		
	2025	2024	Δ 2025/2024
Óleo de palma	92.473	77.667	19,1%
Soja	511.370	513.486	-0,4%
Soja (direta)	7.985	21.061	-62,1%
Soja (indireta)*	503.385	492.425	2,2%
Papel e madeira	234.120	212.152	10,4%
Papel e madeira (produtos)**	185.111	170.751	8,4%
Papel e madeira (embalagens)**	49.009	41.401	18,4%
Carne bovina	40.885	40.337	1,4%

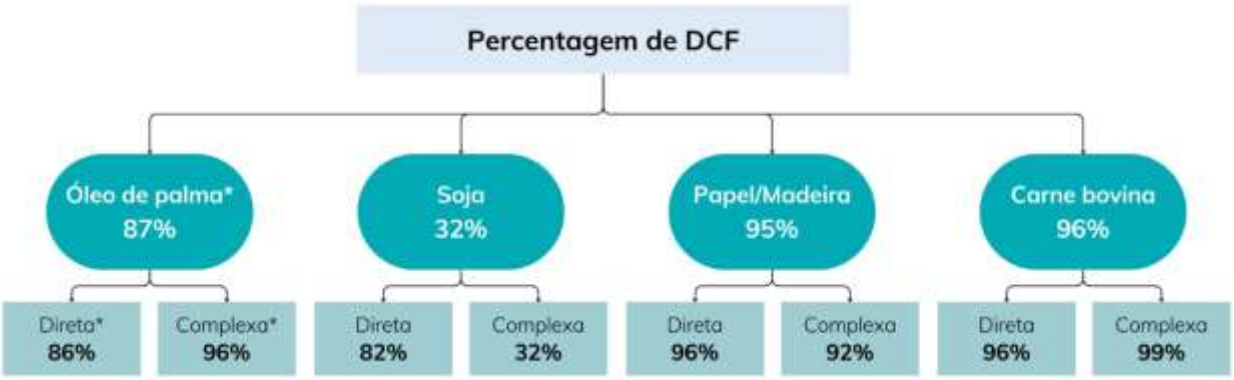
* Soja em ração utilizada para produção de proteína animal contida nos produtos.
** Apenas fibra virgem; exclui utilização de fibra reciclada.

Cadeias de abastecimento diretas e complexas por *commodity*	Quantidade total (toneladas)
	2025
Óleo de palma	92.473
Cadeia direta	81.323
Cadeia complexa	11.150
Soja	511.370
Cadeia direta	5.972
Cadeia complexa	505.398
Papel e madeira	234.120
Cadeia direta	185.111
Cadeia complexa	49.009
Carne bovina	40.885
Cadeia direta	39.347
Cadeia complexa	1.548

Em função das diferenças estruturais entre cadeias diretas e cadeias complexas, os resultados da implementação de compromissos DCF podem divergir significativamente. Nas cadeias diretas, a proximidade aos fornecedores e a maior visibilidade operacional permitem uma evolução mais rápida e consistente rumo ao DCF, sustentada por níveis mais elevados de rastreabilidade e controlo. Já nas cadeias complexas – como é particularmente evidente no caso da soja, caracterizada por múltiplos intermediários, origens dispersas e menor capacidade de verificação a montante – os resultados tendem a ser mais variáveis e difíceis de consolidar.

Status DCF

No gráfico abaixo são esquematizadas as percentagens DCF por cadeia de valor, tornando-se evidente as diferenças de exposição ao risco entre cadeias diretas e complexas em cada *commodity*. Esta leitura permite-nos compreender e priorizar diferentes estratégias de rastreabilidade, verificação e mitigação ajustadas à complexidade específica de cada cadeia de abastecimento.

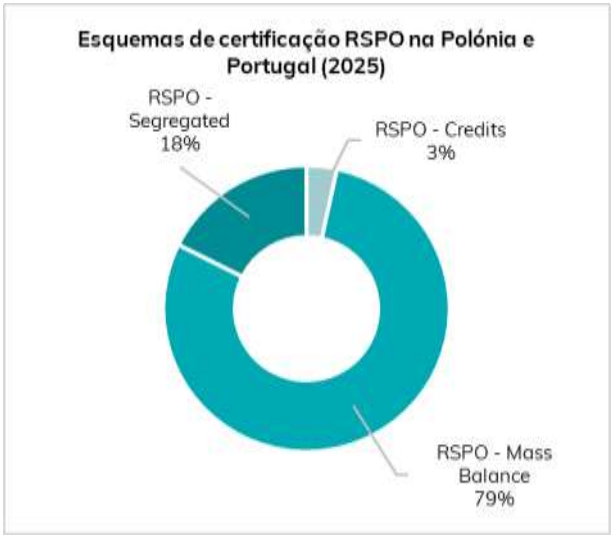


*Inclui esquema de certificação Mass Balance.

Óleo de palma

O aumento em 19,1% do consumo do óleo de palma nos produtos das nossas Marcas Próprias é explicado pela alteração da composição dos óleos alimentares (mais palma e menos soja), sobretudo na Ara, na qual cerca de 90% do volume total de óleo de palma é utilizado em óleos vegetais de cozinha, um produto particularmente relevante para os consumidores na Colômbia.

Em 2025, 100% do óleo de palma utilizado nas Marcas Próprias e nos perecíveis na Polónia e em Portugal detinha certificação RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil), sendo a grande maioria certificada de acordo com o modelo "Mass Balance" e "Segregated"[59].



Embora a Colômbia seja um dos maiores produtores mundiais de óleo de palma, a proporção da produção deste ingrediente que é certificada pela RSPO continua a ser reduzida. Esta limitação, combinada com o nosso compromisso de, sempre que possível, incentivar as compras locais nos países em que operamos, cria um contexto particularmente desafiante para aumentarmos a certificação RSPO do óleo de palma produzido na Colômbia e que incorporamos nos nossos produtos. Para responder a este desafio, desde 2021 que a Ara faz parte do Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Aceite de Palma en Colombia, uma iniciativa governamental que procura assegurar que o óleo de palma utilizado no país não contribui para a desflorestação. O acordo reúne diversas organizações da sociedade civil – como a RSPO, a Proforest, a Tropical Forest Alliance e a WWF – e promove ações coletivas que passam pela melhoria da rastreabilidade até ao nível da exploração agrícola, garantindo que a produção local não está associada a conversão de ecossistemas. O Acuerdo de Voluntades visa também assegurar que o óleo de palma importado pela Colômbia possui uma certificação de sustentabilidade, como a RSPO. Este enquadramento tem permitido fortalecer gradualmente os mecanismos de monitorização e verificação da desflorestação associada a este ingrediente na Colômbia.

Em 2025, 90% (mais 15 p.p. do que em 2024) do óleo de palma utilizado nos produtos de Marca Própria e perecíveis da Ara teve origem na Colômbia, do qual cerca de 41% tinha certificação RSPO (menos 25 p.p. do que em 2024). Em 2025, conseguimos rastrear a origem de 94% (menos 1 p.p. do que em 2024) do óleo de palma da Colômbia utilizado em produtos de Marca Própria e perecíveis até à zona da exploração agrícola onde foi produzido. Com base nesta informação, confirmámos que o óleo de palma provinha dos Departamentos de Norte de Santander, Santander, Bolívar, Cesar, Magdalena, Meta e Casanare, localizados nas quatro áreas produtoras do país (Zona Central, Zona Oriental, Zona Sudoeste e Zona

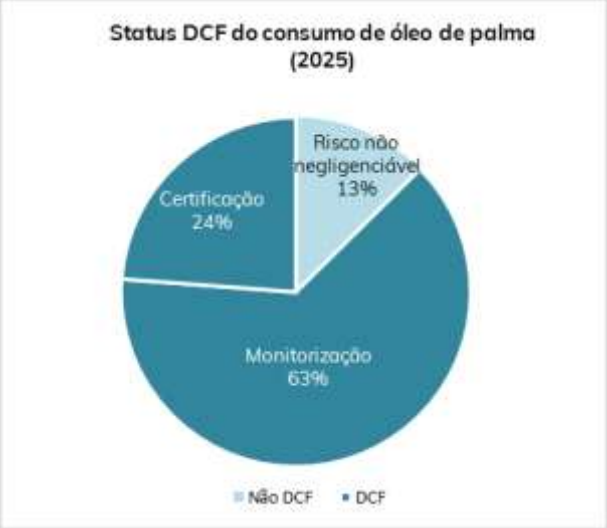
[59] Informação sobre estes sistemas de certificação está disponível no website da RSPO.

Norte) e de 18 fábricas de processamento a operar na Colômbia. No entanto, apenas 0,75%[60] da desflorestação identificada pelas entidades públicas colombianas estava associada ao óleo de palma. A combinação dos níveis de rastreabilidade, da crescente certificação RSPO e do baixo índice de desflorestação associado ao óleo de palma na Colômbia valida a nossa estratégia DCF para esta *commodity* neste país.

Relativamente ao consumo de óleo de palma utilizado nos produtos de Marca Própria e perecíveis da Ara que não teve origem na Colômbia, iremos continuar a trabalhar em conjunto com os fornecedores para aumentar os níveis de certificação RSPO do óleo de palma importado, com o compromisso de assegurar que não está associado à desflorestação ou à conversão de ecossistemas de AVC.

Assumindo que:

- para os países considerados como tendo risco de desflorestação e conversão, os esquemas de certificações físicas até ao nível "Segregated" são consideradas DCF;
- 6% do nosso consumo com origem Colômbia possui eventual risco de desflorestação (assumimos uma abordagem conservadora, dado não ter sido possível mapear 100% do consumo até ao nível da exploração agrícola);
- aplicámos a desflorestação associada ao óleo de palma (0,75%) identificada pelos organismos públicos colombianos a 94% do nosso consumo (a parte que foi possível rastrear até à área da exploração agrícola onde foi produzido).



Podemos presumir que 68% (62.885 toneladas) do nosso consumo total de óleo de palma em 2025 estava livre de desflorestação e conversão de ecossistemas de AVC – 6% (4.067 toneladas) provenientes de esquemas de certificação física DCF e 94% (58.817 toneladas) controlados através de rastreabilidade e verificação DCF.

Ao desagregarmos o nosso consumo total – 81.323 toneladas em abastecimento direto e 11.150 toneladas em abastecimento complexo –, verificamos que:

- nas cadeias diretas, 73% do volume (58.963 toneladas) cumpre os critérios DCF;
- nas cadeias de abastecimento complexas, 35% (3.921 toneladas) estão alinhados com os nossos pressupostos DCF.

No caso das cadeias de abastecimento diretas, o facto de 73% do volume cumprir critérios DCF reflete, em grande medida, a utilização maioritária do óleo de palma como ingrediente direto em óleos alimentares na Ara.

Já nas cadeias de abastecimento complexas, os volumes considerados DCF são sobretudo condicionados pela maior fragmentação da cadeia de valor e consequentes limitações de rastreabilidade a montante, bem como pela dificuldade em assegurar a disponibilidade de óleo de palma certificado RSPO em modelo segregado para derivados, amplamente utilizados como ingredientes em produtos transformados.

No entanto, se considerarmos os volumes de óleo de palma com certificação RSPO até ao nível "Mass Balance", verifica-se que 80.842 toneladas (cerca de 87% do nosso consumo total em 2025) estariam livres de desflorestação e conversão de ecossistemas de Alto Valor de Conservação.

A inclusão do modelo de certificação "Mass Balance" no cálculo DCF, é uma medida que valoriza o investimento e o empenho dos nossos fornecedores de Marcas Próprias e perecíveis, uma vez que exige deles um conjunto adicional de esforços, tanto financeiros como operacionais. Estes esforços refletem os seus compromissos para reduzir o risco de desflorestação e conversão, bem como o respeito pelos direitos

[60] Dados revelados na análise do nível de desflorestação associada à produção de óleo de palma, realizada em 2023 pelo IDEAM - Instituto de Hidrologia Meterorología y Estudios Ambientales e pelo Ministério do Ambiente Colombiano.

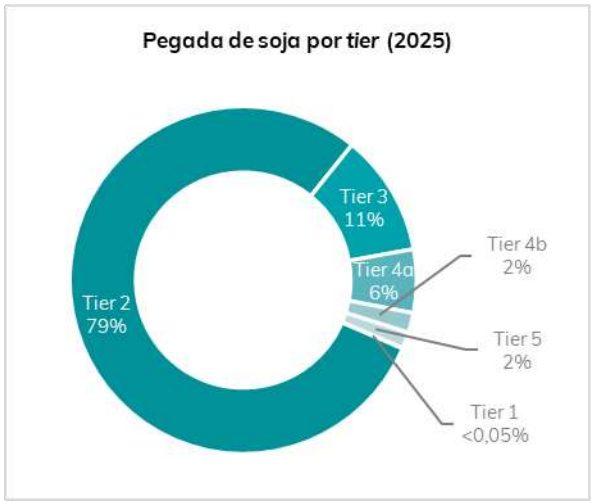
humanos e pela preservação da biodiversidade, associados à cadeia de abastecimento do óleo de palma. Ao reconhecer estes contributos, reforçamos também a progressão para práticas de produção mais responsáveis e alinhadas com padrões de sustentabilidade internacionalmente reconhecidos.

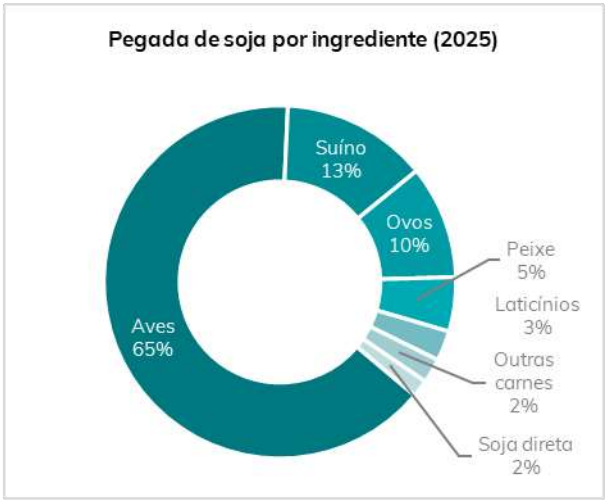
Soja

Devido ao seu volume global de produção e utilização, a soja assume um papel central entre as *commodities* agrícolas. No contexto dos produtos das nossas Marcas Próprias e perecíveis, a soja surge em duas vertentes distintas: é utilizada como ingrediente direto em produtos alimentares (como bebidas, óleos e outros derivados de soja) e está presente de forma indireta (é um elemento fundamental das rações para alimentar animais responsáveis pela produção de ovos, leite, queijo, carne e pescado de aquacultura).

Em 2025, apenas 2% do consumo total correspondeu a soja utilizada como ingrediente (soja direta – Tier 1 e Tier 5[61]), nomeadamente em óleos ou bebidas vegetais. A diminuição em 2 p.p. do consumo de soja direta resultou de reformulações na composição dos óleos alimentares vegetais contendo soja nos produtos de Marca Própria na Ara.

No que concerne à soja indireta, representa cerca de 98% do consumo total de soja associado aos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis (Tiers 2 a 4b[41]). A grande maioria da soja presente na nossa cadeia de abastecimento (91%) está associada aos perecíveis especializados nas categorias de carne e pescado de aquacultura (Tier 2[41]) e a perecíveis não-especializados, como os ovos ou os laticínios (Tier 3[41]). Os restantes 7% estão associados a alimentos processados que contêm na sua composição produtos oriundos de animais alimentados com soja, como refeições prontas e salsichas.





Cerca de 65% da soja estava associada à alimentação de aves (mais 4 p.p. que em 2024), 13% à alimentação de suínos (menos 5 p.p. face a 2024) e 10% à produção de ovos (aproximadamente igual ao peso em 2024).

A nossa estratégia para a soja assenta em duas linhas de atuação complementares. A primeira, é o reforço dos mecanismos de rastreabilidade até ao nível da produção agrícola, o que reduz a incerteza associada à origem e aumenta a transparência da cadeia de valor. A segunda, e sempre que a soja seja proveniente de países com maior risco de desflorestação – como Argentina, Brasil e Paraguai –, trabalharmos em conjunto com os nossos fornecedores para que o abastecimento seja assente em práticas sustentáveis.

Em 2025, conseguimos reduzir a soja de origem desconhecida para 3% do total (menos 2 p.p. do que em 2024), o que quer dizer que reforçámos a rastreabilidade de 97% da soja pelo menos até ao país de produção. Este progresso reflete o compromisso e o esforço conjunto dos nossos fornecedores em aumentar a rastreabilidade das suas próprias cadeias de abastecimento. Este trabalho com os nossos

[61] São contabilizados os cinco tiers de quantificação de soja na cadeia de valor, de acordo com a metodologia "Calculation guidelines for the measurement of embedded soy usage in consumer goods businesses" do The Consumer Goods Forum.

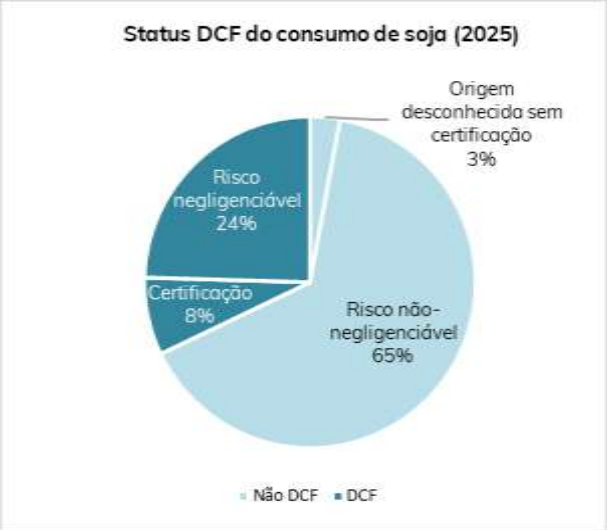
fornecedores será continuado em 2026, com foco especial na carne de aves, de porco e nos ovos, devido à sua relevância destes produtos na nossa cadeia de abastecimento.

Cerca de 72% (mais 8 p.p. do que em 2024) da soja utilizada nos produtos de Marca Própria e perecíveis, principalmente no que diz respeito à soja indireta, foi proveniente de países com risco de desflorestação[62]. Dessa percentagem, 16% (menos 1 p.p. do que em 2024) tinha certificação de sustentabilidade[63], como RTRS e ProTerra.

O mapeamento da soja indireta continua a ser um desafio para os retalhistas alimentares, principalmente ao nível da identificação da parcela de produção. Sendo a soja frequentemente incorporada nas rações utilizadas em fases muito anteriores das cadeias de produção animal, os nossos fornecedores diretos não compram soja, mas sim produtos de origem animal cuja cadeia de valor integra este fluxo de forma distante e pouco visível. Esta complexidade reforça a necessidade de abordagens colaborativas para identificar a origem dos ingredientes das rações e aumentar a transparência no sector.

Presumimos que, em 2025, 32% (menos 12 p.p. do que em 2024) do nosso consumo total de soja não esteve associado à desflorestação ou a conversão de ecossistemas de Alto Valor de Conservação. Este valor (equivalente a 164.185 toneladas) resulta da combinação de 25% de origens de risco negligenciável e 8% abrangidos por esquemas de certificação física (até ao nível de *Mass Balance*). Os resultados refletem o padrão global da cadeia de valor da soja – principalmente da que é utilizada para a produção de ração animal –, que tem origem sobretudo em países da América do Sul e apresenta uma disponibilidade limitada de matéria-prima certificada.

Analisando a cadeia de abastecimento da soja direta, 4.880 toneladas foram consideradas DCF (82% do total), devido ao seu enquadramento em regiões de risco negligenciável. Já no fluxo da cadeia complexa, 159.305 toneladas (32%) atingiram o estatuto DCF, refletindo a complexidade acrescida associada aos produtos de origem animal. Este valor resulta da combinação de 24% provenientes de origens de risco negligenciável e 8% abrangidos por esquemas de certificação física (até ao nível de *Mass Balance*).



Para a soja proveniente de países com risco acrescido, os créditos RTRS adquiridos pelos nossos fornecedores representaram mais de 5% do consumo (20.253 toneladas). Em 2026, em colaboração com os nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, iremos procurar converter parte destes créditos em esquemas de certificação física, com o objetivo de aumentar progressivamente a proporção de soja classificada como livre de desflorestação e de conversão de ecossistemas.

Papel e madeira

Em 2025, o consumo de fibras virgens de papel e madeira nos nossos produtos e embalagens de Marca Própria e perecíveis aumentou 10% face a 2024, o que se explica por duas razões: a tendência global de substituir embalagens de plástico por alternativas em papel e a crescente procura por fibras recicladas de papel e madeira, o que reduz a sua disponibilidade no mercado.

Para diminuir o risco de desflorestação associado aos nossos produtos e embalagens de Marca Própria e perecíveis, implementamos uma estratégia assente em três eixos:

- incorporação progressiva de fibras recicladas;
- monitorização da origem das fibras virgens pelo menos até ao nível nacional;
- utilização de fibras virgens com certificação de sustentabilidade FSC ®, ou PEFC.

[62] De acordo com a FPCoA, a lista de países considerados como tendo risco não negligenciável de desflorestação associado à produção agrícola de soja são a Argentina, o Brasil e o Paraguai.
[63] De acordo com a FPCoA, a lista de recomendação de esquemas de certificação DCF e Padrões de Sustentabilidade Voluntária (VSS). Informações mais detalhadas disponíveis aqui: Soy DCF Methodology

Neste contexto, os nossos dois principais objetivos são:

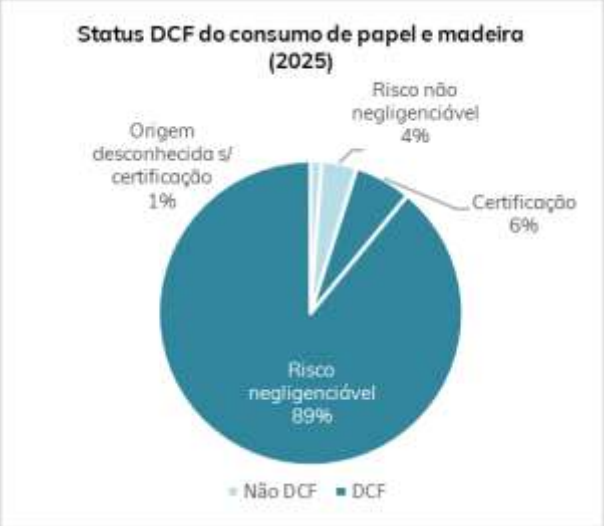
- até ao final de 2026, garantir que 95% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos e 80% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens têm uma certificação de sustentabilidade como FSC ® ou PEFC;
- garantir que, até ao final de 2030, 100% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos e embalagens têm uma certificação de sustentabilidade como FSC ®, ou PEFC.

A utilização de fibras de papel e de madeira em produtos e embalagens de Marca Própria e perecíveis nos três principais países onde operamos (Polónia, Portugal e Colômbia) é avaliada anualmente. Assim, calculámos o consumo DCF destas fibras assumindo que:

- os países identificados pela FPCoA como sendo livres de desflorestação e conversão são considerados como de risco negligenciável;
- nos países identificados como tendo um elevado risco de fontes controversas, os esquemas de certificações de sustentabilidade FSC ® ou PEFC são considerados DCF.

Em relação às fibras virgens, cerca de 92% (mais 2 p.p. do que em 2024) detinham certificação de sustentabilidade (FSC ®, PEFC ou SFI), em linha com o nosso objetivo de assegurar 100% de certificação para produtos e embalagens de Marca Própria até 2030.

Ainda em 2025, conseguimos rastrear a origem, pelo menos até ao nível do país, de cerca de 95% (mais 5 p.p. do que em 2024) das fibras virgens utilizadas. Este exercício permitiu verificar que cerca de 11% (menos 5 p.p. do quem 2024) do nosso consumo de fibras virgens de papel e madeira têm origem em países com risco de desflorestação não negligenciável ou desconhecida. Procurámos mitigar este risco através da incorporação de matéria-prima com certificação FSC®, PEFC ou SFI, que representou 76% do total das fibras virgens utilizadas que tiveram origem em países com risco de desflorestação não negligenciável ou desconhecida.



Com base nesta informação, podemos presumir que 95% (222.578 toneladas) do total de fibras virgens de papel e madeira utilizadas em produtos e embalagens de Marca Própria e perecíveis são livres de desflorestação e conversão de ecossistemas de AVC.

Produtos de papel e madeira

No caso das fibras virgens de papel e madeira presentes em produtos de Marca Própria (185.111 toneladas), verificou-se um aumento de 8% do consumo face ao registado em 2024, devido ao lançamento de novos produtos e ao crescimento das vendas, em particular na Biedronka e na Ara.

Cerca de 94% das nossas fibras virgens utilizadas em produtos de Marca Própria tinham certificação FSC ® ou PEFC. Conseguimos rastrear a totalidade das fibras virgens até ao nível do país de origem, o que nos permitiu identificar que cerca de 7% das fibras provêm de países com risco de desflorestação não negligenciável[64]. No entanto, dessa percentagem, 81% provêm de florestas geridas de forma responsável, uma vez que apresentam certificação FSC ®, ou PEFC.

Através desta análise verificamos que 96% (177.539 toneladas) do total de fibras virgens de papel e madeira utilizadas em produtos são livres de desflorestação e conversão de ecossistemas de AVC. Destes, 97% (172.612 toneladas) são provenientes de países com risco negligenciável de desflorestação e conversão, e 3% (4.927 toneladas) possuem uma certificação física considerada DCF.

[64] Os países considerados como tendo risco de desflorestação não negligenciável associado à produção agrícola de papel e madeira correspondem aos definidos nas guidelines do CGF (Argentina, Indonésia, Malásia, EUA e Vietname).

Embalagens de papel e madeira

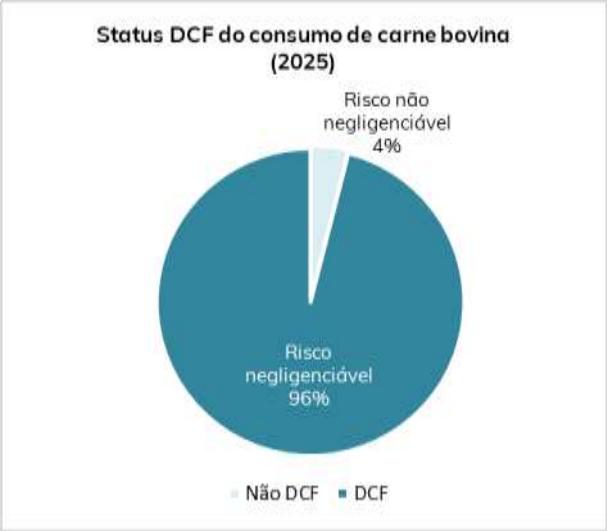
No caso do papel e madeira utilizados em embalagens, cerca de 79% (menos 1 p.p. que em 2024) das fibras são recicladas. Nos restantes 21%, que correspondem a fibras virgens (49.009 toneladas), identificámos que cerca de 83% (menos 7 p.p. que em 2024) das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens possuíam uma certificação FSC® ou PEFC. Adicionalmente, verificámos que os restantes 27% (menos 31 p.p. do que em 2024), são provenientes de países com risco de desflorestação não negligenciável ou desconhecida. Destas matérias-primas virgens com origem de risco ou desconhecida, 71% têm certificação FSC®, PEFC ou SFI.

Assumindo os pressupostos previamente mencionados, podemos presumir que 45.040 toneladas (92%) cumprem o critério DCF, das quais 35.852 toneladas (80%) são provenientes de países com risco negligenciável de desflorestação e conversão e as restantes 9.187 toneladas (20%) possuem uma certificação física considerada DCF.

Enquanto retalhista alimentar, consideramos esta cadeia de abastecimento particularmente complexa, dado que não adquirimos diretamente as matérias-primas utilizadas na produção de embalagens. Ainda assim, o resultado DCF evidencia os esforços feitos em conjunto com os nossos fornecedores para garantir uma cada vez maior rastreabilidade desta matéria-prima.

Carne bovina

Em 2025, o nosso consumo total de carne bovina nos produtos de Marcas Próprias e perecíveis foi de 40.895 toneladas. Tal como tinha acontecido no ano anterior, conseguimos rastrear toda a carne bovina pelo menos até ao país de origem, o que permitiu aferir que cerca de 4% do nosso consumo foi proveniente de países onde o risco de desflorestação associado à produção de carne bovina é não negligenciável[65].
Sabendo que os países de risco negligenciável são considerados como livres de desflorestação e conversão de ecossistemas de AVC, podemos presumir que 96% (39.105 toneladas) do nosso consumo de carne bovina é DCF.



Se considerarmos o nosso consumo total em abastecimento direto (39.347 toneladas) e complexo (1.548 toneladas), podemos verificar que:

- nas cadeias de abastecimento diretas, 95% (37.566 toneladas) cumpre os critérios DCF;
- nas cadeias de abastecimento complexas, 99% (1.539 toneladas) dos volumes estão alinhados com os nossos pressupostos DCF.

[65] Os países considerados como tendo risco de desflorestação não negligenciável associados à produção de carne bovina correspondem aos definidos nas guidelines do CGF.

Paisagens sustentáveis no Mato Grosso (Brasil)

Com o objetivo de apoiar a preservação e a regeneração de ecossistemas, em 2025, demos continuidade aos nossos investimentos em iniciativas multi-stakeholder, alinhados com os dez princípios estabelecidos pela FPCoA. Uma das iniciativas mais relevantes é o projeto no Mato Grosso, o estado brasileiro com maior produção agrícola, no qual participamos em colaboração com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazónia (IPAM), a Nestlé e a Sainsbury's.

Esta iniciativa visa criar as condições e implementar processos de governação capazes de transformar as paisagens de produção de soja e pecuária, assegurando a conservação e restauração de florestas e ecossistemas, a proteção dos direitos humanos dos povos indígenas e comunidades tradicionais locais, e a melhoria da produção e dos meios de subsistência dos pequenos agricultores.

Em 2025, o projeto registou progressos significativos em vários domínios. No pilar da produção, seis propriedades (abrangendo 18.000 ha) foram acompanhadas na preparação para a obtenção da certificação RTRS e três propriedades (14.000 ha) aderiram ao programa de agricultura regenerativa Reg.IA iniciando a monitorização de carbono, solo e produtividade. Na pecuária, avançaram as ações para assegurar a rastreabilidade individual de 2.000 animais, a certificação em bem-estar animal e a elaboração de planos de recuperação de pastagens.

Na dimensão da conservação, foram mapeadas 20 famílias com potencial para integrar o programa CONSERV Smallholders, e concluído o levantamento de cerca de 400 atores relevantes para estruturar programas de Pagamento por Serviços Ambientais (PES) nos municípios envolvidos. Foram ainda preparados e submetidos 26 registos do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e revistos outros 21, reforçando a regularização ambiental de pequenos produtores.

A restauração ecológica avançou com a implementação de 25 hectares de sistemas agroflorestais (SAFs) em Tangará da Serra, beneficiando 25 novas famílias com assistência técnica, matérias-primas e distribuição de mudas certificadas. A cadeia regional de produção de mudas foi fortalecida com o apoio a três viveiros: construção do novo viveiro municipal de Sapezal, reestruturação do viveiro da EMPAER em Tangará da Serra e regularização do Viveiro Mendes, em Acorizal.

No âmbito da inclusão, foi iniciado o diagnóstico fundiário dos territórios e mapeados 92 coletivos de agricultura familiar e comunidades indígenas (associações, cooperativas e sindicatos), criando bases para ações futuras de fortalecimento socioeconómico e organizacional.

O progresso alcançado até ao momento realça o sucesso das estratégias colaborativas de governação participativa, com a inovação técnica e o envolvimento da comunidade.

Cacau e café

À medida que aprofundamos a compreensão dos nossos impactos e dependências em relação às quatro *commodities* mais materiais para o Grupo, temos vindo a alargar essa análise a outros ingredientes que, embora menos materiais, são relevantes no combate à desflorestação – como o cacau e o café. Seguindo iniciativas de referência, como os SBTi FLAG e o CDP, passamos a integrar neste reporte, os nossos progressos referentes a estas duas matérias-primas.
Em 2025, foi possível assegurar a rastreabilidade de 80% (7.874 toneladas) do cacau incorporado nos produtos de Marcas Próprias e perecíveis até ao nível do país de origem. Costa do Marfim, Gana, Camarões, Colômbia, Nigéria e Equador foram as origens mais representativas, em linha com a estrutura da produção global deste ingrediente. Cerca de 14% do nosso consumo de cacau era certificado Rainforest Alliance, garantindo uma produção mais sustentável e contribuindo para a proteção das pessoas, das florestas e da biodiversidade. Importa salientar que, enquanto retalhista alimentar, a rastreabilidade desta cadeia de abastecimento apresenta desafios complexos, dado que o cacau é maioritariamente utilizado como ingrediente em produtos transformados, implicando múltiplos níveis intermédios na cadeia de abastecimento.
No caso do café, 98% (9.353 toneladas) do volume presente em produtos de Marcas Próprias e perecíveis foi igualmente rastreado até ao nível do país de origem. As origens mais representativas foram Vietname, Brasil, Equador, Colômbia e Indonésia. Em conjunto, estes países representam mais de 90% dos volumes rastreados de café.

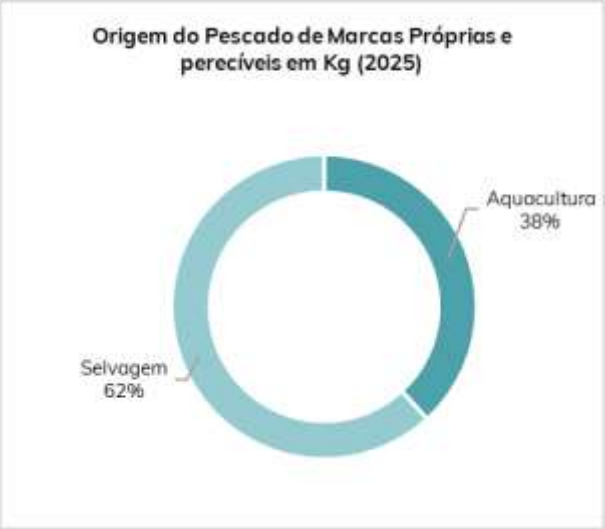
Estamos comprometidos em reforçar o reporte do cacau e do café e, progressivamente, integrar os mesmos requisitos de combate à desflorestação já aplicados às quatro *commodities* prioritárias (óleo de palma, soja, papel/madeira e carne bovina).

Estratégia de Pescado Sustentável

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M; ESRS E3-2; E3-3; ESRS E4-3]
[GRI 101-2; GRI 101-4; GRI 101-6]

N-M NON-MATERIAL

A preservação dos ecossistemas marinhos é fundamental para assegurar a sustentabilidade da atividade piscatória. Por isso, garantimos que o pescado que vendemos nas nossas lojas – seja fresco, congelado ou usado como ingrediente nos nossos produtos de Marca Própria – não contribui para a sobre-exploração, diminuição ou extinção de espécies aquáticas.



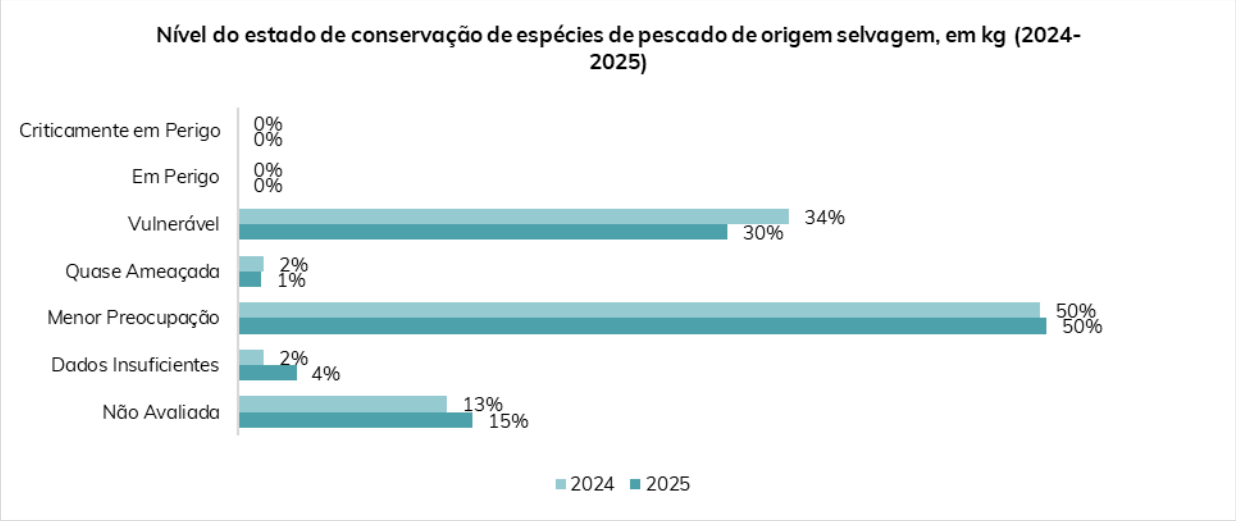
Em 2025, identificámos mais de 230 espécies de pescado no nosso sortido, reforçando a estratégia de diversificação da oferta como forma de mitigar a pressão exercida sobre as espécies mais consumidas. À semelhança do ano anterior, a parcela de pescado de origem selvagem manteve-se nos 62% do consumo total em peso, enquanto o pescado proveniente de aquacultura representou 38%. A consolidação dos investimentos realizados pela JMA na produção de pescado de aquacultura, e a sua consequente comercialização pelas nossas Companhias de retalho alimentar, contribuem para reduzir a pressão sobre os stocks de origem selvagem, especialmente em espécies de elevada procura, como salmão, dourada, robalo, camarão e truta.

Avaliação de impactos e ações de mitigação

Em linha com o compromisso de monitorizar anualmente o estado de conservação das espécies de pescado selvagem que comercializamos, voltámos a realizar uma avaliação com base nos dados da IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais[66]), que categoriza os diferentes níveis de ameaça da seguinte forma: Criticamente em Perigo (risco máximo), Em Perigo (risco intermédio) e Vulnerável (menor nível de risco). As classificações Não Avaliada, Dados Insuficientes, Menor Preocupação ou Quase Ameaçada não foram consideradas categorias de ameaça.

Em 2025, 30% (menos 4 p.p. que em 2024) do pescado selvagem das nossas Marcas Próprias e produtos perecíveis foi classificado na categoria Vulnerável, o menor grau de risco dentro das categorias ameaçadas. Metade das compras de pescado selvagem não apresentou risco de conservação, uma vez que se enquadra nas categorias Menor Preocupação e Quase Ameaçada. Observou-se igualmente um aumento das compras de espécies com Dados Insuficientes (mais 2 p.p. do que em 2024) e classificadas como Não Avaliadas pela IUCN (mais 2 p.p. do que em 2024), das quais se destacam a amêijoa-asiática (*Meretrix lyrata*), o escamudo (*Gadus chalcogrammus* e *Pollachius virens*), a pescada (*Merluccius hubbsi*, *Merluccius paradoxus* e *Merluccius australis*) e o bacalhau-do-pacífico (*Gadus macrocephalus* e *Theragra chalcogramma*). Não foram registadas compras de pescado selvagem incluídas nas categorias Criticamente em Perigo ou Em Perigo.

[66] Para esta avaliação são utilizados os dados de 2024 da Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas da IUCN provenientes da Ferramenta Integrada de Avaliação da Biodiversidade (IBAT). Esta é fornecida pela BirdLife International, Conservation International, IUCN e UNEP-WCMC. Para efeitos desta análise não é considerado o nível Extinto no Estado Selvagem, uma vez que o universo analisado é pescado no estado selvagem.



Para cada um dos três níveis de risco (alto, médio e baixo), definimos ações concretas para mitigar os impactes negativos da nossa atividade sobre os ecossistemas marinhos. A tabela seguinte mostra o grau de cumprimento dos compromissos que assumimos, com base na classificação da IUCN[67].

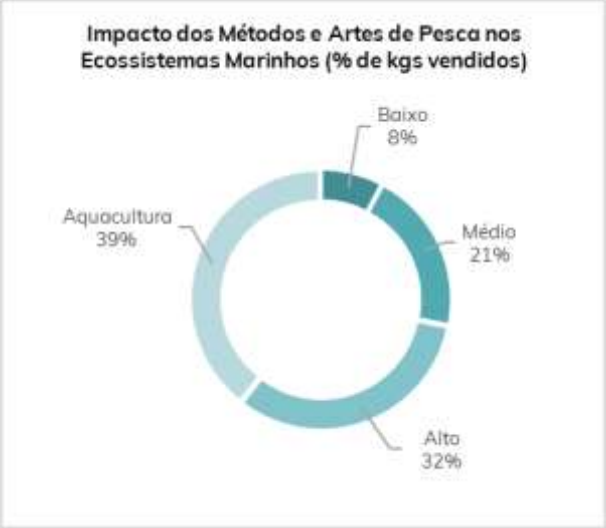
Compromissos em relação ao risco de conservação – grau de cumprimento			
Classificação de risco IUCN	**Compromisso**	**Status**	**Cumprimento em 2025**
Criticamente em Perigo Risco alto	Proibimos a compra e venda das espécies sem licenças extraordinárias que o permitam, ou para as quais não é assegurada aquacultura para todo o ciclo de vida.	A enguia-europeia (*Anguilla anguilla*)* não é comercializada nas nossas lojas desde 2016, uma decisão tomada após a realização da primeira avaliação ao nível do Grupo. Na revisão efetuada em 2022, foram identificadas mais duas espécies comerciais com este nível de risco: esturjão (*Acipenser baerii*) e perna-de-moça (*Galeorhinus galeus*). Em 2025, apenas a espécie *Acipenser baerii* foi comercializada, tendo sido garantida a origem de aquacultura para todo o ciclo de vida, em cumprimento com o nosso compromisso.	100%
Em Perigo Risco médio	Proibimos a comercialização das espécies sempre que não sejam 100% provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex., MSC ou ASC).	Identificámos sete espécies, às quais aplicamos a linha de ação definida: tubarão-anequim (*Isurus oxyrinchus*); peixe-gato (*Pangasianodon hypophthalmus*); cação-liso (*Mustelus mustelus*); pescada-negra (*Merluccius senegalensis*); raia-curva (*Raja undulata*), raia-de-são-pedro (*Raja circularis*) e solha-americana (*Hippoglossoides platessoides*). Em 2025, apenas a espécie peixe-gato (*Pangasianodon hypophthalmus*) foi comercializada, 100% proveniente de aquacultura.	100%
Vulnerável Risco baixo	Limitamos as ações promocionais sempre que as espécies não sejam provenientes de aquacultura e/ou de stocks geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade (ex.: MSC ou ASC).	Na avaliação de 2025, identificámos 20 espécies às quais aplicámos esta linha de ação, ou seja, limitámos as atividades promocionais com espécies classificadas com o nível Vulnerável.	100%

* Apesar de a enguia-europeia ser proveniente de aquacultura, estes sistemas de produção dependem da recolha de "juvenis" (enguias-de-vidro) dos meios naturais, continuando a exercer pressão sobre as populações selvagens.

[67] Mais informação em www.iucn.org.

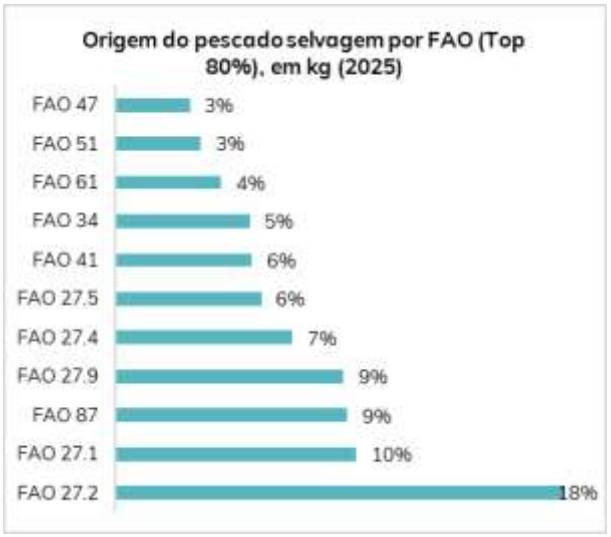
Sustentabilidade dos stocks selvagens e preservação da biodiversidade

A análise dos métodos e artes de pesca do pescado que comercializamos nas nossas Marcas Próprias e perecíveis permitiu avaliar o respetivo potencial impacto ambiental nos ecossistemas marinhos, com base nas classificações de impacto de pesca e aquacultura fornecidas pelo ENCORE (Exploring Natural Capital Opportunities, Risks and Exposure)[68]. A partir dsta avaliação concluimos que mais de metade (68%) do pescado proveio de aquacultura ou foi capturado através de uma arte de pesca com impacto considerado baixo ou médio. As artes de pesca classificadas com impacto alto nos habitats marinhos totalizam 32% do pescado comercializado pelo Grupo.



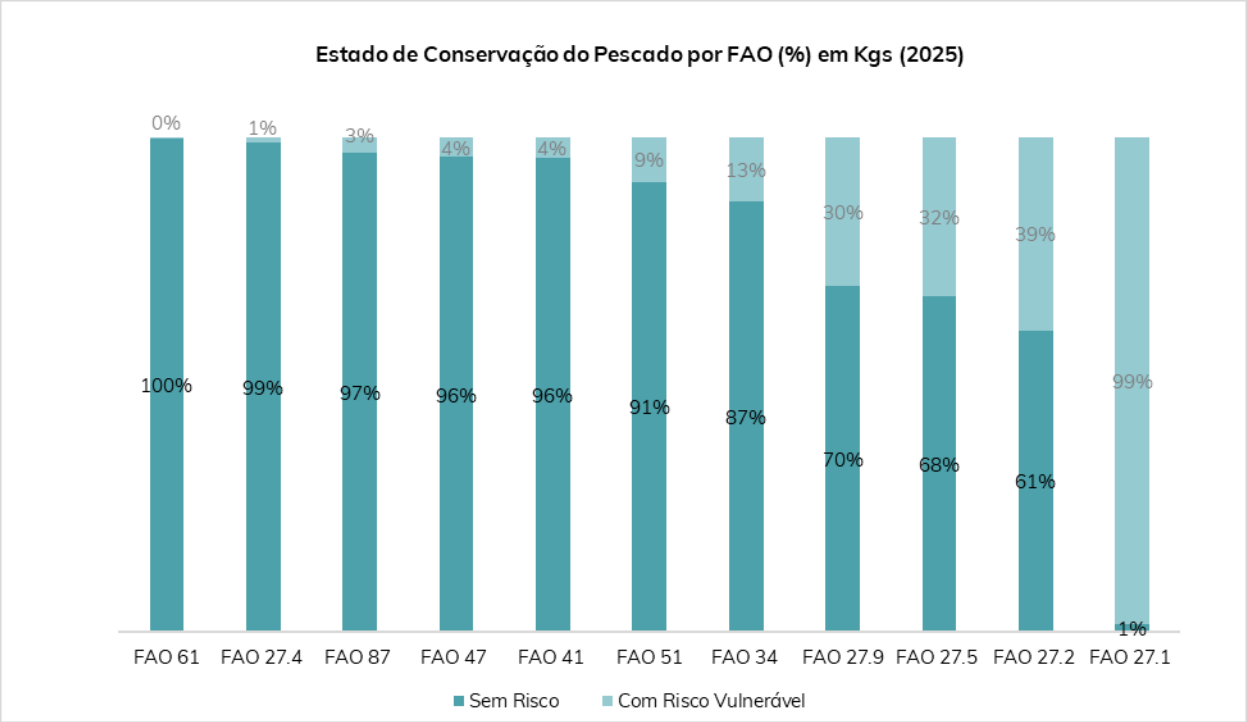
Estes resultados refletem a estrutura atual da cadeia de abastecimento do sector do pescado, pelo que incentivamos a monitorização contínua dos riscos e a procura por alternativas de aquacultura que permitam aliviar a pressão exercida nos stocks selvagens.

A diversidade da oferta de espécies que comercializamos é igualmente evidente quando identificamos a origem do pescado por área FAO[69]. Em 2025, mais de 70% do pescado selvagem teve origem na FAO 27-Atlântico Nordeste[70]. Outras zonas de captura importantes incluem a FAO 87-Pacífico Sudeste (9%), a FAO 41-Atlântico Sudoeste (6%), a FAO 34-Atlântico Centro-Oriental (5%), a FAO 61- Pacífico Noroeste (4%) e a FAO 51-Oceano Índico Ocidental (3%) e a FAO 47-Atlântico Sudeste (3%). A preponderância destas zonas de captura resulta da importância no nosso sortido de espécies como o bacalhau-do-atlântico (*Gadus morhua*), a arinca (*Clupea harengus*), a cavala (*Scomber scombrus*), o atum-bonito (*Katsuwonus pelamis*), a sardinha (*Sardina pilchardus*), o atum-albacora (*Thunnus albacares*), a amêijoa-asiática (*Meretrix lyrata*) e o carapau (*Trachurus trachurus*).



A rastreabilidade até ao nível das zonas de captura – para o top 80% do pescado que comercializamos - permitiu ainda confirmar que mais de metade (52%) do pescado selvagem comercializado nas nossas Marcas Próprias e perecíveis com origem nestas regiões não apresenta risco de conservação (Menor Preocupação e Quase Ameaçada) e que 28% desse pescado estava classificado com o nível de risco mais baixo (Vulnerável). Cerca de 20% das espécies de pescado selvagem comercializadas estavam classificadas com as categorias “Dados Insuficientes” ou “Não Avaliadas”.

[68] O ENCORE é uma ferramenta que ajuda a relacionar atividades económicas com as suas dependências e impactos sobre o capital natural. Utiliza classificações setoriais baseadas em códigos ISIC para identificar pressões ambientais materiais.
[69] Em 2025, rastreámos até à área FAO mais de 80% do pescado selvagem que comercializamos nas nossas Marcas Próprias e perecíveis.
[70] Inclui o mar de Barents (FAO 27.1), mar da Noruega, Spitzbergen e ilha do Urso (FAO 27.2), mar do Norte (FAO 27.4), Islândia e ilhas Faroé (FAO 27.5) e águas portuguesas (FAO 27.9).



Em relação ao estado de sustentabilidade dos *stocks*, verificou-se que nas duas subáreas mais representativas da FAO 27, a proporção de pescado selvagem classificado com risco Vulnerável foi de 39% no mar da Noruega, Spitzbergen e ilha do Urso (FAO 27.2), e de 99% no mar de Barents (FAO 27.1).

O bacalhau-do-atlântico (*Gadus morhua*), representa um peso significativo no nosso sortido de pescado. A pressão de pesca sobre as populações de bacalhau desta região está atualmente acima do nível recomendado e com declínio dos níveis de biomassa[71]. Esta espécie tem sido objeto de monitorização e gestão rigorosas para assegurar a sustentabilidade da pesca. Também por este motivo, e sendo o bacalhau um produto estratégico no nosso portefólio, a JMA fez, em 2025, um investimento financeiro numa empresa especializada na produção de bacalhau em aquacultura, contribuindo assim para a diminuição da pressão nos stocks selvagens.

Relativamente às espécies que comercializamos com origem no Pacífico Sudeste (FAO 87), apenas uma pequena porção (3%) apresentava o nível de risco Vulnerável. Nesta região, o atum-patudo (*Thunnus obesus*) foi a espécie mais representativa. Os níveis de biomassa desta espécie têm vindo a aumentar na região devido às medidas de conservação, pelo que não se encontra em sobre-exploração[72] ou sobrepesca[7374].

Nas capturas efetuadas em águas portuguesas (FAO 27.9), cerca de 30% das espécies comercializadas estavam classificadas com o nível de risco Vulnerável, devido à relevância do carapau (*Trachurus trachurus*) no nosso sortido. Nesta região, as unidades populacionais de carapau apresentam níveis de biomassa superiores ao ponto de referência limite, mantendo uma capacidade reprodutiva estável[75].

Em contraste, na região Atlântico Sudoeste (FAO 41), aproximadamente 4% das espécies encontram-se classificadas como Vulneráveis, destacando-se o atum-patudo (*Thunnus obesus*) como a unidade populacional com maior representatividade nesta categoria. De acordo com os referenciais biológicos

[71] ICES. 2025. Cod (*Gadus morhua*) in subareas 1 and 2 north of 67°N (Norwegian Sea and Barents Sea), northern Norwegian coastal cod. In Report of the ICES Advisory Committee, 2025. ICES Advice 2025, cod.27.1-2coastN. Disponível em: ICES Report
[72] Um stock é considerado em sobreexploração quando a abundância da população está demasiado baixa, normalmente abaixo de um ponto de referência biológico estabelecido. Mais informações disponíveis em: ICCAT Glossary
[73] Um stock em sobrepesca refere-se à situação em que a mortalidade por pesca é muito alta – ou seja, os peixes são capturados mais depressa do que a população consegue repor a sua biomassa através da reprodução natural. Mais informações disponíveis em: ICCAT Glossary
[74] IATTC. 2024. Stock Assessment Report for Bigeye Tuna (Thunnus obesus) in the Eastern Pacific Ocean. Inter-American Tropical Tuna Commission. Disponível em: IATTC Report.
[75] ICES. 2025. Horse mackerel (Trachurus trachurus) in Division 9.a (Atlantic Iberian waters). In Report of the ICES Advisory Committee, 2054. ICES Advice 2025, hom.27.9a. Disponível em: ICES Report.

utilizados para a avaliação do stock, o atum-patudo do Atlântico apresenta-se em situação de sobre-exploração, embora não em sobrepesca.

No que concerne às espécies que comercializamos com origem no Atlântico Centro-Oriental (FAO 34), apenas 13% apresentavam o nível de risco Vulnerável, com destaque para o atum-patudo (*Thunnus obesus*), a espécie mais representativa (99%). O *stock* desta espécie no Atlântico Centro-Oriental está atualmente em sobre-exploração, mas não em sobrepesca.

Importa igualmente destacar a região do Pacífico Noroeste (FAO 61), cuja composição é maioritariamente constituída por espécies não avaliadas pela IUCN, entre as quais se inclui a amêijoa-asiática (*Meretrix lyrata*), representando cerca de 99% do pescado proveniente desta região.

Na FAO 27.4 (Mar do Norte), praticamente todo o pescado comercializado apresentava a classificação de Menor Preocupação (95%). Dentro do nível de risco Vulnerável (1%) o bacalhau foi a espécie mais representativa, encontrando-se em sobrepesca e com biomassa abaixo dos limiares de segurança[76].

Já na região da Islândia e Ilhas Faroé (FAO 27.5), cerca de 32% das espécies comercializadas estão classificados com o nível de risco Vulnerável, devido à proeminência do bacalhau-do-atlântico (*Gadus morhua*), que representa a quase totalidade do pescado selvagem com esta origem. A análise do estado de conservação do bacalhau-do-atlântico nesta região varia significativamente entre as duas unidades populacionais da área 27.5, ainda que ambas apresentem sinais de pressão pesqueira relevante. Na subdivisão (5.b.1)[77], a pressão de pesca do stock está acima do nível considerado sustentável e a quantidade de biomassa do stock continua abaixo do que seria desejável, apesar de não estar em colapso. Na subdivisão (5.b.2)[78], não existem dados suficientes para avaliar a sobrepesca, mas o nível de biomassa está acima do mínimo aceitável.

Em contraste, na região Oceano Índico Ocidental (FAO 51), apenas 9% das espécies encontram-se classificadas como Vulneráveis, destacando-se o atum-patudo (*Thunnus obesus*) como a unidade populacional com maior representatividade nesta categoria. O stock de atum-patudo desta região não está atualmente em sobre-exploração ou em sobrepesca[79].

No Atlântico Sudeste (FAO 47) somente 4% do pescado apresentava o nível de risco Vulnerável. O atum-patudo (*Thunnus obesus*) representa a totalidade desta categoria. Este stock não está atualmente em sobre-exploração ou em sobrepesca.

Rastreabilidade do atum

No que concerne à avaliação do risco de conservação das espécies de pescado, o atum, em particular o atum-patudo do Atlântico (*Thunnus obesus*), surge entre as espécies mais relevantes, principalmente devido à sobrepesca e à pressão exercida sobre os stocks disponíveis. As cadeias de abastecimento enfrentam ainda desafios associados à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (IUU), à utilização de métodos de pesca com potenciais impactos nos ecossistemas – como o bycatch[80] – e à dependência de dispositivos de agregação de peixe (FADs[81]), que aumentam a probabilidade de capturas de juvenis e de outras espécies capturadas involuntariamente.

Em 2025, conseguimos rastrear 90% (um aumento de 36 p.p. face ao ano anterior) do nosso consumo de atum de Marca Própria e perecíveis até ao nível da embarcação – um progresso alinhado com o nosso objetivo de assegurar rastreabilidade total até ao final de 2026. Este compromisso é essencial para garantir a monitorização contínua das práticas de pesca associadas ao atum, permitindo-nos, sempre que

[76] ICES. 2025. ICES. 2023. Cod (Gadus morhua) in Subdivision 21 (Kattegat). Disponível em: ICES Report; ICES. 2025. Cod in Subarea 4, divisions 6.a and 7.d, and Subdivision 20 (North Sea, West of Scotland, eastern English Channel and Skagerrak). Available at: ICES Report.
[77] ICES. 2025. Cod (Gadus morhua) in Subdivision 5.b.1 (Faroe Plateau). Disponível em: ICES Report
[78] ICES. 2025. Cod (Gadus morhua) in Subdivision 5.b.2 (Faroe Bank). Disponível em: ICES Report
[79] WCPFC. 2023. Stock assessment of bigeye tuna (Thunnus obesus) in the western and central Pacific Ocean: 2023 (Final Rev. 02). Disponível em: WCPFC Report.
[80] FAO define o bycatch (captura acessória) como a captura não intencional de espécies marinhas - incluindo peixes, mamíferos marinhos, aves marinhas, tartarugas e outros organismos - que ocorre durante operações de pesca direcionadas a espécies-alvo.
[81] De acordo com a FAO, um *Fish Aggregating Device* (FAD) é uma estrutura flutuante ou ancorada concebida para atrair peixes, especialmente espécies pelágicas, ao criar um ponto de agregação em mar aberto. Estes dispositivos incluem frequentemente materiais como boias, cordas e, por vezes, redes. Mais informações disponíveis em: FADs,

necessário, estabelecer critérios adicionais de abastecimento que contribuam para a redução do risco de sobrepesca e reforcem a sustentabilidade das nossas cadeias de fornecimento.
De acordo com a International Seafood Sustainability Foundation (ISSF), no que concerne à totalidade do atum capturado, cerca de dois terços são com redes de cerco[82], o que faz desta a arte mais importante e dominante nas pescarias de atum a nível mundial. Esta tendência reflete-se também nas artes de pesca de atum comercializado nas nossas Marcas Próprias e perecíveis, sobre as quais se verifica a predominância das redes de cerco e sacada, que representam 86% das capturas. Seguem-se as linhas e anzóis, responsáveis por 10% das capturas.
A ISSF disponibiliza duas ferramentas de transparência complementares que operam ao nível da embarcação – o ProActive Vessel Register (PVR) e o Vessels in Other Sustainability Initiatives (VOSI) – que, em conjunto com as listas de embarcações IUU das Organizações Regionais de Gestão das Pescas (RFMO), constituem indicadores fundamentais de conformidade mínima no sistema global de governação das pescas. Consideradas em conjunto, estas ferramentas permitem aos operadores económicos confirmar se embarcações específicas implementam efetivamente práticas de pesca responsáveis e alinhadas com padrões internacionalmente reconhecidos.

Em 2025, foi possível verificar que 56% das embarcações associadas à nossa cadeia de abastecimento de atum estão registadas na PVR, 97% das quais confirmam a adoção de boas-práticas no uso de dispositivos de agregação de peixe (FAD). No caso das embarcações registadas na VOSI, que correspondem a 46% do total das associadas à nossa cadeia de abastecimento de atum, 77% adotam boas-práticas de gestão do uso de FAD, contribuindo para a redução do *bycatch*, a diminuição do risco de emaranhamento nas redes e perda de redes de pesca[83].

Adicionalmente, nenhuma das embarcações estava listada na Combined IUU Vessel List[84], o que significa que não existem indícios de envolvimento prévio em atividades de pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

Bem-estar animal

N-M NON-MATERIAL

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M]

Reconhecemos os animais como seres sencientes e, por isso, em colaboração com os nossos fornecedores de Marca Própria, perecíveis e com as nossas unidades de produção, promovemos práticas alinhadas com os mais elevados padrões de bem-estar animal. O nosso compromisso baseia-se no respeito pelas cinco liberdades do bem-estar animal, garantindo que todas as espécies da nossa cadeia de valor estejam: i) livre de fome e sede; ii) livre de desconforto; iii) livre de dor, sofrimento e doença; iv) livres para manifestar o seu comportamento normal; e (v) livres de medo e angústia.

Com base nestes princípios, definimos diretrizes operacionais para as nossas unidades de produção e para todas as espécies de animais que comercializamos e que possam igualmente estar presentes nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis, nos países onde operamos. Estas diretrizes incluem:

- a proibição de substâncias promotoras do crescimento (hormonas e substâncias beta-agonistas);
- a restrição da utilização de antibióticos apenas a fins terapêuticos, nunca preventivos ou para promover o crescimento;
- o atordoamento obrigatório de todos os animais antes do abate, com exceção dos rituais religiosos certificados, como halal ou kosher (representam menos de 5% do total de vendas);
- a proibição da realização de testes em animais no processo de desenvolvimento dos nossos produtos, com exceção dos produtos de alimentação animal (são realizados testes sensoriais para avaliar o grau de satisfação da população-alvo) e dos produtos para controlar ou eliminar espécies parasitárias e/ou superpopulações que possam ser fontes de contaminação ou doença (ex.: insetos).

[82] ISSF. 2026. Status of the world fisheries for tuna. Jan. 2026. ISSF Technical Report 2026-01. International Seafood Sustainability Foundation, Pittsburgh, PA, USA. ISSF Report. A maior parte das capturas corresponde a atum-bonito, atum-albacora-amarelo, atum-patudo, atum-albacora e atum-rabilho.
[83] A ISSF identifica e reconhece várias Best Practices Initiatives - Biodegradable FAD trial, FAD buoy position data, FAD echosounder biomass data, NE FADs with no netting e FAD recovery initiative – que contribuem para reduzir a poluição marinha, diminuir o risco de enredamento de espécies vulneráveis, aumentar a transparência e a qualidade dos dados científicos, e mitigar o impacto ambiental associado ao abandono ou perda de FADs.
[84] A Combined IUU Vessel List é uma lista global consolidada de embarcações envolvidas em pesca Ilegal, Não Declarada e Não Regulamentada (IUU) pelas principais Organizações Regionais de Gestão das Pescas (RFMOs) a nível munidal.

- a não utilização de ingredientes ou aditivos transgénicos ou geneticamente modificados, incluindo o recurso a técnicas de clonagem, de origem vegetal ou animal.

A nossa Política de Organismos Geneticamente Modificados[85] (OGM) determina que as Companhias devem:

- colaborar com os fornecedores para compreender os processos de produção e avaliar os padrões de segurança e de qualidade por eles implementados;
- realizar análises laboratoriais regulares, recorrendo a entidades independentes e acreditadas;
- garantir junto dos fornecedores a identificação e rastreabilidade de OGM nos casos em que não seja possível a sua substituição;
- assegurar o direito dos consumidores à informação sobre a presença de OGM através da rotulagem dos produtos[86].

Para garantir a conformidade com estes princípios, realizamos testes laboratoriais regulares e auditorias de qualidade e segurança alimentar, com a inclusão de critérios de bem-estar animal nas auditorias aos fornecedores e matadouros utilizados pelas nossas Companhias de distribuição alimentar em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Estas ações são complementadas por iniciativas de formação e sensibilização junto dos nossos fornecedores. Em 2025, o Grupo realizou mais de 6.750 análises a OGM (mais 4.699 do que em 2024) no seu laboratório de Biologia Molecular. Para mais informações sobre estas auditorias consulte o subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”, ponto “Ações orientadas para os nossos consumidores”, subponto “Análises de produto”, neste capítulo.

Estes temas são analisados nas reuniões dos Comités de Sustentabilidade de cada Companhia, espaços nos quais se discutem estratégias e se definem objetivos de desempenho. Os resultados são divulgados publicamente, garantindo transparência e permitindo o acompanhamento do progresso associado à implementação de oportunidades de melhoria contínua.

Embora o bem-estar animal não tenha sido identificado como tópico material na nossa matriz de dupla materialidade para o período 2024-2026, estabelecemos objetivos específicos que refletem o nosso compromisso de continuar a elevar as práticas adotadas ao longo da cadeia de valor. As metas de bem-estar animal encontram-se detalhadas neste capítulo, no subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”.

Para reforçar a transparência e o compromisso com práticas responsáveis, são realizadas anualmente auditorias de bem-estar animal. Para mais informações sobre estas auditorias, as ações que desenvolvemos junto dos nossos fornecedores e os resultados alcançados, consulte o subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial” subsecção 5.2.1 “Seleção e acompanhamento de fornecedores” neste capítulo.

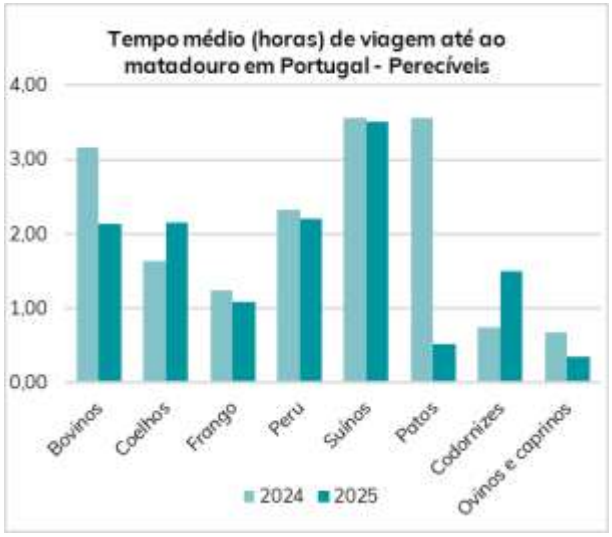
Práticas adotadas no transporte e abate de animais

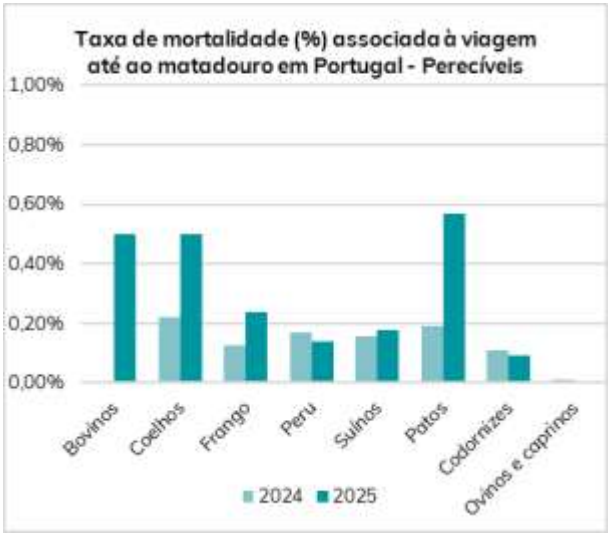
Nos países onde atuamos, avaliamos a performance dos fornecedores de produtos perecíveis em matéria de bem-estar animal através da monitorização de um conjunto de indicadores. Este processo, já consolidado, possibilita uma leitura detalhada das práticas aplicadas ao longo da cadeia de fornecimento.

No caso específico do transporte de animais, analisamos critérios como o tempo médio de transporte de animais vivos e a taxa de mortalidade no transporte para o matadouro nas nossas operações na Colômbia, Polónia e Portugal. No caso das práticas de abate, analisamos a eficiência do atordoamento e a percentagem de animais mortos no matadouro. Estes dados, recolhidos de forma sistemática, ajudam-nos a identificar tendências, antecipar potenciais riscos e apoiar os fornecedores na implementação de melhorias que reduzam o stress animal e assegurem níveis mais elevados de conformidade com as normas de bem-estar.

[85] Enquadrada na nossa Política da Qualidade e Segurança de Produto, disponível no nosso website.
[86] Asseguramos a sua divulgação no estrito cumprimento do limite aplicado pelo Grupo de, no máximo, 0,1% (limite de quantificação do método). O limite permitido na legislação europeia é de 0,9%.

Portugal

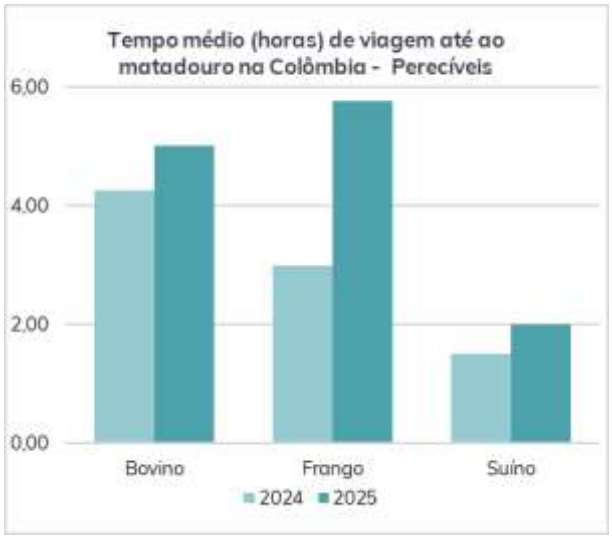


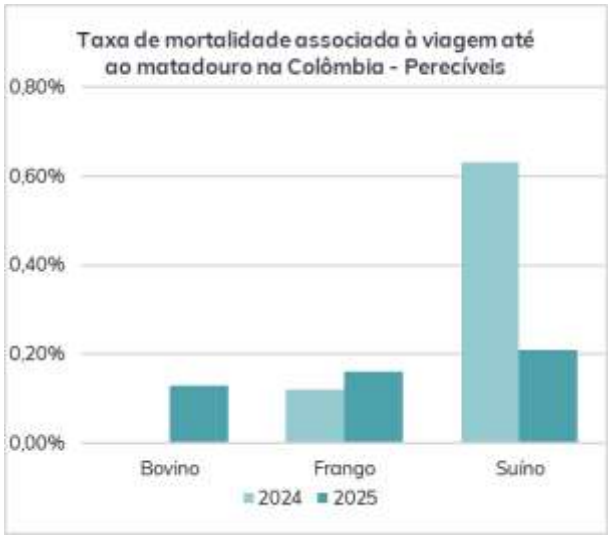


Tendo em consideração o limite máximo recomendado de 8 horas para o tempo médio de transporte, desde 2021 que, em Portugal, nos mantemos abaixo deste limiar e sempre abaixo das 4 horas. Em 2025, a média do tempo de transporte situou-se abaixo de 2 horas (uma redução superior a 20 minutos face a 2024). A taxa de mortalidade registada foi de menos de 0,6% em todas as espécies, sugerindo não haver níveis excessivos de desconforto, dor ou sofrimento.

Relativamente às práticas utilizadas pelos fornecedores de perecíveis nos matadouros em Portugal, 100% dos animais foram abatidos com atordoamento e aproximadamente 99% dos atordoamentos foram eficazes na primeira tentativa, tal como em 2024.

Colômbia

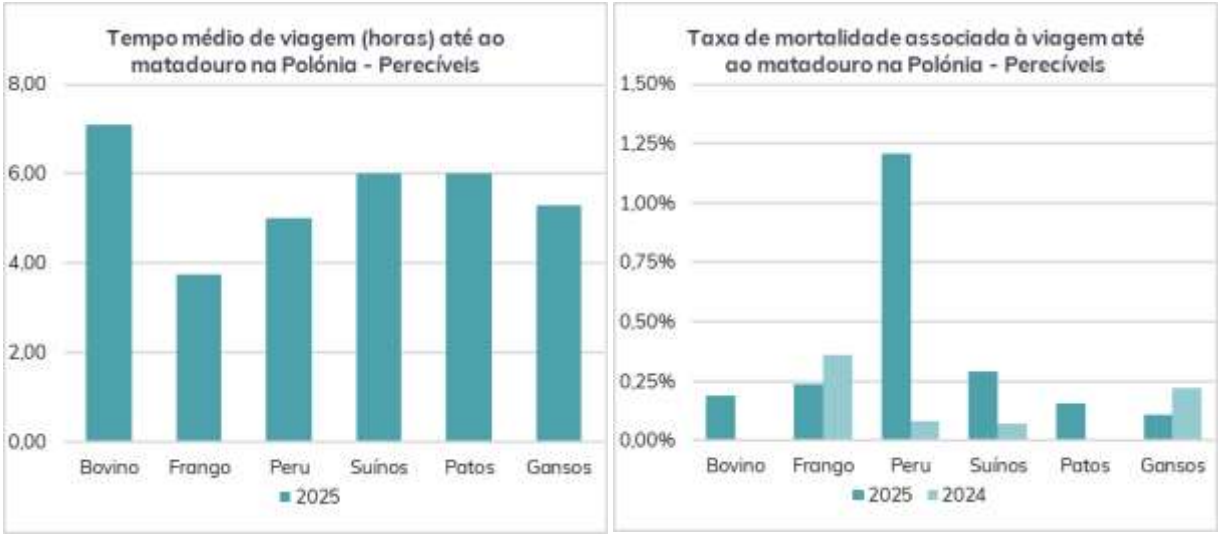




Na Colômbia, para as três espécies comercializadas – bovinos, frangos e suínos – os resultados mantiveram-se dentro de níveis considerados positivos. O tempo médio de transporte permaneceu abaixo das 8 horas recomendadas internacionalmente, sendo a média de todas as espécies de cerca de 4 horas. No que respeita à mortalidade em transporte, verificámos que os valores rondam os 0,2% em todas as espécies (menos 0,1 p.p. em média face a 2024). Todos os indicadores permanecem dentro de referências consideradas aceitáveis para evitar níveis excessivos de desconforto, dor ou sofrimento animal.

Além destes dois indicadores, também foi possível analisar algumas práticas adotadas pelos matadouros na Colômbia, concluindo-se que cerca de 100% dos animais comercializados foram abatidos com atordoamento e cerca de 97% dos atordoamentos foram eficazes na primeira tentativa.

Polónia



Em 2025, melhorámos a robustez dos nossos sistemas de monitorização, passando a dispor de informação sistematizada sobre dois indicadores críticos na Polónia (a taxa de mortalidade durante o transporte até ao matadouro e o tempo médio de viagem), o que nos permite uma leitura mais completa das condições de bem-estar animal ao longo das últimas etapas da cadeia logística.

Relativamente ao tempo médio de transporte, os resultados demonstram que todas as espécies foram transportadas abaixo das 8 horas recomendadas internacionalmente, sendo o valor médio de cerca de 5,5 horas, o que demonstra a existência de processos logísticos capazes de reduzir o stress associado às deslocações de maior duração. No que respeita à mortalidade em transporte, as espécies com valores mais elevados foram o peru, com 1,21% (+1,1 p.p. vs. 2024), os suínos, com 0,29% (+ 0,2 p.p. vs. 2024) e o frango, com 0,24% (-0,1 p.p. vs. 2024).

Além dos dois principais indicadores, também na Polónia foi possível analisar práticas adicionais relacionadas com o atordoamento. Desta análise resulta que cerca de 99,2% dos animais comercializados foram abatidos com atordoamento e cerca de 99,9% dos atordoamentos foram eficazes na primeira tentativa.

Práticas adotadas na produção de carne, laticínios e ovos frescos

Em 2025, continuámos a integrar critérios de bem-estar animal nos produtos de Marca Própria e perecíveis, assegurando que os ingredientes de origem animal provêm de práticas consistentes com produção responsável. Mantivemos igualmente o compromisso de informar os consumidores de forma transparente, recorrendo a rótulos, comunicação em loja e canais digitais para reforçar a sensibilização e apoiar escolhas mais conscientes.

Carne bovina

Em 2025, reforçámos as práticas de bem-estar animal na cadeia de fornecimento de bovinos, desde a produção primária até ao abate.

A carne bovina à venda na Ara tem origem em animais criados em regime extensivo, em pastagens, com liberdade de movimentos e sem recurso a sistemas de confinamento. As explorações que fornecem a Ara asseguram condições de maneio adequadas, incluindo acesso permanente a água, equipamentos seguros, passagens antiderrapantes e equipas devidamente formadas em bem-estar animal, promovendo interações calmas e reduzindo o stress dos animais.

O Pingo Doce manteve a comercialização de angus de Marca Própria com dupla certificação de produção livre de antibióticos e de bem-estar animal obtidas de acordo com o referencial internacional Welfare Quality e com o selo Welfair™. O Pingo Doce continuou também a venda de carne de produção biológica, assegurando o cumprimento de critérios da certificação, como o acesso do animal ao exterior, alimentação sem OGM e o regime de pastoreio. Em conjunto, a carne angus e a carne bovina de produção biológica representaram 6% das vendas (+ 1 p.p.), em peso, na categoria de perecíveis de bovino.

Frango

Na Polónia, a Biedronka manteve frangos do campo (da estirpe de crescimento lento Hubbard Redbro) no seu sortido. Estes frangos de produção 100% nacional, são criados sem antibióticos e alimentados com rações sem OGM. A idade mínima de abate é de 70 dias (mais 14 que a média do mercado), existe acesso ao exterior e a densidade é inferior a 27,5 kg/m^2 (até dez vezes mais área disponível do que para o frango de produção convencional). A Biedronka também manteve no seu sortido frango convencional livre de antibióticos e de produção 100% nacional.

No Pingo Doce e no Recheio, os frangos do campo são de produção 100% portuguesa, a idade mínima de abate é de 81 dias e são criados ao ar livre com uma densidade máxima de até 25 kg/m^2. Ambas as Companhias mantiveram no sortido o Frango da Quinta Best Farmer (Hubbard Redbro), produzido maioritariamente ao ar livre e com uma idade média de abate de 85 dias. A produção é certificada pela AENOR como sendo livre de antibióticos, e respeitadora do bem-estar animal, de acordo com o selo Welfair™ (baseado no referencial internacional Welfare Quality), não sendo praticado o desbaste durante a produção. Tanto o frango do campo como o Frango da Quinta são criados com acesso ao ar livre e a luz natural.

A comercialização de frango do campo, frango certificado em bem-estar animal e frango livre de antibióticos na Biedronka, no Pingo Doce e no Recheio, em linha com 2024, representa 8% das vendas em peso, desta categoria.

Laticínios

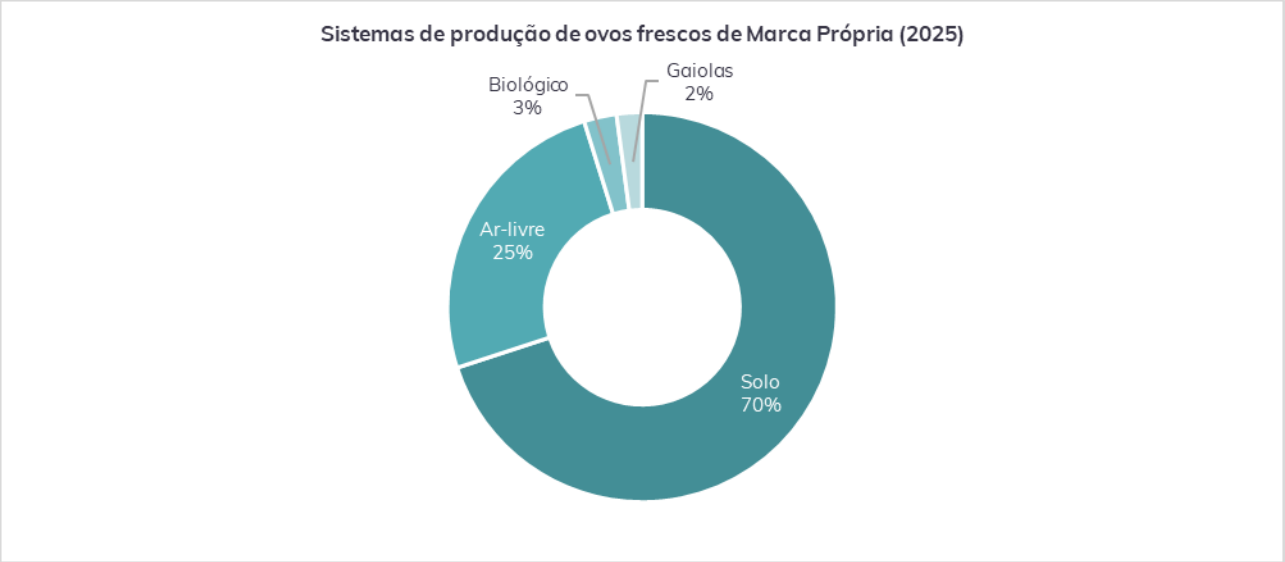
Mais de 95% dos produtores que abastecem a fábrica de lacticínios da Terra Alegre mantiveram a certificação segundo o protocolo Welfare Quality com o selo Welfair®, certificado pela AENOR, uma distinção que a empresa já detém desde 2020. O protocolo segue quatro princípios essenciais: boa alimentação, bom alojamento, boa saúde e comportamento apropriado dos animais. Esta certificação assegura também que as vacas leiteiras estão livres de amarras e cortes de cauda.

A Terra Alegre, integrada na Jerónimo Martins Agro-Alimentar, abastece as Marcas Próprias do Pingo Doce e do Recheio. No Pingo Doce, os produtos certificados provenientes da Terra Alegre incluem o leite sem lactose, o leite fresco, o leite proteico e o leite Pura Vida. Já no Recheio, o produto certificado é o leite sem lactose.

Ovos de galinhas não enjauladas

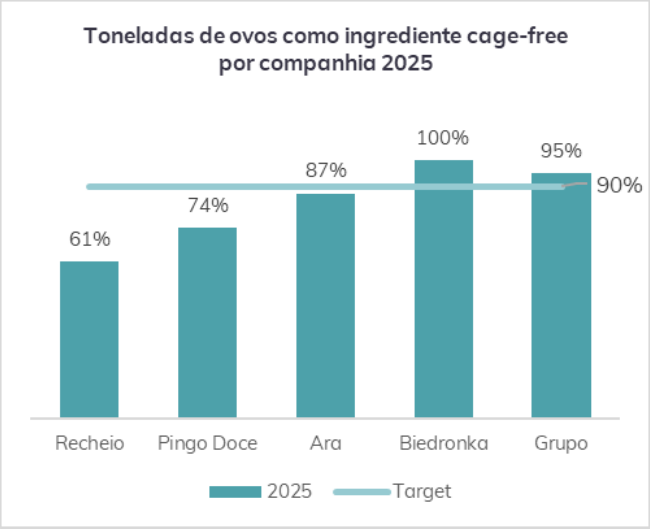
Tínhamos assumido o compromisso de, até ao final de 2025, garantir que todos os ovos frescos de Marca Própria eram provenientes de galinhas não enjauladas. Para assegurar o cumprimento deste objetivo, as Companhias têm trabalhado em estreita colaboração com os seus fornecedores, identificando novos locais de produção e realizando visitas das equipas de qualidade e segurança alimentar, com vista a assegurar a conformidade com os critérios exigidos.

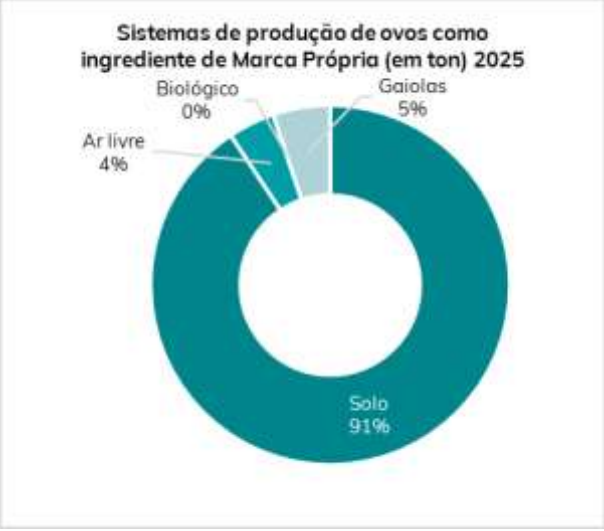
São aceites três sistemas de produção de galinhas poedeiras não enjauladas: no solo, ao ar livre e ao ar livre em modo de produção biológico. Estes sistemas estabelecem critérios de bem-estar animal que oferecem melhor qualidade de vida, permitindo maior liberdade de movimento e a expressão de comportamentos naturais. Entre os três métodos, o sistema de criação no solo é o mais adotado.



No final de 2025, 98% dos ovos frescos de Marca Própria foram provenientes de galinhas não enjauladas. O Pingo Doce atingiu a meta dos 100% em agosto de 2019 e a Biedronka, na Polónia, alcançou este objetivo no final de 2022, tendo alargado o compromisso às marcas de fornecedor. Já a Biedronka na Eslováquia, cujas primeiras lojas abriram em 2025, tem a totalidade do seu sortido de ovos frescos proveniente de galinhas não enjauladas. No final de 2025, o Recheio deixou de vender ovos frescos de galinhas enjauladas, contribuindo assim para se cumprir o objetivo do Grupo. A Ara não comercializa ovos frescos de Marca Própria. Relativamente às marcas de fornecedor, a Ara, o Pingo Doce e o Recheio disponibilizam ovos de galinhas não enjauladas.

Outro compromisso assumido é garantir que, até ao final de 2026, em Portugal e na Polónia, pelo menos 90% dos ovos utilizados como ingrediente nos produtos de Marca Própria sejam provenientes de galinhas não enjauladas. Em 2025, e pela primeira vez, foi possível calcular a quantidade de ovo utilizado como ingrediente. Esta análise permite uma avaliação mais rigorosa da quantidade real de matéria-prima presente nos produtos comercializados, uma vez que, até agora, apenas era possível calcular através do número de referências e não a quantidade (em toneladas) de ovo.





De acordo com este indicador, 100% da quantidade de ovo utilizada como ingrediente nos produtos de Marca Própria da Biedronka na Polónia é proveniente de galinhas não enjauladas, uma fasquia que a Companhia mantém desde 2022. A quantidade foi de 74% no Pingo Doce, 61% no Recheio e 87% na Ara. Apesar de, pelas suas especificidades, o mercado colombiano não estar incluído no nosso objetivo, o resultado alcançado pela Ara ficou muito perto do compromisso estabelecido para Portugal e Polónia. No agregado do Grupo, 95% dos ovos utilizados (em peso) no sortido têm origem em galinhas não enjauladas.

Práticas adotadas pela Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

A JMA, empresa do Grupo especializada em produção alimentar, e que também abastece as nossas operações de distribuição, tem quatro áreas de negócio: laticínios, agropecuária, aquacultura, fruta e vegetais. A Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA) adota práticas rigorosas de bem-estar animal em todas as suas atividades pecuárias e de aquacultura, assegurando condições de alojamento, maneio e produção alinhadas com referenciais internacionais e sistemas de certificação reconhecidos.

Na produção de carne bovina de raça aberdeen angus, cada animal dispõe de uma área mínima de 6,5 m^2. As instalações utilizam pisos de cimento rasgado ou de borracha, reduzindo o risco de escorregamentos e lesões, e garantem a reposição diária de palha fresca nas camas, promovendo conforto e condições adequadas de repouso. O bem-estar animal é reforçado através de medidas complementares, incluindo camas individuais, 60 cm de espaço por animal nos comedouros, escovas automáticas de massagem e música ambiente, concebidas para reduzir o stress e estimular comportamentos naturais. Todos os animais têm acesso a áreas de pastagem e beneficiam de sistemas automáticos de arrefecimento, com ventoinhas e chuveiros, que contribuem para o controlo térmico. A utilização de colares de monitorização individual permite a deteção precoce de alterações comportamentais, possibilitando intervenções atempadas e reduzindo a necessidade de medicamentos. Nas unidades de vacaria e nas áreas de produção angus, são garantidos padrões adicionais de bem-estar, nomeadamente a vacinação e desparasitação de 100% dos animais, a ausência total de práticas de mutilação (como corte de cauda ou remoção de chifres) e a criação sem amarras, assegurando liberdade de movimentos. As instalações dispõem ainda de ventilação assistida, reduzindo a concentração de amoníaco. Todos os colaboradores recebem formação obrigatória em bem-estar animal, sendo proibida a utilização de choques elétricos, paus ou quaisquer instrumentos suscetíveis de causar dor ou ferimentos, assegurando práticas de maneio seguras e responsáveis.

Na produção de ovinos, é assegurada uma área mínima de 0,6 m² por animal, acima do valor recomendado para boas práticas (0,5 m^2). A alimentação baseia-se em forragens e concentrados, não sendo realizadas práticas de castração. Todos os animais apresentam locomoção normal.

Em 2025, a JMA manteve a certificação de utilização prudente e responsável de antibióticos para engorda de bovinos e nas unidades de vacaria, e renovou a certificação Welfair™ de bem-estar animal, de acordo com o referencial Welfare Quality®. A produção de ovinos permaneceu igualmente certificada segundo o referencial AWIN®.

Na aquacultura, a densidade de povoamento é mantida abaixo de 20 kg/m^3. A vacinação de 100% dos peixes é uma prática transversal às espécies produzidas. A produção decorre em mar aberto, em zonas com correntes naturais que asseguram uma adequada circulação da água e elevados níveis de qualidade ambiental, promovendo condições mais próximas do habitat natural. Não são realizadas práticas de mutilação, como o corte de barbatanas. No momento do abate, é utilizado um processo de arrefecimento rápido em água gelada, promovendo a perda de sensibilidade e minimizando o stress e o sofrimento, em conformidade com os princípios de bem-estar animal. A produção de dourada e robalo na Madeira, Marrocos e Algarve tem a certificação GlobalG.A.P.

Para mais informação sobre a JMA, consultar o capítulo 2. “Desempenho das áreas de negócios”, subcapítulo 2.2.1. “Agroalimentar”, deste relatório.

Apoio a projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas

NON-MATERIAL

[ESRS 2 MDR-A]
[GRI 101-2]

Desenvolvemos e apoiamos projetos locais de conservação da biodiversidade em Portugal, na Polónia e na Colômbia, os países nos quais se concentra a maior parte das nossas operações. No processo de identificação e seleção destas iniciativas, privilegiamos projetos que revelem um alinhamento claro com o Quadro Global para a Biodiversidade de Kunming-Montreal, reforçando a coerência das nossas ações com os compromissos internacionais nesta matéria. Paralelamente, promovemos a colaboração com associações e organizações não-governamentais especializadas, garantindo a integração de conhecimento técnico adequado e fortalecendo a proximidade com as comunidades locais onde atuamos.

Complementamos estas iniciativas com campanhas de educação e sensibilização dirigidas a diferentes públicos, com o objetivo de reforçar a consciência sobre a importância dos ecossistemas e de incentivar comportamentos mais sustentáveis.

Em 2025, investimos mais de 330 mil euros no apoio a 12 projetos (7 em Portugal, 3 na Polónia e 2 na Colômbia) focados na recuperação de habitats naturais, na proteção da diversidade biológica e na sensibilização ambiental. Na tabela seguinte destacamos alguns destes projetos.

Projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas - destaques		
Instituição	**Projeto**	**Descrição**
Associação Floresta Serra do Açor	Reflorestação da serra do Açor	O projeto «Floresta da Serra do Açor» é uma iniciativa estruturante de restauração ecológica e reflorestação de grande escala no concelho de Arganil, iniciada em 2020, com o objetivo de recuperar as áreas severamente afetadas pelos incêndios de 2017. Com um horizonte temporal de 40 anos e um investimento global de 5 milhões de euros, o projeto prevê a plantação de cerca de 1,8 milhões de árvores autóctones, nomeadamente carvalhos, sobreiros e castanheiros ao longo de aproximadamente 2.500 hectares, promovendo a criação de uma paisagem mais sustentável e resiliente ao risco de incêndio. Este projeto assegurou, desde o início, a plantação de mais de um milhão de árvores, numa área intervencionada de mais de 1.000 hectares.
Associação Polónia Limpa (Stowarzyszenie Czysta Polska)	Limpar as montanhas Tatra	Projeto apoiado desde 2019 pela Biedronka para a limpeza das montanhas Tatra e desenvolvido pela ONG Associação Polónia Limpa. Em 2025, a Biedronka participou pela sétima vez neste projeto educativo realizado em Zakopane. O evento integrou atividades de educação ambiental e a recolha de resíduos deixados nos trilhos da montanha. Para além de voluntários de toda a Polónia, participaram na ação membros do Comité de Proteção Ambiental da Biedronka, que recolheram mais de 100 kg de resíduos.
Fundabejaz	Proteção das abelhas	Projeto iniciado em 2021, com o apoio da Ara, para a proteção e conservação das abelhas e a sensibilização para a sua importância nos ecossistemas. Durante 2024, a Fundação Fundabejaz conseguiu: (i) resgatar 51 colmeias; (ii) entregar 33 colmeias recuperadas a apicultores e agricultores; (iii) realizar 83 campanhas de sensibilização que envolveram 2.650 participantes. A Ara tem ainda doado açúcar como fonte de alimento para enxames resgatados.
Fundação Loros	Proteção das araras	Projeto iniciado na Colômbia em 2024, para proteger as araras. O projeto prevê a reabilitação e posterior libertação de aves apreendidas ou entregues voluntariamente pelas autoridades ambientais à Fundação Loros, assim como a realização de ações de sensibilização. As aves são reabilitadas nos aviários financiados pela Ara.
Operação Rio Limpo (Operacja Czysta Rzeka)	Limpeza de rios	Em 2025, a Biedronka estabeleceu uma nova parceria com a Operação Rio Limpo, uma iniciativa ambiental de limpeza de rios que está presente em toda a Polónia. Destacam-se as seguintes atividades: • No Dia Mundial da Água, a Companhia participou como patrocinador oficial na principal ação da 7.ª edição da campanha, em Sandomierz, com um stand dedicado à separação correta de resíduos e à promoção de hábitos de consumo responsáveis. A ação mobilizou 200 voluntários na limpeza das margens do rio Vístula, resultando na recolha de mais de 3,5 toneladas de resíduos. • No Dia Mundial dos Oceanos, mais de 60 colaboradores da Biedronka juntaram-se a uma ação no rio Wkra, combinando percursos de caiaque e caminhada, durante os quais foram recolhidos mais de 500 kg de lixo, reforçando a sensibilização para a poluição nos ecossistemas aquáticos. • Ação de limpeza do lago Ukiel, denominada “Clean Ukiel”. Cuidar do ambiente é a nossa causa comum”, organizada em colaboração com Olsztyn Green Festival, na qual participaram cerca de 150 voluntários e foram recolhidos 2.000 kg de resíduos. O apoio da Biedronka a esta iniciativa possibilitou a realização de várias campanhas de limpeza realizadas ao longo do ano, nas quais participaram 31.400 pessoas, com a recolha de 579 mil kg de resíduos em 960 locais.

Projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas - destaques		
Instituição	**Projeto**	**Descrição**
WWF Portugal	Green Heart of Cork	Projeto iniciado em 2011, desenvolvido e coordenado pela WWF Portugal e apoiado pelo Grupo desde 2013, promove a conservação do montado português e o pagamento pelos serviços ambientais por ele prestados. Esta iniciativa estabelece uma plataforma que liga as empresas à conservação do montado e dos serviços que este ecossistema presta. Os proprietários envolvidos no projeto aplicam boas práticas de gestão florestal em cerca de 45 mil hectares de áreas com certificação FSC®, 30 mil hectares dos quais conseguiram a certificação após o início do nosso apoio. Ao longo de 2025, o projeto foi avaliado e reformulado, tendo sido realizada uma consulta a diferentes *stakeholders*, num processo liderado pela WWF Portugal, com a colaboração do FSC® Portugal e o apoio do Grupo Jerónimo Martins, culminando num novo formato denominado "GHoC +".

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T; ESRS E4-4]
[GRI 101-1]

N-M NON-MATERIAL

Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo.

3.2.5. Poluição

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M]

N-M NON-MATERIAL

Os principais impactes gerados pela nossa cadeia de valor em matéria de poluição ambiental estão maioritariamente associados à gestão das emissões de gases com efeito de estufa, aos consumos de materiais nas nossas operações, nomeadamente na produção de embalagens, e ao desperdício alimentar potencialmente gerado pelas atividades de produção e retalho alimentar. As nossas ações neste âmbito são detalhadas nas subseções 3.2.1 “Alterações climáticas” e 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular” deste subcapítulo.

Reconhecemos que existem ainda impactes adicionais relacionados com a gestão de recursos hídricos e da biodiversidade, tanto ao nível das nossas operações, como de toda a cadeia de abastecimento. Apesar de estes tópicos terem sido identificados como não-materiais, detalhamos as políticas, ações e compromissos que assumimos sobre estas matérias nas subsecções 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos” e 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas” deste subcapítulo.

Auditorias ambientais

Definimos normas internas de gestão ambiental, cujo cumprimento monitorizamos através de auditorias internas às nossas lojas, armazéns, centros de distribuição e unidades operacionais. Em 2025, realizámos mais de 9.500 auditorias ambientais, mais 6% do que em 2024, em resultado da expansão do negócio da distribuição – com a abertura de novas lojas da Ara e da Biedronka na Polónia, a entrada da Biedronka na Eslováquia e o crescimento das operações da JMA.

A pontuação média destas auditorias foi de 93%, um aumento de 1 p.p. face a 2024. São definidas ações corretivas sempre que a pontuação é inferior a 100%.

Auditorias ambientais internas	2025	2024
Total (em número)	**9.538**	**9.016**
Biedronka	7.629	7.259
Hebe	0	1
Pingo Doce	388	374
Recheio	44	43
Ara	1.453	1.339
JMA	24	21
Desempenho médio (0-100%)	**93%**	**92%**
Biedronka	97%	96%
Hebe	0%	96%
Pingo Doce	81%	82%
Recheio	75%	74%
Ara	76%	77%
JMA	81%	84%

Trabalhamos regular e continuadamente para assegurar o cumprimento com pelo menos uma certificação ambiental externa, nomeadamente a ISO 14001, e temos vindo a alargar progressivamente o número de locais abrangidos. Para tal, definimos o objetivo de garantir que, até ao final de 2026, pelo menos 70% dos centros de distribuição e unidades industriais do Grupo (ou similares) tenham certificação de sistema de gestão ambiental.

Com a crescente expansão das nossas atividades, o número total de centros de distribuição e unidades industriais ou similares aumentou (mais sete em comparação do 2024) o que fez decrescer o total de unidades com certificação ambiental externa para os 65%. Em 2025 mantivemos todas as certificações

ISO 14001 existentes, com exceção de um centro de distribuição em Portugal, cuja certificação foi suspensa devido ao seu encerramento provisório para requalificação estrutural. Adicionalmente, obtivemos a certificação de duas unidades industriais da JMA (unidade de embalamento da Outro Chão e unidade de acondicionamento da Seaculture). Iremos continuar a investir para assegurar o cumprimento da nossa meta.

Certificações ambientais (ISO 14001)	2025		2024	
	Sites certificados	Total de sites	Sites certificados	Total de sites
Grupo	**31**	**48**	**30**	**41**
Centros de distribuição (em número)	**24**	**37**	**25**	**35**
Biedronka (Polónia)	17	17	17	17
Biedronka (Eslováquia)	0	1	-	-
Hebe	0	1	0	1
Pingo Doce	5	8	6	8
Recheio	0	0	0	0
Ara	2	10	2	9
JMA	0	0	0	0
Unidades industriais (em número)*	**7**	**11**	**5**	**6**
Biedronka (Polónia)	1	1	1	1
Biedronka (Eslováquia)	0	0	0	0
Hebe	0	0	0	0
Pingo Doce	3	4	3	4
Recheio	0	0	0	0
Ara	0	0	0	0
JMA	3	6	1	1
Locais certificados (%)	**65%**		**73%**	

* Fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas, fábrica de laticínios Terra Alegre e unidades de embalamento/acondicionamento.

Também as auditorias ambientais que conduzimos junto dos nossos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria nos momentos da seleção e acompanhamento contribuem para reduzir os potenciais impactes poluentes associados às suas atividades. O mesmo sucede com o projeto de agricultura sustentável, que promovemos junto dos nossos fornecedores de fruta e legumes, através do qual são avaliados aspetos como a gestão da fertilidade do solo, os planos de fertilização implementados ou a aplicação de fitofármacos. Estas ações são descritas no subcapítulo 5. “Informações sobre a governação” secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.1 “Seleção e acompanhamento de fornecedores” e secção 5.2.2 “Sensibilização e formação a fornecedores”.

Identificamos oportunidades de melhoria da eficiência das nossas atividades com um impacte positivo na redução de outras fontes de poluição, de que são exemplos as emissões atmosféricas associadas à nossa frota de veículos ligeiros, o uso de combustível no local para operação de equipamentos e o recurso a geradores de emergência e aquecimento. Divulgamos o progresso relacionado com estas fontes de poluição no subcapítulo 7. “*Frameworks* de reporte”, secção 7.2 “GRI – Global Reporting Initiative”.

Compromissos
[ESRS 2 MDR-T]

N-M NON-MATERIAL

Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

3.3. Divulgações nos termos do artigo 8.o do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)

3.3.1. Enquadramento

A Taxonomia da União Europeia (UE) é um dos instrumentos de suporte ao Pacto Ecológico Europeu. Tem como objetivo promover a alocação de investimentos públicos e privados a atividades de natureza sustentável para contribuir para as metas de neutralidade carbónica até 2050 da Comissão Europeia. A Taxonomia reconhece como ambientalmente sustentáveis as atividades económicas que:

- contribuem substancialmente para pelo menos um dos seis objetivos ambientais: i) mitigação das alterações climáticas; ii) adaptação às alterações climáticas; iii) uso sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; iv) transição para uma economia circular; v) prevenção e controlo da poluição; e vi) proteção e restauro da biodiversidade e dos ecossistemas;
- não prejudicam significativamente nenhum dos outros objetivos ambientais;
- garantem o cumprimento de salvaguardas sociais mínimas.

Desde a entrada em vigor da Taxonomia Europeia que a nossa atividade principal, a Distribuição Alimentar, não está incluída na lista de atividades da Taxonomia, motivo pelo qual não temos atividades elegíveis – nem alinhadas – no parâmetro volume de negócios. Por este motivo, apenas aparecem discriminadas como elegíveis as atividades de apoio às nossas operações, como por exemplo obras de manutenção de equipamentos e investimentos realizados em lojas, e não necessariamente as atividades principais por nós desenvolvidas que são as que mais poderiam contribuir para as metas de neutralidade carbónica da UE. O presente relato está alinhado com os regulamentos delegados (UE) 2023/2485, (UE) 2023/2486 e (UE) 2024/3215.

3.3.2. O nosso contributo

O combate às alterações climáticas é uma das prioridades definidas na nossa Política Ambiental. Os compromissos e as ações assumidos e implementados por nós neste âmbito são divulgados na secção 4 “Os nossos objetivos” do nosso Plano de Transição Climática, disponível no nosso website, e no subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”, neste capítulo.

Em 2024, as nossas metas de redução de gases com efeito de estufa (GEE) para o curto e longo prazos foram validadas pela Science Based Targets Initiative (SBTi), tornando-nos na primeira empresa de retalho alimentar com sede em Portugal a ver as suas metas de curto prazo e de neutralidade carbónica distinguidas por aquela iniciativa. No final de 2025, tínhamos reduzido em 18,4%, face a 2021, as emissões de GEE (âmbitos 1 e 2), cumprindo e superando a meta. No que respeita às emissões de carbono associadas ao transporte de mercadorias, em 2025, obtivemos uma redução de 7,7% face a 2021, superior à meta de 5% definida.

A prossecução dos nossos compromissos é suportada por um investimento contínuo, com ciclos de execução alinhados com o plano de negócios, por meio do qual promovemos a adoção de tecnologias de redução de carbono que permitirão a transição das nossas atividades para uma economia de baixo carbono. A maior parte desta despesa destina-se à aquisição de bens e serviços de atividades económicas relacionadas com a eficiência energética e as tecnologias de energias renováveis. Esta informação encontra-se detalhada neste capítulo, no subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subseção 3.2.1. “Alterações climáticas”, no ponto “As nossas ações de redução de emissões de carbono”.

Apesar de a Taxonomia ainda não as incluir como atividades elegíveis – e por este motivo não haver critérios técnicos definidos para a avaliação destas tecnologias – a diminuição das fugas de gases de refrigeração, principalmente os de elevado potencial de aquecimento global (PAG), dos nossos equipamentos de aquecimento, ventilação, ar condicionado e frio industrial também assume um papel relevante na redução da nossa pegada de carbono. Em 2025, as emissões provenientes deste tipo de equipamentos representaram cerca de 12% das nossas emissões de âmbitos 1 e 2. Desde 2015 que estabelecemos um plano global para a substituição de gases de refrigeração com elevado PAG por gases de refrigeração naturais (ex., dióxido de carbono, amónia ou propano) ou com baixo PAG (ex.: R1234ze), como detalhado neste capítulo, no subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os

tópicos ambientais", subseção 3.2.1. "Alterações climáticas", no ponto "As nossas ações de redução de emissões de carbono".

A par da gestão dos gases de refrigeração nestes equipamentos, implementámos outras medidas de eficiência energética que não são ainda consideradas no Ato Delegado do Clima, e que também constituem um importante contributo para o atingimento das metas da Comissão Europeia, nomeadamente:

- a instalação de equipamentos com um melhor desempenho energético (ex., móveis refrigerados e arcas congeladoras com portas e tampas que evitam o desperdício de energia);
- a comercialização de produtos e embalagens com certificações de sustentabilidade, que asseguram a implementação de boas-práticas agrícolas, de produção e/ou que não estão associadas à desflorestação ou à conversão de ecossistemas de Alto Valor de Conservação;
- os trabalhos que temos desenvolvido com os nossos fornecedores para a promoção de práticas agrícolas sustentáveis e de erradicação da desflorestação nas nossas cadeias de abastecimento[87].

3.3.3. Análise de elegibilidade

Examinámos as atividades económicas elegíveis identificadas no Ato Delegado do Clima, no Ato Delegado Complementar e no Ato Delegado Ambiental, e identificámos seis atividades elegíveis relacionadas com a aquisição de bens ou serviços que fornecem suporte à nossa atividade principal:

Atividade	Código*	Descrição
Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros.	MAC 6.5 AAC 6.5	Nesta atividade estão incluídas as viaturas de serviço, em regime de *leasing* automóvel.
Renovação de edifícios existentes.	MAC 7.2 AAC 7.2 EC 3.2	Realizámos investimentos significativos na renovação das nossas lojas (Portugal, Polónia e Colômbia). Nesta atividade são consideradas apenas as grandes obras de renovação (conforme estabelecido na regulamentação nacional e regional de transposição da Diretiva de execução 2010/31/UE para as «grandes renovações»).
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética.	MAC 7.3 AAC 7.3	Esta atividade inclui medidas como obras de isolamento de envolvente e coberturas, substituição de janelas, portas, fontes de luz e sistemas AVAC (Aquecimento, ventilação e Ar Condicionado) com tecnologias mais eficientes. Existem outros equipamentos que contribuem para a melhoria da eficiência energética das nossas lojas e operações que não estão incluídos na Taxonomia, mas que permitem reduzir a nossa pegada carbónica e aumentar a nossa eficiência energética, nomeadamente centrais de frio e equipamentos autónomos de refrigeração.
Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	MAC 7.5 AAC 7.5	Esta atividade inclui investimentos na instalação de sistemas de gestão da energia, que em 2025 não se verificaram.
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis.	MAC 7.6 AAC 7.6	Realizámos investimentos na instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica.
Aquisição e propriedade de edifícios.	MAC 7.7 AAC 7.7	Nesta atividade estão incluídas a aquisição de edifícios, novas locações/arrendamentos de edifícios (direitos de uso) e remodelações ou outras renovações de edifícios existentes não incluídas noutras atividades. As remodelações são contratadas a terceiros no setor da construção civil que executam os trabalhos de construção/remodelação. Jerónimo Martins adquire apenas o resultado desses serviços e não executa qualquer atividade de

[87] De acordo com o regulamento da UE relativo às cadeias de abastecimento de produtos não associados à desflorestação, estima-se que a desflorestação seja responsável por cerca de 11% do total de emissões mundiais de carbono e que cerca de metade destas estão ligadas à produção agrícola.

Atividade	Código*	Descrição
		construção propriamente dita. Assim sendo, e atendendo i) à similitude com as situações em que adquirimos um edifício já construído por terceiros e ii) à ausência, nesta fase, de outra atividade na Taxonomia que permita uma qualificação mais apropriada, consideramos adequado qualificar estas situações como o exercício do direito de propriedade sobre os edifícios remodelados.

* MAC (Mitigação das Alterações Climáticas); AAC (Adaptação às Alterações Climáticas); EC (Economia Circular).

O Ato Delegado do Clima determina a elegibilidade e o alinhamento com os objetivos da mitigação e da adaptação às alterações climáticas. As atividades acima descritas estão igualmente presentes no Anexo II do Ato Delegado do Clima referente ao objetivo de adaptação às alterações climáticas. Assim, optámos por efetuar a análise de alinhamento para o objetivo da mitigação, por este ter uma maior importância quando comparado com o objetivo de adaptação às alterações climáticas.

Algumas atividades adicionais foram identificadas como potencialmente enquadráveis em termos de despesas de capital (CapEx) elegíveis. No entanto, uma vez que são realizadas no âmbito de construções e remodelações das nossas infraestruturas, são consideradas nas atividades 7.7 “Aquisição e propriedade de edifícios” e 7.2. “Renovação de edifícios existentes”, respetivamente. Estas atividades são:

- 5.1. Construção, ampliação e exploração de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água;
- 5.2. Renovação de sistemas de captação, tratamento e abastecimento de água;
- 5.3. Construção, ampliação e exploração de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais;
- 5.4. Renovação de sistemas de recolha e de tratamento de águas residuais.

Relativamente às atividades 5.5. “Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem” e 6.6. “Serviço de transporte rodoviário de mercadorias”, sendo contratadas a terceiros prestadores de serviços que não representam ativos nossos, foram excluídas do cálculo dos indicadores. No entanto, considerando a sua relevância para as nossas operações, são parte integrante da nossa estratégia de redução de GEE, descrita na secção 3.2.1 “Alterações Climáticas”, neste capítulo.

No que respeita à atividade 7.4 "Instalação, manutenção e reparação de postos de carregamento de veículos elétricos montados em edifícios (e lugares de estacionamento associados a edifícios)”, também é contratada a terceiros prestadores de serviços, pelo que foi excluída do cálculo dos indicadores.

Examinámos também o Regulamento Delegado (UE) 2022/1214, que adiciona ao Ato Delegado do Clima um conjunto de atividades económicas em determinados setores energéticos (energia nuclear e gás fóssil). Não realizamos, financiamos ou temos exposição a construção, renovação ou exploração destas atividades.

3.3.4. Análise de alinhamento

Contribuição Substancial (CS) e Não Prejudicar Significativamente (NPS)

Depois de identificarmos as atividades elegíveis, foram analisados os critérios técnicos definidos nos Atos Delegados para avaliar se as atividades:

- contribuem substancialmente para cada um dos seis objetivos ambientais definidos na Taxonomia;
- não prejudicam significativamente nenhum dos outros objetivos ambientais.

Esta análise foi feita para os países onde temos operações. Importa destacar que para a maioria dos nossos investimentos na Colômbia e em Marrocos, não é possível verificar alinhamento, uma vez que os critérios definidos nos atos delegados são aplicáveis apenas a jurisdições europeias, não existindo *guidance* da Comissão Europeia para aplicação dos referidos critérios em países não-europeus. Verificámos também que os critérios técnicos definidos para algumas atividades (ex., 7.7. “Aquisição e propriedade de edifícios”) poderão nem ser aplicáveis às condições climatéricas de algumas regiões daqueles países. À luz destes dois fatores, a avaliação de alinhamento relativo a cerca de 17% do CapEx do Grupo fica inviabilizada.

De seguida destacamos alguns dos critérios analisados para as seis atividades identificadas como elegíveis.

Atividade 6.5. Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Os veículos da categoria M1 e N1 cumprem os seguintes requisitos: ● Até 31/12/2025, emissões específicas de CO_2 inferiores a 50 g CO_2/km (veículos comerciais ligeiros com nível nulo ou baixo de emissões) ● A partir de 01/01/2026 zero emissões específicas de CO_2.	Em 2025 contratámos *leasing* de viaturas de serviço em Portugal, na Polónia, na Colômbia e na Eslováquia. Para as viaturas sobre as quais foi possível recolher toda a informação técnica necessária, avaliámos e validámos o seu alinhamento com os critérios técnicos. Para os casos em que não foi possível obter toda a informação relativa às suas características, optámos por considerar esses investimentos como não alinhados.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: ● Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.
NPS	Transição para a economia circular: ● Veículos das categorias M1 e N1 cumprem ambas as condições seguintes: a) são reutilizáveis ou recicláveis até um mínimo de 85% em massa; b) são reutilizáveis ou valorizáveis até um mínimo de 95% em massa. ● São aplicadas medidas de gestão de resíduos, tanto na fase de utilização (manutenção) como no fim da vida útil da frota, nomeadamente, através da reutilização e da reciclagem de baterias e de componentes, de acordo com a hierarquia dos resíduos.	Não obstante os compromissos que assumimos no âmbito da promoção de uma economia circular e da gestão de resíduos, não nos foi possível recolher as evidências necessárias para garantir que 85% (em massa) dos veículos são reutilizáveis ou recicláveis e 95% (em massa) são reutilizáveis ou valorizáveis. Assim, optámos pela adoção de uma abordagem conservadora e assumimos não ter alinhamento face a estes critérios NPS.
NPS	Prevenção e controlo da poluição: ● Os veículos cumprem os requisitos para a homologação de veículos ligeiros no respeitante a emissões (norma Euro VI); ● Os veículos cumprem os limiares de emissões estabelecidos para veículos ligeiros não poluentes; ● No caso dos veículos rodoviários das categorias M e N, os pneus cumprem os requisitos relativos a ruído exterior de rolamento da classe mais alta e o coeficiente de resistência ao rolamento das duas classes de eficiência energética mais alta em que esteja disponível um número significativo de produtos.	Os dados recolhidos para verificar o cumprimento dos requisitos associados são ainda insuficientes para assegurar o seu alinhamento.

Atividade 7.2. Renovação de edifícios existentes

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Cumpre os requisitos aplicáveis às grandes obras de renovação ou conduz a uma redução da PED (procura de energia primária) – a quantidade calculada de energia necessária para satisfazer a procura energética associada aos consumos típicos de um edifício (em kWh/m²) – em pelo menos 30%.	Em 2025, realizámos grandes obras de renovação em algumas das nossas lojas em Portugal, na Polónia e na Colômbia e que cumprem os critérios de classificação de grandes obras de renovação nestes países.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: ● Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.
NPS	Uso sustentável e proteção da água e recursos marinhos: ● Apêndice E.	Os dados recolhidos para verificar o cumprimento dos requisitos associados ao apêndice E são ainda insuficientes para assegurar o seu alinhamento.
NPS	Transição para a economia circular: ● Pelo menos 70% (em massa) dos resíduos não perigosos da construção e demolição produzidos nos estaleiros são preparados para reutilização, reciclagem ou outra forma de valorização de materiais; ● Os projetos de edifícios e as técnicas de construção apoiam a circularidade (ISO 20887).	Não obstante os compromissos que assumimos no âmbito da promoção de uma economia circular e da gestão de resíduos, não nos foi possível recolher as evidências necessárias para garantir que 70% dos resíduos não-perigosos da construção e demolição produzidos nos estaleiros são preparados para reutilização, reciclagem ou outra forma de valorização de materiais. Assim, optámos pela

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
		adoção de uma abordagem conservadora e assumimos não ter alinhamento face a estes critérios NPS.
NPS	Prevenção e controlo da poluição: ● Apêndice C. ● Os componentes e os materiais de construção (tintas e vernizes, placas para tetos, revestimentos de solo, incluindo adesivos e vedantes associados, isolamento interno e tratamentos de superfícies interiores, nomeadamente para tratamento de humidades e bolores) que possam entrar em contacto com ocupantes emitem menos de 0,06 mg de formaldeído por m³ de materiais ou componentes.	Realizamos regularmente avaliações da qualidade do ar interior, nomeadamente, para grandes edifícios de comércio e serviços. Adicionalmente, durante as obras de construção ou de manutenção, adotamos as medidas adequadas para reduzir o ruído, as poeiras e as emissões de poluentes. No entanto, a avaliação efetuada não permite validar todos os requisitos previstos nestes critérios, nomeadamente os indicados no apêndice C. Desta forma, optámos por considerar que não existe alinhamento.

Atividade 7.3. Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Cumpre os requisitos mínimos para componentes e sistemas específicos estabelecidos nas medidas nacionais e, quando aplicável, pertençam às duas classes de eficiência energética mais elevadas em que esteja disponível um número significativo de produtos.	Não foi possível obter toda a informação relativa às características técnicas, pelo que optámos por considerar esses investimentos como não alinhados.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: ● Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.
NPS	Prevenção e controlo da poluição: ● Apêndice C. ● Em caso de isolamento térmico da envolvente de um edifício existente, é realizada uma vistoria, em conformidade com a legislação nacional.	Os dados recolhidos para verificar o cumprimento dos requisitos associados são ainda insuficientes para assegurar o seu alinhamento.

Atividade 7.5. Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Consiste na instalação, manutenção e reparação de sistemas de gestão da energia (SGE)	Em 2025, realizámos investimentos na instalação de sistemas de gestão da energia nos nossos edifícios.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: ● Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.

Atividade 7.6. Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Consiste na instalação, manutenção e reparação de sistemas solares fotovoltaicos quando estes são executados localmente enquanto sistemas técnicos de edifícios.	Em 2025, realizámos investimentos na instalação de equipamentos de energia solar fotovoltaica nos nossos edifícios.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: ● Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.

Atividade 7.7. Aquisição e propriedade de edifícios

Critério	Descrição (não exaustiva)	Análise de alinhamento
CS	Em construções posteriores a 31/12/2020, os edifícios satisfazem os CS da atividade 7.1. ● A procura de energia primária (PED) é, no mínimo, 10% inferior ao limiar fixado nos requisitos para os nZEB (nearly Zero Energy Building), conceito de edifício padrão utilizado pelos países da União Europeia como valor para os requisitos mínimos de construção. Em construções anteriores a 31/12/2020, os edifícios têm, pelo menos, um CDE (Certificado de Desempenho Energético ou equivalente) de classe A ou situam-se nos primeiros 15% de edifícios do parque imobiliário nacional ou regional expressos em percentagem da PED operacional, comparando o desempenho do ativo relevante com o desempenho do parque imobiliário nacional ou regional construído até 31/12/2020.	Para construções posteriores a 31/12/2020: ● Em Portugal, no nosso exercício de direito de propriedade, realizámos investimentos em 2025 que cumprem os requisitos CS (validado pela existência de certificados energéticos do tipo A+, A e B); ● Na Polónia, os critérios são atestados por uma metodologia equivalente à certificação energética com base no desempenho energético das lojas; ● Na Eslováquia, realizámos investimentos em 2025 que cumprem os requisitos de CS (validado pela existência de certificados energéticos do tipo A). ● Na Colômbia, não foi possível validar alinhamento devido a ausência de *guidance* para transposição dos critérios técnicos requeridos pelas Diretivas e Regulamentos europeus aplicáveis. Para construções anteriores a 31/12/2020: ● Em Portugal, de acordo com as bases de dados oficiais, os primeiros 15% de edifícios do parque imobiliário nacional construído até 31/12/2020 apresentam um CDE igual ou superior a B, pelo que considerámos que os investimentos em edifícios construídos até 2020 com CDE de, pelo menos, B cumprem o critério de contribuição substancial; ● Na Polónia, de acordo com o Registo Central do Desempenho Energético polaco, o valor da PED dos primeiros 15% de edifícios não residenciais corresponde a 45 kWh (m^2/ano), pelo que consideramos que os investimentos em edifícios construídos até 2020 com CDE inferiores a este valor cumprem o critério de contribuição substancial; ● Na Colômbia, não foi possível validar alinhamento devido a ausência de *guidance* para a transposição dos critérios técnicos requeridos pelas Diretivas e Regulamentos europeus aplicáveis.
NPS	Adaptação às alterações climáticas: ● Apêndice A.	Ver análise de aplicação do apêndice A abaixo.

Aplicação do apêndice A "Adaptação às alterações climáticas"

O desafio crescente que as alterações climáticas colocam à sociedade e às empresas, e a complexidade da avaliação dos riscos e oportunidades financeiros associados, levou à adoção, em 2020, das recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), agora integradas nos Sustainability do Financial Reporting Standards (IFRS). Em 2025, mantivemos a atualização da avaliação dos nossos riscos e oportunidades associados às alterações climáticas. Os objetivos são aumentar a resiliência climática da cadeia de abastecimento, reduzir as emissões de carbono e identificar potenciais oportunidades de negócio na produção primária e na utilização de tecnologias de baixo carbono.

No âmbito deste apêndice em particular, incluímos na nossa análise mais de 6.400 estabelecimentos (lojas, centros de distribuição, edifícios-sedes, cozinhas centrais, unidades industriais) na Polónia, Portugal e Colômbia e uma avaliação de alto nível para as geografias Chéquia e Eslováquia, tendo sido analisados todos os riscos previstos no Quadro II do Apêndice A da Taxonomia. Os riscos identificados e apresentados no relato correspondem já ao resultado desse processo de avaliação e filtragem. Demos prioridade aos riscos físicos mais frequentes nas nossas operações e em potenciar as oportunidades relacionadas com a transição energética e a utilização de gases refrigerantes naturais ou de baixo PAG.

Os pressupostos utilizados nesta análise – nomeadamente os riscos avaliados, cenários climáticos utilizados e horizontes temporais considerados – bem como as principais conclusões e medidas a adotar estão descritos no capítulo, no subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subseção 3.2.1. "Alterações climáticas", no ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas".

3.3.5. Salvaguardas mínimas

A Taxonomia da União Europeia define as Salvaguardas Mínimas como o "alinhamento com as Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OECD na sigla em inglês)[88] para as Empresas Multinacionais, os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), e os princípios e os direitos estabelecidos nas oito convenções fundamentais identificadas na Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho e na Carta Internacional dos Direitos Humanos".

Para ajudar as empresas a avaliar o cumprimento destes requisitos, a Plataforma de Finanças Sustentáveis da Comissão Europeia publicou, em outubro de 2022, o Relatório Final sobre Salvaguardas Mínimas, que identifica quatro áreas que as empresas devem considerar: direitos humanos, corrupção, tributação e concorrência justa. As atividades desenvolvidas por Jerónimo Martins na prossecução do seu cumprimento são descritas de seguida.

Para cumprir as recomendações europeias em matéria de dever de diligência, temos vindo a implementar nas Companhias do Grupo um conjunto de medidas que permite prevenir e mitigar os impactos negativos da nossa atividade no ambiente, bem como nas áreas de direitos humanos, laborais e aspetos de *governance*. Este processo segue as Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais e os UNGPs.

Incorporar a conduta empresarial responsável nas políticas e sistemas de gestão
(Passo 1 Guidelines OCDE | UNGP 16)

Direitos humanos nas operações próprias

O Grupo Jerónimo Martins respeita os direitos humanos e dos trabalhadores, seguindo as diretrizes das Nações Unidas e da Organização Internacional do Trabalho, no quadro da Declaração Universal dos Direitos Humanos, das Convenções Fundamentais da Organização Internacional do Trabalho e demais convénios aplicáveis, além da legislação local dos países onde desenvolve a sua atividade.

A nossa atuação é pautada por princípios como o respeito pela lei e pelos direitos humanos, a honestidade, a integridade, a transparência, a diversidade e a inclusão, a responsabilidade social corporativa e a independência em relação a partidos políticos. Prevenimos a discriminação em todas as suas formas, sendo a evolução e o reconhecimento profissionais baseados no mérito e na justiça, nas qualificações e na igualdade de oportunidades. Promovemos um ambiente de trabalho seguro e saudável, não tolerando qualquer forma de assédio. Promovemos o respeito pela vida privada do colaborador, pelo horário de trabalho e o direito ao descanso, valorizando uma organização equilibrada do tempo, e procuramos garantir as melhores práticas de saúde e segurança no trabalho, em prol dos nossos cerca de 148 mil colaboradores. Asseguramos ainda a liberdade de associação e contratação coletiva[89]. Para mais informação sobre este ponto, ver neste capítulo, subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1 "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", subponto "Liberdade de associação e contratação coletiva".

Procuramos prevenir os riscos de trabalho forçado e de trabalho infantil, nomeadamente através de mecanismos que impedem a contratação de pessoas abaixo da idade legalmente permitida, e implementamos medidas para assegurar o respeito pelos direitos dos povos indígenas.

[88] As Diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico para as Empresas Multinacionais, desenvolvidas em 1976, têm sido continuamente atualizadas face aos desafios sociais e ao contexto em evolução dos negócios internacionais.
[89] Uma vez que na Polónia, Colômbia, Chéquia, Eslováquia e Marrocos não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às sociedades do Grupo, a contratação coletiva aplica-se apenas em Portugal (23,5% do total de colaboradores do Grupo).

Os temas de direitos humanos acima mencionados estão integrados no nosso Código de Conduta, que aborda os princípios que orientam a relação com todas as partes interessadas. Neste âmbito, destacamos a formação obrigatória para todos os colaboradores nos três principais países onde operamos relativa ao Código de Conduta, que, em 2025, se traduziu em 83.353 horas de formação, prestadas a 118.362 colaboradores.

O respeito e a proteção dos direitos humanos nas nossas operações também se encontram concretizados nas restantes políticas que regem a gestão de recursos humanos no Grupo, das quais destacamos as Diretrizes de Labour Fundamentals, cuja descrição pode ser consultada neste capítulo, subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais".

Direitos humanos e laborais na cadeia de abastecimento

Em relação à cadeia de abastecimento, para além do disposto no Código de Conduta de Jerónimo Martins, destacam-se três documentos orientadores: o Código de Conduta de Fornecedores, a Política de Compras Sustentáveis e a Política Anticorrupção (todos disponíveis no website Jerónimo Martins). A seleção de fornecedores é realizada com base em critérios de qualidade, inovação, preço, capacidade de abastecimento, desempenho, confiança, continuidade e sustentabilidade ao longo do tempo.

Ao nível da Política de Compras Sustentáveis, o Grupo reserva-se o direito de cessar de imediato, e de forma unilateral, relações comerciais com fornecedores sempre que tome conhecimento de que estes e/ou os seus fornecedores desenvolvem práticas de abuso dos direitos humanos, da criança e/ou dos trabalhadores e/ou não incorporam preocupações éticas e ambientais na sua atuação.

Nos processos de sourcing de todas as Companhias do Grupo, são aplicados critérios de seleção que incluem a aceitação da Política de Compras Sustentáveis, do Código de Conduta de Fornecedores e da Política Anticorrupção. Adicionalmente, nos processos de sourcing global (aquisição de produtos que servem companhias localizadas em mais de um país) são também verificadas a declaração de inexistência de trabalho forçado e infantil nas suas operações, a garantia da prática de um horário de trabalho alinhado com a lei e a concessão dos dias de descanso previstos na mesma. Entre outros critérios, estão incluídas a prática de salários justos, a promoção de um ambiente de trabalho seguro (providenciando, por exemplo, equipamentos de combate a incêndios e de proteção individual, saídas de emergência, seguro de acidentes profissionais e assistência médica para todos os colaboradores) e a disponibilidade para, em caso de seleção, serem alvo de auditoria social e de formação neste âmbito. Em 2025, 203 potenciais novos fornecedores foram sujeitos aos critérios de seleção.

Prevenção e combate à corrupção

Estamos empenhados em combater todas as formas de corrupção, designadamente as associadas direta ou indiretamente aos elos que compõem a cadeia de valor, exigindo transparência e integridade nas relações entre os diferentes intervenientes e executando um Procedimento de Dever de Diligência de Integridade que visa identificar riscos de corrupção associados aos terceiros que integram a cadeia de valor. Na nossa Política Anticorrupção, que concretiza os princípios de atuação e os deveres enunciados no Código de Conduta do Grupo Jerónimo Martins em matéria de honestidade e de integridade, instituímos o princípio da tolerância zero relativamente a qualquer prática de atos de corrupção, tráfico de influências, recebimento ou oferta de vantagem indevida ou pagamento ou recebimento de quaisquer benefícios que violem as disposições legais em vigor em cada país e o nosso Código de Conduta.

Jerónimo Martins é membro do United Nations Global Compact que, entre os seus dez princípios, defende os direitos humanos e do trabalhador e define, no seu Princípio 10, que "as empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno". Em 2024, a Jeronimo Martins Polska juntou-se à rede polaca do Global Compact, o que representou mais um passo no aprofundamento deste compromisso. Reportamos anualmente o nosso progresso quanto a estes princípios.

Adicionalmente, o combate à corrupção e suborno integra um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes), sendo igualmente um dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e uma das diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais.

O Grupo dispõe de um Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRC), na sequência da aprovação em Portugal do Regime Geral de Prevenção de Corrupção, consagrado no Decreto-Lei No. 109-E/2021, que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa nesta matéria, considerando a probabilidade de ocorrência de incidentes e o seu previsível impacto. Este plano lista, igualmente, as medidas de prevenção e mitigação deste tipo de riscos. Em 2025, foi publicado o relatório anual de execução do PPRC, que pode ser consultado no website Jerónimo Martins.

Tributação e concorrência justa

Em matéria tributária, a Direção de Fiscalidade da Holding, que trabalha em conjunto com os departamentos fiscais da Jeronimo Martins Polska, da Jeronimo Martins Colombia e da Jeronimo Martins Slovensko, presta assessoria a todas as sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a otimização, do ponto de vista fiscal, das ações de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as autoridades fiscais.

O Grupo Jerónimo Martins acredita numa concorrência livre e saudável e adota políticas comerciais que visam garantir a proteção dos direitos dos consumidores e o respeito pelas normas de concorrência em todas as jurisdições onde opera. Os princípios pelos quais pauta a sua atividade estão descritos no nosso Código de Conduta, no capítulo Concorrência e Boas Práticas Comerciais.

Identificar e avaliar os impactos adversos

(Passo 2 Guidelines OCDE | UNGP 17 e 18)

Destacamos a Política de Gestão do Risco e a Metodologia de Gestão do Risco, que visam alinhar os objetivos e a estratégia do Grupo com a avaliação estruturada e consistente dos riscos específicos de cada Companhia e dos riscos transversais ao Grupo. Permitem ainda acompanhar os riscos emergentes que podem vir a afetar o Grupo e/ou as suas Companhias.

A descrição do processo anual de avaliação de risco, um exercício que envolve cerca de 70 *managers* representantes das Companhias e dos países onde o Grupo opera e que tem como principal finalidade assegurar a identificação, acompanhamento, classificação e reporte dos riscos a que Jerónimo Martins e as suas Companhias estão expostos (por exemplo, riscos de cariz económico, político, ambiental e de direitos humanos), bem como as mais relevantes medidas de mitigação dos mesmos, pode ser consultado em detalhe nos números 52. a 55. do capítulo 4. "Governo da Sociedade" deste relatório.

São ainda realizadas revisões trimestrais com o objetivo de acompanhar os temas mais críticos para o negócio e uma monitorização ativa de quaisquer riscos emergentes que possam ser relevantes para o Grupo.

Na sequência desta avaliação, são planeadas e executadas auditorias internas e são preparados os planos estratégicos de cada Companhia. Os temas considerados ao longo das avaliações de risco têm em conta vários aspetos que estão relacionados com os riscos de corrupção, reputação, comunidades afetadas e direitos humanos.

Cessar, prevenir ou mitigar impactos negativos e acompanhar a implementação e os resultados das medidas tomadas

(Passo 3 Guidelines OCDE | UNGPs 13, 17 e 19 e Passo 4 | UNGPs 17 e 20)

Direitos humanos

Os fornecedores de produtos de Marca Própria e de perecíveis são auditados, tanto no processo de seleção como regularmente, com o objetivo de acompanhar a gestão e controlo dos processos produtivos, nomeadamente quanto aos sistemas de qualidade e de segurança alimentar que tenham implementados. As auditorias são levadas a cabo por equipas internas e contam com o auxílio de entidades externas independentes. Compreendem áreas como a qualidade e segurança alimentar, a gestão de aspetos ambientais e laborais, entre outros.

As auditorias sociais, realizadas por uma entidade externa e independente, visam, por sua vez, monitorizar e assegurar o cumprimento da legislação nacional e internacional, assim como promover a aplicação das boas práticas partilhadas pela Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum. Procuram igualmente assegurar o cumprimento da Resolução e dos Princípios Prioritários[90], em vigor desde 2015, da Human Rights – Working to End Forced Labour Coalition, também do CGF. Estas auditorias sociais englobam mais de 120 critérios de avaliação, sendo alguns de carácter "tolerância zero", nos âmbitos da erradicação do trabalho forçado e infantil, da preparação para emergências, saúde e segurança, e do combate à corrupção, entre outros.

As auditorias são precedidas de formação e culminam com uma classificação após verificação *in loco* das infraestruturas e realização de entrevistas a trabalhadores. Se necessário, é desenvolvido um plano de ações corretivas com um prazo limite de implementação estipulado conforme a gravidade das não-conformidades encontradas. No caso do sector agroalimentar, estas auditorias aplicam-se a três tipos de atividades: produção primária, operações no mar e indústria de transformação.

Para mais informação sobre as auditorias que conduzimos junto dos nossos fornecedores, ver subcapítulo 5. "Informações sobre governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subseção 5.2.1 "Seleção e acompanhamento de fornecedores", neste capítulo.

Como complemento às iniciativas desenvolvidas com os nossos fornecedores, incentivamos a adoção de certificações de sustentabilidade. Estes sistemas seguem referenciais que consideram requisitos ambientais e/ou sociais verificados por entidades externas e podem ser aplicados a um ou mais ingredientes, ao produto em si e/ou à sua embalagem. A sua adoção assegura a implementação de boas práticas ambientais na cadeia de valor – garantindo que, no fabrico de produtos, não houve desflorestação ou conversão de ecossistemas de Alto Valor de Conservação, que os processos de produção para a mitigação da poluição são *best in class*, e/ou que os princípios de direitos humanos são respeitados (inexistência de trabalho infantil ou de trabalho forçado, pagamento justo ao produtor, entre outros exemplos). A presença de simbologia própria em produtos e noutros pontos de contacto com os consumidores facilita ainda a comunicação destes atributos e a sensibilização para escolhas mais conscientes.
A informação sobre produtos com certificação de sustentabilidade pode ser consultada no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subseção 4.1.3. "Consumidores e utilizadores finais", neste capítulo.

Internamente, como forma de prevenir e mitigar riscos de violação de direitos laborais em Portugal, asseguramos a realização frequente de auditorias operacionais de recursos humanos aos horários de trabalho, aos períodos de descanso e férias, aos exames médicos, às condições dos locais de trabalho, entre outros critérios cuja conformidade e controlo visam a promoção da dignidade dos postos de trabalho e o bem-estar dos colaboradores. No caso de serem identificadas não-conformidades, é definido um plano de correção, cujas ações são acompanhadas de forma próxima pela equipa de recursos humanos, e é antecipada a auditoria seguinte para confirmar a implementação do plano. Na Colômbia, as equipas da Ara monitorizam ainda um mapa de criticidade que permite controlar indicadores prioritários de direitos laborais e acionar auditorias às lojas com risco identificado.

Prevenção e combate à corrupção

Sempre que admitimos novos colaboradores em qualquer país, e por forma a informar sobre os valores e princípios éticos do Grupo, garantimos a formalização da tomada de conhecimento do Código de Conduta e da Política de Anticorrupção. Além disso, garantimos comunicações regulares sobre estes temas.

Desenvolvemos um programa de formação em Política Anticorrupção em dois formatos de participação (*e-learning* e formação avançada para funções críticas), cujos conteúdos são periodicamente revistos para

[90] Os Princípios Prioritários do CGF consistem na defesa de temas considerados críticos em matéria de proteção dos direitos laborais nas cadeias de abastecimento globais: a liberdade de movimento (a capacidade dos trabalhadores circularem livremente, não devendo ser restringida pelo seu empregador através de abusos, ameaças e práticas como a retenção de documentos de identificação e de bens pessoais); o carácter voluntário de um emprego (nenhum trabalhador deverá pagar por um emprego, devendo estar consciente dos termos e condições antecipadamente, e ser remunerado regularmente como acordado, estando proibidas relações contratuais baseadas em dívida ou em servidão); e o carácter de liberdade contratual (nenhum trabalhador deve encontrar-se numa situação de endividamento ou de coação através de taxas ou custos associados ao recrutamento e ao emprego, devendo ser pagos pelo empregador e não colocando nenhum encargo financeiro sobre um trabalhador).

assegurar a sua atualidade. Em 2025, foram dadas 28.995 horas de formação sobre este tema (16,3% mais do que em 2024) e chegámos a 96,4% colaboradores através de campanhas de comunicação. Para além de formação geral sobre a política, em diferentes níveis de profundidade, foram lecionadas formações para públicos-alvo específicos. Por exemplo, em Portugal, foram conduzidas formações às equipas de recursos humanos e de qualidade e segurança alimentar e, na Polónia, às equipas de logística, expansão e à área técnica. Na Colômbia, a formação incidiu sobre o sistema de autocontrolo e gestão de risco na lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, e sobre o Programa de Transparência e Ética Empresarial (PTEE), um normativo legal colombiano.
Também as entidades terceiras que se relacionam com as empresas do Grupo são alvo de ações de comunicação. Neste contexto, destaca-se a divulgação da Política Anticorrupção junto dos fornecedores, do Código de Conduta de Fornecedores e da Política de Compras Sustentáveis, publicados no site do Grupo e/ou incluídos nos contratos.

Além disso, verificamos periodicamente a eficácia e a correta implementação das nossas políticas, procedimentos e controlos internos através, por exemplo, de auditorias que incluem a análise da gestão dos riscos (entre os quais, riscos operacionais que podem estar associados a eventos de fraude e/ou corrupção), de forma a identificar eventuais não-conformidades e pontos de melhoria. Esta informação encontra-se detalhada no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte 1. - “Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção C. "Organização Interna", subsecção III - “ Controlo Interno e Gestão de Riscos”, deste relatório.

Tributação e concorrência justa

O Grupo adota uma postura colaborativa com as autoridades fiscais dos países onde opera, tendo vindo a participar, por exemplo, em diversas iniciativas da Autoridade Tributária portuguesa em matéria de transparência fiscal e relação cooperativa.

Os riscos associados aos assuntos fiscais e legais, assim como às disputas com as autoridades fiscais e da concorrência, são monitorizados de forma constante pela equipa de gestão e pela Comissão de Auditoria.

Relativamente à concorrência justa, o Grupo Jerónimo Martins apoia todas as ações que tendam a proibir a existência de atividades restritivas do livre comércio, práticas injustas ou abuso de posição negocial. O Grupo acredita na concorrência forte e leal, e cumpre de forma escrupulosa as leis da concorrência dos mercados onde opera.

Sistemas de controlo interno e de gestão do risco

O sistema de controlo interno do Grupo é assegurado por um conjunto de áreas dedicadas à monitorização de processos críticos a nível central e operacional, envolvendo, nomeadamente, as seguintes entidades:

- Conselho de Administração;
- Comissão de Auditoria;
- Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direção Executiva;
- Comité de Risco;
- Departamento de Auditoria Interna, que reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria;
- Direção de Estratégia e Inovação;
- Gestor de Risco da Unidade de Negócio;
- Todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou atividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas atividades.

O Departamento de Auditoria Interna avalia a qualidade e a eficácia dos sistemas de controlo interno no âmbito da gestão de riscos (operacionais e não-operacionais) estabelecidos pelo Conselho de Administração, fomentando a sua conformidade com os procedimentos e políticas do Grupo e das suas unidades de negócio. Esta área tem também como missão promover o cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às operações. Os processos de controlo interno são formalizados em políticas e procedimentos, conforme descrito no capítulo 4. “Governo da Sociedade”, Parte 1. “Informação Sobre

Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C. "Organização Interna", subsecção III "Controlo Interno e Gestão de Riscos", ponto 50. "Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno" ponto 55." Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira", deste relatório.

Comunicar como os impactos estão a ser endereçados

(Passo 5 Guidelines OCDE | UNGP 17 e 21)

A informação exposta acima sobre a abordagem de defesa dos direitos humanos, prevenção da discriminação, proteção do direito de negociação coletiva, prevenção do trabalho forçado e infantil, prevenção da corrupção, assim como sobre a gestão e mitigação dos riscos associadas a essas matérias, encontra-se integrada nas políticas e códigos do Grupo Jerónimo Martins, disponíveis no subcapítulo 2. " Divulgações gerais", secção 2.6. "As nossas políticas" e no subcapítulo 7. "*Frameworks* de reporte" deste capítulo, nas secções dedicadas às Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS) e à Global Reporting Initiative (GRI), ambos no presente relatório:

- Abordagem de Gestão: ESRS 1, ESRS 2, GRI 2-1 ao 2-30, 3-1/2/3;
- Aspetos Materiais: ESRS 2 BP-2, GRI 103-1/2/3;
- Anticorrupção: ESRS G1, ESRS G1-3, ESRS G1-4, GRI 205-1/2;
- Práticas Anti concorrenciais: ESRS 1, GRI 206-1;
- Emprego: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17; ESRS S2-1, S2-2, S2-4, GRI 401-1/2/3;
- Trabalho e Relação com a Gestão: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17; ESRS S2-1, S2-2, S2-4, GRI 402-1;
- Segurança e Saúde dos Colaboradores: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, GRI 403-1/2/3/4/5/6/7/8/9/10;
- Formação e Educação: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17, GRI 404-1/2/3;
- Diversidade e Igualdade de Oportunidades: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, S2-5; GRI 405-1/2;
- Não-Discriminação: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, S2-5, ESRS S4-1, S4-2, S4-4, S4-5; GRI 406-1;
- Liberdade de Associação e Negociação Coletiva ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, S2-5; GRI 407-1;
- Trabalho Infantil: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, S2-5, GRI 408-1;
- Trabalho Forçado: ESRS S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-17, ESRS S2-1, S2-2, S2-4, S2-5, GRI 409-1;
- Segurança: ESRS S3-1, S3-2, S3-4, S3-5, GRI 410-1;
- Comunidades Locais: ESRS S3-1, S3-2, S3-4, S3-5, GRI 413-1;
- Avaliação Social de Fornecedores: ESRS G1-2, GRI 414-1/2;
- Políticas Públicas: GRI 415-1;
- Saúde e Segurança dos Consumidores: ESRS S4-1, S4-2, S4-4, S4-5; GRI 416-1/2.

Remediação ou cooperação para remediar os impactos quando necessário

(Passo 6 Guidelines OCDE | UNGPs 22, 29, 30 e 31)

A Comissão de Ética é o órgão especializado que tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta e da Política Anticorrupção em todas as sociedades que integram o Grupo.

À luz da Política de Comunicação de Irregularidades aprovada pela Sociedade, a Comissão de Ética disponibiliza uma plataforma digital (disponível em www.jeronimomartins.com e em comissaodeetica.jeronimomartins.com) para a denúncia de infrações, de forma confidencial e anónima se desejado. Para mais informação sobre o tratamento de denúncias e a taxa de resolução das mesmas, ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", subponto "Serviços de apoio ao cliente", neste capítulo.

Adicionalmente, contamos com quatro Núcleos de Ética em Portugal, dois na Polónia e um na Eslováquia. Estes são canais de denúncia autónomos que, a par da Comissão de Ética, têm a responsabilidade de assegurar a receção e o seguimento das denúncias de irregularidades respeitantes às Companhias,

apresentadas por qualquer uma das partes interessadas, não permitindo atos de retaliação por denúncias feitas de boa-fé. A Comissão de Ética e os Núcleos de Ética permitem o anonimato e atuam de acordo com os princípios de independência, isenção, integridade, confidencialidade, e ausência de conflitos de interesse.

Existem ainda outros órgãos que recebem e fazem o seguimento de queixas sobre temas específicos: a Comissão para o Combate ao *Mobbing*, Discriminação e Assédio Sexual, formada sempre que existe uma denúncia sobre este tema na Polónia, e o Comité de Convivência Laboral na Colômbia, que investiga e se ocupa de queixas relacionadas com as condições de trabalho ou outros problemas laborais.

Os colaboradores têm ainda à sua disposição o Serviço de Atendimento ao Colaborador para a denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais, e para a receção e encaminhamento de pedidos sociais. Este canal garante a confidencialidade, independência e imparcialidade, assegurando a proteção dos colaboradores contra eventuais situações de retaliação, discriminação e/ou diminuição dos seus direitos.

Para mais informações relativas aos canais de comunicação disponíveis para os diferentes *stakeholders*, ver subcapítulo 2. “Divulgações Gerais”, secção 2.3. “Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação”, neste capítulo.

Encontramo-nos atualmente a robustecer o nosso processo de *due diligence* de direitos humanos em linha com as recomendações da OCDE e com a legislação da União Europeia respeitante à Diretiva relativa ao Dever de Diligência das Empresas em matéria de Sustentabilidade, assim como em matéria de prevenção e combate à corrupção, em observância do enquadramento legal aplicável.

3.3.6. Divulgação de KPI (Key Performance Indicators)

Em 2025, registámos os seguintes resultados de elegibilidade e alinhamento:

- KPI volume de negócios (Turnover): 100% não elegível, uma vez que a nossa atividade principal (Distribuição Alimentar) não se encontra atualmente regulada no Ato Delegado do Clima, no Ato Delegado Ambiental, nem no Ato Delegado Complementar;
- KPI despesas de capital (CapEx): 6% elegível e alinhado; 55% elegível e não alinhado; 39% não elegível;
- KPI despesas operacionais (OpEx): 100% não elegível (montantes potencialmente enquadrados no numerador do indicador considerados não materiais).

De acordo com o Ato Delegado do Artigo 8.º, as empresas devem apresentar três tabelas, uma para cada um dos três KPI: volume de negócios, despesas de capital (CapEx) e despesas operacionais (OpEx). Essa informação é apresentada de seguida:

Volume de negócios

Exercício 2025	2025			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)									
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	Volume de negócios (3)	Proporção do Volume de negócios, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do Volume de negócios alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2024 (18)	Categoria — atividade capacitante (19)	Categoria — atividade de transição (20)
		€ Milhões	%	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Volume de negócios das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)		**0**	**0%**	0%	0%	0%	0%	0%	0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	**0%**		
Das quais, capacitantes		0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0%	C	
Das quais, de transição		0	0%	0%						n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																			
Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)		**0**	**0%**	0%	0%	0%	0%	0%	0%								**0%**		
A. Volume de negócios das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)		**0**	**0%**	0%	0%	0%	0%	0%	0%								**0%**		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
Volume de negócios das atividades não elegíveis para taxonomia (B)		35.991	100%																
Total (A + B)		**35.991**	**100%**																

O denominador deste KPI é baseado no volume de negócios consolidado (vendas e prestação de serviços), conforme apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas constantes no capítulo 3. "Demonstrações Financeiras Consolidadas". Relativamente ao numerador, não identificámos atividades elegíveis, uma vez que, como já referido, a Distribuição Alimentar não está, à data, incluída na lista de atividades da Taxonomia.

Despesas de capital (CapEx)

Exercício 2025	2025			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)									
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	CapEx (3)	Proporção do Capex, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do CapEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2024 (18)	Categoria - atividade capacitante (19)	Categoria - atividade de transição (20)
		€ Milhões	%	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S / N	S/ N	S / N	S / N	S / N	S / N	S/ N	%	C	T
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3	0	0%	S	N	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de instrumentos e de dispositivos de medição, regulação e monitorização do desempenho energético dos edifícios	MAC 7.5	0	0%	S	N	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	0%	C	
Instalação, manutenção e reparação de tecnologias de energia de fontes renováveis	MAC 7.6	30	2%	S	N	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	2%	C	
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7	57	4%	S	N	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL	S	S	S	S	S	S	S	4%		
CapEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)	**88**		**6%**	6%	0%	0%	0%	0%	0 %	S	S	S	S	S	S	S	**6%**		
Das quais, capacitantes	30		2%	2%	0%	0%	0%	0%	0 %	S	S	S	S	S	S	S	2%	C	
Das quais, de transição	0		0%	0%						S	S	S	S	S	S	S	0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																			
Transporte em motociclos, veículos ligeiros de passageiros e veículos comerciais ligeiros	MAC 6.5 / AAC 6.5	18	1%	EL	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								1%		
Renovação de edifícios existentes	MAC 7.2 / AAC 7.2 / EC 3.2	63	4%	EL	EL	N/EL	N/EL	EL	N/EL								4%		
Instalação, manutenção e reparação de equipamentos dotados de eficiência energética	MAC 7.3 / AAC 7.3	60	4%	EL	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								4%		
Aquisição e propriedade de edifícios	MAC 7.7 / AAC 7.7	701	46%	EL	EL	N/EL	N/EL	N/EL	N/EL								46%		
CapEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)	**842**		**55%**	55 %	0%	0%	0%	0%	0 %								**55%**		
A. CapEx das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)	**929**		**61%**	61 %	0%	0%	0%	0%	0 %								**61%**		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
CapEx das atividades não elegíveis para taxonomia (B)	595		39%																
Total (A + B)	**1.524**		**100%**																

Nos termos do Ato Delegado do Artigo 8.º, o indicador de CapEx é definido como o CapEx elegível (numerador) dividido pelo CapEx total (denominador). O CapEx total foi calculado de acordo com as regras e princípios aplicáveis à preparação das demonstrações financeiras consolidadas, tendo sido considerados os aumentos do valor bruto de ativos fixos tangíveis, de ativos intangíveis, de propriedades de investimento (quando aplicável), de ativos biológicos (quando aplicável) e direitos de uso, conforme é apresentado nas notas 8, 9 e 10 anexas às Demonstrações Financeiras Consolidadas (subcapítulo 3.1. "Demonstrações Financeiras Consolidadas"). O valor do denominador corresponde à soma das rubricas de "Aumentos" apresentadas nas notas indicadas.

Milhões de euros

	2025	2024
Aumentos de Ativos fixos tangíveis (Nota 8.1)	1.134	933
Aquisições de negócios - Ativos fixos tangíveis (Nota 8.1)	11	18
Aumentos de Ativos intangíveis (Nota 9.1)	25	16
Aumentos de Direitos de uso (Nota 10.1)	349	350
Aquisições de negócios - Direitos de uso (Nota 10.1)	5	0
Total do CapEx para efeitos da Taxonomia UE	**1.524**	**1.317**

Relativamente aos direitos de uso, entendemos que o Ato Delegado é omisso quanto ao tratamento de aumentos ao valor bruto desses ativos que resultem de modificações contratuais ou de outros ajustamentos às responsabilidades com locações, nomeadamente de extensões do prazo da locação.

Assim, não foram incluídas no denominador novas mensurações de ativos de direitos de uso resultantes de modificações contratuais ou de outros ajustamentos aos passivos, conforme apresentados na rubrica "Atualizações contratos de direitos de uso" na respetiva nota de detalhe (10.1).

Relativamente à identificação de CapEx elegível, a nossa abordagem à classificação das atividades económicas foi como se segue:

- não foi incluído CapEx relacionado com ativos ou processos associados com atividades elegíveis tendo em conta que a nossa atividade principal não é abrangida pela Taxonomia e que não identificámos investimentos em atividades internas que qualifiquem como tal;
- não foi incluído CapEx relativo a planos de CapEx, tal como atualmente definidos na Taxonomia para expandir atividades alinhadas ou permitir que as atividades elegíveis se tornem alinhadas pela Taxonomia;
- foi incluído CapEx relacionado com a aquisição de bens e serviços de atividades económicas elegíveis de suporte à nossa atividade principal.

Adicionalmente, os montantes associados ao Capex elegível foram apurados tendo por base o grau de execução de cada investimento. Em resultado desta abordagem, foram classificadas como elegíveis as atividades indicadas na subsecção 3.3.3 "Análise de Elegibilidade" deste subcapítulo. Em relação a estas atividades, analisámos os investimentos para os quais os fornecedores nos disponibilizaram a informação necessária para identificar se a respetiva atividade económica está alinhada com a Taxonomia, incluindo o cumprimento dos critérios de NPS e salvaguardas mínimas, bem como no que foi possível avaliar diretamente.

Despesas operacionais

Exercício 2025	2025			Critérios de contributo substancial						Critérios NPS ("não prejudicar significativamente") (h)									
Atividades económicas (1)	Código (a) (2)	OpEx (3)	Proporção do OpEx, ano N (4)	Mitigação das alterações climáticas (5)	Adaptação às alterações climáticas (6)	Água (7)	Poluição (8)	Economia circular (9)	Biodiversidade (10)	Mitigação das alterações climáticas (11)	Adaptação às alterações climáticas (12)	Água (13)	Poluição (14)	Economia circular (15)	Biodiversidade (16)	Salvaguardas mínimas (17)	Proporção do OpEx alinhado pela taxonomia (A.1) ou elegível para taxonomia (A.2), ano 2024 (18)	Categoria - atividade capacitante (19)	Categoria - atividade de transição (20)
		€ Milhões	%	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S; N; N/EL (b) e (c)	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	S/N	%	C	T
A. ATIVIDADES ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
A.1. Atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia)																			
OpEx das atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental (alinhadas pela taxonomia) (A.1)	**0**	**0%**	0%	0%	0%	0%	0%	0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	**0%**		
Das quais, capacitantes	0	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0%	C	
Das quais, de transição	0	0%	0%						n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	0%		T
A.2. Atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (g)																			
OpEx das atividades elegíveis para taxonomia mas não sustentáveis do ponto de vista ambiental (atividades não alinhadas pela taxonomia) (A.2)	**0**	**0%**	0%	0%	0%	0%	0%	0%								**0%**		
A. OpEx das atividades elegíveis para taxonomia (A.1+A.2)	**0**	**0%**	0%	0%	0%	0%	0%	0%								**0%**		
B. ATIVIDADES NÃO ELEGÍVEIS PARA TAXONOMIA																			
OpEx das atividades não elegíveis para taxonomia (B)	144	100%																	
Total (A + B)	**144**	**100%**																	

Nos termos do Ato Delegado do artigo 8.º, o indicador de OpEx é definido como o OpEx elegível e alinhado (numerador) dividido pelo OpEx total (denominador). O OpEx total para este efeito consiste nos custos diretos não capitalizados relacionados com a investigação e desenvolvimento, as medidas de renovação de edifícios, a locação a curto prazo, a manutenção e a reparação, bem como quaisquer outras despesas diretas relacionadas com a manutenção diária dos ativos fixos tangíveis, pela empresa ou por terceiros a quem sejam subcontratadas atividades, que sejam necessárias para assegurar o funcionamento continuado e efetivo desses ativos. Não são incluídos custos operacionais decorrentes de locações de ativos de valor reduzido ou de contratos de locação com rendas variáveis.

Ainda de acordo com o Ato Delegado e considerando as orientações entretanto emitidas pela Comissão Europeia, uma entidade está isenta de calcular o numerador do indicador de OpEx quando o valor do denominador seja considerado não material ao modelo de negócio.

Entendemos que o total de OpEx calculado, conforme apresentado na tabela acima, não é material à nossa atividade, uma vez que é inferior a 0,5% do total das despesas operacionais em 2025, atendendo a

que não incorrermos em despesas operacionais significativas de pesquisa e desenvolvimento no âmbito da IAS 38, nem são expressivos os montantes incorridos com atividades de manutenção e reparação de ativos, e locações de curto prazo. Nesse sentido, optámos por aplicar a isenção referida, e não calcular o numerador para o indicador de OpEx.

3.3.7. Atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil

No que diz respeito às atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil, o Grupo declara que não desenvolveu estas atividades em 2025 conforme tabela abaixo (Ato Delegado Complementar: Modelo 1 – Atividades relacionadas com a energia nuclear e o gás fóssil):

Linha	Atividades relacionadas com a energia nuclear	
1.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante atividades de investigação, desenvolvimento, demonstração e implantação de instalações inovadoras de produção de eletricidade que produzem energia a partir de processos nucleares com um mínimo de resíduos do ciclo do combustível.	Não
2.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção e o funcionamento seguro de novas instalações nucleares destinadas a produzir eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio, bem como para a melhoria da sua segurança, utilizando as melhores tecnologias disponíveis.	Não
3.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante o funcionamento seguro de instalações nucleares existentes que produzem eletricidade ou calor industrial, incluindo para fins de aquecimento urbano ou processos industriais, como a produção de hidrogénio a partir de energia nuclear, bem como a melhoria da sua segurança.	Não
	Atividades relacionadas com o gás fóssil	
4.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção ou exploração de instalações de produção de eletricidade que produzem eletricidade a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Não
5.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção combinada de calor/frio e eletricidade que utilizam combustíveis fósseis gasosos.	Não
6.	A empresa realiza, financia ou tem exposições perante a construção, renovação ou exploração de instalações de produção de calor que produzem calor/frio a partir de combustíveis fósseis gasosos.	Não

3.3.8. Conclusão e antevisão do reporte de 2026

Em 2026, iremos continuar a monitorizar a publicação de novos atos delegados com a eventual inclusão de novas atividades económicas, bem como de novos *guidelines* de aplicação da Taxonomia que nos permitam assegurar o cumprimento do reporte nos termos definidos na Taxonomia europeia.

Em complemento, continuaremos a procurar robustecer o processo de análise dos critérios técnicos (CS e NPS) para as atividades identificadas como elegíveis sempre que os valores (ex., de CapEx) e a complexidade da recolha desta informação assim o justifiquem. Este trabalho também passa pelo envolvimento dos nossos fornecedores de quem muita desta informação está dependente e, em alguns casos, o nível de detalhe da informação necessária para alegar alinhamento nem sempre está disponível, p.e. nas fichas técnicas dos produtos, o que dificulta a sua recolha, análise e substanciação por meio de evidências. Por outro lado, vários dos nossos fornecedores – dada a sua menor dimensão – também apresentam dificuldades na recolha e sistematização desta informação de uma forma que possa ser considerada como alinhada com as normas de Taxonomia. Será também dada continuidade ao trabalho de revisão da classificação e organização da informação nos sistemas informáticos utilizados pelas nossas Companhias.

3.4. Finanças Sustentáveis

NON-MATERIAL

3.4.1. *Framework* de finanças sustentáveis

As finanças sustentáveis desempenham um importante papel na concretização tanto dos objetivos do Pacto Ecológico Europeu como da Agenda 2030 das Nações Unidas. Ao integrarmos critérios de sustentabilidade nas nossas decisões de investimento, nomeadamente na escolha de instrumentos financeiros, procuramos acelerar a transição para modelos produtivos mais responsáveis e resilientes, diferenciando positivamente as empresas com melhores práticas ambientais, sociais e de governo.

É por estes motivos que desenvolvemos, desde 2024, o Sustainable Finance Framework[91] do Grupo Jerónimo Martins, que abrange um leque alargado de instrumentos financeiros, nomeadamente:

- Empréstimos ou Obrigações verdes, que visam financiar projetos concretos de investimento em melhoria climática ou ambiental.
- Empréstimos ou Obrigações Vinculadas à Sustentabilidade, com o objetivo de financiar a atividade própria da empresa na sua trajetória de sustentabilidade, e ao abrigo dos quais se monitorizam os indicadores de *performance* ambientais e sociais escolhidos de entre os cinco previstos no documento.
- Instrumentos de financiamento da cadeia de abastecimento, neste caso, indexados à sustentabilidade dos fornecedores alvo de financiamento.

Este documento define o nosso posicionamento nesta área e está alinhado com os seguintes *frameworks*:

- os Green Loan Principles (Princípios dos Empréstimos Verdes) e os Sustainability-Linked Loan Principles (Princípios dos Empréstimos Vinculados à Sustentabilidade) publicados pela LMA - Loan Market Association (associação líder no mercado dos empréstimos sindicados);
- os Green Bond Principles (Princípios das Obrigações Verdes) e os Sustainability-Linked Bond Principles (Princípios das Obrigações Vinculadas à Sustentabilidade) publicados pela ICMA – International Capital Market Association (associação internacional de referência no mercado de capitais).

Os indicadores de performance ambiental e social incluídos no nosso programa de finanças sustentáveis foram selecionados com base nos tópicos materiais identificados na nossa matriz de dupla materialidade e representam compromissos ambiciosos, no âmbito da nossa estratégia de sustentabilidade. O Sustainable Finance Framework foi alvo de certificação por uma entidade terceira independente e acreditada.

3.4.2. Instrumentos em curso

A Jerónimo Martins Polska (Biedronka) celebrou, em 2023, um Empréstimo Verde com o Banco Europeu de Investimento (BEI) com vista ao financiamento da conversão energética em toda a rede de lojas Biedronka, aumentando a sua eficiência energética e reduzindo as emissões de carbono e a poluição atmosférica. Este financiamento, com um montante total de 1.500 milhões de złoty (cerca de 348 milhões de euros), começou a ser utilizado em 2024. Entre 2023 e 2025, a Biedronka finalizou, ao abrigo deste programa, mais de 600 remodelações de lojas com vista à melhoria da sua eficiência energética, através da implementação de sistemas fechados de refrigeração baseados em gases naturais, isolamento térmico dos edifícios e sistema de gestão de edifícios, em linha com a Diretiva de Edifícios Eficientes (EPBD – European Performance Buildings Directive).

A Jerónimo Martins Colombia (Ara) celebrou, em 2024, um Empréstimo Verde com a International Finance Corporation (IFC) no montante de 120 milhões de dólares (cerca de 115 milhões de euros), com vista ao financiamento da construção de dois centros de distribuição de acordo com critérios que mereceriam a certificação EDGE (Excellence in Design for Greater Efficiencies). Estes dois centros de distribuição entraram já em operação e, no início de 2026, obtiveram a certificação EDGE, cumprindo assim as condições que nos permitem um financiamento mais favorável enquanto promovemos, em conjunto com a IFC, a transição para modelos produtivos mais responsáveis e eficientes. A certificação EDGE irá permitir obter uma poupança estimada de até 25% no consumo de energia e de até 60% no consumo de água, em

[91] Este documento é disponibilizado no nosso website corporativo.

comparação com o *benchmark*. Quanto à redução das emissões de GEE, espera-se que esta seja na ordem dos 40%.

Mantivemos também a nossa linha para emissão de garantias contratada pela Jerónimo Martins, SGPS, S.A, que foi requalificada como vinculada à sustentabilidade. Esta linha – de 350 milhões de euros –tem condições financeiras mais benéficas indexadas ao cumprimento de dois indicadores escolhidos pela entidade financeira de entre os cinco previstos no Framework.

Continuamos a trabalhar na conversão das nossas linhas de financiamento da cadeia de abastecimento, mais conhecidas como linhas de "Confirming", que são requalificadas como "Confirming ESG". Ao abrigo destas linhas, o fornecedor pode antecipar junto do banco o recebimento dos montantes das suas faturas emitidas sobre as empresas do Grupo Jerónimo Martins, com um custo variável em função da classificação ESG obtida numa avaliação efetuada pela Ecovadis ou do resultado das auditorias ESG às suas operações, levadas a cabo pelo Grupo. O custo para o fornecedor será tanto menor quanto melhor for a classificação por si obtida. Informação adicional sobre estas linhas é disponibilizada no subcapítulo 5 "Informações sobre a Governação", secção 5.2. "Conduta Empresarial", subsecção 5.2.4. "Iniciativas e práticas de pagamento a fornecedores", neste capítulo.

Ainda em 2025 foram contratados dois novos Programas de Papel Comercial, por oferta particular e direta, ambos *sob a forma de Sustainability-Linked Commercial Paper*, cada um no montante máximo de 50 milhões de euros. Foi ainda emitido um empréstimo obrigacionista, também *Sustainability-Linked*, pelo prazo de 3 anos, a taxa fixa e no montante de 50 milhões de euros. As condições subjacentes a estes três novos contratos *foram* indexadas a objetivos de sustentabilidade relacionados com a monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos pelas empresas do Grupo Jerónimo Martins, bem como da taxa de valorização anual de resíduos.

Terminámos 2025 com quatro categorias de instrumentos financeiros sustentáveis em curso, mais uma do que em 2024: Empréstimos Verdes, Acordos de Financiamento da Cadeia de Abastecimento, Linhas de Crédito para emissão de Garantias e Linhas de Financiamento Sustentável (Sustainability-Linked Loan). Os perto de 1.450 milhões de euros angariados (mais 30% do que em 2024) representam cerca de 29% do total de instrumentos financeiros do Grupo. É nosso objetivo aumentar progressivamente a representatividade dos instrumentos financeiros ao abrigo do nosso Framework de finanças sustentáveis no portefólio global.

4. Informação social

4.1. As nossas políticas sociais

4.1.1. Mão de obra própria

[ESRS S1-1; ESRS S1-4]

MATERIAL

O Grupo mantém um compromisso firme com elevados padrões de integridade, ética e respeito por todas as pessoas que trabalham connosco. Respeitamos os direitos humanos, a legislação dos países onde operamos e as principais normas e diretrizes internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, as Convenções da OIT e as Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais.

Para garantir um comportamento alinhado em todas as nossas estruturas, temos políticas que funcionam como referência ética e deontológica ao longo de todo o percurso profissional dos nossos colaboradores e que orientam a sua atuação, independentemente da função, hierarquia ou país:

- Código de Conduta
- Política Anticorrupção

Para concretizar os nossos princípios de integridade e respeito, contamos com políticas globais e locais que orientam os processos de gestão de recursos humanos:

- Diretrizes Fundamentais do Trabalho
- Diretrizes para a Prevenção e Combate a Assédio e Discriminação
- Política de Recrutamento e Seleção
- Política Global de Formação
- Política de Gestão de Desempenho
- Política de Segurança e Saúde no Trabalho
- Política de Envolvimento

As ações tomadas sobre impactos materiais, abordagens para gerir riscos materiais e perseguir oportunidades materiais e a eficácia dessas ações, relacionadas com os nossos colaboradores, são descritas ao longo das subsecções da secção “Como gerimos os tópicos sociais”, incluindo os recursos afetos à gestão dos tópicos materiais.

Uma descrição das políticas sociais pode ser encontrada no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas”. Esta informação está também disponível no nosso website corporativo.

4.1.2. Comunidades afetadas

[ESRS 2 MDR-P, ESRS 2 S3-1]
[GRI 3-3, GRI 2-23]

MATERIAL

Estamos conscientes que a sustentabilidade do nosso negócio no longo prazo é indissociável do sentido de responsabilidade alargada com que é conduzido, nomeadamente da contribuição ativa para o bem-estar das comunidades envolventes nas áreas onde operamos. No âmbito do exercício de dupla materialidade, o conceito de comunidades afetadas inclui as populações que vivem no contexto das nossas lojas, centros de distribuição e outras unidades de negócio. Por esta razão, procuramos identificar as suas necessidades mais urgentes com base na realidade socioeconómica local e dando prioridade aos grupos que consideramos mais vulneráveis – nomeadamente crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência – sempre em alinhamento com o respeito pelos direitos humanos.

As linhas-mestras que orientam a nossa atuação, nomeadamente no que diz respeito aos impactos diretos e indiretos das nossas operações, estão refletidas seguintes nas políticas e códigos:

- Política de Apoio às Comunidades Envolventes
- Código de Conduta
- Política de Compras Sustentáveis
- Código de Conduta de Fornecedores
- Política de Comunicação de Irregularidades

Para além do descrito na Política de Apoio às Comunidades Envolventes, as Companhias definem ações prioritárias de acordo com as especificidades do seu negócio, dos países onde operam e das comunidades próximas das suas operações:

- A Biedronka e o Pingo Doce focam-se no apoio a emergências sociais, carência alimentar, isolamento e solidão de idosos, e na promoção da literatura infantil.
- A Ara definiu o combate contra a insegurança alimentar, sobretudo entre as crianças, como absoluta prioridade, trabalhando com diversas instituições na prevenção da malnutrição, promoção de estilos de vida saudáveis e no apoio ao cuidado infantil, às mães e às famílias.
- A Hebe direciona as suas iniciativas para grupos vulneráveis específicos, como mulheres, jovens institucionalizadas e portadoras de deficiência.

O Código de Conduta assume o apoio às comunidades envolventes como um dos pilares de atuação das nossas Companhias, garantindo que este este compromisso segue orientações de boa governação, como a qualidade, a transparência e a ética na nossa atuação.

A Política de Compras Sustentáveis sublinha a importância de estimular o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde operamos e de contribuir de forma positiva para a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações. Define ainda diversos princípios para identificar, avaliar, gerir ou remediar os impactos nas comunidades afetadas – nomeadamente no ambiente e nos direitos humanos.

O Código de Conduta de Fornecedores estabelece os valores éticos e os comportamentos que os nossos fornecedores devem partilhar connosco, incluindo o respeito e proteção dos direitos humanos, e que possam ter impacto nas comunidades envolventes à sua área de atuação, tendo em vista a contribuição para a prosperidade socioeconómica das regiões onde operam[92].

Face ao definido nestes dois últimos documentos – e em alinhamento com o processo de devida diligência definido pelos Princípios Orientadores das Nações Unidas (UNGPs) e pelas Diretrizes da OCDE –, integramos critérios sobre impactos na comunidade nas auditorias sociais aos nossos fornecedores de Marca Própria e perecíveis[93] pertencentes ao setor primário. O objetivo é identificar, avaliar, gerir ou remediar os nossos impactos indiretos no ambiente e nos direitos humanos das comunidades envolventes. Estes critérios avaliam, entre outros aspetos:

- garantias de direitos de uso da terra e da água e potenciais conflitos associados;
- existência e implementação de processos de FPIC (*Free, Prior and Informed Consent*) para comunidades locais e indígenas;
- impactos nas comunidades das atividades produtivas sobre áreas protegidas e áreas de alto valor de conservação.

Uma descrição das políticas sociais pode ser encontrada no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas”. Esta informação está também disponível no nosso website corporativo.

4.1.3. Consumidores e utilizadores finais

[ESRS 2 MDR-P, ESRS S4-1]
[GRI 3-3, GRI 2-23]

MATERIAL

Investir no crescimento responsável dos nossos negócios significa colocar os consumidores no centro de tudo o que fazemos, enquanto fortalecemos a relação com fornecedores e produtores locais. É por isso que as principais políticas do Grupo – atualizadas sempre que necessário – integram as preocupações, necessidades e expectativas dos consumidores, em linha com o nosso objetivo de disponibilizar produtos de elevada qualidade, seguros, inovadores e a preços acessíveis. Também reconhecemos o nosso papel na promoção de comportamentos que tenham impacto positivo na sociedade, sobretudo num contexto de evolução acelerada das tendências de consumo, intensificação da concorrência no sector do retalho e desafios socioeconómicos das famílias.

[92] Mais informações no subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecções 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais” e 4.2.4. “Trabalhadores na cadeia de valor”, e no subcapítulo 5. “Informações sobre a governação” neste capítulo.
[93] Para saber mais sobre as auditorias sociais e o processo de devida diligência, por favor consulte o subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.4. “Trabalhadores na cadeia de valor”, e o subcapítulo 5. “Informações sobre a governação” neste capítulo.

Respeitar os direitos dos consumidores – bem como os direitos humanos que lhes dizem respeito – é, para além de exigível legalmente, condição necessária para a adequação e eficácia da nossa estratégia e a sustentabilidade da nossa licença social para operar. A abordagem aos direitos dos consumidores tem em consideração: a diligência devida ao longo de todo o ciclo de vida do produto (desenvolvimento, fornecimento, venda em loja ou através de canais digitais, uso e descarte), com controlos de segurança, rotulagem e perfis nutricionais; envolvimento – através de informação acessível em produtos e meios de comunicação – do Serviço de Apoio ao Cliente e da Provedoria do Cliente; e, remediação por meio de recolha e correções de produtos, reforço de processos e canais independentes de denúncia, geridos pela Comissão de Ética, assegurando confidencialidade e não-retaliação.

As políticas são instrumentos que conceptualizam esta abordagem, sendo particularmente relevantes para os nossos consumidores as seguintes:

- Código de Conduta
- Código de Conduta dos Fornecedores
- Política de Qualidade e Segurança do Produto
- Política Nutricional
- Política de Compras Sustentáveis
- Políticas de Proteção de Dados Pessoais
- Política e canais de Comunicação de Irregularidades (*whistleblowing*)

Estas políticas aplicam-se a todos os consumidores e utilizadores finais. Temos, no entanto, medidas específicas para grupos de consumidores mais expostos a risco (ex., crianças, idosos, pessoas com alergias e intolerâncias, ou consumidores dependentes de informação acessível), conforme caraterização apresentada na secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”. As políticas procuram também implementar os princípios referidos em instrumentos internacionalmente reconhecidos relevantes para consumidores, nomeadamente os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), as Diretrizes da OCDE para Multinacionais e a Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (aplicável sobretudo à cadeia de abastecimento).

Para além das nossas políticas, contamos com diretrizes internas que asseguram a aplicação de normas (e a sua contínua adaptação aos avanços do conhecimento) tanto pelas nossas equipas como pelos nossos parceiros de negócio. As Linhas de Orientação para o Desenvolvimento de Produtos de Marca Própria e Perecíveis, por exemplo, especificam requisitos de qualidade e segurança alimentar nas lojas e centros de distribuição, restrições à utilização de corantes alimentares, conservantes e outros aditivos artificiais, definem as quantidades recomendadas de ingredientes como sal, açúcar e gorduras, e incluem princípios de rotulagem nutricional.

Uma descrição das políticas sociais pode ser encontrada no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas”. Esta informação está também disponível no nosso website corporativo.

4.1.4. Trabalhadores na cadeia de valor

[ESRS 2 MDR-P; ESRS 2 S2-1]

N-M NON-MATERIAL

Promovemos o respeito e a defesa dos direitos humanos e laborais ao longo de toda a cadeia de valor e, em conjunto com os nossos fornecedores, procuramos mitigar potenciais riscos e fomentar a partilha de boas-práticas sociais.

No caso dos trabalhadores na nossa cadeia de valor, guiamo-nos por um conjunto de políticas e requisitos que enquadram a gestão dos riscos e impactos materiais relacionados com o bem-estar das pessoas, nomeadamente:

- Política de Compras Sustentáveis
- Código de Conduta para Fornecedores

Uma descrição das políticas sociais pode ser encontrada no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas”. Esta informação está também disponível no nosso website corporativo.

4.2. Como gerimos os tópicos sociais

4.2.1. Mão de obra própria

MATERIAL

[ESRS 2 SBM-3; ESRS S1-4]

O ano de 2025 continuou a colocar desafios significativos à estratégia de recursos humanos do Grupo, num contexto de mercado de trabalho particularmente exigente, marcado pela escassez de mão de obra na Europa, e por níveis de desemprego historicamente baixos. Em paralelo, tendências estruturais como o envelhecimento da população, o aumento das restrições à migração de pessoas e as diferentes expectativas geracionais vieram intensificar os desafios associados à gestão de pessoas. Este contexto está a redefinir as fontes de talento e a reforçar a concorrência pela atração e retenção de pessoas, particularmente em funções mais operacionais.

Todos estes desafios são avaliados e monitorizados trimestralmente pelo Comité de Risco, sendo identificadas medidas de mitigação para os riscos identificados. A resposta é materializada em ações concretas, assentes nos cinco pilares estratégicos da gestão de recursos humanos do Grupo:

- Ultrapassar o desafio da escassez de talento.
- Evoluir os mecanismos de reconhecimento e retenção.
- Desenvolver capacidades e lideranças.
- Colocar as pessoas no centro da agenda de transformação de Recursos Humanos.
- Preparar a organização para enfrentar os desafios futuros.

As iniciativas desenvolvidas no âmbito destes pilares, bem como os compromissos que assumimos a cada triénio e que monitorizamos trimestralmente a nível global e ao nível de cada Companhia, traduzem a nossa resposta aos desafios que enfrentamos, sendo desenvolvidos em detalhe nas próximas páginas. Os compromissos estão descritos no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

Em 2025, o Grupo participou pela primeira vez na Workforce Disclosure Initiative (WDI), iniciativa da Thomson Reuters Foundation que avalia a transparência das empresas em temas laborais. A Jerónimo Martins alcançou 71% na pontuação global, situando-se 9 p.p. acima da média das mais de 100 empresas participantes, 4 p.p. acima do sector Consumer Staples e 22 p.p. acima das empresas portuguesas. O Grupo destacou-se em várias das 13 dimensões analisadas, nomeadamente sobre a governação, análise de risco e direitos humanos, diversidade e inclusão, desenvolvimento e adaptação, comunicação com os colaboradores e mecanismos de resolução, bem como compras responsáveis e cadeia de abastecimento. Foi ainda atingido o nível máximo em quatro dimensões, um resultado sem paralelo entre as empresas participantes.

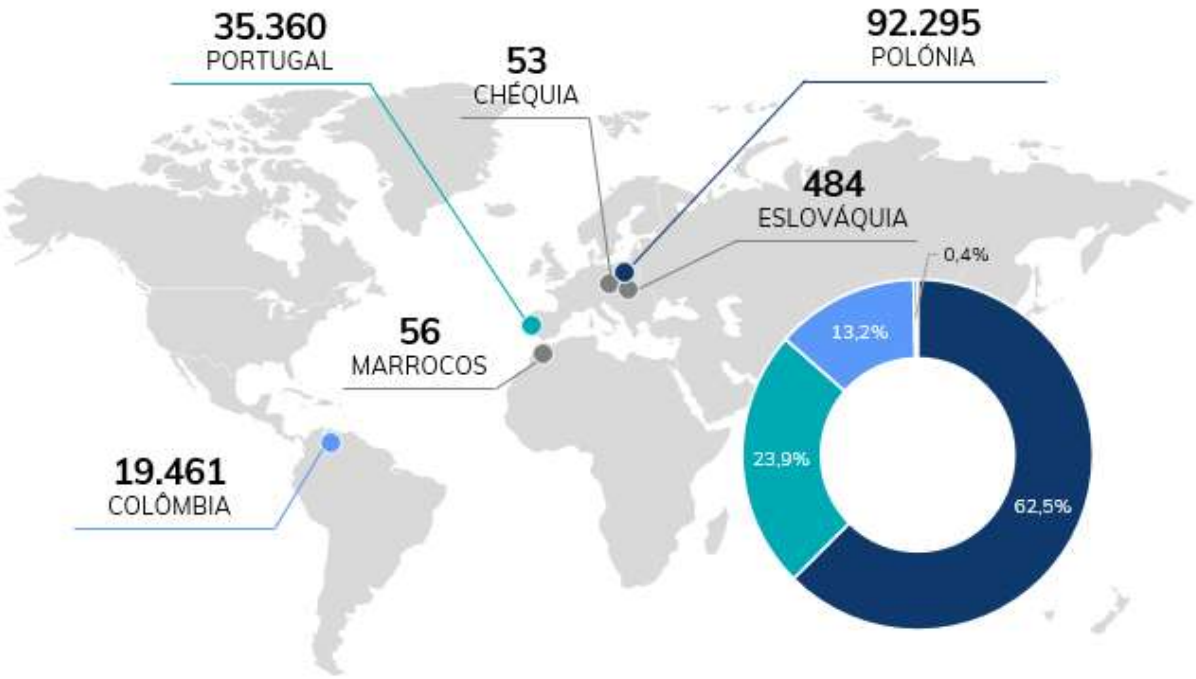
Os nossos colaboradores

MATERIAL

[ESRS 2 SBM-1; ESRS S1-6]

Número de colaboradores no total e por país

No final de 2025, contávamos com 147.709 colaboradores em Portugal, Polónia, Colômbia, Eslováquia, Chéquia e Marrocos. A informação sobre o número de colaboradores do Grupo pode também ser consultada no capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", subcapítulo 1.2. "Indicadores financeiros e operacionais".



Colaboradores por género e país

[GRI 405-1]

	2025			2024		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Grupo	**111.710**	**35.999**	**147.709**	**106.326**	**33.532**	**139.858**
Portugal	22.464	12.896	35.360	22.729	12.704	35.433
Polónia	78.293	14.002	92.295	75.235	13.048	88.283
Colômbia	10.566	8.895	19.461	8.211	7.705	15.916
Eslováquia	324	160	484	104	74	178
Chéquia	52	1	53	47	1	48
Marrocos	11	45	56	-	-	-

86 NACIONALIDADES

As nacionalidades estrangeiras mais comuns nos três países mais representativos são:

- brasileira em Portugal
- ucraniana na Polónia
- venezuelana na Colômbia

Tipologias de contrato e carga horária

[GRI 2-7]

	Tipologia de contratos*					
	Permanentes (efetivos)			Temporários (a termo**)		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Grupo	**87.258**	**28.572**	**115.830**	**24.452**	**7.427**	**31.879**
Portugal	18.970	9.991	28.961	3.494	2.905	6.399
Polónia	58.092	9.798	67.890	20.201	4.204	24.405
Colômbia	9.896	8.627	18.523	670	268	938
Eslováquia	287	144	431	37	16	53
Chéquia	9	0	9	43	1	44
Marrocos	4	12	16	7	33	40

* Não existem no Grupo colaboradores sem garantia de carga horária. No cálculo deste indicador foi contabilizado o número total de colaboradores no final do período.

** Os estágios SENA (Servicio Nacional de Aprendizaje) na Colômbia foram considerados na tipologia de contrato "a termo", correspondendo a 938 contratos.

	Tipologia de carga horária					
	Full-time			Part-time		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Grupo	**92.232**	**32.568**	**124.800**	**19.478**	**3.431**	**22.909**
Portugal	18.760	11.157	29.917	3.704	1.739	5.443
Polónia	63.080	12.606	75.686	15.213	1.396	16.609
Colômbia	10.054	8.619	18.673	512	276	788
Eslováquia	280	140	420	44	20	64
Chéquia	52	1	53	0	0	0
Marrocos	6	45	51	5	0	5

Os contratos sem termo correspondem a 78,4% do total de vínculos no Grupo, refletindo um aumento 3,9 p.p. face ao ano anterior, o que evidencia o nosso esforço contínuo em promover relações de trabalho estáveis. Em relação à carga horária, os contratos a tempo inteiro representam 84,5% do total, confirmando a predominância deste formato.

Rotatividade, admissões, retenção e antiguidade

[GRI 401-1]

29,2%	34,5%	82,5%	6 anos
Rotatividade *	Taxa de admissões **	Retenção a 12 meses ***	Antiguidade média

* Rácio entre o número de cessações durante 2025 e o número total de colaboradores no final do período.

** Rácio entre o número de contratações de colaboradores durante 2025 e o número total de colaboradores no final do período.

*** Percentagem de colaboradores que se manteve no Grupo em dezembro de 2025, tendo por base dezembro de 2024.

Em 2025 integrámos 50.994 novos colaboradores, o que resultou na criação de 7.851 postos de trabalho. Registaram-se 43.068 saídas e a taxa de rotatividade fixou-se em 29,2%, um aumento de 0,5 p.p. face aos 28,7% observados em 2024. Tal como ocorre no sector da distribuição alimentar a nível internacional, os níveis mais elevados de rotatividade concentram-se nas funções operacionais de loja e centros de distribuição, sendo particularmente expressivos entre os colaboradores mais jovens. Quanto ao tipo de cessação, 58,2% resultaram de decisões voluntárias dos colaboradores e 41,8% foram não voluntárias, maioritariamente associadas à sazonalidade do negócio, que exige ajustamentos da força de trabalho em períodos como Natal, Páscoa ou verão.

Trabalhadores não colaboradores

[ESRS S1-7]
[GRI 2-8]

MATERIAL

No final de 2025 estavam registados nos nossos sistemas internos 22.079 trabalhadores não colaboradores, o que corresponde a 13,0%[94] do total da força de trabalho do Grupo. A maioria destes profissionais é contratada através de agências de trabalho temporário para desempenhar funções operacionais, particularmente nas lojas e centros de distribuição.

	Trabalhadores não colaboradores*	
	2025	2024
Grupo	**22.079**	**21.661**
Portugal	324	336
Polónia	19.804	17.320
Colômbia	1.923	4.005
Eslováquia	24	-
Chéquia	0	-
Marrocos	4	-

*O Grupo está a reforçar os seus processos internos de recolha e reporte de informação, com vista a assegurar a quantificação isolada, no âmbito da mão de obra própria, do número de trabalhadores por conta própria e de profissionais contratados através de agências de trabalho temporário. O número reportado inclui trabalhadores não colaboradores das funções de escritório a nível global e das operações em Portugal e corresponde ao *headcount* registado em sistema de gestão de recursos humanos a 31/12/2025. Na Polónia, o número de trabalhadores não colaboradores nas lojas da Biedronka corresponde ao *headcount* registado num sistema de gestão local a 31/12/2025. Nos centros de distribuição e nas lojas Hebe a contabilização de trabalhadores não colaboradores corresponde ao número de FTEs a 31/12/2025, estimado a partir do relatório de horas trabalhadas fornecido pelo prestador de serviços. Na Colômbia, o número de trabalhadores não colaboradores nas operações da Ara corresponde ao *headcount* registado em sistemas manuais internos a 31/12/2025.

[94] O cálculo deste indicador considera o somatório de colaboradores (147.709) e trabalhadores não colaboradores (22.079).

Diversidade e inclusão

[ESRS S1-1; ESRS S1-9]
[GRI 405-1]

MATERIAL

Com mais de 147 mil colaboradores distribuídos por seis países e três continentes, valorizamos a diversidade de competências, culturas e gerações que caracteriza a nossa população. A pluralidade de Companhias e de geografias, própria de um grupo internacional, reforça a convicção de que a diversidade é um pilar essencial da nossa identidade pois contribui para o fortalecimento das equipas, estimula a inovação e ajuda-nos a ser um empregador representativo das comunidades em que estamos inseridos.

	Grupo etário			Género				Total
	<30	30-50	>50	Mulheres		Homens		
				#	%	#	%	
Grupo	**38.336**	**90.271**	**19.102**	**111.710**	**75,6%**	**35.999**	**24,4%**	**147.709**
Portugal	9.302	18.914	7.144	22.464	63,5%	12.896	36,5%	35.360
Polónia	19.589	60.857	11.849	78.293	84,8%	14.002	15,2%	92.295
Colômbia	9.228	10.164	69	10.566	54,3%	8.895	45,7%	19.461
Eslováquia	173	277	34	324	66,9%	160	33,1%	484
Chéquia	28	22	3	52	98,1%	1	1,9%	53
Marrocos	16	37	3	11	19,6%	45	80,4%	56
Níveis funcionais								
*Strategic**	1	133	98	76	32,8%	156	67,2%	232
Managerial	273	2.949	497	1.977	53,2%	1.742	46,8%	3.719
Operational	38.062	87.189	18.507	109.657	76,3%	34.101	23,7%	143.758

* O nível funcional strategic é responsável por definir a visão de longo prazo e as prioridades da organização, determinando como os recursos são alocados para maximizar valor sustentável. Neste nível, onde se incluem as Direções Executivas do Grupo e das Companhias, é estabelecida a ambição de crescimento, o posicionamento estratégico, as decisões de investimento e as expectativas de desempenho.

Em 2025, 8,6% dos nossos colaboradores tinham nacionalidade estrangeira relativamente ao país de operação, o que representa um aumento de 1,1 p.p. face a 2024. O Grupo integra profissionais de 86 nacionalidades e de quatro gerações distintas.

Garantimos que todos os colaboradores, em todos os níveis da organização, beneficiam de uma atuação segundo padrões éticos fundamentados na justiça, na igualdade de oportunidades e na não discriminação, independentemente da origem, género, orientação sexual, religião, idade, estado civil, situação familiar, nacionalidade, etnia, deficiência, convicção política ou ideológica, filiação sindical ou qualquer outro critério. O Código de Conduta vigente no Grupo reflete esta determinação, procurando sempre fomentar práticas de gestão de recursos humanos que se alinhem com os princípios ali estabelecidos.

Este compromisso materializa-se em projetos concretos e o trabalho realizado na promoção da diversidade e do trabalho inclusivo voltou a posicionar o Grupo como Líder em Diversidade, um reconhecimento do Financial Times e da plataforma online Statista. É o terceiro ano consecutivo que recebemos este reconhecimento e somos a única empresa sedeada em Portugal a pertencer ao ranking Diversity Leaders 2026. O Grupo foi novamente integrado no Índice FTSE Diversity & Inclusion Index, classificando-se entre as 100 principais empresas com ambientes de trabalho inclusivos.

Igualdade de género

O nosso compromisso com a igualdade de género traduz-se em políticas e ações que promovem ambientes de trabalho justos e equitativos, onde as oportunidades para mulheres e homens assentam no mérito. Trabalhamos, por isso, para garantir uma representação equilibrada de género em todos os níveis da organização e em cada etapa dos processos de gestão de pessoas. A igualdade salarial já alcançada nos principais países onde operamos demonstra o valor que atribuímos a estas temáticas.

A nossa força de trabalho é predominantemente composta por mulheres (75,6%), algo característico do setor da distribuição alimentar. Esforçamo-nos por garantir uma representação equilibrada de géneros em todos os níveis da organização, incluindo funções de gestão e liderança. Em 2025, as mulheres ocupavam 69,1% dos cargos de gestão e 52,0% das posições de liderança (níveis funcionais *strategic* e *managerial*).

Representatividade e ciclo de vida do colaborador	2025	2024	2023
Cargos de gestão ocupados por mulheres *	69,1%	69,1%	67,4%
Posições de entrada ocupadas por mulheres **	76,9%	76,7%	77,0%
Funções geradoras de receita ocupadas por mulheres ***	75,3%	75,4%	73,1%
Contratações atribuídas a mulheres	66,7%	69,2%	68,1%
Promoções obtidas por mulheres	65,3%	68,2%	73,6%
Cessações atribuídas a mulheres	66,3%	68,0%	67,6%

* Considerando as mulheres que fazem parte dos níveis funcionais *strategic* e *managerial*, bem como as mulheres do nível funcional *operational* que gerem equipas (n=10.367).
** Funções que não requerem experiência anterior no ramo ou na profissão e que são ocupadas por mulheres.
*** Funções responsáveis pelos objetivos centrais de negócio, lucros ou perdas e que são ocupadas por mulheres.

[ESRS S1-16]
[GRI 405-2]

Rácio salarial entre géneros por país e Companhia mais representativa em cada país*	2025	2024	2023
Grupo	**98,6%**	**98,5%**	**98,5%**
Portugal	99,4%	99,5%	100,2%
Pingo Doce	99,8%	99,9%	
Polónia	98,4%	98,1%	97,9%
Biedronka	98,5%	98,1%	
Colômbia	97,9%	98,7%	98,0%
Ara	97,9%	98,7%	

* Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, considerando funções comparáveis. Este indicador expressa-se através do salário médio das mulheres como percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio que representa total equidade de género. O cálculo segue a metodologia ESRS e inclui o reporte dos rácios parciais por Companhia e por país, refletindo a heterogeneidade existente. Nos países onde iniciámos operações recentemente, como Eslováquia, Chéquia e Marrocos, a amostra disponível não é suficientemente robusta para permitir a inclusão no cálculo e apresentação dos resultados. Adicionalmente, reportamos os rácios da Companhia mais representativa em cada país. Considerando que 97,3% dos colaboradores pertencem ao nível funcional operacional, os resultados do rácio salarial entre géneros refletem maioritariamente este segmento, pelo que não consideramos relevante apresentar rácios parciais com base nesta variável.

A nossa abordagem para promover a igualdade está estruturada no Plano para a Igualdade entre Mulheres e Homens, cujo progresso é acompanhado e revisto anualmente. Este plano assenta num conjunto de ferramentas de diagnóstico internas e externas, e define um plano de ação composto por sete dimensões e 12 medidas alinhadas com as orientações da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) – entidade portuguesa sob tutela dos Ministérios dos Assuntos Parlamentares e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. A nossa estratégia para promover a igualdade de género baseia-se em quatro pilares:

- **Formalização da igualdade entre mulheres e homens em políticas e procedimentos** através de linhas orientadoras que consagram o nosso compromisso com os direitos humanos e com a prevenção de discriminação baseada em qualquer fator de diversidade, incluindo o género.
- **Monitorização de indicadores de género**, analisando trimestralmente práticas e indicadores internos sobre todo o ciclo de vida do colaborador, de modo a compreender os principais desafios e atuar sobre eles, bem como acompanhando os investidores, analistas e principais índices de sustentabilidade que avaliam o nosso desempenho nesta matéria.
- **Facilitação da integração da vida profissional, pessoal e familiar** com medidas de apoio à parentalidade, ao bem-estar das famílias, a situações de vulnerabilidade e/ou emergência social, bem como de apoio às comunidades.
- **Capacitação e consciencialização** para a igualdade entre mulheres e homens dentro e fora do Grupo, partilhando informação e ministrando formação acerca do Código de Conduta e de direitos fundamentais, como o da igualdade de oportunidades e proibição da discriminação, estabelecendo parcerias externas e participando em grupos de trabalho.

Para promover a divulgação interna e externa de boas práticas em matéria de igualdade de género, mantemos relações de cooperação com entidades especializadas neste domínio. Em 2025, tanto a Holding do Grupo como a Biedronka continuaram associadas à LEAD Network, organização dedicada a reforçar a diversidade na liderança, nomeadamente feminina.

Em 2025, a Biedronka lançou o programa SheLeads Tomorrow, uma parceria com a Universidade Kozminski (Poland Business School) com o objetivo de apoiar jovens mulheres na descoberta e no desenvolvimento do seu potencial de liderança. Nesta primeira edição, o programa recebeu 26 jovens mulheres e incluiu palestras com mentores da Biedronka, formação e um workshop dedicado à definição de objetivos de carreira.

Continuámos também a participar no grupo de trabalho do cluster "Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)", dinamizado pelo GRACE – Empresas Responsáveis, entidade da qual fazem parte mais de 30 organizações que, em Portugal, trabalham juntas para dar resposta a estes desafios. Mantivemos igualmente a nossa participação no iGen – Fórum de Organizações para a Igualdade, dinamizado pela CITE e que procura assumir-se como embaixador de igualdade e como um centro especializado de competências nesta matéria.

Força de trabalho multigeracional

Promovemos a contratação e criação de oportunidades de desenvolvimento para pessoas de todos os escalões etários e encorajamos a cooperação entre as diferentes gerações. Em 2025, contratámos 27.176 pessoas com menos de 30 anos e 2.235 pessoas acima dos 50 anos.

Na Ara, o programa SENA (Serviço Nacional de Aprendizagem) é um dos principais mecanismos para a integração de talento jovem. Em 2025 foram contratadas 938 pessoas ao abrigo deste programa.

Em 2025, o Pingo Doce lançou mais uma edição da Academia de Verão Pingo Doce, na qual é dada aos jovens a oportunidade de conhecer o negócio e de desenvolver competências de comunicação e de interação interpessoal. Nas férias de Natal, o Pingo Doce também desafiou os filhos de colaboradores com idades entre os 16 e 25 anos para se candidatarem a uma breve experiência profissional nas lojas. As duas iniciativas contaram com 195 e 334 participantes em 2025, respetivamente.

Com o objetivo de aproximar as diferentes gerações que compõem as nossas equipas, a Biedronka e a Hebe têm um programa de formação que impactou 207 pessoas em 2025, focado na comunicação intergeracional, cooperação, *feedback* e cultura de apreciação. No caso da Biedronka, existe ainda um modelo de mentoria inversa, através do qual os colaboradores mais jovens apoiaram 27 colaboradores mais experientes no desenvolvimento de competências tecnológicas.

Em 2025, mantivemos as JM Talks, tendo realizado três sessões que juntaram líderes experientes com os colaboradores mais juniores do Grupo, para inspiração e partilha de conhecimento. Participaram um total de 655 colaboradores nestas sessões.

Inclusão de minorias

[ESRS S1-12]

Adotamos uma postura inclusiva nas comunidades em que atuamos, promovendo ativamente oportunidades de emprego, formação e desenvolvimento para pessoas que enfrentam dificuldades no acesso ao mercado de trabalho. Essa atuação é concretizada através de diversos programas, com formatos, metodologias e infraestruturas inovadoras, sempre orientados ao objetivo de alargar as oportunidades de recrutamento e, sobretudo, de facilitar a integração desses profissionais.

	Colaboradores com deficiência e/ou incapacidade*					
	Mulheres		Homens		Total	
	#	% do total de mulheres	#	% do total de homens	#	% da força de trabalho
Grupo	2.414	2,2%	1.081	3,0%	3.495	2,4%
Portugal	517	2,3%	375	2,9%	892	2,5%
Polónia	1.869	2,4%	682	4,9%	2.551	2,8%
Colômbia	26	0,2%	21	0,2%	47	0,2%
Eslováquia	2	0,6%	3	1,9%	5	1,0%

*Este indicador considera os colaboradores com certificado de deficiência e /ou incapacidade de acordo com a legislação local em vigor em cada país.

O Programa Incluir, criado em 2015 em Portugal, promove oportunidades de formação e integração profissional para pessoas com deficiência e/ou incapacidade, migrantes, refugiados e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. O programa é gerido por uma equipa multidisciplinar dotada de formação e competência para promover a integração destes profissionais. Com uma abordagem personalizada, o programa ajusta-se às necessidades de cada participante, tendo em conta as funções disponíveis em cada área de negócio, e inclui formação em competências psicossociais, prática em ambiente de trabalho e adaptações específicas consideradas necessárias pela nossa equipa interna para cada formando em concreto, nomeadamente ao nível do posto de trabalho (atuando sobre espaço, instrumentos e/ou ferramentas de trabalho) ou ao nível funcional (ajustando as funções ou modo como determinadas tarefas são executadas).

O Programa Incluir está alicerçado numa rede de 127 instituições parceiras, que nos apoiam na identificação de potenciais candidatos. O processo inicia-se com a candidatura, seguindo-se o recrutamento e seleção, e consiste numa análise do perfil de competências e motivações de cada candidato, sendo realizado por uma equipa técnica interna especializada em reabilitação e inserção social. É construído um plano individual, que passa geralmente pela fase formativa, atribuindo-se a cada candidato um gestor de caso que o acompanha ao longo de todo o processo.

A etapa inicial da formação tem a duração de duas semanas e decorre nos Centros Incluir em Lisboa e no Porto. A primeira semana é dedicada à aprendizagem de competências interpessoais. A segunda semana é passada nas lojas-escola, espaços que permitem que os candidatos simulem as tarefas que irão desempenhar em loja (como reposição, caixa e serviço ao balcão), num ambiente confortável e seguro. Cada Centro Incluir foi construído tendo em consideração todos os tipos de diagnóstico, deficiência ou incapacidade. Os Centros contam com plataformas elevatórias, sinalética e fontes de letra que facilitam a leitura a pessoas com baixa visão, planta táctil dos espaços e transcrição de texto para braille, códigos de cor (para daltónicos), utilização de cores suaves e luzes reguláveis (para maior conforto das pessoas com autismo e síndrome de Asperger), entre outras adaptações. Desempenhando também um papel comunitário na inclusão, os Centros Incluir são espaços abertos à comunidade e contam com exposições de obras de arte feitas por pessoas com deficiência provenientes de algumas das instituições parceiras.

A segunda etapa da formação dura dez semanas e decorre em contexto real de trabalho, com o suporte de tutores e da equipa técnica do Programa Incluir. Em 2025, contámos com 54 tutores, que recebem uma formação inicial de modo a estarem preparados para acolher, integrar, acompanhar e maximizar o potencial do formando que irão receber. Os tutores também recebem a formação de “Liderança para a Diferença”, criada especificamente para sensibilizar os líderes e dar-lhes ferramentas para gerirem a

diferença no seio das equipas, acolhendo, acompanhando e desenvolvendo cada pessoa, sem enviesamentos inconscientes. Até 2025, esta formação chegou a 5.119 líderes.

O Programa Incluir abrangeu, desde o seu lançamento em 2015, 2.458 pessoas. Em 2025, foram impactadas 399 pessoas nas diversas iniciativas do Programa e contratadas 40.

Celebrámos, este ano, o 10.º aniversário do Programa Incluir, reforçando a inclusão como traço cultural do nosso Grupo. Como resultado do trabalho desenvolvido, as práticas de inclusão do Grupo Jerónimo Martins foram novamente reconhecidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP)[95], que renovou ao Pingo Doce, ao Recheio e à Holding do Grupo o selo de Marca Entidade Empregadora Inclusiva.

Em 2025, o Programa Incluir foi também reconhecido pelo Fórum Económico Mundial como uma iniciativa de excelência na área da diversidade, equidade e inclusão (DEI), sendo um dos oito casos de estudo do Lighthouses Report 2025, relatório que dá visibilidade às principais práticas e tendências na promoção da diversidade, equidade e inclusão em organizações de todo o mundo.

Na Polónia, a Biedronka, procurou aumentar a consciencialização sobre a importância de um ambiente de trabalho inclusivo com o lançamento da campanha RóżniMY[96], que, entre outras iniciativas, inclui um mês dedicado à diversidade e formação online (e-learning) em diversidade, inclusão e enviesamento inconsciente, disponibilizada a todos os colaboradores da Biedronka.

Em paralelo, e com o objetivo de fortalecer e desenvolver a sua estratégia de inclusão de pessoas com deficiência e/ou incapacidade, continuou a apostar na função de assistente de *self-checkout*, para apoiar os clientes na utilização das caixas automáticas e garantir um serviço de qualidade. Em 2025, a empresa contava com 1.440 colaboradores com incapacidade ou deficiência a desempenhar esta função, distribuídos por 1.411 lojas (equivalentes a 36,3% da rede Biedronka).

Na Polónia, tanto a Biedronka como a Hebe, continuam a apoiar a integração de colaboradores ucranianos, refugiados da guerra. Em 2025, contávamos com 5.407 pessoas de nacionalidade ucraniana no Grupo, 98,9% das quais na Polónia. Para garantir uma gestão eficaz da sua integração, a Biedronka e a Hebe têm em vigor os seguintes mecanismos:

- uma equipa responsável pelo recrutamento e integração de migrantes;
- conteúdos e canais de recrutamento adaptados para a população ucraniana;
- materiais de boas-vindas, de comunicação, de segurança e saúde no trabalho e processos da operação, tal como o *checkout* da loja, em ucraniano;
- canais internos com informação útil em ucraniano, incluindo um *chatbot* de apoio aos colaboradores;
- apoio ao processo de imigração;
- formação linguística de polaco para colaboradores ucranianos e de ucraniano para coordenadores polacos.

A Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA) continua a fortalecer o apoio à integração de colaboradores migrantes de nacionalidade estrangeira. A equipa responsável pelo recrutamento e integração destes colaboradores, além de prestar suporte legal, fiscal e gerir as mobilidades, lançou em 2025 dois *workshops* destinados a colaboradores estrangeiros: um dedicado ao acolhimento intercultural e outro à cidadania e cultura portuguesas, com um total de 15 participantes. Em paralelo, o guia prático de acolhimento, em dez línguas (incluindo tailandês, hindi e nepali), inclui informação essencial sobre segurança e saúde no trabalho e bases para uma boa comunicação, dirigindo-se aos trabalhadores não colaboradores que suportam as campanhas sazonais de agricultura. Este guia foi adaptado e alargado a outros negócios da Companhia.

A criação de oportunidades para pessoas que se encontram em desvantagem no acesso ao mercado de trabalho por viverem em situação social de risco é outro eixo da forma como incluímos minorias. No âmbito da iniciativa "Odkryj Siebie Z Hebe" (Descobre-te com a Hebe), a Hebe ofereceu estágios de dois meses nas suas lojas a jovens adultos que vivem ou viveram em orfanatos, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais para serem bem-sucedidos no mercado de trabalho. Trata-se de uma parceria com a One Day Foundation que, em 2025, impactou 37 jovens.

[95] Critérios: i) recrutamento, desenvolvimento e progressão profissional; ii) manutenção e retoma do emprego; iii) acessibilidades (colaboradores); iv) serviços e relações com o exterior (comunidades e clientes).
[96] Do polaco "różnimy" que significa "somos diferentes". O destaque em MY (que significa "nós") reforça a ideia de a iniciativa ter como lema "A diferença somos nós".

Formação e desenvolvimento de competências

MATERIAL

Formação

[ESRS S1-13]

[GRI 404-1]

O Grupo Jerónimo Martins reafirma o seu compromisso com o investimento numa formação de excelência, alinhada com as necessidades do negócio e com as expectativas dos seus colaboradores. Em 2025, o investimento em formação atingiu 17,8 milhões de euros, traduzindo-se em mais de 9,7 milhões de horas de formação, o que corresponde a uma média de 66 horas por colaborador. Foram realizadas mais de 218 mil ações de formação, abrangendo 94,8% dos colaboradores, o que representa uma variação de +0,2 p.p. face a 2024. Estes resultados refletem o acompanhamento da expansão de atividade do Grupo, particularmente na aposta na aprendizagem contínua, na preparação para os desafios do setor e na promoção de uma cultura de desenvolvimento transversal a todas as geografias e áreas de negócio.

Principais indicadores de formação

	Horas médias de formação por colaborador *								
	2025			2024			2023		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Grupo	**63**	**75**	**66**	**63**	**68**	**64**	**54**	**59**	**55**
Portugal	49	58	52	53	63	56	44	59	49
Polónia	59	56	59	61	52	60	54	43	52
Colômbia	119	128	123	102	101	101	81	87	84
Eslováquia	90	89	89	180	337	246	-	-	-
Chéquia	32	50	32	31	0	31	-	-	-

***** Horas de formação por colaborador – quociente do volume de formação pelo total de colaboradores.

	Volume de formação *			Total de ações de formação		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Grupo	**9.715.113**	**8.943.221**	**7.367.472**	**218.366**	**209.160**	**220.788**
Portugal	1.843.835	1.991.698	1.761.827	69.665	66.292	57.417
Polónia	5.431.825	5.292.027	4.449.299	143.891	**139.463	160.859
Colômbia	2.394.458	1.614.310	1.156.347	4.138	3.217	2.512
Eslováquia	43.279	43.718	-	590	102	-
Chéquia	1.716	1.468	-	82	86	-

* Volume de formação - número de horas realizadas multiplicado pelo número de participantes em formação.

**Valor corrigido face a 2024, como resultado de melhoria no processo de apuramento dos dados.

[GRI 404-2]

A EducAção é a principal plataforma digital de aprendizagem do Grupo, concebida para assegurar um acesso rápido, simples e intuitivo a conteúdos formativos, em qualquer lugar e dispositivo. Em 2025, disponibilizou 7.578 conteúdos e foi utilizada por 156.047[97] colaboradores, registando uma média mensal de 58.217 utilizadores ativos. Estes indicadores confirmam a relevância da plataforma como suporte a uma experiência de aprendizagem flexível, integrada no dia a dia das equipas e alinhada com as prioridades do negócio.

[97] Número total de colaboradores que ao longo do ano utilizou a plataforma, este indicador inclui colaboradores que a 31/12/2025 já não tinham contrato de trabalho com o Grupo Jerónimo Martins.

Complementarmente, a Knowledge Share funciona como biblioteca digital corporativa, agregando mais de 3.735 conteúdos, incluindo 235 novos recursos adicionados em 2025. Reúne notícias, artigos, podcasts e webinars sobre temas críticos, como negócio, liderança, sustentabilidade e inovação, promovendo a partilha de conhecimento e o reforço de uma cultura de aprendizagem contínua num ecossistema totalmente digital.

Formação de negócio

A aposta na formação técnica e operacional reflete a importância que atribuímos a garantir equipas preparadas para responder aos desafios específicos do negócio e às expectativas dos clientes. O Grupo continua a investir nesta área para reforçar, entre outros aspetos, a qualidade do serviço, a higiene e segurança alimentar e a eficiência operacional em todas as geografias onde está presente.

Em Portugal, a Escola de Frescos é um pilar fundamental na valorização das equipas de loja, cobrindo as categorias de talho, peixaria, padaria, pastelaria e comida fresca. O percurso formativo deste programa inclui módulos presenciais, sessões práticas e conteúdos digitais. Em paralelo, o Grupo conta com uma escola de formação focada em fruta e legumes destinada a Gestores de Loja e District Managers. Em 2025, participaram nos vários programas de formação em perecíveis 23.688 colaboradores do Pingo Doce e do Recheio. Ainda em Portugal, o Recheio começou a Academia de Vinhos, com o objetivo de promover o conhecimento do produto e a diferenciação do serviço junto dos clientes profissionais.

Na Polónia, através do programa Zostań Świeżoznawcą (Torna-te Especialista em Frescos), a Biedronka formou 15.923 colaboradores nas categorias de fruta, legumes, carne e peixe. Na Colômbia, a Ara formou 25.589 colaboradores em perecíveis.

A Academia de Logística permite alinhar procedimentos internos, partilhar boas práticas e reforçar a eficiência operacional nos vários centros de distribuição. Na Polónia, o programa contou com a participação de 64 colaboradores da Biedronka. Em Portugal, 2025 foi um ano de reestruturação do programa para melhor alinhamento com os desafios estratégicos e funções críticas da logística.

No que diz respeito a atendimento e serviço ao cliente, o programa SVAL (Sorrir, Vender, Agradecer, Limpar) chegou a 16.234 colaboradores do Pingo Doce. Esta iniciativa, que alia formação comportamental e técnica, permite reforçar a cultura de serviço e a proximidade ao cliente, sendo reconhecida internamente como um dos motores da diferenciação da Companhia.

No Recheio, o projeto Número 1, um modelo de atendimento para a venda focado no acompanhamento do cliente ao longo da sua jornada em loja, foi implementado em 23 lojas.

Na Biedronka, o “Customer service VR training” utilizou simulações em realidade virtual para formar 2.785 colaboradores em situações de atendimento ao cliente, especialmente em contextos desafiantes, promovendo competências práticas e confiança.

A Hebe lançou a formação *on-demand* para operações, permitindo flexibilidade e personalização do processo de aprendizagem. Foram formados 1.736 colaboradores neste curso, num total de 10.035 horas de formação.

No âmbito do desenvolvimento de competências comerciais, o Grupo dinamizou diversos programas formativos:

- a Academia de Compras da Biedronka (Biedronkowa Akademia Kupca) e a Academia Comercial (Biedronkowa Akademia Handlowa “BAH Advanced”) formaram 58 colaboradores em 2025;
- o programa Academia Comercial combina iniciativas de implementação global e local para responder às especificidades de cada país. Os conteúdos abrangem negociação, negociação avançada e gestão de categorias. A Academia Comercial capacitou 133 colaboradores de todos os países, num total de 2.185 horas de formação.

A Licenciatura em Gestão Comercial e de Retalho, desenvolvida em parceria com a Universidade Católica Portuguesa, continua a assumir um papel relevante na aposta em proporcionar aos nossos colaboradores a possibilidade de obtenção de um grau académico numa universidade de excelência. Iniciada em 2023 como a primeira licenciatura em formato online dirigida ao sector, o programa abriu candidaturas ao

público em 2024. Ao longo do ano letivo 2024/2025, a licenciatura contou com 80 alunos, 74 dos quais colaboradores do Grupo.

Formação em gestão e liderança

O propósito da formação em gestão e liderança é fortalecer as capacidades de decisão, execução e colaboração, apoiando a evolução do negócio nos diferentes contextos e países. A abordagem assenta numa visão integrada, que combina programas concebidos e implementados a nível global e local.
A construção de uma visão comum de liderança tem sido um dos pilares desta estratégia. O programa global Be a Leader, criado em 2018, é hoje a principal referência no desenvolvimento das lideranças do Grupo Jerónimo Martins. Desenvolvido em parceria com o Center for Creative Leadership (CCL), o programa está organizado em percursos alinhados com a jornada de um líder no Grupo – Leading Self, Leading Others, Leading Teams e Leading Business. Estes percursos são totalmente customizados ao nosso contexto, integrando sessões presenciais, momentos online e espaços de partilha entre líderes de diferentes países. Desde o seu lançamento, o Be a Leader já formou 1.618 colaboradores. Em 2025 foram realizadas 15 edições do programa, envolvendo 280 *managers*, e incluindo, pela primeira vez, participantes da Eslováquia. O investimento associado ao programa foi de 1,3 milhões de euros. A maturidade e o impacto do Be a Leader foram reconhecidos com a atribuição da medalha de bronze na categoria Best Leadership Development Program nos Brandon Hall Excellence Awards 2025.
Com o objetivo de escalar o programa Be a Leader, fazendo-o chegar a mais pessoas, manteve-se o programa Exponential Leadership, focado na preparação de formadores internos, também em parceria com o CCL. Em 2025, foram formados 16 Exponential Leaders, que posteriormente replicaram os conteúdos nas suas organizações, impactando 2.862 colaboradores, num claro efeito multiplicador.
O Strategic Management Programme (SMP), desenvolvido em parceria com a Católica Lisbon School of Business & Economics e a Kellogg School of Management, é um programa internacional customizado à nossa realidade, focado no desenvolvimento de competências avançadas de gestão, inovação e liderança em contextos de elevada complexidade. Em 2025, investimos 570 mil euros e demos a oportunidade a líderes de elevado potencial de Portugal, Polónia, Eslováquia e Colômbia de participarem. O programa contém dois módulos principais, um em Lisboa e outro em Chicago.
No domínio da transformação digital, o Digital Executive Education Programme (DEEP), desenvolvido em parceria com a Nova SBE – já na sua 8.ª edição –, reforça as competências digitais aplicadas à gestão de líderes de várias áreas. Em 2025, o DEEP teve 27 participantes, tendo sido propostos 10 projetos com potencial de implementação nos nossos negócios.
A Inteligência Artificial (IA) assumiu particular relevância em 2025, refletindo a nossa convicção no seu poder transformador, desde que utilizada de forma responsável e alinhada com os objetivos do Grupo. Uma das iniciativas que lançámos foi a AI Explorer, que incluiu formação *online* para 117 colaboradores de todos os países e um *workshop* presencial com 50 participantes das equipas comerciais do Pingo Doce e do Recheio.
Ao nível das operações, a aposta no desenvolvimento das pessoas traduz-se na implementação de programas orientados para o reforço das competências de gestão e de liderança de proximidade, assegurando a consistência na execução do modelo de negócio nos diferentes países.
A preparação de gestores de loja concretiza-se através de iniciativas como o Programa Geral de Gestão de Loja do Pingo Doce, dirigido a futuros adjuntos de loja, e o Programa de Especialização de Gestão de Loja do Recheio, direcionado para gestores de perecíveis. Em 2025, os dois programas foram frequentados por 132 colaboradores.
O Pingo Doce lançou ainda o programa Pirâmide Gestão Integrada, focado em reposicionar a função de *district manager* através do desenvolvimento de competências de estratégia e capacidade analítica, tendo sido formados 64 colaboradores.
Na Biedronka, para os colaboradores das operações foram disponibilizados os programas e Biedronkowa Akademia Zarządzania 2.0 (Academia de Gestão da Biedronka 2.0) e Biedronkowa Akademia Zarządzania – Zaawansowana (Academia Avançada de Gestão de Loja), que contaram em 2025 com um total de 846 participantes.
Na Hebe, o desenvolvimento de liderança foi reforçado através de um portefólio estruturado de programas pensados para diferentes momentos de carreira, como o Hebe Way, dirigido a coordenadores e especialistas, e o 1st Time Manager, desenhado para apoiar quem assume funções de liderança pela primeira vez. Estes programas foram frequentados por 26 colaboradores.

Na Colômbia, o programa Líder Ara focou-se nas equipas de liderança de quatro centros de distribuição.

Reconhecendo a importância do domínio da língua inglesa como competência transversal de gestão, essencial para a colaboração eficaz entre equipas de diferentes países e para o desenvolvimento de carreiras em contexto internacional, mantivemos o investimento em programas de aprendizagem linguística. A formação incidiu maioritariamente no inglês, sendo complementada por outras línguas relevantes, assegurando uma abordagem estruturada, escalável e alinhada com as exigências do negócio.

Desenvolvimento de liderança

O desenvolvimento dos nossos atuais e futuros líderes assenta tanto no autoconhecimento e no compromisso individual com o crescimento, como na diversidade de ferramentas e oportunidades que disponibilizamos para que cada colaborador possa atingir o seu máximo potencial. Para além de processos estruturados de autoavaliação, avaliação de desempenho, *feedback* contínuo, identificação de potencial e planos de desenvolvimento personalizados, promovemos ainda o acesso a programas de mentoria, avaliações 360º (que incluem perceções de chefias, pares e parceiros externos) e percursos formativos desenhados para responder aos desafios de liderança em diferentes fases da carreira. Estes mecanismos são complementados por oportunidades de mobilidade interna e de progressão, assegurando que cada líder tem acesso a experiências e contextos que potenciam o seu desenvolvimento e a sua capacidade de liderar e inspirar equipas.

Avaliação de desempenho

[ESRS S1-13]
[GRI 404-3]

O modelo de gestão de desempenho constitui um pilar para alinhar estratégia, pessoas e resultados em todo o Grupo, sendo um dos principais instrumentos de desenvolvimento. Em 2025, a avaliação de desempenho envolveu 94.882 colaboradores. Este processo, transversal a todos os países, permite clarificar expectativas, identificar necessidades de formação e potenciar o crescimento profissional, promovendo uma cultura estruturada de *feedback* e de melhoria contínua. A participação ativa dos colaboradores na definição de objetivos, autoavaliação e reuniões de desenvolvimento foi reconhecida como um dos fatores críticos para o sucesso do modelo.

Em 2025, todos os colaboradores elegíveis[98], de todos os níveis funcionais (*strategic, managerial* e *operational*), participaram na avaliação de desempenho. Durante o ano, realizámos uma auditoria ao ciclo de gestão de desempenho de 2024, permitindo um alinhamento mais profundo e transversal sobre a evolução do modelo. Este trabalho conduziu à construção de um referencial único e transparente de liderança, comum a todas as Companhias, com expectativas comportamentais progressivas e adequadas aos diferentes níveis de responsabilidade.

Os comportamentos esperados estão organizados em torno dos princípios de liderança que orientam a atuação e o desenvolvimento de cada líder, contemplando ainda a ligação entre os objetivos individuais e a estratégia do Grupo e das Companhias. Ao clarificar princípios, critérios e expectativas comuns, este trabalho estabelece as bases para uma evolução sólida e coerente do modelo de gestão de performance a aplicar no ciclo de 2026.

Avaliação de potencial e desenvolvimento

A avaliação de potencial é fundamental para a sustentabilidade do negócio e para preparar o Grupo para o futuro. Este processo identifica, desenvolve e retém talento de forma transversal nas áreas corporativas e nas Companhias, garantindo que existe informação robusta que suporta decisões estratégicas de gestão de pessoas.

Em 2025, o processo de avaliação de potencial abrangeu 6.287 colaboradores dos níveis funcionais *Strategic*, *Managerial* e do nível *Operational* em funções críticas. Os resultados apoiam decisões de

[98]Para efeitos do processo de gestão de desempenho, consideram-se como elegíveis os colaboradores dos níveis funcionais *strategic* e *managerial* que tenham pelo menos três meses de antiguidade no Grupo, à data de referência de 31/12/2025. No que diz respeito ao nível funcional *operational*, está em curso um processo de uniformização e centralização dos critérios de elibilidade.

sucessão, planos de carreira, desenvolvimento e compensação e benefícios, reforçando o alinhamento entre talento, desempenho e reconhecimento.

No seguimento da avaliação de desempenho, os colaboradores definem os seus planos de desenvolvimento pessoal, através de ações concretas e mensuráveis. Em 2025 foram definidos 3.392 planos nos níveis *Strategic* e *Managerial*. Estes planos são acompanhados pelas equipas de recursos humanos das Companhias e pelas chefias, promovendo responsabilização e igualdade de acesso a oportunidades de crescimento.

O programa Be a Leader 360º manteve-se enquanto ferramenta de autoconhecimento e desenvolvimento para gestores de diferentes níveis, abrangendo 25 participantes ao longo do ano. Através de avaliações 360º, os líderes recebem feedback estruturado de pares, equipas e superiores, identificando pontos fortes e áreas de melhoria, que sustentam a definição de planos de desenvolvimento pessoal (PDP). Este processo é complementado por sessões de *coaching* e acompanhamento, promovendo uma liderança mais consciente, empática e orientada para resultados.

Mobilidade interna

A mobilidade interna é um dos principais motores de desenvolvimento do talento no Grupo, ao promover a aprendizagem contínua, a ampliação de competências e a construção de percursos profissionais diversificados e enriquecedores. Ao desafiar os colaboradores a ocuparem funções noutras áreas, Companhias ou países, proporciona-se um conhecimento mais transversal dos negócios, essencial para o seu crescimento profissional e pessoal. Em simultâneo, a mobilidade interna é uma importante resposta interna às necessidades das Companhias.

44.733 Pessoas que mudaram de função, local de trabalho ou Companhia (30,3% do total de colaboradores).	**6.286** Pessoas que foram promovidas a funções de maior responsabilidade (4,3% do total de colaboradores).

Em 2025, 44.733 pessoas mudaram de função, local de trabalho ou Companhia (30,3% do total de colaboradores), incluindo os 6.286 colaboradores promovidos (4,3% do total). Estes movimentos refletem a vitalidade e a capacidade de renovação internas, bem como o compromisso com a meritocracia e a progressão baseada em competências e desempenho.

O acesso às oportunidades internas é assegurado através da plataforma Hello JM, que reúne todas as vagas internas do Grupo e permite que cada colaborador participe ativamente na gestão da sua carreira. Em paralelo, o processo de avaliação de desempenho prevê momentos estruturados para partilha de aspirações profissionais e interesses de mobilidade, que são mais um input para identificação de candidatos.

Em Portugal, os colaboradores do Pingo Doce podem submeter pedidos de transferência entre lojas através da aplicação Sou Pingo Doce. Em 2025, foram efetivadas 696 transferências com origem nesta aplicação, permitindo uma resposta mais ágil às necessidades das lojas e uma maior satisfação dos colaboradores que procuram conciliar a vida profissional com as suas preferências pessoais ou familiares.

Para responder às necessidades de recrutamento e antecipar futuras movimentações de colaboradores – como mobilidades, reformas ou expatriações –, investimos numa ferramenta de planeamento da força de trabalho. O objetivo é mapear anualmente as tipologias de perfis e competências de que cada equipa irá precisar, antecipando movimentos críticos e alinhando as estratégias de desenvolvimento e mobilidade com as prioridades do negócio.

Talento jovem

Para alimentar o nosso *pipeline* de liderança, temos vários programas de desenvolvimento de talento jovem, que são atualizados regularmente para se manterem atrativos e adequados às expetativas dos

participantes. Todos estes programas são remunerados de acordo com as nossas políticas de compensação.
O Programa de Trainees - revisto em 2025 para assegurar alinhamento a nível global - tem a duração de dois anos, e desafia os participantes a robustecerem as suas competências para que possam vir a tornar-se futuros líderes. O primeiro ano inclui dois projetos, com o acompanhamento de tutores, focados no autoconhecimento e no ajuste cultural ao Grupo. O segundo ano prevê uma experiência imersiva em loja ou nos centros de distribuição, com o acompanhamento de um mentor, assim como momentos de encontro com a gestão de topo do Grupo. Em 2025, o Programa de Trainees contou com 104 participantes, 40 dos quais iniciaram o programa durante o ano.
Em 2025, lançámos a primeira edição do Leader'Ship Journey, um programa de desenvolvimento de liderança que decorreu a bordo do *Santa Maria Manuela*, um navio histórico que faz parte do nosso património. Trinta jovens talentos embarcaram numa experiência imersiva que utilizou o funcionamento do navio e a sua tripulação como analogia para os preparar a navegar com confiança num mundo cada vez mais exigente, complexo e imprevisível.
O Programa de Estágios Profissionais, destinado a universitários ou recém-graduados, decorre em Portugal e tem uma duração de seis meses a um ano. Os estagiários podem aprofundar os seus conhecimentos académicos, integrando uma das equipas de negócio e sendo acompanhados por um tutor. Em 2025, recebemos 80 estagiários no âmbito deste programa.
O Programa de Estágios de Verão é dirigido a estudantes universitários e tem a duração de dois meses (durante o período das férias de verão). Em 2025, participaram 76 estudantes do ensino superior em Portugal e na Polónia.
O Programa de Embaixadores contou com 43 estudantes que representaram o Grupo nas suas universidades em Portugal, reforçando a nossa ligação às comunidades académicas, promovendo a marca empregadora e facilitando a identificação de talento.
As nossas Companhias também têm os seus próprios programas de talento jovem adaptados aos seus contextos específicos de negócio. O Campus Recheio recebeu 26 participantes numa iniciativa que incluiu estágios curriculares e contacto com o negócio. Na área agroalimentar, a edição de 2025 do Futuro JMA envolveu 36 pessoas em estágios curriculares adaptados às especificidades desta área.

Fortalecimento do caminho individual

Acreditamos que a participação ativa em atividades com impacto no Grupo e nas comunidades envolventes faz também parte do percurso de desenvolvimento de cada colaborador.

Participação ativa

MATERIAL

[ESRS S1-2]

Incentivamos o envolvimento ativo dos colaboradores em momentos de partilha, garantindo um ambiente seguro e aberto à expressão de opiniões. Em 2025, além dos questionários para auscultar, de forma regular e ágil, a satisfação dos colaboradores sobre temas específicos, lançámos uma nova edição do Questionário Global de Satisfação aos Colaboradores. A nossa política de *engagement* prevê a condução deste questionário a cada dois anos para recolher a visão dos colaboradores acerca de dimensões críticas da gestão de pessoas. O questionário global realizado em 2025 obteve 101.946 respostas, o que representa uma taxa de participação de 81,5%. Com base nos resultados do questionário global são definidos planos de ação para cada Companhia. O Chief People Officer detém a responsabilidade máxima sobre este processo, assegurando que os resultados obtidos se traduzem em planos de ação concretos e alinhados com as necessidades identificadas.

A aproximação entre colaboradores e Direções Executivas foi promovida através de reuniões regulares em formato de transmissão ao vivo. Na Biedronka realizaram-se quatro sessões das Executive Committee Live Streams, com tradução simultânea para diferentes línguas, nas quais participaram 6.629 colaboradores. Na Ara, ocorreram três sessões "Aquí Les Cuento" (Aqui vos Conto), momento em que o Diretor Geral da Companhia partilha resultados, objetivos estratégicos e temas críticos, tendo contado com a participação de mais de 20 mil colaboradores.

Com o objetivo de garantir o alinhamento das políticas globais de recursos humanos com a realidade e as necessidades dos colaboradores das Companhias, em 2025 foi lançado o programa Beyond the Desk,

através do qual todos os membros da equipa corporativa de recursos humanos passam pelo menos três dias por ano a desempenhar funções numa loja do Grupo.

Na Polónia, foram promovidos concursos internos de geração de ideias, incentivando a participação ativa dos colaboradores na construção de soluções inovadoras para a melhoria dos processos e do ambiente de trabalho. Na Hebe, o programa Bank of Ideas permitiu aos colaboradores sugerir ações concretas para o local de trabalho, abrangendo temas como campanhas de apoio social e promoção da saúde. Na Biedronka, os colaboradores apresentaram propostas para a otimização de processos operacionais e para o reforço de uma cultura organizacional positiva. Ao todo, foram submetidas 1.818 ideias, das quais 34 foram implementadas.

Os colaboradores da Ara e da Biedronka continuam a poder referenciar candidatos para integrarem os processos de recrutamento. Em 2025, foram contratadas nas duas Companhias 1.387 pessoas como resultado de recomendações internas.

Adicionalmente, para auscultar os colaboradores e os seus representantes sobre os impactos reais e potenciais na força de trabalho, temos diversos mecanismos de diálogo social em vigor, que podem ser consultados no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Ética e conformidade”, subponto "Liberdade de associação e contratação coletiva", neste capítulo.

Trabalhar com propósito e significado

Para potenciar o sentido de propósito no trabalho e ampliar o impacto positivo nas comunidades onde atuamos, incentivamos a responsabilidade individual e criamos oportunidades para o voluntariado e a participação ativa na sociedade. A Biedronka permitiu aos colaboradores dedicarem quatro horas do seu horário de trabalho à preparação de cabazes de Natal para famílias em situação de vulnerabilidade, uma iniciativa solidária que contou com 698 colaboradores. A Companhia também organizou mais uma recolha de sangue nos escritórios, promovendo o envolvimento cívico e o compromisso com a saúde e o bem-estar da comunidade.

Para mais informações sobre este e outros projetos, consultar subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. “Comunidades afetadas”, ponto "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas".

Compensação e benefícios

MATERIAL

[ESRS S1-10]

A estratégia retributiva das nossas Companhias assenta em quatro princípios, estabelecidos à luz da nossa responsabilidade enquanto empregador de referência:

- Assegurar um padrão de vida digno, garantindo políticas que proporcionam um rendimento sustentável e adequado às necessidades dos colaboradores e das suas famílias.
- Alinhar a remuneração com as melhores práticas de mercado, reconhecendo diferentes níveis de responsabilidade funcional, de desempenho e de potencial, e sustentando as estruturas salariais na equidade e na meritocracia.
- Promover uma cultura de reconhecimento, valorizando resultados, atitudes e comportamentos de forma estruturada, significativa e regular, reforçando o compromisso individual e coletivo.
- Definir modelos retributivos flexíveis e adaptáveis, capazes de responder às diversas necessidades e expectativas, permitindo a personalização gradual dos pacotes retributivos ao longo do ciclo de vida do colaborador.

Rendimento mínimo mensal

Garantimos salários competitivos para todos os colaboradores, assegurando um padrão de vida digno e ajustado ao contexto socioeconómico de cada país onde operamos. Os salários de entrada situam-se sempre acima do salário mínimo nacional (SMN) de cada país, o que reforça o nosso compromisso de assegurar remunerações adequadas e alinhadas com os parâmetros de referência aplicáveis.

Em 2025, os salários mínimos nacionais continuaram a crescer nos países onde estamos presentes, destacando-se a Polónia, onde o SMN aumentou 9% face a 2024, perfazendo um crescimento acumulado de cerca de 80% desde 2020, e a Colômbia com um novo aumento significativo do salário mínimo nacional de mais de 10% face ao ano anterior. Em todos os países onde operamos o rendimento mínimo mensal[99] dos nossos colaboradores fixou-se acima do mínimo nacional**.**

Portugal	Polónia	Colômbia	Eslováquia
Rendimento mínimo mensal entre 19% e 53% acima do SMN.	Rendimento mínimo mensal até 13% acima do SMN.	Rendimento mínimo mensal 11% acima do SMN.	Rendimento mínimo mensal até 35% acima do SMN.

As nossas políticas incluem processos regulares de revisão salarial que abrangem a maioria dos colaboradores, assegurando uma evolução consistente dos salários médios e diferenciando-os positivamente face aos salários mínimos nacionais em cada país onde operamos. Em 2025, o salário médio voltou a registar um crescimento na generalidade nas companhias, chegando a atingir 8% face ao mesmo período do ano anterior.

Reconhecimento

Em 2025, reforçámos a aposta nos sistemas de reconhecimento, tanto na melhoria dos prémios de desempenho e dos incentivos individuais e das equipas, como na criação de novos mecanismos. Um exemplo foi a iniciativa da Ara, que reviu a arquitetura dos prémios mensais de loja e centros de distribuição, simplificando o modelo e reforçando a sua atratividade, tornando-o mais eficaz enquanto instrumento de reconhecimento da produtividade. No caso das lojas da Ara, o prémio foi alargado a todos os operadores, reforçando a ligação entre desempenho e recompensa.

Em 2025, investimos 361,1 milhões de euros em medidas de reconhecimento, um aumento de cerca de 7,5 milhões de euros face ao ano anterior. Este é o maior investimento de sempre no Grupo em medidas de reconhecimento, o que evidencia a sua importância estratégica para a valorização das nossas pessoas.

Entre as principais medidas aplicáveis a todos os colaboradores, independentemente da carga horária, destacam-se:

- 144,9 milhões de euros em prémios associados ao desempenho das Companhias e do Grupo, incluindo um prémio extraordinário que beneficiou mais de 93 mil colaboradores.
- 180,2 milhões de euros em prémios e bónus relacionados com desempenho de vendas, presença e outros indicadores.
- 8 milhões de euros em prémios de antiguidade, que reconhecem a lealdade e o compromisso dos colaboradores.

Adicionalmente, o Conselho de Administração atribuiu uma recompensa excecional na época de Natal aos colaboradores do plano funcional operacional na Polónia e em Portugal como reconhecimento pela dedicação e compromisso demonstrados pelas equipas. Esta recompensa excecional implicou um investimento de 28 milhões de euros (19,5 milhões na Polónia e 8,5 milhões em Portugal) e beneficiou mais de 108 mil colaboradores.

[99] Comparando o rendimento mínimo mensal mais baixo da categoria de remuneração mais baixa, equivalente a horários de full-time, excluindo estagiários e aprendizes, com o salário mínimo nacional aplicável por legislação em cada país e/ou por negociação coletiva, quando aplicável. O rendimento mínimo mensal calcula-se com base no salário mais baixo, acrescido de quaisquer pagamentos adicionais fixos que sejam garantidos a todos os trabalhadores assalariados. Em Portugal, inclui o salário-base de entrada e subsídio de refeição; na Polónia e na Eslováquia inclui o salário-base de entrada e subsídio de presença; na Colômbia inclui o salário-base de entrada, subsídio de refeição e subsídio de transporte. A Chéquia e Marrocos, correspondendo a menos de 0,1% da nossa força de trabalho total, não têm ainda representatividade para o cálculo deste indicador

Em 2025, abrimos um novo capítulo na forma como reconhecemos as nossas pessoas, reforçando a personalização da nossa abordagem ao reconhecimento com a introdução de uma nova política de licenças sabáticas em Portugal e na Polónia. Ao abrigo desta política, colaboradores em determinados patamares de senioridade podem escolher, entre diferentes opções de reconhecimento, usufruir de um período de pausa na sua atividade profissional. Com esta iniciativa, reforçamos a nossa visão de valorização de percursos profissionais de longo prazo, promovendo simultaneamente uma cultura de maior equilíbrio e bem-estar para as nossas pessoas.

Benefícios

[GRI 401-2]

A nossa proposta de valor para os colaboradores inclui benefícios extrassalariais, que reforçam a política retributiva e a tornam mais robusta e ajustada às necessidades individuais. Consoante o nível de responsabilidade, os colaboradores têm acesso a um pacote que pode incluir seguro de vida, seguro de saúde, seguro de acidentes pessoais em viagem e plano de pensões. Estes benefícios são complementados por instrumentos de trabalho que facilitam o desempenho das funções, bem como por uma ampla oferta de apoios no âmbito familiar e de bem-estar.
Adicionalmente, disponibilizamos a Bolsa Flex, um plano flexível de benefícios que permite aos colaboradores alocarem um montante pré-definido a diversas opções adaptadas às suas preferências, como passe de transporte, formação ou vale infância. Em 2025, a Bolsa Flex esteve disponível para 5.392 colaboradores do Pingo Doce, Recheio, JMA e Holding. Com um propósito similar, os colaboradores da Hebe podem alocar uma verba proveniente do Fundo Social (mecanismo legalmente exigido na Polónia) a 2.660 opções disponíveis, dando total flexibilidade aos colaboradores sobre como utilizar o seu dinheiro.

Segurança e saúde no trabalho

MATERIAL

[ESRS S1-1; S1-14]
[GRI 403-1; 403-6]

A proteção da segurança e da saúde dos colaboradores é uma prioridade constante, especialmente nas operações, onde o risco de acidentes de trabalho e de doenças profissionais é mais elevado. Esta preocupação traduz-se no cumprimento rigoroso da legislação aplicável e na implementação de um sistema abrangente de gestão de Segurança e Saúde no Trabalho (SST). Este sistema integra as melhores práticas de avaliação e gestão de riscos, bem como procedimentos eficazes para a gestão de acidentes e doenças profissionais. Em 2025, 100% dos colaboradores do Grupo estiveram cobertos por um sistema de gestão de SST.

Para prevenir e mitigar riscos, dispomos de políticas, processos e procedimentos formais que orientam a atuação das equipas na gestão de riscos, acidentes e doenças profissionais. Também realizamos auditorias, simulacros, e ações de formação e sensibilização para a adoção de comportamentos seguros.

Principais indicadores de sinistralidade

[GRI 403-9; 403-10]

	Acidentes de trabalho*	
	2025	2024
Colaboradores		
Número de fatalidades	0	1
Número de acidentes de consequência grave	39	49**
Número de acidentes de comunicação obrigatória	4.499	4.300
Horas trabalhadas	234.429.560	219.831.048
Índice de acidentes de consequência grave***	0,17	0,22
Índice de acidentes de comunicação obrigatória****	19,19	19,56
Número de dias perdidos devido a lesões	62.143	73.933*****
Trabalhadores não colaboradores******		
Número de fatalidades	0	2
Número de acidentes de consequência grave	0	0
Número de acidentes de comunicação obrigatória	320	219

*Os valores reportados relativos ao período 2025, incluem acidentes de trabalha de Portugal, Polónia, Colômbia, Eslováquia e Chéquia.
** Uma vez que as ausências superiores a 180 dias só puderam ser apuradas a partir de 30/06/2025, o valor reportado no Relatório e Contas de 2024 sobre o número de acidentes de consequência grave deve ser atualizado. Vieram assim a registar-se mais 42 acidentes que resultaram num período de ausência dos colaboradores superior a 180 dias (20 em Portugal e 22 na Polónia). No total, em 2024 registaram-se 91 acidentes de consequência grave.
*** Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos) = (Número de acidentes de trabalho com consequência grave exceto óbitos/Total de Horas Trabalhadas) x 10^6. São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias.
**** Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória/Total de Horas Trabalhadas) x 10^6. Em alinhamento com os standards ESRS S1-14, os acidentes considerados para o cálculo deste indicador são os que resultem em morte, dias de ausência do trabalho, trabalho limitado ou transferência para outro posto de trabalho, tratamento médico para além dos primeiros socorros ou perda de consciência.
***** Valor corrigido face a 2024, como resultado de melhoria no processo de apuramento dos dados.
****** Estamos a melhorar os nossos sistemas de informação para garantir que reportamos a totalidade da informação como definida pelo indicador.

Dos 4.499 acidentes de comunicação obrigatória em 2025, 39 foram de consequência grave, o que resulta em índices de 19,19 e 0,17 respetivamente, o que representa uma melhoria face a 2024 (19,56 e 0,22). No caso dos trabalhadores não colaboradores, registaram-se 320 acidentes de comunicação obrigatória. Não se registaram fatalidades entre colaboradores nem entre trabalhadores não colaboradores.

No que respeita a doenças profissionais, foram registados 202 casos em 2025, mais 85 do que em 2024.

	Doenças profissionais	
	2025	2024
Colaboradores		
Número de fatalidades	0	0
Número de casos de doenças profissionais	202	117
Trabalhadores não colaboradores*		
Número de fatalidades	0	0
Número de casos de doenças profissionais	0	7

* Estamos a melhorar os nossos sistemas de informação para garantir que reportamos a totalidade da informação como definida pelo indicador.

Identificação e análise de riscos

[ESRS 2 SBM-3]
[GRI 403-2; 403-10]

As equipas locais de segurança e saúde no trabalho são responsáveis por identificar e analisar riscos. Este é um processo contínuo do qual resulta uma matriz de riscos que contempla todas as áreas e processos avaliados, recolhendo informação sobre a situação, a causa, o efeito, os níveis de exposição, a severidade

e o risco, e também sobre qual a resolução/recomendação de mitigação mais indicada. Os riscos identificados abrangem as dimensões ambientais (físicas, químicas e biológicas), mecânicas, elétricas, de fogo e/ou explosão, ergonómicas, psicossociais e organizacionais.

Os colaboradores que trabalham em armazéns, cozinhas, fábricas industriais e lojas estão expostos a riscos específicos associados à carga e descarga de mercadoria, ao armazenamento de produtos e à respetiva transformação (ex., corte de peixe e carne, produção de pão e preparação de refeições). Relativamente aos colaboradores da Jerónimo Martins Agro-Alimentar, os riscos são específicos das operações nos sectores primário e secundário, incluindo ambientes térmicos desfavoráveis (com possíveis lesões vasculares), esforço físico (com possíveis lesões musculosqueléticas) e contacto com máquinas (com possíveis traumatismos, feridas e eletrocussões).

Os resultados obtidos pela identificação e análise de riscos contribuem para fazer evoluir o sistema de gestão de SST através da:

- definição de processos de trabalho;
- seleção de equipamentos e instrumentos de trabalho;
- preparação de procedimentos e instruções de trabalho;
- estruturação de conteúdos formativos;
- definição de planos de ação.

Medidas de controlo de riscos

[ESRS 2 SBM-3]
[GRI 403-3; 403-4; 403-5]

Equipamentos de trabalho e de proteção individual
A seleção dos equipamentos de trabalho e de proteção individual é realizada com base na análise de riscos identificados para cada função e atividade, sendo a sua adoção sujeita a testes de utilizadores/colaboradores e a uma avaliação técnica. Em 2025, reforçámos a renovação de equipamentos, com destaque para a aquisição de dispositivos de prevenção de riscos químicos, equipamentos para trabalho em altura e materiais específicos para atividades subaquáticas. Sempre que é necessário adotar um novo equipamento, os requisitos de segurança são definidos previamente e verificados após a instalação, garantindo que cumprem as normas em vigor. O fabricante e o representante dos equipamentos asseguram, ainda, formação às equipas.

As Companhias monitorizam continuamente a necessidade de substituir equipamentos, realizando testes regulares para prevenir acidentes e doenças profissionais. Em 2025, foram implementadas melhorias ergonómicas em vários postos de trabalho, incluindo mobiliário ajustável, mais equipamentos elétricos de movimentação de cargas, bancadas de trabalho mais ergonómicas e desenvolvimento de um acessório para o corte de peixes de grande calibre.

Medidas de autoproteção
As medidas de autoproteção são fundamentais para testar a eficácia de registos de segurança, planos de emergência e procedimentos de prevenção. As equipas de emergência recebem formação específica e, em 2025, foram equipadas com novos materiais, adequados ao perfil de risco de cada local de trabalho.

Em Portugal, os programas “Prevenir para não cair”, do Pingo Doce, e “Segurança em Ação”, do Recheio, envolvem as equipas de loja na observação semanal das condições de segurança e na adoção de comportamentos seguros, com monitorização próxima e intervenção imediata sempre que são detetados comportamentos de risco.

Na Colômbia, o programa “Mi CEDI Seguro” (O Meu Centro de Distribuição Seguro) inclui inspeções diárias, observações mensais de segurança, exercícios de aquecimento antes de cada turno e formação para novos colaboradores, com o apoio de brigadas de emergência. Estas brigadas são constituídas por colaboradores certificados para conduzir simulacros, apoiar iniciativas de segurança e prestar socorro em emergências. A Ara conta com 144 líderes de SST identificados e capacitados em matéria de comportamentos seguros e na ferramenta de observação “Atento”.

Formação e sensibilização
Os colaboradores têm acesso a um percurso formativo em SST adaptado ao perfil de risco da função que desempenham. O plano de formação é revisto anualmente e inclui momentos-chave como a admissão, mudanças de função, introdução de novos equipamentos ou modificação dos existentes.

	Formação em segurança e saúde no trabalho					
	Colaboradores formados em SST			Volume de formação em SST*		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Grupo	**86.282**	**74.267**	**63.221**	**598.549**	**430.181**	**388.831**
Portugal	22.157	25.779	23.109	67.277	72.723	72.062
Polónia	37.392	35.871	30.807	303.497	311.650	274.655
Colômbia	26.323	12.486	9.305	225.916	44.176	42.114
Eslováquia	410	131	n/a	1.859	1.632	n/a

*Volume de formação: número de horas realizadas multiplicado pelo número de participantes em formação.

Em Portugal, o programa Impacto, criado em 2023 para todas as Companhias no país, formou 79 gestores e 205 delegados de segurança durante o ano de 2025. O Impacto tem duas componentes:

- Laboratórios de Segurança – sessões de formação promovidas por técnicos de segurança das Companhias e orientadas para que os delegados de segurança saibam como motivar as equipas a adotar comportamentos seguros e a cultivar uma abordagem de cuidado.
- Lideranças com Impacto – dirigida aos gestores de operações (lojas, logística e cozinhas centrais), por serem pessoas com um papel decisivo na transformação de comportamentos das equipas, demonstrando que uma liderança humanizada consegue mais facilmente influenciar os colaboradores para a adoção de comportamentos seguros, evitando acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Na Polónia, a Biedronkowa Akademia Zdrowia (Academia de Saúde da Biedronka) tem o foco na prevenção de doenças profissionais. São ministradas sessões de formação em saúde e segurança por fisioterapeutas, que ensinam a prevenir problemas musculoesqueléticos, a praticar exercícios de aquecimento diários e dão consultas de fisioterapia. Em 2025, foram formados 4.254 colaboradores e dadas 31.055 consultas.

Na Colômbia, foi lançado um piloto do programa “Prepara tu Cuerpo” (Prepara o teu Corpo) em dois centros de distribuição e 36 lojas, com o objetivo de sensibilizar e formar os colaboradores para a importância de realizar exercícios de prevenção de doenças musculosqueléticas.

Saúde
O acompanhamento da saúde dos colaboradores é assegurado por médicos de saúde ocupacional, que realizam exames de admissão, periódicos e ocasionais, avaliando a aptidão física e mental dos colaboradores ao longo da sua vida profissional. Em 2025, foram realizados 146.153 exames médicos ocupacionais.

Em Portugal temos duas unidades móveis de saúde, viaturas convertidas em consultórios totalmente equipados que complementam os locais fixos existentes em alguns locais de trabalho. Em 2025, estas unidades móveis assistiram 4.652 colaboradores.

Melhoria contínua do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho
[ESRS S1-14]
[GRI 403-1; 403-2; 403-4; 403-8]

É através da verificação e revisão da eficácia das medidas de controlo de riscos que asseguramos a evolução e melhoria dos nossos sistemas de gestão de SST.

Auditorias – Ações realizadas de forma regular em todas as unidades operacionais para analisar os fatores que podem levar a acidentes ou incidentes, monitorizar os mecanismos de resolução, comunicar às partes interessadas os resultados e acompanhar os planos de ação corretiva até à sua conclusão.

Simulacros – Mecanismos controlados, ativados periodicamente com o objetivo de testar os procedimentos de autoproteção e identificar potenciais desvios, e, assim, reduzir os riscos de erros na resposta a emergências.

	Auditorias e simulacros de segurança e saúde no trabalho					
	Auditorias			Simulacros		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Grupo	**8.911**	**9.765**	**11.002**	**5.535**	**5.244**	**4.797**
Portugal	641	599	601	279	270	262
Polónia	6.846	7.789	9.121	3.763	3.645	3.252
Colômbia	1.424	1.377	1.280	1.493	1.329	1.283

Investigação de acidentes – Sempre que ocorre um evento, é realizada uma análise detalhada dos factos, das circunstâncias e das possíveis causas, permitindo desenhar e acompanhar planos de ação corretiva que previnam reincidências. Este processo reforça a aprendizagem organizacional e a melhoria contínua das práticas de segurança.

Consulta e envolvimento dos colaboradores – Promovemos questionários anuais sobre equipamentos, condições de trabalho, medidas de proteção e desempenho das equipas de SST. Em Portugal, os colaboradores são convidados a dar a sua opinião em dois questionários por ano, enquanto na Polónia e na Colômbia existem comissões compostas por representantes dos colaboradores e das equipas de SST que reúnem periodicamente para discutir e implementar melhorias. A análise dos resultados destas consultas permite refletir sobre as áreas que carecem de melhorias e propor medidas concretas, alinhadas com as necessidades identificadas no terreno.

Certificação dos sistemas de gestão de SST – A certificação dos sistemas de gestão SST garante o alinhamento com as melhores práticas internacionais. Na Biedronka, o sistema é certificado de acordo com a norma ISO 45001:2018 e cobre a totalidade dos 3.936 locais de trabalho (lojas, centros de distribuição, fábrica de sopas e escritórios), tendo sido implementadas 1.724 novas instruções de trabalho em 2025. Em Portugal, a fábrica de laticínios da Terra Alegre tem o seu sistema de gestão de SST certificado pela norma ISO 45001:2019, as duas cozinhas centrais do Pingo Doce estão certificadas pela ISO 45001:2023, tal como os centros logísticos, que receberam a mesma certificação em 2025.[100]

	Certificação dos sistemas de gestão de SST			
	2025*		2024**	
	Total	%	Total	%
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores abrangidos pelo sistema SST	110.773	100%	102.051	100%
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores abrangidos pelo sistema SST que foi auditado internamente	110.773	100%	102.051	100%
Colaboradores e trabalhadores não colaboradores abrangidos pelo sistema SST que foi auditado por uma entidade externa	28.442	26,3%	24.839	24,3%

*2025: certificação dos sistemas de gestão de SST na Biedronka, Terra Alegre, Cozinhas Meal Solutions (Pingo Doce) e centros logísticos do Pingo Doce.
**2024: certificação dos sistemas de gestão de SST na Biedronka, Terra Alegre e Cozinhas Meal Solutions (Pingo Doce).

[100] Todas as normas indicadas dizem respeito aos sistemas de gestão da segurança e saúde no trabalho (SST) e focam-se na abordagem de risco integrada, na ênfase em liderança, na participação dos trabalhadores e na articulação com a gestão de topo. Para saber mais sobre as normas da família ISO 45000, consulte o website oficial da International Organization for Standardization (ISO).

Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada

MATERIAL

[ESRS S1-15]
[GRI 401-3]

Procuramos promover o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal dos nossos colaboradores, investindo em soluções para aumentar a flexibilidade e a previsibilidade de horários. Estas medidas contribuem para o bem-estar das pessoas e, ao mesmo tempo, potenciam a agilidade na resposta às necessidades de equipas que operam num sector de elevada exigência. Todos os colaboradores têm direito a licenças para assistência à família, parentalidade e outras situações pessoais.

Em Portugal, o Pingo Doce mantém o regime de banco de horas, solução que permite aos colaboradores gerirem melhor o tempo de descanso de acordo com as suas preferências, tendo abrangido 21.449 colaboradores em 2025. No que diz respeito à gestão de horários, a Companhia dispõe de uma ferramenta digital que assegura o planeamento e a distribuição equitativa de turnos, favorecendo a previsibilidade e a estabilidade das equipas, garantindo a observância de todas as regras legais, bem como dos princípios internos de equidade na distribuição de turnos. Esta ferramenta está implementada em 413 lojas e abrange 25.604 colaboradores.

Na Polónia, a plataforma Tikrow da Biedronka permite responder rapidamente a necessidades de trabalho temporário nas lojas, minimizando o impacto do absentismo imprevisto e garantindo a continuidade do serviço ao cliente. Em 2025, esta solução permitiu colmatar 80.903 necessidades imediatas.

Em Portugal, e para facilitar a gestão familiar dos colaboradores, temos três creches (na loja Recheio de Braga e nos centros de distribuição de Azambuja e Alfena), que acolheram, durante 2025 161 filhos de colaboradores.

A Política de Trabalho Flexível do Grupo permite horários de entrada e saída ajustáveis e a possibilidade de trabalho remoto, abrangendo 6.948 colaboradores com funções compatíveis.

Bem-estar físico, mental e social

No âmbito da promoção do bem-estar dos colaboradores, disponibilizamos diversas iniciativas que promovem a saúde física, mental e social, essenciais para a motivação, produtividade e retenção do talento. Para além dos programas e iniciativas desenvolvidos pela Fundação Jerónimo Martins em benefício dos colaboradores em Portugal, o Grupo investiu mais de 8,6 milhões de euros neste tipo de medidas em 2025.

Em Portugal, o Grupo disponibiliza consultas de medicina geral, do sono, de *smart-ageing*, de psicologia e de nutrição, bem como serviços de enfermagem, de terapêuticas alternativas e de fisioterapia. Em 2025, 1.522 colaboradores usufruíram desses serviços. Temos ainda um Wellness Centre, disponível para colaboradores das estruturas centrais, que inclui um ginásio, cabeleireiro e serviços de dermoestética. Em 2025, o Wellness Centre foi reconhecido com o Prémio Projeto Social Desportivo (uma iniciativa da Fundação Inatel), pelo seu impacto na promoção de bem-estar e hábitos saudáveis no trabalho.

Os colaboradores dos centros de distribuição têm acesso a serviços de reabilitação física, disponibilizados nos centros da Azambuja e de Alfena, como fisioterapia, ginásio, nutrição, medicina geral, podologia e enfermagem. Estas valências contribuem para a prevenção e tratamento de doenças físicas e lesões musculoesqueléticas. Em 2025, 926 colaboradores utilizaram estes centros de reabilitação.

Na Polónia, o programa “Razem zadbajmy o zdrowie” (Vamos cuidar da saúde juntos) disponibiliza aos colaboradores da Biedronka a possibilidade de realizarem uma bateria de exames médicos com valor de mercado superior a 600 złoty (cerca de 140 euros). Estes exames incluem análises de vitaminas, de hormonas, diabetes e oncológicas (permitindo o exame de marcadores tumorais). O programa inclui ainda a análise dos resultados por um especialista e a realização de ecografias para colaboradores dos escritórios e centros de distribuição. Em 2025, este programa chegou a 30.717 colaboradores e a 13.760 familiares, num investimento que superou os 1,2 milhões de euros. Também a Hebe apoia os seus colaboradores na realização de *check-ups* regulares e cuidados médicos. Relativamente ao incentivo à prática de exercício físico, tanto a Biedronka como a Hebe disponibilizam a todos os colaboradores um

cartão de desporto que dá acesso a mais de 5.000 instalações por todo o país, o que representou um investimento de 255 mil euros.

A Biedronka e a Hebe mantêm a aposta na plataforma Mindgram, na qual estavam registados 10.296 colaboradores ativos em 2025. A plataforma é gratuita para todos os colaboradores e respetivo agregado familiar, oferecendo apoio a três níveis:

- Educação – artigos, *webinars* e *podcasts* sobre temas de saúde mental, desenvolvimento de carreira e finanças pessoais.
- Consultas – apoio psicológico através de sessões online ilimitadas.
- *Chat* – apoio de profissionais das áreas de psicologia, jurídica e financeira, entre outras, disponível também para familiares.

A Biedronka disponibiliza ainda o programa "Spokojna Głowa" (Mente Pacífica), com conteúdos digitais sobre motivação, gestão de stress, meditação e bem-estar emocional.

Em 2025, a abordagem integrada da Biedronka à saúde física, mental e social dos colaboradores e das suas famílias foi distinguida pelos Dobrostar Wellbeing Awards[101] e o programa "Razem zadbajmy o zdrowie" (Vamos cuidar da saúde juntos) foi reconhecido pela CSR Poland Awards[102]

No âmbito do bem-estar social, as Companhias promoveram diversas iniciativas com o objetivo de fortalecer o espírito de equipa e fomentar um bom ambiente de trabalho. Em 2025, vários projetos evoluíram para alcançar um impacto mais significativo:

- Em Portugal, as comunidades de interesse Loucos por Corrida e Loucos por Padel registaram 643 participações. Adicionalmente, foram promovidas atividades de bem-estar em 44 reuniões de trabalho.
- Foram organizadas viagens a bordo do *Santa Maria Manuela* para 70 colaboradores da Holding, Pingo Doce e Recheio, proporcionando experiências únicas de convívio e o reforço do espírito de equipa.
- O Recheio lançou uma nova edição do Momentos em Cheio, um mês dedicado ao bem-estar e ao reforço do sentimento de pertença das suas equipas, na qual participaram 1.365 colaboradores.
- A Biedronka voltou a organizar encontros entre equipas das operações, nos quais participaram 84.415 colaboradores.
- No âmbito da celebração dos seus 30 anos, a Biedronka lançou concursos para os colaboradores, tendo sido registadas 58.339 participações.
- A Ara e as Meal Solutions do Pingo Doce voltaram a organizar as Wellbeing Weeks, no âmbito das quais são promovidas diversas atividades de bem-estar, com especial enfoque na saúde física e mental. Mais de 1.200 colaboradores participaram em pelo menos uma atividade.

Apoio aos colaboradores e suas famílias

[ESRS S1-11]

Todos os colaboradores dos países onde operamos estão abrangidos por proteção social através de regimes públicos obrigatórios e preventivos face a potenciais perdas de rendimento decorrentes de doença, desemprego, acidentes de trabalho, reforma por invalidez ou velhice, bem como situações relacionadas com a parentalidade. No entanto, e porque contamos uns com os outros e acreditamos em fazer o que é correto – dois dos nossos Valores –, queremos sempre ir mais longe. É por isso que, em 2025, investimos mais de 53,6 milhões de euros em iniciativas complementares às respostas públicas nas áreas da saúde e da educação, bem como em programas de responsabilidade social interna especialmente dirigidos aos colaboradores em situação de vulnerabilidade ou de emergência social.

[101] Competição Dobrostart distingue as empresas que implementam as melhores soluções para apoiar o bem-estar dos colaboradores.

[102] CSR Poland Awards reconhece projetos de empresas com presença na Polónia em quatro categorias: Projetos Sociais de apoio às Comunidades, Voluntariado, Bem-Estar de Colaboradores e Líder CSR.

	Investimento em RSI por eixo de atuação (em milhões de euros)*	
	2025	2024
Grupo	****53,6**	**50,8**
Saúde	0,6	0,6
Educação	0,9	2,0
Apoio Familiar	***52,1	****48,2

*O investimento reportado considera apenas os programas e iniciativas financiadas e geridos pelas Companhias do Grupo Jerónimo Martins.
** Estão incluídos 53 milhões de euros provenientes do Fundo Social (mecanismo legalmente exigido na Polónia).
*** Estão incluídos 6,2M€ emprestados pelo Fundo Social aos colaboradores da Biedronka com condições especiais, pelo que esse valor é restituído.
**** Valor corrigido face a 2024, como resultado de melhoria no processo de apuramento dos dados.

Saúde

Na Polónia, destacamos o programa da Biedronka que apoia colaboradores em situação de doença grave, risco de vida ou com algum tipo de deficiência, através do financiamento de tratamentos e reabilitação. Em 2025, 11 colaboradores beneficiaram deste programa.

Já o programa Z Troską o Partnera (Cuidar do Parceiro) oferece apoio financeiro para cobrir despesas urgentes relacionadas com tratamentos médicos dos cônjuges dos colaboradores da Biedronka. Na Hebe, o programa Wracaj do Zdrowia z Hebe (Regresso à Saúde com a Hebe), lançado em 2024, comparticipa tratamentos de colaboradores e familiares próximos que tenham sofrido acidentes com consequências para a saúde ou sido afetados por uma doença. Em 2025, estes programas beneficiaram 77 pessoas.

Através do programa Mali Bohaterowie (Pequenos Heróis), a Biedronka prestou apoio a 488 filhos de colaboradores que sofrem de doenças raras ou que têm necessidades especiais, num investimento acima de 344 mil euros.

Educação

O programa Aprender e Evoluir, realizado em Portugal desde 2008, resulta de uma parceria com os Centros Qualifica (rede de centros especializados em qualificação de adultos que procuram uma certificação escolar ou profissional) e permite que os colaboradores concluam o 6.º, 9.º ou 12.º anos de escolaridade durante o horário laboral. Desde o seu lançamento, o programa já apoiou mais de 3.600 colaboradores, 215 dos quais em 2025.

Na Biedronka, os colaboradores foram apoiados na gestão do orçamento familiar, especialmente no início do ano letivo – uma época crítica para muitas famílias. Foram entregues 5.200 *kits* escolares aos filhos de colaboradores que iniciaram o 1.º ano de escolaridade.

A Biedronka voltou a organizar campos de férias, que, em 2025, receberam 1.000 filhos de colaboradores entre os 8 e os 13 anos. Na Colômbia, a Ara juntou colaboradores e filhos durante as férias letivas, com o objetivo de promover as competências artísticas, de comunicação, sociais e cognitivas das crianças, cultivando a relação entre pais e filhos através de atividades pedagógicas.

Apoio familiar

Na Polónia, a Biedronka tem em vigor um programa que permite alocar fundos como resposta a pedidos de colaboradores em situações de vida difíceis. Estes pedidos são avaliados por um comité responsável pela gestão do Fundo Social, obrigatório pela legislação polaca. Em 2025, foram atribuídos 2.645 subsídios sociais através deste programa. A Companhia concedeu ainda 6.362 empréstimos com condições especiais a colaboradores para responder a necessidades relacionadas com a habitação. Em conjunto, estes dois mecanismos do Fundo Social vieram substituir o Możesz Liczyć (Podes Contar com a

Biedronka). Em 2025, o apoio a colaboradores em situações de vulnerabilidade e emergência social representou um investimento de 6,8 milhões de euros[104].

A Biedronka também oferece aos seus colaboradores cartões eletrónicos (e-codes) que podem ser usados nas lojas em quatro momentos do ano (Páscoa, férias, regresso às aulas e Natal), representando um investimento de 31,8 milhões de euros.

Na Colômbia, a Ara conta com três programas de apoio social: o Fiado, o Payflow e o Fondo de Empleados: A Tu Lado (Fundo de Colaboradores: A Teu Lado). O Fiado permite a aquisição a crédito de produtos nas lojas Ara, sendo o valor descontado do salário do colaborador no final do mês. O Payflow permite aos colaboradores receberem adiantamentos de parte do salário, em função dos dias do mês já trabalhados, para fazerem face às suas despesas de forma faseada – em 2025, este programa foi alargado a todas as regiões onde a Ara tem operação, permitindo que 3.027 colaboradores utilizassem este mecanismo. O "Fondo de Empleados: A Tu Lado" é um mecanismo existente nas grandes empresas na Colômbia que permite aos colaboradores terem acesso a créditos com taxas de juro inferiores às praticadas pela banca e nos mercados informais. Em 2025, o Fundo financiou créditos concedidos a 7.076 colaboradores, apoiando maioritariamente a aquisição de motociclos, necessidades de educação e consolidação financeira. Para acederem a este apoio, os colaboradores têm de ser associados do Fundo e realizar uma formação que lhes confere os conhecimentos necessários para recorrer a crédito de forma responsável.

Em momentos especiais, como é o caso do nascimento de um filho, 2.200 colaboradores do Grupo Jerónimo Martins na Polónia beneficiaram de *kits* para recém-nascidos. No Dia da Criança, 48.800 filhos dos colaboradores com menos de 12 anos receberam um presente.

No Natal, a Biedronka ofereceu presentes a todos os colaboradores e filhos até aos 18 anos, adaptados a cada idade, incluindo produtos alimentares e não-alimentares. Foram distribuídos 171.600 presentes, representando um investimento superior a 10,4 milhões de euros. Em Portugal, foram entregues vales-presente a 13.043 filhos de colaboradores para utilizar nas lojas Pingo Doce, bem como espumante e bolo-rei a todos os colaboradores, num investimento que superou os 485 mil euros.

[104] Estão incluídos 6,2M€ concedidos em empréstimos, com condições especiais aos colaboradores da Biedronka, pelo que esse valor é restituído à Companhia.

Fundação Jerónimo Martins

Em 2024, com a criação da Fundação Jerónimo Martins, reforçámos o nosso cariz humanista e o compromisso assumido com os colaboradores do Grupo e com as suas famílias. A Fundação nasce com um propósito claro: cuidar e apoiar os colaboradores do Grupo Jerónimo Martins e as suas famílias nos momentos em que mais precisam, apoiando, em paralelo, toda a comunidade.

Através de projetos de inovação social, a Fundação ambiciona melhorar a qualidade de vida dos colaboradores do Grupo e dos seus familiares, combatendo a vulnerabilidade e maximizando o impacto nas suas vidas. Em 2025, destacamos as seguintes iniciativas:

- **Saúde e bem-estar:**
  - Programa de telemedicina, que assegura o acesso a cuidados de saúde primários por via de atendimento remoto, estando disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana.
  - Programa de nutrição, que oferece suporte nutricional e intervenção especializada na prevenção e no tratamento de excesso de peso/distúrbios alimentares.
  - Programa de saúde mental, que procura oferecer resposta a questões como *burnout*, depressão, crises de ansiedade, desafios associados à parentalidade, falta de recursos financeiros e, de forma geral, ausência sistemática de saúde e bem-estar.
  - Programa SOS Dentista, que proporciona o acesso a tratamentos de saúde oral através de uma rede de clínicas dentárias, ajuda a suportar os respetivos custos.
  - Programa Mais Vida, direcionado a pessoas com cancro, que promove o acesso a cuidados multidisciplinares e personalizados, reduzindo o impacto da doença e melhorando a qualidade de vida do paciente.
  - Entrega de *kits* para recém-nascidos, filhos de colaboradores do Grupo em Portugal.
  - Oferta de presentes a filhos dos colaboradores em Portugal com menos de 12 anos, no Dia da Criança.

- **Educação e desenvolvimento**
  - Iniciativa Regresso às Aulas, que apoiou colaboradores com crianças na compra de material escolar e na encomenda de manuais, com apoio especial a famílias numerosas.
  - Apoio ao Estudo Online, um programa desenvolvido para garantir o sucesso no desempenho escolar dos filhos dos colaboradores.
  - Campos de férias para os filhos dos colaboradores, com atividades educativas e de lazer.
  - Atribuição de bolsas de estudo a filhos ou a dependentes de colaboradores do Grupo entre os 18 e os 25 anos, bem como a colaboradores que frequentem licenciaturas, cursos técnicos superiores profissionais ou mestrados integrados. Foi ainda assegurada uma contribuição para os estudantes, que sejam filhos de colaboradores do Grupo e que estejam deslocados da sua área de residência.

- **Proteção e emergência social**
  - Fundo de Emergência Social, um programa suportado por uma equipa de assistentes sociais, que ajuda as pessoas em situações de crise (como divórcio, violência doméstica ou desemprego de um familiar, entre outras) a reorganizarem as suas vidas através de apoio e orientação personalizados. Em 2025, para além de serviços como o aconselhamento jurídico, a Fundação proporcionou apoio ao sobre-endividamento, crise de habitação e orientação no acesso a benefícios e prestações sociais.

Ética e conformidade

MATERIAL

Auditorias laborais

[ESRS S1-1]
[GRI 408-1; 409-1]

Garantimos a prevenção de riscos de incumprimento dos direitos laborais através de auditorias frequentes aos processos de recursos humanos, abrangendo critérios como os horários de trabalho, os períodos de descanso e férias, os exames médicos e as condições de trabalho. Este controlo contínuo contribui para a dignidade no trabalho e o bem-estar dos colaboradores. Em 2025, foram realizadas 433 auditorias no Pingo Doce, Recheio, Jerónimo Martins Agro-Alimentar, Jeronymo e Hussel, que sustentam ações corretivas a serem implementadas num prazo variável, dependendo da gravidade das situações.

No setor agroalimentar, onde temos colaboradores de mais nacionalidades do que é comum noutras áreas do Grupo, existe um processo de verificação dos critérios de proteção dos direitos humanos e laborais junto dos parceiros de trabalho temporário, incluindo análise de contratos, seguros, comunicações à Segurança Social e exames médicos.

A Ara continua a utilizar a ferramenta Mapa de Criticidade Laboral para identificar áreas de maior risco e para hierarquizar intervenções estratégicas. As equipas monitorizam indicadores prioritários de direitos laborais, como tempos de trabalho e de descanso, custos laborais, rotação, absentismo e processos disciplinares. A avaliação destes indicadores determina o nível de criticidade e orienta a realização de auditorias adicionais sempre que necessário. Em 2025 foram executadas 895 auditorias.

Erradicação de trabalho forçado e trabalho infantil

Enquanto membro do The Consumer Goods Forum, estamos presentes na Human Rights Coalition, na qual as empresas pares alinham e promovem ações coletivas em matéria de direitos humanos, nomeadamente, no que respeita à promoção da diligência devida. Em 2025, participámos na publicação do relatório Tackling Forced Labour Through Human Rights Due Diligence[105], que detalha como os membros da coligação estão a aplicar esforços para prevenir o trabalho forçado nas suas operações. Através de uma ferramenta de autodiagnóstico – Human Rights Maturity Framework –, que assenta nas duas principais referências internacionais de integração dos direitos humanos nas empresas – os Princípios Orientadores das Nações Unidas (UNGP) e as Linhas de Orientação para Multinacionais da Organização Mundial do Comercio e Desenvolvimento (OECD Multinational Guidelines) –, os membros assumem publicamente as suas responsabilidades nas áreas em que têm de investir para reduzir os riscos de direitos humanos.

A prevenção e erradicação do trabalho infantil são asseguradas através de políticas e procedimentos de recrutamento, seleção e monitorização contínua que proíbem a contratação de pessoas abaixo da idade legalmente permitida.

Em 2025, e em reconhecimento da maturidade das nossas iniciativas, alcançámos uma pontuação de 9,0 pontos em 10,0 no Global Child Forum. Esta organização internacional avalia o desempenho das empresas nas áreas de governação e colaboração, local de trabalho, mercado, comunidades e ambiente, refletindo o compromisso com os direitos das crianças, as condições laborais, as políticas internas, as práticas comerciais e de *marketing*, e o impacto social e ambiental.

Liberdade de associação e contratação coletiva

[ESRS S1-8]
[GRI 2-30; 407-1]

A liberdade de associação e de contratação coletiva é basilar no âmbito dos direitos dos colaboradores que, segundo a legislação aplicável, são livres de estabelecer e aderir a organizações sem necessidade de autorização prévia, podendo fazer-se representar pelas mesmas na negociação de acordos com o empregador. A contratação coletiva, por agora aplicável apenas a Portugal, abrange 98,1% dos

[105] Mais detalhe sobre o Relatório de Maturidade "Tackling Forced Labour Through Human Rights Due Diligence" pode ser consultado aqui

colaboradores neste país, onde temos 13 contratos coletivos ativos. Adicionalmente, o Grupo conta com 91,7% de colaboradores em Companhias que integram representantes de colaboradores em Portugal e 95,7% na Polónia, garantindo o pontual cumprimento, nos termos da lei de cada país, de quaisquer normas relacionadas com direito de informação e/ou consulta em vigor.

No contexto do diálogo social, estamos presentes em fóruns de negociação com estruturas representativas de trabalhadores. Em Portugal, participamos ativamente em associações setoriais, como a APED (Associação Portuguesa das Empresas de Distribuição), e transversais, nomeadamente a CIP (Confederação Empresarial de Portugal).

De igual forma, somos um membro ativo em fóruns de diálogo social, designadamente a nível europeu, através do EuroCommerce.

Comunicação e formação

[ESRS S1-1; G1-1]
[GRI 205-2]

Procuramos garantir que os colaboradores conhecem os seus direitos e responsabilidades no cumprimento dos padrões de ética que estabelecemos, pelo que lançamos regularmente campanhas de comunicação e ações de formação.

O Código de Conduta e a Política Anticorrupção são partilhados cada vez que admitimos novos colaboradores em qualquer país, solicitando a formalização da sua tomada de conhecimento. Na Colômbia, os colaboradores são formados na Política Anticorrupção durante os primeiros dois meses de trabalho. A formação no Código de Conduta é obrigatória para todos os colaboradores.

Realizámos ainda sessões presenciais e em formato e-learning sobre legislação laboral, frequentadas por 11.454 colaboradores em 2025.

	Código de Conduta		Política Anticorrupção		Legislação laboral	
	Volume de formação*	Colaboradores formados	Volume de formação*	Colaboradores formados	Volume de formação*	Colaboradores formados
Grupo	**83.353**	**118.362**	**28.995**	**31.445**	**25.345**	**11.454**
Portugal	16.345	30.890	4.871	7.404	2.500	882
Polónia	50.862	68.871	3.457	5.387	14.868	2.702
Colômbia	16.020	18.349	20.550	18.580	7.828	7.825
Eslováquia	126	252	104	48	149	45

* Volume de formação: número de horas realizadas multiplicado pelo número de participantes em formação.

Mecanismos de resolução

[ESRS S1-3]

Asseguramos que todos os colaboradores têm acesso a canais de denúncia independentes, acessíveis e conhecidos por qualquer parte interessada. Todas as denúncias que recebemos são devidamente investigadas, havendo elaboração de planos de ação e respetiva monitorização, e garantimos a confidencialidade e a proteção dos denunciantes.

O Serviço de Atendimento ao Colaborador funciona como canal para denúncia, esclarecimento e resolução de questões laborais, garantindo confidencialidade, independência, imparcialidade e proteção contra retaliação. O BOP (Biuro Obsługi Pracownika) é o serviço de atendimento ao colaborador na Polónia, criado para garantir um canal independente, confidencial e transparente que apoia os colaboradores na defesa dos seus direitos laborais e humanos. Em 2025, foram desenvolvidas novas iniciativas para sensibilizar sobre o funcionamento do BOP e prevenir situações de *mobbing* e discriminação.

	Serviço de Atendimento ao Colaborador					
	Contactos/procedimentos iniciados			Contactos/procedimentos concluídos (%)		
	2025	2024	2023	2025	2024	2023
Grupo	**119.498**	**112.653**	**90.809**	**99%**	**99%**	**100%**
Portugal*	32.932	43.707	22.972	99%	100%	100%
Polónia **	19.267	18.432	19.537	96%	97%	100%
Colômbia	67.299	50.514	48.300	99%	99%	99%

* Em Portugal, este canal também é utilizado para receção e encaminhamento de pedidos sociais.
** Não inclui contactos relativos a processamento salarial/questões administrativas ou pedidos de apoio ao Fundo Social.

A Comissão de Ética e os Núcleos de Ética, presentes em Portugal, Polónia e Eslováquia, asseguram a receção e seguimento de denúncias de irregularidades, agindo de acordo com princípios de independência, isenção, integridade e confidencialidade. Suportados por uma plataforma de gestão de denúncias, disponibilizam um website próprio, através do qual os colaboradores podem reportar de forma confidencial qualquer incumprimento ou violação da lei, de política interna ou de princípio, designadamente relacionados com agressão, assédio, conflito de interesses, corrupção, discriminação, fraude, práticas negociais abusivas ou utilização indevida de informação. O mesmo é válido para qualquer parte interessada com a qual as Companhias trabalhem ou interajam, incluindo trabalhadores não colaboradores.

Na Polónia, existe uma Comissão para o Combate ao Mobbing, Discriminação e Assédio Sexual, responsável pelo seguimento de queixas nestas matérias. Na Colômbia, o Comité de Convivência Laboral assegura o tratamento de denúncias relacionadas com condições de trabalho ou outros problemas laborais.

Todas as situações reportadas são analisadas e investigadas, sendo criados planos de ação para a sua resolução sempre que necessário. Em 2025, recebemos 4.250 denúncias laborais, todas elas investigadas, das quais 34,8% foram encerradas e 47,8% necessitaram de ações de remediação.

Denúncias laborais	2025		2024	
	Total	% de denúncias recebidas	Total	% de denúncias recebidas
Denúncias recebidas*	4,250	-	3,580	-
Denúncias analisadas**	4,250	100.0%	3,580	100.0%
Denúncias com necessidade de ações de remediação***	2,030	47.8%	1,826	51.9%
Denúncias encerradas (conclusão do seguimento sem necessidade de atuação ou conclusão do seguimento com implementação das ações necessárias)******	1,479	34.8%	3,059	85.4%

* Número de denúncias efetuadas por colaboradores através da Comissão de Ética, Núcleos de Ética e Serviço de Atendimento ao Colaborador
** Número de denúncias analisadas pelos mecanismos de resolução do total de denúncias recebidas
*** Número de denúncias cuja conclusão no âmbito da investigação resultou na necessidade de implementação de ações de remediação do total de denúncias recebidas
**** Número de denúncias que foram consideradas como encerradas a 31/12/2025 após a devida investigação do total de denúncias recebidas

[ESRS S1-1; S1-17]
[GRI 406-1]

Das denúncias laborais recebidas em 2025, foram reportadas 143 por discriminação, incluindo assédio. No que diz respeito ao trabalho forçado, tráfico de seres humanos ou trabalho infantil, não foi identificada nenhuma denúncia.

Denúncias por discriminação*	2025		2024	
	Total	% de denúncias recebidas	Total	% de denúncias recebidas
Denúncias por discriminação recebidas	143	-	136	-
Denúncias por discriminação seguidas**	141	98,6%	136	100,0%
Denúncias por discriminação com necessidade de ações de remediação***	69	43,3%	73	53,7%
Denúncias por discriminação encerradas (conclusão do seguimento sem necessidade de atuação ou conclusão da do seguimento com implementação das ações necessárias)******	93	65,0%	126	92,6%

* No plano do potencial montante total das multas, sanções pecuniárias e indemnizações por danos em resultado dos casos acima referidos, a arquitetura necessária a este reporte está em desenvolvimento. O Grupo tomará as diligências devidas para reportar os potenciais referidos indicadores sempre que se justifique. Informação sobre os passivos contingentes associados a processos que se encontram a decorrer é descrita na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras"
** Número de denúncias por discriminação e assédio analisadas pelos mecanismos de resolução do total de denúncias por discriminação e assédio recebidas
*** Número de denúncias por discriminação e assédio cuja conclusão no âmbito da investigação resultou na necessidade de implementação de ações de remediação do total de denúncias por discriminação e assédio recebidas
**** Número de denúncias por discriminação e assédio que foram consideradas como encerradas a 31/12/2025 após a devida investigação do total de denúncias por discriminação e assédio recebidas

Mais informação sobre os nossos canais de comunicação com *stakeholders* internos e externos pode ser consultada na seção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação" do subcapítulo 2. "Divulgações gerais" neste capítulo.

Tecnologias inovadoras

Potenciar as ferramentas de produtividade individual dos colaboradores é um dos compromissos que assumimos. Ao longo do ano, fomentámos a adoção do Copilot – uma ferramenta da Microsoft 365 –, tendo registado 3.100 colaboradores conectados ativos em Copilot Chat. É um passo decisivo na adoção de ferramentas inteligentes, que promovem uma maior eficiência diária, enquanto garantem a segurança da informação. Para facilitar a sua adoção, foram realizadas sessões de *onboarding*, *coaching* customizado e *workshops*, tendo sido igualmente criado um ecossistema de aprendizagem contínua e adaptável a esta realidade.

Em 2025, lançámos o Artifical Intelligence Guidebook, um guia interno de boas práticas para a utilização segura, ética e responsável da inteligência artificial generativa. Também disponibilizámos o blog Digital Workplace em cinco idiomas (PT, EN, ES, PL, SK), ampliando a partilha semanal entre equipas de conhecimento sobre ferramentas digitais e promovendo uma cultura digital.

Soluções de gestão de pessoas e canais de comunicação

De forma transversal, reforçámos a gestão de recursos humanos através da plataforma Hello JM. Disponível na versão mobile e desktop, a plataforma integra diversas funcionalidades e permite o acesso a processos como *onboarding*, recrutamento e mobilidade interna. Em 2025, intensificámos a comunicação de iniciativas internas nesta plataforma e alargámos o catálogo de serviços, consolidando-a como a principal solução de recursos humanos no Grupo. O Hello JM conta com 107.341 utilizadores ativos (colaboradores que efetuaram pelo menos um login em dezembro de 2025).

A Our JM é uma plataforma digital global que permite a partilha a nível interno de informação relevante sobre o Grupo e as suas Companhias. Através de conteúdos multimédia, notícias, entrevistas e fóruns de discussão, a Our JM contribui para aproximar equipas e reforçar o compromisso coletivo com os valores e objetivos do Grupo. Em 2025, este canal foi alargado à Eslováquia.

Localmente, para além das newsletters regulares, as plataformas digitais Por Nós (Portugal), Dla Nas (Polónia) e Hablando Naranja (Colômbia) asseguram a partilha de informação relevante para o trabalho nas Companhias, promovem a celebração de conquistas e divulgam parcerias, protocolos e oportunidades internas. Os colaboradores podem sugerir novas parcerias e benefícios, reforçando o compromisso do

Grupo com a valorização das necessidades e expectativas das suas equipas. Em 2025, o conjunto destas plataformas registou 63,2 milhões de visitas.

Na Polónia, a plataforma Dla Nas, além de ser o principal canal para comunicações direcionadas e personalizadas, incorpora um *chatbot* inteligente que automatiza a gestão de questões, garantindo respostas rápidas e eficientes. Em 2025, foram lançadas funcionalidades que reforçam esta vertente, como o *single sign-on* (para plataformas externas) e a tradução automática de conteúdos. Estas soluções, aliadas à integração de processos sociais online e mapas interativos, demonstram o compromisso da empresa em utilizar inteligência artificial e tecnologia para criar um ecossistema inclusivo, acessível e conectado. Ao longo do ano, o *chatbot* e o *voicebot* da Dla Nas responderam a 275.789 pedidos, sem interação humana.

Destacamos ainda o lançamento do arquivo digital do nosso espólio audiovisual (fotos, vídeos e áudios). A plataforma MediaValet está disponível para todas os países e tem o objetivo de preservar o património visual existente e futuro, bem como promover uma pesquisa de conteúdos ágil e eficiente através do recurso a inteligência artificial embutida na solução.

Compromissos

Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

4.2.2. Comunidades afetadas
[ESRS 2 SBM-3]

MATERIAL

Procuramos compreender as necessidades das comunidades que apoiamos através de mecanismos de diálogo e medição de impacto dos nossos apoios, diretos ou indiretos, junto das instituições e dos seus beneficiários, com o objetivo de potenciar benefícios positivos para a sociedade, nomeadamente no âmbito da coesão social.

A estratégia de aproximação às comunidades locais, bem como o apoio aos grupos populacionais mais vulneráveis e expostos a riscos socioeconómicos, é desenvolvida maioritariamente através de parcerias e colaboração com instituições de solidariedade social. Apoiamos projetos e iniciativas com impacto positivo na qualidade de vida das comunidades, assim como de preservação e divulgação do património cultural dos países onde operamos.

Como dialogamos com as nossas comunidades afetadas
[ESRS S3-2, ESRS S3-3, ESRS 2 MDR-M, ESRS 2 SBM-2]
[GRI 3-3, GRI 2-12, GRI 2-29, GRI 413-1]

MATERIAL

A nossa relação próxima com as comunidades envolventes dá-nos uma visão real da evolução dos seus problemas sociais, principalmente no que diz respeito a grupos em risco de exclusão social e de marginalização. Este diálogo, focado na proteção e respeito pelos direitos humanos, em que essencialmente auscultamos as perspetivas de quem lida diariamente com a comunidade, ajuda a moldar a nossa estratégia de apoio, procurando potenciar ao máximo o impacto positivo nas comunidades através dos nossos produtos e atividades.

Dos canais de comunicação a que recorremos, destacamos os mecanismos de proximidade e relação interpessoal, como reuniões e conferências presenciais com as entidades beneficiárias, até aos instrumentos de comunicação à distância, como uma ferramenta digital que encaminha os pedidos externos de apoio para as áreas de sustentabilidade da Holding e das Companhias. Há também contactos disponíveis em centros regionais, centros de distribuição e lojas.

O diálogo com representantes legítimos das comunidades das áreas nas quais operamos decorre de diferentes formas. No caso das instituições com protocolos estabelecidos com a Holding, são realizadas visitas anuais para avaliar *in loco* a qualidade das infraestruturas e do serviço prestado às pessoas apoiadas. Este diálogo é reforçado anualmente e sempre que se considere necessário, é mantido por email ou telefone.

Dada a nossa presença internacional e a diversidade das nossas atividades, existem diversos responsáveis pelo envolvimento no diálogo com as entidades sociais apoiadas. Destacamos a Environmental Protection and Sustainable Development Director, na Biedronka, o Diretor de Comunicação Externa e Responsabilidade Social na Ara, e a Diretora de Desenvolvimento Sustentável e Impacto Local do Pingo Doce, que detém a gestão da área de Impacto e Desenvolvimento Local. Nas restantes Companhias, o diálogo e envolvimento com as entidades apoiadas é feito por intermédio dos gestores desses projetos, razão pela qual não são enunciados.

Em linha com a nossa Política de Comunicação de Irregularidades, toda e qualquer pessoa, a título individual ou em representação de um coletivo, como por exemplo comunidades locais ou indígenas que procedam a um contacto através dos canais de comunicação disponibilizados pelo Grupo, encontra-se ao abrigo do princípio da confidencialidade e da não retaliação. Um dos temas cobertos pela Comissão de Ética, o principal canal de comunicação aberto do Grupo, é o dos direitos humanos, incluindo direitos humanos das comunidades locais ou indígenas.[106] Para mais, no âmbito das auditorias sociais a

[106] Durante o período de reporte, foram registadas e analisadas ocorrências e interações com as comunidades potencialmente relacionadas com as políticas acima referidas. A triagem e avaliação foram realizadas de acordo com os procedimentos internos aplicáveis e, quando pertinente, com referência aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), às Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e aos princípios fundamentais da OIT. Com base na informação disponível e na análise efetuada, não foram identificados nem classificados casos confirmados de violação de direitos humanos com relevância para as comunidades. Não obstante, sempre que adequado, foram implementadas medidas corretivas e/ou de melhoria, incluindo reforço de informação às comunidades e ajustamentos de

fornecedores é ainda verificada, na dimensão relativa a Ética e Canais de Denúncia, a existência de canais de denúncia acessíveis, que sejam geridos com respeito pelo princípio da confidencialidade e não retaliação[107].

Nos subcapítulos seguintes estão descritas as principais iniciativas de apoio às comunidades envolventes, promovidas pelas Companhias do Grupo, e identificados os respetivos canais de diálogo com as comunidades afetadas.

Impactos nas comunidades afetadas

[ESRS S3-2, ESRS S3-3, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M]
[GRI 3-3, GRI 203-1, GRI 413-1]

MATERIAL

Para medir o impacto social das nossas iniciativas recorremos à metodologia Business for Societal Impact (B4SI) que envolve a auscultação anual das entidades apoiadas. O questionário aplicado dispõe de um campo de resposta aberta que as instituições podem utilizar para transmitir mensagens ou solicitar pedidos ao Grupo ou às suas Companhias. Como forma de monitorizar a eficácia do nosso mecanismo de diálogo com as comunidades, é ainda questionada especificamente a avaliação que as organizações fazem da sua satisfação com os procedimentos de diálogo, bem como com a extensão do questionário e a sua periodicidade.

Em 2025, estimamos que os cerca de 82 milhões de euros[108] atribuídos a 675 organizações tenham impactado positivamente mais de 1,6 milhões de pessoas. A maior parte dos apoios foi constituída por doações em géneros (71% do total) e direcionada à resposta a situações de emergência social e assistência social (72% do total), em linha com um contributo claro para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 1 (erradicar a pobreza), 2 (erradicar a fome) e 17 (parcerias para atingir os objetivos).

Tal como em anos anteriores, a maioria (74%) dos beneficiários inquiridos pelas instituições que apoiam pessoas em situação de vulnerabilidade reportou impactos positivos na sua qualidade de vida e, no que se refere à profundidade do impacto alcançado com o apoio, os beneficiários auscultados reportaram maioritariamente uma melhoria na sua capacidade de gerir os problemas com que se deparam (48%). Também as instituições relatam que o apoio lhes permitiu uma maior disponibilidade para os seus beneficiários (55%) e uma melhoria no cumprimento da missão da sua organização (37%).

Um outro indicador que consideramos na avaliação do nosso impacto social é o auxílio que os nossos colaboradores dão a beneficiários de instituições destinadas a apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade (desemprego ou deficiência, por exemplo). Ao longo de 2025, 88 colaboradores em Portugal e na Polónia participaram como tutores em programas de capacitação profissional em contexto real de trabalho, correspondendo a mais de 28.600 horas de tutoria, que equivalem a um investimento superior a um milhão de euros[109].

Reconhecemos que os impostos pagos nos países onde se desenvolve as atividades são, para além de uma exigência legal, um importante contributo para as sociedades. Assim, potenciais práticas de planeamento fiscal agressivo adotadas por empresas parceiras de dimensão relevante na cadeia de valor podem levar a uma redução da receita fiscal dos países onde as atividades comerciais decorrem. É por isso que exigimos aos fornecedores e parceiros de negócio o rigoroso cumprimento das nossas políticas e códigos.

processo, com acompanhamento subsequente. Para mais informações sobre os nossos canais de denúncia por favor, consulte o subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" deste capítulo.

[107] Para informação mais detalhada relativamente aos canais de comunicação, e os processos de denúncia do Grupo consultar o subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" deste capítulo, e para saber mais sobre as auditorias sociais e o processo de devida diligência, por favor consulte o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", e o subcapítulo 5. "Informações sobre a governação" neste capítulo.

[108] Este valor não corresponde ao montante total de apoios concedido por Jerónimo Martins, correpondendo a atividades/projetos medidos junto das instituições e seus beneficiários apoiados pelas diferentes Companhias do Grupo, aplicado a instituições apoiadas com pelo menos seis mil euros – o limite mínimo a partir do qual se considera poderem ser obtidos dados significativos de impactos sociais. Este valor também considera o apoio a entidades que desenvolvem projetos junto de populações vulneráveis cujo valor corresponde a uma quotização e não a um donativo. Também avaliamos através desta metodologia os nossos programas de capacitação dirigidos a pessoas em situação de vulnerabilidade social (pessoas com deficiência ou em situação de desemprego, por exemplo), de modo a reforçar a sua capacidade de integração no mercado laboral.

[109] Para mais detalhes sobre mentoria e capacitação profissional, consultar o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão", subponto "Inclusão de minorias".

Para além de cumprirmos com as obrigações fiscais decorrentes das nossas atividades nos países onde operamos, contribuímos para o desenvolvimento local e apoiamos continuadamente instituições de cariz social situadas nas comunidades envolventes às nossas operações, com o objetivo de promover a coesão social e minimizar as desigualdades socioeconómicas.

Para saber mais sobre como prevenimos e mitigamos este potencial impacto, consulte o resumo sobre as políticas e códigos no subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6. "As nossas políticas" e a nossa estratégia de responsabilidade fiscal no subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.5. "Fiscalidade", deste capítulo.

Apoios diretos às comunidades afetadas

[ESRS S3-2, ESRS S3-4, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M]
[GRI 3-3, GRI 203-1, GRI 413-1]

MATERIAL

A principal forma de apoiarmos as comunidades envolventes é através de donativos, tanto monetários como em géneros alimentares. Em 2025, atribuímos mais de 91 milhões de euros em apoios diretos a mais de 2.200 entidades[110]. Este valor representa um aumento de mais de 12% face a 2024, o que resulta, essencialmente, do aumento dos donativos em géneros por quase todas as Companhias.

Apoios Diretos (milhares de euros)			
	2025	2024	Δ 2025/2024
Grupo	**91.270**	**81.088**	**+12,6%**
Polónia	**54.850**	**55.676**	**-1,5%**
Biedronka*	54.542	55.598	-1,9%
Hebe	307	78	+292,9%
Portugal	**34.419**	**23.799**	**+44,6%**
Holding (JMH)	2.480	3.387	-26,8%
Pingo Doce	29.851	19.324	+54,5%
Recheio	2.043	1.057	+93,2%
Jeronymo e Hussel	12	11	+5,6%
Jerónimo Martins Agro-Alimentar	34	21	+62,2%
Colômbia	**2.002**	**1.613**	**+24,1%**
Ara	2.002	1.613	+24,1%

* Inclui a contribuição monetária para a Fundação Biedronka, no valor de mais de 20 milhões de euros, que deriva da aplicação de resultados do fundador, Jerónimo Martins Polska (Biedronka), mediante aprovação em Assembleia Geral. As atividades e o reporte financeiro da Fundação Biedronka são independentes dos da Biedronka.

De acordo com o procedimento que seguimos há vários anos, os excedentes que já não podem ser vendidos, mas que continuam a cumprir os padrões de qualidade e segurança alimentar, são doados a instituições de solidariedade social. São estas instituições que fazem chegar os alimentos doados a pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconómica. Esta prática, transversal às Companhias do Grupo, permite que os produtos cheguem à mesa de quem mais precisa.

Em 2025, doámos mais de 23.200 toneladas de alimentos, o que representa um aumento de 25% face a 2024 e contraria a diminuição verificada nesse ano (menos 3,6% face a 2023).

[110] Este valor não inclui a dotação inicial de 40 milhões de euros atribuída à Fundação Jerónimo Martins. Os estatutos de Jerónimo Martins preveem que as dotações futuras resultem da sua aplicação de resultados, a aprovar em Assembleia Geral de Acionistas.

Doações em géneros alimentares (toneladas)*			
Companhia	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Biedronka**	10.273	10.776	-4,7%
Pingo Doce	12.022	7.162	+67,9%
Recheio	638	351	+81,5%
Ara	329	317	+4,0%
Total	**23.262**	**18.606**	**+25,0%**

* Valores calculados internamente de acordo com *proxies* resultantes da aplicação do Food Loss and Waste Protocol, uma metodologia desenvolvida pelo World Resources Institute e vários *stakeholders* para o cálculo e reporte consistentes do desperdício e perdas alimentares na cadeia de abastecimento.
** Inclui apenas Polónia. No final de 2025, a Biedronka Eslováquia começou o seu processo de encaminhamento de excedentes alimentares provenientes das suas lojas para instituições de apoio a pessoas em situação de carência alimentar. No entanto, o processo não se encontra suficientemente estabilizado para possibilitar o reporte do indicador por país. Em 2026, a Companhia irá alargar o processo a mais lojas e estabelecer protocolos de parceria para garantir que os produtos chegam a mais organizações de apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade. Continuamos a desenvolver processos internos para reforçar a consistência e a abrangência da informação reportada.

O aumento global dos donativos em géneros alimentares, em especial das Companhias em Portugal, deve-se às medidas do programa "Alimenta o Bairro" do Pingo Doce e ao esforço do Recheio para alargar a entrega de donativos a todas as lojas. Na Ara, a dedicação da Companhia em estabelecer parcerias duradouras com instituições sociais para a recolha de excedentes alimentares, nomeadamente através das autoridades municipais de Bogotá, começou a trazer resultados positivos.

As doações em géneros alimentares seguem procedimentos próprios com o objetivo de prevenir o desperdício alimentar. Para além da nomeação de responsáveis pelo tratamento dos produtos e pela entrega às instituições, as Companhias que doam alimentos dispõem de processos direcionados às entidades que recolhem os alimentos em loja. A Biedronka conta ainda com um procedimento de atribuição de donativos que inclui informação sobre os tipos de donativos elegíveis, documentação necessária, responsáveis pela organização do processo de doação, relatórios de dados e avaliação de impacto social.

Área corporativa

A Holding do Grupo apoiou 80 entidades em 2025, a maior parte das quais (61%) atua no campo social, num montante próximo dos 2,5 milhões de euros. Mantivemos um apoio regular a 23 instituições que, na maioria dos casos, dura há mais de uma década. Destaca-se o projeto de acompanhamento psicológico a crianças e jovens em idade escolar, que vivem ou frequentam regularmente instituições em Portugal apoiadas pelo Grupo, num regime continuado e estruturado. Neste âmbito, e estabelecendo sinergias com programas internos já existentes para colaboradores, estendemos a estas crianças e jovens a possibilidade de beneficiar do protocolo com uma clínica de psicologia e psiquiatria, que assegura sessões semanais – totalmente gratuitas – a 20 crianças e jovens. Este acompanhamento especializado na área da saúde mental, uma necessidade reportada pelas instituições no período pós-pandemia, promove a igualdade de oportunidades e facilita a integração social, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e o reforço da autonomia emocional. Entre 2023 e 2025 foram dadas mais de 750 consultas, representando um apoio, em 2025, superior a 35 mil euros.

Fundação Jerónimo Martins

Para além do apoio aos Colaboradores do Grupo e às suas famílias, a Fundação Jerónimo Martins desenvolve também iniciativas sociais dirigidas às comunidades. Neste sentido, a Fundação passou a gerir dois programas que estavam no âmbito do Grupo Jerónimo Martins.

É o caso das bolsas de estudo, entregues a alunos em situação de vulnerabilidade e que, por causa disso, não conseguem concluir o seu percurso académico. Estas bolsas são entregues através da EPIS - Empresários Pela Inclusão Social, uma associação criada em 2006 e da qual o Grupo foi membro fundador. Desde o início de 2025 que a participação nos projetos da EPIS passou para o âmbito da Fundação Jerónimo Martins.

Também o apoio à Associação Girl Move, que o Grupo mantém de forma consecutiva desde 2016, passou para o âmbito da Fundação a partir do final de 2025.

Biedronka

A Biedronka atribuiu 54,5 milhões de euros em apoios diretos, que beneficiaram mais de 690 instituições[111]. O montante destes apoios diminuiu cerca de 2% face a 2024, devido ao apoio extraordinário que havia sido oferecido às famílias que sofreram com as cheias que afetaram o centro e o leste da Europa em 2024.

A Companhia doou mais de 10.200 toneladas de alimentos (menos 4,7% do que em 2024), através de 2.337 lojas – 60% do seu total de lojas na Polónia. Os excedentes doados às instituições próximas das nossas lojas e centros de distribuição permitiram beneficiar 144 entidades, das quais destacamos a Federação dos Bancos Alimentares Polacos, a mais abrangente do país, que absorveu a cerca de 45% do total das doações de alimentos. Apesar do crescimento da rede de lojas da Biedronka, as quantidades doadas têm vindo a diminuir devido ao sucesso do programa de incentivo à compra de produtos em fim de validade e à colaboração com plataformas de venda de excedentes a preços reduzidos. O decréscimo deve-se também às medidas operacionais para melhorar o controlo de *stocks* e a redução de perdas, o que levou a uma diminuição dos excedentes disponíveis para doação.

A Biedronka tem uma tradição relevante de apoio a iniciativas de carácter comunitário e solidário no período natalício. Em 2025, apoiou a 29.ª edição da "Wigilia Kościuszko" (Véspera de Natal Kościuszko), um evento que oferece refeições quentes e cabazes alimentares de Natal a pessoas em situação de vulnerabilidade. Também apoiou a 24.ª edição do "Opłatek Maltański" (Hóstia de Natal Maltesa), uma iniciativa solidária com mais de duas décadas organizada pela Ordem de Malta. Este projeto decorre anualmente em dezenas de localidades, promovendo refeições festivas, entrega de cabazes e momentos de convívio para pessoas em situação de pobreza, solidão ou incapacidade. Para além da doação de produtos alimentares, a Companhia ofereceu ainda um apoio monetário para garantir a continuidade do projeto, em 2026. No total, a Biedronka apoiou com quase 26 mil euros estas iniciativas.

Em parceria com a Caritas Polska, e por ocasião do Dia Mundial da Criança, a Biedronka ofereceu 25 mil Caixas da Felicidade a crianças de famílias economicamente vulneráveis acompanhadas pela instituição. Estas caixas incluem produtos alimentares de Marca Própria, como purés de fruta, fruta desidratada e snacks, e bonecos da campanha "Gang Produkciaków" (O Bando dos Produtos). Foram investidos cerca de 102 mil euros nesta ação.

Fundação Biedronka

Desde 2020, foram investidos pela Fundação 345 milhões de zloty (o equivalente a mais de 80 milhões de euros) para desenvolver e apoiar programas sobretudo dedicados ao combate à pobreza e à malnutrição, bem como à solidão e ao isolamento social entre pessoas idosas, além de iniciativas de promoção da saúde e do bem-estar e de resposta a emergências humanitárias (como o apoio a refugiados da guerra na Ucrânia ou às vítimas das graves cheias na Polónia em 2024).

Em 2025, ano do seu quinto aniversário, a Fundação Biedronka destinou mais de 18 milhões de euros aos seus programas de apoio à comunidade e, em conjunto com 1.600 organizações parceiras, beneficiou mais de 140 mil pessoas, maioritariamente pessoas idosas, em linha com a sua missão, mas também crianças e jovens.

Os principais impactos alcançados no ano incluem:
- mais de 27 mil pessoas apoiadas com cartões para aquisição de alimentos;
- mais de 46 mil pessoas idosas envolvidas no programa "Alimentos para momentos partilhados", desenvolvido em parceria com 1.200 Clubes de Donas de Casa Rurais, resultando em mais de 7.200 encontros especialmente organizados para seniores que vivem sozinhos, maioritariamente em zonas rurais;
- mais de 179 mil refeições entregues ao domicílio de pessoas idosas a viver em situações de pobreza e isolamento, no âmbito do projeto "Entrega do Almoço".

Hebe

A estratégia de responsabilidade da Hebe assenta fundamentalmente no apoio a mulheres através da promoção do empreendedorismo feminino e do apoio a residentes em orfanatos no momento da sua transição para uma vida mais independente. A Companhia apoiou oito entidades em 2025 com cerca de 307 mil euros, quase quatro vezes mais do que o valor registado em 2024. Este reforço reafirma a Hebe

[111] Os relatórios anuais de sustentabilidade da Biedronka estão disponíveis em csr.biedronka.pl.

como uma entidade próxima das instituições que promovem a integração de jovens provenientes de meios desfavoráveis na sociedade e no mercado de trabalho.

Pingo Doce[112]

Em 2025, o Pingo Doce respondeu ao apelo de cerca de 1.330 instituições de cariz social[113] que cumprem a sua missão nas zonas de influência das lojas. Os apoios em géneros alimentares e em valor monetário – que incluem apoios fixos, cartões-presente e apoio a projetos de conservação ambiental – chegaram quase aos 30 milhões de euros, mais 55% do que em 2024.

Os donativos em géneros alimentares provenientes dos excedentes das lojas aumentaram para as 12 mil toneladas de alimentos, mais 68% do que no ano anterior, o que se justifica pela implementação do programa Alimenta o Bairro. Iniciado em 2024, este projeto procura reforçar o papel ativo das nossas equipas no combate à fome nos bairros em que o Pingo Doce está presente e, ao mesmo tempo, reduzir o desperdício alimentar nas lojas. O funcionamento do Alimenta o Bairro melhorou consideravelmente, fruto da adoção das seguintes medidas:

- alargamento da base de artigos que podem ser doados;
- maior frequência de momentos de doação em loja (duas vezes por dia, no fecho do restaurante e ao fecho da loja);
- formação e capacitação das instituições parceiras (271 ao longo do ano) e dos colaboradores das lojas sobre os procedimentos corretos para levantamento de excedentes (18 sessões de formação ao longo do ano).

O Alimenta o Bairro teve início com um questionário dirigido às instituições apoiadas para compreender as suas necessidades. Com base na informação recebida, o Pingo Doce preparou um conjunto de *workshops* para conhecer melhor a visão das instituições sobre os procedimentos de apoio, os géneros alimentares mais valorizados e mais necessários, a capacidade para levantarem os produtos em loja e as formas de colmatar os pontos de melhoria identificados.

5 anos de Bairro Feliz

O Bairro Feliz é um programa que apoia causas propostas por entidades e por moradores dos bairros nos quais se inserem as lojas Pingo Doce, atribuindo um donativo de até mil euros para a concretização das ideias mais votadas pelos clientes.

Na edição de 2025, a quinta de âmbito nacional, foram registadas 2.581 inscrições. Depois da fase de votação pública, o Pingo Doce atribuiu mais de 429 mil euros a um total de 467 causas votadas pelos clientes, das quais 31% relacionados com educação.

Desde 2019, o programa apoiou com 2,3 milhões de euros, 2.417 causas a partir demais de 14.400 inscrições. Foram registados 120 milhões de votos de clientes.

Estima-se que os projetos vencedores do Bairro Feliz tenham beneficiado mais de 11.000 idosos e 19.000 crianças – dois dos grupos prioritários das iniciativas do Grupo destinadas a apoiar as comunidades afetadas.

Desde dezembro de 2022 que o Pingo Doce tem um protocolo de cooperação com a Guarda Nacional Republicana (GNR) para desenvolver ações de proximidade e apoio aos idosos, às crianças e aos jovens carenciados. No âmbito desta parceria, em 2025 foram entregues mais de 6.100 cabazes com alimentos, produtos de higiene e mantas a 1.800 idosos. Adicionalmente, foram organizados cinco almoços de Natal nos cinco distritos onde a solidão dos idosos é mais severa. Participaram mais de 500 idosos nestes convívios, que contaram com o envolvimento das estruturas locais da GNR e das equipas operacionais do Pingo Doce. Desde 2022, já foram entregues mais de 12.900 cabazes alimentares.

[112] Inclui a Lidosol.
[113] Consultar pingodoce.pt/sustentabilidade.

Recheio[114]

O Recheio doou mais de dois milhões de euros em géneros alimentares e apoios monetários, quase o dobro do montante doado em 2024. O Recheio apoiou 166 organizações, em resultado de um trabalho mais focado na atribuição de donativos, em linha com as prioridades da Companhia.

Os donativos em géneros alimentares provenientes de excedentes aumentaram quase 82% para 638 toneladas, resultado da consolidação do programa de doações e de novas medidas operacionais que reforçaram a eficiência, a segurança e a consistência do processo. Ao longo de 2025, todas as lojas passaram a contar com uma instituição parceira para o levantamento de excedentes. Também a centralização dos pedidos de donativos, através do website da Companhia, permitiu uniformizar procedimentos e melhorar a gestão das solicitações. A formação obrigatória para as equipas de loja em segurança alimentar, elegibilidade dos produtos e boas práticas de armazenamento contribuiu também para uma triagem mais rigorosa e para a redução do desperdício alimentar.

Jerónimo Martins Agro-alimentar

As várias empresas da JMA atribuíram cerca de 34 mil euros em apoios a 11 instituições de vocação social localizadas em zonas envolventes às unidades de produção.

Ara

A Ara apoiou a ação social de 27 entidades com cerca de 2 milhões de euros, mais 24% do que em 2024. Este aumento, que se insere nos objetivos assumidos para o triénio 2024-2026, reflete o compromisso da Ara em ser o principal aliado das comunidades envolventes às suas lojas, considerando que uma em cada três pessoas na Colômbia vive em situação de pobreza – 17 milhões de pessoas vivem com um rendimento mensal inferior a 100 euros[115].

Para orientar eficazmente os seus esforços, a Ara analisa os indicadores sociais mais relevantes no país, incluindo pobreza monetária, insegurança alimentar e má-nutrição. Antes de estabelecer parcerias concretas, a Companhia colabora com entidades reconhecidas por atuarem nos domínios identificados, entre especialistas, entidades públicas e organizações não-governamentais – são exemplos a UNICEF, o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar, as secretarias de integração social e as associações de bancos alimentares. A Ara consulta ainda, de forma regular, as comunidades envolventes às suas lojas, incorporando, sempre que possível, as expectativas locais nas suas decisões. Este processo está na base da iniciativa "2 Millónes de Razones" (2 Milhões de Razões), que agrega sob este mote comunicacional um conjunto variado de projetos de apoio às comunidades.

O projeto, que evoluiu a partir do programa "1 Millón de Razones" (1 Milhão de Razões) realizado em 2024, é um investimento social ímpar no país que apoiou, com 2 milhões de euros, 19 instituições sociais, através de 14 projetos. Estima-se que tenham sido beneficiadas mais de 64 mil pessoas, em especial crianças, jovens, mães e idosos. As iniciativas abrangidas pelo projeto incluem programas para reduzir a desnutrição crónica e a má nutrição infantil, melhorar as condições de vida das populações vulneráveis e olhar para a educação como uma ferramenta-chave para a mudança social.

Destacam-se as seguintes iniciativas:

- Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia (ABACO) – Combater a subnutrição infantil através da doação de excedentes alimentares, assegurando reforço logístico de recolha e apoio à expansão da rede de bancos alimentares. O apoio beneficiou 31.940 crianças em várias regiões do país.
- Fundación Alimentar – Melhorar a segurança alimentar de comunidades vulneráveis. O projeto, que decorreu em Cartagena, incluiu a doação de alimentos em condições adequadas de consumo e um contributo mensal destinado a fortalecer a logística, a distribuição e o apoio direto às famílias. Foram beneficiadas 1.822 pessoas.
- SoyDoy – Resposta às necessidades nutricionais de famílias em situação de desemprego, beneficiando 67 crianças da Escola Fusunga, em Soacha. O projeto incluiu a doação de cabazes

[114] Inclui Recheio Masterchef e João Gomes Camacho.
[115] Fonte: Departamento Administrativo Nacional de Estatística (DANE) da Colômbia.

alimentares e a realização de oficinas de nutrição para crianças e famílias, como orientações sobre o consumo adequado de fruta e legumes, incentivando hábitos alimentares saudáveis.
- Cáritas – Promoção do desenvolvimento humano sustentável e solidário em comunidades vulneráveis. O projeto incluiu a distribuição de cabazes alimentares, o apoio à criação de 30 empreendimentos comunitários e ações orientadas para a autonomia económica das famílias, beneficiando808 pessoas.
- Fundación InmensaMente – Projeto orientado para o desenvolvimento integral da primeira infância. Incluiu a doação de alimentos para reforço nutricional, o fortalecimento da segurança alimentar em espaços educativos e comunitários, e a melhoria das condições de permanência e aprendizagem de crianças dos 0 aos 5 anos, impactando150 pessoas.
- Unidade Administrativa Federal de Medellín "Buen Comienzo" – Programa cujo foco central é garantir que todas as crianças tenham acesso a educação inicial, nutrição, saúde, proteção e cuidado desde a gestação, em especial crianças provenientes de contextos vulneráveis. A Ara contribui com a oferta de vouchers para aquisição de alimentos a 500 beneficiários.
- Secretaria de Integración Social de Bogotá - Focada na promoção da alimentação saudável, a Ara apoiou ainda na melhoria da saúde e nutrição de 386 mulheres grávidas e mães recentes, através da distribuição de vales alimentares, *workshops* educacionais sobre nutrição, cuidados a ter durante os primeiros meses de vida do bebé e preparação de refeições equilibradas.

Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas

MATERIAL

[ESRS S3-4, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M]
[GRI 3-3, GRI 203-1, GRI 413-1]

Desenvolvemos parcerias com várias instituições para responder a desafios de coesão social em áreas como a alimentação saudável, a promoção de hábitos de leitura, a inclusão social e a sensibilização ambiental. Também participamos em iniciativas de voluntariado corporativo.

Alimentação e estilos de vida saudáveis

Desde 2016 que, em Portugal, somos patrocinadores do programa Alimentação Saudável e Sustentável das Eco-Escolas, promovido pela ABAAE – Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação. Em 2025, o montante do nosso apoio a este programa, que sensibiliza os alunos para temas como a alimentação, a nutrição e a sustentabilidade da produção agroalimentar, foi superior a 46 mil euros. Na edição de 2024/2025 participaram 350 escolas de todo o país.

A Biedronka é, desde 2023, o principal patrocinador da Olimpíada Zdrowia PCK z Biedronką (Olimpíada da Saúde da Cruz Vermelha Polaca e Biedronka), um concurso que promove hábitos alimentares e estilos de vida saudáveis entre jovens em idade escolar. O concurso começa com um teste geral sobre as áreas da nutrição, saúde e ecologia. Os alunos que obtém as melhores classificações são convidados a apresentar trabalhos relacionados com estas temáticas. Após terminarem o ensino secundário, os vencedores poderão estudar na faculdade de ciências da saúde da Universidade de Medicina de Lódz[116], patrocinadora da iniciativa.

O patrocínio da Biedronka tem duas componentes: o apoio financeiro aos vencedores, incluindo os prémios específicos atribuídos aos melhores trabalhos sobre hábitos alimentares saudáveis e vida saudável na comunidade local, e o apoio de consultoria dos especialistas da Companhia em qualidade e Marca Própria, ambiente e sustentabilidade. Estes quadros da Biedronka estão envolvidos na construção das questões do concurso. Na 32.ª edição participaram cerca de 22 mil estudantes, tendo 32 chegado à final. A Biedronka entregou oito prémios especiais, nas duas categorias etárias do concurso, na forma de cartões-presente com um valor de mais de 900 euros, tendo destinado mais de 51 mil euros a este projeto. Em novembro foi lançada a 33.ª edição, dedicada a questões relacionadas com a saúde mental, que contou com a participação de 22.800 estudantes de 1.525 escolas polacas.

Os apoios da Hebe serviram para:

[116] Aplicável à edição de 2025-2026.

- apoiar a organização, com kits de participação, das várias edições da corrida "Bieg Kobiet Zawsze Pier(w)si" (Mulheres Sempre à Frente), uma iniciativa que sensibiliza para a prevenção dos cancros da mama e do colo do útero;
- apoiar outros eventos ligados à prevenção do cancro;
- garantir os prémios das vencedoras da liga "Stowarzyszenie Sportowe Ich Własna" (Associação Desportiva Ich Własna) de futebol, cujo objetivo é eliminar a discriminação contra as mulheres no mundo do desporto.

A Ara associou-se a quatro instituições (Fundación Leicy Santos, Fundación Manuela Vanegas, Parchemos Concreto e Fundación La Quinta.com) que promovem a prática desportiva enquanto um hábito saudável, nomeadamente o futebol e dança, em regiões vulneráveis, envolvendo 1.065 crianças das regiões de Copacabana, Lorica e Quibdó.

Literatura e hábitos de leitura

A promoção, desde cedo, de hábitos de leitura em família é uma forma de desenvolver a literacia infantojuvenil e de contribuir para sociedades mais informadas e preparadas. Com este propósito, e para além da comercialização de livros a preços muito acessíveis, o Pingo Doce e a Biedronka dinamizam prémios nacionais de literatura infantil. Os vencedores das duas fases do concurso – escrita e ilustração – têm garantida a publicação do seu trabalho em livro com venda exclusiva nas lojas de cada uma das insígnias. Seja em Portugal ou na Polónia, cada vencedor de cada fase recebe um prémio monetário no valor de 25 mil euros.

Desde a sua criação, em 2014, o Prémio de Literatura Infantil Pingo Doce já premiou 24 autores e ilustradores. As edições anteriores mostraram o impacto que esta iniciativa tem na promoção da literatura infantil em Portugal, e no incentivo à criação e na dinamização do sector. As obras vencedoras resultaram em 12 títulos publicados e mais de 205 mil exemplares vendidos, chegando a milhares de crianças em todo o país. A última obra distinguida foi "Os três castelos das três bruxas malvadas", de José Dias Pires, ilustrada por Maria Girão. O prémio integra-se na aposta contínua do Pingo Doce na literatura infantil, que ao longo de duas décadas, se traduziu na disponibilização de conteúdos de qualidade com mais de 570 títulos exclusivos e três milhões de livros vendidos.

O *Piórko - Nagroda Biedronki za książkę dla dzieci* (Prémio de Literatura Infantil Biedronka) é, desde a primeira edição, apadrinhado pelo Provedor da Criança na Polónia. A 11.ª edição registou o valor recorde de mais de 3.900 candidaturas de texto, com *Co zrobić z tym smokiem? (O que fazer com este dragão?)*, de Krzysztof Trojan, a vencer o concurso e a servir de inspiração aos mais de 980 ilustradores candidatos à segunda etapa do prémio, vencida por Marek Gołębiowski. Desde o lançamento desta iniciativa, em 2015, foram vendidos mais de 600 mil exemplares dos onze livros vencedores.

Em Portugal, o Pingo Doce esteve presente em onze feiras do livro (nas quais foram vendidos mais de sete mil livros) e lançou 27 novos títulos exclusivos (reconhecidos pelo Plano Nacional de Leitura), que colocou à venda nas suas lojas a preços acessíveis. As presenças nas feiras do livro são direcionadas ao público em geral e às crianças e, para além da venda de livros infantis exclusivos, são dinamizadas sessões de leitura e de autógrafos com os vencedores dos Prémios de Literatura Infantil Pingo Doce.

Para se afirmar no ecossistema da promoção da leitura e da literatura infantil, o Pingo Doce ofereceu, pelo segundo ano consecutivo, bibliotecas com livros infantis a hospitais pediátricos e alas pediátricas com unidades de internamento de todo o país. Cada biblioteca está equipada com 30 livros infantis exclusivos Pingo Doce, direcionados para crianças com idades compreendidas entre os 2 e os 12 anos. Consoante a dimensão dos serviços de internamento de pediatria, foram entregues mais de 130 casinhas-biblioteca, recriando assim autênticos "Bairros de Leitura", num total de mais de quatro mil livros.

A Ara associou-se à iniciativa "Rincones de Lectura" (Cantinhos de Leitura) (), espaços comunitários que promovem o desenvolvimento infantil através da leitura, do jogo e da arte. Com um investimento de cerca de 330 mil euros, foram entregues mil cantinhos de leitura a 915 lares comunitários e 85 jardins de infância, beneficiando 14 mil crianças com acesso a livros, jogos e materiais artísticos que estimulam a imaginação, a criatividade e a aprendizagem.

Inclusão social e empreendedorismo

Desde 2018 que a Biedronka é o principal patrocinador da Associação Nadzieja Na Mundial (Esperança para o Mundial). Esta associação apoia o desenvolvimento de crianças institucionalizadas através da socialização pelo desporto e promove torneios de futebol com outras crianças e jovens da Polónia, e também de outros países europeus e do resto do mundo. Em 2025, realizou-se a 16.ª edição do campeonato polaco, no qual participaram 400 crianças de 39 equipas vindos de todo o país para jogar em Varsóvia. Os melhores jogadores foram chamados a jogar pela seleção polaca na 9.ª edição do campeonato mundial, que juntou equipas de 22 países, incluindo Portugal e Eslováquia. O investimento feito pela Biedronka nas duas iniciativas foi de mais de 174 mil euros.

Para celebrar a natalidade na Polónia, a Biedronka oferece, desde 2021, *packs* de produtos às crianças nascidas no país e registadas no website do clube Dada (Marca Própria de produtos de higiene e cuidado infantil, líder de mercado em fraldas). Em 2025 esse número superou os 54 mil, perfazendo cerca de 332 mil kits já oferecidos, que incluem fraldas, boiões de comida, toalhitas e cotonetes.

Na ajuda e apoio à integração de pessoas com deficiência, a Biedronka deu continuidade à colaboração com a Fundação Podaj Dalej, que tem como missão ajudar pessoas com deficiência a alcançar a independência e a viver de forma ativa e realizada. Graças ao apoio obtido pela cooperação com a Biedronka, a Fundação organizou diversas iniciativas:

- Campos artísticos e desportivos para cerca de 70 crianças com deficiência, de várias zonas da Polónia.
- *Workshops* para 12 mães de filhos com deficiência sobre mecanismos de fortalecimento, empoderamento, relaxamento e hábitos alimentares adaptados aos seus filhos, durante os quais puderam contar com supervisão total dos seus filhos pela instituição.
- Apresentação de uma série de 12 aventuras sobre a Raposa Ibisek, como forma de ajudar as crianças e jovens a conhecer e entender as suas emoções.

Em 2021, a Biedronka foi o primeiro retalhista na Polónia a lançar um programa dedicado ao combate à pobreza menstrual[117], o "Juntos Vamos Começar um Período de Mudança", em parceria com a *Koalicja* Okresowa, uma coligação de ONGs formada pela Fundação Kulczyk. Nesse mesmo ano, a Companhia lançou a campanha "Ação Menstruação na Tua Escola", em colaboração com a Akcja Menstruacja, instituição com a qual a Companhia começou a trabalhar na promoção dos temas associados à saúde feminina. Durante o calendário escolar de 2025/2026, a Biedronka apoiou 680 escolas oferecendo mais de 1,3 milhões de tampões e pensos higiénicos, num investimento de cerca de 46 mil euros, que impactou um total de 121 mil alunos.

A Hebe manteve a sua colaboração com a iniciativa Odkryj Siebie Z Hebe (Descobre-te com a Hebe), em parceria com a One Day Foundation, para a inclusão social e profissional de jovens adultos que vivem ou viveram em orfanatos. Na quarta edição do programa, os 37 participantes trabalharam em 31 lojas Hebe durante dois meses[118]. A Hebe doou ainda mais de 35 mil euros para ajudar esta Fundação na prossecução dos seus objetivos de apoio social.

A Hebe doou também cerca de 8 mil euros à quinta edição do programa "TOP Women in e-business", criado pela Fundacja Kobiety E-Biznesu (Fundação das Mulheres em E-Business), cujo objetivo principal é apoiar o estabelecimento de negócios online geridos por mulheres.

A Ara apoiou o programa Somos CaPAZes, dirigido a mães e crianças em situação de vulnerabilidade, com o objetivo de reforçar vínculos familiares e promover ambientes seguros. O projeto alcançou 390 beneficiários e inclui a dinamização de espaços protegidos para famílias em áreas de risco e a plantação de uma horta comunitária na região de Pereira.

Destaca-se também o projeto com a Fundación Hogar Cañitas Saludables, orientado para melhorar o bem-estar e as condições de vida de 70 idosos em situação de abandono ou vulnerabilidade. A parceria incluiu a reabilitação e pintura da fachada da instituição, a recuperação de camas e mobiliário danificado,

[117] Segundo o estudo desenvolvido em 2020 pela Fundação Kulczyk, uma em cada cinco mulheres na Polónia tem dificuldade na aquisição de produtos de higiene adequados e 40% das mulheres com dificuldades económicas tiveram de renunciar à compra de produtos de higiene.
[118] Para mais informação sobre este projeto, consultar o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1 "Mão de obra própria", neste capítulo.

a instalação de salas de televisão e a dinamização de atividades recreativas e terapêuticas, bem como a doação de frutas, legumes e produtos com embalagens danificadas, mas totalmente aptos para consumo.

Educação ambiental

Desenvolvemos um conjunto de ações dirigidas às comunidades próximas das nossas operações, com o objetivo de reforçar a importância da proteção dos ecossistemas e da preservação da biodiversidade[119], contribuindo para uma maior responsabilidade ambiental coletiva.

Na área da sensibilização para a proteção dos ecossistemas, desde 2019 que nos associamos à iniciativa Portugal Chama, uma campanha do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) que procura alertar a população, sobretudo nas zonas de maior risco de incêndio, para a importância da prevenção, em particular nos meses mais críticos do ano. O Pingo Doce, o Recheio e o Amanhecer colocaram à disposição os seus websites, redes sociais e sistemas de som em loja para divulgar as mensagens de prevenção e de boas práticas contra incêndios desenvolvidas pela AGIF, contribuindo para ampliar significativamente o seu alcance junto das comunidades.

No âmbito do programa Mar Vivo, e à semelhança de anos anteriores, o Pingo Doce promoveu mais uma edição da Brigada Mar Vivo, a maior ação de limpeza de praia envolvendo escolas do país. Mais de 64 mil alunos de 53 municípios recolheram 5,8 toneladas de lixo de praias portuguesas. Foi também foi criada a iniciativa *Peniche Surfing Clube*, no âmbito da qual se realizaram 97 ações de limpeza de praia e falésias e recolheram 5,3 toneladas de lixo marinho e costeiro. Estas actions envolveram mais de 10 mil pessoas.

Para além disso, o Pingo Doce deu continuidade ao projeto iniciado em 2024, “Leva a tua turma ao Oceanário”, em parceria com a ABAAE. Este projeto é focado na proteção dos ecossistemas marinhos e tem como objetivo sensibilizar e educar as gerações mais novas para a importância da preservação dos oceanos. Este ano o programa desafiou os alunos até ao 3º ciclo a desenvolver uma exposição acerca de espécies ameaçadas, presentes na Lista Vermelha da IUCN, como forma de despertar o interesse para a importância da conservação da biodiversidade marinha.

No âmbito da consciencialização para a proteção e a preservação dos polinizadores, em Portugal, desenvolvemos a campanha “SOS Polinizadores”, em parceria com a Quercus, entidade com a qual, desde 2014, realizamos ações de comunicação pedagógica junto do público escolar sobre a importância da conservação dos polinizadores e da biodiversidade, prestando ainda formação a várias entidades (entidades locais, agricultores, apicultores e técnicos). O “SOS Polinizadores” realizou a segunda edição das “Rede de escolas Amigas dos Polinizadores”, tendo sido realizadas 20 sessões em 30 escolas, com a participação de mais de 1.700 alunos. Ainda no âmbito deste projeto, decorreu a quarta edição do passatempo "Constrói um Hotel para Insetos Polinizadores", na qual participaram 18 cidadãos e 48 escolas. A iniciativa promove a construção de refúgios para insetos polinizadores, sensibilizando a comunidade para a importância da sua proteção.

No mesmo âmbito da proteção dos polinizadores e da promoção da sua importância para a biodiversidade, a Ara desenvolve, desde 2021, em parceria com a *Fundabejaz*, o projeto “Proteção das Abelhas”, com o propósito de proteger e conservar estes importantes polinizadores. Em 2025, o apoio da Companhia ajudou a:

- resgatar 51 enxames promovendo a coexistência com as comunidades;
- acompanhar e avaliar os enxames resgatados, identificando 35 colmeias em estado viável;
- entregar 33 colmeias à comunidade, em particular a agricultores, reforçando o compromisso com a proteção dos ecossistemas. As colmeias que não foram entregues continuam no processo de fortalecimento, por forma a assegurar as condições técnicas e ambientais ótimas para a sua futura integração na comunidade;
- diminuir os pedidos de extermínio nas zonas onde foram realizadas 83 campanhas de sensibilização relacionadas com a importância das abelhas e dos polinizadores. Estas sessões envolveram 2.650 participantes de comunidades rurais, nomeadamente alunos de escolas locais.

A médio e longo prazo, o programa pretende transformar a relação das comunidades com as abelhas, promovendo a integração da educação ambiental nos currículos escolares. Em simultâneo, estão a ser

[119] Para mais informação, consulte o subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, neste capítulo.

desenvolvidas ferramentas formais de medição de perceção e mecanismos de monitorização que reforcem os indicadores qualitativos e quantitativos do programa, garantindo maior rigor e eficácia na avaliação do seu impacto.

Ainda na Colômbia, está a ser desenvolvido o projeto Loros, cujo objetivo é a reabilitação e posterior libertação de araras. Este projeto é realizado em parceria com a Fundação Loros, uma organização sem fins lucrativos dedicada à proteção de aves como papagaios, araras, periquitos e catatuas. Desde 2024, a Fundação tem um acordo de colaboração com a Ara para reforçar as suas atividades. A iniciativa abrange uma reserva de araras com cerca de 300 hectares e inclui, entre outras ações, a construção de viveiros para a recuperação e libertação de aves, bem como a promoção de campanhas de sensibilização contra o tráfico e captura ilegal de araras e aves selvagens, dirigidas a 40 crianças da escola IETA (Institucion Educativa Técnica Agropecuaria). O sucesso destas iniciativas traduziu-se no aumento de denúncias em prol da conservação das espécies.

A Biedronka, em parceria com a Clean Poland Association (uma ONG polaca), apoia desde 2019 o projeto *Clean Tatras*, uma iniciativa desenvolvida em colaboração com o Parque Nacional Tatra e outras entidades especializadas. O projeto combina ações de recolha de resíduos com uma componente educativa, através da criação de uma aldeia ecológica que promove a adoção de comportamentos sustentáveis para reduzir o impacto humano no ambiente. Em 2025, realizou-se a 7.ª edição deste evento, que combinou atividades de educação ambiental com a limpeza dos trilhos da montanha, resultando na recolha de 100 quilos de resíduos. Este volume tem diminuído de ano para ano, fruto não só da eficácia das limpezas anuais, mas também de uma mudança positiva no comportamento dos visitantes: apesar do aumento da pressão turística, os turistas estão a deixar menos resíduos e a demonstrar maior consciência ambiental. Esta evolução confirma o impacto educativo da iniciativa, que inspira os participantes — e a comunidade envolvente — a adotar práticas mais responsáveis no seu quotidiano.

Em março de 2025, a Biedronka anunciou uma nova parceria com a *Operation Clean River*, para colaborar na gestão de resíduos (incluindo a limpeza de espaços verdes) e na proteção da biodiversidade. Esta iniciativa surge como uma resposta social de base comunitária ao problema observado no rio Bug e nas suas zonas envolventes. Nas várias campanhas de limpeza realizadas ao longo do ano, participaram cerca de 31.400 pessoas, e com o apoio da Biedronka foi possível intervencionar 960 locais e recolher 579 mil quilos de resíduos.

Um outro mecanismo de disseminação de conhecimento e consciencialização ambiental é realizado através das nossas redes sociais com campanhas educativas. Em 2025, destacamos a campanha da Ara no Instagram a propósito do Dia do Habitat, com perguntas sobre os habitats de espécies colombianas.

Voluntariado

As ações de voluntariado representam uma forma concreta de reforçar o impacto social e ambiental do nosso Grupo nas comunidades onde estamos presentes. Para além de contribuírem diretamente para responder a necessidades locais e apoiar populações vulneráveis, estas iniciativas promovem a mobilização e o envolvimento ativo dos nossos colaboradores. Em 2025, 1.105 colaboradores participaram em ações de voluntariado, num total de mais 4.700 horas, destacando-se as seguintes iniciativas:

- O Pingo Doce, no âmbito do protocolo celebrado com a GNR com o objetivo de combate à solidão e o isolamento dos idosos, desenvolveu uma ação de voluntariado com os seus colaboradores do Campo Grande para a montagem de cabazes alimentares a oferecer a mais de 1.800 idosos em situação de extrema vulnerabilidade.
- Na Biedronka cada colaborador tem direito a quatro horas laborais para atividades relacionadas com voluntariado. Destaca-se o “Szlachetna Paczka” (Presente Nobre), um programa social polaco cujo objetivo é apoiar pessoas em situação de carência ou isolamento social, incluindo idosos, famílias numerosas, vítimas de acidentes, pessoas doentes ou com deficiência. Em 2025, cerca de 700 colaboradores de diversas áreas (escritórios, armazéns e lojas) participaram na preparação de cabazes destinados a beneficiários previamente identificados. Graças a este esforço conjunto, foi possível apoiar 32 famílias.
- Em parceria com a Fundação TECHO (uma ONG latino-americana que atua em 19 países na construção de casas para pessoas que vivem em habitações precárias e sem condições mínimas de higiene e conforto) foi organizada uma ação de voluntariado em que 57 colaboradores da Ara

participaram na construção de duas casas de emergência para famílias vulneráveis em Bogotá e Medellín;
- Foi desenvolvida a iniciativa "*Viaje La Guajira – Abaco*" (Viagem à Guajira – Abaco), um projeto de turismo social com comunidades indígenas vulneráveis da zona de Riohacha. 10 colaboradores entregaram cabazes de alimentos, cozinharam com as famílias e apoiaram ações de reforço nutricional infantil;
- Workshops de culinária e atividades recreativas orientadas para a promoção de hábitos saudáveis, integração social e bem-estar emocional das crianças são algumas das atividades desenvolvidas por 43 colaboradores da Ara no âmbito da parceria com as Aldeias Infantis SOS Colômbia, uma entidade com a qual a Ara trabalha desde 2016, nas zonas de Bucaramanga e Cali;
- 20 voluntários da Ara, instalaram, em parceria com a Fundação Tierra Grata, 10 candeeiros solares num bairro vulnerável de Barranquilla, melhorando a segurança, a visibilidade noturna e a qualidade de vida da comunidade.
- 62 colaboradores participaram no projeto "*Mi mejor amigo*" (O meu melhor amigo) com o objetivo de melhorar as condições de um abrigo com cerca de 150 cães resgatados. As atividades incluíram a construção de estruturas, entrega de alimentos, desparasitação, cuidados gerais e ações recreativas.
- Em 2025, recebemos quatro estagiárias da Associação Girl Move, uma iniciativa que apoiamos desde 2016 e que, em 2026, passará para a esfera da Fundação Jerónimo Martins. A Associação pretende capacitar jovens moçambicanas para se tornarem agentes de desenvolvimento das suas comunidades. A formação decorreu durante três semanas, a primeira dedicada a visitas a diversas instalações do Grupo, seguida de duas semanas de estágio com oito tutores. Além da formação, as estagiárias realizaram Impact Talks (Conversas com Impacto) junto de 85 colaboradores.

Apoios indiretos às comunidades afetadas

MATERIAL

[ESRS S3-4, ESRS 2 MDR-A, ESRS 2 MDR-M]
[GRI 3-3, GRI 203-2, GRI 413-1]

Disponibilizamos regularmente as nossas lojas para que as instituições sociais locais possam realizar campanhas de recolha de alimentos e outros artigos, e participamos em iniciativas de angariação de fundos.

Portugal

Em Portugal, o Pingo Doce promoveu 16 ações de venda de vales convertíveis em alimentos e outros produtos (mais de 20 toneladas no caso dos vales convertíveis em produtos das nossas Marcas Próprias) para beneficiar instituições que atuam em diversos campos da emergência social. No total, os clientes do Pingo Doce contribuíram com o equivalente a mais de 429 mil euros (uma redução de 21% face a 2024).

Na Festa de Natal do Grupo Jerónimo Martins foram angariados mais de 7.200 euros para assegurar necessárias obras de reabilitação do Convento dos Cardaes, em Lisboa, uma instituição que acolhe e cuida de mulheres com deficiências profundas, oferecendo-lhes um espaço seguro, dignidade, conforto e acompanhamento diário. O apoio visou possibilitar as obras de requalificação dos gabinetes de trabalho e espaços comuns, que se encontravam em condições muito degradadas.

Polónia

A Biedronka realizou diversas ações junto dos seus clientes para a angariação de alimentos destinados a pessoas em situação de carência. Foram recolhidas mais de 570 toneladas de produtos[120], 6% acima do alcançado em 2024.

Com a campanha "Sim, Eu Ajudo", a Caritas Polska angariou 139 toneladas de alimentos em 1.053 lojas da Biedronka, que serviram para oferecer refeições de Páscoa às famílias com maiores dificuldades. No Natal, uma campanha semelhante decorreu em mais de 1.065 lojas, tendo sido recolhidas 201 toneladas

[120] Valor contabilizado pelas instituições.

de alimentos junto dos clientes da Companhia. Também pela Páscoa e pelo Natal, a Federação dos Bancos Alimentares Polacos levou a cabo ações de recolha de alimentos. Em março, mais de 480 lojas reuniram ofertas dos seus clientes correspondentes a 71 toneladas de alimentos e, em novembro, 815 lojas recolheram quase 148 toneladas de bens.

A sexta edição do programa Szlachetna Paczka (Presente Nobre), promovido pela Stowarzyszenie Wiosna (Associação Primavera) e destinado a pessoas em situação de vulnerabilidade, possibilitou a entrega de cabazes com alimentos, produtos de higiene pessoal, pequenos eletrodomésticos, roupas, sapatos e brinquedos. O apoio dos clientes da Biedronka fez-se através da compra de produtos da gama Magnetic, num montante superior a 82 mil euros. O valor foi investido na composição dos cabazes que foram preparados por colaboradores da Biedronka.

A iniciativa Dobra Torba foi criada para apoiar a redução do desperdício alimentar e reforçar o combate à insegurança alimentar na Polónia. Através da venda de sacos de papel alusivos ao projeto, parte das receitas é direcionada para a Federação Polaca de Bancos Alimentares. Além do apoio financeiro, a iniciativa integra uma forte componente educativa, promovendo boas práticas de armazenamento e consumo responsável dos alimentos. Em 2025, a Biedronka lançou uma edição temática com inspiração *western*, disponibilizando sacos de papel em três versões (banana, pimento e cenoura) com mensagens que incentivam o consumo de frutas e legumes com imperfeições, reforçando a tónica do combate ao desperdício. A campanha integrou ainda um site dedicado com dicas práticas para reduzir o desperdício no quotidiano, reforçando a sua vertente educativa.

Pelo quarto ano, a Biedronka voltou a ser o principal patrocinador da final da 33ª edição da final da Wielka Orkiestra Świątecznej Pomocy – WOŚP (Grande Orquestra Solidária de Natal), o maior evento de solidariedade ater lugar na Polónia, realizado em janeiro de 2025. Através da venda de *merchandising* oficial e da recolha de donativos dos clientes nas lojas Biedronka, foram angariados mais de 1,4 milhões de euros – um montante destinado a apoiar as áreas da oncologia e hematologia infantil. Em dezembro de 2025, foi lançada a 34.ª edição do evento, desta vez com o propósito de angariar fundos para o diagnóstico e tratamento de doenças do sistema digestivo em crianças.

A Hebe conseguiu mobilizar mais de 256 mil euros em apoios indiretos, em parceria com fornecedores de produtos de maquilhagem e cosmética, que foram entregues a mulheres, jovens adolescentes e órfãs em instituições de apoio.

Colômbia

Na Ara, o programa “Dona tu vuelto” (Doe o seu troco), que possibilita aos consumidores escolherem arredondar para cima o valor das suas compras, reuniu mais de 780 mil euros.

O apoio às Aldeas Infantiles SOS Colombia foi distribuído entre os programas Acogimiento Familiar, para famílias em risco de separação, e Fortalecimiento de Familias de Origen, dirigido a crianças e jovens retirados das suas famílias. A Aldeas Infantiles SOS intervêm também junto de famílias em contexto de violência e em situação de emergência, em 11 estados da Colômbia. Em 2025, o valor angariado permitiu que mais de 4.480 crianças e jovens tivessem acesso a programas de acolhimento familiar, acolhimento temporário de famílias, fortalecimento das famílias de origem e apoio em situações de emergência. Este alcance reflete não apenas uma ampla cobertura geográfica, mas também um impacto abrangente focado na proteção, na restauração de direitos e na criação de oportunidades reais para crianças e jovens que vivem em contextos de elevada vulnerabilidade.

Para além disso, os clientes da Ara puderam ainda contribuir para o programa REAGRO da Associação de Bancos de Alimentos da Colômbia (ABACO) criado em 2013 com o objetivo é de recuperar fruta e legumes que estão próprios para consumo, mas que não podem ser comercializadas. Estes alimentos são recolhidos diretamente junto de agricultores e distribuídos por pessoas em situação de vulnerabilidade por todo o país.

Compromissos

[ESRS S3-5, ESRS 2 MDR-T]
[GRI 3-3]

MATERIAL

É com base nos projetos desenvolvidos com as comunidades afetadas e na contribuição ativa para a resolução dos seus problemas mais prementes que o Grupo define os seus compromissos para o triénio. Os compromissos do Grupo relacionados com este tópico podem ser consultados no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.

4.2.3. Consumidores e utilizadores finais

[ESRS 2 SBM-3]

MATERIAL

Estamos comprometidos com a democratização de produtos de qualidade que sejam seguros, inovadores e acessíveis, e que contribuam para melhorar a saúde pública. Trabalhamos para que os nossos negócios estejam próximos do maior número possível de consumidores nos países onde temos operações e procuramos assegurar um sortido diversificado a preços competitivos. Asseguramos que os processos de qualidade, segurança e desenvolvimento de produto respondem às necessidades de todos os consumidores, incluindo aqueles em que o impacto da nossa atividade pode ser mais significativo. A análise sistemática de fatores como necessidades nutricionais específicas, vulnerabilidades alimentares, padrões de consumo e dependência da informação disponibilizada, permite determinar com precisão onde a exposição ao risco é maior e orientar as nossas práticas para proteger os utilizadores finais.

Entre os consumidores mais sujeitos a potenciais impactos materiais[121], encontram-se:

a) grupos etários sensíveis, como crianças e idosos, que possuem necessidades nutricionais diferenciadas;
b) pessoas com vulnerabilidades e preferências alimentares específicas, incluindo alergias ou intolerâncias, que dependem de elevados padrões de qualidade e segurança, assim como de informação correta e completa sobre ingredientes e potenciais alergénios.

Os potenciais impactos para os nossos consumidores podem ocorrer em fases diferentes da cadeia de valor:

- A montante das nossas operações – impactos associados ao cumprimento de padrões de segurança, à rastreabilidade e à gestão de alergénios, nomeadamente por parte dos nossos fornecedores.
- Nas nossas operações – impactos ligados ao controlo de qualidade, rotulagem e comunicação ao consumidor.
- A jusante das nossas operações – impactos relativos ao uso, armazenamento e preparação dos produtos pelos consumidores, bem como à fiabilidade da informação que disponibilizamos.

Identificámos os seguintes tópicos materiais que incidem ou impactam diretamente os nossos consumidores: adoção de normas de qualidade e segurança de produto; inovação em produtos e serviços; garantia de disponibilização de produtos a preços acessíveis. Para saber mais sobre os tópicos materialmente relevantes, consulte o subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.5. “Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade”, neste capítulo.

Estes tópicos influenciam a confiança e a perceção dos consumidores, podendo comprometer ou reforçar a relação com os nossos clientes e a credibilidade que nos reconhecem. Por sua vez, interrupções nas cadeias de abastecimento representam riscos que exigem estratégias de gestão robustas para garantir a continuidade do negócio. Além disso, a rapidez com que surgem novas tecnologias impõe uma adaptação constante para mantermos a nossa competitividade.

Os riscos e oportunidades identificados podem aplicar-se de forma diferenciada a grupos específicos de consumidores. Em particular, os riscos de não-conformidades de segurança alimentar e de informação nutricional incorreta poderão ter impacto sobre crianças, idosos e consumidores com alergias ou intolerâncias. Por sua vez, iniciativas de melhoria de rotulagem, reformulação nutricional e inovação representam oportunidades que podem beneficiar de forma mais significativa estes mesmos grupos.

[121] Reconhecemos que virtualmente todos os consumidores podem ser afetados pelas nossas atividades, produtos ou cadeias de valor, dado que o retalho é um setor de acesso livre e universal. Por isso, na nossa análise de materialidade, procuramos não excluir nenhum grupo. Ainda assim, sabemos que as diferenças regulatórias, culturais e de consumo entre mercados podem fazer variar o tipo e a intensidade dos impactos. Para identificar consumidores potencialmente mais expostos, utilizamos categorias amplas de vulnerabilidade, como necessidades alimentares específicas, idade, preferências alimentares e condições socioeconómicas, alinhadas com práticas comuns do retalho alimentar.

Relação com os consumidores

MATERIAL

[ESRS S4-2]
[GRI 3-3, GRI 2-12, GRI 2-29, GRI 413-1]

Interagimos ativamente com os consumidores para compreender as suas necessidades e preferências, o que permite adaptar a nossa oferta de produtos acessíveis, seguros e de qualidade. Temos três formas principais de interagir com os consumidores, de acordo com a nossa estratégia de negócio e os compromissos estabelecidos no nosso Código de Conduta[122]:

- Estudos sobre clientes e hábitos de consumo para orientar as nossas decisões comerciais e de marketing.
- Fornecer aos consumidores informações relevantes e fiáveis sobre preço, qualidade, segurança e inovação dos produtos.
- Facultar canais de atendimento e/ou de apoio ao cliente.

A gestão da relação com os consumidores é assegurada por equipas especializadas e multidisciplinares (Serviços de Apoio Cliente, Provedoria do Cliente, Comissão de Ética, Marketing, por exemplo) que recorrem a equipas internas (Desenvolvimento de Produto, Qualidade e Segurança Alimentar, Sourcing, entre outros) para um envolvimento ativo e disponível[123].

Conhecer os consumidores

Em todos os países onde operamos, as nossas equipas analisam as tendências do mercado para apoiar o planeamento comercial e operacional, bem como para desenvolver o sortido e identificar os principais fatores que podem afetar o preço dos produtos para os consumidores finais.

Para compreender melhor os consumidores, realizamos regularmente entrevistas telefónicas, grupos de discussão, estudos de observação e estudos de tendências globais. Nalguns casos, utilizamos técnicas baseadas em dados que podem incluir diálogos em tempo real para conhecer as experiências em loja e as perceções sobre qualidade, inovação e preços mais valorizadas. Estas interações ajudam-nos a aferir o que os consumidores querem e a identificar oportunidades de melhoria [124].

Interagimos igualmente com os clientes através das redes sociais e reagimos de forma expedita às suas preocupações e comentários. Também levamos a cabo campanhas de ativação de marcas e produtos, dando aos clientes a oportunidade de testar os nossos artigos mais recentes e partilhar as suas experiências.

Fornecer informações aos consumidores

Ajudamos os nossos consumidores a fazer escolhas informadas, ajustando o sortido e a comunicação dos produtos à realidade de cada mercado, bem como através dos websites e das redes sociais das Companhias, de campanhas informativas e das embalagens.

---

[122] O envolvimento ocorre (i) em contínuo, no ponto de contacto diário (ex.: loja, Serviço de Apoio ao Cliente e canais digitais), (ii) antes e após lançamentos/alterações relevantes (ex.: grupos de discussão, testes de usabilidade/rotulagem e pilotos) e (iii) periodicamente, por via de pesquisas estruturadas de hábitos/satisfação, complementadas por ações pontuais sempre que necessário. As perspetivas recolhidas contribuem para decisões de sortido, comunicação, rotulagem e reformulação, conforme os exercícios de auscultação referidos mais abaixo, no ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" da atual subsecção 4.2.1 "Consumidores e utilizadores finais".

[123] Para saber mais sobre a composição e responsabilidades das direções funcionais do nosso centro corporativo e sua relação com os riscos corporativos identificados, cujo reporte é feito direta e regularmente à Direção Executiva do Grupo, consulte o capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade, Secção B – Órgãos Sociais e Comissões, Subsecção II – Administração e Supervisão (Conselho de Administração), ponto A. Composição, subponto 21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade, e Secção C – Organização Interna, Subsecção III – Controlo Interno e Gestão de Riscos, ponto 53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade.

[124] Quando relevante, adotamos medidas específicas para captar perspetivas de grupos com maior exposição a risco (ex., crianças, idosos, pessoas com alergias/intolerâncias), incluindo amostragens dirigidas, testes de legibilidade/acessibilidade em rotulagem/instruções e, quando o envolvimento direto não é exequível, recorremos, por exemplo, a estudos sectoriais.

Informação de produto

[GRI 417-1]

Para além da informação técnica e legal nas embalagens dos alimentos, ou guias para artigos não-alimentares (como produtos de higiene pessoal ou eletrodomésticos), divulgamos informação adicional, de forma voluntária.

Símbolos e informações nas embalagens de produtos de Marca Própria e de perecíveis				
	Ara	Biedronka	Pingo Doce	Recheio
Informação nutricional do produto e por porção (100 g ou 100 ml)	✓	✓	✓	✓
Ícones relativos a níveis excessivos de sódio, gorduras saturadas e açúcar[a]	✓			
Simbologia nas bebidas alcoólicas:				
• índice calórico		✓	✓	✓
• aviso dirigido às mulheres grávidas	✓	✓	✓	✓
• apelo à condução responsável	✓	✓	✓	✓
Ícones nos produtos fonte de ómega-3, sem lactose ou sem glúten	✓	✓	✓	✓
Ícones sobre ácidos gordos em nozes não processadas		✓		
Nutri-Score		✓	✓	✓
Vegano/vegetariano	✓	✓	✓	✓
Vegan Friendly[b]		✓		
Wybiegaj To![c]		✓		
1 dos Seus 5 por Dia[d]		✓		
Coma peixe duas vezes por semana[e]		✓		
Uma Mão Cheia de Frutos Secos[f]		✓		
Sem Adição de Açúcar	✓	✓	✓	✓
Sem OGM[g]		✓	✓	✓
Informação sobre fibra na tabela nutricional	✓	✓	✓	✓
Escolha Saudável[h]			✓	

a. Na parte da frente das embalagens, utilizamos ícones relativos a níveis de sódio, gorduras saturadas e açúcar acima dos recomendados pelas autoridades de saúde.
b. Rótulo aplicado a produtos não-alimentares.
c. Quantifica o esforço físico necessário para queimar as calorias provenientes de uma dose do produto.
d. Consumo diário recomendado de fruta e vegetais.
e. Lançado como forma de sensibilizar para a importância do consumo de peixe, uma fonte de micronutrientes, minerais e vitaminas.
f. Promove o consumo de frutos secos, por serem parte importante de uma dieta que apoia a saúde cardiovascular.
g. Símbolo aplicado em produtos à base de plantas que são constituídos maioritariamente por milho ou soja (acima de 50% do peso líquido). Na Polónia, a rotulagem aplica-se em duas dimensões, em cumprimento da legislação: "Sem OGM" (para alimentos de origem vegetal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, excluindo produtos de origem animal e ração, isentos de organismos geneticamente modificados) e "Produzido Sem o Uso de OGM" (para produtos de origem animal e alimentos compostos por mais de um ingrediente, isentos de organismos geneticamente modificados).
h. Identificação de produtos de charcutaria Pingo Doce que tenham menor teor de gordura e sal, de acordo com os requisitos do programa "Escolha Saudável", desenvolvido em colaboração com a Fundação Portuguesa de Cardiologia.

Informação noutros meios

Enquanto parte do nosso compromisso com a literacia alimentar, o uso responsável dos produtos e a promoção de escolhas informadas, as publicações editoriais e a comunicação multicanal com os

consumidores asseguram a divulgação de informação clara, acessível e atualizada sobre alimentação e escolhas saudáveis.

O Pingo Doce inclui conselhos de confeção e sugestões nas embalagens dos produtos, encorajando o acompanhamento com vegetais ou fruta. A Companhia também usa o seu website, as redes sociais e a revista *Sabe Bem* para divulgar receitas simples e rápidas – integradas na promoção de um estilo de vida saudável e, em particular, da dieta mediterrânica –, e promover o consumo de hortofrutícolas, peixe, carne e sopa. Com uma tiragem média de 100 mil exemplares, esta revista bimestral foi a publicação de culinária mais lida em Portugal, com uma audiência média de mais de 550 mil leitores. A *Sabe Bem* inclui geralmente artigos assinados pela Direção-Geral da Saúde. O website do Pingo Doce disponibiliza ainda uma vasta coleção de receitas para reaproveitar sobras de comida e atualiza mensalmente a lista com produtos de Marca Própria sem lactose e sem glúten.

Adicionalmente, em 2025, o Pingo Doce investiu em meios de grande exposição, como televisão, cinema e digital, com spots alusivos à retirada de intensificadores de sabor e corantes artificiais da composição das suas marcas próprias, um marco atingido em 2023, e contou com "embaixadores da sustentabilidade" (*influencers*) que partilharam conteúdos, incluindo sobre alimentação saudável. Ainda durante o ano, a insígnia esteve presente no primeiro evento da revista *Viver Saudável*, o Nutrition Summit & Exhibition, dedicado a profissionais de nutrição e ao público em geral.

O Pingo Doce e a CUF (grupo empresarial especializado em cuidados de saúde) desenvolvem desde 2021 o programa "A Saúde Alimenta-se", que sensibiliza para o papel que uma alimentação diversificada e equilibrada pode desempenhar na saúde, incentivando os consumidores a selecionarem os alimentos que mais se adequam às suas necessidades e estilo de vida.

A Biedronka publicou duas revistas digitais *Czas Na...* (Tempo Para...), focadas em sazonalidade e estilos de vida mais sustentáveis. A revista *Dada*, que recebe o seu nome da Marca Própria da Biedronka especializada em produtos para bebés, crianças e mães, é produzida em colaboração com o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) e o Departamento de Qualidade da Biedronka. Como resultado desta parceria, foi desenvolvido o e-book *Dada & Rodzina* (Dada e Família). A Companhia também utilizou diversos meios, canais e suportes de comunicação, como folhetos, jornais e publicações nas redes sociais, para divulgar, em 32 publicações, conhecimentos sobre hábitos alimentares saudáveis.

Dirigido aos consumidores mais jovens, para o ano letivo 2024-2025 foi desenvolvida a campanha Gang Produkciaków (O Bando dos Produtos), com 17 heróis. No âmbito das celebrações dos 30 anos da Biedronka, foi lançada a décima edição do Gang Biedroniakow (O Bando da Biedronka). Naquela que foi a maior coleção de peluches lançada até à data, esta campanha contou com 19 mascotes relacionadas com as operações diárias em loja, a importância dos produtos frescos e a história da Companhia.

Na Colômbia, destaque para a iniciativa La Placita de Ara, um espaço dentro das lojas ao estilo de um mercado local para promover fruta e vegetais frescos da época, de origem local e a preços acessíveis.

Outras iniciativas direcionadas para o envolvimento com os consumidores e comunidades no âmbito da alimentação podem ser consultadas no subcapítulo 4.2.2. "Comunidades afetadas", ponto "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas", neste capítulo.

Correção dos impactos e canais para os consumidores manifestarem preocupação

MATERIAL

[ESRS S4-3]

Os consumidores dispõem de canais dedicados – como os serviços de apoio ao cliente das Companhias, os pontos de contacto em loja, a Provedoria do Cliente, a Comissão de Ética e os Núcleos de Ética – para expor preocupações e necessidades, que são seguidas e respondidas. Quando identificamos que causámos ou contribuímos para um impacto negativo material, providenciamos ou cooperamos na remediação (ex., correções de informação ou rotulagem, recolhas, quando aplicável, e ajustes de processo) e avaliamos a eficácia dessa resposta (ex., monitorizamos o número de interações, temas, tempos de resposta/fecho, taxa de resolução e reincidência, e recolhemos *feedback* de utilizadores para melhoria contínua).

Os canais são comunicados nas lojas, websites e/ou redes sociais das Companhias. A Provedoria do Cliente divulga ainda os seus princípios de independência, imparcialidade, neutralidade e confidencialidade, com informações claras sobre modo de acesso, etapas do processo e contactos multicanal. Temos políticas que proíbem retaliar contra quem faz uso destes canais e dispomos de mecanismos para proteção de denunciantes, assegurando assim a confiança dos utilizadores.

O Serviço de Apoio ao Cliente (SAC) das Companhias e a Provedoria do Cliente de Jerónimo Martins, incluindo os seus polos locais, estão empenhados em responder às reclamações e preocupações dos consumidores de forma atempada e eficaz, em particular no que respeita às relacionadas com os tópicos materiais identificados neste subcapítulo (qualidade e segurança dos produtos, inovação de produtos e serviços, produtos a preços acessíveis).

Os processos internos de diligência devida para corrigir qualquer impacto negativo real ou potencial dos produtos ou serviços das nossas marcas são descritos mais abaixo.

Serviço de Apoio ao Cliente

O envolvimento com os clientes é operacionalmente conduzido pelos SAC e por equipas de interação sempre que se justifique, havendo coordenação das Companhias ao nível das metodologias e do reporte. A comunicação das nossas Companhias com os seus clientes também pode ser assegurada pelo contacto direto na loja, nomeadamente envolvendo as equipas de gestão de loja.

Os clientes podem contactar os SAC, estruturas especializadas em cada Companhia que visam assegurar uma resposta eficiente e eficaz às sugestões, elogios, ideias, pedidos de informação e reclamações. Estes serviços estão também vocacionados para a resolução de situações relacionadas, entre outros aspetos, com o funcionamento diário das lojas tradicionais, das lojas de *e-commerce*, dos serviços e produtos oferecidos, bem como das campanhas promocionais. Os SAC, enquanto estruturas das Companhias, resolvem as reclamações dos consumidores de forma clara e transparente, privilegiando soluções céleres, operacionalmente adequadas e compatíveis com os direitos dos consumidores.

Dependendo da Companhia, os SAC podem ser contactados por e-mail, website, telefone, aplicações digitais, redes sociais e outros meios, podendo ser anunciados nas lojas, nas embalagens dos produtos de Marca Própria, nos talões de pagamento e, quando aplicável, no website da Companhia. Todas as Companhias têm as suas políticas de privacidade de dados publicadas nos seus websites.

Desde 2012 que o Serviço de Apoio ao Cliente do Pingo Doce detém o Selo de Qualidade da Associação Portuguesa de Contact Centers. As dimensões avaliadas referem-se à organização, capital humano, tecnologia, monitorização operacional, desempenho, e melhoria contínua, sendo o Pingo Doce auditado por uma entidade independente (Bureau Veritas).

Os SAC têm como objetivo aumentar a satisfação dos clientes, reforçando assim a confiança nas nossas Companhias e marcas, e recolher contributos para um melhor alinhamento com as expectativas dos consumidores, através de um processo estruturado:

- Receção de reclamações – os clientes podem reclamar através de vários meios, e o SAC recebe e reconhece imediatamente essa reclamação.
- Avaliação e investigação – o SAC avalia o problema recolhendo informações relevantes, identificando as causas potenciais e determinando se a reclamação é válida.
- Proposta de solução – se a reclamação for considerada válida, o SAC propõe uma solução para o problema. Pode ser um esclarecimento sobre a situação comunicada, um pedido de desculpas personalizado, uma oferta de desconto através de *voucher*, um reembolso, uma substituição ou reparação de produto, sempre com base na natureza da reclamação e de acordo com as conclusões retiradas do processo de diligência implementado junto das áreas funcionais relevantes.
- Implementação – uma vez acordada uma solução, o SAC atua rapidamente e mantém os clientes informados sobre o progresso da implementação.
- Melhoria – o SAC partilha informações com as áreas funcionais que podem espoletar a identificação de oportunidades de melhoria tendo em conta a experiência e o *feedback* do cliente, visando a melhoria contínua dos produtos, serviços e operações globais das Companhias.

Os indicadores de gestão do SAC destinam-se apenas a uso interno. Incluem o número de contactos tratados, o tipo de contactos recebidos (pedidos de informação, queixas e reclamações, elogios e

sugestões), os principais temas abordados, os métodos de contacto mais utilizados, a duração média da resolução, o índice de satisfação do cliente, o *net promoter score* e a taxa de resolução.

Provedoria do Cliente

A Provedoria do Cliente Jerónimo Martins é o nível mais elevado de recurso e mediação ao acesso de um cliente para análise e resolução de situações complexas e de cariz estrutural que não tenham sido previamente resolvidas nos canais tradicionais, garantindo independência, imparcialidade, neutralidade e confidencialidade. Assegura-se, desta forma, que os resultados que se retiram deste mecanismo poderão ser incorporados na gestão das Companhias com vista a potenciais melhorias de processos e políticas. É, pois, a última instância para a resolução de questões complexas e estruturais, que ultrapassem o âmbito de ação dos SAC ou de outros canais, ou de outras que os clientes considerem não terem sido ainda totalmente resolvidas.

Assim, a missão da Provedoria do Cliente é representar os clientes do Grupo Jerónimo Martins, sendo um órgão independente das Companhias e dos seus Serviços de Apoio ao Cliente. É à Provedoria que os clientes podem recorrer para proteção e promoção dos seus direitos e legítimos interesses. A Provedoria do Cliente é apoiada por uma equipa dedicada e pode emitir pareceres e recomendações não vinculativos para assegurar a qualidade do serviço prestado pelas Companhias aos clientes, propondo também iniciativas para a sua melhoria. Na Polónia, existe uma Provedora do Cliente Local que integra a equipa da Provedoria do Cliente e que representa os direitos e legítimos interesses dos clientes nesse país.

Para avaliar a eficácia dos mecanismos em vigor, a Provedoria monitoriza métricas de experiência e desempenho, bem como sistematiza as aprendizagens que potencialmente se podem extrair dos casos. Quando existam acordos com o consumidor ou resultados específicos decorrentes do envolvimento das Companhias, estes são registados e acompanhados até ao seu fecho.

Os clientes podem contactar a Provedoria do Cliente por e-mail, telefone e pelo seu website, publicitados a nível corporativo e da Companhia, nas lojas e no seu website. A sua Política de Privacidade de Dados encontra-se divulgada no respetivo website.

A Provedoria do Cliente monitoriza os principais indicadores de desempenho do diálogo quotidiano com os clientes a fim de identificar áreas de melhoria, que podem incluir a revisão dos procedimentos internos e a avaliação da qualidade dos produtos, serviços e campanhas promocionais. Os principais indicadores de desempenho da Provedoria do Cliente incluem[125]:

- o número de novas ocorrências no ano e as que transitaram de anos anteriores;
- o tipo de ocorrências, categorizadas como reclamações, pedidos de informação, elogios e sugestões;
- os principais temas abordados;
- as Companhias mais afetadas;
- os canais de contacto preferidos pelos consumidores;
- o tempo médio de resposta;
- a taxa de resolução.

Indicadores de desempenho da Provedoria do Cliente			
Ocorrências	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Novas	2.986	*2.527	+18,1%
Transitaram de anos anteriores	33	23	+43,5%
Tratadas	3.019	*2.550	+18,3%
Encerradas	2.980	2.517	+18,4%
Taxa de resolução**	**98,7%**	**98,7%**	**0 p.p.**

* Valor corrigido devido à reclassificação de uma ocorrência.
** Taxa de resolução = Processos encerrados / Processos tratados.

Em 2025, a Provedoria do Cliente geriu 586 novas ocorrências, valor similar ao de 2024. Foram encaminhadas para os SAC 1.298 ocorrências, por estarem relacionadas com questões mais operacionais

[125] Os indicadores-chave de desempenho da Provedoria do Cliente são igualmente divulgados no website corporativo de Jerónimo Martins.

e exigirem uma primeira resposta daqueles serviços (mais 13% do que em 2024). 1.102 ocorrências não se enquadravam no âmbito da Provedoria do Cliente e foram encaminhadas para os serviços competentes.

Assim, no total, foram recebidas 2.986 novas ocorrências na Provedoria do Cliente durante o ano, um aumento de 18% em relação a 2024. Do ano anterior transitaram 33 casos, e o número total de casos tratados foi 3.019. A taxa de resolução**, que mede o nível de serviço prestado, manteve-se igual à de 2024: 98,7% dos casos tratados em 2025 foram encerrados no ano.

Os canais de contacto mais utilizados pelos clientes para comunicar com a Provedoria do Cliente foram o e-mail (69%), o telefone (16%) e o website (12%). Os contactos recebidos foram classificados como Reclamações (92%), Pedidos de informação (6%), Elogios (1%) e Sugestões (1%). O Pingo Doce e a Biedronka foram responsáveis por 99% das ocorrências. Os principais temas[126] geridos pela Provedoria do Cliente disseram respeito a qualidade de produto – destacando-se os relacionados com equipamentos não alimentares –, atendimento, e serviços de suporte à loja.

Em 99% dos 2.507 processos encerrados com resposta no ano, a resposta ao cliente foi dada em menos de 30 dias.

Em 2025, destaque para a atribuição do Selo de Maturidade Digital – Acessibilidade, com a classificação Bronze, a websites de Jerónimo Martins, entre os quais os da Comissão de Ética e da Provedoria do Cliente, distinção atribuída pela Imprensa Nacional Casa da Moeda no âmbito do modelo nacional que avalia a cibersegurança, privacidade, acessibilidade e sustentabilidade. Jerónimo Martins tornou-se assim a primeira entidade privada em Portugal com acessibilidade digital certificada pela entidade independente Associação Portuguesa de Certificação (APCER).[127]

Comissão de Ética

A Comissão de Ética assegura e monitoriza o cumprimento do Código de Conduta por todos os colaboradores, tendo em conta que o seu âmbito abrange várias dimensões do negócio e regula o envolvimento dos colaboradores com muitos *stakeholders*, incluindo os consumidores.

No que diz respeito aos impactos materiais para os consumidores, o Código de Conduta compromete o Grupo a adotar políticas comerciais que visem assegurar a proteção dos direitos dos consumidores em vigor nos sistemas legais dos países onde operamos, nomeadamente no que diz respeito a padrões de qualidade e segurança dos produtos, incluindo ingredientes, rotulagem, serviços e instalações.

A Comissão de Ética fornece um contacto direto para receber comunicações de irregularidades potenciais ou reais face ao disposto no Código de Conduta e na Política Anticorrupção. Através de um website específico, que inclui, entre outras informações, uma descrição das etapas do processo de denúncia e uma lista de respostas a perguntas frequentes, disponibiliza-se um mecanismo de comunicação de irregularidades que contribui para o reforço de uma cultura de serviço alicerçada em valores.

A atividade da Comissão de Ética é regida pela Política de Comunicação de Irregularidades e pela Política de Privacidade de Dados Pessoais. A Política de Privacidade de Dados Pessoais define Jerónimo Martins como responsável pelo tratamento de dados no âmbito da gestão das comunicações de irregularidades (denúncias) apresentadas no canal dedicado da Comissão de Ética. Por seu lado, a Política de Comunicação de Irregularidades estabelece as regras sobre o processo de denúncia, identificando claramente como a Comissão de Ética e os Núcleos de Ética garantem, entre outros aspetos, a confidencialidade da identidade dos denunciantes e de toda a informação que, direta ou indiretamente, permita a identificação do denunciante. Estas políticas estão disponíveis no nosso website corporativo e surgem detalhadas no subcapítulo 2. “Divulgações Gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas”, neste capítulo.

O processo de comunicação de irregularidades segue os seguintes passos:

[126] A Tabela de Classificação de Temas foi alterada em 2025, sendo o histórico reclassificado de modo a permitir uma análise comparativa.
[127] Para saber mais sobre o Selo de Maturidade Digital – Acessibilidade, consulte o website da Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- Após a receção de uma denúncia pela Comissão de Ética, o denunciante recebe um aviso de receção no prazo máximo de sete dias.
- São tomadas as medidas internas adequadas para avaliar o caso.
- O acompanhamento de uma denúncia por parte da Comissão de Ética pode incluir, por exemplo, o encaminhamento para outros canais de comunicação do Grupo (com o consentimento prévio do denunciante), o arquivamento por falta de provas, a abertura de uma investigação interna ou o encaminhamento para uma autoridade competente.
- A informação sobre o acompanhamento de comunicações internas é partilhada com os denunciantes, na medida em que tal seja legalmente permitido.
- Durante a investigação, poderão ser pedidas informações adicionais aos denunciantes.
- No final da investigação, será elaborado um relatório final com as conclusões.
- É enviada uma resposta ao denunciante no prazo máximo de três meses após o aviso de receção, ou até seis meses, consoante a complexidade do caso.
- Os denunciantes podem solicitar, em qualquer altura, que lhes seja comunicado o resultado da avaliação efetuada, no prazo de 15 dias após a sua conclusão.

Eficácia dos mecanismos de resolução e medidas propostas

Os canais descritos anteriormente são guiados pelos princípios de acessibilidade, responsabilidade e transparência, observando:

- o respeito pela lei e pelos direitos dos consumidores, incluindo o respeito pelos direitos humanos em termos de acesso a um tratamento justo, não retaliação, não discriminação e liberdade de expressão;
- a implementação de procedimentos internos para o tratamento de reclamações, com equipas e profissionais designados;
- a análise de potenciais padrões sistémicos para atualizar e melhorar as políticas, processos, formação dos colaboradores, produtos ou serviços, a fim de evitar reclamações semelhantes no futuro e alcançar uma melhoria contínua do processo de correção;
- a importância de manter uma via de comunicação aberta e bidirecional com os clientes relativamente ao processo de reclamação.

As nossas Companhias valorizam o diálogo com os clientes, tratando cada caso de forma individual. Procuramos compreender a perspetiva do cliente e encontrar, sempre que possível e de acordo com a lei, uma solução justa e consensual. A tentativa de resolução pode assumir a forma de:

- um esclarecimento sobre a situação comunicada;
- um pedido de desculpas personalizado;
- uma oferta de desconto através de um *voucher*, um reembolso, substituição ou reparação de produtos.

A nossa resposta final depende da natureza da reclamação e das conclusões do processo de diligência devida efetuado junto das áreas funcionais relevantes e das políticas das Companhias sobre estas matérias.

Acreditamos que estas interações beneficiam tanto os consumidores como as nossas Companhias, na medida em que reforçam a confiança no nosso compromisso com um tratamento justo e contribuem para uma melhoria contínua dos padrões de serviço no nosso dia a dia.

Para mais informações sobre a missão, responsabilidades e composição da Comissão de Ética, consulte o capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade, secção B – Órgãos Sociais e Comissões, Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração), C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado, 29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Atividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências. Os estatutos da Comissão de Ética, a política de comunicação de irregularidades e os contactos estão disponíveis no website corporativo de Jerónimo Martins.

Ações orientadas para os nossos consumidores

[ESRS 2 MDR-A; ESRS S4-4]

MATERIAL

Os três tópicos materiais relacionados com os consumidores – (i) qualidade e segurança dos produtos; (ii) inovação de produtos e serviços; (iii) produtos a preços acessíveis –, assim como os respetivos impactos, riscos e oportunidades[128] deles decorrentes, são dimensões indissociáveis da forma como gerimos os nossos negócios. Além disso, estas dimensões estão fortemente interligadas, uma vez que influenciam a perceção de confiança dos consumidores, moldam as suas escolhas e sustentam a viabilidade da nossa atividade a curto, médio e longo-prazos.

As ações definidas para cada tópico material resultam de uma avaliação contínua de riscos, impactos e oportunidades. Esta avaliação é complementada por análises técnicas, contributos de equipas especializadas, monitorização de tendências e mecanismos de escuta dos consumidores. Este processo permite-nos decidir qual o tipo de intervenção mais adequado e proporcional – preventivo, corretivo ou de melhoria.

As ações descritas nas secções seguintes refletem este enquadramento e são apresentadas com as respetivas métricas anuais de progresso:

- Qualidade e segurança de produto – trata-se de assegurar padrões rigorosos de segurança e higiene, processos transparentes e de melhoria contínua (monitorizados através de auditorias internas e externas, análises laboratoriais e taxas de conformidade), assim como a escolha de ingredientes mais saudáveis.
- Inovação de produtos e serviços – visa diversificar opções e responder a necessidades específicas dos consumidores, incluindo restrições alimentares, bem como melhorar perfis nutricionais, avaliando o progresso por número de reformulações e lançamentos.
- Produtos a preços acessíveis – implica disponibilizar ao maior número de pessoas produtos de qualidade e nutricionalmente equilibrados, a preços competitivos, sendo monitorizadas métricas como campanhas promocionais e mecanismos de envolvimento.

Colocamos a qualidade, a segurança dos produtos e a confiança dos consumidores no centro das nossas prioridades, procurando manter preços tão acessíveis quanto possível sem comprometer padrões de qualidade e assegurando a melhoria contínua do nosso sortido, mesmo em contextos de pressão económica.

Perante impactos negativos, aplicamos processos de remediação descritos na secção "Correção dos impactos e canais para os consumidores manifestarem preocupação". Estes processos, que se pretendem céleres, eficazes e proporcionais ao impacto, incluem canais acessíveis para reclamações, investigação interna e medidas corretivas e podem culminar em recolhas, substituições, reembolsos ou reformulações de produto, campanhas específicas, revisão de sortido ou ajustes de preço. A eficácia destas ações é monitorizada, por exemplo, através de análises laboratoriais e auditorias, que permitem identificar oportunidades de melhoria interna, na cadeia de valor ou no portefólio[129].

A gestão de riscos para os consumidores assenta na avaliação e antecipação de situações que possam comprometer a segurança, acessibilidade ou perfil nutricional dos produtos. Para isso, reforçamos auditorias e controlos, ampliamos projetos de reformulação e intensificamos o trabalho com fornecedores. As tendências de consumo saudável, a maior transparência exigida pelos consumidores e a diversidade de estilos de vida são oportunidades para inovarmos e criarmos valor[130].

[128] Consulte os impactos, riscos e oportunidades relacionados com estes três tópicos materiais neste subcapítulo, secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.3. "Consumidores e utilizadores finais".
[129] A concretização de oportunidades segue uma lógica de inovação (ideação, piloto, implementação), com critérios de impacto no consumidor conforme o impacto material (acessibilidade, perfil nutricional, segurança) e respetivas métricas.
[130] As nossas operações dependem de fatores externos que influenciam diretamente a experiência e o bem-estar dos consumidores – incluindo alterações regulamentares, dinâmicas do poder de compra, confiança na segurança e qualidade dos nossos produtos, expectativas nutricionais, tendências de consumo saudável e fiabilidade da cadeia de valor. Ao avaliar estas dependências quanto à potencial perda, deterioração ou alteração que podem criar no desempenho das Companhias e nos seus objetivos, também se consegue antecipar os riscos materiais para o Grupo. Por isso, integramos estes elementos no nosso processo corporativo de gestão de risco, garantindo uma identificação precoce, monitorização e resposta adequadas. Para saber mais consulte o capítulo 4. Governo da Sociedade, Parte C – Organização Interna, subsecção III – Controlo Interno e Gestão de Riscos, ponto 53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade.

Dispomos de políticas internas, critérios de comunicação e sistemas de controlo na cadeia de abastecimento que, em alguns casos, ultrapassam os requisitos legais e incorporam boas práticas sectoriais, visando evitar que as nossas atividades gerem ou contribuam para impactos negativos. Mantemos processos de vigilância ativa e comunicamos de forma transparente eventuais ocorrências graves e as respetivas tomadas de decisão[131].

A gestão destes temas é assegurada por equipas especializadas e multidisciplinares (qualidade e segurança alimentar, desenvolvimento de produto e inovação, nutrição, marketing, gestão de fornecedores) e por investimentos contínuos em formação, tecnologia, sistemas de monitorização e auditorias independentes, com reporte periódico à gestão de topo. Estes recursos garantem a implementação consistente e eficaz das ações necessárias e reforçam a confiança dos consumidores. Estes processos são coordenados pelas direções funcionais do Grupo[132].

Adicionalmente, participamos em iniciativas setoriais e *multistakeholder* ligadas à segurança alimentar e não-alimentar, à nutrição e às práticas sustentáveis no retalho, contribuindo para a evolução de padrões, acompanhando desenvolvimentos científicos e regulatórios e integrando aprendizagens que fortalecem o setor e as nossas práticas como referido no subponto “Qualidade e segurança dos produtos”, sub-subponto “Parcerias e apoios” deste ponto.

Qualidade e segurança dos produtos

[ESRS S4-4]

O investimento permanente na certificação e monitorização dos nossos processos, instalações e equipamentos, bem como o acompanhamento das atividades de produção a montante das nossas operações, são determinantes para o capital de reputação das nossas insígnias e negócios. Para o preservar, assumimos a responsabilidade de prever e mitigar impactos negativos, enquanto promovemos uma experiência segura para os clientes nas nossas lojas e através dos nossos produtos. Assim, definimos um conjunto de ações, que incluem:

- avaliação dos riscos e certificação das Companhias;
- auditorias a lojas e centros de distribuição;
- análises a instalações;
- análises a produtos;
- recolha de produtos alimentares;
- formação em higiene e segurança alimentar.

A cooperação com milhares de fornecedores de perecíveis e de Marca Própria inclui avaliações rigorosas para garantir que os produtos são seguros para serem consumidos[133].

[131] Consideram-se incidentes graves aqueles que, de acordo com os United Nations Guiding Principles on Business and Human Rights (UNGP) e as OECD Guidelines for Multinational Enterprises, envolvem violações significativas dos direitos humanos dos consumidores – incluindo danos sérios à saúde ou segurança, impactos irreversíveis, riscos acrescidos para grupos vulneráveis, ou situações em que a remediação não consegue restaurar plenamente os direitos afetados. Esta abordagem está alinhada com o indicador da Sustainable Finance Disclosure Regulation (SFDR) Principal Adverse Impact 14, integrado nos requisitos comunitários das ESRS. O nosso compromisso com os direitos humanos que são relevantes para consumidores incluem a segurança do produto e proteção da saúde, o acesso a informação verdadeira e suficiente (incluindo rotulagem adequada), a privacidade e proteção de dados pessoais, a execução de práticas de comunicação responsáveis e não-discriminatórias, e o acesso a mecanismos de queixa e resolução de litígios de consumo, conforme os nossos Código de Conduta e Código de Conduta de Fornecedores. Durante o período de reporte, foram registadas e analisadas ocorrências e interações com consumidores potencialmente relacionadas com as políticas acima referidas. A triagem e a avaliação foram realizadas de acordo com os procedimentos internos aplicáveis e, quando pertinente, com referência aos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos (UNGPs), às Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais e aos princípios fundamentais da OIT. Com base na informação disponível e na análise efetuada, não foram identificados casos confirmados de violação de direitos humanos com relevância para os consumidores. Não obstante, sempre que considerado necessário ou adequado, foram implementadas medidas corretivas e/ou de melhoria, incluindo reforço de informação ao consumidor e ajustamentos de processo, com acompanhamento subsequente.

[132] Para saber mais sobre a composição e responsabilidades das direções funcionais do nosso centro corporativo e sua relação com os riscos corporativos identificados, cujo reporte é feito direta e regularmente à Direção Executiva do Grupo, consulte o capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade, Secção B – Órgãos Sociais e Comissões, Subsecção II – Administração e Supervisão (Conselho de Administração), ponto A. Composição, subponto 21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade, e Secção C – Organização Interna, Subsecção III – Controlo Interno e Gestão de Riscos, ponto 53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade.

[133] Para mais informação sobre as auditorias à cadeia de abastecimento, consulte o subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.1. “Seleção e acompanhamento de fornecedores”.

Acreditamos que promover a qualidade como conceito integral reforça a competitividade e o desenvolvimento sustentável do nosso negócio e do dos nossos fornecedores, ao mesmo tempo que fortalece a confiança e melhora a qualidade de vida dos milhões de consumidores que visitam diariamente as nossas lojas.

A estratégia de crescimento do Grupo, que opera mais de 6.400 lojas em cinco países diferentes em 2025, fundamenta muitas das variações que a seguir se observam, quer no que respeita às diferentes medidas de garantia de qualidade e segurança alimentar que temos estabelecidas, quer no que se refere ao lançamento de novos produtos.

Avaliações de risco e certificações

[GRI 416-1]

As avaliações de risco dos produtos perecíveis e de Marca Própria são realizadas pelas nossas equipas de qualidade e desenvolvimento de produtos, e consideram fatores como:

- a legislação em vigor e as especificações técnicas das autoridades oficiais;
- as recomendações da União Europeia e/ou outros órgãos oficiais;
- os avisos de emergência RASFF – Rapid Alert System for Food and Feed e os incidentes de fraude alimentar conhecidos;
- as características físicas dos produtos (como a perecibilidade) e as organoléticas (como cor, textura, sabor ou cheiro);
- o país de origem de produção e/ou de fornecimento dos produtos e o histórico dos parceiros comerciais;
- a expansão de mercado (lojas e centros de distribuição);
- as condições envolventes (saneamento ou condições climatéricas relacionadas com humidade e temperaturas médias);
- a opção por esquemas de certificação de infraestruturas;
- os resultados de avaliações de anos transatos.

A certificação desempenha um papel importante no estabelecimento de elevados padrões de qualidade e segurança nas instalações das nossas Companhias, na medida em que promove uma abordagem de gestão mais integrada, contribuindo continuamente para a melhoria dos nossos procedimentos.

Certificações de qualidade e segurança		
Certificação	Âmbito	Infraestrutura
NP EN ISO/IEC 17025:2018	Jerónimo Martins	Laboratório Jerónimo Martins, em Portugal.
ISO 22000:2018 Sistema de Gestão da Segurança Alimentar[134]	Biedronka	Armazenagem e distribuição de produtos alimentares em 17 centros de distribuição na Polónia.
		Certificação da sede para desenvolvimento de produtos de Marca Própria.
	Recheio e Recheio MasterChef	28 lojas Recheio. 3 plataformas Recheio MasterChef.
FSSC 22000 v6.0 Sistema de Certificação de Segurança Alimentar + ISO 22000:2018 Sistema de Gestão da Segurança Alimentar	Biedronka	Produção de pronto-a-comer após aquecimento e embalamento individual na fábrica de sopas, na Polónia, com certificação específica para *ready-to-eat*.
ISO 9001 Sistema de gestão da qualidade	Pingo Doce Recheio	Desenvolvimento de Marcas Próprias e acompanhamento do produto/fornecedor após lançamento.
HACCP* segundo Codex Alimentarius**	Pingo Doce	2 cozinhas centrais.
	Recheio	11 lojas.
	Pingo Doce	7 centros de distribuição, com aplicação no processo logístico.
Produtos Biológicos (Reg. CE 848/2018)	Biedronka	Manipulação de produtos biológicos em 18 centros de distribuição na Polónia.
Armazenamento e preparação de produtos biológicos em loja	Biedronka	510 lojas na Polónia.
Certificação de bem-estar animal para manipulação de produtos de ovinos, suíno, vitelão, frango do campo e frango convencional	Pingo Doce Recheio	Todas as lojas Pingo Doce, Recheio e centros de distribuição estão certificadas. Em 2025, foram auditadas 12 lojas e um centro de distribuição.
Manipulação em loja de frango do campo	Pingo Doce Recheio	Todas as lojas Pingo Doce, Recheio e centros de distribuição estão certificados, sendo alvo de monitorização periódica. Em 2025, foram auditadas 19 lojas e 1 centro de distribuição.

* O sistema de Análise de Perigos e Controlo de Pontos Críticos (HACCP) visa evitar, por via da eliminação ou redução de perigos, potenciais riscos que podem causar danos aos consumidores, garantindo assim que os alimentos são seguros para consumo.
** Conjunto de normas internacionais que visa promover a segurança sanitária dos alimentos e a proteção dos consumidores. O Codex Alimentarius está disponível aqui.

[134] O Grupo definiu o seguinte objetivo para o triénio 2024-2026: "Na Polónia, manter o número de localizações com certificação ISO 22000 (16 centros de distribuição em 2023) e assegurar a certificação dos novos Centros de Distribuição, a abrir no período 2024-2026, no prazo de dois anos após o início da operação.". Para mais informação, consultar subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade".

Auditorias a lojas e centros de distribuição

[GRI 416-1]

Para garantir o cumprimento rigoroso dos nossos padrões de qualidade e segurança alimentar, realizamos auditorias regulares às lojas, centros de distribuição e outros edifícios, incluindo cantinas e unidades de produção. Estas avaliações permitem monitorizar o desempenho das diferentes unidades, identificar oportunidades de melhoria e assegurar conformidade com requisitos internos e legais.

As auditorias conduzidas por equipas internas ou externas especializadas em qualidade e segurança de produtos consideram dimensões como higiene, limpeza, desinfeção, manutenção de infraestruturas e equipamentos, boas-práticas de produção, manuseamento de produto, água potável, metrologia, controlo de pragas, gestão de resíduos, registos, rastreabilidade e atualização de procedimentos.

Cada auditoria resulta numa classificação, que pode variar consoante o país e o tipo de instalação, entre Inaceitável, Básico, Satisfatório, Bom, Muito Bom e Excelente. As potenciais ações corretivas a adotar são definidas conforme a gravidade das não-conformidades encontradas e os prazos concedidos para resolver as questões identificadas vão desde a intervenção imediata até à auditoria seguinte.

Auditorias a lojas e centros de distribuição						
	Lojas[a]			Centros de distribuição[b]		
	2025	2024	Δ 2025/2024	2025	2024	Δ 2025/2024
Grupo	**21.013**	**19.199**	**+9,4%**	**499**	**365**	**+36,7%**
Auditorias internas	14.143	12.944	+9,3%	101	86	+17,4%
Auditorias de acompanhamento	5.112	4.945	+3,4%	358	244	+46,7%
Auditorias externas	1.758	1.310	+34,2%	40	35	+14,3%
Biedronka	**10.727**	**9.867**	**+8,7%**	**62**	**59**	**+5,1%**
Auditorias internas	10.536	9.657	+9,1%	36	36	0,0%
Auditorias de acompanhamento[c]	182	172	+5,8%	2	0	-
Auditorias externas	9	38	-76,3%	24	23	+4,3%
Desempenho HACCP[d]	85%	87%	-2 p.p.	91%	91%	0 p.p.
Pingo Doce	**3.289**	**3.583**	**-8,2%**	**394**	**282**	**+39,7%**
Auditorias internas	492	486	+1,2%	36	38	-5,3%
Auditorias de acompanhamento	2.702	3.006	-10,1%	345	235	+46,8%
Auditorias externas	95	91	+4,4%	13	9	+44,4%
Desempenho HACCP[e]	89%	88%	+1 p.p.	82%	77%	+5 p.p.
Recheio	**455**	**469**	**-3,0%**			
Auditorias internas	90	86	+4,7%			
Auditorias de acompanhamento	350	365	-4,1%			
Auditorias externas	15	18	-16,7%			
Desempenho HACCP	88%	87%	+1 p.p.			

Auditorias a lojas e centros de distribuição						
Ara	**6.542**	**5.280**	**+23,9%**	**43**	**24**	**+79,2%**
Auditorias Internas	3.025	2.715	+11,4%	29	12	+141,7%
Auditorias de acompanhamento	1.878	1.402	+34,0%	11	9	+22,2%
Auditorias externas	1.639	1.163	+40,9%	3	3	0,0%
Boas práticas de higiene e qualidade[f]	79%	81%	-2 p.p.	94%	92%	+2 p.p.

a) Na Biedronka, inclui lojas, balcões de carne e lojas Biek.
b) No Pingo Doce, inclui cozinhas centrais, fábrica e cantinas. Este Centro de Distribuição também serve o Recheio.
c) Inclui Eslováquia.
d) A implementação HACCP na Biedronka é avaliada com base em referenciais próprios que se baseiam no Codex Alimentarius e no quadro regulatório da União Europeia (Regulamento CE N.º 852/2004, relativo à higiene dos géneros alimentícios). Nos centros de distribuição, a taxa de conformidade resulta das auditorias internas no âmbito da certificação da norma ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, que se baseia nos princípios do HACCP do Codex Alimentarius.
e) No Pingo Doce e no Recheio, a implementação HACCP é avaliada em referenciais próprios, baseados no Codex Alimentarius e adaptados às realidades em que as Companhias operam.
f) A taxa de conformidade apresentada refere-se à pontuação obtida face às boas práticas vigentes, em linha com critérios que visam garantir a qualidade e segurança dos produtos de acordo com a lei, avaliando a própria operação e o sistema de controlo e procedimentos. Os critérios incluem, entre outros, aspetos de higiene e de controlo de qualidade das condições das instalações para o manuseamento do produto e aspetos relacionados com a temperatura do produto, o tipo de embalagens e os procedimentos de gestão de resíduos orgânicos.

Biedronka

As auditorias internas e as de acompanhamento da Biedronka são realizadas por entidades externas independentes. Em 2025, o número de auditorias internas às lojas aumentou devido à expansão da rede (181 aberturas) e a extensão do número de balcões de talho, atingindo-se no final do ano mais de 1.500 lojas. A Biek, serviço de *q-commerce* da Biedronka, foi alvo de 53 auditorias, mais do dobro das realizadas em 2024.

As auditorias externas às lojas realizadas pelas autoridades locais, de acordo com o seu próprio planeamento, diminuíram em 2025, tendo como principal foco a certificação nas lojas com sortido de pão biológico[135] (519 em 2025). A diminuição do desempenho das lojas em HACCP deve-se a uma alteração nos critérios da *checklist* para 2025, que pretendeu refletir de forma mais precisa as melhorias necessárias a um melhor desempenho.

Nos centros de distribuição, o número de auditorias internas manteve-se como resultado da avaliação de riscos, enquanto as auditorias de acompanhamento, para verificação *in loco* dos resultados obtidos previamente no âmbito de uma auditoria externa, seguiram o calendário da ISO 22000.

Pingo Doce e Recheio

No Pingo Doce, a abertura de nove lojas novas fez subir ligeiramente o número de auditorias internas, enquanto as auditorias de acompanhamento diminuíram, devido às melhorias verificadas face ao ano anterior. Este método levou a um melhor desempenho HACCP pelo terceiro ano consecutivo, acrescentando mais 7 p.p. face a 2022.

No Recheio, houve mais auditorias internas, devido à matriz de risco de segurança alimentar (como resultado de auditorias anteriores), embora o número de lojas se tenha mantido. As auditorias de acompanhamento diminuíram, refletindo as medidas de correção identificadas no ano anterior pelas equipas operacionais de segurança alimentar. O desempenho HACCP das lojas melhorou 4 p.p. em dois anos.

Nos centros de distribuição em Portugal houve menos auditorias internas devido ao planeamento baseado na matriz de risco, enquanto as auditorias de acompanhamento aumentaram com a expansão de centros de distribuição abrangidos pelos requisitos da certificação HACCP. O desempenho HACCP destas

[135] Os controlos externos relativos à certificação biológica foram exercidos pela BioCert, uma entidade independente e autorizada pelas entidades oficiais para este efeito.

instalações recuperou para um valor muito próximo do que havia sido conseguido em 2023, antes de cumprido o objetivo da certificação.

Nas lojas do Pingo Doce e do Recheio, bem como nos centros de distribuição, as auditorias externas são realizadas pelas autoridades locais, seguindo o seu próprio planeamento.

Ara

As auditorias internas nas lojas aumentaram, em linha com o aumento da rede em mais 225 lojas durante o ano. Também o número de auditorias de acompanhamento executadas por equipas internas e por entidades externas cresceu, o que se traduz na necessidade de reavaliar mais pontos de controlo, uma tendência contrária ao que tinha sido observado em 2024 face a 2023. A revisão dos critérios da *checklist* anual para 2025 deu mais visibilidade ao desempenho das lojas em termos de boas práticas de higiene e qualidade, verificando-se uma redução de conformidade com práticas de limpeza e com o controlo de registos.

Nos centros de distribuição, o aumento das auditorias justifica-se pelos resultados obtidos em avaliações anteriores, em especial no que se refere ao desempenho em boas práticas de higiene e qualidade. O esforço feito permitiu recuperar para o mesmo valor de 2023. Os aumentos também se explicam pela inclusão, no processo, das cantinas e armazéns externos de mercadorias.

Análises a instalações

[GRI 416-1]

Para monitorizar com detalhe a qualidade e a segurança alimentar, realizámos mais de 280.000 análises às nossas instalações, mais 10,9% do que em 2024. Estas análises abrangeram superfícies de trabalho, manipuladores de produto, matérias-primas e produtos acabados, e água.

Análises e amostras recolhidas			
Grupo	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Superfícies de trabalho	187.791	167.392	+12,2%
Manipuladores	32.559	30.807	+5,7%
Matérias-primas/produto acabado	44.321	40.121	+10,5%
Água	15.618	14.531	+7,5%
Total	**280.289**	**252.851**	**+10,9%**
Polónia	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Superfícies de trabalho	126.020	103.596	+21,6%
Manipuladores	9.919	8.290	+19,7%
Matérias-primas/produto acabado	175	205	-14,6%
Água	2.934	2.445	+20,0%
Total	**139.048**	**114.536**	**+21,4%**
Portugal	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Superfícies de trabalho*	59.026	61.003	-3,2%
Manipuladores	19.895	19.928	-0,2%
Matérias-primas/produto acabado	41.357	37.367	+10,7%
Água	6.672	6.608	+1,0%
Total	**126.950**	**124.906**	**+1,6%**
Colômbia	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Superfícies de trabalho	2.745	2.793	-1,7%

Análises e amostras recolhidas			
Manipuladores	2.745	2.589	+6,0%
Matérias-primas/produto acabado	2.789	2.549	+9,4%
Água	6.012	5.478	+9,7%
Total	**14.291**	**13.409**	**+6,6%**

* Nas lojas, esta rubrica inclui salas de frio, equipamentos, superfícies e utensílios; nas fábricas, para além dos anteriores, também inclui veículos; nos centros de distribuição, inclui veículos.

Na Polónia, e devido à expansão da Biedronka, o número de análises aumentou 21%. A exceção recai nas análises a matérias-primas/produto acabado, uma redução que se explica por decisões operacionais essencialmente relacionadas com a sazonalidade associada à venda de frango assado e com a redução da utilização de máquinas de sumo de laranja, tal como já tinha acontecido em 2024 face a 2023.

Em Portugal, foram realizadas quase 127 mil análises nas instalações das Companhias, mais 1,6% do que no ano anterior, com o aumento mais expressivo nas análises a matérias-primas/produto acabado em consequência da análise de risco.

Na Colômbia, o número de análises aumentou quase 7%, como resultado do aumento do número de lojas.

Análises de produto

[GRI 416-1]

Além das auditorias acima referidas, recorremos também a laboratórios externos independentes e acreditados para analisar os produtos que comercializamos. Temos ainda o nosso próprio laboratório de biologia molecular, o que reforça a qualidade e segurança que garantimos aos nossos consumidores. Este laboratório, localizado em Portugal, complementa a verificação feita durante o desenvolvimento de produtos e quanto aos processos de abastecimento, e foca-se na autenticidade dos ingredientes dos produtos alimentares de todas as Companhias. É certificado pela norma portuguesa NP EN ISO/IEC 17025:2018, que estabelece os requisitos gerais de competência de testes e calibração. Em 2025, foram efetuados mais de 6.750 testes de sequenciação de ADN de nova geração (NGS) a moluscos, crustáceos, carne, peixe e rastreio de OGM.

Em 2025 foram realizadas mais de 96 mil análises a produtos de Marca Própria, um aumento de 34% face a 2024, e cerca de 12 mil análises a perecíveis, menos 8% do que no ano anterior. Em termos globais, as análises aumentaram 27,4%.

Análises e amostras recolhidas			
Grupo	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Marca Própria	96.522	72.101	+33,9%
Perecíveis	12.163	13.232	-8,1%
Total	**108.685**	**85.333**	**+27,4%**
Polónia e Eslováquia (Biedronka)	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Marca Própria	**23.500**	**23.077**	**+1,8%**
Marca Própria – Alimentar	22.202	21.750	+2,1%
Marca Própria – Não-alimentar	1.298	1.327	-2,2%
Perecíveis	**7.937**	**8.611**	**-7,8%**
Fruta e vegetais	5.016	4.182	+19,9%
Carne e pescado	2.191	2.991	-26,7%
Padaria	276	976	-71,7%
Ovos	454	462	-1,7%
Total	**31.437**	***31.688**	**-0,8%**
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Marca Própria	**22.515**	**22.486**	**+0,1%**
Marca Própria – Alimentar**	18.146	18.494	-1,9%
Marca Própria – Não-alimentar	4.369	3.992	+9,4%
Perecíveis	**3.867**	**4.258**	**-9,2%**
Fruta e vegetais	2.010	1.857	+8,2%
Carne	606	689	-12,0%
Pescado	754	1.233	-38,8%
Padaria	292	***266	+9,8%
Meal Solutions	205	***213	-3,8%
Total	**26.382**	**26.744**	**-1,4%**
Colômbia (Ara)	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Marca Própria	**50.507**	**26.538**	**+90,3%**
Marca Própria – Alimentar	44.525	21.202	+110,0%
Marca Própria – Não-alimentar	5.982	5.336	+12,1%
Perecíveis	**359**	**363**	**-1,1%**
Fruta e vegetais	159	152	+4,6%
Carne	108	123	-12,2%
Pescado	27	35	-22,9%
Padaria	65	53	+22,6%
Total	**50.866**	**26.901**	**+89,1%**

* Valor corrigido face a 2024, por um erro na soma total das rubricas.
** Incluindo análises de rotina à presença de glúten, organismos geneticamente modificados, lactose, denominação de espécies, análises de controlo e análises extra.
*** Valor corrigido face a 2024 por alteração na metodologia de cálculo, que consideramos agora ser mais precisa do que em 2024.

O crescimento das análises a produtos de Marca Própria deve-se principalmente à expansão do número de lojas e ao alargamento do sortido, o que fez aumentar o volume de produtos a analisar, e também ao consequente estabelecimento de mais parcerias com fornecedores (171 novos). Destaque para a variação em 110% das análises a produtos alimentares das marcas próprias da Ara, fruto do maior número de

lançamentos e relançamentos, de projetos de reformulação, bem como do reforço do controlo analítico para monitorizar o desempenho dos nossos produtos face à concorrência.

A redução das análises a perecíveis em 8% explica-se essencialmente pela avaliação de risco (que considera produtos específicos, mas também resultados de auditorias transatas), pelo bom histórico de conformidade em anos anteriores e pelo acompanhamento rigoroso da produção. No caso da Ara, justifica-se também pela redução do portefólio.

Na Biedronka, o aumento de 20% das análises a fruta e vegetais teve em consideração alertas relativos a novas origens e à avaliação de risco. Em Portugal, e na mesma categoria, o aumento de 8% deveu-se ao reforço dos testes exigidos pela legislação em vigor e às recomendações em matéria de pesticidas, bem como à monitorização das origens de produtos agrícolas estratégicos. Na Ara, o aumento expressivo das análises a produtos de padaria decorre da expansão da oferta.

Recolha de produtos alimentares

[GRI 416-2]

Mesmo em situações muito pontuais, retiramos imediatamente do mercado qualquer produto que possa representar um risco para os consumidores ou para a sociedade, defendendo a saúde pública e preservando a reputação e a credibilidade das nossas Companhias e marcas. A monitorização contínua, a comunicação às entidades oficiais de saúde e a rastreabilidade de produtos e fornecedores permitem uma atuação célere e eficaz na prevenção ou reação a qualquer incidente.

Existem dois tipos de recolha de produtos alimentares, que abordam riscos distintos face à saúde e segurança dos consumidores:

- *recall*[136] - retirada de venda de produtos com potencial risco para a saúde;
- *withdrawal*[137] - retirada de venda de produtos sem risco para a saúde.

Em ambos os casos, ativamos mecanismos de investigação interna e, se necessário, junto de fornecedores, para identificar as causas e implementar as devidas ações corretivas, prevenindo futuras ocorrências.

A severidade dos riscos para a saúde e segurança dos consumidores classifica-se em três níveis:

- Nível I – Críticos (*recall*): aspetos que podem afetar a segurança alimentar e a saúde pública;
- Nível II – Qualidade e segurança alimentar (*withdrawal*): aspetos que podem afetar a experiência do consumidor e a segurança do produto;
- Nível III – Rotulagem (*withdrawal*): aspetos de obrigatoriedade legal na rotulagem.

Para prevenir não-conformidades e evitar a retirada de venda, acompanhamos fornecedores e produtos, incluindo o desenvolvimento de planos de ação e ajustes nas embalagens. As ações corretivas são monitorizadas para minimizar o risco para a saúde dos consumidores e para que a comercialização de produtos possa ser retomada.

Em 2025, foram registados 335 incidentes que levaram à retirada de produtos, mais 52% do que em 2024. A larga maioria teve uma classificação de Nível II e de Nível III, ou seja, incidentes não críticos. Já os *recalls* diminuíram 75% face a 2024. A evolução deste indicador confirma a tendência descendente ao longo dos anos (13 incidentes em 2022, seis em 2023, quatro em 2024 e um em 2025).

[136] *Recall*: uma ação obrigatória tomada pelas Companhias do Grupo como resposta a inspeções realizadas por autoridades locais aos resultados de análises laboratoriais ou de auditorias internas, ou a queixas/denúncias (de produtores, retalhistas, agências governamentais ou consumidores). A comunicação para a devolução ou destruição por parte dos consumidores é publicada através dos meios próprios.
[137] *Withdrawal*: uma ação voluntária ou obrigatória que pode ser tomada em dois tipos de ocasiões, conforme a análise de risco efetuada pelas Companhias ou a inspeção por autoridade local: a) quando são detetados defeitos de qualidade (ex., cor ou textura), de peso ou irregularidades na rotulagem (que não representem risco potencial para a saúde ou segurança dos consumidores); ou b) por precaução enquanto se aguardam investigações a um potencial risco para a saúde e segurança das pessoas. Caso se determine um risco credível, o produto é retirado de venda, passando a ser categorizado como *recall*.

Recalls/withdrawals de produtos alimentares													
		Nível I (Recall)			Nível II (Withdrawal)			Nível III (Withdrawal)			Incidentes totais		
		2025	2024	Δ 2025/2024	2025	2024	Δ 2025/2024	2025	2024	Δ 2025/2024	2025	2024	Δ 2025/2024
Grupo		**1**	**4**	**-75,0%**	**259**	**163**	**+58,9%**	**75**	**54**	**+38,9%**	**335**	**221**	**+51,6%**
Portugal (Pingo Doce e Recheio)	Marcas Próprias	0	0	-	144	75	+92,0%	22	22	0,0%	166	97	+71,1%
	Perecíveis	0	1	-100,0%	28	37	-24,3%	26	13	+100,0%	54	51	+5,9%
Polónia e Eslováquia (Biedronka)	Marcas Próprias	0	2	-100,0%	57	32	+78,1%	20	17	+17,6%	77	51	+51,0%
	Perecíveis	1	1	0,0%	11	1	+1.000,0%	4	0	-	16	2	+700,0%
Colômbia (Ara)	Marcas Próprias	0	0	-	13	9	+44,4%	2	2	0,0%	15	11	+36,4%
	Perecíveis	0	0	-	6	9	-33,3%	1	0	-	7	9	-22,2%

O único *recall* assinalado teve origem num pedido de uma entidade oficial na sequência de uma visita a um fornecedor, não tendo, por isso, causas imputáveis a Jerónimo Martins[138].

O aumento dos incidentes com produtos perecíveis nos níveis II e III deve-se essencialmente a fatores externos ao negócio, como os alertas provenientes do Sistema de Alerta Rápido para Alimentos para Consumo Humano e Animal (RASFF) e os das autoridades locais.

Em Portugal, nas Marcas Próprias, o aumento de incidentes de Nível II deveu-se a alertas europeus relacionados com grão-de-bico e especiarias. Já os casos de Nível III repetem padrões do ano anterior: datas de validade incorretas (normalmente na transição do ano civil), erros de rotulagem nos fornecedores e incorreções sobre o teor alcoólico dos vinhos.

O aumento dos incidentes de nível II na Marca Própria da Biedronka deveu-se ao maior número de reclamações sobre produtos de talho, um serviço disponível em mais de 2.800 lojas, enquanto os incidentes de nível III estiveram relacionados com erros de rotulagem e defeitos sensoriais associados ao azeite e água engarrafada.

Na Colômbia, os aumentos devem-se à proatividade dos fornecedores, que realizaram mais testes e identificaram produtos não-conformes, solicitando a sua retirada, bem como a um reforço da amostragem e dos controlos de produto, e a reclamações de clientes e lojas.

Formação interna em qualidade e segurança alimentar

[ESRS S4-4]

Oferecer produtos alimentares seguros e de elevada qualidade significa também investir nas nossas equipas, dotando-as das competências necessárias para prestar um serviço especializado aos nossos consumidores[139].

Em 2025, o investimento em formação em higiene e segurança alimentar traduziu-se em mais de 293 mil de horas de formação ministradas a mais de 62 mil colaboradores.

[138] O Grupo definiu o seguinte compromisso para o triénio 2024-2026: "Procurar assegurar, anualmente, que o número de recolha de produtos alimentares com potencial risco para a saúde pública (severidade de nível I), cuja causa seja atribuível às Companhias de Jerónimo Martins, é zero.". Para mais informação, consultar subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade".
[139] Para mais informações sobre a formação a colaboradores, por favor consultar o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências".

Formação em higiene e segurança alimentar									
	Volume de formação*			Ações formativas			Colaboradores formados		
	2025	2024	Δ 2025/2024	2025	2024	Δ 2025/2024	2025	2024	Δ 2025/2024
Grupo	**293.679**	**249.346**	**17,8%**	**9.726**	**9.727**	**0,0%**	**62.376**	**57.130**	**9,2%**
Portugal**	57.711	60.328	**-4,3%**	3.527	3.592	**-1,8%**	12.383	11.120	**+11,4%**
Polónia (Biedronka)	24.696	27.731	**-10,9%**	5.922	6.048	**-2,1%**	23.137	25.135	**-7,9%**
Colômbia (Ara)	211.273	161.287	**+31,0%**	277	87	**+218,4%**	26.856	20.875	**+28,7%**

* Volume de formação = número de pessoas formadas x número de horas de conteúdos de Higiene e Segurança Alimentar ministradas.
** Inclui o Pingo Doce, Recheio, Jerónimo Martins Agro-Alimentar, Hussel e Jerónimo Martins Restauração e Serviços.

Reforçámos de forma significativa o investimento em formação dos colaboradores na Colômbia, o que se traduziu num aumento exponencial de ações formativas e de colaboradores envolvidos. Na perspetiva inversa, a Biedronka reduziu todos os indicadores relacionados com formação, consequência do próprio calendário de formação que prevê que esta é renovada a cada três anos. Em Portugal, os indicadores mantiveram-se estáveis, com um aumento mais expressivo do número de colaboradores envolvidos, resultado de um maior número de colaboradores a terem completado a formação inicial em Higiene e Segurança Alimentar.

Para além de ações focadas nos requisitos associados ao sistema de gestão de segurança alimentar e normas internacionais de controlo de riscos HACCP, foi ainda ministrada formação no âmbito das áreas da defesa alimentar, separação de resíduos para reciclagem, atividades de lavagem e limpeza (para garantir boas práticas de produção), práticas de higiene em loja, auditorias de qualidade e visitas de controlo, rede de frio e pontos críticos de controlo. Em Portugal, a oferta formativa disponibilizada é transversal aos diferentes tópicos, enquanto a Colômbia reforçou a formação sobre os temas relacionados com melhoria de processos, qualidade e cadeia de frio, fruto de uma maior carga operacional e regulatória. Já a Polónia centra os conteúdos formativos em segurança alimentar e processos de HACCP.

Parcerias e apoios

Mantemos um diálogo regular com instituições públicas e privadas de referência nos países onde desenvolvemos a nossa atividade, para aprender e partilhar conhecimentos sobre alimentação, nutrição e saúde. Estas são algumas das participações que destacamos em 2025.

Parcerias e apoios relacionados com alimentação		
Grupo / Companhia	**Entidade**	**Descrição**
Grupo	Global Food Safety Initiative (do The Consumer Goods Forum)	Colaboração em iniciativas globais de segurança alimentar
Grupo	Healthier Lives Coalition (do The Consumer Goods Forum)	Colaboração em iniciativas globais de qualidade e nutrição
Grupo	Global Good Agricultural Practices (Global G.A.P.)	Normas de agricultura segura e responsável (bem-estar animal, rastreabilidade, etc.)
Pingo Doce	Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED)	Participação em comités técnicos de qualidade alimentar
Pingo Doce	Direção-Geral da Saúde	Apoio ao Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável
Pingo Doce	Associação Portuguesa de Celíacos	Ações ligadas à alimentação para celíacos
Biedronka	Associação Polaca de Pessoas com Doença Celíaca e em Dieta Sem Glúten	Parceria para a certificação de 20 novos produtos com a garantia de ausência de contaminação cruzada, para um total de 136.
Pingo Doce	Associação Portuguesa de Nutrição	Patrocínio ao Congresso de Alimentação e Nutrição no 1.º semestre de 2025
Pingo Doce	Instituto Superior Técnico (Universidade de Lisboa)	Projetos e iniciativas técnicas e científicas
Pingo Doce	Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge (Ministério da Saúde)	Projetos de investigação e cooperação na área da saúde
Biedronka	Cruz Vermelha Polaca	Patrocínio da Health Olympiad pela 3.ª vez. A iniciativa contou com 21.982 participantes de 1.296 escolas e versou temas sobre saúde, nutrição, ecologia e desperdício alimentar*.
Biedronka	Universidade de Ciências da Vida de Varsóvia	Protocolo para a criação do Biedronka LAB, inserido no Centro de Inovação em Ciências Alimentares da Universidade de Ciências da Vida de Varsóvia
Biedronka	Instituto da Mãe e da Criança	Parceria para a avaliação de roupas infantis, fraldas e toalhitas e têxteis para o lar
Biedronka	Sociedade Polaca de Ginecologistas e Obstetras	Parceria para a revisão especializada de produtos de higiene, como artigos para incontinência e produtos de higiene feminina.
Biedronka	Sociedade Polaca de Alergologia	Parceria para a avaliação de produtos de lavagem de roupa, nomeadamente amaciadores
Biedronka	Instituto Nacional de Saúde Pública – Instituto Nacional de Higiene	Certificação de lenços de papel e papel higiénico
Ara	ICONTEC (Instituto Colombiano de Normas Técnicas e Certificação)	Grupos dedicados a fruta e legumes frescos, pesca e aquacultura
Ara	Secretaria de Integração Social de Bogotá	Projeto em parceria, cujo objetivo é melhorar a saúde e a nutrição de mulheres grávidas com baixo peso que vivem em condições vulneráveis em Bogotá*
Ara	Município de Medellín	Parceria para o estabelecimento do projeto “Buen Comienzo”, que pretende fortalecer a segurança alimentar e a nutrição infantil nos habitantes*

* Para mais informações, consultar subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. “Comunidades afetadas”.

Inovação de produtos

[ESRS S4-4]

MATERIAL

Sabemos que, de acordo com a Comissão Europeia, quase 80%[140] das doenças cardiovasculares podem ser prevenidas através de mudanças de estilo de vida. E uma alimentação mais saudável - evitando o

[140] De acordo com o Safe Hearts Plan da Comissão Europeia, apresentado em dezembro de 2025.

excesso de sal, açúcar e gorduras, assim como o consumo de alimentos ultra-processados – é parte fundamental dessas mudanças. Por isso, reconhecemos que podemos ter um papel importante na vida das pessoas por via do nosso contributo para promover hábitos alimentares mais saudáveis.

O nosso objetivo é garantir a melhor proposta de valor em cada um dos mercados onde operamos para ir ao encontro das necessidades e preferências dos consumidores que confiam nas nossas lojas. Acreditamos também que a inovação em produtos e serviços pode facilitar o acesso a opções e padrões de consumo nutricionalmente equilibrados, e que o trabalho de inovação e reformulação nutricional que desenvolvemos contribui diretamente para essas mudanças.

É através das nossas *guidelines* internas, e dos compromissos que assumimos[141], que definimos as linhas orientadoras para o desenvolvimento de novos produtos e para a melhoria contínua dos produtos que já comercializamos, com o propósito de disponibilizar escolhas alimentares responsáveis. Estas ações alinham-se com as prioridades europeias de criação de contextos alimentares mais saudáveis, de redução do consumo de ingredientes com maior impacto negativo na saúde e do estímulo à revisão nutricional de produtos. Em 2025, voltámos a adaptar as nossas *guidelines* de melhoria do perfil nutricional dos nossos produtos de Marca Própria para que reflitam a proibição de incorporação de sal, açúcar e adoçantes adicionados em produtos destinados a crianças até aos três anos de idade.

Lançamentos

As nossas prioridades de desenvolvimento de produtos visam posicionar as Marcas Próprias como as mais relevantes para os consumidores, o que se traduz na observância de alguns princípios-chave quando lançamos um novo produto ou fazemos um relançamento:

- Dar preferência a produtos que tenham um perfil nutricional superior ao benchmark, o que inclui ingredientes cuidadosamente selecionados e receitas mais saudáveis, e que recebem um feedback muito positivo de painéis sensoriais;
- Dar especial atenção às necessidades e preferências das crianças e de outros grupos com necessidades específicas, como consumidores com restrições alimentares, ou que tenham preferência por produtos biológicos ou com um número mais reduzido de ingredientes;
- Rever regularmente os planos de viabilidade dos produtos no mercado, baseando as decisões comerciais em estudos de mercado e as decisões relativas à qualidade, nutrição e segurança dos produtos em dados internos e externos mais atualizados.

Em 2025, foram introduzidas 197 referências de produtos alimentares de Marcas Próprias e perecíveis que procuravam responder às prioridades acima elencadas.

Referências lançadas em 2025				
	Biedronka	Pingo Doce e Recheio	Ara	Total
Sem glúten*	12	142	0	**154**
Sem lactose	2	7	4	**13**
Vegano e vegetariano	6	7	0	**13**
Biológicos	10	7	0	**17**

* Referências que ostentam um símbolo que garante uma composição livre de glúten (na Polónia).

[141] Para mais informação, consultar subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”.

Referências totais												
	Biedronka			Pingo Doce e Recheio			Ara			Total		
	2025	2024	Δ 25/24	2025	2024	Δ 25/24	2025	2024	Δ 25/24	2025	2024	Δ 25/24
Sem glúten*	128	131	-2,3%	1.471	1.318	+11,6%	8	12	-33,3%	**1.607**	**1.461**	**+10,0%**
Sem lactose	28	28	0,0%	39	47	-17,0%	17	13	+30,8%	**84**	**88**	**-4,5%**
Vegano e vegetariano	127	154	-17,5%	33	33	0,0%	1	1	0,0%	**161**	**188**	**-14,4%**
Biológicos	47	51	-7,8%	93	91	+2,2%	1	1	0,0%	**141**	**143**	**-1,4%**

* Referências que ostentam um símbolo que garante uma composição livre de glúten (na Polónia)

As flutuações que se verificam a cada ano refletem ciclos de inovação e gestão do portefólio, existindo momentos em que os lançamentos são mais estratégicos ou mais focados em melhoria contínua, havendo outros momentos de reação rápida a tendências e necessidades reais do mercado ou de gestão mais eficiente do sortido. As diferenças entre os mercados também traduzem maturidades diferentes entre as Companhias, por um lado, e as suas prioridades comerciais, por outro, nunca deixando de ser relevantes os fatores operacionais e da gestão da cadeia de abastecimento.

Os artigos sem glúten destacam-se nos lançamentos de 2025, em especial em Portugal, sendo este o tipo específico de produtos que atinge maior número no portefólio das Companhias ao nível do Grupo. Apesar de globalmente apresentarem uma baixa intensidade de lançamentos em 2025, os artigos veganos e vegetarianos continuam a representar opções para consumidores com preferências específicas, em especial na Biedronka, embora se verifique uma tendência de redução desde 2023. Já os artigos com certificação biológica mantêm-se relevantes na Polónia e em Portugal, mas verifica-se a mesma tendência decrescente no sortido total destes produtos. Os artigos sem lactose decresceram em 2025, com um número de lançamentos também reduzido, em comparação com as outras categorias em análise, não sendo o crescimento na Colômbia suficiente para inverter a tendência.

A Biedronka lançou 123 novos produtos de Marca Própria que promovem uma alimentação mais responsável. Destes, 26 apresentavam o símbolo “Pace – Physical Activity Equivalent” que indica o esforço físico necessário para queimar as calorias consumidas naquele produto e sugere uma atividade física alinhada com as necessidades de cada consumidor. Outros 38 artigos (contando com relançamentos) incluíram a simbologia “1 Dos Seus 5 Por Dia”, uma alusão ao consumo diário recomendado de cinco variedades de fruta e vegetais.

Gama Balance do Pingo Doce

Na área de perecíveis, destaca-se o lançamento da gama Balance.

Esta gama é uma nova linha de refeições da marca Comida Fresca., desenvolvida para consumidores que procuram refeições mais saudáveis e leves, com predominância de vegetais e práticas para o dia a dia.

A nova gama integrou no seu lançamento cinco propostas de refeição, todas confecionados nas cozinhas do Pingo Doce, e é o resultado da colaboração entre o Chef Executivo da Companhia e uma nutricionista nacionalmente reconhecida.

As seis novas referências veganas e vegetarianas, como os Nuggets de Cogumelos ou o *kabanosy* (uma salsicha fumada de tofu), pertencem à gama Go Vege e são produzidas sem OGM, respeitando os critérios legalmente exigidos em matéria de alimentação vegana[142]. Em 2025, a Biedronka estendeu o Nutri-Score a mais 272 produtos, aumentando para 815 o total de artigos (mais 50% face a 2024) e manteve as 41 marcas selecionadas para categorização (incluindo seis para o mercado eslovaco).

[142] As alegações quanto à aptidão para consumo vegano devem responder a determinados critérios, designadamente: cumprir o Regulamento da Agricultura e Desenvolvimento Rural da UE quanto à rotulagem de alimentos, podendo ser apresentados como "alimento para vegans" ou "adequado a vegans" os produtos que não utilizam no seu processo de produção ingredientes de origem animal; ter boas práticas de produção, por forma a minimizar o potencial de contaminação cruzada de ingredientes não-vegetais; e não conter OGM.

A Biedronka lançou ainda a plataforma de comunicação “Biedronowe”, com o objetivo de destacar a inovação no seu sortido de Marca Própria.

Através da marca Hebe Naturals, a nossa Companhia dedicada a saúde e beleza lançou novos produtos veganos e também produtos contendo maioritariamente ingredientes naturais. Em 2025, a Hebe lançou 23 novos produtos cosméticos veganos (dos quais 3 da gama Hebe Naturals), elevando a sua gama vegana para 174 produtos. Foram lançadas três referências Hebe Naturals contendo pelo menos 92% de ingredientes naturais em peso líquido, elevando o portefólio total de produtos com essas características para 19[143].

O Pingo Doce e o Recheio lançaram 45 referências de Marca Própria que se destacam pelas suas características nutricionais e inovadoras, incluindo dez artigos Go Active para consumidores que preferem dietas ricas em proteína (como iogurtes e queijos *quark*, sem adição de açúcar) e duas farinhas lácteas Cuida Bebé sem adição de açúcar. O Nutri-Score estava presente em 866 artigos Pingo Doce (menos 1% do que em 2024) e em 270 artigos Recheio (mais 37%).

O Pingo Doce lançou também 23 refeições congeladas da Comida Fresca, desenvolvidas com receitas originais que garantem a qualidade e autenticidade, oferecendo uma solução mais prática.

No âmbito do contributo para a promoção da saúde através da alimentação, o Pingo Doce viu as tortitas de grão-de-bico serem eleitas "Produto do Ano Inovação" pelos Prémios Viver Saudável 2025, que distinguem a excelência na nutrição em Portugal. Esta distinção valida a resposta que a Companhia tem vindo a dar ao desafio nacional de aumentar o consumo de leguminosas.

Na Ara, destaque para o lançamento das bolsas Solei Kids com 100% de fruta e sem açúcar adicionado.

Reformulações

[ESRS S4-4]
[GRI 416-1]

A estratégia de reformulação nutricional que seguimos dá prioridade aos alimentos que:

- sejam sobretudo consumidos pelo público infantil;
- contenham quantidades elevadas de sal, açúcar, gordura, gordura saturada e/ou aditivos considerados supérfluos;
- sejam muito consumidos e, como tal, a sua reformulação possa ter um impacto materialmente positivo sobre a saúde pública;
- embora possam ser genericamente percecionados como saudáveis pelos consumidores, tenham um perfil nutricional que necessita de ser ajustado;
- contenham pouca quantidade de fibras, vitaminas e minerais;
- contenham ingredientes que possam causar alergias.

Em 2025, revimos as receitas de 62 produtos alimentares de Marca Própria. Estas reformulações evitaram o consumo de 320 toneladas de açúcar, 275 de gorduras e 39 de sal.

[143] Não incluído nas tabelas acima.

Reformulações Nutricionais					
	Biedronka	Pingo Doce	Recheio	Ara	Total
Número de produtos reformulados*	**15**	**13**	**7**	**27**	**62**
Sal (referências)	10	4	3	15	**32**
Açúcar (referências)	8	8	3	9	**28**
Gordura (referências)	4	2	2	8	**16**
Gordura saturada (referências)	6	3	2	14	**25**
Quantidades evitadas (toneladas)***					
Sal	23,4	1,2	0,9	13,6	**39,0**
Açúcar	75,2	178,7	8,1	58,3	**320,4**
Gordura	42,5	11,9	2,6	20,3	**77,3**
Gordura saturada	161,0	5,5	0,3	30,9	**197,7**

* Um produto pode ter a sua receita revista relativamente a mais do que um ingrediente: o método de contagem única de produtos, e não de referências, é feito com o propósito de fornecer transparência sobre o número de intervenções.
** A quantidade de toneladas removidas é obtida através do seguinte método de cálculo: quantidades dos ingredientes presentes nas receitas das referências abrangidas multiplicadas pelo número de unidades das referências em questão vendidas no ano. Na Biedronka e na Ara a multiplicação é feita pelo número de unidades das referências compradas, dada a existência de vários fornecedores para um mesmo produto.

Na Polónia, a redução mais expressiva aconteceu no teor de açúcar de uma referência de granola Vitanella e de batatas-fritas com paprika (retirou-se 97% deste ingrediente, evitando-se o consumo de 5,5 toneladas). Em duas referências de *pierogi* (bolinhos de massa recheados, muito tradicionais no país) foram reduzidos os teores de todos os componentes (menos 20,6 toneladas de açúcar, menos 18 toneladas de gorduras e menos 3 toneladas de sal). A gordura saturada foi o ingrediente com a maior quantidade evitada no mercado (161 toneladas) e a remoção de sal foi implementada no maior número de referências (10).

No Pingo Doce, a recomendação da Direção-Geral da Saúde portuguesa sobre o reforço da utilização de sal iodado – para prevenir a carência de iodo (especialmente em grupos vulneráveis como as grávidas e as crianças até aos dois anos de idade) – foi estendida a todas refeições servidas nos restaurantes Comida Fresca. Esta medida já tinha sido implementada nas receitas de todas as sopas em 2024.

A eliminação do óleo de palma da receita de uma referência de bolachas shortcake contribuiu para a redução de 76% das gorduras saturadas nesse produto (menos 4,6 toneladas). Este processo foi ainda complementado por uma ligeira redução de açúcar neste produto (menos 5%), muito consumido por crianças e jovens. Em duas referências de molho de alho Pingo Doce e Masterchef, houve uma redução dos teores de açúcar (menos 68%), gordura (menos 26%), gordura saturada (menos 11%) e sal (menos 13%), num total de 16,2 toneladas evitadas. O açúcar foi o ingrediente eliminado com maior expressividade, tanto no número de referências intervencionadas como no total de toneladas evitadas (quase 179).

O açúcar foi o ingrediente eliminado em maior quantidade, quer no Pingo Doce, quer no Recheio. No caso do Recheio, uma das reduções mais significativa (menos 63%) verificou-se na eliminação de açúcar do sumo com gás Amanhecer na variedade de ananás, e que levou a que menos 7 toneladas de açúcar fossem colocadas no mercado. O sal e o açúcar do molho de assado Masterchef foram reduzidos em 25% e 15%, respetivamente, tendo também sido removido o intensificador de sabor glutamato monossódico.

A Ara reformulou 27 produtos de Marca Própria, com especial destaque para *snacks* (como frutos secos com coberturas e barras de cereais), bolachas e *arepas* (tortilhas típicas da gastronomia colombiana). O açúcar foi o ingrediente com mais toneladas retiradas (com reduções a chegar aos 56%), enquanto a eliminação de sal e gorduras saturadas impactou um maior número de produtos.

Para além das reformulações nutricionais focadas em sal, açúcar e gorduras, o Grupo assumiu um conjunto de compromissos relacionados com a eliminação e redução de outros ingredientes prejudiciais à saúde dos consumidores nos seus artigos de Marca Própria[144].

Entre eles, destaca-se a substituição por cereais integrais como principal ingrediente em 100% dos cereais de pequeno-almoço para as Companhias em Portugal e na Polónia. A escolha destes produtos tem benefícios nutricionais para os consumidores, podendo os cereais integrais conter mais nutrientes do que os refinados, incluindo mais fibras. O Pingo Doce e o Recheio atingiram este objetivo ainda em 2024, dois anos antes do prazo que estabelecemos, tendo o progresso da Biedronka sido mantido nos 92% dos 48 produtos elegíveis. Este é um processo de trabalho intensivo com os nossos fornecedores para rever receitas, especificamente para utilizar cereais integrais (trigo, aveia, cevada, centeio e arroz) como principal ingrediente.

A Ara removeu corantes artificiais e retirou alguns ingredientes cuja origem não é permitida pelas nossas *guidelines* em quatro produtos de Marca Própria e em cinco produtos de padaria e *takeaway*. Na Biedronka, o compromisso de *clean labelling* continuou a ser reforçado em 2025, com a remoção em 14 produtos contendo espessantes supérfluos, como goma guar, goma xantana e farinha de sementes de alfarroba, aroma de fumo e edulcorantes.

Ingredientes, produtos e embalagens certificados

[ESRS S4-4]
[GRI 417-1]

Uma das ações promovidas para reforçar a sustentabilidade ao longo da cadeia de valor é a adoção de certificações reconhecidas em produtos e embalagens de Marca Própria e perecíveis. Estas certificações, geridas por entidades externas e independentes, asseguram a implementação de boas práticas ambientais, garantindo que não ocorre desflorestação nem conversão de ecossistemas de Alto Valor de Conservação, e que os processos de produção cumprem padrões rigorosos de prevenção e mitigação da poluição. Para além da componente ambiental, estas certificações integram critérios sociais exigentes, assegurando o respeito pelos direitos humanos, nomeadamente a inexistência de trabalho infantil ou forçado, e promovendo uma remuneração justa dos produtores ao longo da cadeia de abastecimento.

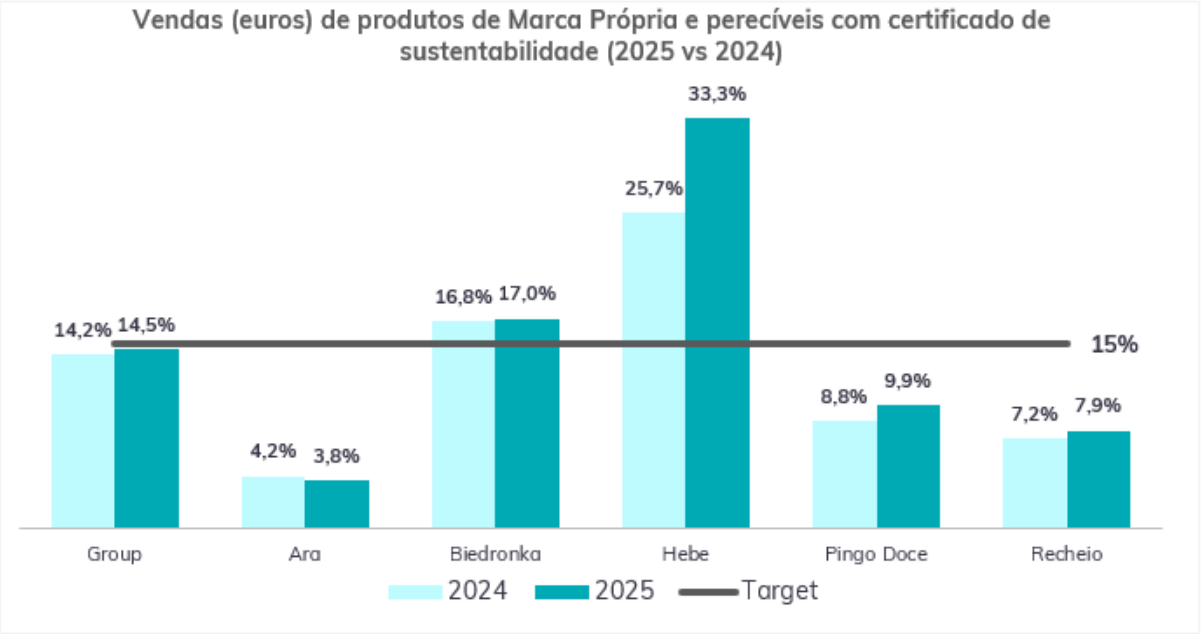
Entre as ações promovidas destaca-se o compromisso em comunicar de forma clara ao consumidor as características de sustentabilidade dos produtos. Assim, valoriza-se a presença da simbologia específica de cada certificação no ponto de venda, permitindo que os clientes identifiquem facilmente os atributos que distinguem estes produtos de outros aparentemente semelhantes.

Em 2024, foi estabelecido um compromisso para o triénio 2024–2026: “aumentar as vendas (em euros) de produtos e/ou embalagens de Marca Própria e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para, pelo menos, 15% do total de vendas (em euros) dessas categorias até 2026”.

Ao longo de 2025, foi reforçado o trabalho para assegurar o cumprimento deste compromisso, registando-se um aumento de 0,3 p.p. face a 2024. Este progresso traduz-se em 14,5% das vendas de produtos e/ou embalagens com certificação de sustentabilidade em 2025.

Em paralelo, verificou-se um crescimento no número de referências certificadas, que totalizaram 2.464 em 2025, representando um aumento de 31% comparativamente a 2024.

[144] Para mais informação, consultar subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, neste capítulo.



A maior incidência de certificação reside em:

- fibras de papel e madeira provenientes de florestas geridas de forma sustentável, sendo a FSC® e PEFC as mais comuns;
- OEKO-TEX Made in Green para produtos têxteis que garante a implementação das melhores práticas sociais e ambientais;
- Certificação biológica de produtos alimentares;
- Rainforest Alliance, aplicável a matérias-primas agrícolas.

Para alcançar o objetivo de 15%, continuaremos a promover a adoção de práticas de sustentabilidade junto dos nossos fornecedores atuais e a identificar novos parceiros que já cumpram estes requisitos. Em paralelo, garantimos que a maioria dos consumidores tem acesso a produtos com estas características, contribuindo para a sua democratização. Em 2025, lançámos 684 produtos com certificação de sustentabilidade, resultado do esforço contínuo de identificação de fornecedores comprometidos com estes critérios e do trabalho conjunto para garantir o seu cumprimento.

Este compromisso com a sustentabilidade não se limita à certificação de produtos: estende-se também à promoção da circularidade e à extensão do ciclo de vida dos artigos que comercializamos. Como parte dos compromissos da Biedronka para o período 2024-2026, assegurámos, em novecategorias de produtos elétricos e não elétricos não alimentares, o prolongamento da garantia para três anos. Dos 580 produtos abrangidos, 539 já beneficiam desta garantia alargada, representando 93% do âmbito do compromisso.

Esta iniciativa reforça a confiança dos consumidores e está alinhada com os nossos esforços para reduzir o impacto ambiental, mantendo os produtos em utilização por períodos mais longos. Para além da extensão das garantias, continuamos a desenvolver ações que promovem a circularidade, incluindo parcerias para reciclagem responsável e campanhas de sensibilização para uma utilização mais sustentável dos produtos. Em conjunto, estas medidas consolidam o nosso compromisso com a economia circular e com um modelo de retalho mais responsável. Mais informações sobre estas iniciativas podem ser consultadas no subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, deste capítulo.

Produtos a preços acessíveis

Em 2025, tal como nos últimos anos, o contexto económico global continuou a ser marcado por tensões geopolíticas, pelos efeitos sociais da inflação e do consequente aumento do custo de vida, pelo agravamento dos custos de produção e por uma forte dinâmica concorrencial[145], resultando em

[145] Para informações mais detalhadas sobre o contexto global e o respetivo impacto nas Companhias, bem como sobre as ações específicas para salvaguardar o poder de compra dos consumidores através de preços justos e acessíveis, consulte o capítulo 2 “Relatório de Gestão”, subcapítulo 2.1. “Enquadramento de 2025”.

consumidores mais exigentes e cautelosos nas suas decisões de compra. Perante estes fatores, a necessidade de priorizar as promoções em produtos essenciais tornou-se evidente e motivou as nossas Companhias a adaptarem-se, sem perderem a resiliência nem falharem a sua promessa: promover o acesso dos consumidores a produtos de qualidade, seguros e inovadores, bem como criar oportunidades de poupança significativas para as famílias.

Para garantir a solidez da nossa oferta e para prevenir e atenuar o impacto do contexto socioeconómico no poder de compra dos consumidores, implementámos medidas em todas as nossas insígnias que incluem estudos sobre os contextos socioeconómicos, a satisfação dos consumidores, a concorrência, as vendas e a consequente gestão de categorias, permitindo-nos ajustar o sortido de produtos para que as nossas marcas se mantenham atrativas, acessíveis, de elevada qualidade e seguras[146]. Apresentamos uma explicação detalhada da estratégia adotada por cada uma das Companhias no capítulo 2. "Relatório de Gestão", subcapítulo 2.3. "Desempenho das áreas de negócio" deste relatório.

Para além das práticas que utilizamos para conhecer os nossos consumidores, bem como dos procedimentos que mantemos na relação com fornecedores e na promoção da melhoria contínua do nosso sortido, implementamos diversas ações direcionadas a quem visita as nossas lojas.

Iniciativas de mercado

Biedronka Polónia

Para assinalar o 30.º aniversário da Biedronka, celebrado em 2025, a Companhia desenvolveu várias iniciativas ao longo do ano, com o objetivo de reforçar a acessibilidade de preço – mantendo a estratégia de *everyday low price* – a notoriedade da marca e a confiança dos clientes relativamente à inovação dos produtos e serviços. Estas ações resultaram no aumento das vendas e da quota de mercado, e na consolidação da importância das marcas próprias nos cabazes alimentares. Algumas das iniciativas desenvolvidas incluem:

- Promoção Biedronki Niskie Ceny (Preços Baixos da Biedronka) – ação que reforçou os preços baixos pela redução, ao longo do ano, do preço de produtos.
- App Moja Biedronka (A Minha Biedronka) – foram implementadas melhorias na experiência, com atualizações mensais, novas funcionalidades e otimizações, e foi lançada uma campanha na qual os consumidores poderiam ganhar 30% de desconto nos seus produtos preferidos e 30 produtos populares sofreram uma redução de preço – ações que contribuíram para que a app atingisse os mais de 16 milhões de utilizadores.
- Investimento no aumento de escala – foram inauguradas mais de 180 novas lojas, remodeladas 200 lojas, e implementados balcões de carne e charcutaria atingindo, no fim do ano, as mais de 1.500 lojas. Além disso, foi construído um centro de distribuição, totalizando assim 18, e iniciou-se a construção de uma unidade logística automatizada.
- Parceria com a Uber Eats – para alcançar jovens, famílias, pessoas idosas e com mobilidade reduzida e consumidores com menos tempo disponível, foi reforçada a aposta na entrega conveniente e rápida de produtos alimentares a preços de loja.
- Campanhas – foram lançadas 46 campanhas promocionais e 238 folhetos.

Biedronka Eslováquia

- Expansão para a Eslováquia – a Biedronka iniciou operações neste país em março de 2025, tendo terminado o ano com 15 lojas, oferecendo formatos urbanos e rurais, e um centro de distribuição.
- Estratégia consistente – a premissa "preços baixos todos os dias" manteve-se, com aposta na Marca Própria e nos produtos frescos, alinhando as preferências e necessidades dos consumidores locais.

[146] Para informações mais detalhadas, consulte o capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", no ponto "Relação com os consumidores", subponto "Conhecer os consumidores". A informação sobre a relação com fornecedores também pode ser encontrada no subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", nas secções 5.1. "As nossas políticas sobre conduta empresarial" e 5.2. "Conduta empresarial", subsecções 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores" e 5.2.3. "Relação com fornecedores locais". A informação sobre os procedimentos de qualidade e segurança de produtos e melhoria contínua da nossa oferta e inovação, pode ser encontrada, respetivamente, no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais".

- Adaptação local – as campanhas implementadas incluíram elementos visuais locais, com o objetivo de reforçar a confiança e a proximidade junto do consumidor.

Pingo Doce

- Dias de Poupança Máxima – o Pingo Doce celebrou o seu 45.º aniversário com uma campanha especial, sob o mote "45 anos a trazer poupança".
- App "O Meu Pingo Doce" – ao longo do ano, foram lançadas vantagens exclusivas e personalizadas, bem como campanhas em parceria com diversos setores, incluindo combustíveis, material escolar e viagens, consolidando-se como uma ferramenta essencial de poupança para os clientes do Pingo Doce.
- Loja Online – o lançamento do Pingo Doce Online simplificou a experiência de compra, permitindo conveniência de entrega, em casa ou na loja, disponibilizando as mesmas promoções e benefícios a que os consumidores têm acesso nas lojas físicas.
- Restaurantes Comida Fresca – foram inaugurados novos restaurantes Comida Fresca, alargando a rede para 256, com a oferta de uma gama variada e completa de refeições prontas a preços acessíveis.
- Campanhas – foram lançadas 81 campanhas promocionais ao longo do ano (mais 27 face a 2024), complementadas por 160 folhetos. Destaque para a campanha "100/40", desenvolvida em parceria com a BP, na qual para compras acima dos 100 euros eram devolvidos 40 euros em saldo no cartão Poupa Mais para serem utilizados de forma equitativa em combustível e numa nova compra no Pingo Doce. Esta ação aumentou o poder de compra real dos consumidores.
- Prémio "Marca Recomendada 2025" – atribuído pelo terceiro ano consecutivo, este prémio destaca a proximidade entre marcas e consumidores, sobretudo as relações assentes na confiança e transparência.

Ara

- Lançamento da app – para potenciar a experiência digital, comunicar lançamentos e promover a poupança diária dos consumidores, a Ara lançou a sua app, na qual é possível consultar novidades, localizar lojas e planear as compras. A funcionalidade "!Sacúdela que tienes Promo!" é a mais relevante, oferecendo descontos exclusivos quando os utilizadores agitam o telemóvel. No final do ano, a app tinha registado mais de 850 mil downloads.
- Promoções semanais e preços baixos todos os dias – destacam-se as maratonas de descontos diários de produtos selecionados "Super Hits" e as campanhas "Superprecio", "Raspa y renueva tu cocina". Em junho, foi ainda lançada a promoção especial de aniversário "Button of Joy", com descontos até 50%.
- "Aguinaldo Naranja" – ofereceram-se descontos exclusivos de 30% em categorias específicas, de forma diária e durante cinco semanas.
- Campanhas mensais – foram lançadas iniciativas como a "Maratón de Descuentos", que destacava de forma alternada categorias prioritárias para os consumidores colombianos, como produtos lácteos, artigos não-alimentares, de higiene pessoal e higiene do lar.
- Investimentos nas infraestruturas – a abertura de 225 novas lojas (incluindo a integração de 71 da insígnia Colsubsidio), a remodelação de 27 e um novo centro de distribuição melhoraram a proximidade e a qualidade do serviço ao cliente.
- Campanhas – lançadas 67 campanhas promocionais e 102 folhetos ao longo do ano.

Recheio

- Lançamento da aplicação móvel Recheio – com o objetivo de estabelecer um canal direto com os clientes e uma experiência de compra mais integrada, tanto em loja como online, a nova app permite, entre outras funcionalidades, consultar o histórico de encomendas, fazer a gestão de faturas e de pagamentos.
- Gestão de parcerias – o website do Recheio passou a permitir a centralização e simplificação da relação com os atuais e futuros parceiros Amanhecer (em 2025 contava com mais de 750 lojas).
- Concurso "Sacão da Sorte" Amanhecer – apoio à comunicação dos parceiros Amanhecer com os seus clientes, para promover a fidelização e a notoriedade, reforçando os valores de qualidade, preço e confiança que caracterizam a rede.

- Campanhas – ao longo do ano, foram lançadas 33 campanhas promocionais e 102 folhetos (incluindo as lojas de parceiros Amanhecer).
- HoReCa Lab – um projeto-piloto que aposta na cocriação de valor em estreita colaboração com os clientes profissionais para reforçar a proximidade ao setor e o posicionamento do Recheio como especialista no canal HoReCa.
- "Criação de Site" – nova funcionalidade disponível na iniciativa "Boost Your Business" para facilitar a presença digital dos clientes do Recheio.
- Prémio "Escolha dos Profissionais" – reconhecimento atribuído pelos profissionais que trabalham com a marca e que valorizam qualidade, confiança, satisfação do cliente, inovação e relação qualidade/preço. Este prémio é ganho consecutivamente há uma década.

Hebe

- "My Hebe" – lançada uma nova edição do programa de fidelização, que permite trocar pontos por descontos e promoções, com o objetivo de aumentar o envolvimento com os utilizadores e a frequência de compra. No final do ano, o programa "My Hebe" registava 4,2 milhões de cartões de fidelização ativos.
- Campanhas – lançados 111 folhetos promocionais, magazines e catálogos na Polónia, Chéquia e Eslováquia.
- Prémios – primeiro lugar na categoria "Beleza" nos prémios Escolha do Consumidor 2025, na Polónia, e a distinção anual "Gwiazda Jakości Obsługi 2025" (Estrela do Serviço de Qualidade) pelo Programa Polaco da Qualidade de Serviço.

A eficácia das ações que implementamos é avaliada através da análise permanente do nosso desempenho de vendas, entre outras variáveis, e também através de estudos que comparam os nossos preços e sortido com os dos nossos concorrentes, garantindo o cumprimento da missão que estabelecemos de democratizar o acesso a produtos de elevada qualidade a preços acessíveis. Este propósito é alcançado através da nossa estratégia, que procura:

- privilegiar economias de escala, com vista a criar valor tanto para a nossa atividade como para os consumidores;
- garantir a qualidade, segurança e sabor dos produtos, ao melhor preço;
- criar uma experiência de venda impactante e um sentimento de pertença junto dos consumidores;
- garantir que a publicidade impacta os nossos consumidores e é relevante para as suas necessidades e expectativas;
- angariar novos clientes, reter os atuais e recuperar clientes perdidos;
- melhorar continuamente os nossos produtos e serviços, com o objetivo de manter, e em alguns casos conquistar, a liderança de mercado.

Compromissos

[ESRS 2 MDR-T, ESRS S4-5]

Os compromissos e objetivos do Grupo relacionados com os consumidores e utilizadores finais.

4.2.4. Trabalhadores na cadeia de valor

NON-MATERIAL

Gestão laboral responsável na cadeia de valor

[ESRS 2 S2-2; ESRS 2 S2-3; ESRS 2 S2-4]
[GRI 414-1; GRI 414-2]

Auditorias sociais

Através do nosso programa de auditorias sociais, conduzidas por auditores membros da Association of Professional Social Compliance Auditors (APSCA)[147], avaliamos os nossos fornecedores de perecíveis e de Marcas Próprias dos sectores de produção primária, operações no mar e indústria transformadora, quanto à prevenção e mitigação de atuais e potenciais riscos de violação de direitos humanos e laborais.

A realização destas auditorias, efetuadas sempre numa lógica de cooperação com os nossos fornecedores, permite-lhes um acompanhamento especializado nas temáticas sociais e laborais, ficando mais bem preparados para os deveres de diligência (*due diligence*) nas suas operações e junto dos seus próprios fornecedores. Desta forma, estão também mais capacitados para prevenir e mitigar riscos, alavancando ainda o seu potencial de expansão para países com requisitos laborais exigentes.

Em 2025 foram executadas 64 auditorias, mais do triplo em comparação com 2024. Os resultados encontram-se detalhados no subcapítulo 5. "Governo", secção 5.2 "Conduta Empresarial", subsecção 5.2.1 "Seleção e monitorização de fornecedores", deste capítulo.

A seleção dos fornecedores objeto de auditoria social, bem como os critérios avaliados, nomeadamente a equivalência a sistemas de certificação verificados por uma entidade externa, estão descritos no subcapítulo 5. "Informações sobre a Governação", secção 5.2 "Conduta Empresarial", subsecção 5.2.1 "Seleção e acompanhamento de fornecedores" no ponto "Auditorias Sociais", deste capítulo.

No sentido de prevenir e mitigar potenciais riscos de violação de direitos humanos e laborais, as auditorias preveem um contacto com os trabalhadores na cadeia de valor. Para além da verificação de documentos disponibilizados pela gestão e da vistoria ao local, são realizadas entrevistas aos trabalhadores da cadeia de valor, por forma a triangular informação e descartar dúvidas ou suspeitas eventualmente suscitadas durante a visita ao local. Existem duas modalidades de entrevista aos trabalhadores – individual e em grupo – e a seleção dá prioridade a:

- grupos considerados potencialmente vulneráveis (*i.e.*, faixas etárias jovens e mais velhas, trabalhadores migrantes, trabalhadores com contratos temporários, grávidas e pessoas de regresso de baixa médica);
- trabalhadores observados durante a visita em possíveis situações de risco;
- trabalhadores pertencentes às médias gerais de idade e género da empresa como forma de representação da maior parte da mão-de-obra empregue pelo fornecedor.

Durante a entrevista ao trabalhador, são frequentemente abordados temas relacionados com a existência ou utilização de equipamento de proteção individual, a compreensão das cláusulas constantes no respetivo contrato de trabalho ou o pagamento de horas extraordinárias. A entrevista decorre sempre observando os princípios da confidencialidade e da não-retaliação.
Durante as auditorias executadas em 2025, foram entrevistados mais de 1.300 trabalhadores dos nossos parceiros.

Ao mesmo tempo, disponibilizamos a estes trabalhadores canais de comunicação, como os da Comissão de Ética e os previstos na nossa Política de Comunicação de Irregularidades. Uma descrição pormenorizada destes canais pode ser encontrada no subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação", deste capítulo.

No âmbito das auditorias sociais foram promovidas quatro formações em 2025, abrangendo mais de 100 participantes, que compreenderam:

- um enquadramento sobre os direitos humanos e os dos trabalhadores;

[147] A Association of Professional Social Compliance Auditors (APSCA) é o organismo de *standards* profissionais para auditores independentes de conformidade social que, através da integração de um quadro de competências obrigatórias para os auditores, visa promover a consistência e credibilidade das auditorias sociais. Para saber mais, consulte o website da APSCA.

- uma análise do contexto político e regulatório no mundo, em particular na Europa, com destaque para as questões de índole social, que irão impactar o Grupo e a sua cadeia de valor;
- as nossas políticas e códigos que fixam requisitos sociais aos nossos fornecedores;
- os mecanismos de reporte de irregularidades que temos disponíveis para os fornecedores e os trabalhadores na cadeia de valor;
- os critérios e os procedimentos das auditorias sociais.

Acreditamos que, desta forma, estamos a contribuir para o compromisso de erradicar o trabalho forçado nas cadeias de abastecimento e de promover condições de trabalho dignas, em linha com as normas da Organização Internacional do Trabalho e com os princípios prioritários do sector definidos pelo The Consumer Goods Forum, segundo os quais "todos os trabalhadores devem ter liberdade de movimento, nenhum trabalhador deve ter de pagar para trabalhar, e nenhum trabalhador deve endividar-se para trabalhar ou ser coagido a tal"[148].

Auditorias de qualidade e segurança a fornecedores

As auditorias de qualidade e segurança de produto que realizamos também avaliam aspetos de natureza laboral, como condições de higiene e segurança no trabalho, formação, utilização de vestuário adequado, equipamentos de lavagem de mãos e regras de conduta e de higiene pessoal.

A nossa Política de Compras Sustentáveis e o nosso Código de Conduta preveem a possibilidade de cessarmos, de forma imediata, as relações comerciais com fornecedores sempre que tomemos conhecimento de que estes, ou os seus fornecedores, desenvolvem práticas de violação dos direitos humanos, da criança e/ou dos trabalhadores, ou que não incorporam preocupações éticas na sua atuação.

Estes processos de auditoria estão descritos com maior detalhe no subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1 "Seleção e acompanhamento de fornecedores" no ponto "Auditorias de qualidade e segurança alimentar", neste capítulo.

Certificações de sustentabilidade

NON-MATERIAL

Como complemento às iniciativas desenvolvidas junto dos nossos fornecedores, incentivamos os nossos fornecedores a obterem certificações de sustentabilidade baseadas em requisitos ambientais e/ou sociais verificados por entidades externas. Contando com auditores especializados, a adoção de um esquema de certificação assegura que foram implementadas boas práticas sociais ao longo das cadeias de valor dos nossos produtos de Marca Própria e de perecíveis, como o respeito pelos direitos humanos (confirmando a inexistência de trabalho infantil ou trabalho forçado) e o pagamento justo ao produtor, tornando-se assim mecanismos de prevenção de impactos materiais negativos nos trabalhadores da cadeia de valor.

Destacamos, entre outras, a componente social e laboral que está implícita nas certificações RSPO (Roundtable on Sustainable Palm Oil) do óleo de palma e RTRS (Round Table on Responsible Soy) da soja. A certificação RSPO estabelece critérios sociais a observar na produção de óleo de palma, tais como[149]:
respeito pelos direitos humanos e pelos defensores de direitos humanos;

- existência de um sistema mutuamente acordado entre Jerónimo Martins e o fornecedor para receber denúncias das partes interessadas;
- proibição de trabalho forçado, trabalho infantil, qualquer forma de discriminação, assédio ou abuso no local de trabalho;
- respeito pelo direito à liberdade de associação e à negociação coletiva;
- condições contratuais de acordo com, pelo menos, uma remuneração mínima legalmente exigida ou uma remuneração suficiente para assegurar uma subsistência digna.

Na verificação de critérios sociais na produção de soja, a certificação RTRS prevê[150]:

[148] Os Princípios Prioritários do Sector (Priority Industry Principles, na língua inglesa), estabelecidos em 2016, têm por objetivo prevenir o surgimento de práticas que possam evoluir para trabalho forçado, definindo condições mínimas, promovendo uma diligência (*due diligence*) antecipada e fortalecendo a capacidade das empresas para mitigar riscos sociais nas suas cadeias globais. Para saber mais, consulte o website do The Consumer Goods Forum.
[149] Para saber mais sobre os critérios RSPO, consulte o site da organização www.rspo.org.
[150] Para saber mais sobre os critérios RTRS, consulte o site da organização responsiblesoy.org.

- proibição de trabalho forçado, tráfico humano, trabalho infantil, discriminação, assédio ou abuso no local de trabalho;
- remuneração justa e igualdade de oportunidades;
- existência de um canal efetivo para reportar queixas/abusos;
- respeito pelas leis do trabalho: acordos sindicais e contratos diretos de trabalho que especificam os pagamentos e condições de emprego – como salários e benefícios, e número de horas trabalhadas – disponíveis nas línguas compreendidas pelos trabalhadores;
- existência de procedimentos, instrumentos e formação a colaboradores relativos a saúde e segurança no trabalho;
- respeito pelo direito à liberdade de associação e à negociação coletiva.

A presença de símbolos específicos RSPO e RTRS nas embalagens ajuda também os consumidores a identificar que esses produtos são feitos de forma responsável, pelo que são ferramentas de comunicação que sensibilizam para a escolha de produtos certificados.

O óleo de palma utilizado como ingrediente nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis em Portugal e na Polónia é 100% certificado de acordo com os critérios RSPO. Também o fazemos para a certificação RTRS ou Proterra para a matéria-prima soja, presente, na sua maior parte, na alimentação dada aos animais, e que, pela sua presença indireta, não é comunicada no ponto de venda.

A informação sobre as certificações RSPO e RTRS na nossa cadeia de abastecimento é detalhada no subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Combate à desflorestação”, deste capítulo.

Mais informação sobre certificações de sustentabilidade pode ser encontrada no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”, deste capítulo.

5. Informações sobre a Governação

5.1. As nossas políticas sobre conduta empresarial

[ESRS 2 GOV-1; ESRS 2 MDR-P; ESRS G1-1]
[GRI 2-16; GRI 2-23; GRI 2-24: GRI 2-25; GRI 2-26]

A relação de confiança que procuramos estabelecer com os nossos fornecedores e prestadores de serviços garante-nos, diariamente, o acesso a produtos de qualidade a preços acessíveis. Trabalhamos para manter parcerias sólidas, assentes em critérios rigorosos e transparentes de seleção e monitorização, e pautamos a nossa atuação por princípios de honestidade, rigor e integridade empresarial, que definem a forma como construímos e mantemos relações responsáveis ao longo da cadeia de valor. Estes princípios são suportados pelas seguintes políticas e procedimentos, disponíveis para consulta no nosso website corporativo:

- Código de Conduta
- Política Anticorrupção
- Política de Comunicação de Irregularidades
- Política de Compras Sustentáveis
- Código de Conduta de Fornecedores

Temos tolerância zero perante práticas de corrupção ou fraude, atuando de forma firme em face de qualquer violação do nosso Código de Conduta, da Política Anticorrupção ou das normas aplicáveis nos países onde desenvolvemos atividade. Uma descrição detalhada destas políticas encontra-se no subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas”.

O quadro seguinte apresenta a correspondência entre os requisitos específicos de divulgação de conduta empresarial, como definidos nas Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS, na sigla inglesa), e as secções deste relatório nas quais se encontra informação mais detalhada.

Requisito de divulgação	Secção do Relatório
Descrição do papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão.	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.2. “Governo e estratégia”.
Descrição das nossas políticas de conduta empresarial.	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.6. “As nossas políticas”.
Mecanismos e procedimentos de controlo aplicáveis à comunicação de irregularidades e às transações com partes relacionadas.	Capítulo 4 “Governo da Sociedade”, secção C “Organização Interna”, subsecção II “Comunicação de Irregularidades”, e secção E “Transações com Partes Relacionadas”.
Mecanismos implementados para facilitar a comunicação pelas partes interessadas internas e externas, e a resolução de potenciais impactos negativos decorrentes das nossas atividades.	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.3. “Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação”.

Requisito de divulgação	Secção do Relatório
Política, ações e metas do bem-estar animal.	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Bem-estar animal".
Exposição de reclamações apresentadas pelos colaboradores através da Comissão de Ética, dos Núcleos de Ética, das Comissões Locais e do Serviço de Apoio ao Colaborador na gestão de questões laborais.	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação", no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", e subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor".
Diligência devida em matéria de prevenção e eventual correção de riscos relacionados com os direitos humanos e laborais.	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas".
Responsabilidades e operação das áreas funcionais responsáveis pela gestão da conduta empresarial e outros aspetos relevantes para a continuidade do negócio, como a identificação de riscos.	Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade" e no canal "Investidor" do website corporativo do Grupo.
Formação dentro da organização em conduta empresarial.	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade".

5.2. Conduta empresarial

[GRI 2-6; GRI 3-3; GRI 308-1; GRI 308-2; GRI 407-1; GRI 408-1; GRI 409-1; GRI 412-3; GRI 414-1; GRI 414-2; GRI 416-1]

A construção de parcerias sólidas é essencial para uma gestão eficiente e resiliente da cadeia de valor. À medida que o nosso sector enfrenta novos desafios, torna-se cada vez mais evidente que a robustez das relações com os nossos fornecedores é determinante para garantir a continuidade, a qualidade e a segurança da oferta que disponibilizamos diariamente aos milhões de consumidores que escolhem as nossas lojas.

Privilegiamos relações comerciais assentes em princípios éticos, sociais e ambientais[151], mitigando assim os riscos associados à qualidade e à disponibilidade dos produtos, bem como à fragilidade financeira nos vários elos da cadeia de abastecimento. Da mesma forma, reduzimos a probabilidade de práticas negociais desalinhadas com os nossos padrões de conduta.

A nossa abordagem considera o fornecedor como um parceiro estratégico. Ao fortalecer estas parcerias e garantir que estão conformes com os nossos princípios de sustentabilidade, contribuímos também para objetivos globais mais amplos. O nosso compromisso com a Agenda 2030 das Nações Unidas traduz-se na promoção de cadeias de abastecimento mais responsáveis.

5.2.1. Seleção e acompanhamento de fornecedores

MATERIAL

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M; ESRS G1-2]

As relações que estabelecemos com os nossos fornecedores assentam na partilha e no cumprimento dos princípios definidos nas nossas políticas de conduta empresarial e de responsabilidade corporativa[152], nos cadernos de encargos acordados, e nos contratos comerciais, onde estão definidas as responsabilidades das partes, incluindo aspetos como segurança alimentar, qualidade e reputação da marca. Para

[151] Estes princípios constam da Política de Compras Sustentáveis do Grupo Jerónimo Martins, do Código de Conduta de Fornecedores, do Código de Conduta e da Política Anticorrupção, disponíveis para consulta no nosso website.
[152] As políticas de Sustentabilidade do Grupo, nomeadamente a Política Nutricional, a Política de Qualidade e Segurança de Produto, a Política Ambiental, a Política de Compras Sustentáveis e o Código de Conduta de Fornecedores, estão disponíveis para consulta no nosso website.

promovermos e zelarmos pelo seu cumprimento, recorremos a auditorias de seleção e a auditorias regulares aos fornecedores de perecíveis e Marca Própria.

As auditorias de seleção asseguram que os potenciais fornecedores cumprem os requisitos mínimos para se estabelecer uma relação comercial. Os que não cumprem estes critérios são excluídos e recebem informações sobre os aspetos a melhorar com vista a possíveis oportunidades no futuro.
As auditorias regulares permitem avaliar a gestão e a implementação dos processos, monitorizar a observância de fórmulas e especificações dos produtos e prevenir – e mitigar – potenciais riscos relacionados com qualidade e segurança alimentar, impactes ambientais e direitos humanos e laborais.

Quando um fornecedor não cumpre os requisitos, é acordado um plano de ação corretiva cujo progresso é monitorizado. Em caso de incumprimento ou falta de disponibilidade para implementação do plano, podem ser adotadas medidas com graus diferentes de severidade, incluindo a suspensão das encomendas até haver confirmação de que as não-conformidades detetadas estão corrigidas ou mesmo a cessação da relação comercial. Em casos de incumprimento considerados graves, a suspensão é imediata de modo a assegurar a segurança dos nossos consumidores e a credibilidade das nossas insígnias.

Realizamos três tipos de auditorias:
- Qualidade e segurança alimentar (incluem critérios de *food defense* e de bem-estar animal. Este último ponto é assegurado nos perecíveis especializados nas categorias de carne, pescado de aquacultura e ovos).
- Ambientais (abrangendo também prestadores de serviço).
- Sociais.

Auditorias de qualidade e segurança alimentar

Realizamos auditorias de qualidade e segurança alimentar aos fornecedores de perecíveis e Marca Própria, tanto na seleção de novos fornecedores como na monitorização dos atuais. Estas auditorias avaliam aspetos como condições de higiene e segurança alimentar, rastreabilidade e aspetos laborais[153].

As auditorias de seleção a potenciais fornecedores são obrigatórias. Contudo, caso os potenciais fornecedores tenham certificações de segurança alimentar aprovadas pela Global Food Safety Initiative (GFSI)[154], a auditoria de seleção é dispensada. A exceção a esta equivalência aplica-se aos potenciais fornecedores de Marca Própria com avaliação de risco superior a “Baixo”, casos em que será conduzida uma auditoria presencial.

A frequência das auditorias de monitorização, no âmbito das quais são apresentados planos de ação aos fornecedores após a sua realização, depende do desempenho do fornecedor, considerando fatores como:
- nível de perecibilidade do produto e/ou o historial de avaliações do risco por fornecedor;
- resultados de controlos analíticos, rejeições e reclamações dos produtos fornecidos;
- resultados de auditorias anteriores;
- existência de certificações aprovados pela GFSI.

A análise destes fatores permite enquadrar os fornecedores nos níveis indicados de seguida:

[153] Os aspetos laborais correspondem a 10% da avaliação e estão relacionados com a qualidade e segurança dos produtos, sendo avaliados itens como condições de higiene e segurança no trabalho, formação, utilização de vestuário adequado, equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência de áreas sociais, vestiários e instalações sanitárias adequados para colaboradores.
[154] A Global Food Safety Initiative é uma coligação do The Consumer Goods Forum que avalia os sistemas de gestão de segurança alimentar com o objetivo de garantir um fornecimento de produtos seguros e de confiança para os consumidores. São reconhecidos por esta iniciativa esquemas como o British Retail Consortium (BRC), Global Good Agricultural Practices (Global G.A.P.), HACCP/Codex Alimentarius, International Featured Standards (IFS), Food Safety System Certification (FSSC) 22000 ou ISO 22000.

Marca Própria	Perecíveis especializados
• Básico: auditorias/visitas com uma periodicidade máxima de 6 meses. • Alto: auditorias/visitas, no mínimo, de 12 em 12 meses. • Excelente: intervalo entre auditorias pode chegar aos 24 meses.	• Avaliação <60%: auditorias/visitas com periodicidade máxima até 6 meses. • Avaliação entre 60% e 80%: auditorias/visitas com periodicidade máxima até 6 meses. • Alto (≥80%): auditorias/visitas são determinadas com base na necessidade de melhoria do fator que afetou a avaliação. • Sem necessidade de melhoria: visita/auditoria ao fim de 36 meses para reavaliação.

Auditorias de qualidade e segurança alimentar a fornecedores de perecíveis e de Marca Própria (alimentar e não-alimentar)*			
Polónia	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Perecíveis**	1.073	1.231	-12,8%
Marca Própria	439	467	-6,0%
Eslováquia	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Perecíveis**	45	n.a.	n.a.
Marca Própria	38	n.a.	n.a.
Portugal	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Perecíveis	824	924	-10,8%
Marca Própria	208	188	+10,6%
Colômbia	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Perecíveis	220	209	+5,3%
Marca Própria	260	245	+6,1%
Total	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Perecíveis**	2.162	2.364	-8,5%
Marca Própria	945	900	+5,0%

* As auditorias incluem os seguintes tipos: seleção e controlo/acompanhamento.
** Inclui auditorias *ad-hoc* e inspeções.

Em 2025, o número total de auditorias de qualidade e segurança alimentar a fornecedores diminuiu 5% face a 2024. Esta redução deveu-se ao menor número de pedidos de avaliação de novos fornecedores e aos bons resultados obtidos no ano anterior pelos fornecedores existentes, que permitiram diminuir a frequência das auditorias de acompanhamento.

Nas categorias de carne, pescado de aquacultura e ovos, as auditorias de qualidade e segurança alimentar também incluem critérios de bem-estar animal.

Na categoria de carne, as auditorias podem incidir tanto nas produções primárias como nos matadouros com as quais as nossas Companhias e respetivos fornecedores trabalham. São avaliados aspetos gerais adaptados às diferentes categorias de carne – com condições específicas para carne bovina, de aves, de suíno, de coelho e de borrego –, nomeadamente condições da exploração, alimentação, transporte e atordoamento. Estes critérios baseiam-se na legislação em vigor e avaliam a implementação de boas práticas ao longo de todo o processo produtivo.

Nas auditorias de pescado de aquacultura, são avaliados aspetos como as condições de maneio diário, a qualidade da água e a disponibilidade de oxigénio – fatores essenciais para reduzir o stress dos peixes e promover um desenvolvimento saudável. Também são analisados indicadores específicos de bem-estar – comportamento, apetite, taxas de crescimento e eventuais sinais de doença – que permitem identificar precocemente situações de desconforto ou risco sanitário. Durante as operações de transporte e abate, observam-se os métodos utilizados, desde o carregamento e descarga até às práticas de atordoamento, garantindo que o processo decorre de forma controlada e com o mínimo impacto no estado físico dos peixes.

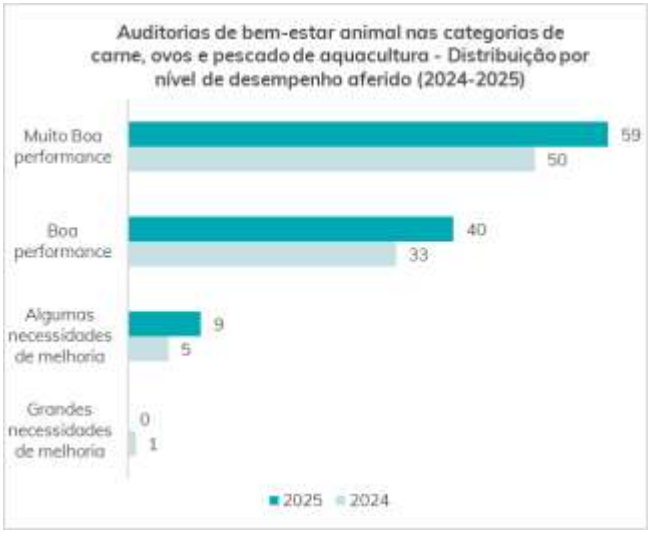
Nas auditorias realizadas às explorações dos fornecedores de ovos frescos que abastecem as operações da Biedronka na Polónia e na Eslováquia, são analisados critérios como as condições de alojamento, alimentação, liberdade de movimentos e acesso a água fresca – aspetos relevantes para o bem-estar das galinhas poedeiras. Também o Pingo Doce e Recheio avaliam critérios de bem-estar animal das galinhas poedeiras nos ovos frescos das suas Marcas Próprias. Na Ara não comercializamos ovos frescos de Marca Própria e, por este motivo, não realizamos estas auditorias.

As auditorias aos fornecedores diretos de peixe fresco de aquacultura são feitas de acordo com a *checklist* interna "Fish Welfare", que se baseia no referencial da norma de aquacultura da Global G.A.P. e na legislação em vigor. No Pingo Doce e no Recheio, 100% do pescado fresco de aquacultura foi avaliado de acordo com estes critérios, uma vez que cerca de 70% dos fornecedores deste pescado têm certificação Global G.A.P. e os restantes 30% foram incluídos nas auditorias de bem-estar animal coordenadas pelas Companhias. Na Biedronka, os fornecedores desta categoria foram avaliados em 2024, estando previstas novas auditorias ao longo de 2026.

Em 2025, foram realizadas 108 auditorias de bem-estar animal, mais 21% do que em 2024. Estas auditorias abrangeram:

- Produção primária de carne – Ara, Pingo Doce e Recheio
- Matadouros – Biedronka (Polónia e Eslováquia), Ara, Pingo Doce e Recheio
- Pescado de aquacultura – Pingo Doce e Recheio
- Galinhas poedeiras – Biedronka (Polónia e Eslováquia)

O aumento das auditorias deve-se essencialmente às realizadas a matadouros e nas instalações de galinhas poedeiras que fornecem a Biedronka que, na avaliação anterior, tinham obtido uma avaliação de performance inferior a 95%.



Continuamos a cooperar com fornecedores de carne de frango e peru para as operações em Portugal no sentido de promover a sua certificação de acordo com o selo Welfair™, que é atribuída por entidades externas. Esta certificação, que se baseia nos referenciais europeus Welfare Quality e AWIN®, avalia e monitoriza a qualidade do bem-estar animal nas explorações, nas zonas de criação e nos matadouros.

Auditorias ambientais

[GRI 308-1; GRI 308-2]

As auditorias ambientais são conduzidas quer no momento de seleção de fornecedores de perecíveis e Marca Própria e de prestadores de serviço, quer durante a relação comercial. São avaliados aspetos relacionados com água, embalagens, efluentes, resíduos, emissões para a atmosfera e substâncias perigosas, entre outros.

No caso de auditorias de seleção, os critérios ambientais têm a mesma ponderação que os de qualidade e segurança alimentar, sendo assim igualmente relevantes na aprovação de um fornecedor. Em 2025, foram avaliados e aprovados 122 novos fornecedores por cumprirem ambos os critérios.

Nas auditorias ambientais de acompanhamento aos fornecedores de perecíveis e Marca Própria e aos prestadores de serviços, são avaliados cerca de 100 requisitos. O desempenho[155] dos fornecedores é classificado num de quatro níveis: Excelente, Bom, Satisfatório e Inadequado.

[155] Os níveis de avaliação são determinados da seguinte forma: (i) Excelente: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento superior a 94% dos requisitos de nível "Satisfatório", acrescidos do cumprimento entre 71% e 85% dos requisitos de nível "Bom" e de pelo menos 70% dos requisitos de nível "Excelente", ou cumprimento de 100% dos requisitos críticos e ter um sistema de gestão ambiental certificado; (ii) Bom: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 85% e 94% dos requisitos de nível "Satisfatório", acrescidos do

As auditorias aos fornecedores de perecíveis e Marca Própria são asseguradas por uma entidade externa e a seleção dos fornecedores para auditoria é feita com base nos seguintes critérios:

- volume de compras efetuadas pelas nossas Companhias (superior a um milhão de euros no período 2024-2026);
- resultados de auditorias anteriores;
- relevância dos impactes ambientais resultantes das suas atividades;
- risco ambiental do país de fornecimento.

Para os prestadores de serviços, as auditorias são promovidas por equipas internas, sendo dada prioridade aos prestadores cujas atividades possam ter maior impacte ambiental[156]. Os fornecedores e prestadores de serviços avaliados no nível "Inadequado" recebem um plano corretivo a cumprir no prazo máximo de seis meses. O grau de execução é verificado numa segunda auditoria no ano seguinte. O não cumprimento pode levar à suspensão da colaboração. Sempre que existam não conformidades ou conformidades parciais, são apresentados planos de melhoria.

Em 2025, foram auditados 141 fornecedores de perecíveis e de Marca Própria, incluindo reauditorias[157] (40 na Colômbia, 50 na Polónia e 51 em Portugal). Dos fornecedores auditados, 34 detinham a certificação ISO 14001, equivalente a um nível "Excelente". Foram também auditados 67 prestadores de serviços (20 na Colômbia, 26 na Polónia e 21 em Portugal).

No total, foram realizadas mais de 200 auditorias ambientais a fornecedores de perecíveis e de Marca Própria e a prestadores de serviços – um número que está em linha com o nosso compromisso de realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis selecionados, com base numa avaliação de risco e num volume de compras superior a um milhão de euros no período 2024-2026. Para mais informações sobre estes objetivos, consulte neste capítulo, o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026".

Auditorias sociais

No âmbito do processo de seleção de fornecedores, incluímos nas nossas auditorias de qualidade e segurança alimentar critérios relacionados com aspetos laborais. Estes aspetos são ainda complementados por auditorias sociais[158] de monitorização aos fornecedores de perecíveis e de Marca Própria.

As auditorias sociais são asseguradas por uma entidade externa, sendo a seleção dos fornecedores a serem auditados feita com base nos seguintes critérios:

- volume de compras efetuadas pelas nossas Companhias (superior a um milhão de euros no período 2024-2026);
- resultados das auditorias anteriores;
- relevância dos impactes sociais resultantes das suas atividades;
- risco social do produto e/ou do país de fornecimento[159].

Recorremos a três sistemas de auditoria social adequados aos sectores com risco elevado: produção primária, operações no mar e indústria de transformação. São avaliados mais de 125 requisitos de entre 13 dimensões: prevenção do trabalho infantil, prevenção do trabalho forçado, prevenção da discriminação, salvaguarda do direito de associação, termos contratuais, horas de trabalho, vencimento e benefícios, saúde e segurança no trabalho, preparação para emergência, monitorização do cumprimento, ética nos

cumprimento de 70% dos requisitos de nível "Bom"; (iii) Satisfatório: cumprimento de 100% dos requisitos críticos e cumprimento entre 70% e 84% dos requisitos de nível "Satisfatório" e; (iv) Inadequado: incumprimento de um ou mais requisitos críticos e/ou cumprimento inferior a 70% dos requisitos de nível "Satisfatório".

[156] Produção e fornecimento de equipamentos, transportes, refrigeração e AVAC (aquecimento, ventilação e ar condicionado), operadores de gestão de resíduos, instalação e manutenção de sistemas de tratamento, e gráficas.

[157] Novas auditorias realizadas a fornecedores que obtiveram o nível "Inadequado" na primeira auditoria. Servem o propósito de avaliar o grau de cumprimento do plano de melhoria.

[158] As auditorias sociais que conduzimos analisam o cumprimento das leis nacionais e internacionais e têm em conta as boas práticas partilhadas pela Sustainable Supply Chain Initiative do The Consumer Goods Forum.

[159] Tal como disposto na Lista de Bens Produzidos por Trabalho Infantil ou Trabalho Forçado desenvolvida pelo Bureau of International Labor Affairs (ILAB). Para saber mais, consulte o website ILAB.

negócios, proteção dos direitos humanos (incluindo critérios que consideramos como de "tolerância zero"), e proteção das comunidades envolventes[160].

Com base na pontuação geral, definimos cinco níveis de conformidade: Excelente, Muito Bom, Bom, Satisfatório e Inadequado.

Nas auditorias, são entrevistados colaboradores que constituam uma amostra representativa da força de trabalho da empresa auditada, incluindo colaboradores pertencentes a grupos vulneráveis – como migrantes ou pessoas sob contrato temporário –, bem como aqueles que, durante a visita, sejam identificados como estando em situação de risco social. Todas as entrevistas são conduzidas com estrito respeito pelos princípios da confidencialidade e da não retaliação[161].

A todos os fornecedores – mesmo àqueles cuja avaliação final surge sem não conformidades críticas – foi apresentado e discutido um plano de ações corretivas personalizado, com resposta obrigatória no prazo máximo de 12 meses, variável conforme a gravidade. Durante este período, novos contactos são feitos junto do fornecedor para analisar o progresso na implementação do plano.

No caso dos fornecedores com avaliação de nível "Inadequado", são feitos contactos regulares para aferir a implementação do plano de ação corretiva. Nos anos seguintes é feita uma nova avaliação – presencial ou remota – e, na ausência de evidências de progresso, a colaboração comercial pode ser suspensa, tal como definido na nossa Política de Compras Sustentáveis.

Em 2025, conduzimos auditorias presenciais junto de 64 fornecedores diretos, em Portugal, na Polónia e na Colômbia (mais 45 do que em 2024). Dos fornecedores auditados, 9 detinham certificações sociais – como Sedex SMETA, Global G.A.P, e Fairtrade – que, com base no sistema de equivalência por nós utilizado, foram convertidas num resultado de auditoria.

Trinta e um fornecedores classificados no nível "Inadequado" em ciclos anteriores foram auditados de novo, tendo sete deles sido reavaliados com o nível "Excelente", dois com "Muito Bom" e um com "Bom". Os restantes 21 mantiveram-se no nível "Inadequado", estando a ser acompanhados pelas nossas equipas locais.

[160] Existem até 26 critérios críticos dependendo do esquema de auditoria que se utilizar – produção primária, operações no mar e indústria de transformação – que incidem sobre a proibição de trabalho infantil e o devido controlo de idades; proibição de trabalho forçado e a existência de contrato de trabalho com definições claras das funções e remuneração; garantia da liberdade de movimentos, proibindo-se a retenção de documentos dos trabalhadores; cumprimento do número máximo de horas de trabalho e obrigatoriedade de concessão de dias de descanso, de remuneração e registo auditável da mesma; proibição de atos de discriminação; existência de seguros de trabalho, de equipamentos e de mecanismos de assistência em emergência (médica ou de combate a incêndios), respeito pelos recursos naturais locais (terra e água), e instituição de um processo de consentimento livre, prévio e informado (em inglês, FPIC – Free Prior and Informed Consent) com as comunidades locais, entre outros. Nos casos das auditorias para produção primária ou para operações no mar, devido às especificidades dos contextos migratórios e à sazonalidade, estes critérios incluem o assegurar da devida repatriação nos casos de resolução contratual.

[161] Para mais informações sobre estes processos, consultar, neste capítulo, o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor".

5.2.2. Sensibilização e formação a fornecedores

[ESRS 2 MDR-A; ESRS G1-2]

MATERIAL

Promovemos regularmente ações de sensibilização e formação para os nossos fornecedores, criando momentos que complementam as visitas e auditorias que realizamos ao longo do ano. Estas iniciativas visam reforçar a preparação da nossa cadeia de abastecimento, tornando-a mais resiliente e alinhada com as práticas e expetativas das nossas Companhias. São sessões de partilha de boas práticas e alinhamento de objetivos, que permitem identificar oportunidades de melhoria de produtos e processos.

À semelhança dos anos anteriores, em 2025 conduzimos várias sessões de formação sobre temas como segurança alimentar e food defense, bem-estar animal, aspetos sociais e ambientais na cadeia de abastecimento, pegada de carbono, ecodesign de embalagens, utilização responsável de pesticidas, técnicas culturais e biopesticidas, combate à desflorestação e regulamentação europeia conexa, gestão da água e agricultura sustentável e regenerativa.

Mais de 5.200 representantes de fornecedores de perecíveis e Marca Própria participaram nas iniciativas que decorreram ao longo do ano na Colômbia, Eslováquia, Polónia e Portugal.

Promoção de agricultura sustentável

A distribuição alimentar, que representa mais de 98% da nossa faturação global, depende fortemente das atividades agrícolas, nomeadamente da sua produtividade e práticas de cultivo. A integração de princípios de sustentabilidade, incluindo os de agricultura regenerativa, contribui para a resiliência das áreas produtivas, reduz impactes ambientais, como a poluição dos solos, e ajuda a preservar serviços dos ecossistemas, como a polinização.

Foi com base nesta visão que, em 2013, criámos em Portugal um programa de agricultura sustentável pensado para os nossos fornecedores de fruta, legumes e flores. Este programa contempla ações de formação e a disponibilização gratuita do nosso Manual de Agricultura Sustentável que, alinhado com os princípios da estratégia europeia “Do Prado ao Prato”, promove boas práticas de uso do solo, a preservação da biodiversidade, a eficiência no consumo de água e energia, e a utilização adequada de fertilizantes e fitofármacos. Além disso, ajuda os produtores agrícolas a calcular o índice de sustentabilidade das suas explorações, permitindo-lhes identificar oportunidades de melhoria ao longo do tempo.

Em 2025, avaliámos 28 explorações agrícolas em Portugal (14 novas e 14 reavaliadas). O índice de sustentabilidade médio foi de 3,69 (numa escala de 1 a 5, em que 5 equivale à pontuação máxima), verificando-se uma ligeira melhoria nas explorações reavaliadas, cujo valor médio passou de 3,87 para 3,89.

A experiência acumulada revela que o melhor desempenho está ligado à gestão de resíduos e às práticas associadas às culturas, enquanto a gestão e o consumo de energia apresentam maior potencial para melhorar. Desde o início do projeto, envolvemos 217 explorações de 110 fornecedores, que representam cerca de 60% do volume de compras de fruta, legumes e flores das nossas Companhias em Portugal. Temos a meta de avaliar pelo menos 60 explorações em Portugal durante o período 2024-2026 – até final de 2025 já tínhamos avaliado 56.

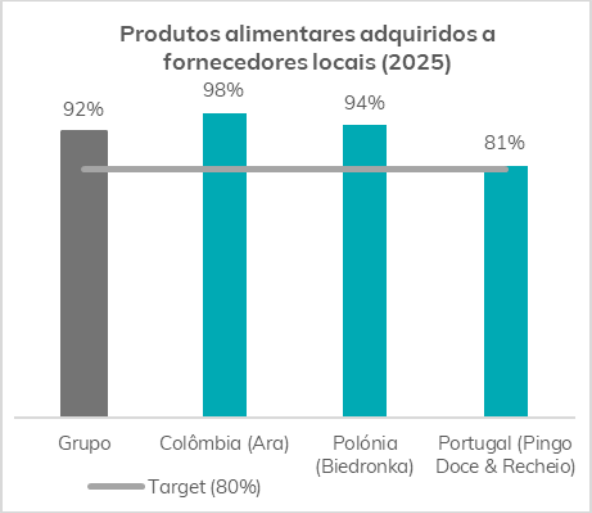
Procuramos ainda que os nossos fornecedores adotem sistemas de certificação que garantem práticas de agricultura sustentável, como é o caso do Global G.A.P. Em 2025, mais de 95% do dos produtos de fruta e legumes comprados foram provenientes de fornecedores com esta certificação. Na Polónia e Eslováquia estamos a trabalhar para alcançar a certificação em todos os produtos de fruta e legumes comercializados até ao final de 2026.

5.2.3. Relação com fornecedores locais

[ESRS 2 MDR-A; ESRS 2 MDR-M; ESRS G1-2]
[GRI 2-6; GRI 204-1]

MATERIAL

Estabelecer e manter relações com fornecedores locais contribui para fortalecer a economia regional, ao dinamizar negócios nas comunidades onde temos operações e promover a criação de emprego. A proximidade geográfica contribui ainda para simplificar a cadeia de abastecimento e aumentar a eficiência operacional. A colaboração com parceiros locais permite também encurtar os prazos de entrega e assegurar produtos mais frescos, com maior durabilidade e qualidade, o que se traduz em benefícios diretos para os consumidores e para o desempenho global da organização. Do ponto de vista ambiental, a redução das distâncias percorridas no transporte, nomeadamente aéreo e marítimo, contribui para a diminuição das emissões de carbono associadas.



São estes os benefícios que nos motivam a, desde há mais de uma década, manter o nosso compromisso de pelo menos 80% das compras de produtos alimentares serem efetuadas pelas nossas Companhias de distribuição alimentar a fornecedores locais[162]. Estas ações são reforçadas anualmente, com especial foco na produção agrícola nacional nos países onde temos operações.

É o caso da Biedronka, na Polónia, que desde 2021 desenvolve um programa de compras diretas a pequenos produtores locais. Tendo começado com 60 participantes, em 2025 o programa já integrava mais de 260 produtores ativos, o que se traduziu em mais de 268 milhões de alimentos entregues nas lojas da Biedronka, um aumento superior a 50% face aos cerca de 180 milhões registados em 2024.

Na Ara, destacamos a iniciativa “La placita de Ara” (O pequeno mercado da Ara), que destina uma seção específica, logo à entrada das lojas, à comercialização de fruta e legumes adquiridos diretamente a produtores locais. Em 2025, mais de 100 produtores fizeram parte desta iniciativa, resultando na comercialização de cerca de 80 mil toneladas de produtos provenientes de produtores locais, mais 11% do que no ano anterior.

As nossas Companhias em Portugal também têm reforçado a sua relação com a produção local. O Pingo Doce promove os produtos locais nas suas redes sociais, em loja, nas embalagens e nos folhetos de perecíveis especializados e, em 2025, adquiriu mais de 16 mil toneladas de maçã, maçã mini, pera mini, cereja, castanha nacional e quivi, apesar da quebra registada na produção deste último em resultado de condições meteorológicas adversas.

Todas as nossas Companhias de distribuição alimentar desenvolvem esforços de comunicação multicanal dos produtos locais e sazonais disponíveis para venda (comunicação em loja, folhetos, campanhas televisivas e canais digitais). Adicionalmente, utilizamos selos nos produtos de Marca Própria para destacar:

- a incorporação de matérias-primas ou a produção 100% portuguesa no Recheio;
- a origem, com os selos 100% Nacional ou Produto Nacional no Pingo Doce, Polski Produkt (Produto Polaco) na Biedronka e Hecho en Colombia (Feito na Colômbia) na Ara.

[162] Mais informação sobre as compras a fornecedores locais de perecíveis e de Marca Própria, como talho, pescado, fruta e vegetais, padaria/pastelaria e flores está disponível no nosso website corporativo.

5.2.4. Iniciativas e práticas de pagamento a fornecedores

[ESRS 2 MDR-M; ESRS 2 MDR-T; ESRS G1-2; ESRS G1-6]
[GRI 2-6]

MATERIAL

Relativamente ao pagamento aos fornecedores, todas as Companhias estabelecem termos em linha com a legislação aplicável em cada um dos países onde temos operações e com as práticas do setor, que consideram a sustentabilidade financeira das cadeias de abastecimento. Adicionalmente, existem programas específicos dirigidos a fornecedores de menor dimensão, conforme detalhamos em seguida.

Nos três países onde temos as nossas principais operações de distribuição alimentar (Portugal, Polónia e Colômbia), que representam mais de 98% do volume de vendas do Grupo, dispomos de ferramentas específicas para assegurar um processamento eficiente das faturas e para prevenir atrasos no seu pagamento, em particular no que se refere a PMEs. Estas ferramentas asseguram o cumprimento das condições de pagamento acordadas com cada fornecedor, nomeadamente: i) comunicação eletrónica (EDI) para receção das faturas e respetivos documentos dos fornecedores; e ii) um portal web onde os fornecedores têm acesso à informação, incluindo a lista de faturas a pagar, com notificações nos casos em que são necessários esclarecimentos ou ações para que as correções e/ou ajustes possam ser feitos rapidamente, agilizando-se o processo de pagamento.

Para proporcionar flexibilidade na sua gestão de liquidez, disponibilizamos aos nossos fornecedores de distribuição alimentar de menor dimensão protocolos de *confirming* com instituições financeiras. Estes protocolos permitem aos fornecedores, que assim o escolherem, receberem o pagamento antes dos prazos acordados, com um custo associado às condições de crédito de Jerónimo Martins e sem afetar a sua classificação de crédito. No final de 2025, estes programas estavam implementados em Portugal, Polónia e Colômbia, chegando a mais de 200 fornecedores em cada país.

As nossas insígnias de distribuição alimentar têm também programas específicos que promovem prazos de pagamento mais curtos para fornecedores de menor dimensão.

Na Polónia, desde a pandemia em 2020 que a Biedronka reduziu para um máximo de 21 dias o período de pagamento aos produtores com uma faturação inferior a 100 milhões de złoty (cerca de 24 milhões de euros). Em 2025, 273 fornecedores beneficiaram desta iniciativa, mais 13 do que em 2024.

Em Portugal, existem dois programas implementados. O primeiro visa apoiar os pequenos e médios produtores de perecíveis que são membros da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Esta medida, única no retalho em Portugal, consiste na antecipação do prazo de pagamento para uma média de 10 dias, em vez dos 30 dias previstos na lei para estas categorias, sem quaisquer custos financeiros para o produtor. Desde 2012, ano em que esta prerrogativa foi disponibilizada, cerca de 375 fornecedores já beneficiaram da mesma. O segundo programa estabelece um prazo máximo de pagamento de 30 dias sem qualquer desconto para todas as pequenas e médias empresas portuguesas certificadas pelo IAPMEI, a Agência para a Competitividade e Inovação. Em 2025, todos os fornecedores identificados como PME portuguesas certificadas beneficiaram desta iniciativa.

Na Colômbia, a Ara tem em vigor o programa “Plazos Justos” (Prazos Justos) para reduzir os prazos de pagamento dos fornecedores de menor dimensão. Esta iniciativa destina-se a micro, pequenas e médias empresas e garante o pagamento em menos de 45 dias, com o objetivo de aumentar o seu fluxo de caixa e a produtividade do negócio. Em 2025, participaram neste programa cerca de 1.290 fornecedores.

Tal como referido anteriormente, para além dos programas de pagamento específicos para PME, as nossas condições de pagamento são acordadas com todos os fornecedores comerciais e fixadas com base no Acordo Geral de Fornecimento. Estas condições podem variar consoante o tipo e a dimensão do fornecedor e/ou a categoria dos produtos fornecidos. A título de exemplo, os fornecedores de produtos frescos têm prazos de pagamento mais curtos do que os fornecedores de produtos não-alimentares de baixa rotação.

As condições de pagamento são classificadas em três categorias: i) menos de 30 dias, ii) entre 30 e 60 dias, e iii) mais de 60 dias. Em todos os países onde operamos, a maioria dos fornecedores comerciais – mais de dois terços (equivalente a 72% das responsabilidades) – são pagos entre 30 e 60 dias a partir da data em que o prazo contratual ou legal de pagamento começa a ser calculado. A informação relativa à

proporção de fornecedores pagos de acordo com o número médio de dias está incluída na nota 28.2.2. "Risco de liquidez", subcapítulo 3.1. "Demonstrações Financeiras Consolidadas" no capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".

Os pagamentos fora deste intervalo podem aplicar-se a acordos específicos com fornecedores (por exemplo, como mencionado anteriormente) ou em casos em que seja necessária informação adicional antes de o pagamento poder ser efetuado (por exemplo, obter confirmação das novas contas bancárias do fornecedor).

Durante 2025, as nossas Companhias não estiveram envolvidas em processos judiciais relacionados com atrasos de pagamento a fornecedores comerciais.

5.2.5. Fiscalidade

[GRI 207-1, GRI 207-2, GRI 207-3, GRI 207-4]

N-M NON-MATERIAL

A responsabilidade fiscal faz parte do nosso compromisso com a criação de valor sustentável e responsável. Atuamos de forma a contribuir positivamente para as comunidades onde operamos, assegurando práticas fiscais transparentes, éticas e alinhadas com os nossos valores, o nosso Código de Conduta e a nossa estratégia de Responsabilidade Corporativa. As práticas fiscais que adotamos são transparentes, éticas e têm um modelo de governação bem definido.

A nossa linha de atuação nesta área é aplicável a todas as entidades que integram o perímetro de consolidação do Grupo e assenta em quatro princípios fundamentais: i) responsabilidade e governação, ii) princípios de atuação, iii) transparência e iv) envolvimento com as partes interessadas.

i) Responsabilidade e governação

A gestão da fiscalidade está sob a responsabilidade da Direção de Fiscalidade Corporativa[163] que se articula com dois Centros de Serviços Partilhados – um em Portugal e outro na Polónia – e as Direções ou Departamentos Fiscais nos países onde as Companhias do Grupo têm operações. Estas estruturas asseguram o cumprimento das obrigações declarativas em matéria fiscal, tendo uma ligação direta à estrutura corporativa. A situação fiscal das sociedades do Grupo é reportada trimestralmente à Comissão de Auditoria, podendo incluir questões relacionadas com matéria legislativa, administrativa e/ou judicial. A Direção de Fiscalidade está sob a tutela da Chief Financial Officer, que integra a Direção Executiva do Grupo Jerónimo Martins, reportando diretamente ao Chief Executive Officer.

A nossa abordagem à fiscalidade assenta no cumprimento da legislação e regulamentos aplicáveis nos países onde estamos presentes, pelo que consideramos que a nossa apetência pelo risco fiscal é baixa. Mesmo assim, apoiados nas nossas equipas de especialistas e nos nossos consultores fiscais, reconhecemos que podem verificar-se situações em que a interpretação da legislação seja distinta entre as partes. Nesses casos, assumimos a responsabilidade de proteger o melhor interesse dos nossos *stakeholders*, podendo adotar interpretações distintas das recomendadas pelas autoridades tributárias sempre que consideramos que a nossa posição está devidamente sustentada pela lei vigente.

Para assegurar o cumprimento das nossas obrigações fiscais, promover a implementação de boas práticas e garantir o alinhamento da abordagem fiscal com os nossos princípios empresariais, a estratégia de sustentabilidade e o Código de Conduta, recorremos a um conjunto de mecanismos:

- **Estrutura de Controlo Fiscal** – Criada com o objetivo de avaliar e mitigar riscos fiscais com origem em diferentes jurisdições e tipologias de impostos, assegura a articulação entre as direções financeiras locais e as equipas de negócio. Garante ainda a produção de relatórios de conformidade fiscal e a implementação de formação contínua das equipas.

[163] Informação adicional sobre esta Direção é disponibilizada no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Secção B - Órgãos Sociais e Comissões, Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração), ponto 21. "Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade", neste Relatório.

- **Canais de denúncia**[164] – Disponibilizamos canais próprios para os nossos *stakeholders*, externos e internos, poderem reportar preocupações éticas ou de conformidade, incluindo matérias fiscais, dos quais destacamos a Comissão de Ética, os Serviços de Atendimento ao Colaborador, os Serviços de Apoio ao Cliente das Companhias e a Provedoria do Cliente.
- **Tecnologia fiscal** – Estamos ativamente envolvidos na área de tecnologia financeira (fiscal), com uma abordagem global baseada em cinco pilares: *insights*, dados, automação, gestão de risco e preparação para o futuro. O desenvolvimento de soluções para aplicação do IVA às diferentes categorias de produtos é uma das iniciativas que entendemos destacar.

ii) Princípios de atuação

Mantemos presença física em todas as jurisdições onde operamos e seguimos normas e padrões internacionalmente reconhecidos, como as diretrizes da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Plano de Ação contra a Erosão da Base Tributária e Transferência de Lucros (BEPS) e as orientações da União Europeia (UE).

O nosso processo de tomada de decisão e conformidade fiscal baseia-se em princípios e práticas responsáveis, incluindo:

- Não operamos nem transferimos valor para jurisdições incluídas na lista negra da UE de países não cooperantes para fins fiscais ou para jurisdições de baixa tributação constantes da Portaria n.º 150/2004, de 13 de fevereiro, publicada pelo Governo português, e que aprova a lista dos países, territórios e regiões com regimes fiscais claramente mais favoráveis.
- Pagamos impostos sobre lucros de acordo com o local onde o valor é efetivamente criado no curso normal dos negócios.
- A nossa política de preços de transferência segue o princípio de *arm's length*, isto é, todas as transações são efetuadas em condições de mercado.
- Não utilizamos estruturas societárias opacas ou localizadas em jurisdições de baixa tributação para ocultar, das autoridades fiscais, informações relevantes.
- Somos transparentes quanto às entidades que detemos.
- Não participamos em acordos com colaboradores, clientes ou fornecedores cujo único objetivo seja gerar benefícios fiscais que excedam o que é razoavelmente entendido como intenção das regras fiscais aplicáveis.
- Cumprimos integralmente as obrigações fiscais em conformidade com as leis e regulamentos locais.
- Interpretamos razoável e responsavelmente a legislação fiscal, assegurando a observância tanto da letra como do espírito da lei.
- Solicitamos pareceres às autoridades fiscais (*rulings*) apenas para confirmar o tratamento aplicável, com divulgação completa dos factos relevantes.
- Utilizamos incentivos fiscais quando estejam alinhados com os objetivos operacionais, previstos na lei e disponíveis a todas as entidades que cumpram os requisitos definidos.

iii) Transparência

Ao cumprir as nossas obrigações fiscais nos países onde operamos, estamos a contribuir para o desenvolvimento económico e social das comunidades envolventes. Sabemos também que a nossa contribuição fiscal total, à semelhança da dos restantes operadores do setor privado, é um contributo relevante para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

O cumprimento das obrigações fiscais, não deixando de ser uma obrigatoriedade, merece uma nota de relevo já que, nos vários países onde temos presença, encontramo-nos sujeitos a diferentes tipos de impostos, contribuições e taxas resultantes da atividade das nossas Companhias subsidiárias, sendo importante garantir que as nossas equipas estão capacitadas para reconhecer e acautelar essas diferentes particularidades e características.

[164] Informação adicional sobre estes canais é disponibilizada no subcapítulo 2. "Divulgações Gerais", secção 2.3 "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação" subsecção 2.3.1 "Mecanismos e canais para expor preocupações".

No ano de 2025, o Grupo suportou um total de 1.079 milhões de euros em impostos sobre lucros do exercício, contribuições para sistemas de proteção social a cargo das entidades empregadoras, impostos e taxas sobre vendas de mercadorias e detenção de propriedade, e IVA não dedutível em determinados países, um aumento de 6,4% face a 2024. Para além destes impostos e contribuições, estamos ainda sujeitos a um conjunto significativo de outras taxas e impostos decorrentes do tipo de atividades que exercemos em cada país, os quais encontram-se muitas vezes incorporados no custo dos produtos ou serviços obtidos.

Detalhe por tipologia de imposto (€ milhões)	2025	2024	Δ 2025/2024
Imposto sobre o rendimento	247	192	+28,6%
Contribuições para a Segurança Social e similares	447	462	-3,2%
Impostos/taxas sobre vendas e consumo[165]	384	359	+7,0%
Detalhe por país (€ milhões)	**2025**	**2024**	**Δ 2025/2024**
Portugal	151	144	+4,9%
Polónia	890	838	+6,2%
Colômbia	33	28	+17,9%
Outros países	5	2	+150,0%
Total	**1.079**	**1.014**	**+6,4%**

Em 2025, a nossa Taxa Efetiva de Imposto sobre o Rendimento (ETR)[166] foi de 28,0%, mais 4 p.p. em comparação com 2024, um aumento explicado, em grande parte, por um conjunto de custos diferidos temporariamente para efeitos de dedução fiscal.

Já em relação a incentivos fiscais – que definimos como medidas criadas pelos governos para estimular o investimento, promover o crescimento económico ou estimular mudanças e modernização das empresas e da economia –, fazemos um uso seletivo dos mesmos, procurando aqueles que são aplicáveis a atividades que contribuem para um desenvolvimento positivo nas áreas em que temos operações. Os principais incentivos que utilizamos são os que constam do quadro seguinte:

Incentivos	Localização	Descrição
SIFIDE – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial	Portugal	Apoio a iniciativas como: • promoção da sustentabilidade nos transportes utilizados no retalho alimentar; • técnicas avançadas de bem-estar animal; • novas abordagens de eficiência em loja; • novas técnicas de agricultura biológica em escala.
RFAI - Regime Fiscal de Apoio ao Investimento	Portugal	Criação e modernização de espaços de restauração e similares, nomeadamente zonas de cafetaria, restauração e takeaway, nas nossas lojas de retalho alimentar em Portugal.
Incentivos ao Investimento e Ajuda Regional	Polónia	Projetos de centros logísticos e de distribuição no âmbito da Polish Investment Zone (PIZ).
Incentivo fiscal à robotização	Polónia	Projetos de melhoria da qualidade e precisão, bem como de redução de custos operacionais.
ICE – Incentivo à Capitalização das Empresas	Portugal	Reforço dos capitais próprios das sociedades do Grupo que estão a investir de forma significativa nas suas infraestruturas.

[165] Foram excluídos os valores declarados em 2024 relativos a impostos pagos pela entidade que coloca determinados produtos no mercado, uma vez que não se encontra disponível informação equivalente em todas os países onde o Grupo opera.
[166] A taxa efetiva de imposto é determinada com base no imposto estimado do exercício, sem considerar correções de estimativas de anos anteriores e impostos diferidos.

iv) Envolvimento com as partes interessadas

Procuramos manter relações assentes na confiança mútua e no diálogo aberto e transparente com as autoridades fiscais. Valorizamos o diálogo construtivo com os governos em matéria de fiscalidade e participamos em consultas legislativas que contribuam para a definição de normas sustentáveis. Esta abordagem é também aplicável às restantes partes interessadas, incluindo investidores, clientes, parceiros de negócio, colaboradores e comunidades locais.

Relativamente às nossas interações com as autoridades fiscais, fornecemos as informações solicitadas, assegurando conformidade eficiente. A este propósito, destacamos que:

- Em Portugal: Participamos no Fórum dos Grandes Contribuintes e nas comissões de trabalho do sector, para a transparência fiscal e para a implementação do Pilar II[167]. Mantemos ainda uma comunicação regular com a Unidade de Grandes Contribuintes da Autoridade Tributária e Aduaneira.
- Na Polónia: Mantemos com a administração fiscal (*Krajowa Administracja Skarbowa*) uma relação construtiva, transparente e focada na conformidade. A comunicação regular ocorre através de canais oficiais, e-mail e telefone, garantindo respostas atempadas e precisas às solicitações.
- Na Colômbia: Mantemos com a Administração Tributária Colombiana (DIAN) uma comunicação transparente, orientada para o cumprimento fiscal e com canais abertos. Estando qualificada como grande contribuinte, a nossa subsidiária colombiana é responsável por diversas obrigações fiscais, tanto próprias como de terceiros.
- Na Eslováquia: Fomentamos uma relação construtiva, transparente e focada na conformidade com a administração fiscal. A comunicação regular ocorre essencialmente através de meios eletrónicos, garantindo respostas atempadas e precisas às solicitações.

No decorrer das nossas interações nesta matéria, também participamos em diversos fóruns e grupos de trabalho, como:

- O EuroCommerce, a associação europeia que representa o setor do retalho e distribuição, fazendo parte dos grupos de trabalho dedicados à temática da fiscalidade ao nível da União Europeia e estando em reuniões com membros da Direção-Geral da Fiscalidade e da União Aduaneira (DG TAXUD) da Comissão Europeia.
- Organizações locais do setor do retalho sobre os temas de política fiscal e padrões de *compliance*, como é o caso da Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), da Organização Polaca de Retalho e Distribuição (POHiD) e da Federación Nacional de Comerciantes (Fenalco) na Colômbia. Estas organizações representam o setor junto dos governos dos diferentes países.
- Associações nacionais que representam o setor privado, como a Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e a Business Roundtable Portugal (BRP), integrando os grupos de trabalho relacionados com a tributação e com a identificação de oportunidades para a redução da burocracia.

[167] O Pilar II integra o conjunto de regras GloBE (Global Anti Base Erosion Rules) concebidas no âmbito do Quadro Inclusivo OCDE/G20 para assegurar que os grandes grupos multinacionais suportam um nível mínimo de tributação em todas as jurisdições onde operam. Neste contexto, foi aprovada a Diretiva (UE) 2022/2523, posteriormente transposta para o ordenamento jurídico português através da Lei n.º 41/2024, a qual estabelece a aplicação de uma taxa mínima global de 15%, garantindo uma tributação efetiva adequada em cada jurisdição.

6. Compromissos de Sustentabilidade

[ESRS 2 MDR-T]

Os compromissos estão alinhados com as políticas do Grupo Jerónimo Martins. Para mais informações dobre as nossas políticas e a definição dos compromissos ver secção 2. “Divulgações gerais”, subsecção 2.2. “Governo e estratégia” e subsecção 2.6. “As nossas políticas”, neste subcapítulo.

6.1. Compromissos 2024-2026

6.1.1. Ambiente

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Reduzir as emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, em pelo menos 10% até 2026, face a 2021. Este compromisso está alinhado com o objetivo baseado na ciência para o curto-prazo submetido por Jerónimo Martins à Science Based Targets initiative.	**Em progresso**. Em 2025, as emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, foram 18,4% inferiores às de 2021.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Reduzir em 5% as emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO_2e por palete transportada) até 2026, face a 2021.	**Em progresso**. Em 2025, a redução das emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas (em toneladas de CO_2e por palete transportada), foi de 7,7%, face a 2021
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Envolver, no período 2024-2026, pelo menos cinco entre os principais 100 fornecedores em termos de produtos comprados por cada Companhia para colaborar na definição de estratégias para a redução das emissões de âmbito 3.	**Em progresso**. Em 2025, foram contactados 52 dos principais fornecedores da Biedronka, Pingo Doce, Recheio, Ara, Hebe e JMA no âmbito do nosso plano de redução das emissões de âmbito 3. No período 2024-2025 já contactámos 72 dos principais fornecedores.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Reduzir o consumo de energia em 10% (por 1.000€ de vendas) até 2026, face a 2021.	**Em progresso**. Em 2025, a redução do consumo de energia, por mil euros de vendas, foi de 32%, face a 2021.
Poluição [ESRS E2-3]	NON-MATERIAL	Garantir que o número de localizações com certificação ambiental é de pelo menos 70% do total de centros de distribuição e unidades industriais/semelhantes*. * Incluindo fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas, fábrica de laticínios Terra Alegre e unidades de embalamento.	**Em progresso**. Em 2025, 65% dos centros de distribuição (CD) e unidades industriais tinham certificação ambiental ISO 14001. Na Polónia, esta certificação foi renovada nos 17 CD e na fábrica de sopas da Biedronka. Em Portugal, a fábrica de massas frescas, a Terra Alegre, cinco CD e as cozinhas centrais do Pingo Doce também mantiveram a certificação e, na JMA, certificámos duas unidades industriais. Na Colômbia, a Ara manteve a certificação em dois CD.
Recursos hídricos e marinhos [ESRS E3-4]	NON-MATERIAL	Reduzir o volume de água captada nas atividades de distribuição em 10% (por 1.000€ de vendas), até 2026, face a 2021.	**Em progresso**. Em 2025, a redução do volume de água captada nas atividades de distribuição, por 1.000€ de vendas, foi de 24%, face a 2021.
Recursos hídricos e marinhos [ESRS E3-4]	NON-MATERIAL	Definir e implementar um plano de mitigação e adaptação para melhorar a eficiência na utilização da água e gerir a sua escassez durante os períodos de baixa precipitação nas unidades da JMA, divulgando publicamente os progressos realizados.	**Em progresso.** Em 2025, no âmbito do roteiro definido no seu Plano de Gestão da Água, a JMA começou a monitorizar os furos de água existentes nas unidades de produção agroalimentar.
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	NON-MATERIAL	Na Colômbia, Polónia e Portugal apoiar e/ou implementar, no período 2024-2026, pelo menos dois projetos de conservação da natureza e de proteção da biodiversidade, alinhado com o Protocolo Kunming-Montreal Global Diversity, e divulgar anualmente os seus resultados.	**Em progresso.** Em 2025, apoiámos 12 projetos de conservação da natureza (7 em Portugal, 3 na Polónia, 2 na Colômbia).
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	NON-MATERIAL	Contribuir para os objetivos da Forest Positive Coalition of Action do The Consumer Goods Forum. No âmbito dos nossos produtos de Marca Própria e	**Em progresso.** • **DCF - Deforestation and Conversion Free:** Em 2025 tivemos o seguinte desempenho nas nossas Marcas Próprias e perecíveis:

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
		perecíveis foram definidos os seguintes objetivos: • **DCF:** Até 2025, garantir que o óleo de palma, a soja, o papel e a madeira e a carne bovina nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis não estão associados nem à desflorestação nem à conversão de ecossistemas (DCF - Deforestation and Conversion Free). • **Óleo de palma**: ○ continuar a assegurar que em Portugal e na Polónia 100% do óleo de palma possui certificação RSPO e estender este compromisso, progressivamente, aos derivados de óleo de palma. ○ na Colômbia garantir o cumprimento do "Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Palma en Colombia" (Acordo Voluntário para a Desflorestação Zero na Cadeia de Óleo de Palma da Colômbia) do governo colombiano, garantindo, até 2026, que o óleo de palma de origem colombiana utilizado nas Marcas Próprias e nos produtos perecíveis é rastreável até à exploração agrícola onde foi produzido e não está associado a desflorestação, e que 100% do óleo de palma de origem não colombiana utilizado nas Marcas Próprias e nos produtos perecíveis é certificado pela RSPO. • **Soja**: até 2025, assegurar que 100% da soja direta e indireta é rastreável pelo menos até ao país de origem e que sempre que sejam provenientes de locais onde o risco não é negligenciável, a soja é rastreada até ao município de origem e/ou que tem certificação de sustentabilidade (ex.: RTRS ou Proterra). • **Papel e madeira**: trabalhar com os fornecedores de produtos de Marca Própria e perecíveis para assegurar a certificação (FSC® ou PEFC) em 95% das fibras virgens utilizadas nos produtos e em 80% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens até 2026. • **Carne bovina**: assegurar que 100% da carne bovina de Marca Própria ou perecíveis é rastreada até pelo menos ao país de origem e que sempre que seja proveniente de locais onde o risco não é negligenciável é assegurada a rastreabilidade até ao nível da quinta de produção.	• Óleo de palma: 87% • Soja: 32% • Papel e madeira: 95% • Carne bovina: 96% • **Óleo de palma:** As Companhias em Portugal e Polónia mantiveram a certificação RSPO em 100% do óleo de palma utilizado. Na Colômbia, a Ara rastreou a origem de 94% do óleo de palma até à exploração agrícola onde foi produzido. 90% do óleo de palma utilizado na Marca Própria e perecíveis da Ara foi produzido na Colômbia, 41% do qual detinha certificação, e 1% do óleo de palma que não era proveniente da Colômbia tinha certificação RSPO. • **Soja:** Mapeámos a origem, pelo menos até ao país de produção, de 97% do total de soja presente nas nossas cadeias de abastecimento. 72% da soja de origem conhecida é proveniente de países com risco de desflorestação, 16% da qual apresentava certificação. • **Papel e madeira:** 94% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos de Marca própria e 83% das utilizadas nas nossas embalagens detinham certificação de sustentabilidade. • **Carne bovina:** Rastreámos toda a carne bovina utilizada nos produtos de Marca Própria e perecíveis até, pelo menos, ao país de origem. Apenas 4% teve origem em países com risco não negligenciável.
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	N-M NON-MATERIAL	Até 2026, analisar o estado de sustentabilidade de pelo menos 80% das vendas de pescado (em kg) de Marca Própria e perecíveis, divulgando publicamente o progresso.	**Em progresso.** Em 2025, analisámos mais de 80% das vendas de pescado (em kg) de Marca Própria e perecíveis na Ara, Biedronka, Pingo Doce e Recheio. Identificámos as dez zonas de captura mais representativas e concluímos que: i) 52% do pescado proveniente destas origens não possui risco de conservação; ii) 28% está classificado com o nível de risco de conservação mais baixo (Vulnerável); iii) cerca de 20% não se encontrava avaliado ou os dados sobre o seu estado de conservação eram insuficientes.
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	N-M NON-MATERIAL	Até 2026, garantir que 100% do atum capturado na natureza nos nossos produtos de Marca Própria e perecíveis é rastreável até à embarcação.	**Em progresso.** Em 2025, conseguimos rastrear 90% do nosso consumo de atum na Marca Própria e perecíveis até ao nível da embarcação (mais 36 p.p. face a 2024).
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	N-M NON-MATERIAL	Eliminar, até 2025, a venda de ovos frescos de Marca Própria provenientes de galinhas enjauladas.	**Cumprido.** Em 2025, 98% dos ovos frescos de Marca Própria vendidos foram provenientes de galinhas não enjauladas. O Pingo Doce

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
			atingiu este objetivo em 2019, a Biedronka em 2022 e, no final do ano, o Recheio deixou de vender ovos frescos de galinhas enjauladas. A Ara não tem ovos frescos de Marca Própria no seu sortido.
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	N-M NON-MATERIAL	Em Portugal e na Polónia, assegurar, até 2026, que pelo menos 90% dos ovos utilizados como ingrediente nos produtos de Marca Própria são provenientes de galinhas não-enjauladas.	**Em progresso.** Em 2025, pela primeira vez, foi possível monitorizar o indicador através do cálculo de toneladas de ovos utilizadas como ingrediente. Na Polónia, desde 2022 que a Biedronka utiliza ovos de galinhas não enjauladas em 100% do sortido de Marca Própria que contém ovo como ingrediente. Em Portugal, o Pingo Doce e o Recheio terminaram 2025 com 74% e 61%, respetivamente. A Ara terminou o ano com 87%.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	M MATERIAL	Garantir que pelo menos 25% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto de Ecodesign até 2026, considerando o sortido de 2023.	**Cumprido.** Em 2025 foram finalizados 633 projetos de ecodesign de embalagens de produtos de Marca Própria. O valor acumulado, desde 2011, corresponde a 2.980 embalagens desenvolvidas de acordo com estratégias de ecodesign, o que corresponde a 32,7% do sortido de 2023. Com este objetivo focamos os esforços na redução de materiais das nossas embalagens e no aumento da reciclagem na cadeia de valor.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	M MATERIAL	Reduzir em 10%, até 2025, o consumo específico de plástico, medido em toneladas de embalagens de plástico por milhão de euros de vendas, face a 2018.	**Cumprido.** Em 2025, a redução do consumo específico de embalagens de plástico (toneladas por milhão de euros de vendas) foi de 45%, face a 2018.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	M MATERIAL	Aumentar o teor de plástico reciclado nas embalagens de plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) para 25% até 2025.	**Não cumprido**. Em 2025, o conteúdo de plástico reciclado nas embalagens plásticas foi de 14,4%, 10,6 p.p. abaixo do objetivo traçado. Com este objetivo focamos os esforços na redução do consumo de materiais virgens e utilização de materiais reciclados na cadeia de valor.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	M MATERIAL	Até ao final de 2026, assegurar uma taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% face ao volume total de resíduos produzidos.	**Em progresso.** Em 2025, a taxa de valorização de resíduos foi 86,5% (1,7 p.p. acima da meta definida para o triénio 2024-2026). Com este objetivo focamos os esforços das operações no aumento da reciclagem na cadeia de valor.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	M MATERIAL	Limitar o desperdício alimentar anual a 2,5% do total do volume de vendas (em toneladas) de géneros alimentícios, no período de 2024 a 2026.	**Em progresso.** Em 2025, o desperdício alimentar foi de 1,8% do total do volume de vendas e desperdiçados (em toneladas) de géneros alimentícios.
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	M MATERIAL	Aumentar em 10% a quantidade de alimentos recuperados nas operações próprias e na cadeia de abastecimento, nomeadamente através de doações de alimentos, vendas com desconto de produtos alimentares que se aproximam do prazo de validade, recuperação de alimentos não calibrados dos agricultores e sobras das operações próprias e recuperação de alimentos desperdiçados para alimentação animal e processamento biológico, até 2026, em comparação com 2023.	**Em progresso.** Em 2025 a quantidade de alimentos recuperados nas operações próprias e na cadeia de abastecimento foi 41% maior do que em 2023.

6.1.2. Social

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	MATERIAL	Promover o respeito pelos direitos humanos e laborais: i. assegurando um módulo de formação sobre Código de Conduta disponível para 100% dos colaboradores; ii. assegurando um programa global de formação em direitos humanos e laborais disponível para 100% dos managers; iii. implementando uma política global interna e um processo de prevenção e cumprimento dos direitos laborais, refletindo as diretrizes Labour Fundamentals em vigor.	**Em progresso.** i. Foi lançado um módulo de formação em e-learning sobre o Código de Conduta do Grupo para a Polónia, Portugal, Colômbia e Eslováquia, cuja realização é obrigatória para todos os colaboradores. ii. O módulo de formação em *e-learning* sobre direitos humanos e laborais está preparado para lançamento em Portugal no primeiro semestre de 2026. iii. Em Portugal, foram aprovados os tópicos críticos a incluir no futuro processo de prevenção e cumprimento de direitos laborais e foi feito um diagnóstico transversal a Portugal. Na Colômbia, dispomos de um conjunto de mecanismos de controlo que permitem mapear e monitorizar questões laborais críticas. Na Polónia e na Eslováquia encontra-se em curso a definição dos pontos de controlo a implementar.
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	MATERIAL	Reforçar a promoção da igualdade de género em todo o Grupo: i. implementando um diagnóstico global às práticas de recursos humanos para identificar eventuais desigualdades de género e trabalhar nas oportunidades de melhoria identificadas; ii. assegurando uma variação máxima do rácio salarial entre homens e mulheres* de +/- 3% em comparação com o rácio que representa a paridade (100%), a nível global e por país; iii. assegurando um programa de formação global sobre enviesamentos inconscientes disponível para 100% dos managers. * Diferença salarial entre mulheres e homens no universo de colaboradores do Grupo Jerónimo Martins, tendo por base realidades comparáveis. Expressa-se considerando o salário médio das mulheres como uma percentagem do salário médio dos homens, sendo 100% o rácio salarial que representa a total equidade entre géneros (paridade).	**Em progresso.** i. Em 2024 foi realizado um diagnóstico global com foco nas práticas de gestão de recursos humanos e nos indicadores de representatividade de género ao longo do ciclo de vida do colaborador, com o objetivo de identificar potenciais desigualdades nas oportunidades oferecidas às mulheres e aos homens. Com base nos resultados dessa análise, foram definidos planos de ação a nível global e por Companhia, focados em iniciativas de apoio à parentalidade, ii. O rácio salarial entre géneros manteve-se estável em 98,6% (mais 0,1 p.p. do que em 2024). Mantivemos o reporte do rácio para as três Companhias mais representativas do Grupo, cujo resultado está também em linha com o compromisso: Biedronka: 98,5% | Pingo Doce: 99,8% | Ara: 97,9%. iii. Em 2025, o módulo em e-learning sobre discriminação e assédio no local de trabalho foi lançado como formação obrigatória para todos os managers em Portugal, incluindo conteúdos sobre enviesamentos inconscientes e a forma de os identificar e mitigar.

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	MATERIAL	Reforçar as competências de liderança nas gerações futuras e promover a transferência de conhecimento: i. organizando um mínimo de quatro sessões globais anuais com especialistas seniores disponíveis para toda a população de talento jovem; ii. promovendo uma experiência transversal ao Grupo Jerónimo Martins para a população de talento jovem, com a definição de uma nova política global de trainees; iii. assegurando que 90% dos managers participam em pelo menos uma iniciativa de desenvolvimento de liderança até o final de 2026; iv. incorporando os Valores do Grupo e os comportamentos associados nos processos de gestão de pessoas com pelo menos dois processos globais revistos e 100% dos colaboradores elegíveis impactados; v. implementando um mecanismo que meça o impacto da liderança no Grupo.	**Em progresso.** i. Em 2025, realizaram-se três edições das JM Talks, sessões de inspiração e partilha de conhecimento entre líderes experientes e juniores do Grupo, com 655 participantes. Para 2026, estão previstas quatro sessões. ii. Foi criada e divulgada uma nova política global de talento jovem, que define orientações comuns para os nossos principais programas, como o Programa de Trainees, em todos os países. iii. Em 2025, 55,9% dos nossos managers participaram em pelo menos uma iniciativa de desenvolvimento de liderança, incluindo formação em gestão e liderança, programas de assessment, coaching e mentoring. Em 2026, está previsto o aumento da oferta de formação em liderança. iv. Em 2025, o processo de avaliação de desempenho de managers integrou de forma efetiva os nossos Valores e a avaliação de comportamentos. No âmbito do processo de *onboarding*, está incluído um e-*learning* obrigatório para todos os colaboradores sobre os Valores do Grupo. v. Lançámos o Questionário Global de Satisfação aos Colaboradores em 2025, que incluiu questões relacionadas com a liderança. Os resultados foram analisados, estando em curso a sua comunicação e a criação de planos de ação.
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	MATERIAL	Robustecer os nossos mecanismos de reconhecimento e promover maior transparência sobre remuneração: i. assegurando pelo menos um mecanismo de reconhecimento que valorize os comportamentos em todas as Companhias (fazendo evoluir os existentes ou implementando novos mecanismos de reconhecimento), abrangendo 100% dos colaboradores até 2026; ii. disponibilizando a declaração de pacote de remuneração total (remuneração fixa, variável e benefícios) a 100% dos colaboradores até 2026.	**Em progresso.** i. Em 2024, os processos de definição de objetivos e de avaliação de desempenho foram revistos para espelharem a avaliação de Valores e Comportamentos. Neste sentido, desde 2025 que este princípio passou a estar formalmente refletido na base de apuramento dos prémios anuais de desempenho de todos os colaboradores elegíveis. ii. Encontra-se em curso o levantamento e consolidação dos requisitos e da arquitetura da declaração individual do pacote de remuneração total.
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	NON-MATERIAL	Aumentar o número de colaboradores em situação de desvantagem no acesso ao mercado de trabalho no total da força de trabalho (pessoas com deficiência e/ou incapacidade, refugiados e migrantes ou pessoas em situação social de risco) e contribuir positivamente para aumentar a consciência de inclusão social dentro e fora do Grupo, promovendo pelo menos quatro fóruns anuais de partilha de boas práticas neste âmbito.	**Em progresso.** O número de colaboradores em situação de desvantagem no acesso a mercado de trabalho* correspondia, no final de 2025, a 6,2% da população do Grupo – mais 1,5 p.p. do que em 2024. Em 2025, assegurámos 24 ações de partilha de boas práticas neste âmbito, a maioria das quais focada na apresentação do Programa Incluir a empresas, escolas e fundações. * Os critérios considerados em cada país foram: i) Portugal – atestado de incapacidade ou pessoas identificadas no Programa Incluir nos pilares deficiência, migrantes e refugiados, e situação de risco; ii) Polónia – atestado de incapacidade e refugiados de nacionalidade ucraniana; iii) Colômbia – atestado de incapacidade, refugiados de nacionalidade venezuelana e colaboradoras identificadas no programa "Mamas Cabezas de Hogar" (o programa não esteve ativo em 2025 e o seu relançamento está planeado para 2026).

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	MATERIAL	Reforçar as oportunidades internas de desenvolvimento e mobilidade, aumentando a sua atratividade e eficácia: i. assegurando planos de desenvolvimento para pelo menos 95% dos *managers* elegíveis; ii. evoluindo o processo de definição do plano de desenvolvimento pessoal, alinhando-o às necessidades individuais e de negócio e garantindo um acompanhamento próximo (do superior e dos RH) aos managers que façam parte da pool de talento; iii. assegurando a divulgação de 100% das vagas internas elegíveis e aumentando o número médio de candidaturas por vaga; iv. implementando um programa de referenciação global.	**Em progresso.** i. Em 2025, 91,4% dos managers elegíveis definiram planos de desenvolvimento pessoal. Está previsto um reforço em 2026 junto das equipas, com o objetivo de assegurar a elaboração dos planos de desenvolvimento pessoal. ii. O processo de definição dos planos de desenvolvimento pessoal (PDP) inclui, desde 2024, uma reflexão e acompanhamento do grau de execução dos mesmos, durante a fase de Get Feedback. iii. Em 2025, foi assegurada a divulgação interna de 73,7% das vagas elegíveis que foram publicadas externamente. Foi registada uma média de 3,9 candidaturas internas por vaga (2,6 em 2024). iv. Estamos a trabalhar na definição de uma política e *framework* global de um programa de referenciação, que emita orientações comuns, mas adaptáveis ao contexto das necessidades locais e/ou de cada Companhia.
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	MATERIAL	Promover condições de trabalho seguras: i. investindo na certificação de pelo menos três novos locais de trabalho/Companhias, seguindo a norma ISO 45001; ii. diminuindo o índice de frequência* e o índice de severidade** atuais para, respetivamente, 12,00 e 0,29. * Número de acidentes com perda de dias de trabalho / horas totais trabalhadas ** Número de dias perdidos / horas totais trabalhadas Para assegurar comparabilidade dos resultados com o target definido e entre períodos de reporting, dentro do ciclo de compromissos 2024-2026, e considerando que o índice de frequência e de severidade não são indicadores exigidos ao abrigo das ESRS, manteve-se a mesma metodologia de apuramento de dias perdidos, que considera apenas dias previstos de trabalho.	**Em progresso.** i. Em 2025, manteve-se a certificação do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho nas cozinhas centrais do Pingo Doce. Adicionalmente, foram certificadas pela ISO 45001:2023 as unidades logísticas do Pingo Doce. Estão em preparação as certificações das lojas e plataforma logística do Recheio, bem como das operações do Outro Chão e da Seaculture (duas empresas da Jerónimo Martins Agro-Alimentar). ii. Atingimos um índice de frequência de 10,25, o que corresponde a uma diminuição de 1,6 em comparação com 2024. Tanto em Portugal como na Polónia registou-se uma redução de acidentes com dias perdidos (de 10,3% e 20,3%, respetivamente). O índice de severidade teve um resultado de 0,23, uma redução de 0,06 em comparação com 2024.

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Mão de obra própria [ESRS S1-5]	MATERIAL	Promover um ambiente de trabalho flexível e saudável em todo o Grupo: i. pilotando pelo menos uma medida no âmbito de novas formas de trabalhar e/ou contratar; ii. disponibilizando formação em bem-estar a 100% dos managers, dando-lhes ferramentas para identificar e gerir as suas próprias situações e ajudar as suas equipas; iii. assegurando que 100% dos colaboradores têm acesso a um programa estruturado de bem-estar; iv. apoiando colaboradores em situações de vulnerabilidade devido a emergências sociais e/ou familiares em todo o Grupo, assegurando pelo menos o mesmo nível de investimento nos programas Fundo de Emergência Social, em Portugal, e "Możesz Liczyć" (Podes Contar com a Biedronka), na Polónia.* *O programa "Możesz Liczyć" (Podes Contar com a Biedronka), foi descontinuado, pelo que o investimento monitorizado no âmbito do compromisso estabelecido de manter o apoio aos colaboradores da Biedronka em situações de vulnerabilidade será o equivalente ao dos subsídios de carácter social e empréstimos concedidos aos colaboradores com condições especiais, relacionados com habitação (componentes que faziam parte do programa Podes Contar com a Biedronka até 2023).	**Em progresso.** i. Em 2025, na Polónia, a plataforma Tikrow permitiu responder de forma ágil a necessidades de trabalho temporário nas lojas (colmatando 80.903 necessidades imediatas). Em Portugal, o Pingo Doce continua a desenvolver e testar soluções que promovem a eficiência na gestão de horários e que permitem uma maior previsibilidade das necessidades a cada momento. ii. Continuamos a desenvolver uma ferramenta global de formação (Be a Leader for all), destinada a todos os colaboradores do Grupo, que prevê a inclusão de conteúdos sobre bem-estar. Em 2026, será ainda lançado um e-*learning* sobre diversos tópicos relacionados com bem-estar, dirigido a todos os colaboradores do Grupo. iii. Em Portugal e na Polónia, 100% dos colaboradores têm acesso a pelo menos um programa de bem-estar. Na Colômbia estão previstas iniciativas para alargar a taxa de colaboradores cobertos. iv. Em 2025, mantivemos o apoio dado a colaboradores em situação de vulnerabilidade, com um investimento superior a 53,6 milhões de euros em medidas de responsabilidade social interna, um aumento de 5,4% face ao ano anterior. O investimento nos programas de subsídios de carácter social e empréstimos concedidos a colaboradores com condições especiais na Biedronka foi de 6,8 milhões de euros. Em Portugal, de modo a exponenciar o seu alcance e impacto social, o Fundo de Emergência Social transitou no final de 2024 para a Fundação Jerónimo Martins.

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	MATERIAL	Monitorização e divulgação de pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes do apoio anual oferecido pelas Companhias do Grupo, de acordo com o modelo Business For Societal Impact (B4SI) e com critérios de materialidade financeira dos apoios.	**Cumprido**. Em 2025, monitorizámos 92% dos nossos apoios diretos (elegíveis segundo a metodologia interna que se baseia nos critérios B4SI). A monitorização e divulgação dos impactos dos apoios que oferecemos de acordo com este modelo encontram-se descritos no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. “Comunidades afetadas”, ponto "Impactos nas comunidades envolventes".
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	MATERIAL	Reforçar o envolvimento em projetos sociais em todas as geografias, dirigidos a crianças, jovens e idosos de ambientes vulneráveis, com o objetivo de ter um impacto direto em 1 milhão de pessoas por ano, até 2026.	**Cumprido.** Com base na metodologia B4SI, estimamos que as Companhias do Grupo tenham apoiado mais de 1,6 milhões de pessoas provenientes de contextos vulneráveis, incluindo projetos que se focaram em temas como a saúde e alimentação saudável. Pelo menos uma Companhia na Polónia, em Portugal e na Colômbia implementou ou apoiou um ou mais projetos dirigidos a estes públicos vulneráveis.
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	MATERIAL	Na Colômbia, promover a saúde através da alimentação a pelo menos 3.000 crianças vulneráveis, por ano, apoiando-as com doações em géneros alimentares nas regiões com os mais elevados indicadores de subnutrição e insegurança alimentar.	**Cumprido.** Depois de, em 2024, se ter tornado o parceiro mais relevante do projeto "Desayunos Saludables” (Pequenos-Almoços Saudáveis), a Jerónimo Martins Colombia continuou a cooperar com a Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia (ABACO). Ao longo do ano foram apoiadas 5.505 crianças através da entrega de alimentos que cobrem 25% das suas necessidades alimentares diárias. O objetivo definido foi excedido em mais de 80%.
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	MATERIAL	Na Colômbia, garantir que, até 2026, 50% das lojas doam produtos alimentares e não-alimentares a organizações não-governamentais, visando apoiar pessoas em situação de vulnerabilidade.	**Em Progresso.** Em 2025, 22% das nossas lojas na Colômbia realizaram pelo menos uma doação durante o ano. Considerando a contínua expansão da rede de lojas da Ara, alcançar 50% de lojas a fazer doações de excedentes alimentares continua a representar um desafio significativo. Em 2026 pretendemos incluir mais 120 lojas nas atividades de doação, o que nos permitirá chegar a 25% do total de lojas da Companhia.
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	MATERIAL	Na Colômbia, apoiar anualmente, e até 2026, mais de 1.200 casas de amas comunitárias através de assistência alimentar e de equipamento, acompanhando simultaneamente os indicadores nutricionais, tais como medidas antropométricas das crianças ao seu cuidado.	**Em progresso.** Foi assinado, em 2024, um memorando de entendimento com o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF), a vigorar por um período de três anos, tendo em vista o apoio a casas de amas comunitárias. Em 2025 foram entregues “Rincones de Lectura” (Cantinhos da Leitura) a 1.000 amas comunitárias – uma iniciativa que reforça as suas práticas pedagógicas e abre as portas da cultura da leitura a cerca de 13.000 crianças. Foram ainda doadas ao ICBF 37.000 fitas de medição, essenciais para apoiar as avaliações antropométricas e o acompanhamento nutricional das crianças que frequentam os lares comunitários.

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	M MATERIAL	Na Colômbia, assegurar a participação de pelo menos 200 voluntários, até 2026, em projetos de proteção ambiental e de melhoria dos meios de subsistência a pessoas vulneráveis.	**Cumprido.** Em 2025, a Ara assegurou a participação de 297 voluntários em 12 iniciativas, em 9 municípios, nas áreas de melhoria de condições de vida para pessoas vulneráveis, comunidades indígenas, nutrição, alimentação saudável, proteção ambiental, reflorestação e apoio animal. No total, estas ações beneficiaram 810 pessoas.
Comunidades afetadas [ESRS S3-5]	M MATERIAL	Na Colômbia, apoiar, até 2026, mais de 60.000 pessoas em situação de vulnerabilidade através de programas humanitários e de subsistência, nomeadamente com géneros alimentares, dando prioridade a crianças e regiões com taxa de pobreza e indicadores de insegurança alimentar mais elevados. Neste âmbito, assegurar pelo menos duas parcerias com ONG e/ou com outras entidades do sector.	**Cumprido.** Em 2025, apoiámos mais de 64.000 pessoas através do programa "Dois Milhões de Razões", em especial crianças e jovens, com destaque para as parcerias estabelecidas com a ABACO, o ICBF em parceira com a Fundalectura, e os municípios de Bogotá e Medellín. Adicionalmente, estima-se que mais de 30.000 pessoas tenham beneficiado dos excedentes alimentares das lojas e centros de distribuição, garantindo o acesso a refeições de qualidade e contribuindo para a redução do desperdício alimentar.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Biedronka, assegurar a extensão da garantia de 2 para 3 anos de todos os produtos elétricos e de outros produtos não elétricos não-alimentares quando aplicável.	**Em progresso.** Em 2025, assegurámos a extensão da garantia de produtos em nove categorias de produtos elétricos e não elétricos não-alimentares de 2 para 3 anos. Dos 580 produtos abrangidos, 539 têm agora garantia alargada, cobrindo 93% do âmbito do compromisso.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Em todos os países, reforçar a oferta de alternativas alimentares como vegan, vegetariano e à base de plantas, sem lactose, sem glúten ou biológico.	**Cumprido.** Progresso referente a produtos com estas características em 2025: • Polónia: 330 referências à venda (30 novas). • Portugal: 1.636 referências à venda (163 novas). • Colômbia: 27 referências à venda (4 novas).

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Em todos os países, assegurar que os produtos destinados a crianças* têm um perfil nutricional mais elevado, ou pelo menos igual, ao da referência de mercado (ou melhor na sua categoria), de acordo com o país de atividade. * A partir dos 3 anos de idade, com formatos e pictogramas apropriados na embalagem para estas idades.	**Em progresso.** No momento do seu lançamento, os produtos podem ter um perfil nutricional considerado melhor do que a referência (ou o melhor da classe), enquanto, por razões de dinâmica competitiva, as fórmulas podem ser progressivamente (no mesmo ano ou nos anos seguintes) melhoradas pelos concorrentes. Em 2025, e comparativamente a 2024, o progresso foi o seguinte: • Marca Própria Polónia: Das 169 referências destinadas a crianças, 42% tinham um perfil superior ao do mercado (+1 p.p.), 47% tinham o mesmo perfil (-1 p.p.) e 11% tinham um perfil pior (0 p.p.). • Marca Própria Portugal: Dos 51 produtos à venda no Pingo Doce e também sob a marca Amanhecer, 75% (+2 p.p.) apresentavam perfis semelhantes ao *benchmark*, e 24% (+1 p.p.) apresentavam um perfil melhor. Apenas 2% apresentavam um perfil pior (-4 p.p.). Dos sete novos produtos destinados ao consumo por crianças lançados em 2025, seis apresentavam um status melhor ou igual ao *benchmark* à data de lançamento e um artigo, pelas suas características inovadoras, não tinha um nenhum *benchmark* para se efetuar a comparação. • Marca Própria Colômbia: Todas as seis referências direcionadas para crianças tinham um perfil nutricional superior ao *benchmark*.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Em Portugal, garantir a utilização da rotulagem voluntária "Sem OGM" em pelo menos 75% das referências alimentares de Marca Própria que contenham maioritariamente (>50%/peso líquido) ingredientes potencialmente modificados (soja e milho), ajudando os consumidores no processo de decisão.	**Em progresso.** O símbolo "Sem OGM" (ou um *claim* com essa indicação) esteve presente em 65% (-8 p.p. do que em 2024) dos produtos que continham mais de 50% de milho e/ou soja no seu peso líquido.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Em Portugal, facilitar o consumo responsável através da rotulagem voluntária de bebidas alcoólicas (incluindo vinhos) para 100% das referências de Marca Própria, nas seguintes áreas: • Índice calórico; • Desaconselhamento do consumo por mulheres grávidas; • Promoção de uma condução responsável.	**Em progresso.** 93% das referências de bebidas alcoólicas de Marca Própria detinham a simbologia completa sobre consumo responsável. As restantes 7% de referências não detinham a indicação sobre condução responsável.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Hebe, reforçar a importância das alternativas de Marca Própria sem ingredientes de origem animal nomeadamente lançando pelo menos 10 novas referências por ano.	**Cumprido.** A Hebe lançou 23 novos produtos cosméticos veganos em 2025, elevando a gama vegana para 174 produtos.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Hebe, reforçar a relevância da gama de produtos Hebe Naturals que tenham pelo menos 92% de ingredientes naturais na sua composição (de acordo com a norma ISO 16128).	**Cumprido.** A Hebe lançou três novas referências Hebe Naturals contendo pelo menos 92% de ingredientes naturais em peso líquido, aumentando* o portefólio de produtos com estas caraterísticas para 19. * Valor corrigido face ao reportado em 2024.

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Em Portugal, Polónia e Colômbia realizar pelo menos um programa anual de promoção dos princípios da dieta mediterrânica ou de hábitos alimentares saudáveis em geografias com outros hábitos alimentares (com base nas recomendações de peritos locais).	**Em progresso**. Em Portugal, o Pingo Doce manteve o seu compromisso de comunicar com os clientes em diversos meios como nas embalagens, folhetos, website e redes sociais, promovendo os princípios da dieta mediterrânica, o consumo de frescos (como fruta e vegetais, peixe e carne) e sopa. A revista *Sabe Bem* é também um meio de comunicação relevante, sendo a publicação de culinária mais lida em Portugal em 2025. O Pingo Doce investiu ainda em meios de grande exposição, como televisão, cinema e digital, para divulgar a retirada de intensificadores de sabor e corantes artificiais da composição das suas marcas próprias, um objetivo alcançado em 2023. Na Polónia, a Biedronka promoveu escolhas mais saudáveis através de ações para estimular o consumo de fruta e vegetais. As campanhas temáticas focadas na gastronomia italiana e ibérica ajudaram a aproximar os seus clientes dos princípios e sabores da dieta mediterrânica. A Biedronka publicou ainda duas revistas em forma digital, centradas na sazonalidade e em estilos de vida mais sustentáveis, fazendo uso extensivo de meios como folhetos, jornais e publicações nas redes sociais para partilhar hábitos alimentares mais saudáveis. A colaboração entre o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) e o departamento de qualidade da Companhia deu origem a uma revista da Dada, Marca Própria especializada em produtos para bebés, crianças e mães. Na Colômbia, a Ara lançou a iniciativa La Placita de Ara, um espaço dentro das lojas para promover fruta e vegetais frescos da época, de origem local e a preços acessíveis. Desenvolveu ainda iniciativas focando a nutrição materno-infantil com uma componente educativa, especialmente em Bogotá e em Medellín.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Em todos os países, promover a literacia para a rotulagem dos produtos.	**Em progresso.** **A informação de produto disponibilizada de forma voluntária pelas Companhias pode ser consultada no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores", sub-subpontos "informação de** produto" e "Informação noutros meios", deste capítulo.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Em Portugal, garantir que a rotulagem Nutri-Score é aplicada a 100% dos lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria.	**Em progresso.** Todos os novos lançamentos do Pingo Doce e do Recheio em 2025 tinham rótulo Nutri-Score. No final do ano, este rótulo estava em 866 produtos Pingo Doce (-1% do que em 2024) e em 270 do Recheio (+37%).

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Polónia, garantir que a rotulagem Nutri-Score é aplicada a 100% dos lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria em categorias selecionadas.	**Em progresso.** Em 2025, a Biedronka aplicou o rótulo Nutri-Score a 272 novas referências, aumentando o total no sortido para 815 (mais 50% face a 2024). Mantiveram-se as 41 marcas selecionadas para categorização (incluindo seis que também estão à venda na Eslováquia).
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Colômbia, garantir que 100% dos produtos de Marca Própria não contêm, nos seus ingredientes diretos, corantes artificiais nem intensificadores de sabor até 2026.	**Em progresso.** Relativamente aos corantes artificiais: • nos perecíveis especializados, atingimos 94% de produtos sem corantes artificiais (-6 p.p.); • nas Marcas Próprias, o rácio situou-se em 99% (+2 p.p.); Relativamente aos intensificadores de sabor: • nos perecíveis especializados, o rácio foi 56% (-19 p.p.*); • nas Marcas Próprias, o rácio situou-se em 99% (+2 p.p.). * Valor corrigido face ao reportado em 2024.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Polónia, garantir a ausência de xarope de glucose-frutose em, pelo menos, 90% dos produtos de Marca Própria até ao final de 2026.	**Em progresso.** Na Polónia, 169 produtos foram considerados elegíveis. Destes, 150 deixaram de incluir xarope de glucose-frutose, correspondendo a 89% (+2 p.p.).
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Polónia, eliminar a lecitina de soja em, pelo menos, 50% dos produtos de Marca Própria com este ingrediente até ao final de 2026.	**Em progresso.** Foram considerados 169 produtos em 2025. Destes, a lecitina de soja foi retirada de 48, correspondendo a 28% o mesmo que em 2024).
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Polónia e em Portugal, garantir, sempre que possível, que os cereais integrais são o principal ingrediente dos cereais de pequeno-almoço (com exceção dos cereais à base de milho) até ao final de 2026.	**Em progresso.** As nossas Companhias portuguesas atingiram o objetivo de ter 100% dos cereais de pequeno-almoço contendo cereais integrais como ingrediente principal, dois anos antes do nosso próprio prazo. O progresso da Biedronka em 2024 atingiu 92% dos produtos elegíveis (44 referências em 48), mantendo-se em 2025.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Em Portugal, garantir o enriquecimento de minerais e vitaminas essenciais nos produtos de Marca Própria mais vendidos e que visam complementar as principais fontes de alimentação, até ao final de 2026.	**Cumprido.** Para determinar o âmbito deste objetivo, foram consideradas duas gamas de produtos de Marca Própria: complementos para o leite (necessário reforçar os micronutrientes naturalmente presentes no leite, como o cálcio e a vitamina D) e para a carne (enriquecimento proteico de fontes vegetais). Tal como em 2024, em 2025 atingimos este objetivo: • Alternativas ao leite: 100% das bebidas de soja, aveia, avelã, amêndoa e arroz, foram enriquecidas com micronutrientes como cálcio, selénio, magnésio, zinco, ómega-3 e fibra, e vitaminas como riboflavina (B2), B12 e D. Não são consideradas no âmbito as referências biológicas, que por essa característica não podem ter adição de vitaminas e minerais. • Alternativas à carne: 100% dos produtos foram enriquecidos com proteínas vegetais.

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Garantir que, até 2026, 100% do portefólio de alimentos de Marca Própria não contém acessulfame nem aspartame.	**Em progresso.** Em 2024, a Biedronka direcionou os seus esforços para a eliminação do aspartame em 4 das 20 referências elegíveis, um progresso que não se alterou em 2025. As Companhias em Portugal terminaram o ano com 26 produtos contendo aspartame (menos 4 do que em 2024*) e com 28 contendo acessulfame (menos 1 que em 2024*). A Ara terminou 2025 com 17 produtos contendo acessulfame (+4 que em 2024), sendo que nenhum produto continha aspartame. Continuaremos os esforços para retirar o aspartame e o acessulfame da nossa Marca Própria. * Valor corrigido face ao reportado em 2024.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria, sem ingredientes de origem animal, destinados a consumidores com preferências específicas.	**Em progresso.** Em Portugal, foram lançados 16 produtos cosméticos vegan, aumentando para 171* o número total de produtos cosméticos de Marca Própria, sem ingredientes de origem animal. A Biedronka lançou 26 referências, totalizando 330 sem ingredientes de origem animal no seu sortido de produtos cosméticos de Marca Própria. * Valor corrigido face ao reportado em 2024.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Biedronka, assegurar que pelo menos 95% do sortido dos produtos de higiene pessoal de Marca Própria não contêm microplásticos.	**Em progresso.** No final de 2025, a Biedronka tinha 379 referências de produtos de higiene pessoal de Marca Própria sem microplásticos, o que perfaz 69% do sortido.
[Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria que contenham, pelo menos, 90% de ingredientes naturais (em linha com a ISO 16128).	**Em progresso.** Durante 2025, reforçámos a nossa oferta nestes produtos: • Em Portugal, o Pingo Doce e o Amanhecer terminaram o ano com 138 produtos, um aumento de 3% face a 2024*. • A Biedronka terminou o ano com 212 referências com pelo menos 90% de ingredientes naturais, das quais 44 foram lançadas em 2024. * Valor corrigido face ao reportado em 2024.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Biedronka, desenvolver detergentes de Marca Própria que tenham simultaneamente fragrâncias naturais nos seus ingredientes, que sejam isentos de conservantes e que tenham certificação Ecolabel.	**Em progresso.** Em 2025 não foram desenvolvidos detergentes de Marca Própria com todas as características referidas.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Biedronka, introduzir a rotulagem "Coma peixe duas vezes por semana" para 100% das referências de peixe fresco em marcas próprias e produtos perecíveis especializados até 2026.	**Cumprido.** Em 2025, 100% das referências de peixe fresco detinham a simbologia 'Coma Peixe Duas Vezes por Semana' - num total de 28 referências à venda, 27 foram lançadas em 2025.

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Procurar assegurar, anualmente, que o número de recolha de produtos alimentares com potencial risco para a saúde pública (severidade de nível I), cuja causa seja atribuível às Companhias de Jerónimo Martins, é zero. Na possibilidade de ocorrência de casos de severidade de nível I, e em linha com a Política da Qualidade e Segurança de Produto de Jerónimo Martins, assegurar por todos os meios disponíveis, que a recolha de produtos alimentares em lojas e Centros de Distribuição tem uma eficácia de 100%.	**Cumprido.** O Grupo teve 1 recolha de nível I, não sendo a causa atribuível a Jerónimo Martins. Este número representou uma diminuição de 75% em comparação com 2024, um ano em que já tinha havido uma diminuição de 33% em comparação com 2023, provando uma tendência decrescente neste indicador. A eficácia no processo de recolha foi totalmente cumprida.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-5]	M MATERIAL	Na Polónia, manter o número de localizações com certificação ISO 22000 (16 centros de distribuição em 2023) e assegurar a certificação dos novos Centros de Distribuição, a abrir no período 2024-2026, no prazo de dois anos após o início da operação.	**Cumprido.** A certificação ISO 22000:2018 foi mantida em 16 centros de distribuição e alargada para mais um, totalizando 17 centros da Biedronka para o armazenamento e distribuição de produtos alimentares, e na sede da Biedronka para o desenvolvimento de produtos alimentares de Marca Própria.
Consumidores e utilizadores finais [ESRS S4-4]	M MATERIAL	Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de marcas próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 15% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2026.	**Em progresso.** Em 2025, as vendas de produtos e/ou embalagens das Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade representaram 14,5% (+ 0,3 p.p., face a 2024).

6.1.3. Conduta empresarial/Governação

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Conduta empresarial [ESRS G1-2]	MATERIAL	Garantir que pelo menos 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	**Cumprido**: Em 2025, 92% dos produtos alimentares foram adquiridos a fornecedores locais.
Conduta empresarial [ESRS G1-2]	MATERIAL	Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis selecionados, com base numa avaliação de risco e com um volume de compras superior a um milhão de euros, no período 2024-2026.	**Em progresso.** Em 2025, 109 fornecedores de produtos perecíveis e de Marca Própria foram alvo de novas auditorias ambientais, 34 dos quais apresentavam certificação ISO 14001. No período 2024-2025 foram auditados 138 fornecedores de acordo com os critérios de seleção, o que corresponde a 12% do objetivo estabelecido.
Conduta empresarial [ESRS G1-2]	MATERIAL	Na Polónia, realizar inspeções a 100% das explorações de ovos, a partir das quais são produzidos ovos frescos de Marca Própria para a Biedronka, até ao final de 2024.	**Cumprido.** Objetivo atingido em 2024. Em 2025, todas as explorações dos novos fornecedores de ovos frescos para a Marca Própria da Biedronka foram também inspecionados.
Conduta empresarial [ESRS G1-2]	MATERIAL	Em Portugal e na Polónia, garantir, até 2026, que aspetos relacionados com bem-estar animal são incluídos no âmbito de auditorias a fornecedores de perecíveis que produzam produtos que contenham pelo menos 80% de proteína animal e divulgar publicamente os resultados.	**Cumprido.** Na Polónia, auditorias contendo aspetos relacionados com bem-estar animal foram realizadas em matadouros e instalações de galinhas poedeiras de fornecedores da Biedronka. Nas operações em Portugal, foram realizadas auditorias com aspetos de bem-estar animal nos âmbitos da produção primária de carne, matadouros e produções de peixe fresco de aquacultura (no caso de fornecedores não certificados pelo GlobalGAP). Os resultados destas auditorias são reportados no capítulo 5 “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.1. “Seleção e acompanhamento de fornecedores”.
Conduta empresarial [ESRS G1-2]	MATERIAL	Na Polónia, a partir de 2024, realizar 100% das auditorias ao peixe fresco de aquacultura de acordo com a norma "Fish welfare".	**Em progresso.** Na Biedronka, os fornecedores desta categoria foram avaliados em 2024, estando previstas novas auditorias ao longo de 2026. Adicionalmente em Portugal, 100% dos fornecedores do Pingo Doce e do Recheio foram avaliados em 2025, de acordo com a norma “Fish Welfare”, desenvolvida pelo Grupo.

6.2. Compromissos de longo prazo

Tópico/Código ESRS	Materialidade	Compromisso	Progresso
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Reduzir o consumo de energia em 15% até 2030, face a 2021.	**Em progresso**. Em 2025, o consumo de energia foi 17,9% maior do que em 2021.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas de GEE dos âmbitos 1 e 2 de Energia e Indústria em 55% até 2033, face a 2021.	**Em progresso**. Em 2025, as emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 em termos absolutos foram 20,4% inferiores às de 2021.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas de GEE de âmbito 3 de Energia e Indústria em 33% até 2033, face a 2021.	**Em progresso**. Em 2025, as emissões absolutas de GEE de âmbito 3 de Energia e Indústria foram 13,4% maiores do que em 2021.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de floresta, solos e agricultura (FLAG) em 39,4% até 2033, face a 2021.	**Em progresso**. Em 2025, as emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de FLAG foram 1,9% maiores do que em 2021.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Atingir 60% de consumo de eletricidade proveniente de fontes renováveis até 2030.	**Em progresso**. Em 2025, o consumo de eletricidade proveniente de fontes renováveis foi 63,0%.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Utilização de gases refrigerantes 100% naturais ou com baixo potencial de aquecimento global (GWP) na Polónia e em Portugal até 2030 e na Colômbia até 2035.	**Em progresso**. Em 2025, 64% das lojas tinham centrais de frio e 93% tinham equipamentos autónomos com gases de refrigeração naturais ou de baixo potencial de aquecimento global. Em relação aos centros de distribuição e unidades industriais, 75% tinham centrais de frio.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas de GEE dos âmbitos 1 e 2 de Energia e Indústria em 90% até 2045, face a 2021.	**Em progresso**. Em 2025, as emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 em termos absolutos foram 20,4% inferiores às de 2021.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas de GEE de âmbito 3 de Energia e Indústria em 90% até 2050, face a 2021.	**Em progresso**. Em 2025, as emissões absolutas de GEE de âmbito 3 de Energia e Indústria foram 13,4% maiores do que em 2021.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Reduzir as emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de floresta, solos e agricultura (FLAG) em 72% até 2050, a partir do ano de referência, face a 2021.	**Em progresso**. Em 2025, as emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de FLAG foram 1,8% maiores do que em 2021.
Alterações climáticas [ESRS E1-4]	MATERIAL	Neutralizar as emissões residuais de GEE através de projetos que cumpram critérios de elegibilidade rigorosos, em conformidade com as melhores práticas internacionais, até 2050.	**Em progresso**. Em 2025, no âmbito do Plano de Transição Climática, continuámos a identificar soluções de neutralização de emissões alinhadas com os critérios e melhores práticas internacionais (ex., práticas agrícolas de sequestro de carbono).
Biodiversidade e ecossistemas [ESRS E4-4]	NON-MATERIAL	Assegurar que, até 2030, 100% das fibras virgens usadas nos nossos produtos e embalagens de Marca Própria e perecíveis são certificadas por entidades externas e independentes, como a FSC® ou a PEFC.	**Em progresso**. Em 2025, 92% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos e nas embalagens de Marca Própria detinham certificação de sustentabilidade (FSC® ou PEFC).
Consumidores e utilizadores finais [S4-5]	MATERIAL		
Utilização dos recursos e economia circular [ESRS E5-3]	MATERIAL	Até 2030, reduzir para metade o desperdício alimentar gerado pela atividade das nossas companhias (face a 2016), em linha com a meta 12.3 definida nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável relativa a padrões de consumo e de produção responsáveis.	**Em progresso**. O desperdício alimentar em 2025 foi de 19,4 kg por tonelada de alimentos vendidos, 2,9 vezes acima do objetivo (assumindo o valor específico de 13,2 kg de alimentos desperdiçados/tonelada de alimentos vendidos em 2016).

7. Frameworks de reporte

Este relatório foi elaborado de acordo com as normas europeias de relato de sustentabilidade (ESRS), no âmbito da Diretiva CSRD. Nesta secção são incluídas cinco tabelas que procuram cruzar a informação reportada com as principais metodologias e pedidos de informação efetuados pelos nossos stakeholders: indicadores segundo o European Sustainability Reporting Standards, GRI Standards, Sustainability Accounting Standards Board, uma aproximação ao reporte de indicadores segundo as Normas Internacionais de Reporte Financeiro de Sustentabilidade (IFRS-S) e os indicadores de desempenho Jerónimo Martins. Sempre que possível é também realizado um cruzamento entre estes indicadores, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Princípios do Global Compact das Nações Unidas.

7.1. ESRS – Norma Europeias de Relato de Sustentabilidade

[ESRS 2 IRO-2, Apêndice B]

Correspondência entre os tópicos ESRS e os tópicos materiais resultantes da matriz de dupla materialidade

Tópico ESRS		Requisitos de divulgação	Tópico material
Ambiente	E1 - Alterações Climáticas	GOV-3 SBM-3 IRO-1 E1-1 a E1-9	• Alterações climáticas
	E5 - Utilização dos Recursos e economia circular	IRO-1 E5-1 a E5-6	• Desperdício alimentar • Redesign das embalagens para um uso mais sustentável dos recursos
Social	S1 - Mão de obra própria	SBM-2 e SBM-3 S1-1 a S1-11 S1-13 a S1-17	• Direitos laborais e condições de trabalho • Formação e desenvolvimento dos colaboradores
	S3 - Comunidades afetadas	SBM-2 e SBM-3 S3-1 a S3-5	• Envolvimento e apoio às comunidades locais
	S4 - Consumidores e utilizadores finais	SBM-2 e SBM-3 S4-1 a S4-5	• Produtos a preços acessíveis • Normas de qualidade e segurança de produtos • Inovação de produtos e serviços
Governação	G1 - Conduta empresarial	GOV-1 IRO-1 G1-1 a G1-2 G1-6	• Práticas sustentáveis e responsáveis na cadeia de abastecimento

Indicadores ESRS

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
ESRS 2 - Divulgações gerais	Base de elaboração	ESRS 2 BP-1 - Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade	✅	Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". Ver também subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.1. "Base de elaboração", deste capítulo.	GRI 2-2 GRI 3-1
		ESRS 2 BP-2 - Divulgações em relação a circunstâncias específicas	✅	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.1. "Base de elaboração", deste capítulo. Para informação sobre alterações aos dados de sustentabilidade apresentados em períodos anteriores, ver GRI 2-4 na secção 7.2. GRI – Global Reporting Initiative, neste subcapítulo. Para informação sobre sustentabilidade exigida noutra legislação ou baseada em normas e quadro de sustentabilidade ver GRI-2-4, secção 7.2" GRI – Global Reporting Initiative". a 7.4 "IFRS-S – International Financial Reporting Standards - Sustainability Series", neste subcapítulo. Ver também subcapítulo 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", deste capítulo.	GRI 2-4 GRI 2-22 GRI 3-2 GRI 3-3
ESRS 2 - Divulgações gerais	Governação	ESRS 2 GOV-1 - Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	✅	Ver capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver também subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia", deste capítulo. Ver também canal "Sustentabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", no website www.jeronimomartins.com.	GRI 2-9 GRI 2-12 GRI 2-13 GRI 2-14 GRI 2-17 GRI 405-1
		ESRS 2 GOV-2 - Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	✅	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia", deste capítulo. Ver também canal "Sustentabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", no website www.jeronimomartins.com.	GRI 2-12 GRI 2-13 GRI 2-16 GRI 2-24
		ESRS 2 GOV-3 - Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	✅	Ver capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações". Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.2. "Governo e estratégia",, deste capítulo.	GRI 2-19 GRI 2-20
		ESRS 2 GOV-4 - Declaração sobre o dever de diligência	✅	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.2. "Governo e estratégia" e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas", deste capítulo. Recorremos também a um processo de verificação externa independente de fiabilidade limitada que assegura quer o reporte em linha com as metodologias referidas quer os valores reportados, sendo estes identificados com o símbolo ✅	
		ESRS 2 GOV-5 - Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	✅	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.4. "Gestão de riscos do reporte em matéria de sustentabilidade", deste capítulo.	GRI 2-14

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
	Estratégia	ESRS 2 SBM-1 – Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo. Informações sobre a estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor do Grupo, estão disponíveis no Capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", Capítulo 2 "Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento" e o Capítulo 4 "Governo da Sociedade".	GRI 2-6 GRI 2-7 GRI 2-22 GRI 3-3 GRI 201-1
		ESRS 2 SBM 2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓	Ver capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação" e secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo. Ver também canal "Sustentabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", no website www.jeronimomartins.com.	GRI 2-12 GRI 2-29
ESRS E1 - Alterações climáticas	Governação	ESRS 2 GOV-3^{m} – Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Governo", deste capítulo.	GRI 2-19
	Estratégia	E1-1^{m} – Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "O nosso plano de transição climática", deste capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática.	
		ESRS 2 SBM-3^{m} - Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "Gestão de riscos e oportunidades climáticas" e "Identificação de riscos e oportunidades", e o ponto "O nosso plano de transição climática" do presente capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática.	
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1^{m} - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Identificação de riscos e oportunidades", deste capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática.	
		E1-2^{m} - Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1. "As nossas políticas ambientais" e secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "A nossa estratégia", deste capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática.	GRI 3-3
		E1-3^{m} - Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "A nossa estratégia" e "Identificação de riscos e oportunidades", e pontos "Pegada de carbono" e "As nossas ações de redução de emissões de carbono" do presente capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática. Ver subcapítulo 8. "Anexos", Apêndice 3 "Emissões totais de GEE desagregadas por âmbito 1 e 2 e por emissões significativas de âmbito 3".	GRI 3-3 GRI 305-5

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
ESRS E1-Alterações climáticas	Métricas e metas	E1-4[m] - Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	✓	As metas de redução de emissões de GEE têm como ano de base 2021. O ano de base utilizado para monitorizar o progresso das metas de redução de emissões de GEE foi selecionado por incluir as atividades das Companhias e do perímetro operacional considerado no cálculo da pegada de carbono. O valor de ano base foi definido com base em dados consolidados e metodologias consistentes com o inventário de emissões reportado, não tendo sido identificados fatores externos extraordinários que comprometam a sua representatividade para efeitos de acompanhamento do desempenho ao longo do tempo. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas" e subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. “Compromissos 2024-2026” e secção 6.2. “Compromissos de longo prazo”, deste capítulo. Ver subcapítulo 8. “Anexos”, Apêndice 3 “Emissões totais de GEE desagregadas por âmbito 1 e 2 e por emissões significativas de âmbito 3”.	GRI 3-3 GRI 305-1 GRI 305-2 GRI 305-3 GRI 305-5
		E1-5[m] - Consumo energético e combinação de energia	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia” deste capítulo.	GRI 302-1 GRI 302-3
		E1-6[m] - Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono”, deste capítulo. Ver subcapítulo 8. “Anexos”, Apêndice 3 “Emissões totais de GEE desagregadas por âmbito 1 e 2 e por emissões significativas de âmbito 3”.	GRI 201-1 GRI 305-1 GRI 305-2 GRI 305-3 GRI 305-4
		E1-7[m] - Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "A nossa estratégia", e ponto “Pegada de carbono”, deste capítulo. Nota: As Companhias do Grupo não adquiriram créditos de carbono para compensar as suas emissões de âmbito 1, 2 ou 3, nem desenvolveram projetos de remoção ou armazenamento nas suas operações ou na sua cadeia de valor.	GRI 305

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
		E1-8[m] - Fixação interna do preço do carbono	✓	A utilização de um preço interno de carbono tem como objetivo promover a redução das emissões relacionadas com o consumo de combustível, tanto nas operações próprias (emissões de âmbito 1) como na cadeia de abastecimento (emissões de âmbito 3), através da eficiência energética e de outras medidas de baixo carbono. Exemplos incluem: i) investimento em veículos de passageiros com baixo consumo de combustível para a frota própria; ii) integração da eficiência de combustível dos veículos de carga como critério para a seleção do transporte terceirizado de mercadorias entre os nossos centros de distribuição e mais de 6.400 lojas em Portugal, Polónia e Colômbia; iii) substituição de combustível por gás natural. Além da avaliação dos impactes nos custos de combustível e na redução de emissões, o uso do preço interno do carbono permite antecipar o impacte da legislação tributária sobre o carbono no Grupo, tanto nas operações diretas quanto nas atividades terceirizadas, em que os preços dos combustíveis têm um impacto indireto nos custos das Companhias. Aplicamos um preço-sombra como preço interno de carbono que é atualizado anualmente de acordo com as atualizações das taxas de carbono em Portugal e na Colômbia. Este é calculado com base numa média ponderada do preço dos impostos sobre o carbono em Portugal (67,40 €/t CO_2) e na Colômbia (5,99 €/t CO_2) no ano de reporte. Como a taxa de carbono em vigor na Polónia continua muito baixa (0,10 €/t CO_2), esta não é considerada no nosso preço interno de carbono. O valor do preço interno de carbono em 2025 foi de 41,74 €/t CO_2. Foram abrangidos pelo preço interno de carbono as emissões de GEE de âmbito 1 associadas ao consumo de combustível, 82.475 t CO_2e (34,0% das emissões de GEE de âmbito 1) e as emissões de âmbito 3 associadas às atividades relativas a combustíveis e energia (15.748 t CO_2e) e ao transporte e distribuição a montante (270.930 t CO_2e), correspondendo a 1% do total das emissões de âmbito 3. *À data do relato, este preço interno de carbono é utilizado exclusivamente como instrumento de apoio à tomada de decisão em iniciativas de eficiência energética, gestão de frota e logística e outras medidas de descarbonização, podendo verificar-se, nessa medida, um desalinhamento com os pressupostos considerados nas demonstrações financeiras.* Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Valoração do carbono" do presente capítulo.	-
		E1-9[m] - Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos “Gestão de riscos e oportunidades climáticas” e "Identificação de riscos e oportunidades" deste capítulo.	GRI 201-2

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
ESRS E2 - Poluição	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1 Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com a poluição		Este tópico não foi identificado como sendo material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”, deste capítulo.	
		E2-1 – Políticas relacionadas com a poluição		Este tópico não foi identificado como sendo material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”, deste capítulo. Ver a página "As nossas políticas de sustentabilidade" no nosso website para consultar a Política Ambiental e a Política de Compras Sustentáveis.	
		E2-2 – Ações e recursos relacionados com a poluição		Este tópico não foi identificado como sendo material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”, deste capítulo.	
	Métricas e metas	E2-3 – Metas relacionadas com a poluição	✓	Este tópico não foi identificado como sendo material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”, deste capítulo.	GRI 303-2
		E2-4 – Poluição do ar, da água e do solo	✓	Este tópico não foi identificado como sendo material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”, deste capítulo.	GRI 2-27 GRI 305-7
		E2-5 – Substâncias que suscitam preocupação e substâncias que suscitam elevada preocupação	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”, deste capítulo.	
		E2-6 – Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a poluição	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais" deste capítulo.	

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
ESRS E3 – Recursos hídricos e marinhos	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO 1 - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com os recursos hídricos e marinhos	✓	Este tópico não foi identificado como material.	GRI 303-1
		E3-1 – Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	✓	Este tópico não foi identificado como material.	
		E3-2 – Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos” deste capítulo.	GRI 303-1
	Métricas e metas	E3-3 – Metas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”, ponto “Consumo de água”, e subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. Compromissos 2024-2026” deste capítulo.	GRI 303-1
		E3-4 – Consumo de água	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”, ponto "Consumo de água”, e subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. Compromissos 2024-2026”, deste capítulo.	GRI 303-3 GRI 303-4 GRI 303-5
		E3-5 – Efeitos financeiros previstos de impactos, riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos	✓	Este tópico não foi identificado como material. Ver subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais” deste capítulo.	

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
ESRS E4 – Biodiversidade e ecossistemas	Estratégia	E4-1 – Plano de transição e consideração da biodiversidade e dos ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas" deste capítulo.	
		ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Gestão de impactos, riscos e oportunidades associados à biodiversidade" deste capítulo.	GRI 101-4
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1- Descrição dos processos para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Gestão de impactos, riscos e oportunidades associados à biodiversidade" deste capítulo.	GRI 101-4
		E4-2 – Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1. "As nossas políticas ambientais", deste capítulo. Ver ainda subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Iniciativas e ações para redução de impactes e proteção da biodiversidade", deste capítulo.	GRI 101-1
		E4-3 – Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", pontos "Iniciativas e ações para redução de impactes e proteção da biodiversidade ", "Combate à desflorestação" e "Estratégia de Pescado Sustentável", deste capítulo.	GRI 101-2
	Métricas e metas	E4-4 – Metas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Combate à desflorestação" e "Estratégia de Pescado Sustentável" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo.	GRI 101-2
		E4-5 – Métricas de impacto relacionadas com a alteração da biodiversidade e dos ecossistemas	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", pontos "Combate à desflorestação", "Estratégia de Pescado Sustentável" e "Apoio a projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas", deste capítulo.	GRI 101-2
		E4-6 – Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas" este capítulo.	
ESRS E5 - Utilização dos recursos e economia circular	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1^{m} – Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.4. "Gestão de riscos do reporte em matéria de sustentabilidade" e secção 2.5 "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Gestão de impactos, riscos e oportunidades associados à economia circular", deste capítulo.	GRI 3-3 GRI 306-1 GRI 306-2
		E5-1^{m} - Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1 "As nossas políticas ambientais", deste capítulo.	
		E5-2^{m} - Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", pontos "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular" e "Ações para promover a economia circular", deste capítulo.	GRI 3-3 GRI 306-2

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
ESRS E5 - Utilização dos Recursos e economia circular	Métricas e metas	E5-3[m] - Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.7. “Compromissos”, deste capítulo. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Materiais consumidos e saídas de recursos”, e subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.	GRI 3-3
		E5-4[m] - Entradas de recursos	✓	Este indicador foi considerado não material de acordo com a matriz de dupla materialidade atualizada para o reporte de 2025. O tema material está relacionado com embalagem do produto. O Grupo Jerónimo Martins divulga a informação dos materiais que utiliza nas suas embalagens e outros consumos. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Materiais consumidos e saídas de recursos”, subponto “Principais materiais consumidos”, e ponto “Ações para promover a economia circular”, subponto “Ecodesign de embalagens” e subponto “Embalagens reutilizáveis”, deste capítulo.	GRI 301-1 GRI 301-2 GRI 306-1
		E5-5[m] - Saídas de recursos	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Materiais consumidos e saídas de recursos”, subponto “Gestão de resíduos”, e ponto “Ações para promover a economia circular”, subponto “Valorização de resíduos das operações”, deste capítulo. No setor alimentar, a “durabilidade” corresponde ao prazo de validade dos produtos, estabelecido de acordo com requisitos legais, segurança alimentar e testes microbiológicos. Os nossos fluxos de resíduos estão relacionados com a produção de resíduos nos estabelecimentos associados a resíduos de embalagem, resíduos de preparação de alimentos e de operação. A informação utlizada para o apuramento dos dados tem por base o código LER (Lista Europeia de Resíduos), sendo que no caso da Ara, a Companhia adotou voluntariamente estes códigos. Em caso de ausência de informação a mesma é estimada de acordo com o mencionado na secção 2.1. “Bases de elaboração”, no subcapítulo 2. “Disposições gerais”. Todos os resíduos são tratados por Operadores de Gestão de Resíduos fora dos nossos estabelecimentos. Ver tabela abaixo para a desagregação da quantidade de resíduos perigosos e não perigosos por destino, relativa a 2025 e 2024. Percentagem de resíduos não valorizados (2025): 13,5% do total de resíduos. Percentagem de resíduos não reciclados (2025): 92,5% do total de resíduos. Percentagem de resíduos não valorizados (2024): 15,2% do total de resíduos. Percentagem de resíduos não reciclados (2024): 92,5% do total de resíduos. O Grupo Jerónimo Martins não produz resíduos radioativos na sua atividade em nenhum dos anos.	GRI 306-2 GRI 306-3 GRI 306-4 GRI 306-5

	2025			2024		
Quantidade total de resíduos perigosos e não perigosos por tipo de destino	**Perigosos (toneladas)**	**Não perigosos (toneladas)**	**Total (toneladas)**	**Perigosos (toneladas)**	**Não perigosos (toneladas)**	**Total (toneladas)**
Total de resíduos enviados para valorização	683	609.720	610.403	310	537.590	537.900
Preparação para reutilização	0	0	0	0	0	0
Reciclagem	342	52.831	53.173	13	47.398	47.411
Outras recuperações	341	556.889	558.980	297	490.192	490.489
Total de resíduos enviados para eliminação	554	94.359	94.913	369	96.066	96.435
Incineração	114	8	122	8	300	308
Aterro	9	89.880	89.889	1	93.351	93.352
Outras eliminações	431	4.471	4.873	360	2.415	2.775
Total	**1.237**	**704.079**	**705.317**	**679**	**633.656**	**634.335**

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
ESRS E5 - Utilização dos recursos e economia circular	Métricas e metas	E5-6[m] - Efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", pontos "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular" e "Materiais consumidos e saídas de recursos", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador dentro do período de introdução progressivo estipulado.	
ESRS S1 - Mão de obra própria	Estratégia	ESRS 2 SBM-2[m] – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação", deste capítulo.	
		ESRS 2 SBM-3[m] – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade" e o subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1 "Mão de obra própria", deste capítulo.	GRI 3-3 GRI 408-1 GRI 409-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros standards
ESRS S1 - Mão de obra própria	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S1-1[m] – Políticas relacionadas com a mão de obra própria	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.1. "Mão de obra própria", deste capítulo.	GRI 2-23 GRI 2-25 GRI 2-29 GRI 3-3
		S1-2[m] – Processos para dialogar com os próprios trabalhadores e os representantes dos trabalhadores sobre impactos	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Fortalecimento do caminho individual", deste capítulo.	GRI 2-12 GRI 2-29 GRI 2-30 GRI 3-3
		S1-3[m] – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto" Ética e conformidade", deste capítulo.	GRI 2-25 GRI 3-3
		S1-4[m] – Tomada de medidas sobre os impactos materiais na mão de obra própria e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a mão de obra própria, bem como a eficácia dessas medidas	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", deste capítulo.	GRI 2-24 GRI 3-3 GRI 203-2
	Métricas e metas Métricas e metas	S1-5[m] – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	✓	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	GRI 3-3
		S1-6[m] – Características dos trabalhadores assalariados da empresa	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2." Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	GRI 2-7 GRI 401-1
ESRS S1 - Mão de obra própria		S1-7[m] — Características dos trabalhadores não assalariados na mão de obra própria da empresa	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2." Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os trabalhadores não colaboradores", deste capítulo.	GRI 2-8
		S1-8[m] – Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	✓	Em Portugal apenas um número residual de colaboradores não está coberto por contrato coletivo de trabalho. Nos restantes países onde o Grupo tem operações não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às nossas sociedades, as condições de trabalho e o modo como o contrato de trabalho é executado são regulados pelos respetivos ordenamentos jurídicos (que regulam internamente todos estes temas) e pelas políticas internas, locais e globais vigentes no nosso Grupo. A contratação coletiva, abrange 98,1% dos colaboradores em Portugal, correspondendo a 23,5% do total de colaboradores do Grupo. As nossas políticas internas estão totalmente alinhadas com as melhores práticas laborais internacionais, em particular no que diz respeito às convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho. Em Portugal, participamos ativamente através de associações de empregadores setoriais, como a APED (Associação de Empresas de Distribuição de Portugal), e transversais a diversas indústrias, como a CIP (Confederação Empresarial de Portugal). Contribuímos também para o diálogo social setorial a nível europeu promovido pela Comissão Europeia através da nossa participação na associação EuroCommerce. Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	GRI 2-30

	Cobertura de negociação coletiva		Diálogo Social
	Trabalhadores assalariados – EEE*	Trabalhadores assalariados – fora do EEE*	Representação no local de trabalho (apenas EEE*)
0% – 19%	Polónia**	Colômbia**	-
20% – 39%	-	-	-
40% – 59%	-	-	-
60% – 79%	-	-	-
80% – 100%	Portugal	-	Portugal e Polónia

* EEE – Espaço Económico Europeu.
** Na Polónia e na Colômbia não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às sociedades do Grupo.

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros Standards
		S1-9[m] – Métricas de diversidade	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão", deste capítulo.	GRI 405-1
ESRS S1 - Mão de obra própria	Métricas e metas	S1-10[m] – Salários adequados	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Compensação e benefícios", deste capítulo.	GRI 202-1
		S1-11[m] – Proteção social	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Apoio aos colaboradores e suas famílias", deste capítulo.	GRI 401-2
		S1-12 – Pessoas com deficiência	✓	Este requisito de divulgação não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão", deste capítulo.	
		S1-13[m] – Métricas de formação e desenvolvimento de competências	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Formação", deste capítulo.	GRI 404-1 GRI 404-3

	Horas médias de formação por colaborador *					
	2025			2024		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Grupo	**63**	**75**	**66**	**63**	**68**	**64**
Strategic	21	23	22	33	14	20
Managerial	34	32	33	34	35	35
Operational	63	77	67	63	70	65

* Horas de formação por colaborador – quociente do volume de formação pelo total de colaboradores.

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros Standards
ESRS S1 - Mão de obra própria	Métricas e metas	S1-14[m] – Métricas de saúde e segurança	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho", deste capítulo. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, nomeadamente no que diz respeito a trabalhadores não colaboradores e trabalhadores da cadeia de valor.	GRI 403-8 GRI 403-9 GRI 403-10
		S1-15[m] – Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	✓	Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada", deste capítulo.	GRI 401-3 GRI 403-6

Licença parental*	2025			2024		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Colaboradores com direito a licença parental	111.710	35.999	147.709	106.326	33.532	139.858
Colaboradores que gozaram de licença parental	3.247	1.068	4.315	3.829	1.142	4.971
Colaboradores que regressaram de licença parental	1.766	942	2.708	1.985	1.040	3.025
Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso	1.721	834	2.555	2.391	778	3.169
Taxa de regresso ao trabalho **	54,4%	88,2%	62,8%	51,8%	91,1%	60,9%
Taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar licença parental ***	34,9%	10,0%	28,8%	33,6%	8,0%	27,7%
Taxa de retenção ****	86,7%	80,2%	84,5%	83,5%	74,4%	81,0%

* Os colaboradores com direito a licença parental representaram 100%, dos quais 2,9% usufruíram de licença parental (mulheres: 2,9%; homens: 3,0%).
** A taxa de regresso ao trabalho corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença parental tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período.
*** A taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar licença parental corresponde à percentagem de colaboradores que ainda não voltaram da licença tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período.
**** A taxa de retenção corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença parental em 2025 e que permanecem a trabalhar no Grupo 12 meses depois.

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros Standards
ESRS S1 - Mão de obra própria	Métricas e metas	S1-16[m] – Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)		Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão", deste capítulo. No que diz respeito ao rácio entre a remuneração individual mais elevada e a remuneração mediana dos colaboradores, devido à complexidade na uniformização da informação salarial originada pela dispersão geográfica do Grupo, pela incomparabilidade imediata de funções nos diferentes países, bem como pela dissemelhança de conceitos retributivos nas diversas Companhias do Grupo, é fundamental encontrar uma base de cálculo para este indicador que não seja errônea. O Grupo está a efetuar todas as diligências para poder cumprir com o reporte deste rácio, assegurando a qualidade que se exige também para esta informação.	GRI 2-21 GRI 405-2
		S1-17[m] – Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	GRI 2-25 GRI 406-1
ESRS S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Estratégia	ESRS 2 SBM 2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", deste capítulo.	
		ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", deste capítulo.	GRI 408-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros Standards
ESRS S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S2-1 – Políticas relacionadas com os trabalhadores na cadeia de valor	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", do presente capítulo.	GRI 2-23 GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 2-29
		S2-2 – Processos para dialogar com os trabalhadores na cadeia de valor sobre impactos	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e ponto "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	GRI 2-12 GRI 2-29
		S2-3 – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os trabalhadores na cadeia de valor expressarem preocupações	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação" e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas", deste capítulo.	GRI 2-25 GRI 2-29
		S2-4 – Tomar medidas sobre impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os trabalhadores na cadeia de valor, e eficácia dessas ações	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 203-2 GRI 204-1
		S2-5 - Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e portunidades materiais	✓	Este tópico não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", deste capítulo.	
ESRS S3 - Comunidades afetadas	Estratégia	ESRS 2 SBM-2[m] – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação", deste capítulo.	
		ESRS 2 SBM-3[m] – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção "Salvaguardas Mínimas", deste capítulo. Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	GRI 3-3 GRI 413-2

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros Standards
ESRS S3 - Comunidades afetadas	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S3-1[m] – Políticas relacionadas com as comunidades afetadas	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.2. "Comunidades afetadas", deste capítulo.	GRI 2-23 GRI 2-29 GRI 3-3
		S3-2[m] – Processos para dialogar com as comunidades afetadas sobre impactos	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", ponto "Como dialogamos com as nossas comunidades afetadas", deste capítulo.	GRI 2-12 GRI 2-29 GRI 3-3
		S3-3 [m] – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação" e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas", deste capítulo.	GRI 2-25
		S3-4[m] – Tomar medidas sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Apoios diretos às comunidades afetadas", "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e "Apoios indiretos às comunidades afetadas", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5 "Salvaguardas mínimas", deste capítulo. Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	GRI 2-24 GRI 3-3 GRI 203-2 GRI 413-1
ESRS S3 - Comunidades afetadas	Métricas e metas	S3-5[m] – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	✓	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	GRI 3-3
ESRS S4 - Consumidores e utilizadores finais	Estratégia	ESRS 2 SBM-2[m] – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação", do presente capítulo.	
		ESRS 2 SBM-3[m] – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", deste capítulo e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.o do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5 "Salvaguardas Mínimas", deste capítulo. Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos)" a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade.	GRI 3-3

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros Standards
ESRS S4 - Consumidores e utilizadores finais	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S4-1[m] – Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.3. "Consumidores e utilizadores finais", deste capítulo.	GRI 2-23 GRI 2-25 GRI 2-29
		S4-2[m] – Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", deste capítulo.	GRI 2-12 GRI 2-29 GRI 3-3
		S4-3[m] – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas Mínimas", e subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Correção dos impactos e canais para os consumidores manifestarem preocupação", deste capítulo.	GRI 2-25 GRI 3-3
		S4-4[m] – Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5 "Salvaguardas mínimas", e subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2 "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", deste capítulo. Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 3-3 GRI 203-2
	Métricas e metas	S4-5[m] – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	✓	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	GRI 3-3
ESRS G1 - Conduta empresarial	Governação	ESRS 2 GOV-1[m] – O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia", deste capítulo. Ver capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver ainda o canal "Investidor" do website corporativo do Grupo.	GRI 2-9 GRI 2-12

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros Standards
ESRS G1 - Conduta empresarial	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1^{m} – Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais	✓	Ver subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, da secção 2.5. “Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade”, do presente capítulo. Ver subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, deste capítulo.	GRI 2-23 GRI 2-24 GRI 2-25 GRI 2-26
		G1-1^{m} – Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial	✓	Ver capítulo 4. “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade” e no canal “Investidor” do website corporativo do Grupo e secção C “Organização Interna”, subsecção II “Comunicação de Irregularidades”, e secção E “Transações com Partes Relacionadas”. Ver subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.2. “Governo e estratégia”; secção 2.3. “Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação”; secção 2.6. “As nossas políticas”, do presente capítulo. Ver subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.2. “Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.4. “Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Bem-estar animal”; secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5. “Salvaguardas mínimas”, do presente capítulo. Ver ainda subcapítulo 5 “Informações sobre a governação”, secção 5.1 “As nossas políticas sobre cultura empresarial”, deste capítulo.	GRI 2-16 GRI 2-23 GRI 2-24 GRI 2-26 GRI 3-3 GRI 205-1 GRI 205-2
		G1-2^{m} – Gestão das relações com os fornecedores	✓	Ver capítulo 5. “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.5 “Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade”, subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.4. “Trabalhadores na cadeia de valor”. Ver ainda subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, deste capítulo.	GRI 3-3 GRI 204-1 GRI 308-1 GRI 414-1

Tópico ESRS	Aspeto	Requisito de divulgação		Evidências	Outros Standards
ESRS G1 - Conduta empresarial	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	G1-3 – Prevenção e deteção de corrupção e suborno	✓	Este requisito de divulgação não foi identificado como material. Em todo o caso, é parcialmente reportado. Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.2. "Governo e estratégia" e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas", deste capítulo. Ver também capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões", C "Organização Interna" e, E "Transações com Partes Relacionadas".	GRI 2-13 GRI 2-26 GRI 205-1 GRI 205-2
	Métricas e metas	G1-4 – Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	✓	Este requisito de divulgação não foi identificado como material. Em todo o caso, é reportada informação sobre estas matérias nos reportes aos indicadores GRI 2-27 e GRI 206-1. Ver a Política Anticorrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo), publicado em 2022, e o Relatório Anual de Execução deste plano, publicado em 2024, disponíveis para consulta no nosso website. Encontramo-nos a melhorar os processos de reporte por forma a responder a indicadores de conformidade socioeconómica.	GRI 2-27 GRI 206-1
		G1-5 – Influência política e atividades de representação de grupos de interesse	✓	Este requisito de divulgação não foi identificado como material como material. Em todo o caso, as empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Consultar o Código de Conduta disponível no nosso website.	GRI 2-9 GRI 415-1
		G1-6[m] – Práticas de pagamento	✓	Ver subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.4. "Iniciativas e práticas de pagamento a fornecedores", deste capítulo. Ver ainda Capítulo 3 "Demonstrações Financeiras", subcapítulo 3.1. "Demonstrações Financeiras Consolidadas", nota 28.2.2. "Risco de liquidez".	

[m] - Requisito material.

7.2. GRI – Global Reporting Initiative

SUMÁRIO DO CONTEÚDO GRI: **Declaração de utilização**: Jerónimo Martins reporta de acordo com as GRI Standards para o período entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2025; **GRI 1 utilizado**: GRI 1: Fundamentos 2021; **Norma(s) Setorial(s) da GRI aplicada(s)**: não foram utilizadas Normas Setoriais da GRI.

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
CONTEÚDOS GERAIS				
2-1	Detalhes da organização.	✅	Jerónimo Martins, SGPS, S.A. Rua Actor António Silva n.º 7, 1649-033 Lisboa, Portugal. Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins".	---
2-2	Entidades incluídas no relatório de sustentabilidade da organização.	✅	Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".	ESRS 2 BP-1
2-3	Período de reporte, frequência e ponto de contacto.	✅	O presente Relatório do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2025. A Declaração de Sustentabilidade (incluída no Relatório e Contas) é anual. Ponto de contacto: comunicacao@jeronimo-martins.com.	---

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
2-4	Alterações à informação reportada em relatórios anteriores e os motivos para estas alterações.	✓	• No Relatório e Contas de 2024, no subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”, secção 6.1 Compromissos 2024-2026”, subsecção 6.1.2. “Social”, no que se refere ao compromisso “Na Hebe, reforçar a relevância da gama de produtos Hebe Naturals que tenham pelo menos 92% de ingredientes naturais na sua composição (de acordo com a norma ISO 16128).”, onde se lê “A Hebe lançou 16 produtos Hebe Naturals que contêm pelo menos 92% de ingredientes naturais em peso líquido, aumentando para 29 o portefólio de produtos com estas caraterísticas.”, deve ler-se “A Hebe lançou 16 produtos Hebe Naturals que contêm pelo menos 92% de ingredientes naturais em peso líquido.”; • No Relatório e Contas de 2024, no subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”, secção 6.1 Compromissos 2024-2026”, subsecção 6.1.2. “Social”, no que se refere ao compromisso “Na Colômbia, garantir que 100% dos produtos de Marca Própria não contêm, nos seus ingredientes diretos, corantes artificiais nem intensificadores de sabor até 2026.”, onde se lê “Relativamente aos intensificadores de sabor: • nos perecíveis especializados, atingimos 100% de produtos isentos de corantes artificiais já em 2023;”, deve ler-se “Relativamente aos intensificadores de sabor: • nos perecíveis especializados, atingimos 75% de produtos isentos de intensificadores de sabor;”; • No Relatório e Contas de 2024, no subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”, secção 6.1 Compromissos 2024-2026”, subsecção 6.1.2. “Social”, no que se refere ao compromisso “Garantir que, até 2026, 100% do portefólio de alimentos de Marca Própria não contenha acessulfame nem aspartame.”, onde se lê “- Portugal: terminámos o ano com 20 produtos contendo aspartame (-7 do que em 2023), e 24 contendo acessulfame (-6 do que em 2023).”, deve ler-se “- Portugal: terminámos o ano com 30 produtos contendo aspartame e 29 contendo acessulfame.”; • No Relatório e Contas de 2024, no subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”, secção 6.1 Compromissos 2024-2026”, subsecção 6.1.2. “Social”, no que se refere ao compromisso “Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria, sem ingredientes de origem animal, destinados a consumidores com preferências específicas.”, onde se lê “Em Portugal, o Pingo Doce e o Amanhecer terminaram o ano com 29 novos produtos cosméticos de Marca Própria no mercado, totalizando 158.”, deve ler-se “Em Portugal, o Pingo Doce e o Amanhecer terminaram o ano com 30 novos produtos cosméticos de Marca Própria sem ingredientes de origem animal no mercado, totalizando 155.”; • No Relatório e Contas de 2024, no subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”, secção 6.1 Compromissos 2024-2026”, subsecção 6.1.2. “Social”, no que se refere ao compromisso “Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria que contenham, pelo menos, 90% de ingredientes naturais (em linha com a ISO 16128).”, onde se lê “Em Portugal, o Pingo Doce e o Amanhecer terminaram o ano com 135 produtos, 38 dos quais foram lançados durante o ano.”, deve ler-se “Em Portugal, o Pingo Doce e o Amanhecer terminaram o ano com 134 produtos, 30 dos quais foram lançados durante o ano.”; • No Relatório e Contas de 2025 houve a necessidade de rever alguns valores referentes à pegada de carbono em função de uma atualização dos cálculos nas Companhias Hebe, Hussel,e Jeronymo. Assim, relativamente ao valor absoluto (âmbitos 1 e 2), onde se lê “782.610” no Relatório e Contas de 2024 (capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o ambiente”, secção 3.1. “Combate às alterações climáticas”, subsecção 3.1.2. Pegada de carbono), deverá ler-se “784.418”. Em relação à pegada de carbono (âmbitos 1), onde se lê “203.619” deverá ler-se “204.133”; já no que à pegada de carbono (âmbito 2 – impactes indiretos) diz respeito, onde se lê “578.991” deve-se ler “580.286” e, por último, na pegada de carbono (âmbito 3 – outros impactes indiretos) onde se lê “32.763.786” deve-se ler “33.179.124”, que foram resultado da correção das categorias C1 e C6 . Todos os números, corrigidos, de 2024 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório. • No Relatório e Contas de 2025, no capítulo 5 “Responsabilidade Corporativa na Criação de valor”, subcapítulo 3. “Respeitar o ambiente”, secção 3.4. “Promoção de uma economia circular”, subsecção 3.4.2. “Materiais consumidos e iniciativas de redução”, o valor que consta na tabela “Soluções reutilizáveis para transporte de compras de clientes”, o valor da Ara foi revisto e onde se lê “204” deverá ler-se “955”. Assim, o valor total para o Grupo Jerónimo Martins passa de “9.064” a “9.815”. Todos os números, corrigidos, de 2024 encontram-se devidamente assinalados no atual relatório. • No Relatório e Contas de 2024, no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1 “Mão de obra própria”, ponto “Formação e desenvolvimento de competências”, subponto “Formação”, o valor referente ao total de ações de formação em 2024 foi revisto em função de uma atualização dos critérios considerados. Assim, relativamente ao valor da Polónia “445.658” deverá ler-se “139.463”, e por consequência o valor do Grupo “515.355” deverá ler-se “209.160” Este valor encontra-se corrigido e devidamente assinalado na presente Declaração de Sustentabilidade. • No Relatório e Contas de 2024, houve necessidade de rever alguns valores referentes investimento em RSI por eixo de atuação. Assim, no Relatório e Contas 2024, no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1 “Mão de obra própria”, ponto “Apoio aos colaboradores e suas famílias” onde se lê “45,8” relativo a investimento em Apoio Familiar deverá ler-se “48,2”, impactando por consequência o valor total de investimento em medidas de responsabilidade social interna onde se lê “48,4” deverá ler-se “50,8”, valor também presente no subcapítulo 6. “Compromissos de Sustentabilidade”, secção 6.1 Compromissos 2024-2026”, subsecção “6.1.2. Social” do Relatório e Contas de 2024. Este valor encontra-se corrigido e devidamente assinalado na presente Declaração de Sustentabilidade. • No Relatório e Contas de 2024, no subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1 “Mão de obra própria”, ponto “Segurança e saúde no trabalho” o indicador “número de dias perdidos devido a lesões” o valor reportado “2.609” deverá ler-se “73.933”.	ESRS 2 BP-2

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
2-5	Verificação externa.	✅	A informação contida e assinalada nesta tabela com "✅" foi submetida a verificação por uma entidade externa: PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, S.A. O relatório do processo de verificação pode ser consultado no final do capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade".	
2-6	Atividades, cadeia de valor e outras relações comerciais.	✅	Ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2 "Conduta empresarial" do presente capítulo. Ver ainda o canal "Sustentabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", no nosso website www.jeronimomartins.com.	ESRS 2 SBM-1
2-7	Colaboradores.	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 8 e 10 ESRS 2 SBM-1 ESRS S1-6
2-8	Trabalhadores que não são colaboradores.	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os trabalhadores não colaboradores", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 8 ESRS S1-7
2-9	Estrutura de governance e composição.	✅	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".	SDG 5 e 16 ESRS 2 GOV-1 ESRS G1-5
2-10	Nomeação e seleção do mais alto órgão de governance.	✅	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade". Secções A "Estrutura Acionista" e B "Órgãos Sociais e Comissões".	SDG 5 e 16
2-11	Presidente do mais alto órgão de governance.	✅		SDG 5 e 16
2-12	Papel do mais alto órgão de governance na supervisão da gestão de impactos.	✅	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", deste capítulo. Ver também o canal "Sustentabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", no nosso website www.jeronimomartins.com.	SDG 16 ESRS 2 GOV-1 ESRS 2 GOV-2 ESRS 2 SBM-2 ESRS S1-2 ESRS S2-2 ESRS 3-2 ESRS 4-2
2-13	Delegação de responsabilidade para gestão de impactos.	✅	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna".	ESRS 2 GOV-1 ESRS 2 GOV-2 ESRS G1-3
2-14	Órgão máximo de governance responsável pela aprovação do Relatório de Sustentabilidade	✅	A responsabilidade pela aprovação da Declaração de Sustentabilidade, incluída no Relatório e Contas, é da Assembleia Geral de Acionistas.	ESRS 2 GOV-1 ESRS 2 GOV-5

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
2-15	Conflitos de interesse.	✅	Ver canal "Sustentabilidade", página "Publicações de Responsabilidade Corporativa" para consultar o Código de Conduta Jerónimo Martins e o Código de Conduta de Fornecedores no website www.jeronimomartins.com. Ver canal "Investidor", página "Governo da Sociedade", subpágina "Comissões Especializadas" no website www.jeronimomartins.com. Consulte ainda a Política Anticorrupção, o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo) publicado em 2022, e revisto em 2025, e o Relatório Anual de Execução deste plano, publicado em 2025, documentos disponíveis para consulta no canal "Sustentabilidade", página "Governação", subpágina "Conduta empresarial", em www.jeronimomartins.com.	SDG 16
2-16	Comunicação de situações críticas.	✅	Indicador reportado parcialmente. Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade".	ESRS 2 GOV-2 ESRS G1-1
2-17	Conhecimento global dos órgãos de gestão.	✅	O Grupo realiza atividades (ex.: ações de formação internas e externas, Conferência de Sustentabilidade do Grupo, newsletters internas e relatórios de progresso) que permitem aos seus órgãos de gestão um maior conhecimento sobre as dimensões do Desenvolvimento Sustentável. Adicionalmente, em 2019 foram criados Comités de Sustentabilidade para todas as Companhias de Retalho Alimentar, Retalho Especializado e Agroalimentar, tendo-se realizado 19 reuniões em 2025. Ver capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II. "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)".	ESRS 2 GOV-1
2-18	Avaliação de desempenho do mais alto órgão de *governance*.	✅	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	
2-19	Políticas de remuneração.	✅	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	ESRS 2 GOV-3
2-20	Processo de atribuição de remuneração.	✅		SDG 16 ESRS 2 GOV-3
2-21	Rácio de remuneração total anual.		Devido à complexidade na uniformização da informação salarial originada pela dispersão geográfica, pela incomparabilidade imediata de funções nos diferentes países, bem como pela dissemelhança de conceitos retributivos nas diversas Companhias do Grupo, é fundamental que seja assegurada a qualidade da informação para que seja viável o reporte deste indicador. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.	ESRS S1-16

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
2-22	Mensagem do Presidente.	✓	Consultar a "Mensagem do Presidente".	ESRS 2 BP-2 ESRS 2 SBM-1
2-23	Políticas de atuação e compromissos.	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secções 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação", 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade" e 2.6 "As nossas políticas", deste capítulo. Ver também subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", deste capítulo.	UNGC 1-10 SDG 16 ESRS 2 GOV-2 ESRS 2 IRO-1 ESRS S1-1 ESRS S1-3 ESRS S1-4 ESRS S1-17 ESRS S2-1 ESRS S2-3 ESRS S2-4 ESRS S3-1 ESRS S3-3 ESRS S3-4 ESRS S4-1 ESRS S4-4 ESRS G1-1 ESRS G1-3
2-24	Incorporação de políticas para a conduta responsável nas atividades da empresa.	✓		
2-25	Processos de remediação de impactes negativos.	✓		
2-26	Mecanismos adotados para procurar aconselhamento e levantar preocupações.	✓		
2-27	Conformidade com leis e regulamentos.		Informação sobre os passivos contingentes associados a processos considerados materiais, tal como definido no indicador GRI 206-1, são descritos na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras". Adicionalmente, encontramo-nos a melhorar os processos de reporte por forma a responder aos demais requisitos deste indicador.	ESRS E2-4 ESRS S1-17 ESRS G1-4
2-28	Organizações a que pertence.	✓	Ver canal "Sobre Nós", página "Organizações a que Pertencemos" e canal "Sustentabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", subpágina "Organizações a que Pertencemos" no website www.jeronimomartins.com.	
2-29	Abordagem ao envolvimento com stakeholders.	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo. Ver canal "Sustentabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade", subpágina "Envolvimento com os stakeholders" no website www.jeronimomartins.com.	ESRS SBM 2-3 ESRS 2 SBM-2
2-30	Acordos coletivos de trabalho.	✓	Em Portugal, apenas um número residual de colaboradores não está coberto pelo contrato coletivo de trabalho. Na Polónia, na Eslováquia, na Chéquia e na Colômbia, onde não existem instrumentos de regulação coletiva aplicáveis às nossas Companhias, as condições de trabalho e o modo como o contrato de trabalho é executado são regulados pelos respetivos ordenamentos jurídicos (que regulam internamente estes temas) e pelas políticas internas, locais e globais vigentes no nosso Grupo. A contratação coletiva, abrange 98,1% dos colaboradores em Portugal, correspondendo a 23,5% do total de colaboradores do Grupo. As nossas políticas internas estão alinhadas com as melhores práticas laborais internacionais, em particular no que diz respeito às convenções fundamentais da Organização Internacional do Trabalho. Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto" Ética e conformidade", deste capítulo.	UNGC 3 SDG 8 ESRS S1-1 ESRS S1-8

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
ASPETOS MATERIAIS				
3-1	Processo para determinar os tópicos materiais.	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo.	ESRS 2 BP-1
3-2	Lista dos temas materiais.	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo.	ESRS 2 BP-2
3-3	Gestão de temas materiais.	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade", deste capítulo.	ESRS 2 BP-2 ESRS 2 SBM-1
DESEMPENHO ECONÓMICO				
201-1	Valor económico direto gerado e distribuído.		Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e indicador 203-1.	SDG 8 e 9 ESRS 2 SBM-1
201-2[m]	Implicações financeiras e outros riscos e oportunidades para a organização devido às alterações climáticas.	✓	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade" e subcapítulo 3. "Informação Ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações Climáticas", deste capítulo.	UNGC 7 SDG 13
201-3	Planos de benefícios oferecidos pela organização e outros planos de reforma.	✓	Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras" e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remunerações".	---

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
201-4	Benefícios financeiros significativos atribuídos pelos governos.		Na Polónia, a Jeronimo Martins Polska beneficiou de medidas de incentivos fiscais nos contextos da robotização, no valor de 26.541,97 EUR (112.530 PLN), e no contexto da investigação e desenvolvimento, decorrente da correção da declaração de imposto referente ao exercício de 2023, no montante de 773.810,41 EUR (3.280.724 PLN).* *Taxa de câmbio média em 2025: 1 EUR = 4,2397 PLN. Na Eslováquia, a Jeronimo Martins Slovensko, não recebeu apoios financeiros por parte de entidades governamentais. Em Portugal, os benefícios atribuídos por entidades oficiais, a título de crédito fiscal, visaram a compensação de investimentos efetuados no âmbito do programa SIFIDE II – Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação & Desenvolvimento Empresarial. Este programa consiste numa dedução à coleta de imposto sobre os rendimentos, de parte dos montantes incorridos com despesas com pessoal, despesas de funcionamento, despesas com contratação de Inovação e Desenvolvimento (I&D) e despesas com a aquisição de ativos fixos de suporte à atividade de I&D, os quais são certificados por entidade externa e independente. Neste contexto, os indicadores em apreço são os seguintes: • Crédito fiscal solicitado em sede de SIFIDE II, com referência ao exercício fiscal de 2025: as 10 Companhias do Grupo Jerónimo Martins que submeteram candidaturas a este programa, com referência ao exercício fiscal de 2024 [JMR – Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A. (“JMR”), Jerónimo Martins Serviços, S.A. (“JMS”), Seaculture Aquicultura, S.A. (“Seaculture”), Terra Alegre Lacticínios, S.A. (“TAL”), Best Farmer – Actividades Agro-Pecuárias, S.A. (“Best Farmer”), Jerónimo Martins Agro-Alimentar, S.A. (“JMA”), Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (“JMH”), Outro Chão Agricultura Biológica, Lda. (“Outro Chão”) e Recheio – Cash & Carry, S.A (“ Recheio”) e Pingo Doce, S.A. (“Pingo Doce”)], solicitaram o montante de crédito fiscal potencial de 4.029.785 EUR. • Investimento total em I&D no ano de 2025: tendo por base os montantes reportados em sede de IPCTN24 – Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional, por parte das Companhias do Grupo Jerónimo Martins (JMR, JMS, Seaculture, TAL, Best-Farmer, JMA, JMH, Outro Chão, Recheio e Pingo Doce), o montante total reportado corresponde a 9.783.293 EUR. Na Colômbia, as nossas operações não beneficiaram de incentivos financeiros (sob a forma de benefícios, isenções fiscais ou créditos) atribuídos por entidades oficiais.	UNGC 1-10 SDG 8, 9, 12 e 17

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
PRESENÇA NO MERCADO				
202-1[m]	Proporção entre o salário mais baixo e o salário mínimo local, com discriminação por género.	✓	No que diz respeito a trabalhadores não colaboradores, não detemos informação consolidada à data que permita aferir se a tipologia de funções executadas está sujeita a regras de salário mínimo. Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Compensação e benefícios", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 1, 5 e 8 ESRS S1-10

	Proporção entre salário mínimo interno e mínimo nacional*			
	2025		2024	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Portugal	101,1%	101,1%	101,2%	101,2%
Polónia	100,1%	100,1%	100,0%	100,0%
Colômbia	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%
Eslováquia	107,3%	107,3%	-	-

*São considerados os salários mais baixos das Companhias com maior representatividade em cada país, ou seja, Pingo Doce (Portugal), Biedronka (Polónia e Eslováquia) e Ara (Colômbia).

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
202-2[m]	Proporção de colaboradores para cargos seniores contratados localmente.	✓	Ver tabela abaixo:	UNGC 6 SDG 8

	Proporção de colaboradores em cargos seniores locais*	
	2025	2024
Grupo	**85,3%**	**81,6%**
Portugal	93,3%	90,7%
Polónia	78,7%	76,1%
Colômbia	75,0%	66,7%
Eslováquia	**28,6%	**28,6%
Chéquia	***	***
Marrocos	***	-

* Para o cálculo desta percentagem, são considerados os colaboradores que fazem parte do nível funcional *strategic*. Consideram-se locais as contratações de pessoas cuja nacionalidade é a mesma do país onde o colaborador trabalha.
** No âmbito da expansão do Grupo para a Eslováquia, e da partilha de conhecimento da Biedronka, na Polónia, com o novo país, a maioria dos colaboradores do nível funcional *strategic* são polacos.
*** Não existem colaboradores do nível funcional *strategic* na Chéquia e em Marrocos.

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
IMPACTOS ECONÓMICOS INDIRECTOS				
203-1 [m]	Investimentos em infraestruturas e serviços apoiados.	✓	Ver subcapítulo 4. “Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.2. “Comunidades afetadas”, pontos “Apoios diretos às comunidades afetadas”, “Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas” e “Apoios indiretos às comunidades afetadas”, no presente capítulo.	SDG 5, 9 e 11 ESRS S3-4
203-2 [m]	Impactos económicos indiretos significativos.	✓		SDG 1, 3 e 8 ESRS S3
COMPRAS				
204-1 [m]	Proporção de despesas com fornecedores locais.	✓	Em 2025, 93% das compras totais do Grupo foram adquiridas a fornecedores locais. Para mais informação ver subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2 "Conduta empresarial", subseção 5.2.1. “Seleção e acompanhamento de fornecedores” e 5.2.3. "Relação com fornecedores locais ", deste capítulo.	SDG 8
ANTICORRUPÇÃO				
205-1 [m]	Operações avaliadas quanto ao risco de corrupção.		Ver capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção C “Organização Interna” e secção E “Transações com Partes Relacionadas”. Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", seção 2.6. "As nossas políticas", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", seção 3.3. " Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subseção 3.3.5 "Salvaguardas mínimas", e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", seção 5.2 "Conduta empresarial", subseção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", deste capítulo. O nosso Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (documento que identifica e classifica os principais e potenciais riscos da empresa em matéria de corrupção, considerando a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos identificados, e lista as medidas de prevenção e mitigação que a empresa adotou para minimizar a probabilidade de ocorrência e o previsível impacto, em cumprimento do seu programa de cumprimento normativo) publicado em 2022 e revisto em 2025 e o Relatório Anual de Execução deste plano, publicado em 2025, documentos disponíveis para consulta no canal “Sustentabilidade”, página “Governação”, subpágina “Conduta empresarial” em www.jeronimomartins.com. Adicionalmente, em 2023 aprovámos o Procedimento de Dever de Diligência de Integridade, enquanto documento interno autónomo que visa avaliar os riscos relacionados com corrupção na cadeia de abastecimento. A avaliação destes riscos na cadeia de abastecimento é também aferida através de auditorias sociais cujos critérios incluem esta temática.	UNGC 10 SDG 16

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
205-2 [m]	Comunicação e formação sobre políticas e procedimentos anticorrupção.	✓	Registou-se um aumento significativo na formação promovida acerca da Política Anticorrupção (+16,3% das horas de formação do que em 2024), chegando a 31.445 colaboradores, assim como no número de colaboradores impactados por campanhas de comunicação (142.420). Foram asseguradas diversas campanhas de comunicação sobre a Política Anticorrupção ao longo do ano, que tiveram como público-alvo todos os colaboradores de Portugal, Polónia e Colômbia. Uma vez que foram utilizados diferentes canais de comunicação, incluindo físicos (por exemplo, cartazes), para o cálculo desta percentagem foi considerada a média de *headcount* em cada país ao longo do ano 2025. Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a informação por nível funcional. Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Ética e conformidade”, subponto "Comunicação e formação" deste capítulo.	UNGC 10 SDG 16

	Comunicação sobre Política Anticorrupção			
	2025		2024	
	Total	%	Total	%
Grupo	**142.420**	**96,4%**	**42.477**	**30,4%**
Portugal	35.326	99,9%	35.454	*100,1%
Polónia	89.199	96,6%	4.711	5,3%
Colômbia	17.895	92,0%	2.252	14,1%
Eslováquia	0	0,0%	60	33,7%

*Em 2024, o headcount médio em Portugal foi superior ao headcount registado a 31/12/2024 (35.433 colaboradores).

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
PRÁTICAS ANTICONCORRENCIAIS				
206-1	Ações judiciais por comportamento anticoncorrencial, *antitrust* e práticas de monopólio.		Ver capítulo 3 "Demonstrações Financeiras", subcapítulo 3.1. "Demonstrações Financeiras Consolidadas", ponto 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" para um descritivo de processos de contencioso com maior relevância (de valor superior a cinco milhões de euros) e que se encontravam pendentes de resolução, para os quais o Conselho de Administração, suportada pela opinião dos seus advogados e consultores fiscais, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal. Adicionalmente, encontramo-nos a melhorar os processos de reporte por forma a responder aos demais requisitos deste indicador.	---
IMPOSTOS				
207-1	Abordagem tributária	✓	Ver subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.5. "Fiscalidade," deste capítulo. Ver ainda capítulo 4. "Governo da Sociedade", Secção B - Órgãos Sociais e Comissões, Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração), ponto 21. "Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade", neste relatório.	UNGC 10 SDG 8, 16, 17
207-2	Governo, controlo e gestão do risco fiscal	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", seção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação", subseção 2.3.1. "Mecanismos e canais para expor preocupações" e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.5. "Fiscalidade," deste capítulo. Ver ainda capítulo 4. "Governo da Sociedade" , Secção B - Órgãos Sociais e Comissões, Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração), ponto 21. "Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade", neste relatório.	UNGC 10 SDG 8, 16, 17
207-3	Envolvimento de stakeholders e gestão das suas preocupações quanto a impostos	✓	Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", seção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação", subseção 2.3.1. "Mecanismos e canais para expor preocupações" e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", 5.2. secção "Conduta empresarial", subsecção 5.2.5. "Fiscalidade," deste capítulo.	UNGC 10 SDG 8, 16, 17
207-4	Relato por geografia	✓	Indicador parcialmente reportado no subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.5. "Fiscalidade," ponto "Transparência", deste capítulo.	UNGC 10 SDG 8, 16, 17

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
MATERIAIS				
301-1 m	Consumo de materiais por peso ou volume.	✓	Materiais renováveis (2025) = 240.917 t (43,0%) Materiais não renováveis (2025) = 319.792 t (57,0%) Materiais renováveis (2024) = 232.053 t (43,2%) Materiais não renováveis (2024) = 305.610 t (56,8%) Variação 2025/2004 Materiais renováveis =+3,8% Materiais não renováveis = +4,6% Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Materiais consumidos e saídas de recursos”, deste capítulo.	UNGC 7 e 8 SDG 8 e 12 ESRS E5-4
301-2 m	Materiais usados provenientes de reciclagem.	✓		UNGC 7 e 8 SDG 8 e 12 ESRS E5-4
301-3 m	Produtos recuperados e os seus materiais de embalagem.		Este aspeto não é material. Não obstante, o Grupo promove a recolha de resíduos de clientes nas suas lojas, encaminhando-os para valorização. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Materiais consumidos e saídas de recursos”, deste capítulo.	UNGC 8 SDG 8 e 12
ENERGIA				
302-1 m	Consumo de energia dentro da organização.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. “Alterações climáticas”, ponto “Gestão do consumo de energia”, deste capítulo. Ver tabela abaixo. Todos os combustíveis utilizados pelas Companhias de Jerónimo Martins são de fonte não renovável.	UNGC 7, 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13

Consumo total (GJ)	2025	*2024	Δ 2025/2024
Consumo de energia por tipologia	**8.378.920**	**7.953.837**	**+5.3%**
Eletricidade**	6.843.159	6.808.521	+0.5%
Combustíveis	1.285.623	1.017.993	+26.3%
Aquecimento**	250.138	127.323	+96.5%
Energia renovável	**4.345.895**	**4.253.082**	**+2.2%**
Eletricidade	4.309.625	4.234.747	+1.8%
Aquecimento	36.270	18.335	+97.8%

* Valor corrigido em função de uma atualização dos cálculos.
** Inclui a geração de energia renovável para autoconsumo, Garantias de Origem, Contratos de Aquisição de energia renovável e a percentagem de energia renovável do mix energético de cada fornecedor de energia.

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
302-2 m	Consumo de energia fora da organização.		Este indicador é apresentado sob a forma de CO_2e no âmbito do cálculo da pegada carbónica do Grupo – emissões de âmbito 3 para todas as categorias de acordo com a metodologia do GHG Protocol – Corporate Value Chain. Atualmente não existem fatores de conversão das unidades utilizadas nas categorias de âmbito 3 para GJ. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 SDG 7, 8, 12 e 13
302-3 m	Intensidade energética.	✓	Em 2025, o indicador de intensidade foi de 0,233 GJ/mil euros de vendas, representando menos 2,1% face a 2021. Em 2024, o indicador de intensidade foi de 0,238 GJ/mil euros de vendas. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", deste capítulo. Foi utilizado o fator de conversão de kWh para GJ do Sistema Internacional Unidades de forma a dar resposta a este indicador.	UNGC 8 SDG 7, 8, 12 e 13
302-4 m	Redução do consumo de energia.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", deste capítulo.	UNGC 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
302-5 m	Reduções nos requisitos energéticos de produtos e serviços.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", deste capítulo.	UNGC 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
ÁGUA				
303-1 (2018)	Interações com a água como um recurso partilhado.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos", ponto "Consumo de água", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 SDG 6 e 12
303-2 (2018)	Gestão de impactos relacionados com as rejeições de água.	✓		UNGC 8 SDG 6
303-3 (2018)	Captação de água.	✓	Ver tabelas abaixo.	UNGC 8 SDG 6 e 12
303-4 (2018)	Rejeição de águas.	✓		UNGC 8 SDG 6
303-5 (2018)	Consumo de água.	✓		UNGC 7 e 8 SDG 6

Captação total (megalitros/milhão de euros de vendas)	2025	2024	Δ 2025/2024
Valor específico global	0,230	0,189	+21,2%
Valor específico (Distribuição)	0,102	0,102	+0,0%
Valor específico (Agroalimentar)	27,284	20,386	+33,8%

Captação total (megalitros)	2025	2024	Δ 2025/2024
Captação de água por fonte*	**8.265,1**	**6.326,6**	**+30,6%**
Rede municipal e privada	7.595,8	6.014,0	+26,3%
Água subterrânea	533,7	294,0	+81,5%
Água superficial (inclui água da chuva)	135,6	18,5	+633,0%

* A totalidade do volume captado corresponde a água doce.

Água reciclada (megalitros)	2025	2024	Δ 2025/2024
Água reciclada total*	3,3	2,8	+17,9%

* Apenas na Ara.

Total de águas residuais (megalitros)	2025	2024	Δ 2025/2024
Águas residuais por tipo de destino*	**3.155,3**	**2.936,4**	+7,5%
Saneamento municipal	3.098,4	2.883,4	+7,5%
Meio natural	56,9	52,9	+7,6%

* Estima-se que a água doce represente menos de 0,5% do volume rejeitado.

Total de água consumida (megalitros)	2025	2024	Δ 2025/2024
Consumo de água	**5.109,8**	**3.390,2**	**+50,7%**

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
BIODIVERSIDADE				
101-1	Políticas para deter e reverter a perda de biodiversidade	✅	Este indicador é reportado parcialmente no subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.1. “As nossas políticas sobre conduta empresarial” e no subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, deste capítulo.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
101-2	Gestão de impactos na biodiversidade	✅	Este indicador é reportado parcialmente no subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”, pontos “Iniciativas para redução de impactes e proteção da biodiversidade”, “Combate à desflorestação” e “Estratégia de Pescado Sustentável”, deste capítulo. Ver ainda, como medidas adicionais de conservação, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Apoio a projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas”, deste capítulo.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
101-3	Acesso e repartição justa e equitativa de benefícios	✅	Este indicador é reportado parcialmente no subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
101-4	Identificação de impactos na biodiversidade	✅	Este indicador é reportado parcialmente no subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Gestão de impactos, riscos e oportunidades associados à biodiversidade”, subponto “Impactes e dependências” e pontos “Combate à desflorestação” e “Estratégia de Pescado Sustentável”, deste capítulo.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
101-5	Locais com impactos na biodiversidade	✅	Este indicador é reportado parcialmente no subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Gestão de impactos, riscos e oportunidades associados à biodiversidade”, subponto “Atividades localizadas em áreas importantes para a biodiversidade”, deste capítulo.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
101-6	Fatores diretos de perda de biodiversidade	✅	Este indicador é reportado parcialmente no subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. “Alterações climáticas”, ponto “Pegada de carbono”, subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”, ponto “Consumo de água”, subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”, ponto “Estratégia de Pescado Sustentável”, subsecção 3.2.5. “Poluição”, deste capítulo.	UNGC 8 SDG 6, 13, 14 e 15
101-7	Mudanças no estado da biodiversidade	✅	Este indicador é reportado parcialmente no subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15
101-8	Serviços ecossistémicos	✅	Este indicador é reportado parcialmente no subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”.	UNGC 8 SDG 6, 14 e 15

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
EMISSÕES [m]				
305-1 [m]	Emissões diretas de Gases de Efeito de Estufa – GEE (Âmbito 1).	✓	Todos os consumos são calculados considerando os gases com efeito de estufa, pelo que incluem, sempre que aplicável, CO_2, N_2O, CH_4, HFC ou outros. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
305-2 [m]	Emissões indiretas de GEE (Âmbito 2).	✓		UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
305-3 [m]	Outras emissões indiretas de GEE (Âmbito 3).	✓		UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
305-4 [m]	Intensidade das emissões de GEE.	✓		UNGC 8 SDG 13, 14 e 15
305-5 [m]	Redução de emissões de GEE.	✓		UNGC 8 e 9 SDG 13, 14 e 15
305-6 [m]	Emissões de substâncias destruidoras da camada do ozono.	✓	Este aspeto não é material. Não obstante, em 2025 não se verificou a emissão CFC-11 eq.	UNGC 7 e 8 SDG 3 e 12
305-7 [m]	Óxidos de azoto (NO_X), óxidos de enxofre (SO_X) e outras emissões significativas.	✓	As quantidades são emitidas pela combustão de combustíveis fósseis (uso de combustível no local para operação de equipamentos, geradores de emergência e aquecimento, bem como frota de veículos ligeiros): • NO_X = 119,4 toneladas (-1,5% face a 2024); • SO_X = 27,2 toneladas (+22,0% face a 2024). Para o cálculo das emissões atmosféricas foram utilizados os fatores de emissão da Agência Europeia do Ambiente (Air pollutant emission inventory guidebook).	UNGC 7 e 8 SDG 3, 12, 14 e 15
RESÍDUOS				
306-1 [m] (2020)	Produção de resíduos e impactes significativos.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Gestão de impactos, riscos e oportunidades associados à economia circular", e ponto "Ações para promover a economia circular", subponto "Valorização de resíduos das operações" e subponto "Valorização de resíduos de clientes", deste capítulo. Ver secção 7.1. ESRS – Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (indicador E5-5[m] - Saídas de recursos).	UNGC 8 SDG 3, 6, 11, 12
306-2 [m] (2020)	Gestão de impactes significativos associados a resíduos.	✓		
306-3 [m] (2020)	Resíduos por tipo e por destino.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos", do subponto "Gestão de resíduos" e ponto "Ações para promover a economia circular" dos subpontos "Valorização de resíduos das operações" e "Valorização de resíduos de clientes", deste capítulo. Ver secção 7.1. ESRS – Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (indicador E5-5[m] - Saídas de recursos).	UNGC 8 SDG 3, 6, 11, 12, 14 e 15
306-4 [m] (2020)	Resíduos encaminhados para valorização.	✓		
306-5 [m] (2020)	Resíduos encaminhados para deposição.	✓		

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES				
308-1 m	Novos fornecedores que foram selecionados com base em critérios ambientais.	✓	Em 2025, o Grupo aprovou 122 novos fornecedores, 100% dos quais foram também avaliados na componente ambiental. Ver subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2 “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.1. “Seleção e acompanhamento de fornecedores”, ponto “Auditorias ambientais” deste capítulo.	UNGC 8 ESRS G1
308-2 m	Impactes ambientais negativos na cadeia de abastecimento e ações tomadas.		Ver subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2 “Conduta empresarial”, deste capítulo.	UNGC 8 ESRS G1
EMPREGO				
401-1 m	Novas contratações e rotatividade de colaboradores.	✓	A taxa de rotatividade foi 29,2% em 2025. Face a 2024, verifu-se um ligeiro acréscimo de 1,3 p.p. em Portugal, 7,0 p.p. na Colômbia e um decréscimo de 1,8 p.p. na Polónia. A nossa análise recai sobre dois tipos de rotatividade: a não voluntária e a voluntária (do ponto de vista do colaborador). A primeira resulta essencialmente da sazonalidade a que o negócio está sujeito, forçando as Companhias a ajustar a sua força de trabalho em momentos como o Natal, a Páscoa ou o Verão, bem como de um ajuste desejável relacionado com desempenhos abaixo do esperado. Por outro lado, existem várias razões que podem levar os colaboradores a sair do nosso Grupo voluntariamente e que podem estar relacionadas com a oportunidade de uma nova posição ou a necessidade de mudança por motivos profissionais ou pessoais. As cessações voluntárias são as principais responsáveis pela taxa de rotatividade, sobretudo no grupo de colaboradores com 30 ou menos anos. Para compreender as razões da rotatividade e atuar preventivamente, mitigando-as, conduzimos entrevistas de saída. Adicionalmente, este indicador é acompanhado pelo Comité de Risco. Ver tabelas abaixo e subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Os nossos colaboradores”, deste capítulo.	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10 ESRS 2 GOV-1 ESRS S1-6

Contratações

2025	Novas contratações					
	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	**27.176**	**21.583**	**2.235**	**34.005**	**16.989**	**50.994**
Portugal	7.697	4.193	570	6.681	5.779	12.460
Polónia	10.334	11.961	1.613	19.070	4.838	23.908
Colômbia	8.913	5.173	16	7.885	6.217	14.102
Eslováquia	196	235	31	331	131	462
Chéquia	25	6	3	33	1	34
Marrocos	11	15	2	5	23	28

2024	Novas contratações					
	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	**24.208**	**19.612**	**1.847**	**31.594**	**14.073**	**45.667**
Portugal	7.177	4.032	510	6.511	5.208	11.719
Polónia	10.768	11.944	1.317	19.722	4.307	24.029
Colômbia	6.194	3.518	7	5.226	4.493	9.719
Eslováquia	40	99	7	81	65	146
Chéquia	29	19	6	54	0	54

2025	Taxa de novas contratações*					
	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	**70,9%**	**23,9%**	**11,7%**	**30,4%**	**47,2%**	**34,5%**
Portugal	82,7%	22,2%	8,0%	29,7%	44,8%	35,2%
Polónia	52,8%	19,7%	13,6%	24,4%	34,6%	25,9%
Colômbia	96,6%	50,9%	23,2%	74,6%	69,9%	72,5%
Eslováquia	113,3%	84,8%	91,2%	102,2%	81,9%	95,5%
Chéquia	89,3%	27,3%	100,0%	63,5%	100,0%	64,2%
Marrocos	68,8%	40,5%	66,7%	45,5%	51,1%	50,0%

* Taxa de novas contratações (por segmento) = número total de novas contratações durante o ano/total de colaboradores no final do período.

2024	Taxa de novas contratações*					
	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	**66,2%**	**22,7%**	**10,9%**	**29,7%**	**42,0%**	**32,7%**
Portugal	75,1%	21,0%	7,6%	28,6%	41,0%	33,1%
Polónia	55,8%	20,3%	12,8%	26,2%	33,0%	27,2%
Colômbia	81,1%	42,7%	15,9%	63,6%	58,3%	61,1%
Eslováquia	87,0%	80,5%	77,8%	77,9%	87,8%	82,0%
Chéquia	116,0%	100,0%	150,0%	114,9%	0,0%	112,5%

* Taxa de novas contratações (por segmento) = número total de novas contratações durante o ano/total de colaboradores no final do período.

Rotatividade

2025	Cessações					
	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	**21.128**	**19.173**	**2.767**	**28.548**	**14.520**	**43.068**
Portugal	7.010	4.594	876	6.917	5.563	12.480
Polónia	7.768	10.238	1.859	15.982	3.883	19.865
Colômbia	6.260	4.246	16	5.505	5.017	10.522
Eslováquia	58	80	12	107	43	150
Chéquia	23	6	4	32	1	33
Marrocos	9	9	0	5	13	18

2024	Cessações					
	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	**19.676**	**18.133**	**2.327**	**27.279**	**12.857**	**40.136**
Portugal	7.028	4.158	849	6.716	5.319	12.035
Polónia	8.292	10.798	1.468	16.791	3.767	20.558
Colômbia	4.322	3.169	7	3.729	3.769	7.498
Eslováquia	1	2	1	2	2	4
Chéquia	33	6	2	41	0	41

2025	Taxa de rotatividade*					
	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	**55,1%**	**21,2%**	**14,4%**	**25,6%**	**40,3%**	**29,2%**
Portugal	75,4%	24,3%	12,3%	30,8%	43,1%	35,3%
Polónia	39,7%	16,8%	15,7%	20,4%	27,7%	21,5%
Colômbia	67,8%	41,8%	23,2%	52,1%	56,4%	54,1%
Eslováquia	33,5%	28,9%	35,3%	33,0%	26,9%	31,0%
Chéquia	82,1%	27,3%	133,3%	61,5%	100,0%	62,3%
Marrocos	56,3%	24,3%	0,0%	45,5%	28,9%	32,1%

* Taxa de rotatividade (por segmento) = número total de saídas durante o ano/ total de colaboradores no final do período.

2024	Taxa de rotatividade*					
	Idade			Género		Total
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens	
Grupo	**53,8%**	**21,0%**	**13,7%**	**25,7%**	**38,3%**	**28,7%**
Portugal	73,6%	21,7%	12,7%	29,5%	41,9%	34,0%
Polónia	42,9%	18,4%	14,3%	22,3%	28,9%	23,3%
Colômbia	56,6%	38,5%	15,9%	45,4%	48,9%	47,1%
Eslováquia	2,2%	1,6%	11,1%	1,9%	2,7%	2,2%
Chéquia	132,0%	31,6%	50,0%	87,2%	0,0%	85,4%

* Taxa de rotatividade (por segmento) = número total de saídas durante o ano/ total de colaboradores no final do período.

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
401-2 [m]	Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos aos colaboradores temporários ou a tempo parcial.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Compensação e benefícios", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 3, 5 e 8
401-3 [m]	Licença parental.	✓	Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 5 e 8 ESRS S1-15

Licença parental*	2025			2024		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Colaboradores com direito a licença parental	111.710	35.999	147.709	106.326	33.532	139.858
Colaboradores que gozaram de licença parental	3.247	1.068	4.315	3.829	1.142	4.971
Colaboradores que regressaram de licença parental	1.766	942	2.708	1.985	1.040	3.025
Colaboradores que regressaram de licença parental e que continuaram no Grupo 12 meses após o regresso	1.721	834	2.555	2.391	778	3.169
Taxa de regresso ao trabalho **	54,4%	88,2%	62,8%	51,8%	91,1%	60,9%
Taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar licença parental ***	34,9%	10,0%	28,8%	33,6%	8,0%	27,7%
Taxa de retenção ****	86,7%	80,2%	84,5%	83,5%	74,4%	81,0%

* Os colaboradores com direito a licença parental representaram 100%, dos quais 2,9% usufruíram de licença parental (mulheres: 2,9%; homens: 3,0%).
** A taxa de regresso ao trabalho corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença parental tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período.
*** A taxa de colaboradores que ainda se encontram a gozar licença parental corresponde à percentagem de colaboradores que ainda não voltaram da licença tendo por base os colaboradores que gozaram de licença parental no período.
**** A taxa de retenção corresponde à percentagem de colaboradores que regressaram de licença parental em 2025 e que permanecem a trabalhar no Grupo 12 meses depois.

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
TRABALHO E RELAÇÃO COM A GESTÃO				
402-1 [m]	Prazos mínimos de notificação prévia em relação a mudanças operacionais.	✓	O Grupo Jerónimo Martins segue os prazos de pré-aviso estabelecidos pela lei no que se refere a mudanças de natureza operacional. Todos os contratos coletivos de trabalho que existem com aplicação em Portugal contam com cláusula referente a denúncia (cessação por vontade de uma das partes) e processo de revisão, contando com normas que estipulam, consoante o caso, prazos e procedimentos para cada figura. De qualquer forma, este tema está coberto pelo Código do Trabalho português que regula estas realidades.	UNGC 3 SDG 8

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
SAÚDE E SEGURANÇA DOS COLABORADORES				
403-1 m (2018)	Sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho.	✓	Ver subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Segurança e saúde no trabalho”, deste capítulo.	SDG 8 ESRS S1-14
403-2 m (2018)	Identificação de perigosidade, avaliação de riscos e investigação de incidentes.	✓		ESRS 2 SBM-3
403-3 m (2018)	Serviços de saúde no trabalho.	✓		SDG 8 ESRS S1-1
403-4 m (2018)	Participação dos trabalhadores, consulta e comunicação aos trabalhadores referentes a saúde e segurança no trabalho.	✓		SDG 8 e 16 ESRS S1-2
403-5 m (2018)	Capacitação de colaboradores em saúde e segurança no trabalho.	✓		SDG 8
403-6 m (2018)	Promoção da saúde do colaborador.	✓		SDG 3
403-7 m (2018)	Prevenção e mitigação dos impactos na saúde e segurança no trabalho diretamente ligados pelas relações comerciais.		Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", seção 2.6. "As nossas políticas", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", seção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subseção 3.3.5 "Salvaguardas mínimas", e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", seção 5.2 "Conduta empresarial", subseção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", deste capítulo.	SDG 8 e 16 ESRS S2-3
403-8 m (2018)	Trabalhadores cobertos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho.	✓	A informação apresentada é referente aos sistemas de gestão de segurança e saúde implementado na Biedronka (ISO 45001:2018), Terra Alegre (ISO 45001:2019), cozinhas centrais das Meal Solutions (ISO 45001:2023) e nos centros de distribuição do Pingo Doce: Azambuja, Vila do Conde, Algoz, Alfena, Alcochete e Vila Nova da Rainha (ISO 45001:2023). Neste âmbito são considerados 91.097 colaboradores (88.253 na Biedronka, 2.094 nos centros de distribuição, 146 na Terra Alegre e 604 nas Meal Solutions) e 19.676 trabalhadores não colaboradores (19.674 na Biedronka e 2 na Terra Alegre). Por regra, todos os colaboradores estão cobertos pelo sistema. A auditoria externa apenas inclui uma amostra do total de colaboradores e trabalhadores não colaboradores, tendo em 2025 coberto 26,3% da população. Os colaboradores e trabalhadores não colaboradores também estão abrangidos pelos sistemas de segurança e saúde no trabalho dos respetivos países, de acordo com a legislação local. Ver subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Segurança e saúde no trabalho”, deste capítulo.	SDG 8 ESRS S1-14

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
403-9 [m] (2018)	Acidentes de trabalho.	✓	Em 2025, registaram-se 4.499 acidentes de trabalho em todo o Grupo, e 39 que tiveram consequência grave. Em comparação com o ano anterior, isso representa um aumento de 4,6% no total de acidentes, mas uma redução de 20,4% nos casos graves. A diferença entre géneros deve-se à maior presença de mulheres na força de trabalho. O índice de acidentes de comunicação obrigatória, que mede a relação entre o número de acidentes e as horas trabalhadas, apresentou uma redução de 1,9% apesar do aumento do número absoluto de acidentes. Isso significa que, mesmo com um aumento de 5,6% na força de trabalho e de 6,6% nas horas trabalhadas, houve proporcionalmente menos acidentes. O índice de acidentes de elevada consequência melhorou em 25,4%, uma redução superior face ao observado no número absoluto dessa tipologia. Na sua maioria, os acidentes: • em Portugal levaram a traumas e contusões; • na Polónia levaram a feridas e outras lesões superficiais, lesões dos membros: fraturas, entorses, distensões, ruturas e luxações; • na Colômbia levaram a contusões, problemas musculoesqueléticos (e.g. contraturas, espasmos musculares, dor lombar) e feridas. A maioria dos acidentes relaciona-se com quedas, esforço físico, manipulação inapropriada dos equipamentos, comportamentos arriscados, pavimentos com resíduos ou molhados e manuseamento de instrumentos de corte. Os principais perigos e causas dos acidentes são determinados maioritariamente através da análise dos acidentes ocorridos e, para os mitigar, implementamos continuamente programas de formação e sensibilização, focados nos perigos mais comuns (por exemplo, manipulação de equipamentos e movimentação de cargas na loja / centro de distribuição, para as operações e boas práticas rodoviárias, para os colaboradores de estruturas centrais). Os perigos identificados estão também a ser eliminados de forma gradual com a remodelação e abertura de novas de lojas. Foram contabilizados acidentes de trabalhadores não colaboradores nas três principais geografias, num total de 320 acidentes (3 em Portugal, 105 na Polónia e 212 na Colômbia), cujas principais causas e perigos associados são semelhantes aos registados para colaboradores. Não foram contabilizados óbitos no Grupo em 2025. Continuamos a melhorar os nossos sistemas de informação para garantir que reportamos a totalidade da informação solicitada pelo indicador. Ver tabelas abaixo e subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Segurança e saúde no trabalho”, deste capítulo.	SDG 3, 8 e 16 ESRS S1-14

2025	Acidentes de trabalho – colaboradores		
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Número de fatalidades	0	0	0
Número de acidentes de consequência grave *	28	11	39
Número de acidentes de comunicação obrigatória	3.092	1.407	4.499
Horas trabalhadas	170.278.763	64.150.797	234.429.560
Índice de acidentes de consequência grave **	0,16	0,17	0,17
Índice de acidentes de comunicação obrigatória ***	18,16	21,93	19,19

2025	Acidentes de trabalho – trabalhadores não colaboradores
	Total
Número de fatalidades	0
Número de acidentes de consequência grave *	0
Número de acidentes de comunicação obrigatória	320

* São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias.
** Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos) = (Número de acidentes de trabalho com consequência grave exceto óbitos/Total de Horas Trabalhadas) x 10^6. Quanto aos dados reportados no Relatório e Contas de 2024 sobre os acidentes de consequência grave (49 acidentes no Grupo), uma vez que as ausências superiores a 180 dias só podem ser apuradas a partir de 30/06/2025, estes devem ser corrigidos. Vieram a registar-se mais 42 acidentes que resultaram num período de ausência dos colaboradores superior a 180 dias (20 em Portugal e 22 na Polónia) que se estendeu pelo ano 2025. Assim, no total, em 2024 registaram-se 91 acidentes de consequência grave.
*** Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória/Total de Horas Trabalhadas) x 10^6. Na sequência da adoção dos standards de reporting (ESRS) introduzidos pela CSRD, e de forma a dar resposta ao *data requirement* S1-14, os acidentes considerados para o cálculo deste indicador passaram a ser os que resultem em morte, dias de ausência do trabalho, trabalho limitado ou transferência para outro posto de trabalho, tratamento médico para além dos primeiros socorros ou perda de consciência.

2024	Acidentes de trabalho – colaboradores		
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Número de fatalidades	0	1	1
Número de acidentes de consequência grave *	40	9	49
Número de acidentes de comunicação obrigatória	3.023	1.277	4.300
Horas trabalhadas	160.749.695	59.081.353	219.831.048
Índice de acidentes de consequência grave **	0,25	0,15	0,22
Índice de acidentes de comunicação obrigatória ***	18,81	21,61	19,56

2024	Acidentes de trabalho – trabalhadores não colaboradores
	Total
Número de fatalidades	2
Número de acidentes de consequência grave *	0
Número de acidentes de comunicação obrigatória	219

* São considerados acidentes com consequência grave os que resultem num período de ausência do colaborador superior a 180 dias.
** Índice de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos) = (Número de acidentes de trabalho com consequência grave exceto óbitos/Total de Horas Trabalhadas) x 10^6. Quanto aos dados reportados no Relatório e Contas de 2023 sobre os acidentes de consequência grave (34 acidentes no Grupo), uma vez que as ausências superiores a 180 dias só podem ser apuradas a partir de 30/06/2024, estes devem ser corrigidos. Vieram a registar-se mais 41 acidentes que resultaram num período de ausência dos colaboradores superior a 180 dias (13 em Portugal e 28 na Polónia) que se estendeu pelo ano 2024. Assim, no total, em 2023 registaram-se 75 acidentes de consequência grave.
*** Índice de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória = (Número de acidentes de trabalho de comunicação obrigatória/Total de Horas Trabalhadas) x 10^6. Na sequência da adoção dos standards de reporting (ESRS) introduzidos pela CSRD, e de forma a dar resposta ao *data requirement* S1-14, os acidentes considerados para o cálculo deste indicador passaram a ser os que resultem em morte, dias de ausência do trabalho, trabalho limitado ou transferência para outro posto de trabalho, tratamento médico para além dos primeiros socorros ou perda de consciência.

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
403-10 m (2018)	Doenças profissionais.	✓	Em 2025, foram registados 202 casos de doenças profissionais, o que corresponde a um aumento de 72,6% face a 2024. A diferença entre géneros deve-se ao maior número de mulheres na força de trabalho. As principais doenças profissionais registadas foram tendinite (inflamação nos tendões), epicondilite (inflamação no cotovelo), periartrite (inflamação no ombro), paralisia, síndrome do túnel cárpico, lombalgia, entre outras doenças crónicas do sistema musculoesquelético. As principais causas de doenças profissionais encontram-se em movimentos repetidos e sobrecargas sobre bainhas tendinosas, aliados a um ritmo elevado de trabalho com carga variada e manual. Para mitigar estes perigos, as Companhias têm melhorado o parque de máquinas e equipamentos, alterado e assegurando a manutenção de infraestruturas do local de trabalho, reforçado a sensibilização e formação específica de SST em identificação de perigos e riscos relacionados com as atividades desenvolvidas nos locais de trabalho, assim como têm evoluído na organização das tarefas e no ajuste de horários de trabalho. Continuamos a melhorar os nossos sistemas de informação para garantir que reportamos a totalidade da informação solicitada pelo indicador. Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, ponto “Segurança e saúde no trabalho”, deste capítulo.	SDG 3, 8 e 16

2025	Doenças profissionais – colaboradores*		
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Número de fatalidades	0	0	0
Número de casos de doenças profissionais	163	39	202

* Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a informação solicitada pelo indicador no âmbito dos trabalhadores não colaboradores.

2024	Doenças profissionais - colaboradores		
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Número de fatalidades	0	0	0
Número de casos de doenças profissionais	110	7	117

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros Standards
FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO				
404-1 m	Média de horas de formação por ano e por colaborador.	✓	A média de horas de formação dos homens é ligeiramente superior à das mulheres pois algumas funções do nível funcional *operational*, como por exemplo da secção de talho ou de logística, têm pela sua especificidade a necessidade de maior número de horas de formação e são atualmente ocupadas por mais homens. O nível funcional *operational* é também o que apresenta um maior número de horas de formação, o que em parte se justifica por ser a categoria com maior rotatividade, exigindo maior necessidade de formação no seu acolhimento e também em temáticas obrigatórias como a segurança e saúde no trabalho. Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Formação", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 4, 5, 8 e 10 ESRS S1-13

2025	Média de horas de formação		
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Grupo	**63**	**75**	**66**
Strategic	21	23	22
Managerial	34	32	33
Operational	63	77	67

2024	Média de horas de formação		
	Género		Total
	Mulheres	Homens	
Grupo	**63**	**68**	**64**
Strategic	33	14	20
Managerial	34	35	35
Operational	63	70	65

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros standards
404-2 m	Programas de melhoria de competências dos colaboradores e programas de apoio à transição.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto" Formação e desenvolvimento de competências", deste capítulo.	SDG 8
404-3 m	Percentagem de colaboradores que são regularmente alvo de avaliações de desempenho e de desenvolvimento da carreira.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Desenvolvimento de liderança", deste capítulo. Para efeitos do processo de gestão de desempenho, consideram-se como elegíveis os colaboradores dos níveis funcionais *strategic* e *managerial* que tenham pelo menos três meses de antiguidade no Grupo, à data de referência de 31/12/2025. No que diz respeito ao nível funcional *operational*, está em curso um processo de uniformização e centralização dos critérios de elegibilidade.	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10 ESRS S1-13

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros standards
DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADES				
405-1 [m]	Diversidade dos órgãos de governance e dos colaboradores.	✓	Ver tabela abaixo e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e Inclusão", deste capítulo. Na Direção Executiva do Grupo, 25% dos membros são mulheres. Adicionalmente, ver capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins", subcapítulo 1. "Perfil e Estrutura", secção 1.3. "Órgãos Sociais e Estrutura", subsecção 1.3.1. "Órgãos Sociais", e capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", 17. "Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efetivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro".	UNGC 6 SDG 5 e 8 ESRS S1-9

2025	Grupo Etário			Género	
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens
Grupo	**26,0%**	**61,1%**	**12,9%**	**75,6%**	**24,4%**
Portugal	26,3%	53,5%	20,2%	63,5%	36,5%
Polónia	21,2%	66,0%	12,8%	84,8%	15,2%
Colômbia	47,4%	52,2%	0,4%	54,3%	45,7%
Eslováquia	35,8%	57,2%	7,0%	66,9%	33,1%
Chéquia	52,8%	41,5%	5,7%	98,1%	1,9%
Marrocos	28,6%	66,0%	5,4%	19,6%	80,4%
Níveis funcionais					
Strategic	0,5%	57,3%	42,2%	32,8%	67,2%
Managerial	7,3%	79,3%	13,4%	53,2%	46,8%
Operational	26,5%	60,6%	12,9%	76,3%	23,7%

2024	Grupo Etário			Género	
	<30	30-50	>50	Mulheres	Homens
Grupo	26,1%	61,7%	12,2%	76,0%	24,0%
Portugal	27,0%	54,1%	18,9%	64,1%	35,9%
Polónia	21,9%	66,5%	11,6%	85,2%	14,8%
Colômbia	48,0%	51,7%	0,3%	51,6%	48,4%
Eslováquia	25,8%	69,1%	5,1%	58,4%	41,6%
Chéquia	52,1%	39,6%	8,3%	97,9%	2,1%
Níveis funcionais					
Strategic	1,0%	57,7%	41,3%	30,8%	69,2%
Managerial	7,1%	81,1%	11,8%	52,9%	47,1%
Operational	26,7%	61,2%	12,1%	76,7%	23,3%

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros standards
405-2 [m]	Rácio entre o salário base e a remuneração das mulheres e dos homens.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", pontos "Os nossos colaboradores" e "Diversidade e inclusão", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10 ESRS S1-16
NÃO-DISCRIMINAÇÃO				
406-1 [m]	Incidentes confirmados de discriminação e medidas corretivas tomadas.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.3 "Consumidores e utilizadores finais"; secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", pontos "Os nossos colaboradores" e "Ética e conformidade", e subsecção 4.2.2 "Comunidades afetadas", ponto "Impactos nas comunidades afetadas", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 5 e 8 ESRS S1-17

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros standards
LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO E NEGOCIAÇÃO COLECTIVA				
407-1 m	Operações e fornecedores em que o direito à liberdade de associação e negociação coletiva pode estar em risco.		Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria, pontos "Os nossos colaboradores" e "Ética e conformidade", e subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	UNGC 3 SDG 8
TRABALHO INFANTIL				
408-1 m	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil.		Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", pontos "Os nossos colaboradores" e "Ética e conformidade", e subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	UNGC 5 SDG 8 e 16
TRABALHO FORÇADO				
409-1 m	Operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho forçado ou análogo ao escravo.		Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", pontos "Os nossos colaboradores" e "Ética e conformidade", e subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e "Certificações de sustentabilidade", deste capítulo.	UNGC 4 SDG 8
SEGURANÇA				
410-1	Formação em políticas e procedimentos de direitos humanos a equipas de segurança.		Continuamos a melhorar os nossos sistemas para garantir que reportamos a informação solicitada pelo indicador.	UNGC 1 SDG 16
COMUNIDADES LOCAIS				
413-1 m	Operações com o envolvimento da comunidade local, avaliação de impactos e desenvolvimento de programas.	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", ponto "Impactos nas comunidades afetadas", no presente capítulo.	UNGC 1 SDG 1 e 2
AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES				
414-1 m	Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais.	✅	Em 2025, o Grupo trabalhou com 314 novos fornecedores de Marca Própria e perecíveis, tendo 80% sido alvo de uma auditoria de seleção que incluiu componentes relativas a práticas laborais (ex.: existência e utilização de vestuário adequado, de equipamentos de lavagem de mãos, regras de conduta e higiene pessoal, existência e condições de áreas sociais, vestiárias e instalações sanitárias para colaboradores e o controlo de formação adequada para as formações. Os demais fornecedores apresentaram certificações que os isentaram da auditoria de seleção.) Ver subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", deste capítulo.	UNGC 2 SDG 5, 8 e 16
414-2 m	Impactos sociais negativos na cadeia de abastecimento e medidas tomadas.	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2 "Comunidades afetadas", ponto "Impactos nas comunidades afetadas"; subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", pontos "Gestão laboral responsável na cadeia de valor" e "Certificações de sustentabilidade"; e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", deste capítulo.	UNGC 2 SDG 5, 8 e 16
POLÍTICAS PÚBLICAS				
415-1	Contribuições para partidos políticos.	✅	As empresas do Grupo Jerónimo Martins não apoiam partidos políticos ou os seus representantes, nem contribuem financeiramente para grupos que possam apoiar interesses partidários. Ver canal "Sustentabilidade", página "Governação", subpágina "Conduta empresarial" para consultar o Código de Conduta no website www.jeronimomartins.com.	UNGC 10 SDG 16

GRI Standard	Descrição		Evidências	Outros standards
SAÚDE E SEGURANÇA DOS CONSUMIDORES				
416-1 [m]	Avaliação dos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subponto "Qualidade e segurança dos produtos", e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", deste capítulo.	UNGC 1 e 2 SDG 3, 9 e 12
416-2 [m]	Incidentes de não conformidade relativos aos impactos dos produtos e serviços na saúde e segurança.	✓	Os incidentes relacionados com recolha de produtos (*recalls* e *withdrawals*) podem ser consultados no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Qualidade e segurança dos produtos" e sub-subponto "Recolha de produtos alimentares", deste capítulo. Adicionalmente, encontramo-nos a melhorar os processos de reporte por forma a responder aos demais requisitos deste indicador. Informação sobre os passivos contingentes considerados materiais, tal como definido no indicador GRI 206-1 desta tabela, são descritos na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".	SDG 16
MARKETING E ROTULAGEM				
417-1 [m]	Requisitos para informação e rotulagem de produtos e serviços.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores" e sub-subponto "Informação de produto"; e ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subponto "Inovação de produtos" e sub-subponto "Ingredientes, produtos e embalagens certificados".	SDG 12
417-2 [m]	Incidentes de não conformidade relativos à informação e rotulagem de produtos e serviços.	✓	Os incidentes relacionados com recolha de produtos (*recalls* e *withdrawals*) podem ser consultados no subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Qualidade e segurança dos produtos" e sub-subponto "Recolha de produtos alimentares", deste capítulo. Adicionalmente, encontramo-nos a melhorar os processos de reporte por forma a responder aos demais requisitos deste indicador. Informação sobre os passivos contingentes considerados materiais, tal como definido no indicador GRI 206-1 desta tabela, são descritos na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".	UNGC 1, 2, 7, 8, 9 e 10 SDG 8,12 e 16 ESRS S4
417-3	Incidentes de não conformidade relativos a comunicações de marketing.	✓	Informação sobre os passivos contingentes considerados materiais, tal como definido no indicador GRI 206-1 desta tabela, são descritos na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras". Adicionalmente, encontramo-nos a melhorar os processos de reporte por forma a responder aos demais requisitos deste indicador.	UNGC 1, 2, 7, 8, 9 e 10 SDG 8,12 e 16 ESRS S4

[m] - Requisito material.

A tabela de indicadores acima segue a metodologia da Global Reporting Initiative (GRI) Standards. Salvo indicação em contrário, os indicadores são reportados de acordo com a versão de 2021 dos GRI Standards.

7.3. SASB – Sustainability Accounting Standards Board

Indicador SASB	Descrição		Evidências	Outros Standards
FB-FR-110a.1	Combustível da frota consumido, percentagem renovável.	✅	A metodologia de cálculo consideramos o valor poder calorifico inferior para a conversão em GJ. Consumo de combustíveis da frota = 315.047 GJ Percentagem de combustível de origem renovável = 0% Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 GRI 302-1 GRI 302-2 SDG 7, 8, 12 e 13
FB-FR-110b.1	Emissões de GEE de âmbito 1 associadas a gases refrigerantes.	✅	Face à natureza do negócio, o indicador é reportado em CO_2e. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 GRI 305-1 SDG 3, 12, 13, 14 e 15
FB-FR-110b.2	Percentagem de gases refrigerantes sem potencial de destruição da camada do ozono.	✅	Em 2025 não se verificou a emissão de CFC-11 eq. (100%).	UNGC 7 e 8 GRI 305-6 SDG 3 e 12
FB-FR-110b.3	Taxa média de emissões de gases refrigerantes	✅	Em 2025, foram emitidas 97.799 toneladas de CO_2e de gases refrigerantes. Em 2025 não é possível fazer o cálculo da taxa média de emissões de gases refrigerantes. Estamos a trabalhar internamente para melhorar o nosso inventário e proceder ao calcular a taxa média de emissões de gases refrigerantes.	UNGC 7 e 8 GRI 305-6 SDG 3 e 12
FB-FR-130a.1	(1) Energia consumida, (2) Percentagem de eletricidade da rede, (3) Percentagem de energia renovável.	✅	A metodologia de cálculo consideramos o valor poder calorifico inferior para a conversão em GJ. Face à natureza do negócio, a informação é reportada por fonte de energia e de forma agregada. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", deste capítulo.	UNGC 7, 8 e 9 GRI 302-1 GRI 302-2 SDG 7, 8, 12 e 13
FB-FR-150a.1	Desperdício alimentar gerado, percentagem desviada do fluxo de gestão de resíduos.	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Ações para promover a economia circular", subponto "Combate ao desperdício alimentar". Ver também subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo. Face à natureza do negócio, o indicador é reportado em percentagem e em kg/toneladas.	SDG 2, 12 e 13
FB-FR-230a.2	Descrição da abordagem utilizada para identificar e abordar os riscos de segurança dos dados.	✅	Ver capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção B "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II – "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)", 21. "Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade", e secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade".	UNGC 1, 2, 6 and 10 GRI 2-12, 2-13, 3-3 and 418-1 SDG 9, 16 and 17
FB-FR-250a.2	Número de *recalls*.	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Qualidade e segurança dos produtos", sub-subponto "Recolha de produtos alimentares", deste capítulo.	GRI 416-2 SDG 3 e 12
	Número de unidades de *recalls* e percentagem de *recalls*, em unidades, que são referentes a produtos de Marcas Próprias.		O reporte do Grupo é feito quanto ao número de incidentes de *recalls* e *wtihdrawals* emitidos durante o ano em causa, para produtos de Marca Própria e perecíveis – para mais informação consulte subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Qualidade e segurança dos produtos", sub-subponto "Recolha de produtos alimentares", deste capítulo. Não divulgamos as unidades correspondentes a cada *recall/withdrawal* emitido, quanto a Marcas Próprias, nem quanto à percentagem correspondente.	
FB-FR-260a.2	Descrição dos processos utilizados para identificar e gerir os produtos e ingredientes associados às preocupações dos consumidores em termos de nutrição e saúde.	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Qualidade e segurança dos produtos", deste capítulo.	GRI 416-2 SDG 3 e 12

Indicador SASB	Descrição		Evidências	Outros Standards
FB-FR-270a.1	Número de incidentes de não conformidade relacionados com códigos regulatórios ou setoriais aplicáveis às práticas de rotulagem e de comunicação comercial.	✓	O reporte do Grupo é feito quanto ao número de incidentes de *recalls* e *wtihdrawals* emitidos durante o ano em causa, para produtos de Marca Própria e perecíveis – para mais informação consulte subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Qualidade e segurança dos produtos", sub-subponto "Recolha de produtos alimentares", e subponto "Inovação de produtos", sub-subponto "Ingredientes, produtos e embalagens certificados". Informação sobre os passivos contingentes associados a processos considerados materiais, tal como definido no indicador GRI 206-1, são descritos na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".	UNGC 1,2 e 10 GRI 2-27, 417-2 e 417-3 SDG 12 e 16
FB-FR-270a.2	Montante total das perdas monetárias decorrentes de ações judiciais ou processos legais associados a práticas de rotulagem ou de comunicação comercial.	✓	Informação sobre os passivos contingentes associados a processos considerados materiais, tal como definido no indicador GRI 206-1, são descritos na nota 23. "Contingências, ativos contingentes e passivos contingentes" do capítulo 3 "Demonstrações Financeiras".	UNGC 7 e 10 GRI 206-1 e 417-3 SDG 12 e 16
FB-FR-310a.2	Percentagem de colaboradores ativos com acordos coletivos de trabalho.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores" e ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	UNGC 3 GRI 2-30 SDG 8 ESRS S1-8
FB-FR-430a.1	Vendas associadas a produtos com certificação externa de sustentabilidade.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Comos gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo. Face à natureza do negócio, este indicador é reportado como a proporção das vendas de produtos com certificação externa de sustentabilidade face ao total das vendas de Marca Própria e de produtos perecíveis.	SDG 12
FB-FR-430a.2	Percentagem de vendas de ovos provenientes de galinhas não enjauladas.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Bem-estar animal", deste capítulo.	SDG 12 e 15
	Percentagem de vendas de suíno produzido sem recurso à utilização de jaulas de gestação.		Não aplicável.	
FB-FR-430a.3	Descrição da estratégia de gestão de riscos ambientais e sociais na cadeia de abastecimento, incluindo bem-estar animal.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Bem-estar animal"; ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", ponto "Gestão laboral responsável na cadeia de valor"; e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", pontos "Auditorias de qualidade e segurança alimentar" e "Auditorias sociais", deste capítulo.	UNGC 7 GRI 3-3 SDG 12 e 15
FB-FR-430a.4	Discussão da estratégia adotada na redução dos impactes ambientais associados à utilização de embalagens.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação Ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização de recursos e economia circular" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 7 e 8 GRI 3-3 GRI 301-1 SDG 8 e 12
FB-FR-000.A	Número de (1) localização de atividades de distribuição, e de (2) centros de distribuição.	✓	(1) Esta informação é regularmente disponibilizada nos comunicados de divulgação de resultados do Grupo no website corporativo, área de "Investidor", página "Comunicados". (2) Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	---
FB-FR-000.B	Área total de (1) lojas e (2) centros de distribuição.	✓	(1) Esta informação é regularmente disponibilizada nos comunicados de divulgação de resultados do Grupo no website corporativo, área de "Investidor", página "Comunicados".	---
FB-FR-000.C	Número de veículos na frota comercial.	✓	Em 2025 frota do Grupo Jerónimo Martins era constituída por 5.283 de diversas tipologias, em concreto, gasóleo, gasolina, híbridos e híbridos plug-in Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", deste capítulo.	---

7.4. IFRS-S – International Financial Reporting Standards - Sustainability Series

IFRS – S1 Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas com a sustentabilidade

IFRS S1		Evidências	Outros standards
GOVERNAÇÃO	✅	Consulte o subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.2 “Governo e estratégia” e secção 2.4. “Gestão de riscos do reporte em matéria de sustentabilidade”, deste capítulo.	ESRS 2 GOV 1; ESRS 2 GOV 2; ESRS 2 GOV 3; ESRS 2 GOV 4.
ESTRATÉGIA	✅	Ver subcapítulo 2. “Divulgações gerais", secção 2.5. “Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade”; o subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos “Gestão de riscos e oportunidades climáticas” e "Identificação de riscos e oportunidades", e o ponto “O nosso plano de transição climática”, subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5. “Salvaguardas Mínimas”, deste capítulo. Ver também o nosso Plano de Transição Climática. Ver ainda o subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos tópicos sociais”, subsecção 4.2.1 “Mão de obra própria”, subsecção 4.2.2. “Comunidades afetadas”, subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”, e subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor”; e o subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”.	ESRS 2 SBM-1; ESRS 2 SBM-2; ESRS 2 SBM-3

IFRS S1		Evidências	Outros standards
GESTÃO DE RISCO	✅	Consulte o subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.4. “Gestão de riscos do reporte em matéria de sustentabilidade”, secção 2.5. “Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade”; o subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Identificação de riscos e oportunidades", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular”, subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”, subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”, subsecção 3.2.5. “Poluição”, ver subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, deste capítulo. Os mecanismos de gestão de risco encontram-se descritos no capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção C "Organização Interna", subsecção III – “Controlo Interno e Gestão de Riscos”, 53. “Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade”.	ESRS 2 GOV-5 ESRS 2 IRO-1; ESRS 2 IRO-2
MÉTRICAS E TARGETS	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”, subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”, subsecção 3.2.5. “Poluição”, subcapítulo 4. “Informação Social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.1. “Mão de obra própria”, subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.4. “Iniciativas e práticas de pagamento a fornecedores”, e subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. “Compromissos para 2024-2026”, deste capítulo.	ESRS 2 MDR-M; ESRS 2 MDR-T; ESRS E1-4 a ESRS E1-9; ESRS E2-3 a ESRS E2-6; ESRS E3-3 a ESRS E3-5; ESRS E4-4 a ESRS E4-6; ESRS E5-3 a ESRS E5-5; ESRS S1-5 a S1-17; ESRS S2-5; ESRS S3-5; ESRS S4-5; ESRS G1-6.
MATERIALIDADE	✅	Ver o subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, secção 2.5. “Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade”, deste capítulo.	ESRS 2 SBM-2; ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 IRO-1; ESRS 2 IRO-2

IFRS – S2 Climate-related disclosure requirements

IFRS S2		Evidências	Outros standards
GOVERNAÇÃO	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Governo", deste capítulo.	ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 GOV-3; ESRS E1-1; E1-2
ESTRATÉGIA	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "A nossa estratégia" e "Identificação de riscos e oportunidades", e pontos "O nosso plano de transição climática", "Pegada de carbono" e "As nossas ações de redução de emissões de carbono", deste capítulo. Ver também o Plano de Transição Climática disponível no nosso website.	ESRS 2 SBM-3; ESRS 2 MDR-A ESRS E1-1; ESRS E1-2; ESRS E1-3; ESRS 2 IRO-1
GESTÃO DE RISCO	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "A nossa estratégia" e "Identificação de riscos e oportunidades", e pontos "Pegada de carbono" e "As nossas ações de redução de emissões de carbono" deste capítulo. Ver também o Plano de Transição Climática disponível no nosso website.	ESRS E1-2; ESRS E1-3; ESRS 2 IRO-1
MÉTRICAS E TARGETS	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" e subcapítulo 7. "Frameworks de reporte", secção 7.3. "SASB – Sustainability Accounting Standards Board", deste capítulo. Ver também o Plano de Transição Climática disponível no nosso website.	ESRS E1-4 a ESRS E1-9

7.5. Indicadores de Desempenho Jerónimo Martins

Descrição		Evidências	Outros standards
AMBIENTE			
Número de locais com certificação ambiental para pelo menos 70% do total de centros de distribuição e unidades industriais (fábrica de massas frescas, cozinhas centrais, fábrica de sopas, fábrica de laticínios Terra Alegre e unidades de embalamento), até 2026.	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. "Poluição" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 7, 12 e 13
Redução do consumo de energia em 10% (por 1.000€ de vendas) até 2026, face a 2021.	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Redução do volume de água captada nas atividades de Distribuição em 10% (por 1.000€ de vendas), até 2026, face a 2021.	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos", ponto "Consumo de água", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 7 SDG 7, 12, 13 e 14
Redução das emissões de carbono resultantes do transporte de mercadorias para as lojas em 5% (em toneladas de CO_2e por palete transportada) até 2026, em comparação com 2021.	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Percentagem de energia não renovável consumida e produzida.	✅	Da energia consumida pelas operações das Companhias do Grupo Jerónimo Martins, 48% é proveniente de fontes não renováveis. Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.2. Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 7, 8 e 9 SDG 7, 8, 12 e 13
Redução das emissões dos âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, em pelo menos 10% até 2026, em comparação com 2021. Este compromisso está alinhado com a meta baseada na ciência para o curto prazo apresentada por Jerónimo Martins à Science Based Targets Initiative.	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Atingir 60% de consumo de eletricidade renovável até 2030.	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.2. "Compromissos de longo prazo".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Redução das emissões absolutas de energia e indústria de âmbitos 1 e 2 em 55%, até 2033 face a 2021, meta validada pela Science Based Targets initiative.	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Redução das emissões absolutas de energia e indústria de âmbito 3 em 33%, até 2033 face a 2021, meta validada pela Science Based Targets initiative.	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.2. "Compromissos de longo prazo".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Redução das emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de floresta, solos e agricultura em 39%, até 2033, face a 2021, meta validada pela Science Based Targets initiative.	✅	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.2. "Compromissos de longo prazo".	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13

Descrição		Evidências	Outros standards
Envolver, no período 2024-2026, pelo menos 5 dos 100 maiores fornecedores em termos de bens adquiridos em cada empresa, para colaborar na definição de estratégias para a redução das emissões de âmbito 3.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Colaboração com os fornecedores", deste capítulo. Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026.	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Percentagem de estabelecimentos que utilizam refrigeração natural ou gases de baixo PAG nos seus sistemas de refrigeração.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "As nossas ações de redução de emissões de carbono", subponto "Gestão de gases de refrigeração" do presente capítulo.	UNGC 7 SDG 7, 12 e 13
Definir e implementar um plano de mitigação e adaptação para melhorar a eficiência da utilização da água e gerir a sua escassez durante os períodos de baixa precipitação nas unidades da JMA, divulgando publicamente o seu progresso.	✓	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026".	UNGC 7 SDG 7, 12, 13 e 14
Na Colômbia, Polónia e Portugal, apoiar e/ou implementar, no período 2024-2026, pelo menos dois projetos de conservação da natureza e proteção da biodiversidade, alinhados com o Quadro Global de Diversidade Kunming-Montreal, e divulgar anualmente os seus resultados.	✓	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026".	UNGC 8 SDG 14, 15 e 17
Quantidade de materiais evitados e outros benefícios ambientais do projeto de ecodesign de embalagens.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Garantir que pelo menos 25% das embalagens dos produtos de Marca Própria são incluídas no projeto Ecodesign até 2026, face ao sortido de 2023.	✓		SDG 12 e 13
Cálculo da quantidade de plástico em embalagens de Marca Própria e noutros plásticos de utilização única.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Aumentar o conteúdo de plástico reciclado para 25% do total das embalagens plásticas sob nossa responsabilidade (Marca Própria, embalagens de serviço, sacos para transporte de compras e filme de paletização) até 2025.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Reduzir em 10%, até 2025, o consumo específico de plástico medido em toneladas de embalagens de plástico por milhão de euros de volume de negócios, face a 2018.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Reduzir em 15%, até 2025, o uso de plástico virgem nas embalagens de Marca Própria, embalagens de serviço, filme de paletização e sacos para transporte de compras, face a 2018.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13
Percentagem de embalagens de plástico de Marca Própria desenhadas para reciclagem.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026".	SDG 12 e 13

Descrição		Evidências	Outros standards
Percentagem de embalagens de Marca Própria e Perecíveis que são 100% recicláveis ou reutilizáveis.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Materiais consumidos e saídas de recursos” e o subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. Compromissos 2024-2026”.	SDG 12 e 13
Taxa anual de valorização de resíduos de pelo menos 85% do volume total de resíduos gerados, até 2026.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Materiais consumidos e saídas de recursos”, e o subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. “Compromissos 2024-2026”, deste capítulo.	SDG 12 e 13
Desperdício alimentar gerado pelas operações do Grupo (kg/tonelada de produto vendido).	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Ações para promover a economia circular”, subponto “Combate ao desperdício alimentar” e o subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. “Compromissos 2024-2026” deste capítulo.	UNGC 7 SDG 2, 12 e 13
Limitar o desperdício alimentar anual a 2,5% do total de alimentos vendidos (em toneladas), durante o período de 2024-2026.	✓		
Aumentar em 10% a quantidade de alimentos resgatados nas operações próprias e na cadeia de abastecimento, nomeadamente através de doações de alimentos, vendas com desconto de produtos alimentares que atinjam o prazo de validade, recuperação de alimentos não classificados de agricultores e de sobras de operações próprias e recuperação de alimentos desperdiçados para alimentação animal e bioprocessamento, até 2026, em comparação com 2023.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. “Utilização dos recursos e economia circular”, ponto “Ações para promover a economia circular”, suponto “Combate ao desperdício alimentar” e o subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. Compromissos 2024-2026” deste capítulo.	SDG 2, 12 e 13
Realizar, anualmente, pelo menos 40 auditorias ambientais a prestadores de serviços.	✓	Ver subcapítulo 5. “Informações sobre a governação”, secção 5.2. “Conduta empresarial”, subsecção 5.2.1. “Seleção e acompanhamento de fornecedores”, ponto “Auditorias ambientais” e o subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. Compromissos 2024-2026”, deste capítulo.	UNGC 8 SDG 12, 13 e 15
Número de auditorias ambientais às operações próprias.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”.	UNGC 8 SDG 7, 12 and 13

Descrição		Evidências	Outros standards
Cálculo do consumo de *commodities* de desflorestação (óleo de palma, soja, carne bovina e papel e madeira) em produtos de Marca Própria e perecíveis.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Combate à desflorestação" e subcapítulo 6. "Compromissos de Sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026" deste do capítulo.	UNGC 7, 8 e 9 SDG 12, 13 e 15
Até 2025, garantir que o óleo de palma, a soja, o papel/madeira e a carne bovina na nossa Marca Própria e produtos perecíveis não estão associados à desflorestação ou à conversão de ecossistemas (DCF - Livre de Desflorestação e Conversão).	✓		
Para o óleo de palma continuar a assegurar a certificação 100% RSPO nas Companhias em Portugal e na Polónia, e alargar progressivamente este compromisso aos derivados de óleo de palma. Na Colômbia, assegurar o cumprimento das diretrizes definidas no "Acuerdo de Voluntades para la Deforestación Cero en la Cadena de Palma en Colombia" do Governo colombiano, garantindo que, até 2026, o óleo de palma de origem colombiana utilizado em Marcas Próprias e produtos perecíveis seja rastreável até à exploração onde foi produzido e não esteja associado à desflorestação, e que 100% do óleo de palma de origem não colombiana utilizado em Marcas Próprias e produtos perecíveis seja certificado pela RSPO	✓		
Para a soja, até 2025, garantir que 100% da soja direta e indireta é rastreável pelo menos até ao país de origem e que, sempre que provém de uma origem onde o risco não é negligenciável, a soja é rastreada até ao município de origem e/ou possui certificação de sustentabilidade (por exemplo, RTRS ou Proterra).	✓		
Trabalhar com fornecedores de produtos de marca própria e perecíveis para garantir que 95% das fibras virgens utilizadas nos nossos produtos e 80% das fibras virgens utilizadas nas nossas embalagens são certificadas (FSC® ou PEFC) até 2026	✓		
Garantir que 100% da carne bovina da nossa Marca Própria e produtos perecíveis é rastreável pelo menos até ao país de origem, e que a rastreabilidade até à exploração de origem é garantida para toda a carne bovina proveniente de países de risco não negligenciável.	✓		
Percentagem de ovos frescos de Marca Própria comercializados e que são provenientes de galinhas não enjauladas.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Bem-estar animal", subponto "Práticas adotadas na produção de carne, laticínios e ovos frescos", deste capítulo.	SDG 12
Percentagem de ovos utilizados como ingredientes em produtos de Marca Própria provenientes de galinhas não enjauladas.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Bem-estar animal", subponto "Práticas adotadas na produção de carne, laticínios e ovos frescos", deste capítulo.	SDG 12
Conformidade com a Política de Pescado Sustentável do Grupo.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Estratégia de Pescado Sustentável", subponto "Avaliação de impactos e ações de mitigação", deste capítulo.	SDG 12 e 14

Descrição		Evidências	Outros standards
Até 2026, analisar o estado de sustentabilidade dos stocks pesqueiros para pelo menos 80% das vendas de peixe (em kg), de produtos de marca própria e perecíveis, e divulgar publicamente o progresso.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Estratégia de Pescado Sustentável", subponto "Sustentabilidade dos stocks selvagens e preservação da biodiversidade ", deste capítulo.	SDG 12 e 14
Até 2026, garantir que 100% do atum selvagem capturado na nossa Marca Própria e produtos perecíveis é rastreável até à embarcação.	✓	Ver subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Pescado Sustentável", subponto "Rastreabilidade do atum", deste capítulo.	SDG 12 e 14
Assegurar a aplicação do Manual de Agricultura Sustentável em pelo menos 60 explorações novas ou a reavaliadas em Portugal, durante o período 2024-2026.	✓	Ver subcapítulo 5. "Informações sobre governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.2. "Sensibilização e formação a fornecedores", deste capítulo.	UNGC 7, 8 e 9 SDG 12,13,14 e 15
SOCIAL			
Reforço da oferta de alternativas alimentares como vegan, vegetariano e à base de plantas, sem lactose, sem glúten ou biológico.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", do presente capítulo.	SDG 3, 10 e 12
Em todos os países, assegurar que os produtos destinados a crianças* têm um perfil nutricional mais elevado, ou pelo menos igual, ao da referência de mercado (ou melhor na sua categoria), de acordo com o país de atividade. * A partir dos 3 anos de idade, com formatos e pictogramas apropriados na embalagem para estas idades.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", do presente capítulo.	SDG 2, 3, 10 e 12
Na Colômbia, garantir que 100% dos produtos de Marca Própria não contêm, nos seus ingredientes diretos, corantes artificiais nem intensificadores de sabor até 2026.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores" e subponto "Fornecer informações aos consumidores", sub-subponto "Informação de produto, ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", do presente capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal, garantir a utilização da rotulagem voluntária "Sem OGM" em pelo menos 75% das referências alimentares de Marca Própria que contenham maioritariamente (>50%/peso líquido) ingredientes potencialmente modificados (soja e milho), ajudando os consumidores no processo de decisão.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores", sub-subponto "Informação de produto"; e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", do presente capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal, facilitar o consumo responsável através da rotulagem voluntária de bebidas alcoólicas (incluindo vinhos) para 100% das referências de Marca Própria, nas seguintes áreas: i) Índice calórico; ii) Desaconselhamento do consumo por mulheres grávidas; iii) Promoção de uma condução responsável.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12

Descrição		Evidências	Outros standards
Na Hebe, reforçar a importância das alternativas de Marca Própria sem ingredientes de origem animal, nomeadamente, lançando pelo menos 10 novas referências por ano.	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produto", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Hebe, reforçar a relevância da gama de produtos Hebe Naturals que tenham pelo menos 92% de ingredientes naturais na sua composição (de acordo com a norma ISO 16128).	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produto" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal, Polónia e Colômbia realizar pelo menos um programa anual de promoção dos princípios da dieta mediterrânica ou de hábitos alimentares saudáveis em geografias com outros hábitos alimentares (com base nas recomendações de peritos locais).	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores", sub-subponto "Informações noutros meios" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em todos os países, promover a literacia para a rotulagem dos produtos.	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores", sub-subponto "Informação de produto", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal, garantir que a rotulagem Nutri-Score é aplicada a 100% dos lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria.	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores", sub-subponto "Informação de produto", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produto", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Polónia, garantir que a rotulagem Nutri-Score é aplicada a 100% dos lançamentos de produtos alimentares de Marca Própria em categorias selecionadas.	✅	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores", subponto "Fornecer informações aos consumidores", sub-subponto "Informação de produto", e ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produto", sub-subponto "Lançamentos", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Polónia, garantir a ausência de xarope de glucose-frutose em, pelo menos, 90% dos produtos de Marca Própria até ao final de 2026.	✅	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Polónia, eliminar a lecitina de soja em, pelo menos, 50% dos produtos de Marca Própria com este ingrediente até ao final de 2026.	✅	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 3 e 12

Descrição		Evidências	Outros standards
Na Polónia e em Portugal, sempre que possível, garantir que os cereais integrais são o principal ingrediente dos cereais de pequeno-almoço (com exceção dos cereais à base de milho) até ao final de 2026.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos", sub-subponto "Reformulações" , e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal, garantir o enriquecimento de minerais e vitaminas essenciais nos produtos de Marca Própria mais vendidos e que visam complementar as principais fontes de alimentação, até ao final de 2026.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos", sub-subponto "Reformulações" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Assegurar que, até ao final de 2026, 100% do portfólio alimentar de Marcas Próprias não contém acessulfame nem aspartame.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos", sub-subponto "Reformulações" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria, sem ingredientes de origem animal, destinados a consumidores com preferências específicas.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Inovação de produtos", sub-subpontos "Lançamentos" e "Reformulações", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Aumentar as vendas de produtos e/ou embalagens de Marcas Próprias e de perecíveis com certificação de sustentabilidade para pelo menos 15% do total de vendas dessas categorias de produtos até 2026.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subponto "Inovação de produtos", e sub-subponto "Ingredientes, produtos e embalagens certificados", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 12 e 13
Na Biedronka, assegurar que pelo menos 95% do sortido dos produtos de higiene pessoal de Marca Própria não contêm microplásticos.	✓	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 3 e 12
Em Portugal e na Polónia, reforçar a relevância da oferta de produtos cosméticos de Marca Própria que contenham, pelo menos, 90% de ingredientes naturais (em linha com a ISO 16128).	✓	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Biedronka, desenvolver detergentes de Marca Própria que tenham simultaneamente fragrâncias naturais nos seus ingredientes, que sejam isentos de conservantes e que tenham certificação Ecolabel.	✓	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Biedronka, introduzir a rotulagem "Coma peixe duas vezes por semana" para 100% das referências de peixe fresco em Marcas Próprias e produtos perecíveis especializados até 2026.	✓	Ver subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. Compromissos 2024-2026" deste capítulo.	SDG 12
Procurar assegurar, anualmente, que o número de recolha de produtos alimentares com potencial risco para a saúde pública (severidade de nível I), cuja causa seja atribuível às Companhias de Jerónimo Martins, é zero. Na possibilidade de ocorrência de casos de severidade de nível I, e em linha com a Política da Qualidade e Segurança de Produto de Jerónimo Martins, assegurar por todos os meios disponíveis, que a recolha de produtos alimentares em lojas e centros de distribuição tem uma eficácia de 100%.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subponto "Qualidade e segurança dos produtos", sub-subponto "Recolha de produtos alimentares" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12

Descrição		Evidências	Outros standards
Na Polónia, manter o número de localizações com certificação ISO 22000 (17 centros de distribuição em 2024) e assegurar a certificação dos novos centros de distribuição, a abrir no período 2024-2026, no prazo de dois anos após o início da operação.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores" e subponto "Qualidade e segurança dos produtos", sub-subponto "Auditorias a lojas e centros de distribuição" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 3 e 12
Na Biedronka, garantir a extensão da garantia dos produtos de 2 para 3 anos para todos os produtos elétricos e não elétricos não alimentares, quando aplicável.	✓	Ver subcapítulo 4 "Informação social", secção 4.2 "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção "4.2.3. Consumidores e utilizadores finais", subponto "Inovação de produto", sub-subponto "Ingredientes, produtos e embalagens certificados" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 12
Monitorização e divulgação de pelo menos 70% (em valor) dos impactos sociais resultantes dos apoios concedidos por todas as Companhias do Grupo, de acordo com a metodologia Business For Societal Impact (B4SI) e alinhados com os critérios da materialidade financeira.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", ponto "Impactos nas comunidades afetadas", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 2, 3, 4, 10 e 17
Fortalecer o envolvimento em projetos sociais direcionados para crianças, jovens e idosos de contextos vulneráveis em todas as geografias e focados nos temas da saúde e da alimentação saudável, com o objetivo de impactar diretamente um milhão de pessoas por ano, até 2026.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Apoios diretos às comunidades afetadas", "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e "Apoios indiretos às comunidades afetadas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 1, 2, 3
Até 2026, na Colômbia, garantir que 50% das lojas doam alimentos e produtos não alimentares a organizações não-governamentais, com o objetivo de apoiar pessoas vulneráveis.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Apoios diretos às comunidades afetadas", "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e "Apoios indiretos às comunidades afetadas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 1 e 2
Na Colômbia, garantir apoio, até 2026, a mais de 1.200 casas de amas comunitárias por meio de assistência alimentar e de equipamentos, ao mesmo tempo em que se faz o acompanhamento de indicadores nutricionais das crianças sob seus cuidados, como medidas antropométricas.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Apoios diretos às comunidades afetadas", "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e "Apoios indiretos às comunidades afetadas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 1, 2 e 3
Na Colômbia, garantir que pelo menos 200 voluntários participam em iniciativas de proteção ambiental e projetos de melhoria dos meios de subsistência para pessoas vulneráveis até 2026.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas" e subponto "Voluntariado" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 1 e 2
Na Colômbia, apoiar mais de 60.000 pessoas até 2026 e em contexto de condições vulneráveis através de programas humanitários e de subsistência, principalmente com alimentos, priorizando crianças e regiões com maior taxa de pobreza e maiores indicadores de insegurança alimentar, garantindo pelo menos duas parcerias com ONG e/ou outros líderes do sector.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2. "Comunidades afetadas", pontos "Como dialogamos com as nossas comunidades afetadas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade" secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", no presente capítulo.	SDG 1, 2 e 17

Descrição		Evidências	Outros standards
Formação a colaboradores em Higiene e Segurança Alimentar.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho", deste capítulo. Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores", subponto "Qualidade e segurança dos produtos", sub-subponto "Formação interna em qualidade e segurança alimentar" deste capítulo.	SDG 3 e 12
Estágios em contexto real de trabalho.	✓	Em 2025, contámos com 422 estágios em contexto real de trabalho.	SDG 8, 10 e 17
Programas de talento jovem.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Desenvolvimento de liderança", deste capítulo.	SDG 8 e 10
Colaboradores promovidos.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Desenvolvimento de liderança", deste capítulo.	SDG 8 e 10
Colaboradores com mobilidade interna.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Desenvolvimento de liderança", deste capítulo.	---
Colaboradores cobertos por formação.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Formação", deste capítulo.	SDG 8 e 10
Investimento em formação.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências", subponto "Formação", deste capítulo.	---
Medidas de Responsabilidade Social Interna.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Apoio aos colaboradores e suas famílias", deste capítulo.	SDG 1, 2, 3, 4, 8, 10 e 17
Investimento em medidas de Responsabilidade Social Interna.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Apoio aos colaboradores e suas famílias", deste capítulo.	---
Políticas de Recursos Humanos.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", deste capítulo.	UNGC 6 SDG 5, 8 e 10
Formação em políticas e práticas de direitos humanos e laborais.	✓	O Grupo promove ações de formação sobre este tema no âmbito do Código de Conduta, e da legislação laboral aplicável. Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo	UNGC 1
Nacionalidades de colaboradores.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	---
Gerações ativas.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	---
Retenção de colaboradores a 12 meses.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	---
Antiguidade média de colaboradores.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores", deste capítulo.	---

Descrição		Evidências	Outros standards
Diferenciação entre salário mínimo nacional e rendimento mínimo mensal.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Compensação e benefícios", deste capítulo.	SDG 1 e 8
% mulheres em funções de engenharia e investigação e desenvolvimento (I&D)	✓	35,1%	SDG 5 e 10
% mulheres em funções de tecnologias de informação (TI)	✓	20,5%	SDG 5 e 10
Número de pessoas com deficiência e/ou incapacidade.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão", deste capítulo.	SDG 10 e 17
Mecanismos de resolução.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	---
Operações submetidas a avaliações de direitos humanos.	✓	Ver subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", deste capítulo.	UNGC 1
Acordos significativos de investimento e contratos com cláusulas de direitos humanos.	✓	Os contratos celebrados com novos fornecedores implicam o conhecimento e adesão ao Código de Conduta de Fornecedores do Grupo Jerónimo Martins. Ver subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6. "As nossas políticas" e subcapítulo 4." Informação social" e secção 4.1. "As nossas políticas sociais", deste capítulo.	UNGC 1 e 2
GOVERNAÇÃO			
Garantir que 80% das compras de produtos alimentares do Grupo Jerónimo Martins são realizadas a fornecedores locais.	✓	Ver subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.3. "Relação com fornecedores locais", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	UNGC 8 SDG 12 e 13
Realizar auditorias ambientais a pelo menos 20% dos fornecedores de Marca Própria e perecíveis e com volume de compras superior a um milhão de euros, no período 2024-2026.	✓	Ver subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento de fornecedores", ponto "Auditorias ambientais" e o subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 1, 2 e 3
Na Polónia, realizar inspeções a 100% das explorações de ovos, a partir das quais são produzidos ovos frescos de Marca Própria para a Biedronka, até ao final de 2024.	✓	Ver subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento dos fornecedores", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 12
Em Portugal e na Polónia, garantir, até 2026, que os temas do bem-estar animal estejam incluídos no âmbito das auditorias aos fornecedores de produtos perecíveis que fabriquem produtos com, pelo menos, 80% de proteína animal, e divulgar publicamente os resultados.	✓	Ver subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento dos fornecedores", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 12
Na Polónia, a partir de 2024, realizar 100% das auditorias ao peixe fresco de aquacultura de acordo com a norma "Fish welfare".	✓	Ver subcapítulo 5. "Informação sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial", subsecção 5.2.1. "Seleção e acompanhamento dos fornecedores", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026", deste capítulo.	SDG 12

Legenda:

✓ Indicador verificado por entidade externa e independente.

A indicação "UNGC X" refere-se aos Princípios do Pacto Global das Nações Unidas.

A indicação "SDG X" refere-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDG) das Nações Unidas.

Anexo 1 – Requisitos de reporte e aplicação em tópicos ESRS que sejam aplicáveis em conjugação com as Divulgações Gerais

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Referência
ESRS 2 - Divulgações gerais	Base de elaboração	ESRS 2 BP-1 - Base geral para a elaboração das declarações de sustentabilidade	Capítulo 1. "O Grupo Jerónimo Martins" Capítulo 3. "Demonstrações Financeiras" Capítulo 4. "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade" Capítulo 5. "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulos 2. "Divulgações Gerais" secção 2.1. "Base de elaboração" e subcapítulo 7. "*Frameworks* de Reporte"
		ESRS 2 BP-2 - Divulgações em relação a circunstâncias específicas	Capítulo 5. "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.1. "Base de elaboração", secção 7.2. a 7.4. e subcapítulo 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)"
	Governação	ESRS 2 GOV-1 - Papel dos órgãos de administração, de direção e de supervisão	Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia" Canal "Sustentabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade" website www.jeronimomartins.com.
		ESRS 2 GOV-2 - Informações prestadas e questões de sustentabilidade abordadas pelos órgãos de administração, de direção e de supervisão da empresa	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia" Canal "Sustentabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade" website www.jeronimomartins.com.
		ESRS 2 GOV-3 - Integração do desempenho em matéria de sustentabilidade nos regimes de incentivos	Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção D "Remuneração" Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.2. "Governo e estratégia"
		ESRS 2 GOV-4 - Declaração sobre o dever de diligência	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.2. "Governo e estratégia" e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
		ESRS 2 GOV-5 - Gestão de riscos e controlos internos do relato de sustentabilidade	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.4. "Gestão de riscos do reporte em matéria de sustentabilidade"
	Estratégia	ESRS 2 SBM-1 – Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor	Capítulo 1 "O Grupo Jerónimo Martins" Capítulo 2 "Relatório de Gestão – Criação de Valor e Crescimento" Capítulo 4 "Governo da Sociedade". Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade"
		ESRS 2 SBM 2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação" e secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade". Canal "Sustentabilidade", página "A Nossa Estratégia de Sustentabilidade" website www.jeronimomartins.com
		ESRS 2 SBM -3 - Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", da secção 2.5. "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade"
ESRS E1 -	Governança	ESRS 2 GOV-3 – Integração do desempenho relacionado com a	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Referência
		sustentabilidade nos regimes de incentivo	ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Governo".
	Estratégia	E1-1[m] – Plano de transição para a atenuação das alterações climáticas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "O nosso plano de transição climática", deste capítulo. Plano de Transição Climática
		ESRS 2 SBM-3[m] - Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "Gestão de riscos e oportunidades climáticas" e "Identificação de riscos e oportunidades", e o ponto "O nosso plano de transição climática". Plano de Transição Climática.
	Gestão dos impactos riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1[m] - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com o clima	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "Identificação de riscos e oportunidades" Plano de Transição Climática
		E1-2[m] - Políticas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1. "As nossas políticas ambientais" e secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "A nossa estratégia". Plano de Transição Climática
		E1-3[m] - Ações e recursos relacionados com as políticas em matéria de alterações climáticas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subpontos "A nossa estratégia" e "Identificação de riscos e oportunidades", e pontos "Pegada de carbono" e "As nossas ações de redução de emissões de carbono". Plano de Transição Climática.
	Métricas e metas	E1-4[m] - Metas relacionadas com a atenuação das alterações climáticas e a adaptação às mesmas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026" e secção 6.2. "Compromissos de longo prazo"
		E1-5[m] - Consumo energético e combinação de energia	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia".
		E1-6[m] - Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de Carbono".
		E1-7[m] - Projetos de remoção de GEE e de atenuação dos GEE financiados através de créditos de carbono	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações climáticas", subponto "A nossa estratégia", e ponto "Pegada de carbono".
		E1-8 - Fixação interna do preço do carbono	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Valoração do carbono", e subcapítulo "7. Frameworks de Reporte", secção 7.1. "ESRS – Norma Europeias de Relato de Sustentabilidade", tabela "Indicadores ESRS".
		E1-9[m] - Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Referência
			climáticas", subpontos “Gestão de riscos e oportunidades climáticas” e "Identificação de riscos e oportunidades".
ESRS E2 -Poluição	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1 Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com a poluição	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”
		E2-1 – Políticas relacionadas com a poluição	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição” Página "As nossas políticas de sustentabilidade”, “Política Ambiental” e a “Política de Compras Sustentáveis”, website www.jeronimomartins.com.
		E2-2 – Ações e recursos relacionados com a poluição	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”.
	Métricas e metas	E2-3 – Metas relacionadas com a poluição	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”.
		E2-4 – Poluição do ar, da água e do solo	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”.
		E2-5 – Substâncias que suscitam preocupação e substâncias que suscitam elevada preocupação	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.5. “Poluição”.
		E2-6 – Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a poluição	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais”
ESRS E3 – Recursos hídricos e marinhos	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO 1 - Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”.
		E3-1 – Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1. “As nossas políticas ambientais”.
		E3-2 – Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”.
	Métricas e metas	E3-3 – Metas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”, ponto “Consumo de água”, e subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. Compromissos 2024-2026”.
		E3-4 – Consumo de água	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais”, subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”, ponto "Consumo de água”, e subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade”, secção 6.1. Compromissos 2024-2026”.
		E3-5 – Efeitos financeiros previstos de impactos, riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2 “Como gerimos os tópicos ambientais”.
ESRS E4 – Biodiversidade e ecossistemas	Estratégia	E4-1 – Plano de transição e consideração da biodiversidade e dos ecossistemas na estratégia e no modelo empresarial	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas”.
		ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas” e ponto “Gestão de impactos, riscos e oportunidades associados à biodiversidade”.
	G es tã	ESRS 2 IRO-1- Descrição dos processos para identificar e avaliar	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Referência
		impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas" e ponto "Gestão de impactos, riscos e oportunidades associados à biodiversidade".
		E4-2 – Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1. "As nossas políticas ambientais", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", e ponto "Iniciativas e ações para redução de impactes e proteção da biodiversidade".
		E4-3 – Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", pontos "Iniciativas e ações para redução de impactes e proteção da biodiversidade", "Combate à desflorestação" e "Estratégia de Pescado Sustentável."
	Métricas e metas	E4-4 – Metas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", pontos "Combate à desflorestação" e "Estratégia de Pescado Sustentável" e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade".
		E4-5 – Métricas de impacto relacionadas com a alteração da biodiversidade e dos ecossistemas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", pontos "Combate à desflorestação", "Estratégia de Pescado Sustentável" e "Apoio a projetos de proteção da biodiversidade e regeneração de ecossistemas".
		E4-6 – Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas"
ESRS E5 - Utilização dos recursos e economia circular	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1 – Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular"
		E5-1 - Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1 "As nossas políticas ambientais"
		E5-2 - Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", pontos "Gestão de riscos e oportunidades associados à economia circular" e "Ações para promover a economia circular".
	Métricas e metas	E5-3 - Metas relacionadas com a utilização dos recursos e a economia circular	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade"
		E5-4- Entradas de recursos	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo "7. *Frameworks* de reporte", secção 7.1. "ESRS – Norma Europeias de Relato de Sustentabilidade", tabela "Indicadores ESRS".
		E5-5- Saídas de recursos	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", ponto "Materiais consumidos e saídas de recursos", subponto "Gestão de resíduos", e ponto "Ações para promover a economia circular", subponto "Valorização de resíduos das operações"
		E5 -6- Efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", Subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular", pontos "Gestão de riscos e oportunidades

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Referência
ESRS S1 - Mão de obra própria			associados à economia circular" e "Materiais consumidos e saídas de recursos", e subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade.
	Estratégia	ESRS 2 SBM-2 [m] – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação".
		ESRS 2 SBM-3 [m] – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo "Divulgações gerais", secção 2.5. " Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade" e subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1 "Mão de obra própria".
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S1-1 [m] – Políticas relacionadas com a mão de obra própria	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão".
		S1-2 [m] – Processos para dialogar com os próprios trabalhadores e os representantes dos trabalhadores sobre impactos	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências".
		S1-3 [m] – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade".
		S1-4 [m] – Tomada de medidas sobre os impactos materiais na mão de obra própria e abordagens para atenuar os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a mão de obra própria, bem como a eficácia dessas medidas	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria".
		S1-5 [m] – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026".

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Referência
ESRS S1 - Mão de obra própria	Métricas e metas	S1-6 [m] – Características dos trabalhadores assalariados da empresa	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os nossos colaboradores".
		S1-7 [m] – Características dos trabalhadores não assalariados na mão de obra própria da empresa	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Os trabalhadores não colaboradores".
		S1-8 [m] – Cobertura de negociação coletiva e diálogo social	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade".
		S1-9 [m] – Métricas de diversidade	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão".
		S1-10 [m] – Salários adequados	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Compensação e benefícios".
		S1-11 [m] – Proteção social	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Apoio aos colaboradores e suas famílias".
		S1-12 – Pessoas com deficiência	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão".
		S1-13 [m] – Métricas de formação e desenvolvimento de competências	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Formação e desenvolvimento de competências".
		S1-14 [m] – Métricas de saúde e segurança	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e Saúde no Trabalho".
		S1-15 [m] – Métricas de equilíbrio entre a vida profissional e a vida privada	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Equilíbrio entre a vida profissional e vida privada".
		S1-16 [m] – Métricas de compensação (disparidade salarial e compensação total)	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão".
		S1-17 [m] – Incidentes, queixas e graves impactos e incidentes de desrespeito dos direitos humanos	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade".

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Referência
ESRS S2 - Trabalhadores na cadeia de valor	Estratégia	ESRS 2 SBM 2 – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor”.
		ESRS 2 SBM-3 – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor”.
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S2-1 – Políticas relacionadas com os trabalhadores na cadeia de valor	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.1. “As nossas políticas sociais”, subsecção 4.1.4. “Trabalhadores na cadeia de valor”
		S2-2 – Processos para dialogar com os trabalhadores na cadeia de valor sobre impactos	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.4. “Trabalhadores na cadeia de valor”, pontos “Gestão laboral responsável na cadeia de valor” e ponto “Certificações de sustentabilidade”
		S2-3 – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os trabalhadores na cadeia de valor expressarem preocupações	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2. “Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação” e subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5. “Salvaguardas mínimas”.
		S2-4 – Tomar medidas sobre impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os trabalhadores na cadeia de valor, e eficácia dessas ações	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.4. “Trabalhadores na cadeia de valor”, pontos “Gestão laboral responsável na cadeia de valor” e “Certificações de sustentabilidade”.
		S2-5 - Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor”.
	Estratégia	ESRS 2 SBM-2 [m] – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, “Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação”.
		ESRS 2 SBM-3 [m] – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção C "Organização Interna", subsecção III – “Controlo Interno e Gestão de Riscos”, 53. “Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade”. Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.2. “Comunidades afetadas”, e subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção “Salvaguardas Mínimas”.

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Evidências
ESRS S3 -Comunidades afetadas	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	S3-1[m] – Políticas relacionadas com as comunidades afetadas	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais”, subsecção 4.1.2. “Comunidades afetadas”.
		S3-2 [m] – Processos para dialogar com as comunidades afetadas sobre impactos	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.2. “Comunidades afetadas”, ponto “Como dialogamos com as nossas comunidades afetadas”.
		S3-3 – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2. “Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação”, subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5. “Salvaguardas mínimas”, e subcapítulo 4. “Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.2. “Comunidades afetadas”, ponto “Impactos nas comunidades afetadas”, e subcapítulo 5. “Informação sobre a Governação”, secção “5.2. Conduta empresarial”, subsecção 5.2.5 “Fiscalidade”.
		S3-4 [m] – Tomar medidas sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, bem como eficácia dessas ações	Capítulo 4 “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção C “Organização Interna”, subsecção III – “Controlo Interno e Gestão de Riscos”, 53. “Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade”. Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.2. “Comunidades afetadas”, pontos “Apoios diretos às comunidades envolventes”, “Programas e projetos de envolvimento e apoio às comunidades afetadas” e “Apoios indiretos às comunidades envolventes”, e subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5 “Salvaguardas mínimas”.
	Métricas e metas	S3-5 [m] – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 6. “Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026”.

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Referência
ESRS S4 - Consumidores e utilizadores finais	Estratégia	ESRS 2 SBM-2 [m] – Interesses e pontos de vista das partes interessadas	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2. “Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação”.
		ESRS 2 SBM-3 [m] – Impactos, riscos e oportunidades materiais e a sua interação com a estratégia e o modelo de negócio	Capítulo 4. “Governo da Sociedade”, Parte I – “Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secção C "Organização Interna", subsecção III – “Controlo Interno e Gestão de Riscos”, 53. “Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos)” a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade. Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.3. “Consumidores e utilizadores finais”, deste capítulo e subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5 “Salvaguardas Mínimas”.
	Gestão dos	S4-1 [m] – Políticas relacionadas com consumidores e utilizadores finais	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 4. “Informação social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais”, subsecção 4.1.3. “Consumidores e utilizadores finais”.

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Referência
		S4-2 [m] – Processos para dialogar com os consumidores e utilizadores finais sobre impactos	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Relação com os consumidores".
		S4-3 [m] – Processos para corrigir os impactos negativos e canais para os consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas Mínimas", e subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Correção dos impactos e canais para os consumidores manifestarem preocupação".
		S4-4 [m] – Adoção de medidas sobre impactos significativos nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações	Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção C "Organização Interna", subsecção III – "Controlo Interno e Gestão de Riscos", 53. "Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Atividade". Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5 "Salvaguardas mínimas", e subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2 "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3. "Consumidores e utilizadores finais", ponto "Ações orientadas para os nossos consumidores".
	Métricas e metas	S4-5 [m] – Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026".
ESRS G1 -Conduta empresarial	Governação	ESRS 2 GOV-1 [m] – O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção	Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secções A "Estrutura Acionista", B "Órgãos Sociais e Comissões" e C "Organização Interna". e no canal "Investidor" do website corporativo do Grupo. Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2, "Divulgações gerais", secção 2.2 "Governo e estratégia", subcapítulo 3 "Informação ambiental".
	Gestão dos impactos, riscos e oportunidades	ESRS 2 IRO-1[m] – Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2 "Divulgações gerais", secção 2.5 "Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade". e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", secção 5.2. "Conduta empresarial".
		G1-1 [m] – Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial	Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade" e secção C "Organização Interna", subsecção II "Comunicação de Irregularidades", e secção E "Transações com Partes Relacionadas", e no canal "Investidor" do website corporativo do Grupo. Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia"; secção 2.3. "Envolvimento com os *stakeholders* e canais de comunicação"; secção 2.6. "As nossas políticas", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Bem-estar animal"; secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas", subcapítulo 4. "Informação social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", e subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor".

Tópico	Aspeto	Requisito de divulgação	Referência
		G1-2 [m] – Gestão das relações com os fornecedores	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2 “Divulgações gerais”, secção 2.5 “Gestão de impactos, riscos e oportunidades e análise de dupla materialidade”, subcapítulo 4. “Informação social”, secção 4.2. “Como gerimos os tópicos sociais”, subsecção 4.2.4. “Trabalhadores na cadeia de valor”.
		G1-3 – Prevenção e deteção de corrupção e suborno	Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I – “Informação sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade”, secções A “Estrutura Acionista”, B “Órgãos Sociais e Comissões”, C “Organização Interna” e, E “Transações com Partes Relacionadas”. Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 2. “Divulgações gerais”, da secção 2.2. “Governo e estratégia”, subcapítulo 3. “Informação ambiental”, secção 3.3. “Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)”, subsecção 3.3.5. “Salvaguardas mínimas”.
	Métricas e metas	G1-4 – Incidentes confirmados de corrupção ou suborno	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 7. “Frameworks de reporte”, secção 7.1. “ESRS – Norma Europeias de Relato de Sustentabilidade”, indicador G1-4, secção 7.2. “GRI – Global Reporting Initiative”, indicadores GRI 2-27 e GRI 206-1.
		G1-5 – Influência política e atividades de representação de grupos de interesse	Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 7 “Frameworks de reporte”, secção 7.1 “7.1. ESRS – Norma Europeias de Relato de Sustentabilidade”, indicador G1-4.
		G1-6 [m] – Práticas de pagamento	Capítulo 3 “Demonstrações Financeiras”, subcapítulo 3.1. “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, nota 28.2.2. “Risco de liquidez”.

[m] Tópicos materiais.

Anexo 2 – *Datapoints* das ESRS associados a outras legislações da UE

Requisito de divulgação e respetivo datapoint	Referência SFDR	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
ESRS 2 GOV-1 Diversidade de género nos conselhos de administração n.º 21, alínea d)	Indicador n.º 13 do quadro 1 do anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 da Comissão, anexo II		Capítulo 4 "Governo da Sociedade", Parte I "Informação Sobre Estrutura Acionista, Organização e Governo da Sociedade", secção "Órgãos Sociais e Comissões", subsecção II "Administração e Supervisão (Conselho de Administração)"
ESRS 2 GOV-1 Percentagem de membros do conselho de administração que são independentes n.º 21, alínea e)			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		
ESRS 2 GOV-4 Declaração sobre o dever de diligência n.º 30	Indicador n.º 10 do quadro 3 do anexo I				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia", e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com combustíveis fósseis n.º 40, alínea d), subalínea i)	Indicador n.º 4 do quadro 1 do anexo I	Artigo 449.º-A do Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Informações qualitativas sobre o risco climático; Informações qualitativas sobre o risco social	Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Não aplicável
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com a produção de produtos químicos n.º 40, alínea d), subalínea ii)	Indicador n.º 9 do quadro 1 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Não aplicável
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com armas controversas n.º 40, alínea d), subalínea iii)	Indicador n.º 14 do quadro 1 do anexo I		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816; artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		Não material
ESRS 2 SBM-1 Participação em atividades relacionadas com tabaco n.º 40, alínea d), subalínea iv)			Artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		Não material
ESRS E1-1 Plano de transição para o objetivo de neutralidade climática até 2050 n.º 14				Artigo 2.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2021/1119	Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação Ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão de riscos e oportunidades associados às alterações
ESRS E1-1 Empresas excluídas		Artigo 449.º-A do Regulamento (UE)	Artigo 12.º, n.º 1, alíneas d) e g), e		

Requisito de divulgação e respetivo datapoint	Referência SFDR	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
dos índices de referência alinhados com o Acordo de Paris n.º 16, alínea g)		575/2013; Modelo 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: Qualidade de crédito corporativa; exposições por setor, emissões e prazo de vencimento residual	artigo 12.º, n.º 2, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		climáticas", subponto "A nossa estratégia"
ESRS E1-4 Metas de redução das emissões de GEE n.º 34	Indicador n.º 4 do quadro 2 do anexo I	Artigo 449.º-A do Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: alinhamento das métricas	Artigo 6.º do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 6. "Compromissos de sustentabilidade", secção 6.1. "Compromissos 2024-2026" e secção 6.2. "Compromissos de longo prazo"
ESRS E1-5 Consumo de energia e matriz energética (setores com grande impacto climático) n.º 38	Anexo I, quadro 1, indicador n.º 5; Anexo I, quadro 2, indicador n.º 5				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação Ambiental", secção 3.2. ."Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Gestão do consumo de energia".
ESRS E1-5 Consumo de energia e matriz energética n.º 37	Indicador n.º 5 do quadro 1 do anexo I				
ESRS E1-6 Intensidade energética associada a atividades em setores de elevado impacto climático n.º 10- 43	Indicador n.º 6 do quadro 1 do anexo I				
ESRS E1-6 Emissões brutas de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE n.º 44	Anexo I, quadro 1, indicadores n.º 1 e n.º 2	Artigo 449.º-A do Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: Qualidade de crédito corporativa; exposições por setor, emissões e prazo de vencimento residual	Regulamento Delegado (UE) 2020/1818, artigo 5.º, n.º 1, e artigo 6.º, n.º 1		Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação Ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.1. "Alterações climáticas", ponto "Pegada de carbono".
ESRS E1-6 Intensidade das emissões brutas de GEE n.º 10-55	Indicador n.º 3 do quadro 1 do anexo I	Artigo 449.º-A do Regulamento (UE) 575/2013; Modelo 1 do Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: Carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: alinhamento das métricas	Artigo 8.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		

Requisito de divulgação e respetivo datapoint	Referência SFDR	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
ESRS E1-7 Remoções de GEE e créditos de carbono n.º 56				Artigo 2.º, n.º 1, do Regulamento (UE) 2021/1119	
ESRS E1-9 Exposição da carteira do índice de referência a riscos físicos relacionados com o clima n.º 66			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818 e anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Phase in
ESRS E1-9 Desagregação dos montantes monetários por risco físico agudo e crónico, n.º 66, alínea a)		Artigo 449.º -A do Regulamento (UE) 575/2013; n.º 46 e 47 - Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão; Modelo 5: Carteira bancária — Risco físico das alterações climáticas: Exposições sujeitas a risco físico.			Phase in
ESRS E1-9 Localização de ativos significativos em risco físico material n.º 66, alínea c)					Phase in
ESRS E1-9 Repartição do valor contabilístico dos seus ativos imobiliários em termos de eficiência energética n.º 67, alínea c		Artigo 449.º -A do Regulamento (UE) 575/2013; Regulamento de Execução (UE) 2022/2453 da Comissão: n.º 34; modelo 2: carteira bancária — Risco de transição das alterações climáticas: Empréstimos garantidos por bens imóveis – Eficiência energética dos imóveis dados em garantia			Phase in
ESRS E1-9 Grau de exposição da carteira a oportunidades relacionadas com o clima n.º 69			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		Phase in
ESRS E2-4 Quantidade de cada poluente enumerado no anexo II do Regulamento RETP (Registo Europeu das Emissões e Transferências de Poluentes) emitida para o ar, a água e o solo, n.º 28	Anexo I, quadro 1, indicador n.º 8; anexo I, quadro 2, indicador n.º2; anexo I, quadro 2, indicador n.º 1; anexo I, quadro 2, indicador n.º 3				Não material Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 7. “Frameworks de reporte”, secção 7.2. “GRI -Global Reporting Initiative”
ESRS E3-1 Recursos hídricos e marinhos n.º 9	Indicador n.º 7 do quadro 2 do anexo 1				Não material Capítulo 5 “Declaração de Sustentabilidade”, subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. “Recursos hídricos e marinhos”

Requisito de divulgação e respetivo datapoint	Referência SFDR	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
ESRS E3-1 Política específica, n.º 13	Indicador n.º 8 do quadro 2 do anexo 1				Não material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3. "Recursos hídricos e marinhos"
ESRS E3-1 Oceanos e mares sustentáveis n.º 14	Indicador n.º 12 do quadro 2 do anexo 1				Não material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Estratégia de Pescado Sustentável"
ESRS E3-4 Total de água reciclada e reutilizada, n.º 28, alínea c)	Indicador n.º 6.2 do quadro 2 do anexo 1				Não material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.3 "Recursos hídricos e marinhos", ponto "Consumo de água"
ESRS E3-4 Consumo total de água em m^3 por receita líquida das próprias operações n.º 29	Indicador n.º 6.1 do quadro 2 do anexo 1				
ESRS 2- IRO 1 - E4 n.º 16, alínea a), subalínea i	Indicador n.º 7 do quadro 1 do anexo 1				Não material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Gestão de impactos, riscos e oportunidades associados à biodiversidade"
ESRS 2- IRO 1 - E4 n.º 16, alínea b)	Indicador n.º 10 do quadro 2 do anexo 1				
ESRS 2- IRO 1 - E4 n.º 16, alínea c)	Indicador n.º 14 do quadro 2 do anexo 1				
ESRS E4-2 Práticas ou políticas fundiárias/agrícolas sustentáveis n.º 24, alínea b	Indicador n.º 11 do quadro 2 do anexo 1				Não material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6 "As nossas políticas" e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.1. "As nossas políticas ambientais" e subcapítulo 5 "Informações sobre a governação", secção 5.2 "Conduta empresarial" e 5.2.2 "Sensibilização e formação a fornecedores"
ESRS E4-2 Práticas ou políticas oceânicas/marítimas sustentáveis n.º 24, alínea c)	Indicador n.º 12 do quadro 2 do anexo 1				Não material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Estratégia de Pescado Sustentável"
ESRS E4-2 Políticas para combater a desflorestação, n.º 24, alínea d)	Indicador n.º 15 do quadro 2 do anexo 1				Não material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.4. "Biodiversidade e ecossistemas", ponto "Combate à desflorestação"
ESRS E5-5	Indicador n.º 13 do quadro 2 do anexo 1				Capítulo 5. "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3.

Requisito de divulgação e respetivo datapoint	Referência SFDR	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
Resíduos não reciclados, n.º 37, alínea d)					"Informação ambiental", secção 3.2. "Como gerimos os tópicos ambientais", subsecção 3.2.2. "Utilização dos recursos e economia circular",", e ponto "Ações para promover a economia circular", subponto "Valorização de resíduos das operações" e "Gestão de resíduos".
ESRS E5-5 Resíduos perigosos e resíduos radioativos, n.º 39	Indicador n.º 9 do quadro 1 do anexo 1				
ESRS 2 — SBM3 - S1 Risco de incidentes decorrentes de trabalho forçado, n.º 14, alínea f)	Indicador n.º 13 do quadro 3 do anexo I				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade", subpontos "Erradicação de trabalho forçado e trabalho infantil" e "Mecanismos de resolução" subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS 2 — SBM3 — S1 Risco de utilização de trabalho infantil n.º 14, alínea g)	Indicador n.º 12 do quadro 3 do anexo I				
ESRS S1-1 Compromissos em matéria de política de direitos humanos n.º 20	Anexo I, quadro 3, indicador n.º 9 e anexo I, quadro 1, indicador n.º 11				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6 "As nossas políticas", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.1. "Mão de obra própria" subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS S1-1 Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, n.º 21			Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade " e subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS S1-1 Processos e medidas de prevenção do tráfico de seres humanos n.º 22	Indicador n.º 11 do quadro 3 do anexo I				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais ", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade ", subpontos "Erradicação de trabalho forçado e trabalho infantil" e "Mecanismos de resolução" subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"

Requisito de divulgação e respetivo datapoint	Referência SFDR	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
ESRS S1-1 Política de prevenção de acidentes de trabalho ou sistema de gestão de acidentes de trabalho, n.º 23	Indicador n.º 1 do quadro 3 do anexo I				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6 "As nossas políticas" e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho"
ESRS S1-3 Mecanismos de tratamento de reclamações/queixas, n.º 32, alínea c)	Indicador n.º 5 do quadro 3 do anexo I				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.3 "Envolvimento com os stakeholders e canais de comunicação" e subcapítulo 4. "Informação Social", 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade" e subponto "Mecanismos de resolução"
ESRS S1-14 Número de vítimas mortais e número e taxa de acidentes relacionados com o trabalho, n.º 88, alíneas b) e c)	Indicador n.º 2 do quadro 3 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 7. "Frameworks de reporte", secção 7.2. "GRI -Global Reporting Initiative" e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho"
ESRS S1-14 Número de dias perdidos devido a lesões, acidentes, morte ou doença n.º 88, alínea e)	Indicador n.º 3 do quadro 3 do anexo I				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Segurança e saúde no trabalho"
ESRS S1-16 Disparidades salariais entre homens e mulheres não ajustadas n.º 97, alínea a)	Indicador n.º 12 do quadro 1 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Diversidade e inclusão" e subponto "Igualdade de género"
ESRS S1-16 Rácio de remuneração excessiva dos diretores executivos (CEO) n.º 97, alínea b)	Indicador n.º 8 do quadro 3 do anexo I				A diversidade geográfica do grupo, a falta de equivalência entre funções e a dissemelhança de conceitos retributivos nas diversas Companhias do Grupo dificultam a uniformização da informação salarial no Grupo. O Grupo tomará as devidas diligências para cumprir os requisitos deste indicador, dentro do possível, até ao próximo período de relato.
ESRS S1-17 Incidentes de discriminação, n.º 103, alínea a)	Indicador n.º 7 do quadro 3 do anexo I				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", 4.2.1. "Mão de obra própria", ponto "Ética e conformidade" e subponto "Mecanismos de resolução"
ESRS S1-17 Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre	Indicador n. 10 do quadro 1 e indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo I		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1,		Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE)

Requisito de divulgação e respetivo datapoint	Referência SFDR	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE n.º 104, alínea a)			do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS 2—SBM3—S2 Risco significativo de trabalho infantil ou de trabalho forçado na cadeia de valor, n.º 11, alínea b)	Anexo I, quadro 3, indicadores n.º 12 e 13				Não Material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor", ponto "Gestão laboral responsável na cadeia de valor", e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", subsecção "Seleção e acompanhamento de fornecedores", ponto "Auditorias sociais"
ESRS S2-1 Compromissos em matéria de política de direitos humanos n.º 17	Anexo I, quadro 3, indicador n.º 9 e anexo I, quadro 1, indicador n.º 11				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6 "As nossas políticas", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais ", subsecção 4.1.4. "Trabalhadores na cadeia de valor" subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS S2-1 Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor n.º 18	Anexo I, quadro 3, indicadores n.º 11 e 4				Não Material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6 "As nossas políticas", e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", subsecção 4.1.4. "Trabalhadores na cadeia de valor"
ESRS S2-1 Inobservância dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Linhas Diretrizes da OCDE n.º 19	Indicador n.º 10 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		Não Material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS S2-1 Políticas em matéria de dever de diligência sobre questões abordadas pelas convenções fundamentais 1 a 8 da Organização Internacional do Trabalho, n.º 19	-		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Não Material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS S2-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos relacionados com a sua cadeia de valor a	Indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo 1				Não Material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.4. "Trabalhadores na cadeia de valor"

Requisito de divulgação e respetivo datapoint	Referência SFDR	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
montante e a jusante n.º 36					
ESRS S3-1 Compromissos em matéria de direitos humanos, n.º 16	Anexo I, quadro 3, indicador n.º 9 e anexo I, quadro 1, indicador n.º 11				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6 "As nossas políticas", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.1. As nossas políticas sociais ", subsecção 4.1.2. "Comunidades afetadas" subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS S3-1 Inobservância dos UNGP sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT e das diretrizes da OCDE n.º 17	Indicador n.º 10 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS S3-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos, n.º 36	Indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo 1				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.2 "Comunidades afetadas"
ESRS S4-1 Políticas relativas aos consumidores e utilizadores finais n.º 16	Anexo I, quadro 3, indicador n.º 9 e anexo I, quadro 1, indicador n.º 11				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6 "As nossas políticas", e subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.1. "As nossas políticas sociais", 4.1.3. "Consumidores e utilizadores finais"
ESRS S4-1 Inobservância dos UNGP sobre empresas e direitos humanos, dos princípios da OIT e das diretrizes da OCDE n.º 17	Indicador n,º 10 do quadro 1 do anexo 1		Anexo II do Regulamento Delegado (UE) 2020/1816 e artigo 12.º, n.º 1, do Regulamento Delegado (UE) 2020/1818		Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS S4-4 Questões e incidentes em matéria de direitos humanos, n.º 35	Indicador n.º 14 do quadro 3 do anexo 1				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 4. "Informação Social", secção 4.2. "Como gerimos os tópicos sociais", subsecção 4.2.3 "Consumidores e utilizadores finais"
ESRS G1-1 Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, n.º 10, alínea b)	Indicador n.º 15 do quadro 3 do anexo 1				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.2. "Governo e estratégia", subcapítulo 3. "Informação ambiental", secção 3.3. "Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia)", subsecção 3.3.5. "Salvaguardas mínimas"
ESRS G1-1 Proteção de denunciantes n.º 10, alínea d)	Indicador n.º 6 do quadro 3 do anexo 1				Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6 "As nossas políticas", secção "Envolvimento com os stakeholders e canais de

Requisito de divulgação e respetivo datapoint	Referência SFDR	Referência do Pilar 3	Referência do Regulamento Índices de Referência	Referência da Lei Europeia em matéria de Clima	Localização
					comunicação" e subcapítulo 5. "Informações sobre a governação", 5.1- "As nossas políticas sobre conduta empresarial"
ESRS G1-4 Coimas por violação das leis de combate à corrupção e ao suborno, n.º 24, alínea a)	Indicador n.º 17 do quadro 3 do anexo 1		Regulamento Delegado (UE) 2020/1816		Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 7. "*Frameworks* de reporte", secção 7.2. "GRI - Global Reporting Initiative"
ESRS G1-4 Normas contra a corrupção e o suborno n.º 24, alínea b)	Indicador n.º 16 do quadro 3 do anexo 1				Não Material Capítulo 5 "Declaração de Sustentabilidade", subcapítulo 2. "Divulgações gerais", secção 2.6 "As nossas políticas".

Apêndice 3 - Emissões totais de GEE desagregadas por âmbito 1 e 2 e por emissões significativas de âmbito 3.

	Retrospetiva				Objetivos intermédios e anos das metas							
	Ano base (2021)	2024	2025	Var 2025/ 2024	2033			2045	2050		% anual da meta / ano de base
Emissões GEE de âmbito 1											
Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (t CO_2e) - FLAG	17.016	24.657	33.089	+34,2%							
Emissões brutas de GEE de âmbito 1 (t CO_2e) – Energia e Indústria	204.686	179.476	209.483	+16,7%							
Percentagem de emissões de GEE de âmbito 1 provenientes dos sistemas de comércio de licenças de emissão regulamentados (%)	0	0	0	-	55% Reduzir 425,990 t CO_2e Energia e Indústria (Âmbito 1 e 2)	-	39,4% reduzir 8.569.721 t CO_2e Objetivo floresta, solos e da agricultura (FLAG) inclui âmbito 1 FLAG e âmbito 3 categoria C1 FLAG emissões	90% Reduzir 94.665 t CO_2e Energia e Indústria (Âmbito 1 e 2)	-	72% reduzir 3.959.607 t CO_2e Objetivo floresta, solos e da agricultura (FLAG) inclui âmbito 1 FLAG e âmbito 3 categoria C1 FLAG emissões	Progresso dos compromissos de curto e longo termo: - Em 2025, a redução das emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, foi de 18,4%, face a 2021. - Em 2025, a redução das emissões de carbono de âmbitos 1 e 2 do Grupo, em termos absolutos, foi de 20,4%, face a 2021. - Em 2025, registou-se um aumento de 13,4% das emissões absolutas de GEE de âmbito 3 face a 2021. - Em 2025, registou-se um aumento de 1,9% das emissões absolutas dos âmbitos 1 e 3 de floresta, solos e agricultura (FLAG), face a 2021.
Emissões GEE de âmbito 2											
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas no mercado (t CO_2e) - FLAG	0	0	0	-							
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas no mercado (t CO_2e) – Energia e Indústria	742.610	580.285	543.617	-6,3%							
Emissões brutas de GEE de âmbito 2 baseadas na localização (t CO_2e)	808.468	767.338	641.877	-16,4%	-			-			
Emissões significativas de GEE de categoria 3											
Emissões brutas indiretas totais de GEE (de âmbito 3) (t CO_2e)	28.098.948	33.179.124	30.223.284	-8,9%							
1. Bens e serviços adquiridos	23.747.272	29.126.301	25.972.816	-10,8%							
2. Bens de equipamento	435.357	452.588	594.472	+31,3%							
3. Atividades relativas a combustíveis e energia (não incluídas no âmbito 1 ou no âmbito 2)	301.594	29.397	269.362	-9,1%							
4. Transporte e distribuição a montante	256.412	267.219	272.298	+1,9%							
5. Resíduos produzidos em operações	46.907	55.254	53.272	-3,6%	-	33% reduzir 7.870.178 t CO_2e Objetivo Energia e Indústria para todas as categorias C1. Produtos e serviços comprados e categoria C11. Uso de produtos vendidos, de âmbito 3.		-	90% reduzir 1.397.451 t CO_2e Objetivo Energia e Indústria para todas as categorias de âmbito 3		
6. Deslocações em serviço	1.586	3.691	3.280	-11,1%							
7. Deslocações diárias dos trabalhadores entre o domicílio e o local de trabalho	18.739	21.108	22.349	+5,9%							
8. Ativos locados a montante	0	0	0	-							
9. Transporte a jusante	0	0	0	-							
10. Transformação dos produtos vendidos	620	1.425	569	-60,1%							
11. Utilização dos produtos vendidos	2.123.702	1.624.065	1.658.918	+2,1%							

	Retrospetiva				Objetivos intermédios e anos das metas						
	Ano base (2021)	2024	2025	Var 2025/ 2024	2033			2045	2050		% anual da meta / ano de base
12. Tratamento de fim de vida dos produtos vendidos	1.156.116	1.320.803	1.366.193	+3,4%							
13. Ativos locados a jusante	0	0	0	-							
14. Franquias	0	0	0	-							
15. Investimentos	10.643	10.273	9.755	-5,0%							
Emissões totais de GEE											
Emissões totais de GEE (baseadas na localização) (t CO_2e)	29.129.118	34.150.595	31.107.733	-8,9%							
Emissões totais de GEE (baseadas no mercado) (t CO_2e)	29.063.260	33.963.543	31.009.473	-8,7%							
Receita líquida (Milhões euros)	20.889	33.464	35.991	7,6%							
Intensidade baseada no mercado (t CO_2e/ 000' euro)	1,394	1,021	0,864	-15,3%							
Intensidade baseada na localização (t CO_2e/ 000' euro)	1,391	1,015	0,862	-15,1%							

Relatório independente de garantia limitada de fiabilidade sobre o relato de sustentabilidade consolidado

Exmo. Conselho de Administração

Conclusão de garantia limitada de fiabilidade

Realizámos um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre o relato de sustentabilidade consolidado da Jerónimo Martins, S.G.P.S., S.A. (o "Grupo"), incluído na secção Declaração de Sustentabilidade do Relatório & Contas 2025 (o "Relato de Sustentabilidade Consolidado"), com referência a 31 de dezembro de 2025 e para o período compreendido entre 1 de janeiro de 2025 e 31 de dezembro de 2025.

Com base nos procedimentos realizados e na prova obtida, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que o Relato de Sustentabilidade Consolidado, com referência a 31 de dezembro de 2025, não está preparado, em todos os aspetos materialmente relevantes, em conformidade com:

- as Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (“ESRS”), incluindo que o processo seguido pelo Grupo para identificar a informação relatada no Relato de Sustentabilidade Consolidado (o “Processo”) está de acordo com a descrição apresentada na nota 2.4 Gestão de impactos, riscos e oportunidades (IRO) e análise de dupla materialidade da secção 2. Divulgações Gerais;
- as divulgações previstas no Artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (o “Regulamento da Taxonomia”), incluídas na subsecção 3.3. Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) dentro da secção 3. Informação Ambiental do Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- os requisitos das diretrizes para reporte de Sustentabilidade Global Reporting Initiative (“GRI Standards”);
- as Normas Internacionais de Relato de Sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB), as (“IFRS - S”);
- os tópicos de divulgação previstos nas normas emitidas pelo Sustainable Accounting Standards Board Standards (“SASB”); e
- as instruções e critérios definidos pelo Grupo, conforme referidos na subsecção 7.5 Indicadores de Desempenho Jerónimo Martins.

Bases para a conclusão

O nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade foi realizado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade (ISAE) 3000 (Revista) "Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica", emitida pelo International Auditing and Assurance Standards Board da International Federation of Accountants e as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Os procedimentos realizados num trabalho de garantia limitada de fiabilidade são diferentes na natureza e tempestividade e são mais limitados do que os realizados num trabalho de garantia razoável de fiabilidade. Consequentemente, o nível de segurança obtido num trabalho de garantia limitada de fiabilidade é substancialmente inferior à segurança que poderia ter sido obtida caso tivesse sido realizado um trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

As nossas responsabilidades ao abrigo desta norma estão descritas mais detalhadamente na secção "Responsabilidades do Auditor".

Consideramos que a prova obtida é suficiente e apropriada para proporcionar bases para a nossa conclusão.

Qualidade e Independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade 1 ("ISQM 1"), a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e outros requisitos éticos do International Code of Ethics for Professional Accountants (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Responsabilidades do Conselho de Administração e do Órgão de Fiscalização pelo Relato de Sustentabilidade

É da responsabilidade do Conselho de Administração conceber, implementar e manter um processo para identificar a informação que consta do Relato de Sustentabilidade Consolidado, de acordo com as ESRS e IFRS - S (o "Processo"), e por divulgar este processo na nota 2.4 Gestão de impactos, riscos e oportunidades (IRO) e análise de dupla materialidade da secção 2. Divulgações Gerais do Relato de Sustentabilidade Consolidado. Esta responsabilidade inclui:

- a compreensão do contexto em que as atividades e as relações comerciais do Grupo ocorrem e de que forma as partes interessadas podem ser afetadas;
- a identificação dos impactos reais e potenciais (negativos e positivos) relacionados com questões de sustentabilidade, bem como dos riscos e oportunidades que afetam, ou que se poderia razoavelmente esperar que afetem, a posição financeira, o desempenho financeiro, os fluxos de caixa, o acesso ao financiamento ou o custo de capital do Grupo no curto, médio ou longo prazo;
- a avaliação da materialidade dos impactos, riscos e oportunidades identificados relacionados com matérias de sustentabilidade, através da seleção e aplicação de limites adequados; e
- a definição de pressupostos que sejam razoáveis nas circunstâncias.

É ainda responsabilidade do Conselho de Administração do Grupo:

- a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com as ESRS, as IFRS - S, os requisitos das diretrizes para reporte de Sustentabilidade GRI Standards, os tópicos de divulgação previstos nas normas emitidas pelo SASB e as instruções e critérios definidos pelo Grupo, conforme descritos na subsecção 7.5 Indicadores de Desempenho Jerónimo Martins;

- a preparação das divulgações incluídas na subsecção 3.3. Divulgações nos termos do artigo 8.º do Regulamento (UE) 2020/852 (Regulamento Taxonomia) dentro da secção 3. Informação Ambiental do Relato de Sustentabilidade Consolidado em conformidade com o Regulamento da Taxonomia;
- a conceção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno que o Conselho de Administração determine ser necessário para permitir a elaboração do Relato de Sustentabilidade Consolidado isento de distorções materiais, devido a fraude ou a erro; e
- a seleção e aplicação de métodos adequados para a preparação do Relato de Sustentabilidade e a definição de pressupostos e estimativas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

O Órgão de Fiscalização é responsável por supervisionar o processo de relato de sustentabilidade consolidado do Grupo.

Limitações inerentes à preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado

Ao relatar informação prospetiva de acordo com as ESRS e IFRS - S, o Conselho de Administração do Grupo é obrigado a preparar as informações prospetivas com base em pressupostos divulgados relativos a acontecimentos que podem ocorrer no futuro e possíveis ações futuras do Grupo. Frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma prevista, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos.

A subsecção 3.2.1. Alterações climáticas do Relatório de Sustentabilidade Consolidado contém a base de preparação para as divulgações relativas a emissões de gases com efeito de estufa de scope 3, incluindo as fontes de incerteza na estimativa. O Grupo divulgou que os pressupostos, métodos e julgamentos que utilizou na estimativa dessas emissões estão sujeitos a incerteza de estimativa. A comparabilidade da informação de sustentabilidade entre entidades e ao longo do tempo poderá ser afetada por inconsistências nos métodos de estimativa ou medição das emissões de scope 3, devido a métodos diferentes, mas aceitáveis, permitidos pelas ESRS e IFRS - S, incluindo o mecanismo de proporcionalidade, aplicados pelo Grupo.

Responsabilidades do Auditor

A nossa responsabilidade consiste em planear e executar um trabalho de garantia de fiabilidade para obter garantia limitada sobre se o Relato de Sustentabilidade Consolidado está isento de distorções materiais, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade que inclua a nossa conclusão. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou no agregado, se possa razoavelmente esperar que influenciem as decisões dos utilizadores tomadas com base no Relato de Sustentabilidade Consolidado como um todo.

Como parte de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade realizado de acordo com a ISAE 3000 (Revista), exercemos julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional ao longo do trabalho.

As nossas responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado, no que diz respeito ao Processo, incluem:

- obter uma compreensão do Processo, mas não com o propósito de expressar uma conclusão sobre a eficácia do Processo, incluindo o resultado do mesmo;
- considerar se a informação apresentada dá resposta aos requisitos de divulgação das ESRS e IFRS – S aplicáveis; e

- conceber e executar procedimentos para avaliar se o Processo é consistente com a descrição efetuada pelo Grupo do seu Processo, conforme divulgado na nota 2.4 Gestão de impactos, riscos e oportunidades (IRO) e análise de dupla materialidade da secção 2. Divulgações Gerais.

As nossas outras responsabilidades em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado incluem:

- Identificar divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, quer devido a fraude ou a erro; e
- conceber e executar procedimentos dirigidos às divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado onde seja provável que ocorram distorções materiais. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.

Resumo do trabalho realizado

Um trabalho de garantia limitada de fiabilidade envolve a execução de procedimentos para obter evidências sobre o Relato de Sustentabilidade Consolidado.

A natureza, a tempestividade e a extensão dos procedimentos selecionados dependem do julgamento profissional, incluindo a identificação de divulgações onde é provável que surjam distorções materiais, devido a fraude ou a erro, no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Na condução do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade, em relação ao Processo:

- Obtivemos a compreensão do Processo através de:
  - realização de indagações para entender as fontes de informação utilizadas pela gestão; e
  - revisão da documentação interna do Grupo sobre o seu Processo.
- Avaliámos se as evidências obtidas com base nos nossos procedimentos sobre o Processo implementado pelo Grupo eram consistentes com a descrição do Processo divulgada na nota 2.4 Gestão de impactos, riscos e oportunidades (IRO) e análise de dupla materialidade da secção 2. Divulgações Gerais.

Na condução do nosso trabalho de garantia limitada de fiabilidade em relação ao Relato de Sustentabilidade Consolidado:

- Obtivemos uma compreensão dos processos de relato do Grupo relevantes para a preparação do seu Relato de Sustentabilidade Consolidado através da compreensão do ambiente de controlo, processos e sistema de informação do Grupo relevantes para a preparação do Relato de Sustentabilidade Consolidado, mas não com o objetivo de expressar uma conclusão sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliámos se a informação material identificada no Processo está incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- Avaliámos se a estrutura e a apresentação do Relato de Sustentabilidade Consolidado estão em conformidade com as ESRS, as IFRS - S, os requisitos das diretrizes para reporte de Sustentabilidade GRI Standards, os tópicos de divulgação previstos nas normas emitidas pelo SASB e as instruções e critérios definidos pelo Grupo, conforme descritos na subsecção 7.5 Indicadores de Desempenho Jerónimo Martins;
- Realizámos indagações ao pessoal relevante e procedimentos analíticos sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;

- Realizámos procedimentos substantivos, numa base de amostragem, sobre divulgações selecionadas do Relato de Sustentabilidade Consolidado;
- Obtivemos evidências sobre os métodos, pressupostos e dados utilizados para desenvolver estimativas e informações prospetivas materiais;
- Obtivemos uma compreensão do processo seguido pelo Grupo para identificar atividades económicas elegíveis e alinhadas com a taxonomia e as correspondentes divulgações no Relato de Sustentabilidade Consolidado.

Outras matérias

i) A informação de sustentabilidade comparativa incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado do Grupo relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi sujeita a um trabalho de garantia de fiabilidade limitada sobre a adequabilidade das divulgações e respetiva conformidade com as ESRS, os requisitos das diretrizes para reporte de Sustentabilidade GRI Standards, os tópicos de divulgação previstos nas normas emitidas pelo SASB e as instruções e critérios definidos pelo Grupo, conforme descritos na subsecção 7.5 Indicadores de Desempenho Jerónimo Martins, realizado por outro prestador de serviços. O respetivo relatório, datado de 26 de março de 2025, expressa uma conclusão sem modificações.

ii) A informação de sustentabilidade comparativa incluída no Relato de Sustentabilidade Consolidado do Grupo, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi sujeita a um trabalho de garantia de fiabilidade sobre a conformidade das divulgações com as IFRS - S.

A nossa conclusão não é modificada em relação a estas matérias.

26 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

João Rui Fernandes Ramos, ROC n.º 1333
Registado na CMVM com o n.º 20160943